

**ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA CONVENCIONAL E VI CONFERÊNCIA LÚDICA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – 2009**

TEMA:

“CONSTRUINDO AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA E O PLANO DECENAL”

Nomes dos membros do CMDCA e da Comissão Central	I
Equipe Técnica da FIPE	
Resolução de convocação da VIII Conferência DCA 2009	
Texto Base e Orientações Gerais do CONANDA	
Resolução de normatização do CMDCA/2009	
Texto do Presidente do CMDCA	

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO GERAL	2
I - Dados Socioeconômicos do Município de São Paulo	4
II - Perfil dos Participantes das Conferências Regionais e Municipal	26

PRIMEIRA PARTE: CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Introdução	45
------------------	----

- CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS DAS 34 REGIÕES

Aricanduva	47
Butantã	55
Campo Limpo	70
Capela do Socorro	82
Casa Verde	94
Cidade Ademar	104
Cidade Tiradentes	119
Ermelino Matarazzo	134
Freguesia do Ó/ Brasilândia	143
Guaianases	154
Ipiranga	165
Itaim Paulista	179
Itaquera	188
Jabaquara	201
Jaçanã/ Tremembé	210
Lajeado	223

Lapa	234
M'Boi Mirim/ Jardim Ângela	249
M'Boi Mirim/ Jardim São Luis	260
Mooca	271
Parelheiros	281
Penha	294
Perus	301
Pinheiros	309
Pirituba	320
Santana	329
São Mateus	341
São Miguel Paulista	354
Sapopemba	365
Sé	378
Santo Amaro	391
Vila Maria	402
Vila Mariana	415
Vila Prudente	428

SEGUNDA PARTE: CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Introdução	438
------------------	-----

1 – CONFERÊNCIA LÚDICA

1.1- Abertura	440
1.2 - Regimento Interno	444
1.3 - Desafios e Propostas das Conferências Regionais de 2009 Sistematizadas por Eixo Temático	448
1.4- Propostas Aprovadas na Conferência Municipal por Eixo Temático	461

2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

2.1 - Abertura	465
2.2 - Regimento Interno	469
2.3 - Ato de Conferir 2007	473
2.4 - Palestras Sobre os Eixos Temáticos	484
2.5 - Desafios e Propostas das Conferências Regionais de 2009 Sistematizadas por Eixo Temático	509
2.6 - Propostas Aprovadas na Conferência Municipal por Eixo Temático	524

3 – DELEGADOS ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL528

4 - MOÇÕES531

ANEXOS	546
---------------------	------------

EQUIPE TÉCNICA DA FIPE

Coordenação

Silvia Maria Schor
Michiko Shiroma de Carvalho

Pesquisadores Seniores

Ana Maria Gambier Campos
Maria Antonieta Vieira

Pesquisadores Juniores

Harue Ohara Avritscher
Maria Cristina Rocha
Paula Wernecke Padovani
Rosana Esttrela Adamos
Yara Santi

Observadores/Relatores

Alair Molina
Ana Paula Fujisaka
Andrea Apóstolo da Silva
Andrea Bivar Correia
Carlos Augusto Dias
Daniel Cardoso
David Henriley Pitombeira
Diogo Marciano
Edna de Abreu
Edvaldo Bezerra Fernandes
Elza Vieira de Jesus
Fernanda Saguas Presas
Guilherme de Abranches Quintão
Liliana Aparecida Mantoni
Majori dos Santos Alencar
Marcus Baltrunas Prado de Mello
Mariana Vieira Helene
Marina de Camargo Campos
Regina Célia Fabiano de Campos
Stefanie Gil Franco

Editoria: Mariana Vieira Helene

Secretaria: Célia Cavalcante

Digitação: Valmir João Dias

APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, elaborou, mediante convênio firmado com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, os Anais da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo. Trata-se de iniciativa inédita e inovadora que, embora tenha sido cogitada anteriormente somente agora, nesta versão da Conferência, se concretizou.

A elaboração dos Anais demandou um trabalho de observação e relatoria de 68 Conferências Lúdicas e Convencionais ocorridas no período de 23 de junho a 18 de julho de 2009, em todas as subprefeituras do município de São Paulo, e da Conferência Municipal que ocorreu nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2009, no Anhembi.

Coube à FIPE, acompanhar, sistematizar e consolidar os resultados dos trabalhos regionais a partir dos cinco eixos temáticos definidos pelo CONANDA, para elaborar um quadro de referência de problemas e propostas do Município de São Paulo, na área da criança e do adolescente. Essa consolidação foi utilizada nas oficinas da Conferência Municipal, como texto base para reflexão e discussão dos grupos de trabalho, cujas propostas finais foram também sistematizadas pela FIPE para encaminhamento ao CONDECA.

Além disso, a FIPE realizou dois estudos complementares: uma caracterização socioeconômica da cidade de São Paulo e uma caracterização do perfil dos participantes das conferências. A caracterização socioeconômica apresenta dados do município e de cada subprefeitura, tendo sido elaborada a partir de indicadores significativos para a compreensão dos problemas que afetam a vida de crianças e adolescentes, sobretudo nas periferias da cidade. Tais informações permitem conhecer a posição relativa de cada subprefeitura frente às demais, no que se refere a cada um desses indicadores.

A caracterização do perfil dos participantes das conferências regionais e dos delegados presentes na conferência municipal foi realizada a partir de dados das fichas de inscrição pelo site e de um instrumental próprio que foi aplicado pela equipe da FIPE, no início das oficinas da conferência municipal.

A realização deste trabalho demandou várias reuniões preparatórias da FIPE com alguns membros do CMDCA, com a Comissão Central e Comissões Regionais das Conferências e com a Assessoria de Metodologia do IBEPEC. Foram encontros fundamentais nesse processo, não só para a compreensão das possíveis dificuldades, como também, para a devida organização e planejamento da cobertura dos eventos.

INTRODUÇÃO

A VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente teve como tema base, “Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal” e para balizar as discussões e propostas das conferências, o CONANDA definiu 5 eixos temáticos. Nessa perspectiva, o município de São Paulo realizou 68 Conferências Regionais entre Lúdicas e Convencionais no período de 23 de junho a 18 de julho de 2009 e a Conferência Municipal nos dias 29, 30 e 31 de julho desse mesmo ano.

Durante esse período, os principais atores desses eventos dedicaram-se a participar de um processo coletivo de reflexão sobre a realidade local e municipal e de construção de propostas para subsidiar uma política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base nos eixos temáticos.

A partir da sistematização dos desafios e problemas apontados nas conferências regionais, foi possível identificar os principais indicadores socioeconômicos do município de São Paulo, que informam a situação de cada subprefeitura e do município como um todo, em relação a esses problemas que tanto afligem crianças, jovens e adultos que se mobilizaram para participar das conferências.

Nas regiões, a participação foi de aproximadamente 11.616 pessoas, sendo 8824 crianças e adolescentes e 2792 adultos. Na Conferência Municipal foi registrada a presença de 944 delegados, dos quais 544 da conferência lúdica e 398 da convencional.

Para traçar algumas linhas do perfil desses participantes jovens e adultos, foram utilizados os dados da ficha de inscrição pela internet e uma ficha específica aplicada pela FIPE, nos delegados que participavam das oficinas na Conferência Municipal. Os resultados, tanto desse perfil dos conferencistas, como de aspectos socioeconômicos do município e subprefeituras são apresentados na parte inicial destes Anais.

A FIPE esteve presente em cada um dos eventos para acompanhar, relatar e consolidar o produto dessas conferências regionais, e apresentar um quadro de referência de desafios e propostas da cidade de São Paulo, por eixo temático, para subsidiar os trabalhos da Conferência Municipal.

A Primeira Parte destes Anais trata especificamente das Conferências Regionais, apresentando 34 Relatórios das regiões, uma vez que as subprefeituras de Guaianases, Vila Prudente e M’Boi Mirim realizaram duas conferências cada. Esses relatórios registram momentos importantes do evento, com ênfase nos trabalhos e debates observados nas oficinas e que podem servir de parâmetro para futuras conferências.

A Segunda Parte destes Anais é dedicada à Conferência Municipal, subdividida em dois grandes tópicos: Conferência Lúdica e Conferência Convencional. Todos os momentos dessas conferências, da abertura até a plenária final estão devidamente registrados em seus aspectos mais significativos.

O material que serviu de base para o trabalho das oficinas lúdicas e convencionais, que são as propostas das conferências regionais de 2009, sistematizadas por eixo, bem como as propostas aprovadas para encaminhamento ao CONDECA constam também nos relatos das duas conferências.

No terceiro tópico da Segunda Parte estão os nomes dos delegados eleitos na Conferência Municipal para representar São Paulo na Conferência Estadual. O quarto item é o conjunto das Moções apresentadas na Conferência Municipal, completando assim, os Anais da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo.

I - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUBPREFEITURAS

INTRODUÇÃO

Esta caracterização teve como base os problemas e desafios levantados nas Conferências Lúdicas e Convencionais sobre os Direitos da Criança e do Adolescente que se realizaram em 34 regiões da cidade de São Paulo, nos meses de junho e julho de 2009. Nessas conferências, os participantes discutiram uma ampla variedade de temas relacionados com os cinco Eixos orientadores definidos pelo CONANDA. Nas oficinas foram abordados e questionados aspectos das condições socioeconômicas da população, a vulnerabilidade social e juvenil, violência, oferta e condições de acesso a equipamentos e serviços sociais de educação, saúde, cultura, esportes e lazer, bem como a assistência social. Perpassando todos esses temas as crianças e adolescentes manifestaram, algumas vezes com veemência, sua preocupação com as desigualdades econômicas e sociais que contrastam as diversas regiões da cidade. Suas possibilidades de acesso aos bens e serviços públicos e privados e, em última instância, sua qualidade de vida e mobilidade social são condicionadas por essas desigualdades.

No esforço para sistematizar e relatar as conferências, a FIPE procurou ser fiel à complexidade temática bem como às inter-relações entre os temas, tal como apareceram nas oficinas. Assim, foram selecionados indicadores que melhor refletem as condições de vida da população, em especial das crianças e adolescentes, nas diversas regiões da cidade. Ao mesmo tempo, foram incluídas totalizações das informações sobre o Município para fins comparativos. Os indicadores são apresentados para as 31 subprefeituras (e não por 34 regiões) devido à limitações para a desagregação de dados.

A pesquisa utilizou um conjunto de fontes que, em sua totalidade disponibilizam informações na Internet, entre as quais se destacam: Companhia do Metropolitano de São Paulo; Fundação Seade; secretarias municipais de Habitação, Desenvolvimento Urbano, Educação, Saúde, Cultura, Esportes e Assistência Social, e finalmente, o Instituto Nossa São Paulo por meio do seu sistema de informações digitais disponível no Observatório Cidadão.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

POPULAÇÃO E RENDA

Um dos indicadores básicos para a caracterização socioeconômica de uma região é a população por faixa etária e por faixa de renda. As tabelas a seguir tratam desses aspectos e pode-se observar que as 12 subprefeituras mais populosas (acima de 400 mil habitantes) compreendem 53,4% dos moradores da cidade. Nas tabelas 3 e 4 as subprefeituras são comparadas quanto à concentração de crianças e adolescentes e à predominância de população de renda familiar mensal de até R\$ 1520. Considerando a média do município, as mesmas subprefeituras apresentam os mais elevados percentuais nos dois aspectos aqui analisados.

Tabela 1
População por Faixa Etária
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Faixas Etárias									
	0 a 6 anos		7 a 14		15 a 17		18 e mais		Total	
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
MSP	847.453	7,8	1.251.252	11,5	498.625	4,6	8.299.308	76,2	10.896.639	100
Capela do Socorro	51.661	7,8	106.105	16,0	36.320	5,5	468.857	70,7	662.943	100
Campo Limpo	55.152	9,6	72.539	12,7	29.618	5,2	415.540	72,5	572.849	100
M'Boi Mirim	52.061	9,6	74.442	13,8	29.476	5,5	383.578	71,1	539.557	100
Itaquera	44.535	8,5	64.876	12,4	25.778	4,9	387.415	74,1	522.604	100
Vila Prudente/Sapopemba	37.266	7,2	51.567	9,9	23.181	4,4	409.078	78,5	521.092	100
Penha	37.517	7,9	44.924	9,4	18.140	3,8	376.113	78,9	476.695	100
Pirituba	37.747	6,5	48.839	10,4	19.060	2,3	332.894	80,8	438.539	100
São Mateus	44.724	10,4	52.759	12,2	18.019	4,2	316.109	73,2	431.611	100
Ipiranga	28.934	6,7	41.628	9,7	14.907	3,5	344.030	80,1	429.499	100
Freguesia/Brasilândia	27.866	6,7	51.564	12,4	23.415	5,6	312.166	75,2	415.012	100
São Miguel	31.423	7,7	64.949	15,9	18.894	4,6	292.479	71,7	407.745	100
Cidade Ademar	38.903	9,7	43.723	10,9	22.251	5,6	295.138	73,8	400.015	100
Itaim Paulista	35.052	8,8	56.265	14,2	23.392	5,9	281.384	71,0	396.093	100
Butantã	28.455	7,4	38.241	10,0	15.041	3,9	302.013	78,7	383.750	100
Sé	16.913	5,1	26.999	8,1	10.460	3,2	277.613	83,6	331.986	100
Casa Verde	19.925	6,4	33.994	10,9	14.615	4,7	244.534	78,1	313.068	100
Santana/Tucuruvi	17.794	5,8	27.198	8,9	12.985	4,2	247.560	81,0	305.538	100
Vila Mariana	13.925	4,7	19.430	6,6	7.784	2,6	255.135	86,1	296.275	100
Vila Maria/Guilherme	21.438	7,4	33.160	11,5	13.066	4,5	221.386	76,6	289.051	100
Mooca	16.601	5,8	24.131	8,4	9.000	3,1	238.726	82,8	288.459	100
Guaianases	29.394	10,2	40.038	13,9	16.423	5,7	202.523	70,2	288.378	100
Jaçanã/Tremembé	20.743	7,5	31.906	11,6	14.057	5,1	208.397	75,8	275.103	100
Aricanduva/Formosa	13.233	5,1	28.343	10,9	12.328	4,8	205.187	79,2	259.091	100
Lapa	14.158	5,5	20.280	7,9	6.633	2,6	215.356	84,0	256.427	100
Cidade Tiradentes	32.187	13,6	33.896	14,3	10.491	4,4	160.666	67,7	237.239	100
Pinheiros	9.428	4,0	11.507	4,9	5.945	2,5	209.750	88,6	236.630	100
Jabaquara	16.229	7,6	20.280	9,5	9.746	4,6	167.489	78,4	213.744	100
Ermelino Matarazzo	14.599	6,9	25.908	12,3	9.686	4,6	160.073	76,1	210.266	100
Santo Amaro	10.927	5,2	16.279	7,8	7.026	3,4	173.899	83,6	208.130	100
Parelheiros	13.810	9,5	24.195	16,7	11.692	8,1	95.030	65,7	144.727	100
Perus	14.853	10,3	21.287	14,7	9.194	6,4	99.189	68,6	144.523	100

Fonte: Pesquisa Origem e Destino 2007, Companhia do Metropolitano de São Paulo
Elaboração: FIPE

Tabela 2
População por Renda Familiar Mensal
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Faixas de renda familiar mensal(em Reais de Outubro de 2007)					
	até 760	760 a 1.520	1.520 a 3.040	3.040 a 5.700	5.700 e mais	Total
MSP	12,4	28,9	34,3	15,7	8,6	100
Aricanduva/Formosa	9,1	21,6	36,4	23,1	9,7	100
Butantã	9,5	21,4	34,0	17,8	17,3	100
Campo Limpo	15,2	35,1	33,4	11,2	5,1	100
Capela do Socorro	12,9	37,2	34,3	12,7	2,8	100
Casa Verde	13,4	23,0	39,6	17,7	6,3	100
Cidade Ademar	15,4	35,7	30,3	16,4	2,3	100
Cidade Tiradentes	20,2	43,4	31,6	4,8	-	100
Ermelino Matarazzo	12,3	33,7	32,8	17,2	4,0	100
Freguesia/Brasilândia	11,6	33,7	38,8	11,6	4,4	100
Guaianases	17,2	41,8	34,5	4,7	1,8	100
Ipiranga	5,7	23,0	39,2	20,6	11,5	100
Itaim Paulista	17,5	35,7	38,1	7,2	1,4	100
Itaquera	13,1	33,1	38,2	13,2	2,4	100
Jabaquara	9,4	28,7	28,6	21,9	11,4	100
Jaçanã/Tremembé	13,0	27,5	33,5	18,9	7,2	100
Lapa	7,2	14,0	24,5	26,4	27,8	100
M'Boi Mirim	16,4	37,4	39,9	4,7	1,5	100
Moóca	7,9	18,7	34,8	25,0	13,7	100
Parelheiros	21,2	29,6	25,8	20,1	3,3	100
Penha	12,1	25,3	39,4	16,9	6,2	100
Perus	16,8	40,8	30,5	11,1	0,8	100
Pinheiros	2,6	5,6	20,0	27,1	44,8	100
Pirituba	12,2	28,7	36,2	15,3	7,6	100
Santana/Tucuruvi	8,2	16,4	35,0	25,0	15,4	100
Santo Amaro	2,8	12,2	28,2	26,3	30,5	100
São Mateus	18,2	33,8	35,3	11,7	1,0	100
São Miguel	18,3	40,3	31,8	8,5	1,1	100
Sé	7,4	21,1	30,8	23,2	17,5	100
Vila Maria/Guilherme	13,0	30,2	35,2	13,6	8,0	100
Vila Mariana	3,3	8,0	19,7	28,6	40,4	100
Vila Prudente/Sapopemba	13,75	28,32	39,17	15,85	2,92	100

Fonte: Pesquisa Origem e Destino, Companhia do Metropolitano de São Paulo
Elaboração: FIPE

Tabela 3**Subprefeituras conforme Percentual de Crianças e Adolescentes (0 a 17 anos)**

MSP/Subprefeituras	%
Pinheiros	11,4
Vila Mariana	13,9
Lapa	16,0
Sé	16,4
Santo Amaro	16,4
Mooca	17,2
Santana/Tucuruvi	19,0
Pirituba	19,2
Ipiranga	19,9
Aricanduva/Formosa	20,8
Penha	21,1
Butantã	21,3
Vila Prudente/Sapopemba	21,5
Jabaquara	21,6
Casa Verde	21,9
Vila Maria/Guilherme	23,4
MSP	23,8
Ermelino Matarazzo	23,9
Jaçanã/Tremembé	24,2
Freguesia/Brasilândia	24,8
Itaquera	25,9
Cidade Ademar	26,2
São Mateus	26,8
Campo Limpo	27,5
São Miguel	28,3
M'Boi Mirim	28,9
Itaim Paulista	29,0
Capela do Socorro	29,3
Guaianases	29,8
Perus	31,4
Cidade Tiradentes	32,3
Parelheiros	34,3

Fonte: Pesquisa OD 2007, Metrô
Elaboração: FIPE

Tabela 4**Subprefeituras conforme Percentual de População com Renda Familiar Mensal de até R\$1520.**

MSP/Subprefeituras	%
Pinheiros	8,2
Vila Mariana	11,3
Santo Amaro	15,0
Lapa	21,3
Santana/Tucuruvi	24,6
Mooca	26,5
Sé	28,5
Ipiranga	28,7
Aricanduva/Formosa	30,8
Butantã	30,8
Casa Verde	36,3
Penha	37,5
Jabaquara	38,1
Jaçanã/Tremembé	40,5
Pirituba	40,9
MSP	41,4
Vila Prudente/Sapopemba	42,1
Vila Maria/Guilherme	43,2
Freguesia/Brasilândia	45,3
Ermelino Matarazzo	46,0
Itaquera	46,2
Capela do Socorro	50,2
Campo Limpo	50,3
Parelheiros	50,8
Cidade Ademar	51,1
São Mateus	51,9
Itaim Paulista	53,3
M'Boi Mirim	53,8
Perus	57,6
São Miguel	58,5
Guaianases	59,0
Cidade Tiradentes	63,6

Fonte: Pesquisa OD 2007, Metrô
Elaboração: FIPE

HABITAÇÃO

FAVELAS E CORTIÇOS

Conforme levantamento recente realizado pela Secretaria Municipal de Habitação/SEHAB existe em São Paulo, 1.565 favelas com 385.081 domicílios. Na tabela 5 as subprefeituras estão dispostas em ordem crescente quanto ao percentual de domicílios em favelas em relação ao seu total de domicílios. As que apresentam esse indicador acima da média do município estão destacadas.

A presença de cortiços na cidade de São Paulo está concentrada nas subprefeituras da Sé e da Mooca, conforme tabela 6.

Tabela 5
Favelas e Domicílios em Favelas
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2008

Unidades Territoriais	Número de Favelas	%	Domicílios em Favelas	% (*)
MSP	1.565	100	385.081	12,7
Sé	2	0,1	7.114	0,3
Vila Mariana	6	0,4	809	0,7
Pinheiros	5	0,3	1.384	0,9
Mooca	5	0,3	9.129	1,1
Santana/Tucuruvi	13	0,8	14.329	1,3
Aricanduva/Formosa	16	1,0	1.611	2,1
Santo Amaro	39	2,5	12.603	4,7
Vila Maria/Guilherme	35	2,2	5.347	6,0
Penha	35	2,2	914	6,6
Cidade Tiradentes	16	1,0	4.151	6,6
Ermelino Matarazzo	29	1,9	21.903	7,3
Lapa	22	1,4	1.080	8,2
Itaquera	55	3,5	16.998	8,6
Guaianases	44	2,8	27.363	9,1
Jaçanã/Tremembé	42	2,7	36.794	10,1
Itaim Paulista	34	2,2	11.210	10,4
Casa Verde/Cachoeirinha	42	2,7	19.847	10,8
São Miguel	36	2,3	21.914	12,5
Pirituba	91	5,8	3.232	13,7
Parelheiros	37	2,4	10.321	14,1
São Mateus	40	2,6	463	14,2
Capela do Socorro	116	7,4	9.492	14,6
Vila Prudente/Sapopemba	46	2,9	22.786	15,3
Cidade Ademar	129	8,2	3.311	19,8
Freguesia/Brasilândia	82	5,2	6.038	20,3
Butantã	66	4,2	22.622	20,8
Ipiranga	36	2,3	9.824	21,3
Jabaquara	62	4,0	7.407	26,8
M'Boi Mirim	168	10,7	4.006	27,9
Perus	28	1,8	14.987	35,7
Campo Limpo	188	12,0	56.092	40,4

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Observatório Cidadão Nossa São Paulo
 (*) Percentual de domicílios em favelas sobre o total de domic. da Subprefeitura.

Tabela 6
Domicílios em Cortiços
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Domicílios em Cortiços	% (*)
MSP	20.244	0,68
Mooca	6487	nd
Sé	13757	nd

Fonte: Sehab. Disponível no Observatório Cidadão Nossa São Paulo

(*) Em relação ao total de domicílios do município.

EMPREGO, DESEMPREGO E ANALFABETISMO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano desenvolve um projeto que consiste em georeferenciar os registros do cadastro Relação Anual de Informações Sociais/RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. O principal objetivo é identificar a distribuição espacial dos estabelecimentos e empregos no território da cidade de São Paulo. Os resultados desse trabalho esbarram num limite

dado pelas empresas que não têm endereço determinado, o que ocorre com as da Administração Pública e outras que não são passíveis de tratamento especializado. Em 2007 essas empresas totalizaram 932.614 empregos, ou seja, 22,2% do total. Portanto, esses dados (tabelas 7 e 8) não devem ser analisados em seus valores absolutos, mas como indicadores de uma tendência da distribuição dos empregos no espaço urbano.

Um dos temas debatidos nas Conferências refere-se à falta de empregos na própria região, o que obriga a população a deslocamentos diários. Essa realidade pode ser observada na tabela 7, que indica a distribuição dos empregos formais na cidade: 76,6% do total estão concentrados em apenas dez subprefeituras, destacadas na tabela.

Tabela 7

Empregos Formais, exclusive Administração Pública^(*)

Município de São Paulo e Subprefeituras , 2007

Unidades Territoriais	Total	
	Nº abs.	% (**)
MSP	3.273.557	100
Sé	532.070	16,25
Pinheiros	501.142	15,31
Lapa	305.377	9,33
Vila Mariana	286.979	8,77
Santo Amaro	250.517	7,65
Mooca	230.372	7,04
Butantã	131.883	4,03
Ipiranga	102.152	3,12
Vila Maria/Vila Guilherme	94.704	2,89
Santana/Tucuruvi	70.943	2,17
Capela do Socorro	64.578	1,97
Vila Prudente/Sapopemba	63.281	1,93
Penha	61.527	1,88
Jabaquara	61.162	1,87
Itaquera	57.077	1,74
Casa Verde/Cachoeirinha	55.581	1,70
Aricanduva/Formosa	55.527	1,70
Pirituba	51.629	1,58
Campo Limpo	51.230	1,56
M'Boi Mirim	37.665	1,15
Cidade Ademar	33.713	1,03
Jaçanã/Tremembé	33.289	1,02
Freguesia/Brasilândia	30.200	0,92
São Miguel	28.469	0,87
São Mateus	28.092	0,86
Ermelino Matarazzo	17.952	0,55
Itaim Paulista	16.730	0,51
Guaianases	9.086	0,28
Perus	4.895	0,15
Cidade Tiradentes	3.015	0,09
Parelheiros	2.720	0,08

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

(*)Não inclui 860.985 empregos da Administração

Pública no Município de São Paulo, além de outros

71.629 empregos, cujos dados não permitem

tratamento especializado,

(**)Percentual de empregos de cada subprefeitura em

relação ao total do Município de São Paulo.

Tabela 8

Empregos Formais, exclusive Administração Pública, segundo Faixa Etária^(*)

Município de São Paulo e Subprefeituras , 2007

Unidades Territoriais	Faixas etárias				Total	
	Até 17 anos		18 anos e mais		Nº abs.	%
	Nº abs.	% (**)	Nº abs.	% (**)		
MSP	28.395	0,87	3.245.162	99,13	3.273.557	100
Santana/Tucuruvi	1.682	2,37	69.261	97,63	70.943	100
Freguesia/Brasilândia	495	1,64	29.705	98,36	30.200	100
Guaianases	144	1,58	8.942	98,42	9.086	100
Mooca	3.517	1,53	226.855	98,47	230.372	100
Jaçanã/Tremembé	455	1,37	32.834	98,63	33.289	100
São Mateus	373	1,33	27.719	98,67	28.092	100
Itaquera	753	1,32	56.324	98,68	57.077	100
Penha	782	1,27	60.745	98,73	61.527	100
Casa Verde/Cachoeirinha	670	1,21	54.911	98,79	55.581	100
Vila Prudente/Sapopemba	699	1,10	62.582	98,90	63.281	100
Perus	53	1,08	4.842	98,92	4.895	100
Itaim Paulista	178	1,06	16.552	98,94	16.730	100
São Miguel	288	1,01	28.181	98,99	28.469	100
Ermelino Matarazzo	181	1,01	17.771	98,99	17.952	100
Pirituba	520	1,01	51.109	98,99	51.629	100
Jabaquara	597	0,98	60.565	99,02	61.162	100
Aricanduva/Formosa	535	0,96	54.992	99,04	55.527	100
Vila Maria/Vila Guilherme	849	0,90	93.855	99,10	94.704	100
Campo Limpo	453	0,88	50.777	99,12	51.230	100
Ipiranga	897	0,88	101.255	99,12	102.152	100
Cidade Tiradentes	26	0,86	2.989	99,14	3.015	100
Parelheiros	20	0,74	2.700	99,26	2.720	100
M'Boi Mirim	276	0,73	37.389	99,27	37.665	100
Sé	3.742	0,70	528.328	99,30	532.070	100
Santo Amaro	1.752	0,70	248.765	99,30	250.517	100
Pinheiros	3.449	0,69	497.693	99,31	501.142	100
Lapa	2.071	0,68	303.306	99,32	305.377	100
Capela do Socorro	429	0,66	64.149	99,34	64.578	100
Cidade Ademar	222	0,66	33.491	99,34	33.713	100
Butantã	838	0,64	131.045	99,36	131.883	100
Vila Mariana	1.449	0,50	285.530	99,50	286.979	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais /Rais.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

(*)Ver nota 1 da tabela 7.

(**) Percentual de empregos na faixa etária sobre o total de empregos da subprefeitura.

Na tabela 8 destaca-se a participação dos jovens até 17 anos no mercado formal de trabalho, que é percentualmente mais significativa naquelas áreas em que a oferta de empregos é relativamente

reduzida. As duas exceções são Santana/Tucuruvi e Mooca, que estão entre as dez regiões que concentram taxas mais expressivas de empregos na cidade e nas quais a taxa de empregos ocupados por jovens é significativa.

Outros dois indicadores úteis na caracterização socioeconômica são a taxa de desemprego de jovens e adultos de 16 a 29 anos, e de analfabetismo na população de 16 anos e mais. Observa-se na tabela 9 que o desemprego nessa faixa etária, embora tenha apresentado uma queda entre 2006 e 2008, é muito elevado em toda a cidade. No entanto, atinge de forma mais acentuada os moradores das subprefeituras mais periféricas das zonas sul e leste. Com relação ao analfabetismo de pessoas com 16 anos e mais, também foi registrada uma queda em todas as regiões da cidade, mas as maiores taxas atingem as mesmas subprefeituras das zonas sul e leste.

Tabela 9
Taxa Média de Desemprego de Jovens e Adultos de 16 a 29 anos
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2006 e 2008

2006		2008	
Unidades Territoriais	Taxa Média	Unidades Territoriais	Taxa Média
Sé	12,78	Sé	11,76
Butantã	13,86	Ipiranga	12,86
Lapa	13,86	Jabaquara	12,86
Pinheiros	13,86	Santo Amaro	12,86
Ipiranga	14,79	Vila Mariana	12,86
Jabaquara	14,79	Butantã	13,33
Santo Amaro	14,79	Lapa	13,33
Vila Mariana	14,79	Pinheiros	13,33
Aricanduva	16,05	Aricanduva	14,05
Moóca	16,05	Moóca	14,05
Penha	16,05	Penha	14,05
Vila Prudente/Sapopemba	16,05	Vila Prudente/Sapopemba	14,05
Casa Verde/Cachoeirinha	18,19	Jaçanã / Tremembé	15,11
Freguesia/Brasilândia	18,19	Santana/Tucuruvi	15,11
Perus	18,19	Vila Maria/Vila Guilherme	15,11
Pirituba	18,19	São Paulo	16,45
São Paulo	18,33	Casa Verde/Cachoeirinha	16,52
Jaçanã / Tremembé	18,35	Freguesia/Brasilândia	16,52
Santana/Tucuruvi	18,35	Perus	16,52
Vila Maria/Vila Guilherme	18,35	Pirituba	16,52
Campo Limpo	20,62	Cidade Tiradentes	18,16
Capela do Socorro	20,62	Ermelino Matarazzo	18,16
Cidade Ademar	20,62	Guaianases	18,16
M'Boi Mirim	20,62	Itaim Paulista	18,16
Parelheiros	20,62	Itaquera	18,16
Cidade Tiradentes	21,48	São Mateus	18,16
Ermelino Matarazzo	21,48	São Miguel	18,16
Guaianases	21,48	Campo Limpo	19,26
Itaim Paulista	21,48	Capela do Socorro	19,26
Itaquera	21,48	Cidade Ademar	19,26
São Mateus	21,48	M'Boi Mirim	19,26
São Miguel	21,48	Parelheiros	19,26

Fonte: Pesquisa Emprego Desemprego, SEADE/DIEESE

Informação extraída do Observatório Cidadão Nossa São Paulo

Nota: A PED é uma pesquisa amostral mensal realizada em cerca de três mil domicílios. Essa amostra mensal é pequena para permitir a desagregação dos dados e o cálculo de indicadores por subprefeitura. Assim, é necessário somar as amostras de dois anos seguidos para conseguir uma base suficiente para ser desagregada com validade estatística. A desagregação se dá em sete grandes áreas da cidade de São Paulo e para cada subprefeitura, foi atribuído o valor do indicador da região à qual ela pertence.

Tabela 10
Analfabetismo na População de 16 anos e mais (*)
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2006 e 2008

2006		2008	
Unidades Territoriais	% (**)	Unidades Territoriais	% (**)
Ipiranga	2,49	Butantã	2,14
Jabaquara	2,49	Lapa	2,14
Santo Amaro	2,49	Pinheiros	2,14
Vila Mariana	2,49	Ipiranga	2,33
Butantã	2,54	Jabaquara	2,33
Lapa	2,54	Santo Amaro	2,33
Pinheiros	2,54	Vila Mariana	2,33
Aricanduva	2,96	Aricanduva	2,72
Moóca	2,96	Moóca	2,72
Penha	2,96	Penha	2,72
Vila Prudente/Sapopemba	2,96	Vila Prudente/Sapopemba	2,72
Jaçanã / Tremembé	3,64	Jaçanã / Tremembé	3,22
Santana/Tucuruvi	3,64	Santana/Tucuruvi	3,22
Vila Maria/Vila Guilherme	3,64	Vila Maria/Vila Guilherme	3,22
São Paulo	4,15	São Paulo	3,68
Cidade Tiradentes	4,49	Casa Verde/Cachoeirinha	3,94
Ermelino Matarazzo	4,49	Freguesia/Brasilândia	3,94
Guaianases	4,49	Perus	3,94
Itaim Paulista	4,49	Pirituba	3,94
Itaquera	4,49	Cidade Tiradentes	4,36
São Mateus	4,49	Ermelino Matarazzo	4,36
São Miguel	4,49	Guaianases	4,36
Casa Verde/Cachoeirinha	5,26	Itaim Paulista	4,36
Freguesia/Brasilândia	5,26	Itaquera	4,36
Perus	5,26	São Mateus	4,36
Pirituba	5,26	São Miguel	4,36
Campo Limpo	6,32	Campo Limpo	5,08
Capela do Socorro	6,32	Capela do Socorro	5,08
Cidade Ademar	6,32	Cidade Ademar	5,08
M'Boi Mirim	6,32	M'Boi Mirim	5,08
Parelheiros	6,32	Parelheiros	5,08
Sé	n/d	Sé	n/d

Fonte: Pesquisa Emprego Desemprego, SEADE/DIEESE. Dados extraídos do Observatório Cidadão Nossa São Paulo.

(*) Ver nota na tabela 9.

(**) Percentual em relação ao total da população na faixa etária.

VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA

Neste tema foram selecionados o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social/IPVS e o Índice de Vulnerabilidade Juvenil/IVJ. Produzidos pela Fundação SEADE com base nos dados do Censo 2000, esses indicadores captam diferenciais nas condições de vida da população conforme locais de moradia.

O IPVS é resultante da combinação de vários indicadores como: renda, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, ciclo de vida, composição familiar, condições de saúde e acesso a serviços

médicos, bem como o acesso e a qualidade do sistema educacional. Esse indicador está organizado em seis grupos que representam o grau de risco de vulnerabilidade social para a população das regiões.

Tabela 11
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS – 2000
Município de São Paulo e Subprefeituras

Unidades Territoriais	1 - Nenhuma Vulnerabilidade %	2 - Muito Baixa %	3 - Baixa %	4 - Média %	5 - Alta %	6 - Muito Alta %	Total %
Aricanduva	5,7	68,1	20,3	2,7	1,7	1,5	100
Butantã	27,3	23,4	23,4	11,3	1,2	13,4	100
Campo Limpo	8,5	5,3	22,6	43,2	3,3	17	100
Casa Verde	6,7	37,6	29,9	14,7	1,1	9,9	100
Cidade Ademar	3,6	11,6	26,9	35	5,8	17,1	100
Cidade Tiradentes	0,4	2,7	23	57,8	4	12,1	100
Ermelino Matarazzo	1,8	25,6	47,8	20	2,2	2,6	100
Freguesia/Brasilândia	3	21,8	31,1	28,2	2,5	13,4	100
Guaianases	-	0,7	24,1	45,7	9,1	20,4	100
Ipiranga	13,5	47,8	15,5	14,2	2,1	6,9	100
Itaim Paulista	0,5	5	29,3	41,2	10	14	100
Itaquera	1,9	19,8	42,2	27,1	3,1	5,8	100
Jabaquara	18,6	26	34,2	8,1	4,3	8,9	100
Lapa	46,5	39,2	6,5	0,9	0,4	6,6	100
M'boi Mirim	1,8	3,2	19,8	52,5	3,4	19,4	100
Mooca	14,5	73,2	8,6	3,1	0,7	-	100
Parelheiros	-	0,4	8,6	38,6	16,1	36,3	100
Penha	1,9	58,2	29,8	5,2	1,3	3,7	100
Perus	-	4,8	27	59,5	3,5	5,2	100
Pinheiros	85,9	12,9	0,7	0,5	0	-	100
Pirituba	6,4	30,6	33	24,2	1,1	4,7	100
Santana/Tucuruvi	22,5	63,1	10,9	1,7	0,5	1,2	100
Santo Amaro	55	30,2	9,8	3,2	-	1,8	100
São Mateus	2	11,2	34,4	31,7	9,4	11,4	100
São Miguel	0,1	10,1	37,1	31,1	6,3	15,2	100
Sé	47,7	21,8	24,6	5,6	0,1	0,2	100
Capela do Socorro	4,1	10,9	22,4	38,4	5	19,2	100
Jaçanã/Tremembé	4	33,4	20,6	29,4	4,8	7,8	100
Vila Maria/Guilherme	0,6	56,2	27,6	6,4	2,2	6,9	100
Vila Mariana	76	21	2,4	-	-	0,6	100
Vila Prudente	4,9	41,5	27,8	12,6	5	8,2	100

Fonte: Fundação SEADE. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000

Os valores referem-se a distribuição percentual da população das subprefeituras por Nível de Vulnerabilidade Social.

Tabela 12
População exposta a média, alta e muito alta vulnerabilidade social
Subprefeituras do Município de São Paulo

Pinheiros	0,5	Butantã	25,9
Vila Mariana	0,6	Pirituba	30
Santana/Tucuruvi	3,4	Itaquera	36
Mooca	3,8	Jaçanã	42
Santo Amaro	5	Freguesia	44,1
Sé	5,9	São Mateus	52,5
Aricanduva	5,9	São Miguel	52,6
Lapa	7,9	Cidade Ademar	57,9
Penha	10,2	Capela do Socorro	62,6
Vila Maria/Guilherme	15,5	Campo Limpo	63,5
Jabaquara	21,3	Itaim Paulista	65,2
Ipiranga	23,2	Perus	68,2
Ermelino Matarazzo	24,8	Cidade Tiradentes	73,9
Casa Verde	25,7	Guaianases	75,2
Vila Prudente	25,8	M'Boi Mirim	75,3
		Parelheiros	91

Fonte: Fundação SEADE

A tabela 12 faz um recorte agregando apenas os níveis médio, alto e muito alto de vulnerabilidade social. Observa-se que 8 subprefeituras estão melhor classificadas, com até 7,9% da população nesses três níveis; outras 10 subprefeituras têm posição intermediária: de 10% a 36% de sua população e finalmente, 13 subprefeituras com os mais altos índices que vão de 42% a 91% .

Tabela13
Índice de Vulnerabilidade Juvenil
Subprefeituras e Distritos Municipais

Aricanduva		Itaquera		Pirituba	
Aricanduva	3 baixa	Cidade Líder	4 média	Jaraguá	4 média
Carrão	2 muito baixa	Itaquera	4 média	Pirituba	3 baixa
Vila Formosa	3 baixa	José Bonifácio	4 média	São Domingos	3 baixa
Butantã		Parque do Carmo	4 média	Santana	
Butantã	2 muito baixa	Jabaquara		Mandaqui	3 baixa
Morumbi	2 muito baixa	Jabaquara	4 média	Santana	2 muito baixa
Raposo Tavares	4 Média	Jaçanã		Tucuruvi	2 muito baixa
Rio Pequeno	3 baixa	Jaçanã	4 média	Santo Amaro	
Vila Sônia	3 baixa	Tremembé	4 média	Campo Belo	2 muito baixa
Campo Limpo		Lapa		Campo Grande	2 muito baixa
Campo Limpo	4 média	Barra Funda	2 muito baixa	Santo Amaro	1 nenhuma
Capão Redondo	5 alta	Jaguara	3 baixa	São Mateus	
Vila Andrade	4 média	Jaguaré	3 baixa	Iguatemi	5 alta
Capela do Socorro		Lapa	2 muito baixa	São Mateus	4 média
Cidade Dutra	4 média	Perdizes	1 nenhuma	São Rafael	5 alta
Grajaú	5 alta	Vila Leopoldina	2 muito baixa	São Miguel	
Socorro	3 baixa	M'Boi Mirim		Jardim Helena	5 alta
Casa Verde		Jardim Angela	5 alta	São Miguel	4 média
Cachoeirinha	5 alta	Jardim São Luís	4 média	Vila Jacuí	4 média
Casa Verde	3 baixa	Moóca		Sé	
Limão	3 baixa	Água Rasa	2 muito baixa	Bela Vista	2 muito baixa
Cidade Ademar		Belém	2 muito baixa	Bom Retiro	3 baixa
Cidade Ademar	5 alta	Brás	3 baixa	Cambuci	2 muito baixa
Pedreira	5 alta	Mooca	2 muito baixa	Consolação	1 nenhuma
Cidade Tiradentes		Pari	2 muito baixa	Liberdade	2 muito baixa
Cidade Tiradentes	5 alta	Tatuapé	2 muito baixa	República	3 baixa
Ermelino Matarazzo		Parelheiros		Santa Cecília	2 muito baixa
Ermelino Matarazzo	4 média	Marsilac	5 alta	Sé	3 baixa
Ponte Rasa	3 baixa	Parelheiros	5 alta	Vila Maria	
Freguesia		Penha		Vila Guilherme	2 muito baixa
Brasilândia	5 alta	Artur Alvim	3 baixa	Vila Maria	4 alta
Freguesia do Ó	3 baixa	Cangaíba	3 baixa	Vila Medeiros	4 alta
Guaianases		Penha	4 média	Vila Mariana	
Guaianases	5 alta	Vila Matilde	3 baixa	Moema	1 nenhuma
Lajeado	5 alta	Perus		Saúde	2 muito baixa
Ipiranga		Anhanguera	5 alta	Vila Mariana	1 nenhuma
Cursino	3 baixa	Perus	4 média	Vila Prudente	
Ipiranga	3 baixa	Pinheiros		São Lucas	3 baixa
Sacomã	4 média	Alto de Pinheiros	1 nenhuma	Sapopemba	5 alta
Itaim Paulista		Itaim Bibi	1 nenhuma	Vila Prudente	3 baixa
Itaim Paulista	5 alta	Jardim Paulista	1 nenhuma		
Vila Curuçá	5 alta	Pinheiros	1 nenhuma		

Fonte: Fundação SEADE

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil/IVJ considera em sua composição um conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens, tais como: crescimento populacional, proporção de jovens, renda, frequência à escola, gravidez precoce e violência. Com relação ao Município de São Paulo, a Fundação SEADE disponibiliza o IVJ desagregado para os 96 distritos. Eles são classificados em cinco grupos de vulnerabilidade, conforme o número de pontos obtidos por cada um. A tabela 13 mostra essa classificação em cinco grupos de acordo com a vulnerabilidade juvenil: 1 – Muito Baixa, até 21 pontos; 2 – Baixa, de 22 a 38 pontos; 3 – Média, de 39 a 52 pontos; 4 – Alta, de 53 a 65 pontos; 5 – Muito Alta, de 65 a 100 pontos

VIOLÊNCIA

A violência no cotidiano das crianças e adolescentes foi um dos temas amplamente discutido nas oficinas das Conferência Regionais, que contaram com a participação de numerosos jovens em liberdade assistida (LA) e cumprindo medidas sócio educativas. As tabelas 14, 15 e 16 contêm indicadores dessa realidade em São Paulo e suas subprefeituras. Observa-se que a taxa de homicídios na população de 15 a 29 anos, do sexo masculino é extremamente alta em quase todas as regiões, embora tenha ocorrido uma acentuada redução entre 2005 e 2007. Neste último ano, as subprefeituras estão classificadas de forma crescente com relação a esse indicador (tabela 16)

Tabela 14
Adolescentes Envolvidos em Ato Infracional
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2006

Unidades Territoriais	Nº abs.	% (*)
São Paulo	11.059	100
Pinheiros	71	0,64
Parelheiros	75	0,68
Perus	103	0,93
Santo Amaro	124	1,12
Vila Mariana	125	1,13
Lapa	165	1,49
Aricanduva	193	1,75
Santana/Tucuruvi	194	1,75
M'Boi Mirim	265	2,41
Butantã	270	2,44
Pirituba	277	2,50
Cidade Tiradentes	308	2,79
Vila Maria/Vila Guilherme	322	2,91
Jaçanã / Tremembé	329	2,98
Ipiranga	333	3,01
São Mateus	350	3,16
Ermelino Matarazzo	357	3,23
Guaianases	358	3,24
Itaim Paulista	392	3,54
São Miguel	403	3,64
Jabaquara	407	3,68
Casa Verde/Cachoeirinha	430	3,89
Vila Prudente/Sapopemba	435	3,93
Cidade Ademar	460	4,16
Moóca	509	4,60
Freguesia/Brasilândia	563	5,09
Penha	583	5,27
Capela do Socorro	601	5,43
Itaquera	605	5,47
Sé	724	6,55
Campo Limpo	728	6,59

Fonte: Sistema de Informação Criminal/Infocrim, SSP.

Dados disponíveis no Observatório Nossa São Paulo

(*) Porcentagem de adolescentes envolvidos em ato infracional sobre o total de atos infracionais da subprefeitura.

Tabela 15
Agressão a Crianças e Adolescentes de 0 a 14 anos
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Nº de Internações Hospitalares causadas por agressão (*)	Internações por 100.000 habitantes
São Paulo	5.113	146,9
Moóca	81	67,2
Perus	107	88,8
Vila Maria/Guilherme	155	105,6
Itaquera	272	121,9
Campo Limpo	235	124,1
Santana/Tucuruvi	100	132,1
Lapa	73	138,0
Guaianases	343	146,3
Butantã	211	151,2
Casa Verde/Cachoeirinha	167	152,2
Parelheiros	32	171,1
M'Boi Mirim	213	176,0
Jaçanã / Tremembé	204	177,9
Pirituba	225	183,4
Cidade Ademar	165	188,1
Vila Prudente/Sapopemba	275	195,6
Cidade Tiradentes	156	199,9
Itaim Paulista	290	204,2
São Mateus	284	207,2
Pinheiros	25	211,8
Capela do Socorro	233	224,5
Vila Mariana	42	226,5
Santo Amaro	46	232,9
Penha	173	236,0
Ipiranga	131	247,0
Aricanduva	75	251,0
Sé	120	255,1
Ermelino Matarazzo	100	258,5
São Miguel	242	259,0
Jabaquara	57	297,2
Freguesia/Brasilândia	281	382,7

Fonte: Min. da Saúde/Datasus/Autorizações de Internações Hospitalares.

Dados disponíveis no Observatório Cidadão Nossa São Paulo

(*) Nº de internações de crianças de 0 a 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por cem mil crianças nessa faixa etária.

Tabela 16
Homicídio na População Masculina de 15 a 29 anos
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2005 a 2007

Unidades Territoriais	2005		2006		2007	
	Nº de óbitos por homicídio	Taxa (*)	Nº de óbitos por homicídio	Taxa (*)	Nº de óbitos por homicídio	Taxa (*)
MSP	1.363	104,5	1.001	79,88	693	56,87
Pinheiros	3	12,16	3	12,85	0	0
Vila Mariana	9	29,25	3	10,19	2	7,1
Santana/Tucuruvi	17	44,73	14	38,24	9	25,54
Ermelino Matarazzo	26	99,45	11	42,97	8	31,93
Santo Amaro	20	86,48	5	22,46	7	32,69
Vila Prudente/Sapopemba	42	65,85	30	48,24	21	34,66
Vila Maria/Vila Guilherme	31	87,57	18	52,62	12	36,32
Cidade Tiradentes	26	82,71	16	49,89	12	36,70
Penha	36	63,79	29	52,8	20	37,43
Guaianases	22	58,17	22	58,33	16	42,56
Sé	35	87,18	20	52,13	16	43,7
Butantã	43	90,25	19	40,82	20	44,02
Itaquera	65	96,58	42	63,32	29	44,41
Lapa	14	48,83	5	18,12	12	45,26
Ipiranga	52	102,49	35	70,91	22	45,84
Aricanduva	14	47,13	17	59,16	13	46,8
Pirituba	39	74,23	29	55,8	25	48,66
São Mateus	72	131,55	55	100,93	27	49,79
Moóca	18	58,78	11	37,54	14	49,98
São Miguel	51	97,03	35	67,22	27	52,38
Jabaquara	27	104,81	25	99,45	13	53,05
Jaçanã / Tremembé	32	92,24	36	105,24	18	53,39
Itaim Paulista	52	102,14	32	63,29	27	53,81
Cidade Ademar	70	132,7	45	86,13	30	58,0
Campo Limpo	104	137,44	74	98,22	52	69,36
Perus	10	55,56	15	81,73	13	69,48
Capela do Socorro	131	151,69	100	115,54	65	74,95
Parelheiros	41	226,97	21	114,52	15	80,64
Freguesia/Brasilândia	88	170,39	73	143,44	42	83,79
Casa Verde/Cachoeirinha	49	126,8	66	174,92	35	95,05
M'Boi Mirim	124	168,65	95	129,69	71	97,35

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/ Pro-Aim, Secretaria Municipal de Saúde Dados disponíveis no Observatório Cidadão Nossa São Paulo.

(*)Número de óbitos por homicídio de homens de 15 a 29 anos, por cem mil habitantes dessa faixa etária e sexo, por local de residência.

OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E ACESSO DA POPULAÇÃO LOCAL

EDUCAÇÃO

Com relação a este tema foi priorizada a educação infantil (creche e pré-escola) na qual a carência de vagas é mais acentuada do que no ensino fundamental e médio. Este foi um dos principais focos de atenção dos participantes das Conferências Regionais, principalmente nas regiões mais periféricas da cidade. Entre as propostas levantadas, todas as regiões incluíram a ampliação de vagas e a construção de novas creches e EMEIs próximas aos locais de moradia. Nesse nível de ensino a rede municipal direta e conveniada tem papel central respondendo por mais de 60% das matrículas de creche em 25 subprefeituras e de pré-escola em 29 subprefeituras.

Tabela 17
Escolas e Matrículas em Educação Infantil, por Dependência Administrativa
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Creche						Pré-escola								
	Rede Municipal Direta e Conveniada			Particular e Filantrópica			Total(**)		Rede Municipal Direta e Conveniada			Particular e Filantrópica		Total(**)	
	escolas	matric.	% (*)	escolas	matric.		escolas	matric.	escolas	matric.	% (*)	escolas	matric.	escolas	matric.
MSP	1.039	86.287	74,4	1.331	29.685		2.370	115.972	1.302	312.997	84,2	1.695	58.744	2.997	371.741
Aricanduva/Formosa	18	1.341	64,6	36	734		54	2.075	29	5.322	79,1	46	1.410	75	6.732
Butantã	54	4.795	76,1	54	1.507		108	6.302	50	11.715	80,1	63	2.909	113	14.624
Campo Limpo	48	3.321	74,5	49	1.136		97	4.457	65	17.220	80,3	83	4.236	148	21.456
Capela do Socorro	63	6.027	95,5	16	284		79	6.311	91	20.215	92,3	51	1.684	142	21.899
Casa Verde/Cachoeirinha	24	1.668	64,1	38	934		62	2.602	33	7.888	82,7	52	1.651	85	9.539
Cidade Ademar	38	2.279	84,6	25	416		63	2.695	47	9.844	90,9	31	980	78	10.824
Cidade Tiradentes	24	2.465	97,8	2	55		26	2.520	35	11.020	98,0	3	225	38	11.245
Ermelino Matarazzo	19	1.295	68,3	39	601		58	1.896	26	5.877	82,1	44	1.284	70	7.161
Freguesia/Brasilândia	44	3.633	81,5	53	824		97	4.457	56	14.754	90,9	64	1.473	120	16.227
Guaianases	29	2.969	95,9	8	127		37	3.096	32	10.708	97,6	11	259	43	10.967
Ipiranga	44	3.441	70,1	79	1.471		123	4.912	54	11.126	80,8	89	2.648	143	13.774
Itaim Paulista	43	3.493	87,2	23	513		66	4.006	50	13.997	91,7	33	1.269	83	15.266
Itaquera	55	4.094	88,9	29	510		84	4.604	80	18.605	92,9	43	1.425	123	20.030
Jabaquara	21	1.327	70,2	28	564		49	1.891	25	5.559	85,6	33	937	58	6.496
Jaçanã/Tremembé	17	1.601	81,3	22	369		39	1.970	29	8.934	90,4	31	954	60	9.888
Lapa	29	2.452	58,7	73	1.728		102	4.180	32	5.782	69,3	80	2.559	112	8.341
M'Boi Mirim	61	4.442	87,4	38	640		99	5.082	78	17.465	90,1	57	1.928	135	19.393
Mooca	31	2.776	53,9	97	2.379		128	5.155	37	7.006	66,2	104	3.582	141	10.588
Parelheiros	17	1.073	100	-	-		17	1.073	25	4.453	96,1	5	181	30	4.634
Penha	41	3.684	67,2	92	1.802		133	5.486	50	11.636	76,3	112	3.610	162	15.246
Perus	10	973	90,0	7	108		17	1.081	14	5.462	91,8	16	487	30	5.949
Pinheiros	13	895	29,7	48	2.119		61	3.014	11	1.681	34,0	56	3.257	67	4.938
Pirituba	41	4.573	83,4	50	909		91	5.482	38	12.545	86,8	61	1.904	99	14.449
Santana/Tucuruvi	21	1.389	37,9	96	2.276		117	3.665	31	5.840	61,2	117	3.697	148	9.537
Santo Amaro	14	883	37,8	57	1.453		71	2.336	18	3.401	56,6	72	2.607	90	6.008
São Mateus	43	4.558	89,8	25	516		68	5.074	54	17.092	92,8	31	1.334	85	18.426
São Miguel	48	4.414	87,9	33	610		81	5.024	45	13.397	91,2	43	1.288	88	14.685
Sé	41	2.797	70,3	43	1.183		84	3.980	41	6.091	72,7	62	2.284	103	8.375
Vila Maria/Guilherme	29	2.458	71,8	49	967		78	3.425	44	9.611	86,1	60	1.556	104	11.167
Vila Mariana	16	774	24,7	85	2.357		101	3.131	23	3.436	50,9	93	3.318	116	6.754
Vila Prudente/Sapopemba	43	4.397	88,1	37	593		80	4.990	59	15.315	89,4	49	1.808	108	17.123

Fonte: Censo Escolar MEC/Inep e Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação

(*) Percentual de matrículas na rede municipal de creches e pré-escolas em relação ao total de matrículas em cada subprefeitura.

(**) Não inclui 2 creches, uma estadual na Sé e uma federal na V. Mariana, com total de 196 alunos e 1 pré-escola federal na V. Mariana com 97 alunos.

Desde 2006, com o Decreto Municipal nº 47.155, a Secretaria de Educação passou a manter e tornar público o cadastramento da demanda em todos os níveis de ensino para os quais oferece vagas. A tabela 18 considera a demanda cadastrada para creche e pré-escola em 2008 e indica o percentual de cobertura em cada subprefeitura. Observa-se que na média do município de São Paulo, ainda há uma carência de vagas em creche de 34,4%. Esse percentual chega a 40% e mais em várias subprefeituras. Quanto à educação pré-escolar, todas as subprefeituras têm grau de atendimento de pelo menos 90% da demanda cadastrada.

Tabela 18
Atendimento à Demanda em Educação Infantil pela Rede Municipal
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2008

Creche			Pre-escola		
Unidades Territoriais	Matrículas	Demanda Atendida (*) %	Unidades Territoriais	Matrículas	Demanda Atendida (*) %
MSP	109.717	65,6	MSP	317.907	95,6
Moóca	3.090	83,7	Vila Mariana	3.552	99,1
Pinheiros	874	83,5	Vila Prudente/Sapopemba	15.132	99,0
Santo Amaro	1.365	76,7	São Mateus	17.521	98,6
Vila Mariana	972	76,2	Santana/Tucuruvi	5.992	98,3
Lapa	2.458	75,7	Pinheiros	2.364	98,3
Vila Prudente/Sapopemba	5.466	74,9	Itaquera	18.038	98,1
São Miguel	5.135	74,8	Sé	7.381	98,1
Guaianases	4.912	74,4	Casa Verde/Cachoeirinha	7.973	97,7
Vila Maria/Vila Guilherme	3.164	74,1	Lapa	5.655	97,7
Aricanduva	2.048	74,0	Moóca	7.667	97,7
Itaquera	6.360	73,3	Vila Maria/Vila Guilherme	10.192	97,6
São Mateus	5.689	71,8	São Miguel	14.090	97,4
Penha	4.718	71,7	Butantã	11.931	97,1
Santana/Tucuruvi	1.993	70,4	Ipiranga	11.183	97,0
Sé	2.864	67,5	Cidade Tiradentes	11.202	96,7
Pirituba	5.311	67,1	Aricanduva	5.441	96,6
Freguesia/Brasilândia	4.869	66,4	Ermelino Matarazzo	5.751	96,5
Ipiranga	3.936	65,6	Penha	11.233	96,5
Itaim Paulista	4.340	64,5	Itaim Paulista	13.925	96,4
Jabaquara	2.105	62,5	Jaçanã / Tremembé	8.788	96,2
Casa Verde/Cachoeirinha	2.090	61,3	Jabaquara	5.615	94,9
Jaçanã / Tremembé	2.304	61,3	Santo Amaro	3.381	94,6
Cidade Tiradentes	3.073	61,2	Perus	5.108	93,9
Ermelino Matarazzo	1.614	60,5	Pirituba	13.173	93,9
Parelheiros	1.640	60,4	M'Boi Mirim	18.018	93,3
Capela do Socorro	6.955	56,7	Parelheiros	5.024	93,0
M'Boi Mirim	5.919	53,6	Campo Limpo	17.731	92,5
Cidade Ademar	3.342	52,0	Capela do Socorro	19.394	92,4
Perus	1.519	50,4	Freguesia/Brasilândia	13.636	92,1
Campo Limpo	4.618	47,4	Guaianases	11.740	92,1
Butantã	1.925	28,2	Cidade Ademar	10.076	90,4

Fonte: Secretaria Municipal da Educação.
 (*) Percentual da demanda cadastrada atendida.

Fonte: Secretaria Municipal da Educação.
 (*) Percentual da demanda cadastrada atendida.

Nas Conferências foi recorrente o questionamento da qualidade do ensino fundamental e médio, principalmente nas oficinas que contaram com a participação de jovens na discussão do eixo temático 1. O desafio por eles levantado foi como garantir de fato a universalização de direitos se o sistema escolar não tem as condições necessárias para promover a aprendizagem, quanto aos recursos materiais das escolas e a qualificação dos professores. Esses jovens manifestaram a consciência de que a educação de qualidade é fundamental para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. As tabelas 19 e 20 tratam de aspectos da qualidade do ensino fundamental e médio. Na primeira, o indicador é o percentual de alunos que têm dois anos ou mais de defasagem entre a idade e a série cursada, resultado de reprovações, abandono ou entrada tardia na escola. Com relação ao ensino fundamental, apenas nove subprefeituras têm menos de 10% de alunos com distorção idade/série. Em relação ao ensino médio, esse problema é absolutamente grave em todas as regiões, particularmente em 18 subprefeituras nas quais de 30% a 43% dos alunos vivenciam esse desequilíbrio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB é um indicador de qualidade do ensino fundamental que combina informações de desempenho em exames como a Prova Brasil e o SAEB e informações sobre o rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10 e a tabela 20 apresenta os valores obtidos em 2007 pelos alunos do ensino fundamental da rede municipal.

Tabela 19
Distorção Idade/Série no Ensino Público Fundamental e Médio
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2005

Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Unidades Territoriais	Alunos com distorção idade/série ^(*)		Unidades Territoriais	Alunos com distorção idade/série ^(*)	
	nº abs.	%		nº abs.	%
São Paulo	138.528	10,77	São Paulo	134.516	31,73
Aricanduva	2.071	8,5	Moóca	3.287	18,0
Santo Amaro	1.832	8,7	Santana/Tucuruvi	2.747	21,4
Vila Prudente/Sapopemba	4.948	8,8	Vila Mariana	2.522	24,4
Santana/Tucuruvi	2.107	8,8	Lapa	3.419	24,5
Vila Mariana	1.087	8,9	Pinheiros	1.699	25,3
Itaquera	5.520	9,5	Penha	6.134	26,7
Ermelino Matarazzo	2.407	9,6	Aricanduva	2.827	26,9
Penha	4.918	9,6	Ermelino Matarazzo	2.275	28,7
Moóca	2.720	9,6	Casa Verde/Cachoeirinha	4.197	29,0
Itaim Paulista	6.611	10,0	Vila Prudente/Sapopemba	5.429	29,0
Perus	2.200	10,2	Vila Maria/Vila Guilherme	3.535	29,2
Casa Verde/Cachoeirinha	4.149	10,2	Santo Amaro	2.931	29,3
São Mateus	6.801	10,3	Parelheiros	1.918	29,8
Guaianases	4.294	10,3	Itaquera	5.104	30,7
Pinheiros	875	10,4	Ipiranga	4.383	32,1
Cidade Tiradentes	3.594	10,5	Pirituba	3.532	32,6
Lapa	2.683	10,5	São Miguel	6.503	33,3
Ipiranga	3.977	10,6	Freguesia/Brasilândia	6.340	33,4
Pirituba	4.982	10,6	Butantã	3.651	33,7
Capela do Socorro	10.674	10,9	Itaim Paulista	6.332	34,7
Vila Maria/Vila Guilherme	3.822	10,9	M'Boi Mirim	7.196	34,8
Butantã	4.408	11,0	Capela do Socorro	10.292	35,6
São Miguel	6.632	11,1	São Mateus	6.791	35,6
Jaçanã / Tremembé	3.092	11,1	Jaçanã / Tremembé	2.152	36,2
Parelheiros	2.737	11,5	Guaianases	4.700	36,4
Freguesia/Brasilândia	7.274	12,0	Jabaquara	1.740	36,5
Campo Limpo	11.061	12,3	Campo Limpo	8.718	37,5
M'Boi Mirim	9.714	12,5	Cidade Tiradentes	3.449	37,9
Cidade Ademar	6.550	13,1	Perus	2.260	40,7
Sé	2.366	13,6	Sé	2.400	41,8
Jabaquara	2.422	13,7	Cidade Ademar	6.053	43,2

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Centro de Informações Educacionais

Observatório Cidadão Nossa São Paulo

(*) Alunos com dois anos ou mais de defasagem em relação à idade ideal para as séries do ensino fundamental e médio.

Tabela 20
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, 2007
Ensino Fundamental Municipal de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries,

Unidades Territoriais	1ª a 4ª séries 5ª a 8ª séries	
	Índice ^(*)	Índice ^(*)
MSP	4,1	3,9
Aricanduva	4,3	4,4
Butantã	4,4	4,1
Campo Limpo	4,2	3,5
Capela do Socorro	4,4	4,0
Casa Verde/Cachoeirinha	4,0	4,0
Cidade Ademar	4,0	3,5
Cidade Tiradentes	4,1	3,5
Ermelino Matarazzo	4,4	4,0
Freguesia/Brasilândia	3,9	3,5
Guaianases	4,2	3,8
Ipiranga	4,4	4,0
Itaim Paulista	4,7	3,9
Itaquera	4,1	3,9
Jabaquara	4,3	3,9
Jaçanã / Tremembé	4,0	3,8
Lapa	4,2	4,3
M'Boi Mirim	4,2	3,5
Moóca	4,8	4,8
Parelheiros	4,6	3,4
Penha	4,4	4,2
Perus	4,3	4,0
Pinheiros	4,2	4,7
Pirituba	4,5	3,9
Santana/Tucuruvi	4,4	4,4
Santo Amaro	4,7	4,3
São Mateus	4,2	3,9
São Miguel	4,3	3,8
Sé	4,2	3,9
Vila Maria/Vila Guilherme	4,5	3,8
Vila Mariana	4,6	4,3
Vila Prudente/Sapopemba	4,4	4,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudo e Observatório Cidadão Nossa São Paulo.

(*) O índice varia de 0 a 10.

SAÚDE

Na área da saúde os temas mais discutidos foram a insuficiência da oferta de equipamentos para atendimento básico e hospitalar, além da baixa qualidade dos serviços, a longa espera para a marcação de consultas e a quase inexistência de assistência médica em especialidades.

A oferta de equipamentos para atenção básica à saúde e sua distribuição nas regiões da cidade pode ser observada na tabela 21. Esses números incluem os equipamentos tradicionais como as UBSs, CSs e PAMs, e também as unidades de Assistência Médica Ambulatorial/AMA, integradas à rede básica a partir de 2005. Destaca-se nessa tabela a discrepância entre as regiões da cidade quanto ao coeficiente de atendimento (1 equipamento/20.000 habitantes). Embora esse indicador não reflita qualquer aspecto da qualidade do serviço, ele é um importante padrão mínimo a ser observado. No entanto, em 2008, a população de 16 subprefeituras não tinha garantido sequer esse mínimo. Quanto à oferta de leitos hospitalares a situação não difere muito, pois o padrão mínimo (1leito/1000 habitantes) não é observado em 13 subprefeituras.

Tabela 21
Atendimento Básico em Saúde
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2008

Unidades Territoriais	Unidades Básicas de Saúde ^(*)	Taxa por 20.000 habitantes
MSP	543	0,99
M'Boi Mirim	43	1,59
Parelheiros	11	1,50
Ermelino Matarazzo	15	1,43
Cidade Tiradentes	14	1,31
Cidade Ademar	26	1,30
São Mateus	27	1,27
Moóca	18	1,21
Vila Maria/Vila Guilherme	16	1,11
Guaianases	16	1,11
Vila Prudente/Sapopemba	28	1,06
Penha	25	1,06
Perus	7	1,05
Pirituba	23	1,05
Itaquera	27	1,03
Itaim Paulista	20	1,01
Ipiranga	21	0,99
Campo Limpo	28	0,97
Casa Verde/Cachoeirinha	15	0,96
Jaçanã/Tremembé	13	0,95
Jabaquara	10	0,94
Butantã	18	0,94
Freguesia/Brasilândia	19	0,92
Lapa	12	0,90
São Miguel	18	0,88
Aricanduva/Formosa	11	0,86
Sé	13	0,74
Vila Mariana	9	0,60
Capela do Socorro	20	0,60
Santana/Tucuruvi	9	0,59
Pinheiros	6	0,46
Santo Amaro	5	0,46

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde, Coordenadoria de Epidemiologia e Informação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro
(*) Compreende UBS - Unidade Básica de Saúde, CS - Centro de Saúde, PAM - Posto de Atendimento Médico e AMA - Assistência Médica Ambulatorial.
Elaboração FIPE.

Tabela 22
Coeficiente de Leitos Gerais
Município de São Paulo e Subprefeituras 2008

Unidades Territoriais	Hospitais	Total de leitos	Coeficiente de Leitos Gerais ^(*)
MSP	210	34.028	3,11
Sé	37	7.458	21,24
Vila Mariana	29	5.284	17,66
Pinheiros	15	3.593	13,76
Moóca	19	2.157	7,23
Santo Amaro	10	1.419	6,46
Jaçanã/Tremembé	4	1.335	4,86
Santana/Tucuruvi	10	1.375	4,48
Jabaquara	6	916	4,31
Butantã	9	1.299	3,40
Lapa	10	865	3,24
Ipiranga	8	1.207	2,83
Ermelino Matarazzo	4	416	1,99
Itaquera	4	1.006	1,93
Vila Maria/Vila Guilherme	5	547	1,90
Pirituba	5	798	1,82
Casa Verde/Cachoeirinha	3	421	1,34
M'Boi Mirim	3	668	1,24
Guaianases	2	350	1,21
Cidade Tiradentes	1	228	1,06
Penha	4	494	1,04
São Miguel	5	351	0,86
Itaim Paulista	3	337	0,85
Vila Prudente/Sapopemba	4	449	0,85
São Mateus	2	280	0,66
Capela do Socorro	3	436	0,65
Aricanduva/Formosa	3	129	0,50
Freguesia/Brasilândia	1	198	0,48
Campo Limpo	1	12	0,02
Cidade Ademar	0	0	0,00
Parelheiros	0	0	0,00
Perus	0	0	0,00

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde, Coordenadoria de Epidemiologia e Informação e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro
(*) Leitos por mil habitantes

Tabela 23**Mortalidade Infantil****Município de São Paulo e Subprefeituras, 2005 a 2008**

Unidades Territoriais	2005		2006		2007		2008	
	Nº abs.	Taxa (*)	Nº abs.	Taxa	Nº abs.	Taxa	Nº abs.	Taxa
MSP	2.197	12,90	2.126	12,79	2.154	12,57	2.078	12,00
Aricanduva	45	13,26	29	8,89	35	10,76	36	10,76
Butantã	57	7,88	65	9,61	54	7,51	64	8,61
Campo Limpo	115	12,47	126	13,20	119	12,00	109	10,77
Capela do Socorro	163	14,93	169	15,59	184	17,42	142	13,35
Casa Verde/Cachoeirinha	73	13,34	82	15,29	74	14,00	51	9,76
Cidade Ademar	90	13,28	77	11,94	89	12,93	84	12,24
Cidade Tiradentes	51	15,46	50	15,62	54	15,31	64	17,81
Ermelino Matarazzo	48	14,03	45	13,22	45	14,13	41	12,91
Freguesia/Brasilândia	82	10,82	101	14,01	106	14,64	119	16,21
Guaianases	85	17,20	73	15,86	61	12,93	63	13,21
Ipiranga	82	13,34	57	9,36	57	8,93	75	11,84
Itaim Paulista	84	13,89	87	14,13	93	15,32	100	15,82
Itaquera	125	14,86	124	15,48	100	12,06	110	13,01
Jabaquara	39	11,80	32	9,46	40	11,86	37	10,74
Jaçanã / Tremembé	58	13,87	50	11,92	62	13,92	59	12,99
Lapa	28	8,05	25	7,28	28	7,76	29	8,09
M'Boi Mirim	144	14,37	131	13,68	136	13,59	128	12,66
Moóca	62	13,50	47	10,52	46	9,42	56	11,32
Parelheiros	34	13,25	45	18,34	42	16,29	35	13,42
Penha	89	13,07	70	10,61	85	13,15	79	11,84
Perus	31	13,95	27	12,33	31	12,53	35	13,69
Pinheiros	15	5,43	18	6,60	18	6,14	15	5,10
Pirituba	107	15,16	105	15,37	106	15,29	82	11,74
Santana/Tucuruvi	38	9,41	46	11,73	31	7,91	42	10,22
Santo Amaro	26	8,95	42	15,09	21	7,54	21	7,41
São Mateus	100	15,14	77	12,10	97	13,99	75	10,44
São Miguel	79	12,26	88	14,28	76	12,07	84	13,66
Sé	67	12,30	72	13,62	71	12,78	65	11,63
Vila Maria/Vila Guilherme	61	12,69	53	11,39	56	12,24	57	11,95
Vila Mariana	38	10,29	27	7,85	41	11,75	33	9,47
Vila Prudente/Sapopemba	81	11,03	86	12,07	96	12,73	88	11,57

Fonte: Fundação SEADE. Dados disponíveis no Observatório Cidadão Nossa São Paulo

(*) Óbitos de crianças menores de um ano em cada mil nascidas vivas.

Tabela 24**Redução da Taxa de Mortalidade Infantil entre 2005 e 2008.**

Houve redução			Não houve redução		
MSP	12,90	12,00	Butantã	7,88	8,61
Aricanduva	13,26	10,76	Cidade Tiradentes	15,46	17,81
Campo Limpo	12,47	10,77	Freguesia/Brasilândia	10,82	16,21
Capela do Socorro	14,93	13,35	Itaim Paulista	13,89	15,82
Casa Verde/Cachoeirinha	13,34	9,76	Lapa	8,05	8,09
Cidade Ademar	13,28	12,24	Parelheiros	13,25	13,42
Ermelino Matarazzo	14,03	12,91	Santana/Tucuruvi	9,41	10,22
Guaianases	17,20	13,21	São Miguel	12,26	13,66
Ipiranga	13,34	11,84	Vila Prudente/Sapopemba	11,03	11,57
Itaquera	14,86	13,01			
Jabaquara	11,80	10,74			
Jaçanã / Tremembé	13,87	12,99			
M'Boi Mirim	14,37	12,66			
Moóca	13,50	11,32			
Penha	13,07	11,84			
Perus	13,95	13,69			
Pinheiros	5,43	5,10			
Pirituba	15,16	11,74			
Santo Amaro	8,95	7,41			
São Mateus	15,14	10,44			
Sé	12,30	11,63			
Vila Maria/Vila Guilherme	12,69	11,95			
Vila Mariana	10,29	9,47			

Fonte: Fundação SEADE. Dados disponíveis no Observatório Cidadão Nossa São Paulo

Óbitos de crianças menores de um ano em cada mil nascidas vivas.

O Coeficiente de mortalidade infantil é um indicador muito utilizado para a caracterização do estado de saúde das populações e representa o número de óbitos de crianças menores de um ano a cada 1000 nascidas vivas. Ele reflete a qualidade e adequação das condições sociais e ambientais de vida, da qualidade do pré-natal e parto, bem como das condições nutricionais e assistenciais da mãe e do recém nascido.

A evolução desse indicador entre 2005 e 2008 mostra que houve redução em grande parte das regiões da cidade de São Paulo (tabelas 23 e 24). Mas a desigualdade de condições intra-urbanas também ocorre nesse caso, pois com exceção do Butantã, Lapa, Vila Mariana, Santo Amaro, Pinheiros e Casa Verde, as demais subprefeituras continuam apresentando taxas elevadas de mortalidade infantil.

Tabela 25
Gravidez Precoce
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2005 e 2008

Unidades Territoriais	2005		2008	
	Nº abs. ^(*)	% (**)	Nº abs.	%
São Paulo	25.209	14,73	22.897	13,75
Pinheiros	111	4,02	62	2,15
Vila Mariana	194	5,25	137	3,94
Lapa	289	8,31	247	7,14
Santana/Tucuruvi	381	9,44	339	7,79
Santo Amaro	242	8,33	232	8,39
Moóca	460	10,02	415	9,16
Sé	552	10,13	512	9,39
Aricanduva	348	10,26	332	10,27
Ipiranga	801	13,03	674	11,52
Penha	924	13,56	778	11,78
Butantã	996	13,76	833	12,14
Ermelino Matarazzo	501	14,64	411	13,21
Jabaquara	466	14,10	449	13,37
Vila Prudente/Sapopemba	1.162	15,82	942	13,80
Campo Limpo	1.394	15,12	1.327	13,94
Itaquera	1.334	15,85	1.159	14,04
Vila Maria/Guilherme	703	14,62	664	14,24
Pirituba	1.068	15,13	965	14,45
Casa Verde/Cachoeirinha	861	15,73	791	15,15
Jaçanã / Tremembé	663	15,85	663	15,56
Capela do Socorro	1.782	16,33	1.687	15,79
M'Boi Mirim	1.718	17,14	1.572	15,93
Freguesia/Brasilândia	1.245	16,43	1.182	16,22
Cidade Ademar	1.099	16,22	1.064	16,29
Cidade Tiradentes	597	18,10	614	17,33
São Miguel	1.129	17,52	1.029	17,35
Itaim Paulista	1.194	19,74	1.019	17,53
Guaianases	942	19,06	789	17,67
São Mateus	1.208	18,29	1.141	17,81
Perus	382	17,19	404	18,30
Parelheiros	463	18,04	464	19,48

Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos, Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, INFOCIDADE

(*) Número de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos.

(**) Porcentagem de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos.

O indicador de gravidez precoce foi incluído nessa caracterização socioeconômica porque os adolescentes e jovens identificaram esse tema como um dos grandes problemas a ser enfrentado pela comunidade. Em quase todas as regiões foram levantadas propostas no sentido de implantar programas de saúde que contemplem orientação sexual e conscientização dos jovens quanto aos riscos de gravidez.

Este indicador refere-se ao percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o universo de nascidos vivos. Comparando 2005 e 2008, verifica-se que houve redução significativa em 23 subprefeituras e aumento em apenas duas. Na tabela 25 as subprefeituras estão classificadas do menor ao maior valor sendo que 18 regiões estão acima da média do município (13,75).

CULTURA, ESPORTE E LAZER

A ausência de equipamentos e programas para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais é uma dimensão da realidade vivida por crianças e adolescentes em numerosas regiões da cidade. Essa carência foi apontada principalmente nas conferências lúdicas, nas quais os depoimentos foram no sentido de reafirmar que os únicos espaços disponíveis são campos de futebol improvisados, de terra batida. Nesse contexto destacam-se os espaços esportivos e culturais nos CEUs que são valorizados, mas apontados como absolutamente insuficientes para a demanda local.

Tabela 26
Equipamentos Públicos de Esportes e Lazer por Porte
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2008

Unidades Territoriais	Porte ^(*)			Total	
	Pequeno	Médio	Grande	MSP	% (**)
MSP	404	77	7	488	100
Jaçanã/Tremembé	1	2	-	3	0,61
Parelheiros	3	-	-	3	0,61
Perus	2	1	-	3	0,61
Jabaquara	3	2	-	5	1,02
Pinheiros	4	1	-	5	1,02
Cidade Tiradentes	3	4	-	7	1,43
Santana/Tucuruvi	4	3	-	7	1,43
Guaianases	6	2	-	8	1,64
Aricanduva/Formosa	8	1	-	9	1,84
Casa Verde/Cachoeirinha	8	1	-	9	1,84
Cidade Ademar	8	1	-	9	1,84
Vila Mariana	5	2	2	9	1,84
Sé	6	2	3	11	2,25
Vila Maria/Vila Guilherme	10	1	1	12	2,46
Lapa	11	3	-	14	2,87
Pirituba	11	4	-	15	3,07
Ermelino Matarazzo	16	-	-	16	3,28
Ipiranga	12	4	-	16	3,28
Santo Amaro	14	2	-	16	3,28
Moóca	15	2	-	17	3,48
Butantã	16	3	-	19	3,89
Itaim Paulista	19	3	-	22	4,51
M'Boi Mirim	20	3	-	23	4,71
São Miguel	20	3	-	23	4,71
Freguesia/Brasilândia	20	4	-	24	4,92
São Mateus	21	3	-	24	4,92
Itaquera	23	5	-	28	5,74
Penha	25	3	-	28	5,74
Campo Limpo	28	4	-	32	6,56
Vila Prudente/Sapopemba	28	4	-	32	6,56
Capela do Socorro	34	4	1	39	7,99

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro.

(*) Porte: Pequeno - Centros Desportivos Municipais, Campos, Modelódromos e outros
Médio - Centros Educacionais e Esportivos, Balneários, Mini Balneários
e Clube da Comunidade dos CEUs

Grande - Clubes Desportivos, Estádios, Centro Olímpico, Autódromo

(**) Porcentagem de equipamentos esportivos na subprefeitura sobre o total da cidade.

Tabela 27
Equipamentos Públicos de Cultura
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2007

Unidades Territoriais	Equipamentos Culturais	
	Nº abs.	% ^(*)
MSP	200	100
Sé	63	31,5
Butantã	32	16,0
Lapa	11	5,5
Vila Mariana	10	5,0
Ipiranga	8	4,0
Pinheiros	8	4,0
Moóca	6	3,0
Santana/Tucuruvi	6	3,0
Capela do Socorro	5	2,5
Itaquera	5	2,5
Santo Amaro	5	2,5
Itaim Paulista	4	2,0
M'Boi Mirim	4	2,0
Penha	4	2,0
São Miguel	4	2,0
Campo Limpo	3	1,5
Freguesia/Brasilândia	3	1,5
Vila Prudente/Sapopemba	3	1,5
Casa Verde/Cachoeirinha	2	1,0
Cidade Tiradentes	2	1,0
Guaianases	2	1,0
Jabaquara	2	1,0
Pirituba	2	1,0
São Mateus	2	1,0
Aricanduva	1	0,5
Cidade Ademar	1	0,5
Jaçanã/Tremembé	1	0,5
Perus	1	0,5
Ermelino Matarazzo	-	0,0
Parelheiros	-	0,0
Vila Maria/Guilherme	-	0,0

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura,
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro

(*) Porcentagem de equipamentos públicos de cultura
na subprefeitura sobre o total da cidade.

Dados da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação indicam a existência de 488 equipamentos públicos, de portes variados, distribuídos na cidade. Existe um predomínio absoluto dos equipamentos de pequeno porte como os CDMs, campos e modelódramas. A tabela 27 expressa os recursos disponíveis nas subprefeituras e como se dá a participação de cada uma no total.

Na área da cultura, a carência é mais acentuada. Foi constatada, nas Conferências, a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento cultural da população moradora das regiões periféricas da cidade. Os dados relativos à distribuição dos equipamentos públicos de cultura expressam essa realidade (tabela 28). Quanto à oferta de bibliotecas infanto-juvenis, observa-se que a cidade dispõe apenas de 37. Considerando o padrão definido pela UNESCO foi dimensionada a carência desse tipo de equipamento em cada subprefeitura (tabela29).

Tabela 28
Disponibilidade e Carência de Bibliotecas Infanto-Juvenis
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2006

Unidades Territoriais	Equipamentos			
	Área Urb. (*)	Requerido (**)	Disponíveis	Carência
MSP	849,2	120	37	83
Cidade Tiradentes	5,4	0,8	-	0,8
Sé	26,6	3,8	3	0,8
Jabaquara	12,5	1,8	1	0,8
Vila Mariana	27,3	3,9	3	0,9
Jaçanã/Tremembé	14,0	2,0	1	1,0
Aricanduva/Formosa	21,7	3	2	1,1
Guaianases	16,0	2,3	1	1,3
Mooca	40,2	5,7	4	1,7
Perus	19,1	2,7	1	1,7
Itaim Paulista	19,5	2,8	1	1,8
Ermelino Matarazzo	13,5	1,9	-	1,9
Freguesia/Brasilândia	21,2	3,0	1	2,0
Casa Verde/Cachoeirinha	22,5	3,2	1	2,2
Vila Maria/Guilherme	23,2	3,3	1	2,3
Santana/Tucuruvi	32,1	4,5	2	2,5
São Miguel	19,1	2,7	-	2,7
Pinheiros	33,7	4,8	2	2,8
Penha	35,1	5,0	2	3,0
Vila Prudente/Sapopemba	29,1	4,1	1	3,1
Parelheiros	22,3	3,2	-	3,2
Cidade Ademar	23,1	3,3	-	3,3
Capela do Socorro	32,4	4,6	1	3,6
São Mateus	25,8	3,6	-	3,6
Pirituba	40,0	5,7	2	3,7
Lapa	40,6	5,7	2	3,7
Ipiranga	34,9	4,9	1	3,9
Santo Amaro	35,8	5,1	1	4,1
Campo Limpo	36,5	5,2	1	4,2
Itaquera	40,9	5,8	1	4,8
M'Boi Mirim	35,8	5,1	-	5,1
Butantã	49,4	7,0	1	6,0

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura / SMC - Departamento de Bibliotecas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro

(*) Área Urbanizada expressa em km²

(**) Conforme padrão da UNESCO que define como ideal um raio de atendimento de 1,5 km por biblioteca, sendo admissíveis raios de 3 a 4 km para unidades de grande porte.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas conferências regionais foi possível observar que além das reivindicações por escolas, atendimento em saúde ou de espaços para cultura e esportes, as regiões fizeram propostas para a ampliação dos núcleos socioeducativos. Os núcleos oferecem serviço de proteção social básica com atividades socioeducativas complementares à educação formal, para crianças, adolescentes e jovens em contexto de vulnerabilidade social. Este programa é mantido por meio de convênios de organizações sociais com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social/SMADS e suas unidades atendem crianças desde os seis anos a jovens até 24 anos de idade. Em cada equipamento o atendimento pode estar voltado a um ou mais segmentos etários compreendidos entre essas duas idades-limite. No entanto a maior oferta de vagas está voltada para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos. A tabela 29 apresenta o número de núcleos socioeducativos disponíveis na cidade, bem como a oferta de vagas e sua distribuição pelas subprefeituras.

Tabela 29
Núcleos Socioeducativos
Município de São Paulo e Subprefeituras, 2006

Unidades Territoriais	Unidades	Nº de vagas
MSP	401	53.027
São Mateus	37	4.668
Itaquera	20	3.511
São Miguel	16	3.039
M'Boi Mirim	26	3.035
Vila Maria/Vila Guilherme	17	2.825
Sé	16	2.798
Butantã	19	2.738
Vila Prudente/Sapopemba	27	2.701
Campo Limpo	22	2.685
Freguesia/Brasilândia	15	2.570
Lapa	20	2.301
Ipiranga	23	2.170
Cidade Ademar	18	2.146
Capela do Socorro	14	1.770
Mooca	10	1.641
Jaçanã/Tremembé	10	1.220
Penha	8	1.170
Casa Verde/Cachoeirinha	7	1.055
Pirituba	9	1.020
Jabaquara	8	980
Pinheiros	8	970
Itaim Paulista	9	920
Aricanduva/Formosa	8	874
Santo Amaro	7	680
Guaianases	4	600
Cidade Tiradentes	5	590
Santana/Tucuruvi	5	580
Vila Mariana	2	520
Parelheiros	4	480
Perus	4	420
Ermelino Matarazzo	3	350

Fonte: SMADS/Observatório de Política Social, cadastros atualizados 2000/2006.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Dipro

Tabela 30
Conselhos Tutelares
Município de São Paulo, Regiões e Subprefeituras, 2009

Unidades Territoriais	População ^(*)	Pop/200 mil habitantes ^(**)	Conselhos Tutelares	
			Existentes	Déficit
MSP	-	-	37	9
Centro				
Sé	331.986	1,7	1	-
Norte				
Casa Verde/Cachoeirinha	313.068	1,6	1	-
Freguesia/Brasilândia	415.012	2,1	1	1
Jaçanã / Tremembé	275.103	1,4	1	-
Santana/Tucuruvi	305.538	1,5	1	-
Vila Maria/Guilherme	289.051	1,4	1	-
Sul				
Campo Limpo	572.849	2,9	1	1
Capela do Socorro	662.943	3,3	2	1
Cidade Ademar	400.015	2,0	1	1
Ipiranga	429.499	2,1	1	1
Jabaquara	213.744	1,1	1	-
M'Boi Mirim	539.557	2,7	2	-
Parelheiros	144.727	0,7	1	-
Santo Amaro	208.130	1,0	1	-
Vila Mariana	296.275	1,5	1	-
Leste				
Aricanduva	259.091	1,3	1	-
Cidade Tiradentes	237.239	1,2	1	-
Ermelino Matarazzo	210.266	1,1	1	-
Guaianases	288.378	1,4	2	-
Itaim Paulista	396.093	2,0	1	1
Itaquera	522.604	2,6	2	-
São Miguel	407.745	2,0	2	-
Moóca	288.459	1,4	1	-
Penha	476.695	2,4	1	1
São Mateus	431.611	2,2	1	1
Vila Prudente/Sapopemba	521.092	2,6	2	-
Oeste				
Butantã	383.750	1,9	1	-
Lapa	256.427	1,3	1	-
Perus	144.523	0,7	1	-
Pinheiros	236.630	1,2	1	-
Pirituba	438.539	2,2	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Parceria e Participação, CMDCA
(*) Companhia do Metropolitano de São Paulo, Pesquisa OD 2007
(**) Segundo resolução federal a cada 200 mil habitantes deve corresponder um conselho tutelar.

CONSELHOS TUTELARES

Os Conselhos Tutelares participaram da Comissão Regional de organização das conferências lúdicas e convencionais em todas as regiões onde esses eventos ocorreram. Como órgão público com atribuição de zelar pelos direitos da infância e juventude, sua atuação foi um dos temas presentes em numerosas oficinas, principalmente nas discussões dos eixos temáticos II e III. Algumas vezes os convencionais questionaram a atuação dos conselheiros tutelares em face de determinadas situações de vulnerabilidade vivenciadas por crianças e adolescentes. Mas foi observado também que seu papel de representar a comunidade e atuar junto a órgãos e entidades para assegurar os direitos é muito valorizado, especialmente, nas áreas que apresentam maior carência socioeconômica.

Hoje o município tem 37 conselhos tutelares e uma reivindicação comum a várias regiões é a criação de novas unidades considerando o padrão de 1 para cada 200 mil habitantes. A tabela 30 indica a distribuição desses órgãos segundo subprefeituras e regiões e aquelas em que, face às dimensões da população, demandam a ampliação da rede.

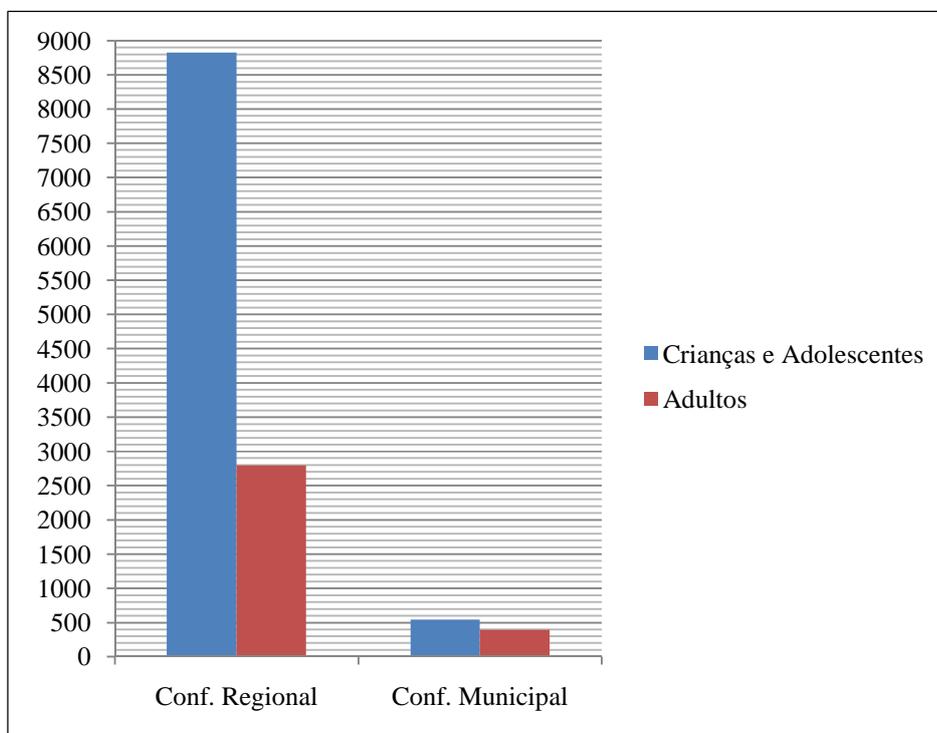
II - PERFIL DOS PARTICIPANTES DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS E DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Nos meses de junho e julho de 2009 participaram das conferências de Direitos das Crianças e Adolescentes, em toda a cidade de São Paulo, 11616 pessoas. As conferências regionais ocorreram em todas as subprefeituras da cidade (ver tabela em anexo). A grande maioria (76%) dos participantes eram crianças e adolescentes (8 824 pessoas). Os adultos eram 2 792, correspondendo a 24% do total. Na conferência municipal os participantes foram 942 e nela todas as regiões da cidade estavam representadas por meio de seus delegados. (ver tabela anexa). Nesta conferência havia proporcionalmente mais adultos do que crianças e adolescentes do que nas conferências regionais. O grupo infanto-juvenil correspondeu a 57,8% dos participantes (544 pessoas) e os adultos a 42,2% (398 pessoas). (gráfico 1)

Gráfico 1

Distribuição dos participantes das conferências regionais e municipal por grupos etários



PERFIL DOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Com o objetivo de traçar o perfil dos participantes, a FIPE solicitou aos presentes nas oficinas da Conferência Municipal lúdica e convencional, que preenchessem uma ficha com as seguintes informações:

- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Subprefeitura de procedência
- Condição de participação nesta conferência
- Participação em conferências anteriores

A ficha foi preenchida por 639 pessoas que participaram das oficinas, o que corresponde a aproximadamente 70% do total de participantes (942 pessoas). Entre os adultos a proporção de pesquisados foi de 77%. No grupo de crianças e adolescentes 60% dos participantes responderam à ficha. (tabela 1)

Tabela 1

Número de Participantes e Participantes Pesquisados da Conferência Municipal por Grupo Etário

GRUPO ETÁRIO	PARTICIPANTES	PARTICIPANTES PESQUISADOS	% DE PESQUISADOS POR PARTICIPANTES
Crianças e Adolescentes	544	329	60,4
Adultos	398	310	77,8
TOTAL	920	639	69,4

1 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS PARTICIPANTES

A distribuição entre adultos e crianças e adolescentes foi bem equilibrada na conferência municipal. Pouco mais da metade dos participantes (57%) eram crianças e adolescentes e os demais (42%) adultos. (ver gráfico 1)

Para o conjunto das crianças e adolescentes pesquisados (ver nota 1) a média de idade foi 14 anos, o que se explica pelo fato do grupo de adolescentes ter predominado largamente (88%) sobre o grupo das crianças (menores de 12 anos), que corresponderam a apenas 11%, como mostra a tabela 2.

No grupo dos adultos destacaram-se os adultos jovens (de 18 a 29 anos) que corresponderam a 35% deste grupo. A proporção vai decrescendo nas faixas etárias mais altas: 11,9% de 30 a 40 anos, 11,4% de 40 a 50 anos e 7% com 50 anos e mais. A idade média dos adultos foi 36,7 anos.

¹ Os dados apresentados a seguir se referem sempre aos participantes pesquisados que preencheram as fichas nas oficinas.

Tabela 2

Distribuição dos Participantes Pesquisados por Faixa Etária

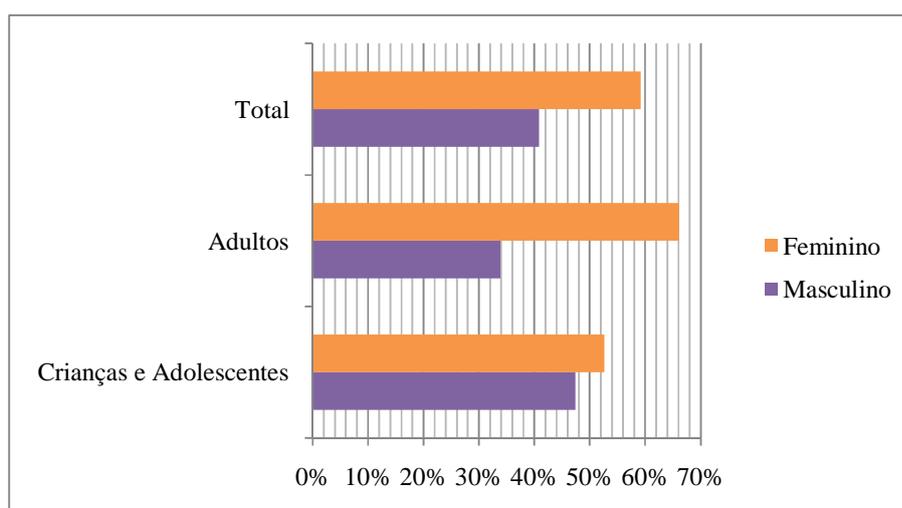
FAIXA ETÁRIA	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ADULTOS
Menos de 12 anos	37 11,2%	- -
De 12 a 17 anos	292 88,8%	- -
De 18 a 29 anos	- -	111 35,8%
De 30 a 39 anos	- -	76 24,5%
De 40 a 49 anos	- -	73 23,5%
De 50 anos e mais	- -	50 16,1%
TOTAL	329 100,0%	310 100,0%

2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEXO

Em relação à distribuição por sexo observa-se que a proporção de participantes mulheres (59%) foi superior a dos homens (40%), especialmente no grupo dos adultos, em que os representantes do sexo feminino corresponderam a 66%. Entre as crianças e adolescentes a proporção entre os gêneros foi mais equilibrada: 52% eram meninas e 47% meninos. (gráfico 2) (tabela em anexo)

Gráfico 2

Distribuição dos participantes crianças/adolescentes e adultos por sexo (%)



3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES

Em relação à escolaridade as crianças e adolescentes estão distribuídas da seguinte forma: 62% estavam cursando (ou cursaram) o nível fundamental e 37% o nível médio. (tabela 3)

Tabela 3

Nível de Escolaridade dos Participantes Crianças/Adolescentes e Adultos

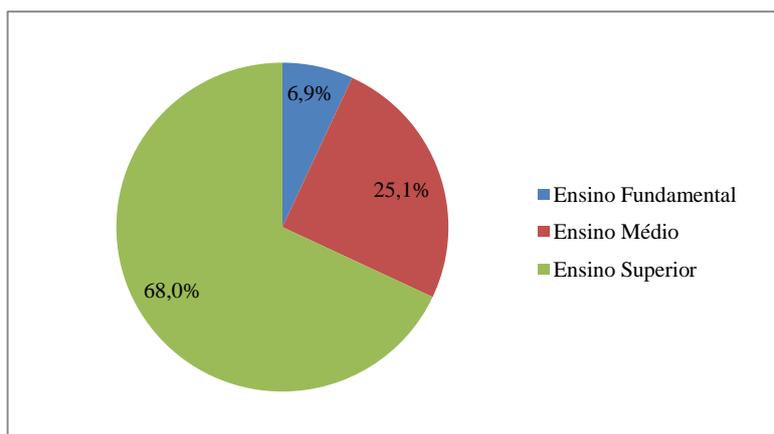
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ADULTOS	TOTAL
Fundamental	189 62,2%	21 6,9%	210 34,4%
Médio	115 37,8%	77 25,2%	192 31,5%
Superior	- -	208 68,0%	208 34,1%
TOTAL	304 100,0%	306 100,0%	610* 100,0%

* 29 casos sem informação

Entre os adultos a escolaridade é alta, apenas 6% não foram além do nível fundamental, 25% tinham nível médio e a grande maioria (68%) atingiu o nível superior. (tabela 3). A razão de haver muitos adultos com nível universitário pode estar ligada ao que foi observado durante a conferência: a presença significativa de educadores e outros profissionais, para as quais se requer curso superior. (gráfico 3).

Gráfico 3

Nível de escolaridade dos participantes adultos (%)



4 - CONDIÇÃO DOS PARTICIPANTES E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS CONFERÊNCIAS

A grande maioria dos que participaram das oficinas (66%) eram delegados titulares de suas regiões, tanto entre os adultos como entre as crianças e adolescentes. Os restantes eram delegados suplentes (15%) ou observadores (11%). Um pequeno grupo (1%) tinha outra função, provavelmente acompanhante. (tabela 4)

Tabela 4

Condição de participação na conferência municipal de Crianças/Adolescentes e Adultos

CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ADULTOS	TOTAL
Delegado titular	212 66,3%	200 66,2%	412 66,2%
Delegado suplente	68 21,3%	25 8,3%	93 15,0%
Delegado nato	8 2,5%	24 7,9%	32 5,1%
Observador	29 9,1%	45 14,9%	74 11,9%
Outro	3 0,9%	8 2,6%	11 1,8%
TOTAL	320 100,0%	302 100,0%	622 100,0%

*17 casos sem informação

A tabela abaixo mostra a existência de um processo que combina continuidade e renovação dos participantes na conferência municipal. Por um lado, identifica-se um grupo com experiência anterior, que já havia participado de outras conferências (55%) e por outro, um grupo de novos representantes que participaram pela primeira vez (44%).

Como seria esperado, a presença de um grupo com experiência anterior é maior entre os adultos (63%), mas mesmo entre as crianças e adolescentes é significativa a proporção dos que já participaram de outra conferência (49%). Cabe, no entanto, considerar a possibilidade de que as crianças e adolescentes não tenham atentado para a pergunta que se referia à experiência anterior em outra conferência municipal e tenham considerado como anterior sua participação na conferência regional deste ano. (tabela 5)

Tabela 5

Participação em conferência municipal anterior de Crianças/Adolescentes e Adultos

PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIA ANTERIOR	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ADULTOS	TOTAL
Sim	160 49,2%	192 63,0%	352 55,9%
Não	165 50,8%	113 37,0%	278 44,1%
TOTAL	325 100,0%	305 100,0%	630* 100,0%

*9 casos sem informação

5 - INSTITUIÇÕES QUE OS PARTICIPANTES REPRESENTAM

Foi perguntado aos participantes das oficinas qual a instituição/organização estavam representando. Não houve uniformidade nas respostas, especialmente no grupo de crianças e adolescentes. Alguns se referiram ao projeto específico que faziam parte, como o CCA que frequentavam, outros mencionaram a instituição mantenedora, outros ainda responderam ser da “comunidade” ou da “sociedade civil”. Em alguns casos foram usadas abreviações que não permitiram detectar qual era a instituição.

Foi possível, no entanto, identificar, em termos gerais, os tipos de instituição de onde procediam os participantes e aquelas que apresentavam maior número de representantes. Foram considerados 578 casos válidos, classificados de acordo com o tipo de instituição representada: organizações sociais, fóruns e conselhos, escolas, órgãos públicos e o que foi mencionado como “comunidade”.

Deve-se considerar que as informações apresentadas a seguir não incluem a totalidade de instituições presentes e participantes, uma vez que se baseiam no que foi identificado nas fichas preenchidas nas oficinas.

A grande maioria dos respondentes representavam ou estavam ligados a organizações sociais (72%). Em segundo lugar, com um percentual bem mais baixo (11%) foram identificados os representantes de fóruns e conselhos. As escolas foram mencionadas por 8% dos participantes e os órgãos públicos por 4%. 3% responderam que representavam a comunidade ou o bairro em que moravam sem identificar alguma organização. (gráfico 4)

Gráfico 4

Tipos de instituições que os participantes representam (%)

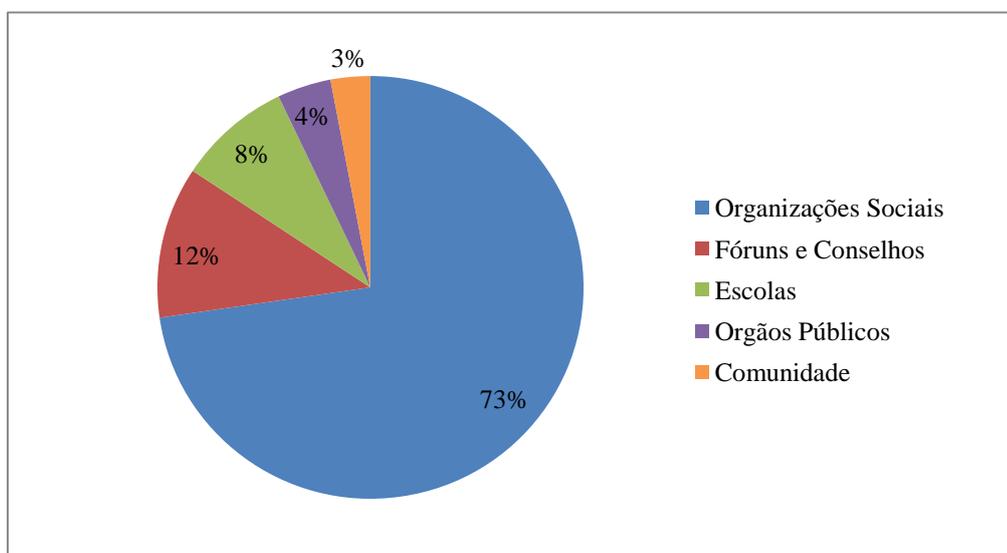


Tabela 6

Tipos de instituições que os participantes representam

TIPO DE INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Organizações sociais	420	72,7
Fóruns e conselhos	67	11,6
Escolas	50	8,6
Órgãos Públicos	24	4,1
Comunidade	17	3,0
TOTAL	578*	100

*casos nos quais foi possível identificar a instituição

As organizações sociais a que se referiram os participantes são organizações da sociedade civil, em grande parte prestadora de serviços a crianças e adolescentes – Institutos, Associações, Centros educacionais e de formação profissional, Projetos e Movimentos sociais. Nos casos onde foi possível identificar o tipo de serviço se destacaram os CCA (46 participantes) – Centros de Criança e Adolescentes – que desenvolve atividades socio-educativas com crianças e adolescentes. Foram identificados também participantes procedentes de instituições que trabalham com crianças e

adolescentes em situação de rua com crecas, cedecas e abrigos (25 participantes). Entre as instituições citadas, as que apresentaram maior número de participantes foram:

Tabela 7

Organizações sociais com maior número de participantes

SUBPREFEITURA	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Nº PARTICIPANTES
Itaim Paulista, São Miguel	Associação Comunitária de Mulheres do MST e MST	28
Cidade Tiradentes	Ação Comunitária Senhor Santo Cristo	27
Capela Socorro, Guaianases, Itaim Paulista	Projeto Guri	16
Ipiranga	UNAS	14
Lapa, Butantã	Sociedade Benfeitora Jaguaré	14
Cidade Ademar	Parceiros da Fé	14
Itaquera	Instituto Social Dom Bosco	11
São Mateus	Associação Comunitária Padre Jose Machado	8
Mooca, S Mateus, Sapopemba	Centro Social Bom Parto	7
Sapopemba	Instituto Daniel Camboni	7
Pinheiros, Sé, Vila Mariana	Instituto Mensageiros	7
Santana, S Amaro, Mooca	Instituto Social Santa Lucia	7
Butantã, Santana	Associação Santo Agostinho	5
S Miguel	Centro de Educação Popular da Comunidade N. S. Aparecida	5
Vila Mariana e Sé	Projeto Quixote	5

Com relação aos Foruns e Conselhos (11%) predominaram os representantes dos Conselhos Tutelares (49) procedentes de praticamente todas as subprefeituras, seguidos dos Foruns Regionais da Criança e do Adolescente.

Os representantes de escolas (50) corresponderam a apenas 8% do total dos respondentes. Mais da metade deles procedia de escolas públicas municipais, sendo 14 de EMEFs e 12 de CEUs. Os representantes de Escolas estaduais foram 12. Houve ainda 7 participantes de uma escola particular – Escola da Vila – situada no Butantã.

Tabela 8
Participantes de escolas

TIPO DE ESCOLA	Nº PARTICIPANTES	%
EMEF	14	28,0
CEU	12	24,0
EE	12	24,0
Escola particular	7	14,0
Escola s/ identificação	5	10,0
TOTAL	50	100,0

Entre os participantes que representaram órgãos públicos (24) quase a metade (10 participantes) era da área da Assistência Social – CRAS e 7 da área da Saúde. Houve ainda 3 representantes da Câmara Municipal que participaram das oficinas.

SINTETIZANDO ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

A distribuição entre representantes adultos e crianças e adolescentes foi bem equilibrada na conferência municipal, os primeiros corresponderam a 44% e os demais a 56%. Os representantes eram procedentes de todas as subprefeituras da cidade. Houve um equilíbrio entre os participantes com experiência em conferências anteriores (55,9%) e os novos (44,9%). Grande parte dos integrantes da conferência eram representantes de organizações sociais - Institutos, Associações, Centros educacionais e de formação profissional, Projetos e Movimentos sociais (72,7%).

No grupo de crianças e adolescentes a idade média foi 14 anos, a proporção de meninas foi ligeiramente superior a dos meninos e a maioria estava cursando o ensino fundamental.

No grupo de adultos a idade média foi 36 anos, a proporção de mulheres superou largamente a dos homens e o nível de escolaridade predominante foi o superior.

Participantes da Conferência Municipal

Proporção de Crianças e adolescentes (%)		57,8
Proporção de Adultos (%)		42,2
Proporção de Participantes com experiência em conferências anteriores (%)		55,9
Proporção de participantes representantes de organizações sociais		72,7
CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Idade média (anos)	14,0
	Proporção de meninas (%)	52,6
	Nível fundamental (%)	62,2
ADULTOS	Idade média (anos)	36,7
	Proporção de mulheres (%)	66,1
	Nível superior (%)	68,0

PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Para traçar o perfil dos integrantes das conferências regionais da cidade a FIPE utilizou as fichas de inscrição preenchidas pelos participantes na internet para as conferências regionais lúdicas e convencionais². No entanto, uma parte dos integrantes não se inscreveu previamente, mas o fez no dia e local da conferência. Para estes, a FIPE elaborou uma ficha com informações sobre sexo, idade e escolaridade a ser respondida pelos adultos, com o objetivo de incluir o maior número de participantes na caracterização³.

Obteve-se um total de 7180 casos com informações válidas, o que não corresponde ao total de participantes que foi de 11.616 pessoas (8.824 crianças e adolescentes e 2.792 adultos). Isto porque o preenchimento das fichas nem sempre foi adequado, houve itens com falta de informação ou informação inconsistente. Além disto, algumas regiões não fizeram a inscrição pela internet, o que reduziu muito o número de casos em algumas subprefeituras. Em função disto decidiu-se fazer uma caracterização dos participantes pelas 5 regiões – leste 1 e 2, sul, oeste-centro e norte - e não por subprefeituras. Deve-se adiantar que não há diferenças significativas no perfil dos participantes nas diferentes regiões.

² Alguns inscritos incluídos na caracterização não compareceram no dia da conferência, o que não compromete os resultados por não se tratar de um número expressivo.

³ A ficha não foi aplicada nas crianças e adolescentes para não prejudicar a organização das conferências lúdicas, uma vez que seria necessária uma orientação e acompanhamento para o preenchimento, o que não era viável tendo em vista o grande número de participantes.

A análise terá como referencia os dados sobre 7180 participantes das conferências regionais lúdicas e convencionais, sendo 4806 crianças e adolescentes e 2286 adultos (para 88 casos não há informação sobre a idade).

Os respondentes procedem de todas as subprefeituras da cidade e foram agrupados por regiões da seguinte forma:

REGIÕES	SUBPREFEITURAS	RESPONDENTES
Leste I	Aricanduva, Mooca, Penha, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Vila Prudente (Sapopemba)	25,1%
Leste II	São Miguel (Jd Helena), Cidade Tiradentes, Itaquera (José Bonifácio), Guaianases (Lageado), Itaim Paulista	14,2%
Oeste/Centro	Butantã, Lapa, Pinheiros, Sé	19,0%
Sul	Campo Limpo, Capela do Socorro (Grajaú), Cidade Ademar, Jabaquara, M'Boi Mirim ⁴ , (Jd Ângela e Jd S Luis), Parelheiros, Santo Amaro, Vila Mariana, Ipiranga	26,4%
Norte	Casa Verde, Freguesia do Ó/Brasilândia, Jaçanã/Tremembé, Perus, Pirituba, Santana/Tucuruvi, Vila Maria/Vila Guilherme.	15,4%

Apesar de não se trabalhar com informações sobre a totalidade dos participantes, os dados disponíveis permitem traçar, por região da cidade, o perfil das crianças e adolescentes e dos adultos que participaram das conferências regionais, considerando as variáveis: sexo, idade e escolaridade.

A tabela 9 mostra a distribuição de crianças e adolescentes e de adultos por região.

Tabela 9
Crianças, Adolescentes e Adultos pesquisados por Região

GRUPO ETÁRIO	REGIÃO					TOTAL
	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	
Crianças e Adolescentes	1264	523	998	1284	737	4806
	26,3%	10,9%	20,8%	26,7%	15,3%	100,0%
Adultos	530	488	303	599	366	2286
	23,2%	21,3%	13,3%	26,2%	16,0%	100,0%
TOTAL	1794	1011	1301	1883	1103	7092*
	25,3%	14,3%	18,3%	26,6%	15,6%	100,0%

* 88 casos sem informação

⁴ M'Boi não fez a inscrição pela internet mas fez a caracterização dos participantes das conferências lúdica e convencional (ver www.conferenciadedireitos.org.br). Os resultados se aproximam do encontrado neste estudo.

1 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DE ADULTOS NAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

1.1 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No grupo infanto-juvenil que participou das conferências regionais os adolescentes predominaram largamente (71%), em relação às crianças (menores de 12 anos), que corresponderam a 29% . Esta situação se repetiu em todas as regiões, com pequenas oscilações. A comparação com os dados da conferência municipal mostra que a participação das crianças até 12 anos foi maior nas regiões, uma vez que na municipal apenas 11% dos participantes estavam nesta faixa etária. Deve-se ressaltar que na conferência municipal as crianças reivindicaram a ampliação de sua participação nas instâncias municipal e estadual. (tabela 10).

Tabela 10

Distribuição das crianças e adolescentes por faixa etária

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

FAIXA ETÁRIA	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Menos de 12 anos	374 29,6%	171 32,7%	232 23,2%	393 30,6%	225 30,5%	1395 29,0%	37 11,2%
De 12 a 17 anos	890 70,4%	352 67,3%	766 76,8%	891 69,4%	512 69,5%	3411 71,0%	292 88,8%
TOTAL	1264 100,0%	523 100,0%	998 100,0%	1284 100,0%	737 100,0%	4806 100,0%	329 100,0%

Nas conferências regionais participaram crianças desde os 5 anos até adolescentes de 17 anos. No entanto, a maior concentração foi por volta dos 12, 13 anos. A média de idade do grupo infanto-juvenil foi 12,8 anos e a mediana, 13. Como se observa pela tabela 11, a média foi praticamente a mesma nas diversas regiões. Na conferência municipal ela foi ligeiramente mais alta – 14 anos – o que se explica pela presença massiva de adolescentes (88%). (tabela 11)

Tabela 11

Média e mediana da idade de crianças e adolescentes participantes das conferências regionais por grupos e da conferência municipal

IDADE (ANOS)	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Media	12,9	12,5	13,2	12,5	12,7	12,8	14,0
Mediana	13	12	13	13	13	13	14

1.2 - ADULTOS

Entre os adultos que participaram das conferências regionais predominaram os jovens entre 18 a 29 anos. Nota-se esta tendência em todos os grupos regionais, mas ela foi mais acentuada nas regiões Oeste/Centro e Sul, nas quais os adultos jovens corresponderam a 42% e 41% respectivamente.

A proporção de participantes adultos vai diminuindo à medida que aumenta a idade, o que ocorre em todas as regiões. Cabe observar que apesar desta tendência, há um percentual significativo de participantes com 50 anos ou mais (por volta de 16%). Na região norte o percentual alcançou 18%. A região leste 1 é onde a proporção de participantes com 50 anos e mais é mais baixa (13%).

A distribuição etária do conjunto dos participantes adultos das conferências regionais é bastante próxima dos que participaram da conferência municipal. (tabela 12)

Tabela 12

Distribuição dos adultos por faixa etária

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

FAIXA ETÁRIA	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
De 18 a 29 anos	196 37,0%	145 29,7%	128 42,2%	248 41,4%	96 26,2%	813 35,6%	111 35,8%
De 30 a 39 anos	151 28,5%	138 28,3%	60 19,8%	141 23,5%	98 26,8%	588 25,7%	76 24,5%
De 40 a 49 anos	111 20,9%	121 24,8%	68 22,4%	115 19,2%	103 28,1%	518 22,7%	73 23,5%
De 50 anos e mais	72 13,6%	84 17,2%	47 15,5%	95 15,9%	69 18,9%	367 16,1%	50 16,1%
TOTAL	530 100,0%	488 100,0%	303 100,0%	599 100,0%	366 100,0%	2286 100,0%	310 100,0%

A idade média entre os adultos que participaram das conferências regionais foi 36,2 anos e a mediana 35 anos, os mesmos resultados encontrados na conferência municipal. Entre os grupos regionais há pequenas diferenças, mas pouco significativas, como mostra a tabela 13.

Tabela 13

Média e mediana da idade dos adultos participantes das conferências regionais por grupos e da conferência municipal

IDADE (ANOS)	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Media	35,3	37,3	35,1	35,3	38,2	36,2	36,7
Mediana	34	37	34	33	38	35	35

2 - DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DE ADULTOS NAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Em todas as conferências a presença feminina foi predominante. Tanto nas regiões como na conferência municipal as mulheres corresponderam a aproximadamente 60% dos participantes. (tabela 14)

Tabela 14

Distribuição dos participantes por sexo

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

SEXO	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Masculino	634 35,2%	415 40,8%	583 42,8%	734 38,7%	417 37,7%	2783 38,8%	261 40,8%
Feminino	1165 64,8%	601 59,2%	778 57,2%	1164 61,3%	689 62,3%	4397 61,2%	378 59,2%
TOTAL	1799 100,0%	1016 100,0%	1361 100,0%	1898 100,0%	1106 100,0%	7180 100,0%	639 100,0%

Comparando o grupo de crianças e adolescentes com o de adultos participantes das conferências regionais nota-se diferenças significativas em relação à distribuição de gênero.

No grupo de adultos das conferências regionais 75% são mulheres, sendo que na região Leste 1 elas correspondem a quase 80% dos participantes.

Tabela 15

Distribuição dos adultos por sexo

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

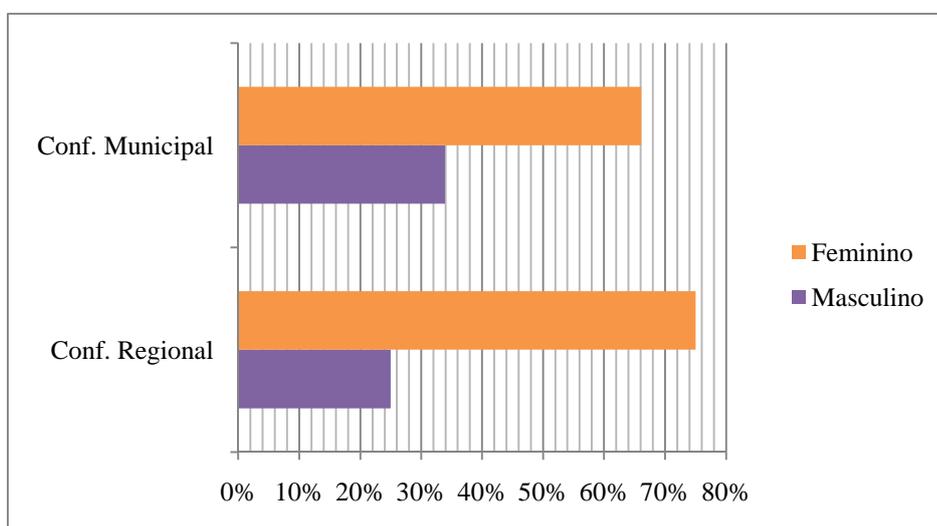
SEXO	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Masculino	113 21,3%	124 25,4%	86 28,4%	168 28,0%	81 22,1%	572 25,0%	105 33,9%
Feminino	417 78,7%	364 74,6%	217 71,6%	431 72,0%	285 77,9%	1714 75,0%	205 66,1%
TOTAL	530 100,0%	488 100,0%	303 100,0%	599 100,0%	366 100,0%	2286 100,0%	310 100,0%

Deve-se observar que a proporção da participação feminina nas regiões é bem superior à da conferência municipal, na qual 66% eram mulheres (Gráfico 5)

Gráfico 5

Distribuição dos adultos por sexo

(participantes das conferências regionais e participantes da conferência municipal) (%)



No grupo infanto-juvenil que participou das conferências regionais, a distribuição entre os gêneros é mais equilibrada, ainda que as mulheres continuem predominando (aproximadamente 54% meninas e 45% meninos). Esta proporção se aproxima do encontrado na conferência municipal (52% meninas e 47% meninos). Há, no entanto, uma exceção na região Leste II, na qual a proporção de meninos (55%) supera a de meninas (44%), invertendo a proporção. (tabela 16)

Tabela 16

Distribuição das crianças e adolescentes por sexo

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

SEXO	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Masculino	519	291	465	563	336	2174	156
	41,1%	55,6%	46,6%	43,8%	45,6%	45,2%	47,4%
Feminino	745	232	533	721	401	2632	173
	58,9%	44,4%	53,4%	56,2%	54,4%	54,8%	52,6%
TOTAL	1264	523	998	1284	737	4806	329
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3 – ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

3.1 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Grande parte das crianças e adolescentes que participaram das conferências regionais cursava o ensino fundamental (84%), sendo que nas regiões sul e Norte o percentual atingiu 88% e 91% respectivamente. A proporção de adolescentes com nível médio nas regiões (15%) é bem inferior a encontrada na conferência municipal, em que 37% cursavam o segundo grau, o que se explica pela presença maior de delegados adolescentes. (tabela 17)

Tabela 17

Nível de escolaridade das crianças e adolescentes

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Fundamental	1060	406	757	1128	672	4023	189
	83,9%	79,6%	77,3%	88,7%	91,4%	84,6%	62,2%
Médio	203	104	222	143	63	735	115
	16,1%	20,4%	22,7%	11,3%	8,6%	15,4%	37,8%
TOTAL	1263	510	979	1271	735	4758*	304
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

48 sem informação

3.2 - ADULTOS

O nível de escolaridade predominante entre o adultos participantes das conferências regionais foi o nível superior. Esta situação foi encontrada em todas as regiões, ainda que existam diferenças. Na região Leste 2 os que possuíam nível superior universitário corresponderam a 43% enquanto que na região Oeste/Centro e Norte o percentual de nível superior atingiu 63% e 62% respectivamente.

A proporção de adultos com nível fundamental foi de aproximadamente 13%, sendo maior nas regiões I e Leste II (15% e 16% respectivamente) e bem menor na região Oeste/Centro. (tabela 18)

Tabela 18

Nível de escolaridade dos adultos

(participantes das conferências regionais nos grupos regionais e participantes da conferência municipal)

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Fundamental	82 15,5%	82 16,9%	16 5,4%	77 13,5%	46 12,7%	303 13,5%	21 6,9%
Médio	134 25,4%	193 39,7%	93 31,1%	174 30,5%	91 25,1%	685 30,5%	77 25,2%
Superior	312 59,1%	211 43,4%	190 63,5%	320 56,0%	226 62,3%	1259 56,0%	208 68,0%
TOTAL	528 100,0%	486 100,0%	299 100,0%	571 100,0%	363 100,0%	2247* 100,0%	306 100,0%

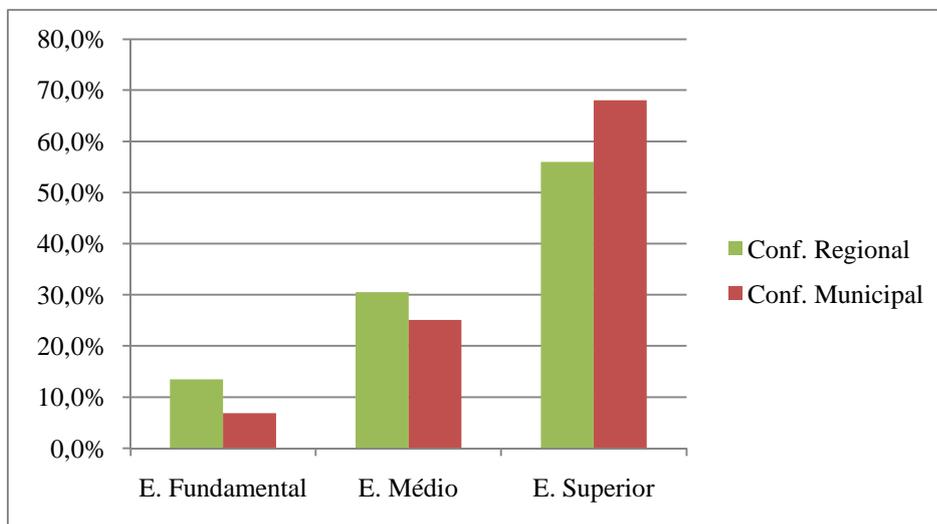
* 39 sem informação

O nível de escolaridade dos participantes adultos das conferências regionais foi um pouco mais baixo do que o encontrado entre os participantes da conferência municipal, em que 68% tinham nível universitário e a proporção dos que possuíam nível fundamental (13%) superior à encontrada na conferência municipal (6%). Este dado indica uma participação mais diversificada nas conferências regionais, com adultos de vários níveis de escolaridade e não apenas professores e outros profissionais com nível universitário. (gráfico 6)

Gráfico 6

Nível de escolaridade dos adultos

(participantes das conferências regionais e da conferência municipal) (%)



SINTETIZANDO ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

No grupo de crianças e adolescentes participantes das conferências regionais a idade média foi 12 anos, o grupo feminino predominou ligeiramente sobre o masculino e a maioria estava cursando o ensino fundamental.

Crianças e Adolescentes Participantes das Conferências Regionais

	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Idade média (anos)	12,9	12,5	13,2	12,5	12,7	12,8	14,0
Proporção de meninas (%)	58,9%	44,4%	53,4%	56,2%	54,4%	54,8%	52,6%
Nível fundamental (%)	83,9%	79,6%	77,3%	88,7%	91,4%	84,6%	62,2%

No grupo de adultos a idade média foi 36 anos, as mulheres predominaram largamente e o nível de escolaridade predominante foi o superior.

Adultos Participantes das Conferências Regionais

	LESTE I	LESTE II	OESTE/ CENTRO	SUL	NORTE	TOTAL REGIONAL	MUNICIPAL
Idade média (anos)	35,3	37,3	35,1	35,3	38,2	36,2	36,7
Proporção de mulheres (%)	78,7%	74,6%	71,6%	72,0%	77,9%	75,0%	66,1%
Nível superior (%)	59,1%	43,4%	63,5%	56,0%	62,3%	56,0%	68,0%

PRIMEIRA PARTE: CONFERÊNCIAS REGIONAIS

INTRODUÇÃO

A realização das Conferências Regionais é da responsabilidade das respectivas Comissões Regionais, com suporte técnico e material da Comissão Central da Conferência DCA. Essas comissões são compostas por membros do poder público e da sociedade civil, cuja área de atuação abrange crianças e adolescentes.

Trata-se de um evento que requer um período longo de planejamento e organização, dada sua complexidade e responsabilidade, pois envolve a participação de um grande número de pessoas, sendo a maioria crianças e jovens. Observou-se que as conferências regionais, em geral, foram organizadas com muito esforço e empenho das Comissões Regionais que procuraram sensibilizar a comunidade local e a sociedade civil, em busca de apoio. Os locais escolhidos ou cedidos para a realização das conferências nem sempre foram os mais adequados, sendo que houve situações em que a ocorrência de chuvas fortes interferiu no planejamento das atividades que previam a utilização de espaços não cobertos. Nos locais em que havia salas disponíveis para a realização das oficinas e um auditório para as plenárias com boa acústica, os trabalhos foram mais produtivos e menos cansativos.

Apesar das conferências seguirem um formato padrão, com o ato solene de abertura, composição da mesa, execução do hino nacional, leitura e aprovação do Regimento Interno, ato de conferir 2007, apresentações culturais, oficinas e plenária, as conferências foram diferenciadas. Houve palestras sobre o tema da conferência ou sobre os eixos temáticos, ou apresentação de informações sobre a região, apenas em algumas conferências, ainda durante a abertura, com o objetivo de subsidiar as discussões nas oficinas.

Em algumas regiões não houve composição da mesa, nem a presença de representantes do poder público. Com raras exceções, as conferências tiveram muitas apresentações culturais.

O ato de conferir 2007 que deveria acontecer na abertura, não foi realizado em todas as conferências. Naquelas em que foi realizado, não foram adotados os mesmos procedimentos. Algumas fizeram essa conferência durante as oficinas; outras, na abertura com a presença de representantes do poder público ou sem a presença deles, apenas com a votação dos participantes. De um modo geral, o ato de conferir quando ocorreu foi nas conferências convencionais. Nas lúdicas, praticamente não houve.

Na maioria das regiões o eixo V é o que apresenta o menor número de propostas, mesmo entre os adultos. Há uma grande concentração de problemas e propostas nos eixos I e II, tendo-se observado que nas conferências lúdicas são mencionados mais problemas e propostas do que nas convencionais.

Em todas as regiões os problemas e desafios são muito semelhantes, com exceção das regiões mais centrais que têm suas especificidades. Mas pode-se observar também, que quanto mais periféricas as regiões, maiores e mais graves são os problemas e desafios.

Praticamente não se presenciou nas plenárias, a escolha de duas propostas por eixo, nem muito embate na eleição dos delegados. Em uma das regiões, a conferência foi realizada em dois dias, ficando para o segundo dia, a plenária final.

Houve conferências em que um ou mais eixos ou não foram discutidos por falta de tempo, ou então, discutiu-se o tema apontando desafios, mas não foram apontadas propostas. Nestes casos, os respectivos eixos foram excluídos do relatório da região, na parte de Propostas por Eixo. É importante que essa observação fique registrada para não parecer ao leitor, que houve omissão da relatoria.

Em cada relatório constam os nomes dos membros da Comissão Regional e dos delegados eleitos para representar a região na Conferência Municipal. Houve uma região em que não foram anunciados na plenária os nomes dos delegados da lúdica; por essa razão não estão constando no relatório.

Onde houve apresentação formal de Moções, elas foram publicadas no final do relatório.

1. CONFERÊNCIAS LÚDICAS E CONVENCIONAIS DAS 34 REGIÕES

ARICANDUVA

INTRODUÇÃO

No dia 29 de junho de 2009, das 9:00 às 17:00h., no Ceu Aricanduva na Rua Olga Fedel Abarca, s/n, foi realizada a Conferência Lúdica e Convencional da Região do Aricanduva com um total de 325 participantes, dos quais 266 crianças e adolescentes e 59 adultos.

Houve um grande atraso na chegada de grande número de participantes porque 8 ônibus contratados pela organização central para trazer crianças, adolescentes e adultos de escolas estaduais e serviços socioassistenciais, registraram atraso de quatro horas, prejudicando a participação dessas pessoas na solenidade de abertura que já se deu com atraso.

Após o credenciamento e o lanche matinal, todos se dirigiram ao auditório para a abertura solene, que contou com representantes do poder público e da sociedade civil na composição da mesa. Após o almoço, os participantes dirigiram-se às respectivas oficinas, ao fim das quais retornaram à plenária para apresentação das propostas e dos delegados escolhidos nas oficinas, para serem referendados.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A abertura teve início com certo atraso e com a ausência de muitos participantes que chegaram após a leitura do regimento interno, em função de problemas com o transporte. Inicialmente foi feita a leitura dos artigos 53 e 54, capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, do ECA.

- **Composição da Mesa**

Foram chamados para compor a mesa, representante da Supervisão Técnica de Saúde da Mooca; Diretoria da educação (Itaquera); Gestora do Céu Aricanduva; Supervisora do CRAS Aricanduva; Coordenadora da Assistência Social da Sudeste; Conselheira Tutelar de Aricanduva; Chefe do gabinete da Subprefeitura - representando o subprefeito; Representante dos adolescentes (Abrigo Nosso Lar 2) e um Vereador.

Todos fizeram um breve pronunciamento de saudação aos presentes, enfatizando sempre a prioridade das crianças e adolescentes no atendimento aos seus direitos fundamentais e a importância do evento para o exercício da participação política e social desses jovens.

- Leitura do regimento interno

A proposta de Regimento Interno foi lida e aprovada sem que houvesse qualquer destaque para alteração.

Não foi realizado, na abertura, o Ato de Conferir as propostas de 2007.

2 – OFICINAS

2.1- LÚDICA

As crianças e adolescentes foram divididos em 11 oficinas organizadas de acordo com os eixos temáticos e aos quais se atribuiu uma cor que identificava os respectivos participantes: eixo 1, cor amarela; eixo 2, cor laranja; eixo 3, cor vermelha; eixo 4, cor verde; eixo 5, cores preta e azul. A cor azul foi definida para as crianças de 7 a 10 anos e também para as crianças com menos de 7 anos, porém, em um grupo separado que teve atividades lúdicas com material didático, na quadra de esportes externa ao prédio.

As técnicas utilizadas para explorar os temas nas oficinas foram a da “Cidade dos Sonhos” e a do “Bombeiro”. Muitas crianças demonstravam não saber ao certo o que ia ser discutido e em 3 grupos constatou-se que os adolescentes não conheciam o ECA.

Na discussão do eixo 1, os participantes levantaram problemas e necessidade de melhoria na merenda escolar, na saúde e no transporte público. Foi lembrado também que são poucas as escolas técnicas e profissionalizantes.

Propuseram como solução: a escolha de melhores alimentos; melhoria na saúde pública e no transporte público, e construção de mais escolas profissionalizantes.

No eixo 2 os participantes demonstraram maior preocupação quanto ao tema educação, levantando os seguintes problemas: falta de professores; mais vagas nas escolas; falta de segurança; necessidade de materiais pedagógicos nas escolas. As soluções propostas foram: ter professores mais capacitados; construir mais escolas; ter ronda escolar; comprar mais material para atender as necessidades.

No grupo que discutiu o eixo 3, aicineira perguntou quais eram os maiores problemas do bairro onde moram, mas ninguém se manifestou. A icineira insistiu para que falassem a respeito do que está faltando nas escolas em que estudam e nos bairros em que moram, informando que as respostas seriam anotadas na cartolina. Mas os participantes não demonstraram nenhum interesse pela dinâmica.

Depois de muita insistência da icineira, uma adolescente falou que a moradia não estava sendo respeitada. E aos poucos, os demais foram se manifestando timidamente, apontando os seguintes problemas: fazer valer o direito que esta no papel e não existe na prática; ter mais trabalho para que o

cidadão possa comprar sua casa; falta de atividade depois do horário de aula e ausência de professores; falta de interesse dos pais; falta de professores/melhores salários.

As propostas levantadas no eixo 3 foram as seguintes:

- Fortalecer os conselhos escolares para melhorar a relação professor/aluno.
- Divulgação de programa de moradia em todos os segmentos de maneira a concretizar o direito do cidadão.
- Atividades extracurriculares (cultura, lazer, esporte) para os alunos.
- Equipe multidisciplinar na escola para trabalhar junto com os pais a família (desenvolvimento do aluno).
- Incentivo e qualificação continuada para professores e ter mais professores

Os grupos que discutiram o eixo 4 eram de adolescentes de 12 a 17 anos que tiveram como maior preocupação o tema educação.

Foi colocada uma questão pelosicineiros: “O que mais prejudica na formação da cidadania?” Para que em cima dessa questão fossem trazidos os desafios/ problemas para a discussão.

A princípio a oficina demorou muito para começar, os adolescentes reclamaram da demora. Osicineiros faziam brincadeiras e piadas para descontrair o grupo, mas uma das adolescentes se sentiu ofendida com uma das piadas e pediu aosicineiros, maior respeito aos alunos. Um outro grupo de adolescentes reclamou devido a forma com que estava sendo conduzida a oficina.

Foi proposto pelosicineiros que os participantes indicassem um problema para compor uma lista da qual seriam escolhidos dois temas para serem discutidos e ao final, elaborar propostas.

Ao todo foram indicados 15 temas pelos adolescentes e mais um, incluído peloicineiro: 1- falta do interesse de alunos e professores; 2- egoísmo da sociedade; 3- preconceito e desigualdade social; 4 - violência; 5 - educação e capacitação de professores; 6- corrupção dos governos; 7- falta de comunicação; 8- falta de cidadania; 9 - falta de estímulo a cidadania; 10- desemprego; 11- desinteresse pelo meio ambiente; 12- exigimos os direitos e não cumprimos os deveres; 13- falta de moradia; 14- aulas mais dinâmicas; 15- professores mais qualificados; e 16- falta de centro de construção social (incluída por ultimo peloicineiro).

Os temas escolhidos foram preconceito e desigualdade social e falta de centro de construção social. Uma das adolescentes questionou: “ porque, durante a leitura dos temas a serem escolhidos você não leu a 11, 12, e 13? Aqui todos nós íamos votar na questão do meio ambiente, porque todo mundo aqui acha esse tema importante”. Uma das alunas questionou da seguinte maneira: “Isso ta parecendo um problema, o tema! Cadê a proposta?”.

Oicineiro respondeu: “É que eu fiz uma votação e todo mundo achou essa menos importante porque foge do foco”.

Por fim foram escolhidos os temas indicados pelosicineiros, assim como os delegados que faziam parte do grupo de meninas para as quais davam mais atenção. Como a condução da oficina não proporcionou a devida discussão dos temas com adequada votação, não foram apresentadas propostas para os temas escolhidos.

No grupo com o tema do eixo 5, oicineiro utilizou a dinâmica da “cidade dos nossos sonhos”. Ele distribuiu Material didático aos adolescentes e formou dois grupos. Um para desenhar e outro para escrever como seria a Cidade dos Sonhos para eles.

Os participantes demonstraram maior preocupação quanto à educação e apontaram problemas como a má qualidade da merenda, escolas mal conservadas e mal equipadas, baixo índice de aprendizagem, professores mal preparados, falta de segurança nas escolas, falta de material pedagógico, falta de diálogo entre alunos e direção escolar, vagas escolares insuficientes, falta de atividades extra(visitas a museus, teatro, exposições de arte), melhor salário e condições de trabalho para os professores, mais confiança por parte dos professores para com os jovens, necessidade de contratar professores.

As meninas tiveram maior interesse e disponibilidade para participar, opinando e escrevendo as propostas. Os meninos mostravam certo desinteresse pela atividade e certa dificuldade em ouvir uns aos outros, pouco ajudando no levantamento dos problemas e soluções.

2.2- CONVENCIONAL

Para a oficina Convencional foi designada a cor branca. Os participantes foram divididos em dois grupos acomodados em duas salas com umicineiro por sala. Os dois grupos iniciaram os trabalhos da mesma forma, com auto- apresentação em que cada participante ao se apresentar, dizia uma qualidade pessoal com a primeira letra de seu nome.

Foi explicado como seria a dinâmica do bombeiro: simulando como problemas existentes, cuja solução deve ser em caráter de emergência, vários incêndios acontecendo simultaneamente na região do Aricanduva os participantes teriam que identificar os locais do incêndio (problemas) e sugerir soluções. Cada integrante identificou qual problema atrapalha a sua qualidade de vida de acordo com o eixo temático trabalhado.

Os participantes dos grupos sugeriram propostas de solução dos problemas em dez dias e escolheram dois representantes para apresentar as propostas e soluções na plenária.

Os problemas principais levantado pelos dois grupos foram: falta de curso profissionalizante; falta de atendimento na saúde; vagas insuficientes na educação; falta de moradia; discriminações de vagas para adolescentes em medida socioeducativa; necessidade de informação aos conselheiros gestores; pedofilia; exploração e violência sexual, violência policial e estrutura familiar.

No grupo 1, alguns participantes expressaram as preocupações do grupo ao se manifestarem:

“Precisamos, enquanto sociedade, trabalhar a maior barreira que é a atitudinal”.

“Infelizmente aqui no Brasil tudo é feito à meia boca, vim aqui com cinquenta e oito alunos que não sabem o que vieram fazer aqui”.

“A família é um reflexo do Macro”.

“A escola não consegue trabalhar com essa versão nova da família, ela não consegue se adaptar com as novas propostas”.

“Faltam recursos para termos mais hospitais melhorar o atendimento, ser mais respeitados e termos consultas marcadas mais rapidamente”.

“Tem que ter mais atenção para nossas crianças, amor, respeito, e ficar atento principalmente onde ela está ligada, na televisão e computador”.

As propostas sugeridas por esse grupo, e que diferem daquelas já apontadas nas oficinas lúdicas, foram: melhor educação; revisão do sistema de aprovação; aprimoramento dos professores; mais participação das comunidades; palestras extras curriculares; melhor infra-estrutura nas escolas; salas de inclusão; aplicação correta das verbas.

O grupo 2 levantou as seguintes propostas: integrar os serviços de acordo com as realidades; internação em clínicas públicas, ter olhar focado nas necessidades; atendimento médico especializado em adolescentes; priorizar a criança e o adolescente de acordo com o ECA; ampliar o atendimento e o número de vagas nas escolas; continuidade na formação dos profissionais na área da educação; maior divulgação e informação das crianças e dos adolescentes aos conselhos gestores das diversas áreas; reeducação na convivência familiar; trabalhar a prevenção; dar continuidade a reurbanização.

3- PLENÁRIA

Terminados os trabalhos nas oficinas onde foram escolhidos os respectivos delegados, teve início a plenária que foi conduzida pela coordenadora da comissão regional. Osicineiros e delegados foram convidados por grupo para apresentarem seus desafios e soluções, com todos os participantes presentes. Não houve debate das propostas. A plenária referendou o que foi apresentado.

Cada grupo das oficinas lúdicas mostrava em cartolinas a anotação das propostas para serem referendadas. Em seguida, os delegados foram apresentados para a plenária que concordava com a indicação dos grupos, por aclamação.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Falta de professores e de vagas nas escolas
- Falta atividade cultural e de lazer

- Falta de material pedagógico. Ex: bolas de vôlei basquete
- Fazer valer o direito que esta no papel e não existe na prática
- Falta de segurança

4.2 - CONVENCIONAL

- Falta de conhecimento por parte da população, dos programas e projetos para crianças e adolescentes
- Falta de identificação do novo perfil familiar
- Falta de conhecimento dos direitos da criança e do adolescente
- Enfraquecimento do trabalho em rede
- Conclusão do ensino sem estar alfabetizado

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1- LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Melhorar o atendimento e os serviços na saúde pública
 - Melhorar a qualidade e quantidade do transporte coletivo
 - Criar mais escolas e também escolas técnicas e profissionalizantes
 - Criar mais parques, mais espaço de convívio social em lugares adequados
 - Promover passeios culturais contribuindo para o pleno desenvolvimento dos alunos
 - Assegurar material pedagógico e de esportes na escola
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Fortalecer os conselhos escolares para melhorar a relação professor/aluno
 - Ter uma ronda escolar mais presente e policiais mais preparados para garantir a segurança
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Punir mais severamente os que infringem as leis
- Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
 - Criar escolas para formação de cidadão mais consciente em relação ao meio ambiente
- Eixo V - Gestão da política
 - Divulgar o programa de moradia em todos os segmentos de maneira a concretizar o direito do cidadão

5.2 – CONVENCIONAL

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Fazer ampla divulgação dos programas e serviços destinados à criança e ao adolescente
 - Investir em programas e incentivos para inclusão da criança e do adolescente com deficiência, formando e capacitando profissionais para trabalhar com essa demanda e para fazer encaminhamentos corretos
 - Garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência fazendo as adequações necessárias nas unidades de atendimento

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Investir nos profissionais das áreas qualificando-os para identificar e lidar com a situação de violação de direitos
 - Realizar projetos e programas comunitários, com incentivo à educação para fortalecimento do novo conceito de família

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Incentivar medidas de disseminação do conhecimento dos direitos da criança e do adolescente
 - Reorganizar a grade curricular, incluindo o ECA

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Regularizar, efetivar e fortalecer o Fórum da Criança e do Adolescente e o Forum Regional

- Eixo V – Gestão da política
 - Garantir a discussão do problema do ensino e do aprendizado de forma articulada entre os setores envolvidos: saúde, educação e assistência social

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Maria Bernadete Chiarstelli Rossato
Educação	Adalcina Helena Magalhães
Saúde	Maria de Fátima Rodrigues
Subprefeitura	Maria Aparecida Raposo Costa Francisco Wanderlei Rohrer
Conselho Tutelar	Regiane Chiesi José Roberto Alves de Lima
Fórum Municipal DCA	Filomena Vieira Cortez de Lima
Representante dos adolescentes	Bruna Íris das Neves Couto

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTES
Verônica Aparecida Minti
André Beraldo de Azevedo
Thalita Araújo
Rafaela Maciel Ribeiro
Lais Ribeiro de Lima
Joyce Fabiane Sabino Lima
Walace Feitosa Silva
Elisangela Aureliano de Oliveira
Natalia Lima
Vanessa B. Oliveira Medeiros
Ana Carolina
Karen
Rafaela Maciel
Ingrid Souza Ribeiro
Natalia Lima da Silva

7.2 – CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Juliana da Silva Santos	Maria Izabel Barbosa
Sandra Rosa Silva Carvalho	Vanessa Regina Souza
Fernanda Faustino Magima	Lenice da Penha Martins
Andréia Círio da Conceição	Madeleine Araújo

BUTANTÃ

INTRODUÇÃO

A subprefeitura do Butantã realizou a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, tanto a lúdica como a convencional, no dia 25 e 26 de junho de 2009, no Educandário D Duarte situado na Av Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985, contando com 416 participantes sendo 319 crianças e adolescentes e 97 adultos. Os participantes eram provenientes de projetos de organizações sociais e escolas, sendo 14 EMEFs e uma escola particular. Entre os adultos havia educadores, professores, conselheiros tutelares e representantes do poder público. Foi realizado um trabalho anterior de preparação da conferência em vários locais – ONGs, escolas, Fórum regional, com participação de adolescentes onde foram discutidos os problemas da região e formuladas propostas.

A abertura da conferência lúdica e convencional e as oficinas ocorreram no dia 25 e a plenária no dia 26. Todas as atividades da conferência, com exceção do almoço, foram realizadas no auditório do Educandário, porque a chuva impediu que as discussões das oficinas fossem feitas nos jardins da instituição, como estava programado. Apesar do espaço físico não ser o mais adequado (uma grande auditório sem divisórias) e ser grande o número de participantes, os adolescentes estavam envolvidos e participativos. Provavelmente contribuiu para isto o fato destes jovens terem algumas discussões já amadurecidas anteriormente nas pré-conferências, sabendo exatamente a importância do que estavam fazendo ali.

Na plenária do dia 26 foram apresentadas e discutidas as propostas tanto das oficinas lúdicas como das convencionais. Foram também apresentadas e aprovadas moções, referendados os delegados e feita a avaliação do encontro. A plenária foi concluída com os encaminhamentos para continuidade do trabalho na região.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Na Recepção (na varanda, antes de entrar no auditório) foi feito o credenciamento dos participantes que receberam envelopes contendo 1 caneta, papel para anotações, uma cópia do regimento interno e se inscreveram nos grupos de discussão.

No auditório havia vários cartazes nas paredes que foram confeccionados por participantes de projetos sociais com as conclusões das pré-conferências realizadas que tinham como tema: o que falta na comunidade, que falta nos núcleos, o que falta em casa (na família). À frente havia um grande painel que foi feito por jovens grafiteiros da região

Às 10:30 foram abertos os trabalhos conduzidos por duas educadoras que, nas conferências anteriores participaram do processo na condição de adolescentes.

- Composição da Mesa

Não houve formalidade protocolar na formação da mesa, mas foram anunciados os representantes do poder público e da sociedade civil que estavam presentes: chefe de gabinete da subprefeitura, representando o subprefeito, Diretoria regional da Educação, Secretaria da Assistência Social, Conselho Tutelar, Grupo FOCA (Fórum da Criança e Adolescente).

Foram anunciadas também as organizações sociais presentes: Grupo de escoteiros, Associação Evangélica Beneficente (AEB), Escola profissionalizante Pérola Byington, Escola da “Vila”, Organização Social do Butantã, Educandário D Duarte, Recanto dos Pássaros, Recanto da Primavera, Sociedade pela Família – Gracinha, CCA Uirapuru, Projeto Ideal, Centro Comunitário Raposo Tavares.

Os representantes ressaltaram a importância do evento e principalmente da participação das crianças e adolescentes nas pré-conferências.

- Regimento Interno

Em seguida foi projetado um *power point* com o regimento interno, que foi lido e discutido pelos participantes e algumas alterações foram feitas.

Capítulo II, Artigo 3º item 1 – foi ampliado o horário de inscrição na conferência das 9h para as 11h para que os retardatários tivessem direito a voz na plenária.

Capítulo II, Artigo 3º item 2 – não foi concedido direito a voz na plenária conjunta e nos grupos de debate aos facilitadores e convidados.

Capítulo V, item 1, por orientação do CMDCA para todas regionais, foi alterada a proporção de delegados e suplentes: 1 para cada 15 participantes.

Capítulo V, Artigo 5º § 1º - as pessoas envolvidas no apoio a realização da conferência (comissão organizadora) devem manifestar a intenção de se candidatar a delegado e fazer a solicitação por escrito até a hora do almoço.

- Apresentação Cultural

Durante a abertura das conferências apresentou-se o Coral do Instituto Pérola Byington cantando, entre outras músicas, “Tempos modernos” de Lulu Santos e “João e Maria” de Chico Buarque. Em seguida um adolescente de um CCA fez uma saudação aos presentes.

- Palestra

Depois da apresentação cultural a educadora Marta Pimenta realizou uma palestra onde procurou contextualizar o evento, seu significado e importância. Em seguida apresentou de forma didática o documento do Conanda “Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal”, explicando a que se referia cada um dos eixos, utilizando exemplos da realidade local e do trabalho realizado nas pre conferências da região: - “Vocês verão que eu vou citar algumas propostas que podem ser familiares pra vocês. É porque vieram de vocês mesmo! Acredito que meu papel aqui hoje é justamente clarear para todos que por mais que a proposta de trabalho vinda dos Conselhos para esta Conferência – CMDCA/CONDECA/CONANDA – pareça complicada e difícil, são vocês (crianças, adolescentes, adultos educadores no sentido mais amplo desta atuação) que podem e devem apontar as demandas e as propostas de soluções”.

Após a palestra iniciou-se a discussão em grupos nas oficinas, que foram interrompidas para o almoço e continuaram no período da tarde.

2 – OFICINAS

2.1 - LÚDICA

A metodologia das oficinas lúdicas e convencionais foi concebida pela comissão organizadora do evento, não havendo participação dos oficinairos da assessoria.

Os próprios adolescentes foram os oficinairos – havia um coordenador e um relator que fazia as anotações. Primeiramente todos se apresentavam: nome e a escola ou entidade que estavam representando. Após um período de discussão havia uma divisão em sub grupos para a elaboração de propostas e o retorno para relatar e consolidar o resultado das discussões.

Os jovens que conduziram as discussões possuíam clareza de seu papel. Era possível observar a paciência e empenho deles para organizar as idéias, esclarecer as dúvidas e conceitos discutidos, dando, por outro lado, espaço para que os outros pudessem expor suas idéias e posições.

A participação de jovens e de educadores da Escola da Vila foi bastante positiva. Apesar de serem nítidas as diferenças do nível das intervenções realizadas nos grupos, as fizeram sempre de modo respeitoso e cuidadoso, contribuindo para o enriquecimento e aprofundamento das discussões. Nenhum deles ficou como apresentador das conclusões nos grupos em que participaram.

Um dos objetivos dos adolescentes que já eram atuantes nas atividades regionais relacionadas aos DCA foi estabelecer contato com os jovens presentes, principalmente os das escolas públicas, para troca futura de informação, de experiências e de organização, especialmente de grêmios nas escolas.

As oficinas foram organizadas por temas de discussão. As crianças (até 11 anos) ficaram reunidas em um único grupo. Nos demais os adolescentes optaram pelo grupo/tema. Algumas oficinas não ocorreram por falta de quorum.

Os temas propostos foram:

1. Qual a importância da conferência?- (tema descartado por falta de quorum)
2. Habitação - (tema descartado por falta de quorum)
3. Apropriação do espaço escolar
4. Instituições e serviços
5. Proteção e violência
6. Saúde
7. Profissionalização – Primeiro emprego
8. Lazer e Cultura
9. Direitos e deveres - (tema descartado por falta de quorum)
10. Cuidado com o meio ambiente
11. Transporte gratuito e saneamento básico - (tema descartado por falta de quorum)
12. Redução da maior idade penal

No grupo de crianças de até 11 anos (30 crianças) havia duas educadoras presentes para orientar o trabalho, que sugeriram que os participantes desenhassem o que gostariam de ter no bairro em que moravam. Cartazes diziam: “eu quero que pare de dar tiros”, “a gente vamos desenhar uma cidade melhor sem poluição”

No tema Proteção e Violência havia 64 adolescentes, que foram divididos em subgrupos onde levantaram vários tipos de violência sofrida: violência psicológica, doméstica, política: “a proteção nas escolas não é boa, há muita violência e não há providências, as autoridades não se preocupam com nosso bem estar”; “o que dá para entender é que o governo pensa que o adolescente não pensa”.

Como propostas apareceram: criação de caixa do desabafo para adolescentes e crianças depositarem assuntos constrangedores como a pedofilia, maior policiamento impedindo tráfico de drogas, projetos governamentais de inclusão social através da cultura (geração de empregos), mais segurança em lugares públicos.

Os demais grupos foram compostos por aproximadamente 30 jovens. Alguns colocaram em cartazes os problemas e desafios discutidos:

Em relação à Apropriação do Espaço Escolar foram levantadas principalmente dificuldades sentidas nas escolas públicas: falta de grêmios estudantis; falta de valorização do aluno no espaço político da escola, desmotivação de alunos e professores, falta de utilização do espaço escolar em fins de semana para atividades culturais e de lazer, falta de materiais para atividades, despreparo dos professores para ensinar as matérias. Como propostas surgiram: criação de programas governamentais de incentivo à organização de grêmios, melhora da infra-estrutura escolar pela prefeitura, retomada e aumento do

fornecimento de materiais didáticos e esportivos, livros e etc, e de atividades extracurriculares interrompidas, arrecadação de dinheiro pelos grêmios estudantis, vendendo coisas como: comidas caseiras, brechós etc, a ser usado para fazer reparos estruturais, realização de programas de conscientização com perguntas que façam as pessoas refletirem sobre o vandalismo feito nos colégios.

O grupo que discutiu o tema Lazer e Cultura levantou várias necessidades não atendidas na área: mais espaços para lazer e manutenção dos que já existem, mais segurança nas áreas de lazer, mais teatros, maior divulgação dos programas de lazer e facilitação do acesso, patrocínio do governo para a cultura e o lazer; melhor utilização dos espaços existentes (ceus, escolas, etc) oferecendo cursos profissionalizantes culturais e esportivos, construção e preservação das praças e espaços públicos. Foi levantada também a necessidade de conscientizar as pessoas (municípios) dos espaços públicos e de sua importância.

Em relação à profissionalização os jovens trouxeram as dificuldades que enfrentam na procura do primeiro emprego: “nas entrevistas o recrutador avalia a aparência do candidato a vaga”, “se você escrever palavras erradas vai ser reprovado e não fica com a vaga”. Diante disto consideraram que seria necessário acabar com a exigência de ter experiência para arrumar emprego e levantaram a necessidade de aumentar a divulgação dos cursos de profissionalização e preparação profissional. As propostas do grupo não se limitaram à profissionalização, no sentido estrito e foram:

- criar espaços voltados para profissionalização e capacitação de jovens voltados para o mercado de trabalho
- criar um movimento estudantil, a fim de conscientizar e preparar os jovens sobre seus direitos, incentivando-os a lutarem pelos seus patrimônios públicos e a lutar pela melhoria do ensino da escola, que é a base de um bom profissional.
- fazer com que as escolas ofereçam aulas de formação humana, política e sobre o mercado de trabalho, pois a escola nada mais é que uma preparação para o nosso futuro (em todos os sentidos), na educação, na informação e na profissionalização.

No tema Saúde foram levantados principalmente problemas relacionados ao atendimento nas instituições públicas - demora para marcar exames e consultas, falta de higiene nos hospitais e nos postos de saúde, falta de medicamentos, falta de ambulâncias, falta de informação sobre doenças nos postos de saúde. As propostas foram no sentido de garantir melhoria do atendimento: ter pessoas do atendimento (recepção) mais qualificadas para trabalhar com o público (ter mais educação e serem mais compreensivos no atendimento), mais hospitais e médicos dedicados à crianças, adolescentes e idosos, equipamentos mais modernos e médicos especialistas, mais laboratórios para a realização de exames e informações sobre saúde..

A discussão sobre Meio Ambiente foi baseada na pergunta: Que problema que você encontra no seu bairro?

Foram levantados muitos problemas da realidade local: “córrego poluído pelas fabricas da Pulmmam e Veja (produtos de limpeza)”, “o lixo convive muito perto da casa das pessoas”, “casa em cima do rio” (palafitas), “carroceiros levam os lixos das mansões (TVs, eletrodoméstico quebrado etc.) e deixam em qualquer lugar, entupindo os bueiros, causando enchentes.”, “os carros soltam muita fumaça e as crianças ficam doentes” “os cachorros rasgam os lixos, com a chuva os lixos entopem os bueiros e tem enchente”

O mediador pediu que cada participante escrevesse em um pedaço de papel um problema. Os papéis foram misturados e realizado um sorteio, em que cada um retirou um problema para propor uma solução. As soluções apresentadas foram: aumentar o número de lixeiras (mais tambores), os moradores produzirem menos lixos, mais garis, canalizar o córrego, implantar a coleta coletiva, mais pessoas conscientes sobre a questão.

No grupo que discutiu a Redução da Maioridade Penal foram feitas várias reflexões: “ a lei deve ser cumprida por pobres e ricos”, “acho que a educação é a melhor forma de resolver os problemas, deveriam construir mais escolas e menos cadeias, como uma cadeia vai transformar uma pessoa?”, “a justiça hoje em dia não funciona mais”, “ é pura mentira que todos são iguais perante a lei”, “existem pessoas que preferem estar presas do que ficar em casa” (aqui se referiam as condições vividas pelos jovens, situações familiares insuportáveis).

O grupo considerou que a redução da maioridade penal é uma medida que visa punir os que já são vítimas. As propostas foram: ampliar a divulgação do trabalho realizado pelo conselho tutelar, principalmente nas escolas, garantindo que crianças, adolescentes e suas famílias utilizem o conselho tutelar como órgão de defesa dos direitos infante juvenis, incentivar o ensino da arte (teatro, música, desenho etc) na Fundação Casa favorecendo a apresentação de espetáculos e trabalhos desses adolescentes, em suas comunidades, objetivando diminuir o preconceito, dar incentivos fiscais para a oferta de empregos como aprendiz para adolescentes ex-internos da Fundação Casa, implantar centros culturais em comunidades carentes.

No final do primeiro dia houve uma reunião da comissão organizadora com os jovens relatores dos grupos para sistematizar as propostas, encaixando-as dentro dos eixos estabelecidos pelo CONANDA, para serem discutidas pela plenária no dia seguinte.

2.2 - CONVENCIONAL

Os temas das oficinas convencionais foram:

1. História e realidade da infância;
2. Convivência familiar e comunitária;
3. Proteção e violência;
4. Instituições e serviços;

5. Sensibilização de políticas públicas.

Cada oficina contava com um relator e um delegado proposto pelo grupo, responsáveis pelo encaminhamento das propostas à Assembléia final. Em geral, os adultos participaram ativamente dos grupos e levantaram vários desafios e questionamentos relacionados aos temas.

No grupo História e realidade da infância foram discutidas questões referentes à necessidade tanto de ampliação do número de conselhos tutelares na região como a de provê-los com instalações adequadas, recursos técnicos, financeiros e equipamentos. Foi mencionada também a necessidade de fazer cumprir a lei de regionalização das vagas escolares, priorizando as comunidades mais próximas, o que não está ocorrendo.

O grupo convivência comunitária e familiar teve como tema a questão dos vínculos entre alunos, escolas, professores, famílias e comunidades, colocando a necessidade de criar projetos, nas escolas, que envolvam de maneira eficiente a família no cotidiano da vida escolar. Para isto é necessário contratar profissionais especializados (psicólogos, assist. sociais, etc.) que ajudem a estabelecer os vínculos. Além disso, foi discutida a possibilidade de aumentar os espaços públicos para convivência comunitária na região do Butantã e de abrir as escolas nos finais de semana para a comunidade.

Em relação à Proteção e Violência foram levantados como problemas: o papel da ronda escolar e da polícia para enfrentar com respeito situações de violência de crianças, a violência das próprias crianças dentro da escola como vandalismo, o desrespeito aos professores e funcionários com agressão verbal e física, a falta de agilidade para o atendimento aos casos de violência contra a criança. As propostas surgidas para enfrentar estes desafios foram: ouvidoria para criança e adolescente, fórum permanente dentro da escola, contratação de profissionais capacitados (especialista na área da saúde, escola e comunidade) para lidar com esta situação, desenvolvimento de atividades sócio culturais dentro da escola, ampliação dos c.c.a. e das atividades esportivas e culturais na subprefeitura, apoio jurídico às comunidades e implantação de fórum e vara da família no Butantã.

No grupo IV, Instituições e Serviços foi levantada a necessidade não só de ampliar os serviços de atendimento à população infanto-juvenil, mas a necessidade urgente de que se garanta a qualificação destas instituições e serviços, o número de funcionários adequados à demanda e o monitoramento e avaliação dos serviços prestados. Foi discutida também a proposta de ampliar a jornada escolar para período integral nas escolas, considerando, no entanto, que a implementação deste programa em cada unidade escolar só poderá acontecer estando garantidas previamente todas as exigências legais para sua efetivação (espaço físico, professores contratados, projetos pedagógicos, materiais didáticos etc).

Em relação à Sensibilização de políticas públicas foram abordadas principalmente questões referentes aos conselhos tutelares e ao SIPIA (sistema de informação para infância e adolescência), Foi considerada a importância de estruturação local dos conselhos tutelares, com informatização dos dados, para atingir os demais conselhos, formando uma rede de informações que beneficie todas as secretarias.

3 - PLENÁRIA

Os trabalhos do dia 27 foram iniciados com duas apresentações de dança: um *cover* do Michael Jackson (homenagem póstuma – faleceu no dia anterior) e um solo feminino “tipo brak”.

Em seguida adolescentes do Centro Social Gracinha fizeram uma apresentação em que percorreram o auditório com Bandeiras Brancas, tendo com fundo a música de Chico Buarque de Holanda “Apesar de você amanhã há de ser um novo dia”.

Posteriormente foi projetada no telão e lida pelo representante da Diretoria Regional de Educação uma poesia de Ruth Rocha.

Foi distribuída uma avaliação para os participantes que deveriam analisar diversos aspectos da conferência: divulgação, inscrição, localização, espaço físico, almoço, lanche, organização geral, temas trabalhados, mediadores dos grupos, metodologia utilizada, grupos de trabalho, escolha dos delegados e atividades culturais. O objetivo, segundo os organizadores, era obter informações para aperfeiçoar a organização das próximas conferências.

As propostas formuladas pelos grupos no dia anterior (tanto das oficinas lúdicas como das convencionais) foram agrupadas por eixo pela comissão organizadora, colocadas em um *power point* e projetadas para a plenária para serem discutidas e aprovadas.

Foi explicado para a assembléia o procedimento utilizado para o agrupamento, evidenciando que havia propostas mais específicas, que seriam encaminhadas à subprefeitura de Butantã e outras mais amplas de interesse geral que seriam encaminhadas para a conferência municipal. Foram chamados os representantes de cada grupo, por tema, que liam e explicavam suas propostas. Simultaneamente elas eram projetadas no telão para todos acompanharem e, em seguida, colocadas em discussão e votação pela plenária. Mesmo nos casos em que a comissão organizadora alterou a redação dos textos sem alteração dos conteúdos, foi votada a modificação.

A participação na plenária foi grande, principalmente dos adolescentes. Houve discussões, destaques, com argumentação de participantes e alteração de propostas.

Foi aberto espaço para Moção de Repúdio e houve três manifestações: duas contra a redução da maioria penal (de uma jovem e de um dos membros da comissão organizadora) e uma sobre a forma como foi conduzida a organização das conferências.

Os delegados escolhidos para a conferência municipal foram apresentados e referendados pela plenária, sendo encerrados os trabalhos.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

Os desafios e problemas levantados pelas oficinas lúdicas e convencionais foram apresentados em um único bloco:

- Ampliar oportunidades de lazer para crianças e adolescentes
- Meio Ambiente
- Transporte e Tráfego
- Educação – Acesso e Qualidade
- Desenvolvimento de projetos educativos em horário complementar à escola
- Educação Integral
- Oportunidades de profissionalização e entrada no mercado de trabalho
- Saúde
- Sociedade compreender o ECA e a situação da infância e adolescência
- Redução de brigas
- Reconhecimento de casos de violência contra criança e adolescente
- Reduzir sensacionalismo na mídia
- Ampliar denúncias de casos de pedofilia
- Melhorar atendimento a adolescentes que cometeram atos infracionais
- Garantia de canais da Sociedade Civil
- Conhecimento do ECA
- Divulgação de projetos bem sucedidos
- Melhoria do atendimento do adolescente
- Criar espaços legítimos de participação
- Fortalecer compromisso dos governos com infância e adolescência

5- PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

As propostas elaboradas pelas oficinas lúdicas e convencionais foram apresentadas em um único bloco:

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
- Fazer parques e praças e garantir sua manutenção;
- Aproveitar e divulgar melhor os espaços já existentes que ficam abandonados (CDM, CEU, Centros Culturais, Escolas) – oferecer nestes locais cursos profissionalizantes;
- Aproveitar terrenos baldios fazendo espaços de lazer
- Abrir a escola à comunidade durante os finais de semana e, talvez, durante a semana.
- Aumentar os espaços públicos para convivência comunitária na região do Butantã e garantir o acesso da comunidade aos mesmos
- Implantar centros culturais em comunidades carentes

- Ampliar a segurança em áreas de lazer, não permitindo que praças e parques virem pontos de tráfico de drogas;
- Fazer divulgação de oportunidades de lazer e espaços de lazer
- Realizar melhorias de Saneamento Básico
- Ampliar a Rede de Esgoto
- Investir na despoluição de córregos e educação da população
- Organizar, divulgar e garantir coleta seletiva nos bairros. Colocar mais latas de lixos nas ruas
- Realizar campanhas de conscientização contra desmatamento e denunciar os desmatamento
- Juntar lixo e evitar queima de lixo
- Melhorar a segurança no trânsito e nas ruas – CET deve garantir maior segurança aos pedestres
- Ampliar transporte coletivo
- Assegurar vagas escolares próximas à residência do aluno, respeitando a liberdade de escolha do estudante, garantindo a manutenção do transporte para aqueles que precisem se deslocar para escolas mais distantes.
- Contratar profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais etc.) que ajudem a estabelecer vínculos entre alunos, escolas, professores, famílias e comunidades
- Estabelecer, nas escolas públicas, projetos de mediação de conflitos (nos quais os problemas da escola são solucionados a partir de pequenos grupos de diálogo, com a colaboração de um mediador)
- Propor a diminuição da rotatividade dos profissionais ligados à Educação
- Divulgar projetos que tenham tido sucesso na integração entre a comunidade, de modo que sirvam como modelos para serem aplicados em outros locais, assim como, criar projetos nas escolas que envolvam de maneira eficiente a família no cotidiano escolar.
- Aumentar a participação das escolas na rede social local para construção de parcerias.
- Retomar e ampliar os projetos de distribuição de material didático, esportivo e pedagógico em geral;
- Desenvolver campanha de conscientização nas escolas contra vandalismo – esta campanha deve ser ampla, porque o vandalismo contra escolas não é sempre exercido por alunos e pessoas que a freqüentam, mas muitas vezes vem de fora
- Ampliar os Centros para Criança e Adolescente (CCA) e os projetos com atividades esportivas
- Garantir políticas e projetos que contribuam para a aproximação de famílias e de comunidades às instituições de atendimento.
- Ampliar a jornada escolar para período integral nas escolas em que a comunidade assim desejar (garantindo a consulta através de encontros e audiências públicas) sendo facultada às famílias e aos estudantes a participação no período integral. A implementação deste programa em cada unidade escolar só poderá acontecer estando garantidas previamente todas as exigências legais para sua efetivação (espaço físico, professores, projetos pedagógicos, materiais didáticos etc.)
- Retomar atividades extracurriculares interrompidas

- Fornecer aos jovens orientações e incentivos para que possam ter a oportunidade de trabalhar em um emprego que gostem, pois a maioria deles têm muita dificuldade de escolher com o que trabalhar, ficando desmotivados.
- Aumentar a divulgação dos cursos de profissionalização e preparação.
- Oferecer cursos profissionalizantes com mais vagas e mais opções. (A escola pode ser mais voltada à preparação para o trabalho, mas os jovens devem ter o Ensino Fundamental concluído e serão indicados pela escola para fazer um pequeno curso de preparação de 6 meses e aí entrarão na Oportunidade para os Jovens (OPJ), tendo oportunidade de um curso profissionalizante e um emprego, mas devem estar cursando o Ensino Médio)
- Estabelecer igualdade entre ONGs (profissionalizante) e ETECs (empregos e transportes) visto que as ETECs têm uma série de vantagens
- Melhorar a infraestrutura hospitalar com equipamentos mais modernos e médicos especialistas;
- Formar adequadamente os profissionais de saúde de modo que possam atender melhor à população;
- Promover melhora na higiene hospitalar ampliando os profissionais da limpeza;
- Ampliar a distribuição de medicamentos e avaliar as compras (medicamentos estragando em depósitos, enquanto faltam outros para a população);
- Ampliar a rede de ambulâncias;
- Ampliar o número de hospitais e médicos especializados no atendimento de crianças e adolescentes;
- Ampliar a rede de laboratórios para exames, facilitando a realização de exames com mais rapidez;
- Fornecer informações sobre doenças importantes de se combater na adolescência – Realizar campanhas em UBSs com informações sobre obesidade, bulimia, anorexia e desnutrição.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Contra a redução da Maioridade Penal
- Melhorar as condições de segurança; ampliar possibilidades de diálogo;
- Estabelecer, nas escolas públicas, projetos de mediação de conflitos (nos quais os problemas da escola são solucionados a partir de pequenos grupos de diálogo, com a colaboração de um mediador)
- Criar ouvidorias para criança e adolescente (agilidade e sigilo);
- Agilizar o atendimento aos casos de violência contra crianças e adolescentes: Apoio jurídico nas comunidades.
- Implantar fórum e vara da família no Butantã.
- Dar maior subsídio e ampliar as ONGs que atuam na proteção de vítima de violência, com atendimento especializado às famílias
- Aproximar a mídia da Rede Social para compreender melhor o que acontece de fato
- Criar em vários espaços uma “caixa do desabafo” onde as crianças possam denunciar que estão sofrendo abuso
- Garantir condições de julgamento legítimo, justo e digno, garantindo oportunidade de defesa;

- Direcionar incentivos fiscais para a oferta de empregos como aprendiz para adolescentes ex-internos da Fundação Casa;
- Incentivar o ensino da arte (teatro, música, desenho, dança etc.) na Fundação Casa favorecendo a apresentação de espetáculos com estes adolescentes em suas comunidades, objetivando diminuir o preconceito e favorecer sua reinserção social.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Ampliar o número de conselhos de direito e tutelar por região com instalação adequada e recurso técnico, financeiro, material e equipamentos, para se fazer o trabalho
- Criar Fórum permanente dentro da escola (direitos e deveres)
- Fornecer apoio jurídico nas comunidades. Implantação de fórum e vara da família no Butantã
- Ampliar a divulgar o trabalho realizado pelo Conselho Tutelar, principalmente nas escolas, garantindo que crianças, adolescentes e suas famílias utilizem o CT como órgão de defesa dos direitos de crianças e adolescentes
- Qualificar e formar instituições e serviços a respeito do ECA
- Promover a divulgação na mídia, com maior espaço, das ações que estão sendo realizadas para combater a violência
- Responsabilizar o Estado, para que adeque os espaços que recebem adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas, de acordo com o SINASE;
- Ampliar os núcleos especializados em infância e juventude / Defensoria
- Dar condições aos Conselhos Tutelares para implementação efetiva do SIPIA

➤ Eixo IV - Participação de Crianças e Adolescentes em Espaços de Construção de Cidadania

- Criar espaços de participação de estudantes onde adolescentes e jovens sejam conscientizados de seus direitos;
- Criar programas governamentais de incentivo à organização de grêmios nas esferas municipal e estadual com apoio do governo federal e fiscalização para garantia deste direito;
- Criar um canal direto de diálogo e reivindicação entre Uniões Regionais de Grêmios estudantis e as prefeituras municipais, assim, os estudantes serão prioridade e participarão da gestão das políticas públicas de educação;
- Criar programas governamentais municipais e estaduais incentivando a utilização de escolas nos finais de semana de modo a reafirmá-las como espaços políticos e promover a participação e formação política dos estudantes

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Observar a relação entre conservação de escolas e outros espaços públicos e a forma como a população se comporta com relação ao tratamento que dá a estes espaços;
- Ampliar a articulação entre as diversas políticas – Intersetorialidade

- Usar a ferramenta SIPIA (Sistema Nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos preconizados no estatuto da Criança e do Adolescente) - implantá-la e estruturá-la nos diversos Conselhos Tutelares e outros órgãos e secretarias do Sistema de Garantia de Direitos como Banco de Dados e Política garantidora do cumprimento dos Direitos.
- Tornar mais efetivo o atendimento das políticas de atenção básica (Saúde, Educação, Assistência Social, Moradia)

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Ana Carmo de Souza
Educação	Marcos Luis dos Santos
Saúde	Maria Fernanda A. P. Barcellos de Oliveira
Subprefeitura	Ana Maria Correa
Conselho Tutelar	Luiz Antônio Lopes Sirlete Elza de Santana Reis
Fórum Municipal DCA	Marina Nambu Keila Mendes de Souza Rogaciano Amaro de Assis Silvio dos Santos
Adolescente	Eduardo Leite da Silva Warley Maik Almeida Costa Silva

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Carolina Campos Melo Cristina da Silva Danielli Girardi Soares Diego Aurélio Alves Rodrigues Gabriel Felipe Coronado Gabriel Santos Oliveira Gisele Fernandes Albuquerque Gustavo de Paula Araújo Ingrid Palmeira Magalhães Jose Roberto Custodio Junior Luani dos Santos Pereira Lucas Romero Ferreira do Nascimento Luiza Campelo Freitas Luiza Oliveira Carrasco Pamela Santos Paulo	Ana Raquel Scimarella Wandermurem Camila da Silva Moreira Carina Palmeira da Silva Gabriel Labaki Jéssica Junior Pereira Marcelo Camara Lima Mayara Alves Rodrigues Rafael Keizo Ihara Thalita Pavani Maciel Wesley Jackson Gomes Castro
Silas de Melo Taís de Jesus Silva Ursula Wenzel Becker Vitória Domingues da Silva	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Ana Carmo de Souza Eduardo Bernardes Silveira Fernanda da Cal Fernandes Silva Francisco Eduardo Bodiao Geciane Francisco Rodrigues Barros Hely Luisa Medeiros Vieira Castro Keila Mendes de Souza Luis Alberto Silva Santos Marcos Luís dos Santos Maria de Nambu Miriam Vieira Santos Nicoli de Paula Severino Roberta Reiko Durante Sato Wanderson Ribeiro do Amaral	Jefferson Luiz da Silva Kelly Amorim de Jesus Letícia Monte dos Santos Ligia Oliveira de Azevedo Marcos Antonio Muniz de Paula

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, participantes da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Butantã e da Comissão Organizadora da referida conferência, vimos através desse documento repudiar a forma como foi conduzida a organização das conferências pela Comissão Central composta pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que é o órgão deliberativo e controlador das políticas na cidade de São Paulo de acordo com a lei 8069/90, artigo 86º, que define a política de atendimento a crianças e adolescentes em cada município desse país.

Este conselho teve seis meses para organizar os preparativos para a realização das Conferências Regionais (resolução 96/CMDCA-SP, artigo 4º, inciso I e II) e o mesmo não deu o suporte adequado e em tempo conforme a necessidade do evento. É importante apontar que a Comissão Organizadora da Conferência Regional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente do Butantã respondeu prontamente a todas as solicitações feitas pelo órgão em questão, a fim de efetivar a contento o referido evento, contudo, pelo exposto acima, a realização de nossa conferência apresentou intercorrências, que prejudicaram o andamento dos trabalhos; tais como:

- mesmo com a justificativa de adiar as conferências para uma oferta de suporte adequado às mesmas, isso não ocorreu conforme o compromisso assumido pelo CMDCA;
- a empresa contratada para a metodologia não apareceu para a realização das oficinas;
- o material pedagógico foi entregue no final da tarde do dia anterior ao início da realização da conferência e em uma quantia menor que a solicitada. Nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, material essencial para subsidiar as discussões, foi disponibilizado. Importante apontar que esta falta foi cobrada pelos conferencistas;
- os lanches e o almoço vieram em dobro da quantia solicitada;
- o transporte, no dia 25/06, apresentou atraso considerado e, no dia 26/06, somente quatro dos oito ônibus contratados cumpriram o compromisso assumido e ainda não conseguimos contatar os responsáveis a fim de solucionar o problema. Em decorrência disso, cerca de 200 crianças e adolescentes aguardaram desde as 07h00min da manhã em suas escolas e, quando os veículos substitutos lá chegaram, a maioria deles já havia desistido de comparecer à conferência, que já se encontrava em andamento e em momento de deliberações para serem levadas à conferência municipal.

Mesmo com todos esses acontecimentos, as Conferências Regionais Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Butantã foram realizadas devido ao empenho das organizações sociais, envolvidas no Fórum da Criança e do Adolescente do Butantã (FOCA – BT), dos representantes do governo das seguintes secretarias: Educação, Assistência Social e Saúde, e da Subprefeitura.

São Paulo, 26 de junho de 2009.

CAMPO LIMPO

INTRODUÇÃO

No dia 30 de junho de 2009, das 7h30 às 17h30, na UNASP – Universidade Adventista de São Paulo, sita à Estrada de Itapecerica, 5859, foram realizadas as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região de Campo Limpo.

No credenciamento, informaram que todas as pessoas haviam se inscrito no site, sendo 450 crianças e adolescentes e 58 adultos. Contudo, participaram dos eventos 380 crianças e adolescentes e 73 adultos. No credenciamento foi entregue uma pasta contendo material pedagógico, Regimento Interno e as Deliberações da Conferência de 2007.

Na abertura do evento que contou com a presença do subprefeito e vários representantes de órgãos municipais, foi feita uma apresentação das propostas de 2007 com o objetivo de realizar uma prestação de contas. Durante essa prestação de contas, houve apresentações culturais entre uma fala e outra.

Terminado o ato de conferir foram realizados os trabalhos em grupo nas oficinas. Em seguida, foi realizada a plenária e o evento se encerrou com a apresentação de uma banda de percussão.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A cerimônia de abertura foi iniciada às 9h25, tendo como mestre de cerimônias um membro da Comissão Regional. Inicialmente houve uma apresentação musical com os integrantes da Obra do Berço, seguida da apresentação dos membros da Comissão Regional.

- Composição da mesa

A mesa foi composta pelos representantes da Comissão Regional e Subprefeito: representantes da sociedade civil, do CRAS, da Regional da Secretaria da Saúde, da Delegacia Regional da Educação, representantes da subprefeitura e dos Adolescentes.

Logo no início, foi explicado o objetivo da conferência, tendo o mestre de cerimônias explicado a conferência como sendo a prestação de contas das propostas da conferência passada e levantamento de novas propostas. Também explicou todo o processo de encaminhamento das propostas a serem tiradas ali e seu caminho até a conferência nacional.

Esclareceu também o papel do delegado, concluindo que as crianças e adolescentes que saíssem como delegados deveriam sair com o espírito de “Eu vou ser delegado para lutar pelo lugar onde moro”.

O subprefeito e as secretarias municipais deveriam prestar conta do que foi e do que não foi realizado em relação às propostas da conferência de 2007.

Foram colocadas em projeção as propostas/deliberações da conferência de 2007 para que a plenária fosse acompanhando.

O primeiro a ter a palavra foi o subprefeito, que iniciou o pronunciamento apresentando dados de caracterização da área de Campo Limpo.

A subprefeitura de Campo Limpo é composta de três distritos: Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade e tem uma população de 576.600 pessoas. É uma cidade dormitório e tem 270 favelas e 57 córregos e afluentes, apresentando riscos ambientais e altos índices de violência. Cerca de 200.000 pessoas estão na faixa etária de 0 a 19 anos e 156.000 estão na faixa de 0 a 14 anos. Destes, 82%, ou seja, 129.500 são alunos da rede pública escolar.

Foram realizados projetos nas escolas: ECA na escola, implantação de clube-escola para atividades extra-escolares no horário em que os alunos não estão na escola; clubes para a prática de esportes; 4 CEUS; Programa Virada Social (130 ações de infraestrutura, programas para inclusão e sustentabilidade em Paraisópolis).

Na área da saúde: UBSs e AMAs (Assistência Médica Ambulatorial); programas para pessoas de mobilidade reduzida (reforma de calçadas, corrimões em escadas, banheiros especiais etc.); Responsabilidade Socioambiental (Agenda 21 – grupo que discute a sustentabilidade do ambiente); Agenda 2012 – participação no orçamento para mudança e melhoria da qualidade de vida em Campo Limpo.

A subprefeitura conta com um auxiliar de juventude, que trabalha com um público de 15 a 29 anos. Seu trabalho é mapear a juventude para subsidiar as ações da subprefeitura. Realiza ações de formação e promoção, auxilia na avaliação e monitoramento das atividades desenvolvidas para essa faixa etária na região.

Um fato interessante foi uma criança se dirigir ao subprefeito perguntando o que a prefeitura havia feito em relação a um córrego que passava perto da casa dela e o prefeito teve que se explicar.

No entanto, o subprefeito não prestou contas pessoalmente, deixando a cargo dos coordenadores setoriais da educação, saúde e assistência social essa tarefa de prestar contas sobre o andamento das propostas da conferência anterior. Mas nem todos prestaram contas, limitando-se apenas a apresentar os seus serviços.

A supervisora da Assistência Social disse que foram realizados nesses dois anos: Mãe Admirável, Casa do Zezinho, Vila Andrade (aumentou o número de vagas), cinco centros para a juventude e duas casas de abrigo. Enumerou todas as organizações sociais que mantêm convênio com a subprefeitura.

A representante da Secretaria da Educação disse que a rede escolar é composta de 44 EMEFs, 26 EMEIs, 25 CEIs, 5 CEUS. Explicou sobre os programas que estão sendo desenvolvidos em sua Secretaria: Aprendendo com saúde – realiza exames de pulmão e depois os casos são encaminhados e Orientações curriculares que definem as expectativas de aprendizagem para cada ano escolar. Citou também a Formação continuada dos docentes (“professores estão ganhando par estudar”), Minha biblioteca e Ler e escrever.

Como resposta às propostas de 2007, ela respondeu o que foi efetivado: houve formação continuada para os professores e ainda está havendo; produção de vídeos e outros documentos para a capacitação dos professores; eliminação do terceiro turno, o chamado “turno da fome”. Apenas seis escolas ainda não adotaram os dois turnos. Ampliação de vagas de educação infantil – disse que é o problema mais difícil de resolver, mas creches estão sendo conveniadas. Obras e manutenção: há a necessidade de reduzir os custos e melhorar a distribuição do dinheiro – mas contou o que está sendo reformado e contou que os diretores estão recebendo dinheiro para pequenas despesas, e o conselho da escola também é gestor dos recursos. Número de vagas na CEIs cresceu de 61 mil para 109 mil. Há um maior número de espaços esportivos – Projeto Guri.

Sobre a necessidade de professores especializados disse que a idéia é receber as crianças em salas normais com suporte de professores especializados. Quanto à discussão sobre DST/AIDS disse que já está ocorrendo e as crianças e adolescentes devem participar.

A representante da Secretaria de Saúde fez a sua fala. Inicialmente ela definiu quem é o adolescente segundo a OMS – pessoas de 10 a 19 anos. A cidade de São Paulo possui 15% da população formada de adolescentes e em Campo Limpo, eles representam 16% da população total, chegando a cerca de 90 mil pessoas.

Disse que 95% de Campo Limpo é coberto pelo Programa de Saúde da Família e que possui uma equipe interdisciplinar para atender o adolescente. Inclusive um hebiatra que realiza palestras nas escolas e em UBSs. As UBSs abrem espaço para os adolescentes se reunirem; realiza palestras sobre sexualidade, gravidez, DST, métodos contraceptivos; realiza atividades cênicas e realiza atividades em conjunto com a escola.

A representante da Saúde não realizou conferência das propostas de 2007, mas divulgou os serviços da Secretaria.

- Regimento Interno

O regimento interno foi lido por duas crianças e foi aprovado, sem destaques.

- Apresentação Cultural

As apresentações artísticas e culturais foram intercaladas às atividades da conferência propriamente dita, tendo havido várias apresentações. Houve apresentação de dança do grupo AEB e, no final, o grupo de percussão do Projeto Arrastão fechou a conferência, com vários números.

2 - OFICINAS

Antes do início das oficinas, foi feito um rápido treinamento sobre como osicineiros deveriam agir nas oficinas. Apresentar o tema e propor a discussão, perguntando “O que deve mudar?”, “Como deve mudar?” Oicineiro deve facilitar o levantamento de propostas por parte das crianças, o estudo das soluções pelo poder público e sociedade civil. Cada oficina deve tirar duas propostas. Osicineiros devem fazer um relatório. Todos eles são da região e não da assessoria de metodologia.

As oficinas foram realizadas nas salas de aula da universidade, que comportavam confortavelmente os participantes. As oficinas foram distribuídas de acordo com os eixos e as faixas etárias dos participantes:

Oficinas	Faixa Etária
Meio ambiente	13 a 16 anos
Dificuldade de inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes	15 a 17 anos
Violência doméstica, abuso e pedofilia	14 a 17 anos
ECA e Conselho Tutelar	12 a 15 anos
Ausência de vagas nas escolas, superlotação nas salas de aula e participação de crianças e adolescentes nas decisões escolares	10 a 14 anos
Sexualidade na adolescência, gravidez e DST	14 a 17 anos
Drogas	15 a 17 anos
Educação inclusiva	12 a 15 anos
Família e comunidade	12 a 15 anos
Redução da maioria penal e toque de recolher	15 a 17 anos
Trabalho infantil	9 a 12 anos
Acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e preservação do patrimônio público	9 a 12 anos
Mídia e tecnologia na infância e na adolescência	15 a 17 anos
Preconceito e discriminação	15 a 17 anos
Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades	Adultos
Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes	Adultos
Fortalecimento do sistema de garantia de direitos	Adultos
Participação de crianças e adolescentes nos espaços de construção de cidadania	Adultos
Gestão da política	Adultos

2.1- LÚDICA

Das 14 oficinas lúdicas previstas, foram realizadas 12. As oficinas 13 (Mídia e tecnologia na infância e adolescência) e 14 (Preconceito e discriminação) não foram realizadas.

Nas oficinas da Conferência Lúdica foram adotadas diferentes metodologias. Em algumas oficinas houve a apresentação de slides sobre o tema para suscitar a discussão, em outras foram entregues cartões que continham os problemas a serem discutidos ou então transcrições dos artigos do ECA para que os participantes juntassem os cartões, formando os artigos. Em outras, osicineiros faziam uma exposição do tema. Também foi chamado um guarda civil metropolitano para explanar sobre a maioridade penal e o toque de recolher. No grupo que discutia educação inclusiva foram colocadas vendas nos olhos de alguns participantes, outros foram amarrados com barbante para impedir o movimento e simular as dificuldades que as pessoas com necessidades especiais enfrentam no cotidiano da escola. Depois houve discussão sobre essas situações.

Os grupos geralmente formavam subgrupos para a discussão e posteriormente se juntavam para apresentar e votar as propostas e tirar os delegados. Algumas oficinas trabalharam em um único grupo.

A participação variou de oficina para oficina. Em algumas havia mais espaço para participação das crianças e adolescentes e em outras, menos. Durante as oficinas registrou-se a presença de pessoas ligadas às ONGs que atuam na região. Essas pessoas participaram de forma diluída nas oficinas.

Das várias discussões nos grupos, alguns pontos revelam os problemas que essas crianças e adolescentes vivem no seu cotidiano:

- dificuldade de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, com a solicitação de cursos profissionalizantes nas escolas nos finais de semana.
- desconhecimento das funções do Conselho Tutelar
- problemas com a superlotação das salas de aula. Um adolescente comentou, “A minha escola é muito lotada, e às vezes nem escuto a professora”. Outro disse, “Muita bagunça na sala, e eu não consigo aprender”.
- trabalho infantil: “Alguns adolescentes estão vendendo seu corpo para ajudar a família ou para sustentar o vício da droga”.

As crianças e adolescentes mostraram-se bastante cientes dos problemas que enfrentam e expressaram isso de forma bastante contundente.

2.2 - CONVENCIONAL

Inicialmente estavam previstas 5 oficinas, uma por eixo. Por falta de quorum em duas oficinas (por ex: ninguém quis discutir a Gestão da Política e havia poucas pessoas para discutir Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos), as pessoas foram distribuídas em 3 oficinas: 1 – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdade; 2 – Proteção e defesa no enfrentamento

das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes e 3 – Participação de Criança e Adolescente nos espaços de construção da cidadania.

A metodologia usada foi a da Assessoria de Metodologia. As oficinas tinham bom controle dos grupos e incentivava as discussões.

Em uma das oficinas observadas, o oficinairo fez uma breve apresentação, falando sobre o objetivo da conferência. Houve uma apresentação das pessoas, falando o nome e uma qualidade sua, e, depois, uma pessoa olhava para o seu vizinho e dizia como achava que o outro era. Por exemplo, “a minha colega aqui do lado é risonha, simpática, alegre” etc.

Os grupos foram divididos em subgrupos para a discussão; apenas um deles não se dividiu devido ao baixo número de participantes (8).

Um dos grupos utilizou a metodologia do bombeiro e recebeu a incumbência de apontar as dificuldades – uma coisa que pega fogo – no trabalho com Crianças e Adolescentes. E qual é o incêndio mais grave que a gente tem que apagar?, pergunta a oficinaira. Ela disse que o grupo deveria tirar duas grandes diretrizes e propostas. Deu exemplos, “articulação entre as Secretarias para atendimento das crianças e adolescentes”. “Por exemplo, a Educação trabalhando junto com Esportes”.

Em outro grupo, lia-se no quadro negro “Objetivo: Discutir, analisar e deliberar duas situações para serem apresentadas na plenária final. Apresentar soluções”. Nesse grupo, a oficinaira ia anotando os problemas levantados na lousa: eram situações como a falta de informação da família, falta de oportunidades de trabalho no local, etc.

O terceiro grupo subdividiu-se em 3 subgrupos para a discussão do eixo, cada subgrupo discutindo um tema para depois apresentar no grupo e escolher as propostas.

Os participantes, na maioria mulheres, estavam bastante envolvidos, discutindo tanto em subgrupos, como quando apresentavam as propostas para o grupo todo.

Nos diferentes grupos foram levantados problemas de várias naturezas:

- Diferenças étnico-raciais, de gênero, classe social, religião, cultura, orientação sexual, identidade de gênero; a questão Educação + Família. Levantou-se que falta informação na família, que falta oportunidades de trabalho locais. Não há interação entre governo e comunidade. Necessidade de promoção da autoestima do indivíduo e da comunidade. Necessidade de controle social. Falta de consciência e educação ambiental principalmente porque há mananciais na região.

- trabalho infantil agrícola, tráfico de pessoas, tráfico de drogas (meio virtual), pedofilia, violência sexual, identificação dos abusadores, meio virtual.

- dificuldade de participação das crianças e adolescentes nas escolas. Não foi possível realizar pré-conferências nas escolas porque a Educação não abria as portas. Falta de articulação entre as várias organizações sociais e a escola. “O público alvo é o mesmo, mas não trabalham juntos”.

3 - PLENÁRIA

Foi realizada uma única plenária para a conferência lúdica e convencional.

O mestre de cerimônias foi chamando os grupos de cada oficina para que relatassem as respectivas propostas. Após a leitura, foram submetidas à aprovação da plenária. As propostas foram aprovadas, sem maiores exames por parte da plenária que estava lotada de crianças, adolescentes e adultos. Não houve a seleção de duas propostas por eixo temático. As crianças e adolescentes apresentaram suas propostas por tema e os adultos por eixo temático. Todas as propostas foram aprovadas.

Não houve debates, polêmicas ou pontos discordantes sobre as propostas.

4- DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

Não foram apresentados

4.2 - CONVENCIONAL

Não foram apresentados

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Construção de mais escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio na região, de modo a garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes à rede pública de educação, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Redução do número de alunos por sala de aula, de modo a propiciar uma condição de aprendizagem adequada e individualizada, com no máximo 25 alunos por sala.
- Oferta de materiais didáticos adequados a todos os alunos, estejam eles matriculados no ensino infantil, fundamental ou médio, incluindo livros. E melhoria do espaço físico das escolas e disponibilização de recursos audiovisuais, de informática e de laboratório.
- Ofertar materiais didáticos diferenciados para pessoas com deficiência, de modo a propiciar condições adequadas de aprendizagem (máquina e livros em braile, material para facilitar o aprendizado de pessoas com deficiência intelectual, cartilha de Libras etc.)

- Oferta de cursos de capacitação, palestras e seminários aos professores da rede pública de educação, em horários em que estes possam efetivamente participar, para auxiliá-los na construção de aulas mais interativas e agradáveis. Além de proporcionar a estes professores e demais funcionários das escolas capacitação para ensinarem pessoas com deficiência (cursos de LIBRAS, braile etc.).
 - Garantia de entrega de uniformes aos alunos, seja eles de educação infantil, ensino fundamental ou médio.
 - Melhoria da qualidade da merenda escolar, ofertando alimentos mais saudáveis e saborosos e o aumento do tempo destinado ao intervalo para possibilitar uma alimentação adequada (aumentar de 15 min. para 25 min.)
 - Adequação dos espaços escolares para a acessibilidade de pessoas com deficiência, incluindo a construção e manutenção de rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados, carteiras adequadas para pessoas que façam uso de cadeiras de rodas.
 - Revitalização das ruas localizadas ao redor das escolas de modo a garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.
 - Solucionar os problemas relacionados aos córregos, principalmente decorrentes das enchentes, por meio de ações de limpeza, manutenção e de campanhas de sensibilização sobre a importância de ações individuais para melhoria e desenvolvimento do espaço coletivo.
 - Construção de espaços físicos destinados ao esporte, lazer e cultura dentro dos distritos, focando o desenvolvimento local, descentralizando estes espaços e propiciando o acesso às crianças e adolescentes na própria região onde residem.
 - Implantação de ETECs e FATECs na região de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, uma vez que não existe nenhuma neste local.
 - Propiciar maior investimento no desenvolvimento do comércio local e criação de pólos industriais na região de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, aumentando assim a oferta de trabalho para os moradores da região e diminuindo a incidência de trabalho e prostituição infantil, isso porque grande parte das crianças e adolescentes que se encontram na situação de trabalho e prostituição na região são provenientes de famílias em alta vulnerabilidade social e cujos genitores estão fora do mercado formal de trabalho.
 - Expansão da rede de saneamento básico na região de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, incluindo fornecimento de rede de esgoto nas vielas.
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
- Implantação de um Conselho Tutelar no Capão Redondo e um na Vila Andrade.
 - Promover programas de capacitação profissional aos pais das crianças e adolescentes, de modo a qualificá-los para o mercado de trabalho, facilitar a inserção destes e evitar o trabalho infantil.
 - Maior divulgação na mídia do disque-denúncia para casos de violência doméstica contra a criança, abuso sexual e pedofilia.

- Implantação de programas de sensibilização de educadores e profissionais da saúde sobre a importância da denúncia quando a violência contra a criança for detectada.

- Criação de serviços especializados no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica e sexual, e suas famílias, com profissionais especializados, tais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, pediatras e hebiatras na região de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Oferta de mais atividades de lazer nas próprias escolas, aproveitando os espaços físicos nos fins de semana e feriados, além de promover atividades físicas e culturais na grade horária da escola, durante o período letivo.

- Implantação de projetos de sensibilização de professores, educadores, profissionais de saúde e da assistência social sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sua importância e função na garantia dos direitos e estipulação de deveres, havendo obrigatoriedade de participação destes profissionais.

- Implantação de uma disciplina voltada à explanação das legislações sociais (ECA, Lei Maria da Penha, Constituição Federal etc.) na grade horária escolar.

- Implantação de serviços de capacitação para os policiais quanto aos direitos da criança e do adolescente (ECA), evitando assim os abusos cometidos por estes.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Inserção da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente seja ela em âmbito Regional, Municipal, Estadual e Nacional, no Calendário Escolar, de modo a garantir a participação dos alunos e professores.

- Promoção de cursos profissionalizantes voltados aos adolescentes de modo a qualificá-los para o primeiro emprego.

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Estipulação de novas regras para a candidatura e eleição dos conselheiros tutelares, exigindo destes, além da experiência com o trabalho assistencial com crianças e adolescentes, graduação superior em Serviço Social e Psicologia.

- Investimento na construção de novos CCAs e CJs, já que os que existem na região são insuficientes para atender toda a demanda.

- Estabelecimento de projetos de incentivo à contratação de jovens por empresas

5.2 - CONVENCIONAL

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Garantir a acessibilidade da população no uso dos equipamentos públicos
- Criar e fortalecer parcerias entre escolas e CCAs e propiciar a participação da comunidade e das famílias nestas redes de ações através de políticas públicas
- Garantia do acesso das crianças e adolescentes aos Serviços de Proteção Social em territórios de alta vulnerabilidade social
- Fortalecer a participação da comunidade e das famílias nos projetos e nas políticas públicas

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Promover capacitação dos policiais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e direitos humanos
- Investimento no desenvolvimento da região de Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo, principalmente no comércio local e na criação de pólos industriais de modo a diminuir o desemprego e a incidência do trabalho infantil
- Promover campanhas de esclarecimento público acerca da pedofilia, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e os meios de exposição à violência destas, utilizando como meio de propagação principal a mídia
- Criação de programas de apoio e orientação às vítimas de abuso sexual e pedofilia e suas famílias
- Articulação da rede social para enfrentamento das problemáticas voltadas à violação dos direitos da criança e do adolescente
- Sensibilização para a questão do abuso, da pedofilia e do abusador para com a criança, família e educadores.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Garantir na grade escolar uma disciplina voltada à consciência política
- Criar uma rede de socialização de informações relacionadas à infância e juventude entre as Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, da Educação, da Saúde, Esporte, Cultura e Lazer
- Criação de um Conselho Tutelar no distrito de Capão Redondo e um no distrito de Vila Andrade
- Promover capacitações e formações para educadores, professores, diretores e coordenadores da rede pública de Educação, profissionais da saúde e coordenadores de organizações sociais sobre os serviços fornecidos na região e consequentemente os métodos para encaminhamentos, de modo a viabilizar o trabalho em rede e facilitar os trâmites de encaminhamentos entre os serviços
- Promover capacitação para os Conselheiros Tutelares
- Inserir nos parâmetros educacionais o Estatuto da Criança e do Adolescente

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Garantir via Fóruns, Conferências, espaços de debate a interação entre governo/autoridades locais e comunidades.
 - Elaborar uma ferramenta/mecanismos democráticos de participação da população nas decisões políticas e no controle e monitoramento destas.
 - Inserção da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente no calendário escolar

- Eixo V - Gestão da Política
 - Criar junto à Subprefeitura, na agenda do subprefeito, um dia para encontro com as escolas públicas
 - Elaborar uma ferramenta/mecanismos de comum acesso para acompanhamento do que está sendo desenvolvido no Senado
 - Criar espaços de lazer com qualidade, limpeza, segurança e com garantia de manutenções periódicas
 - Transparência à população com relação à verba
 - Socialização dos assuntos relacionados à infância e juventude por parte das Secretarias de Educação (Municipal e Estadual), da Assistência Social, do Esporte, Cultura e Lazer e da Saúde

6- COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Magna Margareth Ferreira
Educação	Marlene de Moraes Zillig
Saúde	Sandra Helena Corre Longuino
Subprefeitura	Márcia Regina do Nascimento
Conselho Tutelar	Adriana Soares dos Santos Ribeiro
	David Carvalho Martins
Fórum Municipal DCA	André Luiz de Souza
	Mirella Carneireiro
	Moara do Carmo Paiva
Suplente	Ricardo Frige Stanzione
	Poliana Lopes de Lima
Adolescente	Kaique Masuko Pimentel
	Humberto Felipe Lima Ribeiro
Suplente	Renan Nascimento Santos
	Karime Ellen Pinheiro
	Thamella F. dos Santos Cardoso

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.2 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTE
Lucas Santos de Aguiar	Débora Beatriz da Silva
Fernando Sérgio Augusto	Carla Rosa Silva
Júlio César da Silva	Danilo da Costa Souza
Paulo Henrique Bento	Kayuam Coelho de Araújo
Anderson Max da Silva	Lucas Gomes
Gabriel Levi Ramos dos Santos	Suellen Correia da Silva
Mayara Anjo	Leandro Gustavo dos Santos
Janaína Ferreira da Silva	Beatriz Xavier da Silva
Ana Paula Leal Carneiro	Caio Italo Coelho Matos
Karime Ellen Pinheiro	Thamyres Marques Aguiar
Izabela Cristina Matheus de Souza	Rafaela Carvalho Nogueira
Jamile dos Santos	Andressa Kelly Santos Gomes
Natália Velasco Queiroz	Alex da Silva
Elizabeth Oliveira dos Santos	Mirian Silva
Raquel Pereira Pires	Tamires Ferreira Pinto
Cleberson Alcântara dos Santos	
Gabriela Araújo Silva	
Joyse da Silva Pereira	
Deborah da Silva Ferreira	
Edivan Almeida	
Camila Rebeca Santos Lima	
Humberto Felipe Lima Ribeiro	
Thamires Castro de Souza	
Aline Nascimento da Silva	
Vitória Wayaskará Rodrigues dos Santos	
Júlio César da Silva Gonçalves	

7.2 – CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Adryele Vilma de Barros	Edilene Silva de Jesus
Adriana Soares dos Santos Ribeiro	David Carvalho Martins
Ana Moraes Batista	Cláudia Barbosa Santiago
Rita de Cássia Bonfim Bezerra	José Orlando de Souza

CAPELA DO SOCORRO

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional de Capela do Socorro foram realizadas no CEU Três Lagos, na Estrada do Barro Branco s/nº, respectivamente, nos dias 10 e 11 de julho de 2009.

A Conferência Lúdica teve a participação de 389 crianças e adolescentes e quase 63 adultos, segundo informações da comissão organizadora. Um palhaço recepcionava todos e encaminhava para o teatro do CEU que ficou lotado. Enquanto esperavam o início da conferência, três educadores subiram ao palco e dançaram ao som de uma música que tocava naquele momento. As crianças e adolescentes acompanharam a coreografia com muito entusiasmo.

No dia 11 de julho chovia muito e o frio era intenso. A Conferência Convencional contou com a participação de 63 adultos, abaixo da expectativa dos organizadores, provavelmente, devido às condições climáticas, avaliaram.

Ao final da Conferência Convencional foram apresentadas e aprovadas duas moções: “repúdio à redução da maioria penal” e “repúdio à prática de criminalização da pobreza através da política de desocupação “habitacional” da região.”

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

- Composição da mesa

Na abertura solene, foram convocados para compor a mesa, o subprefeito, representantes de órgãos públicos, representantes de instituições da sociedade civil e representantes das crianças e adolescentes.

O conselheiro tutelar agradeceu a presença de todos, satisfeito em fazer parte da organização. O representante do Fórum DCA de Capela do Socorro e do Grajaú falou da realização das conferências em toda a cidade. O subprefeito disse que iriam conversar sobre as crianças e pensar como é possível melhorar, hoje, para ter um futuro melhor. “Vamos ver o que cada um pode fazer para melhorar a vida de vocês. Os adultos não têm que resolver sozinhos: vocês precisam ser ouvidos e para isso é importante que falem. Os próximos anos dependem muito do que vai acontecer aqui, hoje”, afirmou o subprefeito.

A platéia pedia, insistentemente, a presença na mesa de um conselheiro tutelar de Capela do Socorro, em especial, e ele foi chamado. “Mandou um salve para todos” e lembrou que hoje crianças e adolescentes são protagonistas absolutos. Disse que o poder público precisa dar resposta porque crianças e adolescentes são os mais injustiçados. “A periferia precisa levantar sua voz”, disse.

Lembrou que prefeito e vereadores têm que dar retorno. Lembrou que “o adulto está aqui hoje para mediar e não para determinar”. A platéia aplaudiu muito. A representante dos adolescentes disse que “nós somos o presente do Brasil. Vamos participar da conferência!”. Outra adolescente deu as boas vindas e disse que “aqui, vocês vão conhecer o direito de vocês; que hoje vocês tenham um dia muito especial”.

Foi anunciada a presença de um vereador da região que faz parte da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de São Paulo.

- Regimento Interno

Duas adolescentes leram o regimento interno. O mestre de cerimônias lembrou que adulto não faz destaque no regimento, só crianças e adolescentes.

Durante a leitura surgiu uma proposta de que o horário do credenciamento se estendesse até 11h porque acabara de chegar um ônibus que se atrasou por motivos técnicos. Procedeu-se a votação e o destaque foi aprovado.

Uma adolescente propôs que a proporção de participantes para a eleição de delegados fosse de 10 para 1. A platéia manifestou-se favoravelmente. Em plenária, alguns adultos discutiram e avaliaram se essa mudança poderia ser feita, reafirmaram o caráter soberano da plenária, falaram sobre as implicações dessa mudança uma vez que todas as conferências da cidade de São Paulo obedeceram a proporção de 15 para 1 e questionaram a possibilidade de manter uma decisão como essa na Conferência Municipal. Também se discutiu sobre as reais condições para garantir infra-estrutura para um número maior de delegados. A proposta foi votada e o texto original foi mantido.

- Ato de conferir as propostas de 2007: o subprefeito esclareceu que as propostas de 2007 tinham vários endereços - saúde, educação, promoção social – que não estavam subordinados à subprefeitura. Afirmou que se juntava à voz da população para cobrar daquelas áreas. Sua briga é contra a falta de investimento na periferia. Falou que os problemas estão interligados; por exemplo, o desempenho dos alunos depende do que acontece dentro da escola, mas também do que acontece fora: desemprego, ausência de equipamentos de cultura etc. Afirmou que a questão não é só a localidade ter mais dinheiro, pois “o adolescente daqui tem que ter auto-estima. Eles não são piores que o pessoal de Pinheiros e Vila Madalena”.

Disse que a subprefeitura asfaltou 300 ruas e que em toda a cidade de São Paulo foram asfaltadas 1000 ruas. Também foram colocados 2000 pontos de iluminação (postes). Do orçamento da subprefeitura, 80% foram usados no Grajaú.

Tinha como sonho criar um centro cultural com cinema, teatro, espaço para shows e exposições. Conseguiu fazer o Calçadão Cultural do Grajaú, no Parque América. Lá tem cinema de graça. Perguntou quem conhecia. Quase ninguém levantou a mão. “Estamos montando oficinas de filmagem

e edição”, disse. Lá tem Centro de Cidadania da Mulher e 3 Centros Desportivos Municipais. Disse, ainda, que estão desapropriando uma área para fazer o Centro de Imigração.

Em Capela do Socorro, afirmou, não tinha parques. Estão fazendo vários parques com quadras, campos de futebol, atividades culturais e áreas de lazer. A idéia é criar um ambiente saudável para que todos se desenvolvam com arte, saúde, educação etc.

Pedi a participação e a avaliação de todos. Colocou-se a disposição para ver os resultados dessa conferência (2009).

A platéia se manifestou fazendo perguntas. Quando perguntaram se haverá um CEU no Parque Cocaia, respondeu que não tem projeto, mas vai encaminhar. Perguntaram se tem cinema grátis, mesmo, no Calçadão Cultural do Grajaú. Respondeu que “grátis é, legal, vocês devem dizer”. Vários adolescentes e adultos falaram bastante sobre a ausência de parques na região.

Finalizando, o subprefeito disse que, nas conferências, as metas têm sido muito genéricas e que as propostas precisam ser mais concretas para que sejam avaliadas. Disse que têm que dizer o que querem e onde, exemplificando: “queremos um centro cultural no lugar X”.

- Apresentação Cultural

Um grupo de crianças que freqüenta o CEU fez uma apresentação de música instrumental e outro, de dança de rua antes da composição da mesa de abertura.

Logo depois da conferência das propostas de 2007, passaram um filme sobre as conferências.

2 – OFICINAS

Foram propostas 13 temas para oficinas às quais foram atribuídos eixos. As crianças e adolescentes puderam escolher de qual participar. Os temas foram assim distribuídos: eixo I: Reciclagem; Capoeira. Eixo II: Sexualidade; Contação de histórias; Teatro. Eixo III: Contação de histórias; Danças circulares. Eixo IV: Dança de rua; Jogos corporais; Jovens desatando nós. Eixo V: Teatro; Construindo lazer; Brincadeiras.

As oficinas se constituíram em estratégias para discussão dos eixos. Osicineiros eram da região e não passaram pela formação do IBEPEC.

Cadaicineiro propôs as atividades de uma maneira diferente. Todos levaram um tema a ser discutido, pensando em um dos 5 eixos temáticos do CONANDA.

Assim, discutiu-se a reciclagem, como forma de evitar a deterioração do meio-ambiente. Houve distribuição de garrafas pet para que estas fossem transformadas, pelas crianças, em brinquedos. As questões “eu sou uma pessoa política?”, “o que é gestão?”, “o que é política?” estimularam os jovens a

participarem relatando as suas experiências e percepções sobre o tema. Representações teatrais e desenhos foram estratégias usadas para levantar as propostas.

A participação das crianças foi dispersa. Observou-se, no entanto, a participação mais atenta dos jovens que discutiram leis de amparo à infância e à adolescência (direitos e deveres), políticas públicas para a região, além da participação de crianças e adolescentes nos espaços de construção da cidadania. “Quais os espaços que a comunidade tem para conferir se medidas estão sendo implementadas?” e “Subprefeitura e Conselho Tutelar” são exemplos de perguntas e respostas que mobilizaram a discussão entre os jovens que avaliaram que a maior dificuldade, contudo, é a escolha dos líderes.

Saúde pública e liberdade também mereceram uma reflexão mais detida. O primeiro tema foi representado com a superlotação dos hospitais. O segundo, tratado por meio do racismo. Na saúde pública, concluiu-se que o desafio era a superlotação dos hospitais e o acesso dificultado às unidades. No debate sobre liberdade, concluiu-se que “temos que saber lidar com o preconceito”. Ainda no tema saúde, discutiu temas relacionados ao direito a saúde, como consultas médicas, contraceptivos, pré-natal e acesso aos medicamentos. Questões como doenças sexualmente transmissíveis, sexualidade, aborto e abuso e exploração sexual também foram abordadas.

Todos os grupos conseguiram formular propostas para a Conferência Municipal.

O almoço chegou quando as oficinas já tinham começado e foram interrompidas para que todos pudessem almoçar.

3 – PLENÁRIA

Por falta de tempo, a comissão organizadora optou por restringir a apresentação de propostas na plenária a três oficinas (sexualidade, desatando nós e teatro). Os grupos relataram suas propostas, sem mencionar os desafios levantados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

Os itens abaixo não foram apresentados em plenária, mas registrados a partir da observação e da consulta aos produtos das oficinas.

- Lazer
- Esporte e cultura
- Saúde
- Educação
- Sexualidade
- Abrigos
- Maior respeito com as pessoas

- Falta de respeito; Pouca informação; Falta de divulgação de temas sobre sexualidade
- Brigas constantes entre irmãos
- Faltam meios para informação, como textos, cartazes, encontros, palestras, manifestações artísticas não desgastantes
- Dificuldade de dialogar com prefeito
- Dificuldade de fiscalização
- Fomentar a participação da comunidade nas decisões que envolvem todo cidadão
- Transparência nas informações sobre gastos públicos

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Ter mais cultura em nossa sociedade. Ter mais atividades de lazer nas escolas, construir áreas de lazer, entretenimento e diversão e realizar eventos culturais e lazer para toda a família
- Construir centro esportivo; praça com equipamentos públicos, um centro que complemente o que se aprende na escola e um centro com espaço para cinema, teatro e dança
- Melhorar a saúde: ampliar o acesso aos postos de saúde e melhorar o atendimento
- Melhoria na educação com: aumento do número de horas na escola com atividades culturais e oficinas e diminuição do número de alunos em sala de aula
- Tirar as aulas de sábado
- Aperfeiçoamento do ensino para garantir melhoria do aprendizado do aluno para nós podermos ler.
- Ter sala de computação para nós.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Com relação às informações sobre sexualidade, deve ser utilizada linguagem mais acessível, com textos mais fáceis
- Criar mais abrigos para as crianças promovendo a articulação da comunidade e organizações para a construção destes serviços
- Melhorar a segurança nas escolas
- Acabar com os preconceitos e promover inclusão social; mais palestras sobre a sexualidade (HIV, por exemplo)
- Ter mais respeito com as crianças; as crianças não podem ser escravas dos adultos

Diálogo e respeito de espaço

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Instruir os adolescentes com linguagem informal e apropriada, para que todos entendam e que chame a atenção

- Reunir um conjunto de crianças e adolescentes que leve as idéias do que foi discutido na conferência para o prefeito, escolhendo um líder adolescente que nos represente por meio de votação. Escolher as pessoas certas
- Divisão das oficinas, na próxima conferência, por faixa etária
- Eleger uma criança e um adolescente, fazer melhorias e fiscalizar
- Garantir que os adolescentes participem da gestão da casa de cultura; garantir a participação dos alunos no planejamento das aulas em todas as escolas; criação de mais duas casas de cultura na Capela (Interlagos e Grajaú)

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Garantir a participação de crianças e adolescentes na hora de votar o orçamento
- Garantir que a população participe da criação de meios de divulgação das informações públicas

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A abertura teve início com o Hino Nacional executado por dois adolescentes, um tocando cavaquinho e outro, teclado.

- Composição da mesa

A mesa é composta por um representante do Fórum DCA do Grajaú e Capela do Socorro que deu as boas vindas a todos e falou da importância dos fóruns onde acontece discussão, proposição e encaminhamentos. Afirmou que “nossa responsabilidade é com os direitos das crianças e adolescentes”. Pediu a participação dos pais nas reuniões dos fóruns. O representante do subprefeito disse que hoje representa o subprefeito, mas na segunda-feira estará representando todos que estão aqui. O conselheiro tutelar de Capela do Socorro falou do sucesso da conferência lúdica pela quantidade de pessoas presentes. Disse que “temos muito o que fazer pelos direitos das crianças e adolescentes e que nunca viu tanta criança e adolescente largado nas ruas”. Reclamou da falta de calendário esportivo para crianças e adolescentes da região. A representante do CEU disse que o evento de ontem (a Conferência Lúdica) foi um sucesso e que “hoje, apesar de pouca gente, será legal, também”.

Foi chamada à mesa uma representante dos jovens que disse que os jovens, hoje, estão mais críticos. A representante da comissão organizadora disse que há 2 meses estão organizando as conferências. Lembrou do 19º aniversário do ECA e afirmou que “estamos conseguindo trabalhar articulando sociedade civil e governo, apesar de todas as dificuldades”. Informou que estiveram presentes na conferência lúdica, 389 crianças e adolescentes e quase 100 adultos no apoio. Manifestou sua

esperança de que, apesar do feriado, da chuva e do número de pessoas conseguissem avançar em propostas.

- Regimento Interno

Durante a leitura do regimento interno, um participante propôs um destaque: que não houvesse divisão por grupos, mas uma discussão conjunta dos eixos, em plenária. Sua defesa se baseava no número reduzido de pessoas. Outras pessoas defenderam a divisão em grupos para garantir a discussão dos eixos. Na votação, ganhou a manutenção das oficinas.

Ato de Conferir as propostas de 2007: Houve a leitura das propostas de 3 eixos temáticos da conferência de 2007:

- Eixo I, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento socioeducativo.
- Eixo II, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.
- Eixo 3, Orçamento para criança e adolescente: garantia de direitos.

Após a leitura, um membro do Fórum do Grajaú disse que houve uma avaliação das propostas de 2007 no Fórum e chegaram à conclusão que nada foi feito à exceção da diminuição do déficit de vagas nas creches.

Também avaliaram que muitas propostas são ruins e precisam ser revistas, pois representam um retrocesso (ex: mais polícia na periferia e lugares específicos para portadores de deficiência). Reafirma, então, todas as propostas com as ressalvas colocadas. Outro participante reforçou essa fala e esclareceu que os fóruns podem fazer suas propostas, independente das conferências, como reza o regimento interno. Uma conferencista lembrou que “hoje temos que sair das propostas e caminhar para as diretrizes do plano decenal” e que para cada eixo seria necessário apresentar duas propostas e desafios. Não houve prestação de contas pela subprefeitura.

- Apresentação cultural

Uma focalizadora das danças circulares que pretendia fazer uma atividade do lado de fora do auditório propôs que ficassem ali mesmo, pois chovia. Convidou todos a cantarem a música “te ofereço paz” e acompanhá-la com gestos que pareciam LIBRAS. (“te ofereço paz, te ofereço amor, te ofereço amizade, ouço tuas necessidades, vejo tua beleza, sinto teus sentimento, minha sabedoria flui de uma fonte superior, reconheço essa fonte em ti, trabalhemos juntos”).

- Palestra

Djalma, do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), começou dizendo que é morador da região. Fez crítica à qualificação de “lúdica” para a conferência de crianças e adolescentes. Participava do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do

Adolescente) quando esse nome foi cunhado. Disse que faltou criatividade e que “convencional” também foi falta de criatividade. “É preciso rever esses nomes. A ludicidade é uma estratégia. Temos que aprimorar as discussões no sentido de debater seus direitos (das crianças). Convencional também é ruim, temos que superar a divisão etária das conferências”, afirmou. Está no CONANDA representando a ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa) da qual o CEDECA (Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente) de Interlagos faz parte. Disse que aos 19 anos do ECA “precisamos atentar para algumas esquisitices”. A primeira diz respeito à idéia de que a criminalidade é culpa dos adolescentes, o que leva à idéia de redução da maioria penal. “Isso é falta de competência do poder público”. A segunda esquisitice é dizer que as famílias não sabem cuidar de seus filhos, logo o poder judiciário tem que cuidar. “Aí o poder judiciário determina que adolescentes não podem ficar na rua a partir das 23h”. O mais decepcionante, segundo ele, é que essa idéia surgiu de um conselheiro tutelar e foi abençoada por um padre numa mesa de café da manhã onde estavam os dois e mais um juiz. E perguntou: qual é a produção do poder legislativo capaz de fortalecer as famílias? Quanto ao Plano Decenal do CONANDA, disse que São Paulo é um dos estados mais críticos à forma como o CONANDA propõe o plano: de cima para baixo. “É verdade, temos que inverter isso”, afirmou.

2 - OFICINAS

As pessoas responsáveis pela metodologia sugeriram que todos fossem reunidos na mesma sala e se fizesse uma única discussão. Como não havia dez inscritos por grupo, não daria para tirar delegados nas oficinas, argumentavam. Alguns participantes rebatiam dizendo que os delegados poderiam ser tirados na plenária. Depois de alguma discussão, a proposta foi retirada e mantida a divisão por grupos.

Nas oficinas, a proposta metodológica era que cada grupo fizesse a conferência das propostas de 2007 e depois discutisse o eixo que lhes cabia. Essa ordem foi questionada e alterada em algumas oficinas. Aqueles que preferiram começar pela discussão dos eixos não tiveram tempo de fazer a conferência das propostas de 2007.

Em quase todos os grupos, a reflexão esteve centrada nos problemas da região de Capela do Socorro e Grajaú. Mais genericamente, falou-se, também, da importância de haver maior controle das verbas públicas e de se repensar a composição dos órgãos representativos que parecem viciados, o que acaba dificultando a renovação de pessoas e idéias.

Na oficina 1, os principais pontos levantados foram a falta de cursos profissionalizantes na região, a falta de fiscalização das realizações das propostas das conferências, a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a ausência de políticas públicas para a promoção de atividades esportivas na região, maior articulação entre CMDCA, SAS, SME e SMS,

responsabilidades do poder públicos local (Subprefeitura), além da volta das disciplinas escolares de “OSPB” e “Educação Moral e Cívica”.

Na oficina 2, discutiu-se a falta de investimentos e capacitação em educação; a ampliação de serviços de qualidade em educação; maior orçamento; ausência de CAPS na região; ampliação do acesso à educação pelos jovens; melhor atendimento por parte da Saúde, com trabalho preventivo nas escolas; centros de reabilitação para PNE; preparação das escolas para receber PNE; escolas da família com atividades profissionalizantes; além da proposta de criação de uma subprefeitura no Grajaú.

Na oficina 3, levantou-se os seguintes problemas: falta de vagas em creches, falta de áreas de lazer, falta de recursos orçamentários destinados a educação infantil, falta de vontade política para investimentos e falta de cidadania por parte da população. Além desses, também apontaram a saúde como um problema, dado que não existe atendimento adequado para os usuários de drogas.

Na oficina 4, a discussão iniciou-se com a problematização dos espaços de discussões para jovens que sempre estão preenchidos por adultos. Abordou-se, num segundo momento, a questão relacionada à formação política para a juventude, com a construção de espaços para sua participação. Ainda levantaram pontos referentes à maior participação e abertura dos espaços educativos, medidas preventivas à criminalidade e a responsabilidade compartilhada entre família e escola.

A oficina 5 iniciou o debate a partir da pergunta “Que papel a conferência está cumprindo hoje?”. Levantaram-se pontos referentes ao papel da participação da sociedade civil e das lutas da comunidade para fazer valer os direitos sociais. Refletiram, ainda, sobre o papel da sociedade civil - fiscalizar, propor ou executar , além de formas de participação na política, como audiências públicas, democratização da informação, PPAs e orçamento participativo.

- Apresentação cultural

Um grupo de mulheres fez uma apresentação de dança do ventre e foi ovacionado pela platéia.

3 – PLENÁRIA

As propostas foram lidas e aprovadas pela plenária.

Havia 10 candidatos a delegados, mas, de acordo com o número de participantes presentes, tinham 6 vagas, apenas. Foi esclarecido que os conselheiros tutelares são candidatos natos e que a comissão organizadora tem direito a um delegado e um suplente. Dentre os candidatos havia 1 conselheiro tutelar e 3 membros da comissão organizadora que abriram mão de sua candidatura já que eram candidatos natos. Os 6 restantes foram referendados pela plenária. Havia 5 candidatos a suplentes. Pediu-se que mais alguém da platéia se apresentasse. Isso aconteceu e foram aclamados pela plenária. Havia dois candidatos a observadores que também foram aclamados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

Não foram apresentados.

5 – PROPOSTAS

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Construir uma agenda com reuniões periódicas e audiências públicas com vistas a cumprir todas as resoluções das conferências de 2005 e 2007

- Implementar e garantir o aperfeiçoamento do PNEDH

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Criação de escolas com cursos profissionalizantes

- Acesso e permanência das crianças nas escolas e equipes multidisciplinares

- Criação de CAPS no Grajaú

- Implantação de política de cultura

- Política de prevenção e atenção a jovens gestantes

- Garantir e ampliar o atendimento especializado a crianças e adolescentes e suas famílias

- Criação de delegacias especializadas na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência

- Implantação de vara especializada na proteção da criança e do adolescente vítimas de violência

- Programa permanente de capacitação e prevenção dos diversos tipos de violência sofridos por crianças e adolescentes

- Formação de profissionais nas unidades de saúde com relação as violências sofridas por crianças e adolescentes; e profissionais da educação para identificação, denúncia e notificação aos órgãos competentes

- Erradicação das várias formas de trabalho infantil

- Aprimoramento e preferência do atendimento no meio aberto em consonância com o SINASE

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Fortalecimento dos fóruns, conselhos tutelares, conselhos de direitos, pensando em ações efetivas

- Aproximação da população ao poder judiciário (defensoria pública, promotoria dos interesses difusos e coletivos)

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Garantir a formação política de crianças e adolescentes em espaços de educação formal e não formal

- Fomentar e garantir a participação ativa de crianças e adolescentes em espaços de discussão e deliberação de políticas públicas

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Revisão do modelo de gestão

- Garantir espaço para discussão em audiências públicas

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Elaine Carolina Rodrigues
Educação	Maria de Fátima Sartori Carli
Saúde	Maria Lucia Borges dos Santos
Subprefeitura	Carlos Nascimento
Conselho Tutelar Capela	Eliana Luz Meira
Suplente	José Nóbio Rodrigues da Silva
Conselho Tutelar Grajaú	João Alves Vieira
Suplente	Sandra Aparecida Barbosa Correa Lima
Fórum Municipal DCA	Antônio Carlos H. Ramalho
	Carlos Alberto da Silva
	João Nérís de Oliveira
	Daiana de Jesus Santos
Adolescente Capela	Diego Silva Ferreira
	Patrícia de Souza Figueira
Adolescente Grajaú	Leila Araújo Santana

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Evelyne Vidal Franco	Thalita A. Trindade
Diego Mendes Ferreira	David Willian Miranda Benvindo
Axel Ariel Tamayo Martinez	Daiane Silva Batista
Adriana Silva Aguiar	Lucas Henrique de Souza Ferreira
Tiago Felipe Rosembau Vaz	Wanderley Lucas Conceição
Nicolas Rafael da Rocha Messias	Victória Milhado Costa
Daniela S. Batista	Victor Campos
Brenda Barbosa da Silva	Isaque Costa Santos
Rudnei F. Pereira	Patrícia Santos Soares de Arruda
Caio Henrique Ferreira de Lima	Eliemara Aparecidada Silva
Jackson Lopes da Silva	Andreza Silvaney
Jameson da Lopes da Silva	Guilherme Chacon Teixeira
Milena	Lucimara dos Santos Silva
Aldrim Leoncio da Silva	Eric Fabrício Martins Machado
Elaine Cristina Oliveira	Wesly Silva
Maria Paula Nunes dos Santos	Alice Oliveira Fenandes Silva
Patrícia de Lima Rodrigues	Aline Rodrigues de Oliveira
Fábio Rafael Ribeiro dos Santos	Ana Carolina Rodrigues de Almeida
Bruno Mambelli	Buna Evelyn da Silva
Renata de Jesus Santana	

Daiana de Jesus dos Santos Gabriel Alves Lima Nicolas Gabriel da Cruz Paulo Ricardo Gomes da Silva	
---	--

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Valdi Ferreira dos Santos Josiane Ribeiro Muniz de Cerqueira Sandro Mambelli Elânia Lima Siliciria Daniel Adolpho Dalin Assis Francisco Carlos Duarte Albor Carlos Albeto da Silva Antonio Carlos Hessel Ramalho João Neres de Oliveira José Amaral do Carmo	Fernanda Alves Vargas Kátia Cristina dos Reis Rosana Cláudia Niqueira Kleber Luis Gonçalves da Silva Débora Mesquita dos Santos

CASA VERDE

INTRODUÇÃO

No dia 01 de julho de 2009, das 9:00 às 16:00 horas foi realizada a Conferência Lúdica no CCA Pedra Branca à Rua Condessa Maria Matarazzo nº13, contando com a presença de 190 crianças e adolescentes. A Conferência Convencional ocorreu no dia 02 de julho de 2009, das 13:00 às 18:00 horas no Cantinho do Peruche do GRCES Unidos do Peruche, à Av. Ordem e Progresso 2001, contando com a participação de 35 adultos e dois jovens, sendo um adolescente e uma criança, eleitos delegados na Conferência Lúdica.

Participaram da Conferência Lúdica crianças e adolescentes dos CCAs e CJs da região, não havendo a presença de alunos das escolas. Algumas ONGs realizaram atividades preparatórias com as crianças e adolescentes. Tendo em vista o tamanho do local a comissão organizadora estabeleceu o limite de 15 crianças por entidade.

Na Conferência Convencional a maioria dos participantes eram professores, educadores, militantes em movimentos de crianças e adolescentes e pessoas que atuam em ONGs.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

Durante o credenciamento, as crianças e adolescentes ficaram no galpão onde foram realizadas todas as atividades coletivas do dia. Uma dupla musical animava e entretinha os presentes. Entre uma música e outra anunciava e procedia a chamada dos CCAs e CJs, fazia algumas referências ao dia dizendo que todos iriam brincar e cantar muito, era um dia de festa. Do lado de fora algumas crianças assistiam, do muro, as atividades musicais. Foi feita uma sessão de alongamento antes do início oficial da conferência

A abertura foi iniciada com atraso, por volta das 11h30m, após o término das apresentações culturais. As atividades do dia foram coordenadas pela representante do subprefeito que também compunha a comissão regional.

- Composição da mesa

A mesa foi composta pelos representantes da diretoria regional da educação, da coordenadoria de saúde, do CRAS, da coordenadoria de cultura, do conselho tutelar e três representantes da sociedade civil: uma da brinquedoteca, uma da Associação de Pais e Mães do Tribunal de Justiça e a anfitriã representando a Entidade e CCA Nossa Senhora Aparecida. Uma adolescente foi chamada ao palco, anunciada como sendo a representante das crianças e dos adolescentes, mas que não comporia a mesa.

Após a execução do Hino Nacional, tendo em vista o adiantado da hora, houve uma breve saudação dos componentes da mesa que destacaram a importância do dia em que as crianças e adolescentes estariam apontando propostas para melhoria da vida de todos. Foi reforçada a responsabilidade dos que ali estavam, porque representavam muitas pessoas e a comunidade esperava muito desse dia.

- Regimento Interno

Foi explicado inicialmente que o regimento era a norma da conferência e que sua leitura era uma formalidade e para não ficar cansativa seria lida ao som de música. O regimento foi cantado pelo animador. Não foi colocado em votação.

- Apresentação Cultural

Antes da abertura da conferência um animador e mais um integrante da banda Calypso tocaram e cantaram várias músicas entreterendo as crianças durante 2 horas. Ainda nessa etapa do evento foram feitas duas apresentações: uma oficina de contação de estória, dirigida e representada por uma oficinaira da região e a apresentação da fanfarra da EMEF Tenente Aviador Frederico Gustavo dos Santos.

No final da conferência a menina Tainara, representante das crianças, cantou uma música que falava sobre os direitos da criança e do adolescente.

2 - OFICINAS

Ao final da abertura os oficinairos foram apresentados à plenária, sendo que três deles foram encaminhados pelo CMDCA e dois indicados pela região.

As crianças e adolescentes eram chamados por idade e acompanhavam o oficinairo indicado. Foram organizadas cinco oficinas por faixa etária e eixo temático, assim distribuído:

- eixo 1: crianças de 7 a 12 anos
- eixo 2: crianças de 9 a 12 anos
- eixo 3: adolescentes de 13 a 15 anos
- eixo 4: adolescentes de 13 a 17 anos
- eixo 5: adolescentes de 15 anos em diante

Os oficinairos do CMDCA demoraram a chegar e havia um desencontro quanto ao horário da realização das oficinas. Na programação constava o período da tarde, entretanto os oficinairos só tinham disponibilidade para o período da manhã. Isso causou um mal estar inicial que foi contornado. As oficinas foram realizadas antes do almoço, com duração aproximada de 50 minutos.

Algunsicineiros fizeram a apresentação do eixo, destacaram os temas que seriam aprofundados e exemplificaram algumas situações. Parte dosicineiros conduziu a identificação dos temas e desafios focando os problemas do bairro, outros se detiveram em temáticas mais gerais que afetam os DCA. A oficina do eixo 4, distribuiu papel e canetas para que cada adolescente desenhasse o que tinha no seu bairro. Todas as oficinas indicaram relator para registro das propostas. Asicineiras iniciaram as discussões de formas diferentes, ou trazendo os temas já definidos, ou solicitando que os participantes trouxessem as suas vivências ou ainda perguntando o que vinha a ser o eixo apresentado. Osicineiros levantavam questões, estimulando a participação das crianças. Algumas perguntas se referiam a compreensão dos temas que estavam sendo tratados, outras perguntas se referiam às violações de direitos.

A maioria dos presentes era dos CCAs e dos CJs. Não houve participação das escolas. Houve predominância de crianças de 7 a 13 anos.

O número de participantes por grupo variou entre 20 e 30 pessoas. Na maior parte das oficinas poucas crianças se manifestavam, algumas respondiam às perguntas dosicineiros. Os grupos estavam desorganizados, os participantes pareciam cansados, grupos menores brincavam, falavam alto e riam atrapalhando o desenvolvimento das discussões. Osicineiros tiveram dificuldade em prender a atenção dos participantes, o que prejudicou o levantamento de problemas e propostas. Quando os assuntos se referiam à vivência das crianças no bairro e nas famílias, as poucas falas refletiam o conhecimento e a vivência referentes às situações discutidas. Nas questões mais gerais houve mais dificuldade de compreensão por parte das crianças e adolescentes.

Os principais temas abordados foram: trabalho infantil, pedofilia, racismo, violência policial, violência no bairro, violência nas escolas, o ECA, a pobreza, a discriminação. Um participante ao referir-se ao conselho tutelar disse “o conselho tutelar ameaça a criança dizendo que se não melhorar vai para FEBEM.”

Quando aicineira perguntou o que era pedofilia, uma criança explicou “é um estupro quando a pessoa não tem vontade e é criança”. Quando perguntado se alguém já havia passado por uma situação de racismo, uma adolescente reforçou a existência do racismo contando: “na minha escola me chamam de nega maluca e eu quero bater nelas...”.

Na educação, a qualidade do ensino é ruim, tem poucos professores, os professores ganham mal. Tem muitas crianças na rua trabalhando e que não estão frequentando a escola. Outro aspecto discutido foi a necessidade de ensinar o ECA nas escolas, pois é preciso conhecer os DCA para poder cobrar.

Foram enfatizadas algumas questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde pública: poluição dos rios, nas favelas tem muita doença, muitas pessoas com AIDS, muito lixo e risco de mais doenças. Outro problema abordado foi a falta de oportunidades de emprego para os pobres.

Na discussão do eixo 2 ao ser observado pelaicineira que as crianças tinham medo de denunciar quando ocorre violência sexual dentro da família, uma criança diz “as pessoas têm medo de denunciar, eu tenho medo de morrer, tia”.

Na oficina do eixo 1 as crianças não queriam participar, parte delas ficou brincando dificultando a condução dosicineiros. Apontaram a saúde como um dos principais problemas, a falta de saneamento, a demora do atendimento nos postos de saúde e a falta de médicos. Na oficina, onde os participantes eram adolescentes, o tema mais falado foi a escola, um dos participantes dizia que tem muita gente que só vai à escola para comer e que tinha muita gente fora da escola porque a merenda era ruim.

Durante a discussão das propostas aicineira do eixo 2, levantava os problemas e perguntava às crianças qual a ação que deveria ser feita, o grupo escolheu uma relatora que ia anotando as propostas:- menos crianças trabalhando na rua; mais crianças na escola, contratar mais professores, aumentar o salário dos professores, fazer denúncia para a polícia em carta anônima nos casos de abuso sexual, “se não o bandido mata”, trabalho infantil, auxílio psicológico nas comunidades, mais agentes comunitários visitando as casas para saber sobre a saúde das crianças. Em outras oficinas foram apresentadas ainda: divulgação das agressões sofridas pelas crianças e adolescentes, divulgação dos DCA através de palestras e programas de televisão, aumentar interesse dos adolescentes, qualidade de ensino, construção de cidadania através da educação, é preciso ter conhecimento para exigir direitos, ter mais professores, melhorar o atendimento nos postos de saúde, qualificar melhor os profissionais, contratar mais médicos.

Cada oficina escolheu 2 delegados, sendo que alguns foram indicados pelo grupo, outros peloicineiro e outros se auto indicaram.

3 - PLENÁRIA

No início da plenária a representante das crianças interpretou uma canção onde a letra referia-se aos direitos da criança e do adolescente.

A coordenadora da plenária chamou osicineiros e os delegados das oficinas que fizeram a leitura das propostas, apresentadas em cartazes. No caso das crianças menores a apresentação foi feita com desenho. Não houve discussão e aprovação de propostas.

Os delegados escolhidos nas oficinas foram apresentados à plenária. A coordenadora dos trabalhos perguntou aos presentes quem gostaria de ser delegado suplente, 16 crianças se apresentaram, todos foram aclamados pelos participantes. A direção da mesa encerrou a conferência dizendo que todos poderiam ficar como suplentes e observadores.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Criança fora da escola. Crianças trabalhando na rua, as crianças que trabalham sem estudar são violadas nos seus direitos; doença por falta de saneamento básico
- Rios poluídos
- Educação
- Saúde: falta de saneamento básico; demora no atendimento e falta de médicos nos postos de saúde
- Agressão contra crianças acontecida dentro de casa
- Pouca informação sobre o ECA temos que saber nossos direitos para exercê-los. A sociedade diz que investe na gente mas não investe nada. É preciso haver mais interesse dos adolescentes
- Hierarquia dos problemas em função de sua importância: 1º educação, 2º saúde, 3º informação

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Queremos um mundo sem racismo; mais respeito ao próximo; sem desigualdade, todos devem ter os mesmos direitos; ter estudo de qualidade para todos; todos devem ter
 - Oportunidades de trabalho
 - Ter mais agentes comunitários visitando as casas
 - Mais escolas
 - Acabar com a poluição dos rios
 - Com educação todo ser humano tem condições de construir cidadania
 - Qualidade de ensino com organização, melhor capacitação e melhor remuneração para os professores
 - Melhor atendimento nos postos de saúde, qualificar melhor os profissionais, aumentar o número de médicos e saneamento básico
- Eixo II - proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Auxílio psicológico nas comunidades
 - Acabar com o trabalho infantil
 - Acabar com a agressão contra criança dentro de casa
- Eixo V - gestão da política
 - Ter mais palestras e programas de televisão sobre direitos da criança e do adolescente para que possamos conhecer melhor e exercê-los
 - Priorizar: 1º Educação - 2º Saúde - 3º Informação

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Após o credenciamento a representante do subprefeito e coordenadora da mesa, iniciou falando sobre a importância do trabalho físico e do bem que pode fazer se for aplicado nas escolas e chamou um educador físico para orientar uma sessão de alongamento com os presentes, pouco antes da composição da mesa.

- Composição da mesa

Foram chamados os representantes: do subprefeito, da assistência social, coordenadora do CRAS, da supervisão de saúde, do conselho tutelar, a representante das crianças, eleita delegada eleita na conferência lúdica. Da sociedade civil: uma representante da brinquedoteca e uma da associação de pais e mães da Associação de Pais e Mães do Tribunal de Justiça.

Todos os componentes fizeram uma breve saudação e o conselheiro tutelar falou sobre o ECA, sobre as violações de direitos, sobre os fóruns permanentes dos DCA e enfatizou a necessidade de se garantir infra estrutura aos conselhos tutelares. Foi apresentado um power point sobre os DCA. Em seguida a menina Tainara interpretou uma canção e a mesa foi desfeita.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido e aprovado sem qualquer alteração.

- Apresentação Cultural

Na abertura da conferência a representante das crianças, Tainara, interpretou uma canção. Antes da Plenária, uma educadora declamou um poema da poetisa Cora Coralina sobre crianças de rua.

- Palestra

A coordenadora da Assistência Social Norte, fez uma palestra com apresentação de mapas e dados da região da subprefeitura da Casa Verde, composta pelos distritos de Casa Verde, Cachoeirinha e Limão, com o objetivo de mostrar nesses distritos, o número de setores censitários de mais alta vulnerabilidade social (Grupos 5 e 6) e que são prioritariamente trabalhados pela Assistência Social. Falou também sobre a atual estrutura de SMADS nas subprefeituras e das metas de implantação e ampliação dos serviços para 2009.

2 - OFICINAS

As oficinas foram organizadas pelos eixos do CONANDA. Como eram poucas pessoas, distribuíram os cinco eixos por três grupos. Um discutiu o eixo 2, outro discutiu os eixos 3 e 5 e outro, os eixos 1 e 4. Os participantes escolheram o tema que queriam discutir e se encaixaram nos grupos de forma a garantir cerca de 10 em cada um.

Osicineiros eram do CMDCA, Havia duasicineiras para cada grupo. As oficinas se iniciaram pela apresentação dos participantes, em uma delas cada um dizia o nome e uma qualidade utilizando a letra inicial do seu nome e em outra oficina foi pedido que cada participante se identificasse dizendo o nome e a qual instituição pertencia. Asicineiras iniciaram as discussões de formas diferentes, ou trazendo os temas já definidos, ou solicitando que os participantes trouxessem as suas vivências ou ainda perguntando o que vinha a ser o eixo apresentado. Em duas oficinas pediram aos participantes que indicassem uma palavra que representasse o conteúdo discutido, essas palavras eram afixadas na parede e, entre todas foi escolhida uma para cada eixo. Uma oficina se dividiu em subgrupos para preencher o formulário entregue peloicineiro.

Um dos grupos, por sugestão daicineira, procedeu a uma avaliação da conferência lúdica, abordando alguns pontos: não ficou claro qual era a proposta e o objetivo; faltou direção e informação; as crianças do CJ que participaram avaliaram que a linguagem, nas oficinas estava muito técnica; os jovens ficaram ociosos por muito tempo; faltou fechamento para dar sentido ao evento; faltou organização.

Houve participação ativa das pessoas compartilhando experiências e problemas. Como os participantes tinham envolvimento com as questões da criança e do adolescente, queriam falar e participar das discussões.

A grande maioria eram mulheres, educadoras, professoras e militantes de movimento de criança e adolescente. O adolescente delegado trouxe sua experiência de abrigo, CASA e CRECAS, “abrigo não é vida pra ninguém, nem a rua. Eu já passei por todos esses baratos e posso afirmar”.

Na oficina do eixo 2 aicineira trouxe para discussão os seguintes temas: trabalho infantil, gravidez na adolescência, pedofilia virtual, violência sexual contra criança e adolescente e tráfico de pessoas. Este último não foi abordado. O tema mais discutido foi a violência sexual contra a criança e o adolescente, citou-se o despreparo dos profissionais para detectar e lidar com casos de abuso e violência (médicos, professores, funcionários das delegacias). Outros temas foram debatidos: desestabilização das famílias por causa do tráfico de drogas, pais envolvidos com drogas, desconhecimento e desrespeito dos DCA, despreparo dos profissionais que trabalham nos abrigos, desvalorização do conselho tutelar pela prefeitura, falta de infra estrutura e de verba para os CT, educação como castigo nas escolas: falta de pedagogia no trato com alunos que dão mais trabalho. Nos eixos 1 e 4 apontou-se a importância dos esportes e das artes no desenvolvimento das crianças e

adolescentes, a violência domiciliar, falhas nas ações das autoridades, deficiência da mídia no trato com a criança e o adolescente. Nos eixos 3 e 5 destacaram como problemas e desafios: falta de informação aos cidadãos sobre os seus direitos e os da criança e do adolescentes, que também desconhecem seus próprios direitos, necessidade de fortalecer o que existe e a lei já existe, necessidade de diálogo claro entre todos os sistemas de garantia de direito, colocar em prática a formação da rede de serviços, a efetivação dos direitos começa no poder público que não dá estrutura adequada para funcionamento dos órgãos, formação para conselheiros tutelares, defesa dos direitos humanos, fortalecer o sistema a partir da conscientização do poder público. O outro destaque foi a necessidade de capacitação do líder comunitário. Apontando que o líder comunitário está refém do crime organizado, parece que perdeu a força, não há novas lideranças. Como propostas foram discutidas: aproveitamento do potencial da comunidade, realizar campanhas para dar maior visibilidade à pedofilia virtual; estender e fazer valer o ECA; mudar radicalmente a política; participação ativa de vários agentes na educação; comunidade organizada para reivindicar; melhorar a distribuição de verbas e ampliar os serviços para a região; melhorar o nível de comunicação, principalmente do poder público; criar organismos responsáveis para capacitar os líderes comunitários; trabalhar a via comunitária que é também importante; fortalecer a relação comunidade - governo para prevenir as dificuldades dos líderes diante do crime organizado e maior articulação com o líder comunitário.

Cada oficina indicou um delegado e um suplente.

3 - PLENÁRIA

A Plenária foi coordenada pela representante do subprefeito que pediu a presença dosicineiros e delegados para a apresentação das propostas. Não houve debate e nem questionamento. Todas as propostas foram aprovadas. Os delegados e suplentes foram referendados pela plenária.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de acesso a cultura e esporte
- Falta a educação transmitida pelos pais que estão transferindo para a instituição escolar esse papel
- Abuso contra crianças e adolescentes; omissão da família em caso de abuso sexual, por medo, vergonha de se expor
- Apologia ao sexo pela mídia, o que leva ao amadurecimento precoce das crianças
- Baixa qualidade no ensino, não cumprimento da lei e a não cobrança por parte da sociedade
- Líder comunitário: dificuldades que nascem na comunidade e não chegam ao poder público
- Liderança rendida pelo crime organizado, pais envolvidos no crime
- O que o poder público propõe não chega às bases, nem sempre o que se faz é o que as comunidades precisam porque falta diálogo entre poder público e lideranças comunitárias

5 - PROPOSTAS

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Participação ativa de vários agentes na educação
 - Melhor distribuição de verbas e mais serviços para a região

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Maior atenção para a educação e para os problemas da violência contra crianças e adolescentes

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Entender e fazer valer o ECA; mudar radicalmente a política

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Comunidade organizada para reivindicar
 - Maior fortalecimento e maior articulação com o líder comunitário, fortalecendo relação comunidade-governo, para prevenir contra a as dificuldades desses líderes diante do crime organizado

- Eixo V - Gestão da política
 - Criar organismos com responsabilidade e compromisso, para capacitar os líderes comunitários de forma que a comunidade passe a confiar neles. Trabalhar a via comunitária que é também importante
 - Estabelecer um diálogo claro para que a informação chegue onde tem que chegar.
 - Melhorar o nível de comunicação, principalmente do poder público

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Rosane da Silva Berthaud
Educação	
Saúde	Elizabeth Menezes Alves
Subprefeitura	Gláucia Máximo
Conselho Tutelar	Antônio Oliveira da Silva Érica Cristina Aparecida dos Santos

7 - LISTA DE DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Débora dos Santos Feitosa	Tamara Barros dos Santos
Elza Saraiva da Silva Gomes	Pamela Cristina da Cunha Laves
Tainara de Abreu Xavier	Fayene Azevedo dos Santos
Joseny Cristina da Silva	Criselin Ap. Barros da Conceição
Janeti Xavier	Adrian Matheus
Ketlen do Nascimento	Tamires da Silva Souza
karolyne Conceição	Adrieli da Silva Sanches
Laudicéia A. Bezerra	Letícia Rafaeli Brito
Luiz Garbosa Neto	Edmara de Abreu Xavier
Letícia Matos	Emily Shirley da Silva Santos
Thamires Ferreira	Gabriel Augusto
Gabriel Augusto	João Victor

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Eide Maria de Abreu	Sérgio Cubani
Shirley de Oliveira Noel Santos	Madalena Soares Pessoa
Maria Lucia Sousa Correia de Paula	Gladys Noveletto Sordi Gerbasi de Andrade

CIDADE ADEMAR

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional da Cidade Ademar foram realizadas respectivamente nos dias 16 e 17 de julho, na EMEF Dr. Habib Carlos Kyrillos, à Rua Rio Grande do Norte, 299, das 8:00 às 16:00h.

Inscreveram-se e participaram da conferência lúdica, 358 crianças e adolescentes, além de observadores, oficinairos e professores da própria escola que ajudaram como equipe de apoio. Na Convencional, inscreveram-se e participaram 110 adultos.

O credenciamento foi realizado em um espaço na entrada da escola, onde várias mesas com os temas das oficinas aguardavam os participantes com uma lista de inscritos. Após o credenciamento, os participantes dirigiam-se ao refeitório da escola que era ao mesmo tempo o auditório onde foi realizada a abertura e a plenária das Conferências.

A Conferência lúdica teve início às 9:45h, sem composição da mesa para a abertura da solenidade e sem a presença de representantes do poder público. Após execução do Hino Nacional e das apresentações culturais programadas para a conferência lúdica, foram realizadas as oficinas.

Na Conferência convencional a mesa foi composta por representantes do poder público e dos adolescentes. Houve o ato de conferir na parte da manhã e os trabalhos em grupo tiveram início às 13:00h, com a formação de 5 oficinas.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

- Composição da Mesa

A abertura e a condução do evento até a plenária final ficaram a cargo dos membros da Comissão Regional que se revezavam no palco para dar continuidade ao evento que estava muito difícil em função do barulho das crianças num espaço pequeno. Não houve composição da mesa e nem estavam presentes autoridades do poder público ou seus representantes.

O coordenador da abertura fez uma apresentação do que é a Conferência Lúdica e ressaltou a importância do seu resultado para subsidiar a elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A diretora da escola abriu os trabalhos dando as boas vindas aos participantes e agradeceu a colaboração do pessoal da saúde, educação, do conselho tutelar e dos professores da escola, para a realização do evento.

O Hino Nacional em ritmo de samba foi executado com a apresentação de um vídeo mostrando todos os ritmos e todas as culturas que se mesclam no país.

- Regimento Interno

A leitura do Regimento Interno foi precedida de uma explicação quanto à sua importância, para tentar fazer com que as crianças e adolescentes fizessem menos barulho e prestassem atenção. Como não foi distribuído para os participantes, o texto era projetado na tela para que todos pudessem acompanhar a leitura e fazer destaques.

O único destaque foi para alterar a proporção de delegados que passou a ser 1 a cada 15 participantes, ao invés de 1 para 20 como constava e o regimento foi aprovado mediante levantamento dos crachás.

Não foi realizada a conferência das propostas de 2007, mas foram apenas citadas algumas delas, a saber:

- Trabalho preventivo nas escolas com os adolescentes que cometeram infração
- Vincular o Bolsa Família à presença de pais e alunos na escola.
- Estruturar o Conselho Tutelar
- Construir Centros Profissionalizantes.
- Assistentes Sociais em todas as escolas.
- Superar o assistencialismo na área da infância e da juventude.
- Construir mais escolas públicas
- Divulgação do ECA.

- Apresentação cultural

A quadra de esportes ao lado do refeitório foi o local para as atividades culturais. O conjunto Batuqueart do CEU Alvarenga trouxe um grupo de dança e canto composto por meninos e meninas que se apresentavam ao som de uma banda com muitos tambores e uma pianola. Um grupo de meninas adolescentes da própria escola que sediava a Conferência apresentou uma dança clássica com fitas coloridas.

Mais tarde, depois das oficinas houve a apresentação de um grupo de capoeira, cujo mestre era um dos oficinairos.

- Palestra

Um dos membros da Comissão Regional falou a respeito das condições da região de Cidade Ademar, apresentando alguns indicadores socioeconômicos que eram projetados na tela, mostrando a posição

relativa dessa subprefeitura frente à situação do município, no que se refere a: assistência social, educação, habitação, saneamento básico, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, desemprego, entre outros.

A apresentadora chamou a atenção dos presentes enfatizando que em Cidade Ademar faltam muitas coisas. E lançou uma pergunta para reflexão dos jovens, antes do início das oficinas: Porque as coisas aqui não acontecem? Biblioteca municipal, teatro, unidade esportiva, equipamentos esportivos, na região, não existem. Equipamento cultural público, somente o CEU Alvarenga.

Na sequência, osicineiros, que eram todos da comunidade local foram apresentados e os grupos se dirigiram às salas das respectivas oficinas. Houve ligeiro atraso na chegada das refeições e para não retardar o andamento das oficinas, o almoço foi servido nas próprias salas em que as crianças e adolescentes já estavam acomodadas para os trabalhos.

2 – OFICINAS

A organização das oficinas começou no credenciamento. As crianças já estavam inscritas de acordo com a idade, em diferentes grupos. Assim, cada participante sabia desde a chegada, de qual oficina participaria. Foram formadas 12 oficinas que tiveram de 18 a 44 participantes cada. Ainda que a distribuição fosse quase equitativa entre ambos os sexos, havia oficinas com visível maioria feminina e no cômputo geral, predominaram as meninas. Em todas as oficinas havia pelo menos umicineiro e um observador adulto.

Para cada um dos seguintes temas: Escola dos nossos sonhos, Convívio familiar e social e Conhecendo o corpo e os direitos que temos sobre ele, foram organizadas duas oficinas. As demais trataram de Formação política e cultural; Cotas raciais e sociais; Banco da escola (gestão da política); Mídia na escola; ECA e Conhecendo o Conselho Tutelar. Este último foi realizado em substituição a Segurança pública voltada para a paz, pois o PROED não compareceu.

As técnicas adotadas para conduzir as atividades das oficinas foram bem diversificadas, pois cadaicineiro adotou metodologia própria, a saber: conversa e discussão em roda; perguntas e respostas; dinâmicas de grupo; exposição da temática peloicineiro; exercícios práticos de artes; apresentação de vídeo e debate em dois grupos; atividade teatral de respostas rápidas; desenhos sobre o tema em subgrupos; desenho de dois moldes de corpo humano escrevendo em um os problemas e no outro as propostas de solução; pergunta individual por escrito a respeito de sexualidade e respostas ao grupo todo; discussão e reflexão sobre uma pergunta para desenhar as respostas no papel.

Em todos os grupos oicineiro dava uma explicação sobre o tema a ser abordado, destacava o objetivo do trabalho naquela oficina e a necessidade de escolher no final, delegados e suplentes. Em geral oicineiro explicava o que é o delegado e qual seu papel.

Assim como a metodologia, a participação das crianças e adolescentes, também foi diferenciada. A participação do grupo dependia, em geral, do interesse pelo tema, da metodologia adotada e, sobretudo, da forma como o oficinairo motivava o grupo a se apropriar do tema tratado, levando-o a uma participação mais ativa. Houve oficinas sem muita interação, seja por que o oficinairo não deu muito espaço para que os participantes falassem, seja porque a proposta não era fazer o debate e sim a observação de uma técnica, como a oficina de formação cultural, em que foram apresentados alguns estilos de grafite.

Na oficina sobre o papel da mídia, o oficinairo chamou uma criança que estava vestida com produtos de grife americana, para mostrar como uma criança que mora na periferia de Cidade Ademar, que nada tem a ver com a cultura norte americana, é influenciada pela propaganda da mídia. Todas as crianças passaram a falar e explicar porque têm vontade de comer este ou aquele produto que vêm na propaganda da televisão e entenderam porque as pessoas adquirem certos hábitos de consumo. Estimuladas pelo oficinairo, a participação das crianças foi muito intensa, principalmente depois da exibição de um vídeo intitulado: Criança, alma do negócio. Formaram-se dois sub-grupos para discussão e apresentação das conclusões que foram encaminhadas como propostas dessa oficina para a plenária.

Em outro grupo de crianças e adolescentes até 14 anos, o oficinairo deu uma explicação do que é direito, direitos conquistados, direitos criados. Havia muita resistência inicial em tirar um relator no grupo mas, depois de superado o problema, a participação foi aumentando e todos queriam falar ao mesmo tempo. Levados a refletir sobre uma situação de direito que não está sendo cumprido, levantaram vários exemplos: “respeito a opiniões diferentes”; “preconceito por ter estudado em escola pública”; “discriminação racial”; “preconceito contra diversidade sexual”; “falta de professor nas escolas”, “falta de cultura, esporte, segurança e telecentros”; “tem professor que xinga o aluno de besta, anta”. Com base nessas questões foram fazendo propostas.

Uma das oficinas que discutia Escola dos nossos sonhos, era constituída somente de meninas adolescentes e foi conduzida por um oficinairo que é ator de teatro e falou de início, sobre a importância e a necessidade de ter sonhos para realizar coisas na vida. E fez questão de lembrar que não se paga impostos para sonhar. As dinâmicas de aquecimento foram muito alegres, movimentadas e com participação de todas, em roda, em duplas e depois em 3 grupos, para pensarem no que falta na escola que sonham ter.

Em outra oficina de crianças que trabalharam esse mesmo tema, elas discutiram e desenharam no papel o que precisa ser mudado na escola: ter matérias importantes na escola e estrutura que necessitam para um bom desenvolvimento escolar.

A partir de uma reflexão sobre o que existe de bom e de ruim na família, os participantes da oficina que tratou do convívio familiar levantaram pontos do que precisa melhorar em relação à família, escola, comunidade e segurança.

Formas de contágio, prevenção de doenças e sintomas apresentados pelos pacientes infectados com DST foram algumas das preocupações dos adolescentes na oficina sobre o corpo e os direitos que temos sobre ele, que contou ainda com demonstrações de uso de métodos contraceptivos. Os oficinairos eram técnicos de DST, o que facilitou a abordagem do tema e as explicações aos jovens.

No conjunto das oficinas, dentre os assuntos abordados como problemas e desafios, pode-se destacar os seguintes: drogas, violência, desemprego, meio ambiente, desmatamento e poluição, história dos negros no Brasil, cotas raciais, desigualdade social, Conselho Tutelar, cultura, esporte, lazer, educação, saúde.

Para superar os problemas elencados, os jovens verbalizam soluções possíveis como: mais policiais nas ruas; tratamento gratuito em clínicas públicas, para pessoas que usam drogas; mais AMAS e mais ações do PROERD; palestras e cursos de orientação sobre drogas; bibliotecas comunitárias; visita regular do Conselho Tutelar às escolas e que o Conselho realize palestras de orientação aos pais sobre as condições das crianças; professores qualificados com cursos extracurriculares, para saber lidar com os alunos; aumento do salário dos professores como forma de estimular o seu trabalho; mais contratação na área da saúde; posto odontológico na região; espaço de leitura e teatro para a comunidade; saneamento básico.

Em cada oficina foram escolhidos os delegados e suplentes, através de votação quando o número de candidatos era superior ao número de vagas. Houve oficinas em que ninguém queria ser delegado e foi necessário um trabalho de convencimento por parte do oficinairo, no sentido de mostrar a importância e o significado desse papel.

3 – PLENÁRIA

A plenária foi coordenada por representantes da Comissão Regional. Os grupos das oficinas eram chamados ao palco, apresentando-se às vezes o grupo todo, outras vezes apenas os delegados e suplentes. As propostas foram apresentadas em cartazes, desenhos e explicadas pelos representantes do grupo. Todas foram submetidas a votação e aprovadas. Da mesma forma, foram referendados todos os delegados e suplentes anunciados.

A apresentação das propostas se deu com muito barulho, pois as crianças e adolescentes não paravam de circular pelo local falando em voz alta, o que dificultou bastante a realização da plenária. Outro fator que atrapalhou bastante foi a distribuição dos lanches enquanto as propostas estavam sendo apresentadas.

Muitas crianças e adolescentes não sabiam do que se tratava a Conferência e isso se refletiu na dificuldade de conduzir a plenária porque havia muita dispersão. Grande parte não prestava atenção nas propostas e eram poucos os que votavam levantando o crachá.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta infraestrutura, material didático e de educação física nas escolas
- Crianças com dificuldade para ler
- Falta de atividades de esporte como vôlei, capoeira, handball
- Professores que desrespeitam os alunos
- Poucos policiais nas ruas, mal preparados, mal equipados e mal remunerados, além de policiais corruptos
- Falta de atividades de esporte como vôlei, capoeira, handball
- Evasão escolar
- Discriminação racial e preconceito contra a diversidade sexual
- Crianças sem condição de pagar transporte para ir à escola
- Professores que desrespeitam os alunos
- A influência da mídia no consumo. Propaganda influenciando hábitos de consumo das crianças
- Evasão escolar
- Falta de oportunidades e falta de cidadania

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Ter cursos profissionalizantes, ter noções sobre o mercado de trabalho e ensino de outros idiomas como francês e espanhol, além do inglês
- Biblioteca para pesquisa e trabalhos escolares e mais aulas de leitura.
- Criar mais telecentros e centros culturais, ampliar vagas nos NSE e criar mais creches.
- Ter mais aulas de música, teatro e danças clássicas
- Inclusão do projeto PROED nas escolas
- Não deixar faltar material de educação física na escola e oferecer uniformes gratuitos
- Melhorar a estrutura organizacional da escola, com mais professores e menos alunos por classe. Criar laboratório de ciências nas escolas
- Construção de centro poliesportivo nos bairros
- Fornecer transporte gratuito para a escola
- Criar mais centros de especialidades para crianças e adolescentes
- Melhorar o atendimento na área de saúde e ter uma enfermaria em cada escola, além de psicólogos e assistentes sociais

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Oferecer apoio psicológico e clínicas públicas para pessoas com problema de drogas. Fazer parceria com AMAS para tratamento de dependentes químicos.

- Assegurar capacitação continuada com ênfase na não violência para lidar com situações específicas e garantir policiamento contínuo nas escolas
- Qualificar e preparar melhor os professores para atuarem com os adolescentes
- Realizar mais palestras nas escolas sobre prevenção sexual, pelo serviço específico de saúde (CTA), em linguagem acessível aos jovens
- As ONGs devem estar nas comunidades para ouvir as crianças em riscos .
- Igualdade para todas as etnias, sem qualquer discriminação de classe
- Participação da comunidade nos setores públicos, construção de moradias dignas para a população.
- Promover mais discussão sobre preconceito racial, sexualidade, diversidade sexual, gênero.
- Para ser menos bombardeado pela mídia, não é parar de assistir a TV, mas saber separar as coisas e entender coisa por coisa.
- Queremos Imprensa de melhor qualidade e que fale a verdade.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Divulgar conhecimentos sobre os DCAs.
- Conselho Tutelar deve visitar as escolas e dar palestras para os pais sobre os direitos das crianças e adolescentes

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Criar Lei que faça com que a escola abra espaços para a comunidade desenvolver atividades culturais nos finais de semana.
- Preparar as pessoas para as conferências e realizar mais debates políticos e sobre cultura.
- Dar aulas de dinâmicas nas escolas para preparar os adolescentes para o debate político. Dar mais liberdade de expressão para as crianças e adolescentes
- Assegurar mais informações sobre a política pública e a política privada. Conscientização política sobre a cultura
- Fortalecimento dos grêmios nas escolas, participação de crianças e adolescentes nos Fóruns Regionais
- Formar o Fórum Regional da Juventude

➤ Eixo V - Gestão da política

- Fazer a despoluição dos córregos. Ter uma subprefeitura mais atuante nos bairros
- Assegurar cotas para dar oportunidade para quem não tem acesso e condições
- Políticas públicas que equiparem as classes sociais

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

- Composição da Mesa

Para a abertura da conferência convencional, foram chamados para compor a mesa, o Assessor do Subprefeito, a Diretora da Divisão Regional de Educação; a Supervisora do CRAS de Cidade Ademar; a Supervisora Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar, a Diretora da EMEF Dr. Habib Carlos Kyrillos, representante do Conselho Tutelar de Cidade Ademar, representante do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e representante dos adolescentes. Em seguida aos pronunciamentos dos componentes da mesa, foi feita uma apresentação em power point, das propostas aprovadas na Conferência de 2007, por eixo temático. O ato de conferir essas propostas seria uma das atividades das oficinas, a ser registrada pelosicineiros, em formulário próprio.

2 - OFICINAS

As atividades tiveram início às 13:00h com a organização das oficinas. Os participantes foram divididos em 5 grupos, cabendo a cada um discutir e fazer as propostas em relação a um dos eixos definidos pelo CONANDA. As oficinas foram conduzidas poricineiros que eram pessoas da região. O trabalho deveria se estender até 14:30h, com a discussão dos temas de cada eixo, elaboração das propostas e escolha dos delegados, suplentes e observadores. Cada oficina deveria escolher dois delegados e dois suplentes.

A metodologia adotada nas oficinas foi praticamente a de discussão no grupo ou em subgrupos, seja com leitura prévia de material que servia de subsídio, seja com uma fala doicineiro sobre o tema e sempre com perguntas para incitar a reflexão e o debate.

Na oficina do eixo 1, a discussão partiu das seguintes perguntas: “Como promover e universalizar direitos em meio a desigualdades? A ampliação de equipamentos públicos vem ocorrendo onde já existem equipamentos? Temos profissionais qualificados na educação e saúde?”.

Os problemas foram verbalizados da seguinte forma:

- os bairros mais distantes não são contemplados pelas políticas públicas;
- no planejamento de políticas sociais é preciso garantir que estas sejam elaboradas de acordo com as demandas sociais por região;
- cursos técnicos profissionalizantes para garantir aos jovens uma vaga no mercado de trabalho, livrando-os da drogadição e violência, garantindo seus direitos.

Aicineira elegeu a questão da violência como principal tema de reflexão, o que originou o levantamento das seguintes discussões: falta de oportunidade para os jovens; as facilidades do mundo do crime, em decorrência do tempo ocioso; falta de ocupação e incentivos; falta de acompanhamento

dos pais; preconceito por raça/ cor/ gênero, por ser de periferia (local de origem); falta de igualdade no acesso a cursos profissionalizantes. O ponto polêmico que percorreu a discussão da violência relacionava-se ao toque de recolher, o que gerou uma polarização no grupo entre os adultos e os adolescentes que acompanhavam a oficina. A oficina fez a defesa.

Na oficina do eixo 2, a discussão perpassou pelas questões da violência/ violência doméstica, denúncias ao Conselho Tutelar, violação de direitos, obrigações da família, sociedade e Estado; atendimento psicológico para reestruturar os pais que cometem violências contra crianças, pois esses pais também, na sua maioria, sofreram algum tipo de violência; e, por fim, falou-se sobre o direito a alimentação. Foram levantados vários pontos polêmicos: relação do jovem com a família (educação escolar vs. Educação familiar: quem educa o que? Família ensina ética e a escola as questões acadêmicas?); relação entre pais e filhos (que tipo de ética está sendo ensinada pela família?); a implementação de políticas públicas é insuficiente frente à demanda, uma vez que não contempla o número de habitantes dos distritos representados.

No grupo que discutiu o eixo 3, a oficina deu início às discussões com exposição sobre as normas contidas no ECA e a importância de adotar propostas para a Conferência Municipal. Antes de serem divididos em subgrupos, os participantes expuseram os problemas que, de acordo com eles, constituíam os maiores desafios da região. Alguns dos participantes, juntamente com o levantamento dos problemas, sugeriram propostas. Houve menção ao fato de que, em Cidade Ademar, havia apenas 2 abrigos; seria necessário, então, criar de “2 a 3 abrigos” na região. Um dos participantes considerou o abrigo um “mal necessário”, já que o ideal seria a manutenção de crianças e de adolescentes sob a tutela dos pais. Foi lembrado que o projeto de reestruturação da família, porém, é de longo prazo; no curto prazo, os abrigos são a solução para o problema. Houve menção à carência de unidades de saúde, além da falta de creches, de laboratórios nas escolas e pólos de lazer e cultura na região. Em relação à criação de CEIs, um participante argumentou que, como Cidade Ademar está localizada em área de mananciais, o processo de construção de novos prédios na região seria dificultado. Assim, a opção seriam as escolas de lata.

Na oficina do eixo 4, a oficina falou a respeito do eixo temático. Para iniciar a discussão foram levantadas algumas questões: Como deveria ser garantida a participação da criança/adolescente? Que ferramentas seriam necessárias? É necessário que eles sejam orientados e que desenvolvam consciência.

A discussão abordou vários aspectos relacionados ao desafio que é possibilitar a participação dos adolescentes, principalmente a partir da escola. Seria bom se houvesse cursos de final de semana, atividades de visitas a museus, bibliotecas, parques, pois isso facilitaria a inclusão social, haveria mais comunicação. Nesse sentido, deveriam construir teatro, oficinas culturais em áreas próximas do local de moradia das crianças e adolescentes. Às vezes os pais não podem estar acompanhando, daí a necessidade de investimentos no local, dentro da comunidade.

Cada região deveria preparar politicamente os adolescentes. Eles estariam junto da subprefeitura e das entidades para discutir as demandas da coletividade. Assim vai se avançando a conscientização e desenvolvendo a capacidade de discussão. As próprias escolas deveriam desenvolver esse processo de discussão.

Uma dificuldade é que a formação e o acesso das crianças são muito limitados por causa da falta de estrutura e da baixa qualidade de ensino público. Faltam formação e qualificação profissional para os professores e motivação para os alunos. A dinâmica da sala de aula tem que ser repensada em todas as matérias. Mas a família também tem responsabilidade.

Discutiram que deveriam formar grupos na região. Em cada escola pessoas elegeem seus representantes, formam os grupos que deverão trabalhar com o apoio dos adultos. Já é uma obrigação legal que toda escola tenha seu grêmio. Portanto, as escolas têm que garantir que sejam formados e que sejam atuantes. As escolas têm de preparar esses jovens para que atuem no grêmio e com a população do entorno da escola. Outras entidades importantes para exigir o cumprimento das leis, são as ONGs. Alguns jovens poderiam ter o papel de irradiador.

O grupo concluiu que falta mais diálogo entre os diversos atores sociais que desenvolveriam trabalhos multidisciplinares. Os responsáveis por esse tema seriam todos os segmentos da sociedade. Houve especial menção à mídia, a qual deveria prover “formação contínua” aos cidadãos. Há, também, necessidade da presença dos pais nas escolas, a fim de acompanhar o desempenho dos filhos. O problema, nesse aspecto, seria a falta de compreensão, nas empresas, quanto à necessidade de pais ausentarem-se do trabalho, para estarem mais presentes na escola.

Na oficina que discutiu o eixo 5, os principais temas desenvolvidos foram a falta de continuidade das políticas públicas de um governo para o outro, a necessidade de utilizar melhor os espaços que existem na região para a construção de equipamentos sociais e o orçamento participativo.

O artigo 4º do ECA diz que criança/adolescente tem direito a escola, lazer, etc. Que as verbas orçamentárias sejam aplicadas nos equipamentos públicos. Que haja políticas públicas para atender os deficientes. Os equipamentos e serviços são insuficientes para atender as necessidades da população. As escolas ficam muito distantes da moradia das crianças. Devem estar mais próximas, com meios mais fáceis de chegar a elas. Falta de funcionários nas escolas, as professoras acabam tendo várias funções.

Outra discussão: planejamento familiar e serviços de saúde. Os postos de saúde do bairro não atendem crianças. Há necessidade de construir um hospital e um centro de referência para especialidades, para exames e para saúde mental. A região não tem nenhum serviço especializado desse tipo. Ampliar os serviços com mais profissionais e equipamentos.

A Cidade Ademar tem vários terrenos grandes e ociosos que poderiam ser utilizados para equipamentos públicos. Num deles poderia ser construída uma universidade pública, pois não há

nenhuma na região. Podiam aproveitar melhor o que existe com um pólo cultural e poliesportivo na região para lazer e atividades sociais. É necessário construir novos terminais de ônibus em outros locais, além da Vila Miriam.

A subprefeitura hoje é muito grande, tem 600 mil habitantes. Deveria ter a descentralização do distrito Cidade Ademar. E, além disso, existe somente um Conselho Tutelar quando deveria ter um para cada 200 mil habitantes, conforme prevê a lei. Um problema é o trabalho que o Conselho Tutelar faz hoje com nossos alunos, porque é muito superficial.

Os políticos não sabem administrar os recursos vindos dos impostos. É necessário ter o orçamento participativo.

3 - PLENÁRIA

Antes de começar a plenária um membro do Conselho Tutelar pediu a palavra e relatou os esforços da Comissão Central e da Comissão Regional para a organização das conferências. Em sua avaliação, as conferências de Cidade Ademar estão entre as melhores da cidade de São Paulo, sucesso atribuído à parceria entre diversas secretarias, escolas municipais e órgãos da sociedade civil. Observou que o trabalho em parceria é fundamental para enfrentar os problemas das crianças e adolescentes na região.

Houve uma apresentação cultural com a encenação de duas situações: um Conselheiro Tutelar conversa com uma mãe que bateu na filha. Ele orienta essa mãe a não fazer mais isso porque segundo o ECA, crianças não devem ser humilhadas ou constrangidas. A segunda situação trata de um conflito entre uma professora e uma mãe de aluna por problemas de comportamento e rendimento escolar da aluna.

Em seguida teve início a plenária para a apresentação das propostas levantadas nas oficinas. Os dois delegados escolhidos em cada um dos grupos tinham de se apresentar falando seu nome, o bairro onde moram e a organização que representam, para depois lerem as propostas aprovadas na oficina. As propostas, contudo, foram lidas pelos membros da comissão organizadora, que, após apresentá-las de acordo com o eixo, seriam responsáveis por acolher eventuais propostas de emenda da plenária. Após apresentação e debate de todas as propostas, representantes de cada oficina voltaram ao palco, para serem ratificados como delegados e suplentes.

A participação da plenária nas votações sobre as propostas a serem levadas à conferência municipal foi relevante. Houve discussões e apresentação de emendas às propostas elaboradas pelos participantes da oficina 2. O debate, nesse ponto, esteve relacionado com a viabilidade de mais conselhos tutelares na região, além de tratamento diferenciado aos deficientes mentais nas salas de aula (bem como suas relações com outros deficientes).

O texto das propostas da oficina 5 também foi alterado. No termo “criação de CEIs diretas”, foi sugerida a remoção do termo “diretas”, pois a plenária entendeu que os CEIs são necessários, independentemente de serem de administração direta.

As oficinas elegeram um total de 10 delegados e 10 suplentes. Mas no final da plenária a coordenadora da Conferência avisou que haveria necessidade de eleger mais um delegado, pois as inscrições indicaram 110 participantes. A proposta de tornar delegada a suplente, Prof^{ra} Michele, foi aprovada pela plenária.

Antes do encerramento, uma delegada tomou a palavra para convidar a todos às reuniões que o Fórum da Cidade Ademar realiza mensalmente e que tem, entre seus temas, a preparação de adultos e de crianças para as Conferências DCAs. Destacou a “importância de que todos participem do fórum para, nas próximas conferências, termos clareza das discussões, daquilo que vamos pedir e do que é possível de ser realizado”. Em sua opinião, somente por meio da mobilização e da participação dos moradores será possível melhorar a situação da Cidade Ademar.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Convívio familiar e social
- Educação
- Falta de áreas para atividades físicas, recreativas e educacionais.
- As escolas não têm laboratórios de ciências e biologia
- Os equipamentos de saúde hoje não atendem a demanda.
- Há cerca de 15.000 crianças sem creches na região e elas têm de se tornar visíveis para o poder público.
- Alto número de crianças e adolescentes violentados, agredidos e abandonados que precisam de proteção do Estado. Há apenas dois abrigos na região
- Como garantir que o adolescente possa participar e falar o que ele quer
- Papel da escola para motivar a participação
- Espaços públicos mal utilizados, alguns ociosos e outros superlotados.
- Necessidade de ter escolas mais próximas e com meios mais fáceis de chegar a elas.
- Os moradores não têm acesso às atividades do CEU e há outros espaços sem programação cultural. Falta divulgação.
- Falta de estrutura e baixa qualidade de ensino público. Faltam formação e qualificação profissional para os professores e motivação para os alunos.
- Falta de continuidade das políticas públicas de um governo para o outro.
- Falta de orçamento participativo.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Palestras de prevenção e orientação sobre drogas
- Cursos, oficinas, espaços esportivos e culturais que promovam e informem os adolescentes
- Inserção de jovens no Mercado de Trabalho - (Projeto Aprendiz)
- Ampliação das bases policiais nos bairros, com qualificação e que atue no combate às drogas.
- Não discriminação por raça ou classe social.
- Garantir educação de qualidade desde o nascimento através de creches, EMEIs, EMEFs, Escolas estaduais e cursos profissionalizantes.
- Saúde de qualidade através da criação e ampliação da rede de saúde com contratação de profissionais qualificados
- Criação de áreas de lazer, cultura e esporte, com implantação de centros culturais, CDMs, parques aquáticos, clubes-escola.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Melhoria da qualidade do ensino com a diminuição de alunos por sala, garantia de formação de professores e criação de salas de informática que funcionem efetivamente.
- Criação de escolas profissionalizantes com parceiros empresariais.
- Criação de mais creches e EMEIs.
- Criação de mais CAPS (Centros de Atendimento Psicossocial) e atendimento médico específico para adolescentes (hebiatras).
- Implantação de plano de habitação e acompanhamento familiar por dois anos.
- Ter mais cuidado com o saneamento básico.
- Criação de mais dois Conselhos Tutelares para atender a enorme população da região.
- Garantir acessibilidade aos portadores de deficiência física, por meio de estrutura física adequada e com equipamentos necessários em toda rede pública.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Criação de polo cultural que garanta espaços para a prática de esportes, cultura e lazer e a criação, nesse espaço, de cursos profissionalizantes.
- Criação de laboratórios nas escolas para o acesso a aulas práticas de ciências e biologia.
- Criação de AMAS
- Criação de 6 (seis) CEIs nos bairros de Cidade Ademar.
- Criação de mais abrigos na região para as crianças e adolescentes com dificuldades de serem sustentados pela família.

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
- Formação contínua de toda a sociedade através dos meios de comunicação, escolas e organizações não governamentais.
 - Estimular a participação comunitária dos jovens nos fóruns de discussão, ONGs e grêmios estudantis.
 - Mudança da divisão social que é de uma visão individual para uma visão coletiva, através dos trabalhos realizados nas escolas.
 - Inclusão, no calendário anual das escolas, a realização de Conferências Lúdicas e Convencionais.
- Eixo V - Gestão da política
- Que seja cobrada pela população a distribuição de verbas com transparência e o aproveitamento dos espaços públicos.
 - Ampliação das oportunidades de atividades culturais.
 - Criar política de planejamento familiar.
 - Criar cursos profissionalizantes para os jovens em locais próximos da residência.
 - Promover a inclusão escolar.
 - Melhorar o orçamento público.
 - Desenvolver espaços poliesportivos, de cultura e lazer.
 - Garantir o acesso das escolas às tecnologias de informação.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Representantes do Poder Público	Ivone Macarenco Seabra Maria Ivanira Bezerra a Silva Santos Maria José da Paiva S. Peres Sala Ana Luisa Silva Gonçalves
Representantes do Fórum Regional	Flavia Luiza Santos Scabio Rita Luciana Bispo Cesar Alexandre Gomes de Barros Talita Jupiara Cardoso
Representantes dos Adolescentes	Henrique Cavalcante Queiroz Bruno Domingues
Representantes do Conselho Tutelar	Rogério de Paula Santos Neuza Terezinha Cândido

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTE	
Andressa Evelin dos Santis	Lidiane Soares Luzia
Kethely Honorio de Oliveira	Greicy Ellen dos Santos
Manoela Carolina	Ellen Ribeiro dos Santos
Thalia de Jesus Ribeiro	Bruna Célia Fidelis da Silva
Fernanda Salvador da Silva	Mikaelle Aparecida Santos Café
Dara Roberta	Gracielly Augusta Silva
Ellen dos Santos Mariano	Bárbara de Lima Santos
Talita Caetano	Michelle de Souza
Luan Café de Jesus	Henrique Cavalcante Queiroz
Danilo Freitas Mendes	Ianca da Silva Nascimento
Felipe Guilherme Luiz da Costa	Tamires Souza da Cunha
Ingrid Alves	Alana da Silva Lira
Larissa Stephanie Ilva Pressutti	Aline Alves da Silva
Gilvan da Silva Souza	Tatianny Santos do Nascimento
Fernanda Cristina Nascimento	Dafnné Marques Medeiros

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTE	
Leonice Alves de Lima	Mônica D. Paiva Silva
Mauricy Marini Horikawa	Maria José da Conceição
Deise Ibiapina de Lima	Mirian B. Bueno França Silva
Carlos Roberto do Nascimento Silva	Wilson José Silva
Jocileide Ibiapino da Silva Lima	Edna Aparecida Sabino Nogueira
Michele Madrini Horikawa	Edna Regina Silva
Alfredo de Jesus da Silva Junior	Lucinete Alves de Lima Santos
Maria Alice de Lima	Ignez Pirovar Souza
Claudia Cristina do Nascimento	Tatiane Brito de Souza

CIDADE TIRADENTES

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica Regional de Cidade Tiradentes, da qual participaram 320 pessoas, aconteceu no dia 28 de junho de 2009, no CEU Inácio Monteiro, na Rua Barão Barroso do Amazonas, s/n. A Convencional foi realizada no dia 18 de julho de 2009, no CEU Água Azul, na Avenida dos Metalúrgicos, 1.262 e contou com a participação de 170 pessoas.

A programação de ambas as Conferências (lúdica e convencional) foi, em linhas gerais, semelhante no que se refere ao credenciamento e café da manhã, seguida pela solenidade de abertura com a execução do Hino Nacional, composição da mesa com representantes do poder público e da sociedade civil (1 representante de CA na lúdica), apresentação cultural, leitura e aprovação do regimento interno, pausa para almoço, realização das oficinas, apresentação das propostas e dos delegados eleitos nas oficinas, na plenária. Na Convencional, ocorreu ainda, a explanação dos eixos temáticos e foi feita a prestação de contas por representantes do poder público local das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

O credenciamento realizado no dia das respectivas Conferências contou com cartazes com os nomes das pessoas por oficina, de acordo com as opções feitas na inscrição. As listas de presença estavam digitadas de acordo com os inscritos para cada oficina.

Com relação à metodologia, a comissão regional criou um grupo de Formação e Capacitação para os educadores da rede local que tinham interesse em realizar as oficinas, os quais receberam formação e treinamento da assessoria de metodologia contratada, conforme informações obtidas junto à Comissão Organizadora.

Nas duas Conferências, a abertura e a plenária aconteceram no teatro dos respectivos CEUs e, cada uma das oficinas, em salas de aula separadas.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura do evento ocorreu por volta das 9:35h, após o lanche da manhã, tendo sido conduzida por representante do CMDCA, que agradeceu inicialmente às escolas municipais e associações sociais presentes. Em seguida, foi executado o Hino Nacional.

- Composição da Mesa

A mesa foi composta por representantes: do Forum dos Direitos de CA de Cidade Tiradentes; da Subprefeitura (CRAS); do Conselho Tutelar; da Diretoria Regional de Educação de Guaianases; da

Secretaria de Saúde (supervisão de saúde da Cidade Tiradentes); dos adolescentes; da Comissão Central Organizadora.

Os integrantes da mesa fizeram uma breve fala de apresentação e destacaram, em linhas gerais, a importância das crianças e dos adolescentes estarem ali na Conferência para participar e fazer propostas de como a situação na Cidade Tiradentes poderia melhorar.

- Regimento Interno

Na sequência, foi lido o regimento interno e alguns dos seus pontos foram explicados. A pessoa que conduziu a leitura, ao final, perguntou quem estava de acordo e quem gostaria de propor mudanças no RI, que foi aprovado em votação, sem alterações..

- Apresentação Cultural

Foi realizada uma apresentação lúdica de dança indiana logo após a execução do Hino Nacional. Após o almoço, os participantes assistiram no auditório do CEU à duas apresentações culturais: uma de capoeira e outra de música rap, tendo esta última promovido momento de grande interação com os participantes, os quais acabaram subindo ao palco para dançar juntamente com o grupo que se apresentava.

Após a aprovação do regimento interno, o representante do CMDCA conduziu a formação dos grupos das oficinas, chamando ao palco os participantes por tema de cada oficina e solicitando que se encaminhassem, ainda no período da manhã, para as respectivas salas do CEU, acompanhados pelosicineiros. Não foi feita explanação dos 5 eixos temáticos.

2 - OFICINAS

Na Conferência lúdica, a Comissão Regional havia elencado 13 temas na ficha de inscrição para que a pessoa fizesse sua opção já na inscrição: Saúde / Educação / Cultura Esporte e Lazer / Orçamento Criança / Pessoa com Deficiência / Meio Ambiente / Álcool e Drogas / Sexualidade / Trabalho Infantil/ Violência / Medidas Sócio-Educativas / Conselho Tutelar / Família.

De acordo com a Comissão, os temas foram elencados a partir dos 5 eixos temáticos, de modo a torná-los acessíveis à linguagem das crianças e dos adolescentes. No entanto, houve procura por 9 temas. Para o tema Educação foram realizadas duas oficinas e para Cultura, Esporte e Lazer, 3 oficinas, totalizando 12 oficinas. A Comissão Regional acabou dividindo as CAs nas oficinas cujo tema havia se repetido, segundo critério de faixa etária associada ao tema: até 13 anos e de 14 a 18 anos, com CAs de ambos os sexos. Com isso, nem todas as escolhas por tema feitas na inscrição foram respeitadas nesta divisão. Ainda assim, em algumas oficinas houve mistura destes dois grupos etários.

Não houve uma associação direta entre os temas das oficinas e os 5 eixos temáticos, ainda que os temas das oficinas tivessem sido definidos a partir desses eixos.

O tamanho dos grupos variou entre 18 e 33 participantes, sendo que a oficina que contou com número maior de participantes foi a referente ao tema trabalho infantil, na qual observou-se a presença de crianças que haviam optado por outro tema e que comentaram não saber do que se tratava aquela oficina.

As oficinas foram interrompidas para o almoço, após o que todos os participantes assistiram às apresentações culturais e, ao retornarem para as salas, finalizaram os trabalhos e elaboraram as propostas para serem apresentadas na plenária.

A oficina de meio ambiente ficou prejudicada, dado que após o almoço não conseguiram abrir a sala para dar continuidade às atividades e tiveram que concluir a oficina de forma improvisada no tablado do teatro.

Com relação à metodologia, às dinâmicas e técnicas utilizadas nas oficinas, foram bastante diversificadas. Todos os grupos contaram com a presença de pelo menos 1icineiro, e em vários havia 2 icineiros. Algumas oficinas adotaram o uso combinado de mais de uma técnica e dinâmica de grupo. De modo geral, tiveram início com os participantes dispostos em círculo para que cada um se apresentasse. Na sequência, após a realização de brincadeiras em alguns casos, havia divisão em subgrupos para realizarem as atividades de discussão, apontando os problemas e elaborando as propostas, segundo estratégia adotada em cada oficina. Dentre as dinâmicas e técnicas adotadas foram observadas:

- introdução de questões e perguntas pelos icineiros, para orientação inicial das discussões;
- elaboração de desenho individual e coletivo sobre o tema da oficina para depois apresentar e explicar para o grupo o significado;
- elaboração de cartazes sobre o tema, utilizando recortes de jornal;
- realização de brincadeiras sobre o tema (Ex: na oficina de saúde sujaram a sala como forma de discutir a poluição para depois, realizarem exercício de como limpar; na de meio ambiente, as crianças elegeram, cada uma, um problema ambiental para escrever em um pedaço de papel e colocá-lo dentro de bexigas. Após uma brincadeira, as bexigas foram estourando e os problemas aparecendo);
- redigir individualmente e em grupo o que pensam sobre questões específicas colocadas pelos icineiros
- distribuição de gibi da turma da Mônica
- encenação teatral
- atividade em roda (Ex: em círculo, os participantes deram as mãos, cada participante falou uma palavra referente a um sentimento e o círculo foi se apertando; roda de conversa)

Com relação à participação das crianças e dos adolescentes nas oficinas, destaca-se que a divisão, de modo geral, por faixa etária contribuiu para que as discussões fluíssem de forma mais rica. Em alguns

casos, o maior envolvimento das crianças e dos adolescentes mostrou-se associado às características do oficinairo (conhecimento da realidade local, boa aproximação com os jovens e crianças, dinamismo e improvisação, domínio do tema), resultando em uma qualidade melhor nas discussões e nas propostas apresentadas. Em algumas oficinas compostas por crianças menores, os oficinairos tiveram mais dificuldade em controlar o grupo, ficando as crianças dispersas, muito agitadas e falando simultaneamente. Em outras, as interferências dos oficinairos excederam o caráter de mediação, resultando em proposições elaboradas pelos próprios.

Dentre os assuntos abordados nas discussões das oficinas, foram registrados: motivos que levam as crianças a morar na rua; o dia-a-dia de uma família; crianças que ficam em abrigos, em detrimento da convivência com as famílias; equipamentos públicos de saúde de atendimento à comunidade em Cidade Tiradentes e suas carências; prevenção a doenças, atendimento à saúde básica e doenças; levantamento de pontos positivos e negativos referentes à saúde no distrito; problemas ambientais da região; bebidas como forma de lazer; drogas lícitas e ilícitas; falta de estrutura para cair no vício (como auto-estima em baixa, influência de amigos, facilidade de obtenção de status na comunidade, dentre outros); questão social da família como fator de peso na decisão do jovem entrar para o mundo do vício; como surge o trabalho infantil; qual a influência da família no trabalho infantil; para onde é destinada a renda do trabalho infantil; para onde as crianças devem ir para sair do trabalho infantil; papel da escola como espaço de formação e informação aos sujeitos na constituição da sexualidade; má formação dos profissionais que atuam junto aos jovens e à família, que se omite por vários motivos e não recebe apoio do poder público (seja através da educação, seja pelas vias da saúde pública) para trabalhar com os filhos; falta de equipamentos públicos para orientação dos adolescentes; diferença de gênero nos esportes, porquê a mídia privilegia alguns esportes, como o futebol, por exemplo, em detrimento de outro; o que tem de cultura, esporte e lazer na Cidade Tiradentes e, disso, o que usam; o que falta na Cidade Tiradentes; questão do professorado, remuneração, qualidade dos professores, qualidade de ensino, infra-estrutura, desinteresse dos alunos; violência familiar, o tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil e violência escolar.

3 - PLENÁRIA

Não houve composição de mesa e as propostas apresentadas não foram discutidas, apenas apresentadas e aclamadas na plenária. Cada grupo apresentou um número variado de propostas, não tendo sido, portanto, deliberadas duas por eixo temático na plenária. O representante da Comissão Organizadora chamou os participantes de cada um dos 12 grupos para irem ao palco apresentar suas propostas. Quando não utilizavam o microfone, a acústica e a dispersão das pessoas na plenária (CAs estavam bastante agitadas e havia muito barulho e bagunça) dificultavam ainda mais o entendimento do que estava sendo dito, além de fazer com que o processo das apresentações se estendesse.

Os problemas e as propostas foram apresentados de formas variadas, tendo cada grupo utilizado técnicas distintas, tais como: apresentação oral; cartazes e leitura dos cartazes; painel com desenhos; encenação teatral; em formato de telejornal. Vários grupos tiveram a apresentação das propostas precedida de uma introdução do grupo feita pelo oficinairo.

A apresentação dos delegados e suplentes tirados em cada grupo ocorreu após a apresentação das propostas da respectiva oficina, tendo sido referendados por aclamação na plenária. Ao final de cada apresentação, o representante da Comissão Regional que conduziu a plenária pedia que os participantes batessem palma para as propostas apresentadas. Não foram registrados pontos polêmicos nem discordantes.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Faltam dentistas, enfermeiros
- Falta de informação nas escolas
- Poluição da rua e dos rios, desmatamento, lixo na rua
- Esporte, cultura e lazer é o que a criança merece ter
- Na escola os alunos estão sem interesse; falta interação e mesmo respeito entre o aluno e o professor; muitas aulas vagas com falta de professores
- A relação entre jovens e as drogas.
- Violência: assassinatos, pedofilia, maus tratos, assaltos, seqüestros, brincadeiras de mau gosto.
- Exploração e violência contra criança e adolescente, pela própria família.
- Crianças e adolescentes nas ruas.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
- Criar hospitais, postos de saúde e outros equipamentos de saúde pública.
- Melhorar o atendimento nos hospitais e nos postos de saúde já existentes.
- Ampliar os espaços de convivência com jovens e adolescentes nas UBSs com o assunto sexualidade na adolescência.
- Criar centros para acompanhamento dos adolescentes e jovens na questão da saúde na adolescência.
- Melhorar o salário e a capacitação dos profissionais da saúde.
- Contratação de psicólogos para a região de cidade Tiradentes.
- Acompanhamento psicológico para crianças, adolescentes e responsáveis que precisarem.
- Construção de mais escolas e um CEU na Cidade Tiradentes.
- Melhorar o relacionamento da escola com a família. Palestras sobre a relação pais e filhos

- Palestras nas escolas fora do horário de aula e formação com utilização de outros recursos, como teatro e palestras para os alunos e os pais.
 - Ampliar a contratação de monitores e/ou agentes de apoio nas escolas para garantia de organização e segurança das crianças e adolescentes.
 - A escola deve ajudar os alunos com interesse para aprender a alcançar os seus objetivos e resolver o problema das faltas dos profissionais.
 - A melhora na vida escolar deve ocorrer também a partir dos alunos, com a ajuda da família e da comunidade para que os professores mudem também.
 - Professores devem ser melhor qualificados pela Secretaria de Educação.
 - Despoluir rios e drenar córregos para melhoria do ecossistema.
 - Mais coleta seletiva e ecoponto para separar o lixo e para deixar a cidade mais limpa
 - Criar programas de educação ambiental nas escolas.
 - Centro Poliesportivo (CEUs, quadras para esporte, piscinas, teatro)
 - Centro Policultural (SESC na Cidade Tiradentes), teatro, parque, telecentro, biblioteca, cinema, natação, música, quadras, dança, capoeira e judô.
 - Criação de centros culturais (cinema, teatro, esporte, artes circenses) na Cidade Tiradentes, e continuidade de projetos como o CEU Vila Yolanda
 - Aumentar profissionais nas quadras aos sábados e domingos para orientação e como segurança
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
- Construir clínicas para o tratamento dos usuários dependentes de drogas e divulgar informações sobre esse tema para a comunidade.
 - Para combater o alcoolismo e as drogas, criar oficinas para que os adolescentes (ex-dependentes) possam desenvolver trabalhos criativos e cursos profissionalizantes.
 - Associação de convivência familiar (um grupo, onde familiares e o próprio dependente químico conversem com um psicólogo e pessoas da assistência da comunidade)
 - Dar palestras para a comunidade para que fiquem conscientes quanto ao problema das drogas.
 - Reforçar o policiamento para combater o avanço das drogas na comunidade.
 - Criar uma disciplina escolar sobre cidadania.
 - Campanha de combate à violência contra a mulher.
 - Acompanhamento psicológico das mulheres e filhos contra maus tratos e violência.
 - Assistência policial e jurídica mais efetiva para as vítimas de violência.
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
- Acionar o Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção de crianças e jovens.
 - Melhorar a renda das famílias das crianças em situação de rua e as ampliar as práticas assistenciais.
 - Projetos culturais que incluam bolsa-benefício

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Colocar caixas de sugestões sobre a questão das drogas, em cada órgão público, para que a comunidade participe.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Durante o credenciamento os inscritos foram divididos em 5 grupos, cada um correspondente a um eixo temático.

Os participantes receberam uma pasta contendo uma publicação do ECA, a programação ao longo daquele dia de Conferência, caneta, uma cópia do Regimento Interno e folhas sulfite em branco. Nem todas as pastas continham cópia das propostas da Conferência de 2007 para serem conferidas naquele dia.

• Composição da Mesa

A mesa foi composta por representantes: do CMDCA; de CRAS/Secretaria de Assistência Social; da Saúde; da Regional da Educação – DRE; do Fórum DCA Cidade Tiradentes; do Conselho Tutelar da região de Cidade Tiradentes; da Comissão CA e Juventude da Câmara Municipal de São Paulo.

O subprefeito de Cidade Tiradentes não esteve presente. Também não teve criança nem adolescente compondo a mesa. O representante do CMDCA mencionou que algumas CAs eleitas como delegados na Conferência Lúdica de Cidade Tiradentes estavam presentes para acompanharem a Conferência Convencional, mas não foram apresentados.

As pessoas que compuseram a mesa fizeram suas falas abordando questões referentes a melhoria das condições de crianças e adolescentes; momento do cidadão discutir e ser protagonista da política; momento dos moradores da Cidade Tiradentes se reunirem para ver o que a região precisa para atender com qualidade crianças e adolescentes da região. O vereador presente, que acompanha na Câmara a implementação das propostas, destacou que aquele momento era de cobrar e conferir. O representante do CMDCA destacou a importância da Conferência enquanto momento em que todas as forças e vozes da sociedade estão em pé de igualdade para criticar, felicitar e propor, olhar o mundo coletivamente, conviver com as diferenças, somar forças.

• Regimento Interno

Para a leitura do Regimento Interno, o CEU dispunha de recurso visual e, cada participante tinha a versão impressa na pasta. No entanto, o Regimento exibido no telão era de outra região e, portanto, o

recurso disponível não foi utilizado. Na versão impressa do Regimento também havia partes se referindo à Conferência Regional DCA do Butantã.

O representante do CMDCA fez a leitura e a cada capítulo, perguntava se alguém tinha algum destaque. Esclareceu, ainda, que as inscrições continuariam, mas que o prazo havia se encerrado às 11:05h para as pessoas que tinham interesse em se candidatar a delegado. O Regimento foi colocado em votação e aprovado sem alterações.

- Apresentação Cultural

Foram realizadas diversas apresentações culturais ao longo da Conferência. Após a fala dos integrantes da mesa foi feita exibição de imagens de diferentes regiões do Brasil no telão, como pano de fundo, e de um poema exaltando qualidades do país.

A segunda apresentação cultural foi feita pela Associação de Capoeira Beija-Flor, a qual mencionou desenvolver trabalho social há 9 anos na região. A apresentação abordou a cultura negra ressaltando valores que estão no cotidiano das pessoas, embora elas não se dêem conta da origem negra. O grupo realizou demonstração das habilidades e desenvolveu uma narração com encenação da história negra no Brasil, abordando temas relacionados à questão racial, à escravidão – navio negreiro- e ao trabalho na lavoura, ressaltando valores como disciplina, resistência, perseverança e superação. Em seguida, foi feita uma roda de capoeira com a participação de crianças, adolescentes e adultos.

O encerramento foi feito com exposição de fotos no telão sobre o processo de organização das Conferências de Cidade Tiradentes, bem como de fotos da Conferência regional lúdica.

O representante do CMDCA falou, na sequência, dos desafios ao longo daquele dia para discussão sobre crianças e adolescentes, apresentou a Comissão Organizadora do evento e fez agradecimentos aos participantes e nomeação das entidades representantes (ONG's, igrejas católicas e evangélicas, dentre outros).

- Palestras

Foram realizadas palestras para explanação dos eixos temáticos.

Eixo I – Resende: abordou a necessidade de enfrentamento do cenário de desigualdade de condições que existe entre territórios na cidade que têm suas peculiaridades, na busca pela igualdade de direitos

Eixo II – Indiana : abordou a luta pela redemocratização no país, a qual atingiu apenas a esfera política e não a econômica; a ampliação dos direitos (criação de leis) e colocou as violações dos direitos como consequência desta desigualdade que é estrutural da sociedade brasileira. Apontou para o fato de que a proteção integral de crianças e adolescentes (base do ECA) é uma conquista, um paradigma criado ao final do século XX, ressaltando que as histórias infantis denunciam estas violações nas fábulas, por meio da imposição da cultura de violência contra crianças e adolescentes (vítimas de maus tratos, negligência, abuso). Ademais, enfatizou que as denúncias não são efetivadas, sendo a maior incidência

de casos na própria família, para o que a abordagem não deve ser de criminalização da família, mas sim, de oferecer suporte de serviços e condições, sendo, portanto, necessário o fortalecimento das redes sociais, a integração intersetorial e a mobilização social.

Eixo III: não houve explanação deste eixo, embora na programação estivesse prevista a fala de representante do CMDCA

Eixo IV – Regina: Apontou para a necessidade de ampliação de espaços de construção da cidadania para que crianças e adolescentes estejam juntos na proposição do que é melhor. Ressaltou a importância de fazer para eles e com eles, a partir de uma visão de protagonismo e de participação de crianças e adolescentes, entendendo-as como cidadãos de direitos. Destacou o papel do adulto enquanto responsável por criar as condições de participação e protagonismo do jovem em diferentes instâncias (orçamento, grêmios escolares, conselhos de escola)

Eixo V – Max: apontou para o fato de que não há gestão da política sem que seja uma gestão ética, coletiva e ligada à igualdade de direitos, ressaltando que a condução da política deve incorporar o ator principal que é o público alvo – criança e adolescente, e que sua gestão é fruto da participação de parceiros, pois o bem público deve ser apropriado pela comunidade. Falou sobre a gestão compartilhada, a qual engloba desde a elaboração/formulação da política, até sua execução e controle/avaliação e, que o controle precisa ser da eficácia (fazer o que precisa ser feito) e da eficiência (fazer da melhor forma e associada ao orçamento, aos menores custos). Destacou a precarização do atendimento marcada pela baixa remuneração dos profissionais que estão na linha de frente. Alertou para o fato de que no momento de conferência das propostas de 2007 naquela Conferência faltou o debate com os participantes. Por fim, concluiu ser preciso integrar as políticas de atendimento, garantir a continuidade da política (essa é a maior dificuldade) e alterar o enfoque de judicialização das questões sociais, humanizando-as.

2 - OFICINAS

Na Conferência convencional foram realizadas 5 oficinas, cada uma referente a 1 dos 5 eixos temáticos. Realizadas após o almoço, as oficinas tiveram entre 18 e 23 pessoas, com predominância de mulheres.

De modo geral, as oficinas tiveram início com a apresentação, peloicineiro, da atividade a ser desenvolvida e a organização dos participantes em círculo para se apresentarem. Após a apresentação, foram realizadas as atividades de discussão, apontando os problemas e elaborando as propostas, segundo estratégia adotada em cada oficina. Dentre as dinâmicas e formas de trabalho adotadas, foram registradas: dinâmica do barbante (construção de uma teia) para se apresentarem (nome e local de atuação) e para que as pessoas falassem uma palavra que expressasse o motivo da garantia de direitos não ter funcionado (desconstrução da teia); apresentação sequencial dos participantes em círculo;

introdução de questões pelosicineiros para os participantes discutí-las em um único grupo ou em pequenos grupos (Ex: porque ainda existem direitos universais não efetivados e como fazer para garanti-los/efetivá-los; o que fariam se fossem prefeito); em algumas oficinas, foi pedido que as pessoas elencassem duas prioridades dentre as propostas; registro das anotações em papel, na lousa e nos instrumentais de que dispunham osicineiros; dinâmica de passar o caderno sequencialmente para o vizinho até que a pessoa que ficasse com o caderno seria o vencedor: realizada com o objetivo de abordar a questão da vaidade que as pessoas têm de querer ser o vencedor.

Algumas questões lançadas peloicineiro em uma das oficinas, tais como “Quem já ouviu falar que o ECA é para defender bandido?” (houve manifestações favoráveis à afirmação); “Quem acha que um tapinha não dói, educa?”(Alguns favoráveis), geraram polêmica entre os participantes e uma reação em defesa dos direitos e da compreensão dos processos que geram a violência. Outra polêmica envolveu a atuação das entidades na região.

Em algumas oficinas, oicineiro pediu para que uma pessoa do grupo relatasse e anotasse o que estava sendo dito, em outras, o próprioicineiro se encarregou de anotar as questões debatidas.

As pessoas estavam todas muito atentas ao debate nas oficinas, algumas participando ativamente, mais que outras. Em alguns grupos, havia pessoas que se destacaram, seja conduzindo as discussões, seja se impondo mais com os argumentos. Em outros, poucos falavam e os demais, embora atentos, não se manifestavam.

Ao final de cada oficina foram indicados os delegados e os suplentes, os quais foram eleitos por votação em algumas oficinas e, simplesmente aceitos em outras, quando o número de candidatos era igual ao número de delegados possíveis. Observou-se certa interferência de algunsicineiros durante a candidatura das pessoas a delegado, seja exercendo pressão para que as pessoas se candidatassem, seja para que retirassem a candidatura, em casos em que o número de candidatos já se igualava ao número possível de delegados.

Dentre as questões abordadas nas discussões das oficinas, foram registradas: falta vontade política e ausência de políticas públicas; falta a co-gestão (gestão compartilhada), entre sociedade civil e governo; acesso e publicização da informação; papel da mídia, a qual tem deseducado, ao invés de educar; necessidade de acompanhamento e fiscalização das políticas; ausência de controle social; ineficácia do Estado em efetivar as políticas públicas para criança e adolescente; desigualdade social; ausência de CEI; dificuldade de acesso à escola considerando a distância; conscientização na Comunidade sobre os direitos da criança e do adolescente; falta de serviços e de programas na periferia da periferia; muita violência; falta divulgação dos projetos; falta de apoio à família; falta de transporte; os equipamentos existentes são distantes; vagas em creches e estrutura das mesmas; cursos profissionalizantes; falta de comunicação entre entidades; necessidades das pessoas irem às ruas cobrar; pensar numa estratégia de médio a longo prazo; nas escolas não tem a participação das mães, “tem mãe que vai na escola somente para pegar o leite”; na escola particular, o aluno aprende a

escrever e a ler e na pública, não. “Não é justo que os alunos tenham que ir para a escola particular para aprender a ler e a escrever”; para a escola melhorar é preciso conscientização dos pais (“nem olham o caderno do filhos”) e os professores não têm interesse; as pessoas se acomodam com os benefícios do bolsa família; pais não vão em reunião sócioeducativa (falta de interesse e conhecimento da população); falta de participação comunitária e familiar; apenas um professor para muitos alunos (“Precisa de política pública, mais professores, mais salas”); não tem aproximação entre os pais e a escola; o professor não tem remuneração digna.

3 – PLENÁRIA

A plenária teve início no teatro do CEU sem que todos os grupos tivessem terminado seus trabalhos nas salas de aula.

Logo no início, após a apresentação do grupo que havia discutido o Eixo 1, foi apresentada uma moção de repúdio à não implantação do CAPS infantil na Cidade Tiradentes e à devolução dos recursos do governo federal, a qual foi aprovada por aclamação na plenária.

As propostas apresentadas não foram debatidas e, ao final das apresentações dos grupos, foram aclamadas na plenária.

Os delegados eleitos nas oficinas foram chamados ao palco ao final das apresentações das propostas e referendados por aclamação. Além destes, foram chamados ao palco os 5 delegados natos (conselheiros tutelares).

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta vontade política
- Falta fiscalização e acompanhamento das políticas pela sociedade civil
- Falta informação à população
- Faltam políticas públicas para necessidades básicas
- Falta promover maior envolvimento da sociedade e aumentar a ligação com o governo
- Meios de comunicação desinformam e deseducam
- Ineficácia do Executivo em cumprir as políticas para CA
- Cada entidade tem seus projetos e, muitas vezes, o projeto de uma entidade pode beneficiar crianças de outra entidade. Existe certo distanciamento
- Áreas periféricas da Cidade Tiradentes não têm acesso a certos projetos e entidades
- Os benefícios da creche direta não são os mesmos da indireta
- Funcionamento do sistema jurídico e de defesa
- Sobrecarga de trabalho dos professores. Tem professores que trabalham em várias escolas, chegam estressados e acabam descontando nos alunos

- Desestruturação familiar e falta de moradia
- Falta de cidadania e ausência do poder público
- “Muitas pessoas vieram na Conferência sem ter noção do que ela discute”
- Não acontece fiscalização da verba e da estrutura das residências alugadas pela população, pelas mães
- A questão não é apressar os estudos
- Falta co-gestão (gestão compartilhada) entre sociedade civil e governo.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Fortalecer o Fórum de entidades
- Construção de CEI
- Cursos profissionalizantes
- Qualificar e estruturar as PPEs
- Socializar e publicizar os dados do Observatório de Políticas Públicas
- Ampliar os programas já existentes na região
- Ampliar os recursos da Assistência Social

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Aumentar a divulgação e ampliação da comunicação entre as entidades
- Monitoramento dos projetos executados pelas entidades
- Construção de áreas de lazer
- Ampliação de CCAs e CJs nas regiões periféricas da Cidade Tiradentes
- Tornar espaços públicos como escolas, postos de saúde, como pontos de divulgação dos projetos existentes nas entidades
- Construção de albergues e de abrigos.
- Casa de passagem à mulher que sofre violência para ser acolhida com seus filhos
- Que a creche conveniada tenha os mesmos benefícios que a creche direta
- Construção de mais creches e EMEI
- Implantação de pronto socorro 24 horas

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Maior articulação dos segmentos em termos de garantia de direitos através de reuniões de rede
- Conscientização da sociedade em favor de um bem comum
- Despertar na população o interesse de cobrar dos governantes garantia dos seus direitos
- Maior número de políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos

- Maior profissionalização dos professores com o intuito de despertar na família o interesse em participar da vida educacional de seus filhos
- Maior entendimento do contexto em que crianças e adolescentes estão inseridos (entender como CAs vivem para entender alguma coisa que aconteça dentro da sala de aula)
- Melhor remuneração dos profissionais do sistema de garantia dos direitos, a fim de que desenvolvam suas competências de forma clara
- Rotatividade do local de realização de reuniões do Fórum, como tentativa de aumentar o quorum
- Realização das reuniões em espaços de participação de crianças e adolescentes

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Construção de albergue e de uma casa de passagem para mulheres vítima de violência.
- Desenvolver programas de apoio à família
- Poder público deve dar as condições financeiras e estruturais para que as famílias possam garantir a educação dos seus adolescentes

➤ Eixo V - Gestão da política

- Fazer valer as leis que já existem
- Fortalecer as redes (exemplo: educação, segurança, assistência social, saúde)
- Dar as condições para o funcionamento do Conselho Tutelar da Cidade Tiradentes (espaço, estrutura física, para que possa desenvolver seu trabalho)
- Conhecer as políticas que envolvem crianças e adolescentes
- Rede pública de formação dos trabalhadores de todos os setores para que se tornem multiplicadores e atinjam o usuário
- Construção de CEIs com estrutura adequada em vez de alugarem residência com o mínimo de estrutura
- Controle social das creches residenciais alugadas
- Rever a faixa etária das crianças nos CEIs
- Ampliar os núcleos, NPPEs, CCAs e CJs
- Construção de CEDECAs, casas de abrigo, saúde mental.
- Criar centros profissionalizantes para jovens e adolescentes da Cidade Tiradentes
- Criar áreas de esporte, cultura e lazer com estrutura que tenha profissionais qualificados e atendimento adequado todos os dias
- Incentivar a gestão compartilhada garantindo a autonomia das ONGs sem ingerência por parte dos gestores públicos.
- Incentivar a existência e criação de conselhos gestores, garantindo assim maior controle social nos órgãos públicos.
- Audiências públicas para fiscalizar o orçamento na área da criança e do adolescente

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Aline Cristina Novaes da Costa
Educação	Nadir Aparecida Costa de Godói
Saúde	Renata Carvalho da Silva
Conselho Tutelar	Edileuza Araújo Beserra Petelin Lourdes Dias de Almeida
Fórum Municipal DCA	Nicéia de Assis Valim Silva Railda Pereira Guerra Laurinda Valéria Paganele dos Santos Fábio Andrade dos Santos Fernando A. dos Santos
Adolescente	Gabriel Elias Santos Luciana Caetano dos Santos

7 - LISTA DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTES	
Vitor Hugo M. Lopes Fragoso	Beatriz Costa de Souza
Luiz Roberto Lopes Fragoso	Luciana Caetano
Letícia Alves	Larissa Alves da Silva
Ingrid Oliveira	Jessica Souza Bento
Renata dos Anjos	Bruna Yara Costa
Pamela Ribeiro	Willian Vanucci
Welison Guedes	Renan Richard
Gabrielle Karolayni	Mateus Aleixo
Gabriel Elias Santos	Raphael Lima
Kamila Isis Batista	Vitoria dos Santos
Ricardo Santos	Kaue de Souza
Fernando Guimarães	Vitoria da Silva Santos
Dandara Ayani	Marina dos Santos
Michelli Reis Caldeira	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTE	
Diego Araujo Cavalcante	Maria Auxiliadora Chaves da Silva
Cecília Gonçalves da Silva	Cleonice Alexandre Gonsales
Magali Jesus da Silva	Ana Paula Almeida Guedes
Edmundo Cirino dos santos	Edileuza Bezerra Petelin
Carlos Alberto Delmands	Fernando Antonio dos Santos
Katia Regina dos Santos	Josefa Lima de Mendonça da Silva
Iramaia Aleixo Santos	Lourdes Dias de Almeida
Mariana Siqueira da Silva	Maria Alves da Luz Mendes
Sandra Aparecida dos Reis Ferreira	Cleide Aparecida dos Santos
Thaysa Cristina de Almeida	Vera Araujo
Flávio Andrade dos Santos	Cicemília Soares Moreira
Renata Carvalho da Silva	Fabício Andrade dos Santos
Lusiene Ribeiro Soares	Andrea Batista
Valéria Paganele dos Santos	Fernando Antonio dos Santos Jr.

ERMELINO MATARAZZO

INTRODUÇÃO

No dia 27 de Junho de 2009, das 9h00 às 17:00h., no CEU Jardim São Carlos à Rua Charear, 141 – Jardim São Carlos – foi realizada a Conferência Lúdica de Ermelino Matarazzo e no dia 2 de julho, no mesmo horário e local, foi realizada a Conferência Convencional. As conferências tiveram a participação de cerca de 260 pessoas, sendo 240 crianças e adolescentes e 20 adultos. O total de participantes ficou aquém do esperado.

No credenciamento os participantes receberam o material da conferência e seguiram para o café. Depois, todos se dirigiram ao auditório para a abertura da solenidade, aprovação do regimento interno e apresentações culturais, contando com a presença de representantes do poder público e da sociedade civil. Na Abertura da conferência convencional não houve composição da mesa. Mas em ambas foram realizadas as oficinas para discussão das propostas e escolha dos delegados, finalizando com a plenária para referendar os resultados.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

- Composição da Mesa

A abertura solene contou com a presença de um coordenador que chamou as os representantes para comporem a mesa.

- Subprefeito
- Diretora Regional de Educação da Penha
- Representante do CRAS- Ermelino Matarazzo
- Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente
- Coordenadora regional de saúde
- Representante do CMDCA
- Representante das Crianças e dos Adolescentes.

Antes do pronunciamento das pessoas da mesa, foi executado o hino nacional. Em seguida, todos fizeram uma breve saudação e destacaram a importância do evento.

- Regimento Interno

O regimento interno foi lido e aprovado sem apresentação de destaques. Em seguida foi realizado o ato de conferir 2007, com a leitura das propostas e a manifestação dos presentes quanto à efetivação ou não das propostas.

Ato de Conferir 2007: as propostas foram lidas por eixo temático e a maioria não foi efetivada. Apenas duas do eixo 2 foram efetivadas: “Distribuição de preservativos nas escolas” e “Acompanhamento nas unidades de saúde das mães e das filhas grávidas”

Foram parcialmente efetivadas:

Eixo 2 : “Trabalho de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas”.

Eixo 3: “Reforma nas escolas”; “Que as escolas estejam abertas para comunidade”.

Eixo 4: “Fazer nas escolas trabalho de conscientização diferenciada, mais focada na limpeza urbana.

EX: Não jogar lixo no chão, nos rios para que não provoque enchentes;” “Cobrar limpeza constante de donos de terrenos baldios para que não aja proliferação de ratos e outros bichos nocivos à saúde”: “A natureza de ser tratada com respeito, é importante que criemos mecanismos para a proteção. Criar leis contra a poluição, pois esta destrói a natureza e o nosso organismo”.

- Apresentação Cultural

Foram apresentadas danças de rua, capoeira e banda composta por crianças e adolescentes. As apresentações ocorreram na abertura e também antes da plenária final.

2 - OFICINAS

Os participantes foram distribuídos por eixos temáticos e por idade. Para cada eixo, houve dois grupos de discussão, um composto por crianças e outro, por adolescentes.

A oficina do eixo 1, trabalhou com adolescentes de 15 a 17 anos. Estes ficaram responsáveis por expressar, por meio de desenhos ou frases, as diferenças entre ricos e pobres, entre quem trabalha e não trabalha, entre quem tem casa e não tem casa, entre quem tem roupa e não tem roupa.

Os problemas levantados foram a discriminação racial, a repressão e a violência, como fatores de desigualdade entre os cidadãos (“ouço tiroteio todos os dias”).

A oficina que discutiu o eixo 2, não foi dividida em subgrupos. Todos os 20 participantes (de 12 a 15 anos) discutiram juntos e chegaram às propostas. As discussões se iniciaram com a pergunta se mudou muita coisa da última conferência em relação a agora. A resposta, unânime, foi *não*. Houve menção à falta de vagas no CEU, pois esse “é só da comunidade” em que ele está localizado. “Por que escolas não foram construídas?” “Porque somos favelados”. Houve, porém, menção ao fato de que não é apenas porque “somos favelados, que não temos direitos”. Oficineira perguntou quem poderia fazer algo pela comunidade. Maior parte dos participantes respondeu que o prefeito poderia fazer algo, mas “eles só debatem, debatem, e não fazem nada”. “A única coisa que fazem é destruir casa, para construir CDHU”.

As 23 crianças que participaram da oficina do eixo 3, com idades entre 7 e 9 anos, foram divididas em pequenos grupos para trabalharem a temática do eixo. Nos pequenos grupos elas responderam as perguntas feitas pelo oficinairos.

Devido ao fato das crianças estarem muito dispersas, a discussão pouco discorreu sobre o tema, ficando mais centrada em outras questões referentes ao cotidiano das crianças, como lazer, educação etc.

A oficina do eixo 4, com adolescentes de 15 a 17 anos trabalhou com metáfora de incêndios destruindo as escolas. “Por que incêndio (violação de direitos) continua a existir?” Uma das crianças apontou, em seu desenho, para a frase “Diga sim à construção da cidadania e à infância livre.” A oficinaira perguntou, então, o que, para ela, era infância livre? A resposta foi: - “Infância livre é ter escola e natureza. É ter direitos como todos os demais.”

Na oficina do eixo 5, os participantes foram divididos em 2 subgrupos, cada qual imaginando como seria uma cidade perfeita. Os grupos se expressaram por desenhos.

O subgrupo chegou à conclusão de que a cidade ideal é aquela construída coletivamente, não importando se está “torta ou não”. O subgrupo 2 fez referência a uma cidade com menos carros, com preservação da natureza, com menos crianças fumando e menos favelas. Após desenhos, subgrupos se uniram para discutir propostas de política pública para se atingir cidade perfeita.

3 - PLENÁRIA

Depois da apresentação cultural teve início a plenária. Os grupos apresentaram as propostas de cada eixo elaboradas nas oficinas para submeter ao plenário e todas foram aprovadas.

Os delegados 16 delegados e 9 suplentes escolhidos nos grupos foram apresentados e todos os nomes foram aprovados.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

Embora nas oficinas os grupos tenham apontado problemas, estes não foram redigidos e apresentados na plenária.

5- PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Centros de desenvolvimento voltados para crianças e adolescentes
- Mais CDHUs
- Trabalho e escolas para todos

- Saúde e educação dignas
 - Reforma e expansão dos equipamentos de lazer e transporte, tais como campo de futebol, parques e praças
 - Construção de Centros para Criança e Adolescente
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes
- Reforçar meios de denúncia a todo tipo de violência
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
- Conscientização da população

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Para a solenidade de abertura não houve composição de mesa. A supervisora do CRAS de Ermelino Matarazzo fez uma breve fala sobre a questão da criança e do adolescente na região.

- Regimento Interno

Na leitura da proposta de regimento interno Foi solicitada uma alteração no numero de votos necessários para mudar o regimento. Mudou de 30 (trinta) para 10 (dez) devido ao número de pessoas presentes (20).

Ato de conferir 2007: o Ato de conferir 2007 foi feito com a leitura das propostas por eixo, submetendo à plenária a efetivação ou não de cada proposta. De todas, apenas uma proposta do eixo 4 foi efetivada: “Criar leis que protejam a natureza e o nosso organismo da poluição.”

- Apresentação cultural

Um grupo de crianças da comunidade fez duas apresentações, uma de banda e dança e outra de capoeira. Terminadas essas apresentações, foi executado o Hino Nacional.

2 – OFICINAS

Nas oficinas o grupo de 20 pessoas foi dividido em 2 subgrupos, por eixos temáticos. Um grupo discutiu os eixos 1e 2 e o outro, os eixos 3 e 4. O eixo 5 foi discutido por todos os participantes.

O grupo que discutiu os eixos 1 e 2, levantou problemas quanto à necessidade de melhoria e aumento dos equipamentos sociais, educativos, de cultura, lazer e saúde. Apontaram também a necessidade de

trabalhar a participação restrita da comunidade na defesa dos direitos da criança e do adolescente e a falta de acesso e clareza do que é participação.

No grupo que discutiu os eixos 3 e 4 , uma das oficinas pediu que todos se apresentassem e dissessem sua ocupação. A seguir foram lidos os eixos temáticos em questão e proposto pela oficina a dinâmica do bombeiro; os participantes disseram onde era o incêndio (quais os problemas do bairro) e ela os escreveu em uma cartolina.

- Tráfico de drogas;
- Falta de creches;
- Falta de espaços de cultura e lazer;
- Violência doméstica;
- Falta de profissionalização;
- Ociosidade dos jovens;
- Gravidez na adolescência.

Em seguida esse grupo foi subdividido, ficando um com o eixo 3 e outro com o eixo 4.

No grupo que ficou com o eixo 3, durante todo o debate a oficina observou mais e fez poucas intervenções como: “porque ter creches é tão importante?” Uma das participantes colocou que a falta de creches é onde começa todo o problema, porque os pais têm que trabalhar e não têm onde deixar seus filhos que acabam ficando na rua, ou então a mãe deixa de trabalhar e a renda diminui “ hoje não dá só pra um só trabalhar ” . Outro participante diz que as creches conveniadas são uma ótima saída, mas outro participante disse que já trabalhou com educação, e que a burocracia é tão grande para se renovar um convênio de creche com a prefeitura, que às vezes ou a creche fecha ou os funcionários ficam 3 ou 4 meses sem receber.

Eles debateram sobre a importância da conferência e como ela é mal utilizada. Um dos rapazes falou com uma copia do ato de conferência de 2007 nas mãos como a maioria das coisas não aconteceram.

Outro ponto levantado foi a importância de centros de profissionalização, culturais e esportivos, para que as crianças não fiquem nas ruas no tempo livre. Alguns que existem na região não são divulgados.

Discutiram também sobre alguns projetos como Amigos Da Escola e Escola Aberta, que estão acabando.

O grupo do eixo 4 começou a discussão pela questão da violência: - “Violência é um caso de saúde?”. Existe pouca informação sobre como proceder em caso de violência; como conseguir com que as pessoas tenham consciência de seus direitos e como agir em caso de violência?

A questão do alcoolismo está muito ligada à violência, mecanismos de divulgação e reflexão da ligação álcool com violência como por exemplo a proibição da propaganda de bebidas, como foi a do cigarro.

Discutiram também sobre a questão do que fazer com as crianças e adolescentes nos horários que não estão na escola e a falta de limites, como educá-las : -“ você não pode dar uma bronca no seu filho que já “caem matando” . “O conselho tutelar é bom ou ruim?”

Após o almoço, com um grupo reduzido, os participantes escreveram suas propostas.

Na discussão do eixo 5, os grupos se reúnem novamente e apenas um oficinairo fez a mediação. Inicialmente ele pede que cada um se apresente e diga uma qualidade. Após a apresentação ele cita leis fundamentais como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Orgânica da Assistência Social e faz uma breve explicação sobre o SINASE, que, segundo ele, foi implantado, mas não funciona. Alguns participantes se colocam e logo após a o oficinairo se retira da discussão.

Os participantes começam a debater sobre vários assuntos como:

- A falta de articulação entre os mecanismos de defesa da criança e do adolescente. Disseram também que muitas vezes os conselhos tutelares não têm para onde encaminhar casos mais graves. Apontam para a situação do conselho tutelar de Ermelino Matarazzo, a precariedade de recursos materiais, falta de preparo dos conselheiros. Debatem também sobre a identificação dos conselheiros que “parece a da policia”.

-A falta de divulgação de cursos profissionalizantes. Um dos participantes informou que há um curso que está preste a fechar por falta de alunos.

-A falta de apoio psicológico para quem trabalha nas áreas sociais.

3 – PLENÁRIA

A plenária aconteceu logo após o fim da última oficina com todos sentados em círculo no palco. A aprovação das propostas começou pelo eixo 5. As propostas eram lidas e a coordenadora perguntava se todos concordavam. Após as propostas do eixo 5, cada grupo apresentou suas propostas e elas eram votadas da mesma forma.

Nenhuma proposta foi rejeitada e todas foram aprovadas. Após a aprovação houve a eleição dos delegados. No início surgiu uma dúvida com relação ao número de delegados, pois alguns participantes já haviam ido embora, mas ao final foram eleitos 2 (dois) delegados, 2 (dois) suplentes e 2 (dois) observadores.

A conferência terminou com todos cantando abraçados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Melhoria e aumento dos equipamentos sociais, educativos, de cultura, lazer e saúde.
- Melhoria na área de Saúde
- Geração de emprego e renda

- Falta de creches
- Falta de espaços de cultura e lazer, falta de profissionalização
- Violência doméstica
- Trabalhar a participação restrita da comunidade na defesa dos direitos da criança e do adolescente e a falta de acesso e clareza do que é participação.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Implementação de 2 CRAS em Ponte Rasa; 2 CRAS em Ermelino Matarazzo; 2 CJs profissionalizantes; 1 centro poliesportivo; 1 teatro municipal; 2 CEUs nas área de vulnerabilidade social de IPVS 5 e 6.
- Ampliação e reforma do CDM Ponte Rasa e Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo;
- Melhoria no atendimento na área da saúde, garantindo nas UBSs a presença de profissionais nas diversas especialidades;
- Criação de projetos que ajudem a população na geração de renda e trabalho, criados pela Subprefeitura em parceria com entidades sociais e privadas;
- Inserção de adolescentes em espaços de lazer, trabalho, saúde com criação de mais vagas nos CEUs, com contratação de mais funcionários e oficineiros e aumento das escolas da família;
- Atendimento à população pela secretaria de Habitação de Ermelino Matarazzo;
- Criação de mais vagas nas CEIs e menos burocracia para a implantação de creches conveniadas.
- Criação de centros culturais, esportivos e ampliação da oferta de cursos de profissionalização e efetivação de mecanismos de inserção no mercado.
- Resgate e aproveitamento dos espaços públicos (escolas, bibliotecas e etc.) para a implementação, acompanhamento e incentivo às atividades culturais, esportivas e profissionais.
- Expansão dos recursos culturais e esportivos da região e grande divulgação.
- Expansão, acesso e menos burocracia dos cursos profissionalizantes.
- Valorização dos educadores com capacitação para que eles tenham melhores condições de discutir os direitos das crianças e adolescentes

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes

- Implementação de unidades especializadas no tratamento da dependência química para crianças e adolescentes
- Criação de uma casa de apoio à família, vítima da violência doméstica e social;
- Criação de espaços de atendimento e apoio às famílias, com profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Direito.
- Criação de casa abrigo

- Criação de centro de referência à família com verba do FUMCAD.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Implantação, através do Fórum da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar da região, de comissões locais para promoção de debates dos desafios em relação à universalização dos direitos da criança e do adolescente em parceria com escolas e ONGs, que desenvolvem trabalho junto desses segmentos;
- Implantação da rede local priorizando a discussão dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- Participação do Fórum da criança e do adolescente nas reuniões da rede local;
- Participação de representantes das comissões locais nas reuniões da rede e no FDCA de Ermelino Matarazzo;
- Capacitação e formação dos conselheiros tutelares, em especial em relação às políticas de direitos das crianças e dos adolescentes;
- Promover envolvimento do Conselho Tutelar e do FDCA regional junto às escolas e ONGs que trabalham junto a esses na região.
- Apoio técnico e psicológico aos conselheiros.
- Criação de CRECA em Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa;
- Criação de fóruns permanentes para debatermos a problemática da região com a participação dos órgãos públicos da região, trabalhadores, entidades sociais, empresas, comunidade e eleição de uma comissão para continuidade do fórum;
- Fortalecimento do FDCA.
- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares
- Fortalecimento das ONGs, associações e mais divulgação das pré-conferências.
- Mais articulação entre os conselhos tutelares e outros serviços
- Reestruturação do conselho tutelar e capacitação dos profissionais

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Implantação dos grêmios estudantis

➤ Eixo V - Gestão da política

- Acompanhamento e avaliação da implementação do SUS.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Elisabete Aparecida Gualano da C. Cortes
Educação	Sandra Aparecida Fernandes Lira
Saúde	Sonia Basílio Gasquez
Subprefeitura	Vera Lucia Alves Dias Arnoni
Conselho Tutelar	Lédima Aparecida Silva Bispo Eloi Cerqueira Estrela
Fórum Municipal DCA	Adriana Barros Poveda Elisabete Izidoro Gonçalves

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Yasmim Carolina de Lima Gonçalves	Icaro Fabiano de Oliveira Mariano
Ana Paula Silva	Peterson Henrique Guimarães
Fabrcio Lima da Paz	Beatriz Reis de Oliveira
Bárbara Sales Caraciola	Felipe de Souza Silva
Paulo Henrique de Souza Paula	Ana Paula Ribeiro Tanam
Maraísa Santana Passos	Mariah Nicole Mendes Antunes
Thais Pereira Guarabiraba	Maria Eduarda de Andrade
Michael Santos Faria	Ana Paula Ribeiro Tanan
Wesley Anastácio da Silva	Giovana Tasmires de Paula
Vitória Xavier Ribeiro	Vitória Xavier Ribeiro
Roberto Luiz Nascimento de Farias Bonifácio	
Tamara Scarlet	
Alef Douglas de Carvalho Silva	
Mike Moraes da Silva	
Diego Armando Roseling	
Beatriz Dias de Souza	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Joanne Cristina Pedro	Maria de Lourdes Pelichek Alexandre
Adriana Barros Poveda	Edir Evaristo da Silva

FREGUESIA DO Ó/ BRASILÂNDIA

INTRODUÇÃO

No dia 16 de julho de 2009 das 8 às 17 horas, na Sociedade Rosas de Ouro, à rua Coronel Euclides Machado n° 1066, foi realizada a Conferência Lúdica. Participaram 240 crianças e adolescentes. A Conferência Convencional, realizada no mesmo local, ocorreu no dia 17 de julho, das 8 às 17 horas, contando com a participação de 60 adultos.

As conferências foram adiadas por duas vezes, a primeira pelo CMDCA, a segunda pela coordenação regional, por coincidir com a Conferência da Assistência Social. Acabaram por realizar-se já no período de férias, quando a mobilização foi mais difícil. Em decorrência disto o número de participantes, da Lúdica e da Convencional, ficou muito aquém do esperado. Foi destacada a ausência do poder público tanto na organização quanto no dia das conferências.

Os participantes da Conferência Lúdica eram majoritariamente dos CCAs, havendo a presença de apenas uma escola. Nas ONGs foram realizadas atividades preparatórias com as crianças e adolescentes.

No credenciamento os participantes receberam pastas com o regimento interno e documento contendo as propostas tiradas na Conferência de 2007.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A conferência teve início às 10 horas, com a composição da mesa. Foi executado o Hino Nacional e feita uma oração. Os trabalhos foram conduzidos pela coordenadora da comissão organizadora regional.

- Composição da mesa

Representante da Sociedade Rosas de Ouro – Anfitriã

Representante da subprefeitura

Representante da saúde

Representante da Diretoria Regional da Educação

Representante da educação – estadual

Vereador da Câmara Municipal de São Paulo – da região

Cada representante fez uma breve fala saudando os participantes, dizendo da importância do dia no processo de conquista de direitos. A representante da Sociedade Rosas de Ouro disse da satisfação de

sediar o evento e falou que a Sociedade desenvolve projetos sociais com crianças e adolescentes adultos e idosos. Destacou que nenhuma criança consegue se formar sem educação e lazer.

A coordenadora da comissão regional explicou o objetivo da conferência, a programação do dia, destacando a importância da participação das crianças e adolescentes para conferir o que está sendo feito para garantia dos DCA e o que precisa mudar.

- Regimento Interno

Uma adolescente foi chamada ao palco e fez a leitura do Regimento. Foi feito um esclarecimento com relação ao artigo 7º onde deveria constar, um delegado e um suplente a cada 15 participantes. A primeira parte da conferência terminou com a leitura das propostas tiradas na Conferência Lúdica de 2007.

- Apresentação Cultural

Na abertura houve a apresentação de três músicas pelo grupo de jovens da CAS Piedade. Antes de dar início à plenária foi feito um aquecimento com as crianças, onde ao som de música, um oficinairo fazia coreografias e as crianças repetiam.

2 - OFICINAS

Todas as oficinas foram realizadas no mesmo espaço, um salão onde a comissão regional havia organizado com divisórias de pano. Formaram-se 15 grupos, distribuídos por eixos e pelos temas: bonecos de papel, karatê, escritas e desenhos, cidadania com recortes, artes plásticas e corporais, fantoche, artes, releitura de obras de arte, bijuteria de papel, dobradura, grafite, música, garrafas com colagem, gravuras, pintura. No momento do credenciamento os conferencistas escolheram a oficina que gostariam de participar.

As oficinas deveriam realizar a avaliação das propostas da Conferência Lúdica de 2007, escolher um relator discutir os problemas e desafios identificados pelas crianças e adolescentes, discutir as propostas e preparar a apresentação das propostas selecionadas pelo grupo e eleger um delegado e um suplente.

O número de pessoas por grupo variou de 12 a 19 participantes, na maioria eram crianças de 9 a 14 anos, três grupos tiveram a predominância de adolescentes.

Os oficinairos utilizaram dinâmicas diferenciadas de aquecimento. Algumas oficinas se subdividiram em pequenos grupos. Em todos havia materiais pedagógicos como, papel para desenho e cartazes, tinta, lápis e canetas coloridas, massa de modelar, cola, revistas e jornais para colagem.

A maioria se valeu da atividade da oficina para introduzir as discussões. Quase todas utilizaram desenhos, colagens ou cartazes para identificar os problemas e desafios dos bairros. Na oficina de cidadania cada participante construiu um personagem com recorte de revista, utilizando para cada

parte do corpo recortes de figuras/fotos diferentes. Este trabalho serviu de mote para discussão da pluralidade de raça, classe social, desigualdades e demais questões apontadas no eixo 1. O grupo de música trabalhou com análise de letras musicais de conteúdo político e social; a oficina de releitura de obras de arte apresentou para os participantes três obras de arte relacionadas à temática da conferência, subdividiu o grupo em três e pediu que cada um criasse uma pintura com os temas discutidos, a partir da leitura de cada gravura. Na oficina de grafite, após breve explicação sobre a origem do grafite, foi pedido para cada participante expressar, no grafite, o que eles não gostavam no bairro que em que moram. No grupo de artes plásticas e corporais oicineiro aplicou vários jogos cooperativos. Em outra oficina foi pedido que cada subgrupo criasse um jogo, “o jogo da vida”, que mostrasse os problemas e as coisas boas do bairro. Durante uma caminhada iam aparecendo os obstáculos e as coisas boas até chegar ao final. As casas do jogo eram produtos dos desafios levantados, onde algumas diziam: “faltou professor na escola, volta 5 casas, conquistou um emprego, avança 10 casas, o posto de saúde está sem médico, faltou médico no hospital, você ganhou um carro, você roubou.

O espaço não favorecia a concentração das pessoas, em algumas oficinas os participantes cantavam, outras dançavam, outras realizavam jogos, todas no mesmo galpão. O barulho era muito grande. Mesmo assim, metade das oficinas conseguiu prender a atenção das crianças e dos adolescentes, a maioria dos grupos se envolveram nas atividades, respondia positivamente às dinâmicas propostas, opinava, discutia e propunha. Na outra metade havia dispersão, apatia, conversas paralelas e brincadeiras. Nos dois casos havia crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias.

Os principais problemas levantados durante a discussão nas oficinas foram: excesso de alunos na sala de aula, desrespeito dos professores com os alunos, “o professor ignora a pergunta do aluno”, desmotivação dos professores por causa dos alunos que ficam “xingando”, os professores faltam muito, os equipamentos de informática nas escolas estão quebrados e não tem acesso à internet, falta professor, falta vagas nas escolas, falta atividades culturais, má qualidade de ensino, falta segurança nas escolas, falta emprego, falta respeito no trânsito, falta espaço para esportes e moradias são precárias. Numa oficina, enquanto a maioria das crianças discutia direitos, conduzidas pelo icineiro, dois adolescentes compunham uma música:

“precisamos de direitos pra combater a desigualdade
e lutar pela verdade
precisamos de direitos pra acordar de tanta fantasia
e viver na realidade”

Levantou-se também: preconceito em relação aos negros e homossexuais e violência da polícia nestes casos, má qualidade de ensino, má qualidade de transporte, demora no atendimento, e filas de espera na saúde, atendimento precário nos hospitais, faltam postos de saúde, faltam profissionais, faltam equipamentos, profissionais pouco qualificados, os profissionais da saúde estão pouco qualificados para o atendimento de deficientes físicos, falta remédio nos postos de saúde, falta hospitais, os remédios são caros, falta ambulância, aparelhos na saúde, faltam equipamentos, ruas muito ruins,

pouca iluminação pública, desigualdade, centralização de poder, desrespeito, preconceito racial e sexual, corrupção, desvio de verba pública, violência. Principais propostas: melhor atendimento médico, mais áreas de lazer, cultura e esportes, melhoria das ruas, da iluminação pública, melhorar a sinalização nos bairros da periferia, edição do ECA em linguagem adequada para distribuição nas escolas e ONGs, aumento de segurança nas escolas, aumento da frota de ônibus, construção de hospitais e UBS, ampliação dos equipamentos nos hospitais, contratação de mais profissionais para saúde, melhoria do atendimento nos hospitais, reforma dos equipamentos públicos, reforço da implementação do ECA nas escolas, melhoria da merenda escolar, aumento de salário dos professores, qualificação dos professores, contratação de especialistas para atendimento aos deficientes físicos e mentais, aumento da distribuição de medicamentos, aumento do número de ambulâncias, qualificação contínua dos profissionais.

Ao final dos trabalhos, cada oficina procedeu à escolha de um delegado, e um suplente. Alguns participantes se auto indicaram e outros foram sugeridos pelo grupo.

3 - PLENÁRIA

Osicineiros e grupos, chamados um a um, apresentaram os resultados das oficinas através de cartazes com desenhos e colagens que expressavam o conteúdo das discussões. As propostas, escritas em papel Kraft, eram lidas. Ao término de cada apresentação os participantes davam uma salva de palmas. Entre um grupo e outro a mestre de cerimônias cantava trechos de músicas com conteúdos referentes à temática da conferência. A oficina de crianças, antes de expor seu trabalho, fez uma dança de roda. Não houve discussão e nem aprovação formal das propostas.

Ao término das apresentações todos os delegados foram chamados ao palco e aclamados pela plenária.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Não à desigualdade
- Mais local para diversão
- Falta de professor
- Equipamentos de informática quebrados e não tem internet em muitas escolas
- Falta de segurança nas escolas
- Falta postos de saúde e hospitais e os equipamentos não são suficientes
- Falta médicos
- Substituir os barracos de madeira
- Falta sinalização e iluminação pública nos bairros de periferia
- Violência

5 - PROPOSTAS

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Reforçar a implementação do ECA nas escolas
- Criação de áreas e centros de lazer e cultura com construção de praças e quadras poliesportivas. Utilização dos terrenos da Eletropaulo para campo de futebol
- Mais acesso a educação e qualidade no ensino
- Investir na qualificação de professores e na melhoria de seus salários
- Garantir o respeito do aluno para com o professor e do professor para com o aluno
- Garantir manutenção para os equipamentos de informática já existentes e criação de laboratórios de informática onde não houver
- Inserção de bibliotecas nas escolas
- Ampliar as atividades culturais nas escolas, como teatro, música, etc.
- Ampliar as atividades extraclasse e ter ensino de música nas escolas
- Aumentar as vagas nas escolas
- Diminuir o número de alunos por sala de aula para garantir maior qualidade de ensino
- Melhorar a merenda escolar
- Melhorar a infra estrutura das escolas e do seu entorno
- Investir em políticas públicas na área de educação ambiental, tais como: - Promover e incentivar a coleta seletiva de lixo, arborização nas escolas, etc.
- Aumentar a segurança nas escolas
- Construção de novos hospitais e UBS e equipar em quantidade suficiente os já existentes
- Contratação de mais profissionais na área da saúde, inclusive especialistas para atendimento de pessoas com deficiência física e mental
- Aumentar a distribuição de medicamentos
- Garantir a melhoria do atendimento na saúde
- Melhoria no transporte: aumentar a frota de ônibus e baixar a tarifas
- Melhorar as moradias
- Criar mais empregos
- Construir rampa de acesso nas ruas e nos equipamentos públicos, de modo a garantir a inclusão social dos deficientes físicos
- Reforma dos equipamentos públicos
- Melhorar a sinalização, a condição das ruas e calçadas e a iluminação pública dos bairros da periferia

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Menos violência

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Diminuir os impostos para melhorar a renda das famílias

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Após a apresentação musical a coordenadora da comissão regional, que conduziu o evento até a plenária final, chamou os membros para compor a mesa. Era 9h40m e foi executado o Hino Nacional e feita uma oração.

- Composição da Mesa

Representante da Sociedade Rosas de Ouro – Anfitriã

Representante do Conselho tutelar

Representante do CMDCA

Não houve representação do subprefeito e demais órgãos do poder público. A conselheira tutelar lamentou o baixo número de participantes, justificando-o pelo fato da conferência ter sido adiada duas vezes. A representante da Sociedade Rosas de Ouro falou sobre os trabalhos sociais que a escola de samba desenvolve com crianças, adolescentes, adultos e idosos. Um participante cobrou maior presença do CMDCA nas conferências regionais. Outro questionou a falta de divulgação nas escolas. A coordenadora explicou que a comissão que organiza a conferência na região é formada de representantes do poder público e da sociedade civil e que o poder público esteve ausente neste processo, destacando que a educação não se envolveu na preparação e na divulgação da conferência.

- Regimento Interno

Foi feita a leitura do regimento interno sem que houvesse o processo de aprovação. No regimento não constava o critério para eleger os delegados.

A diretora da DREM que havia chegado e a quem foi dada a palavra, foi cobrada por não haver cedido nenhuma escola. A mesma explica que a conferência precisa estar previamente agendada, pois se houver alguma programação extra curricular é preciso repor as aulas. Disse entre outras coisas que teria que colocar na educação a discussão sobre as conferências.

- Apresentação Cultural

No início da abertura houve a apresentação de três músicas pelo grupo de jovens da CAS Piedade. No encerramento ocorreu uma sessão de relaxamento, jogos e danças de roda.

2 - OFICINAS

As oficinas foram organizadas por eixos, distribuídos em 4 grupos. Os participantes escolheram aquelas em que gostariam de participar. Transcorreram num mesmo salão e tiveram a duração de 3 horas. Osicineiros eram da equipe de assessoria de metodologia contratada pelo CMDCA. A oficina que ficou com dois eixos se subdividiu em dois grupos, ficando cada um com um eixo e se apresentaram na plenária separadamente. A metodologia utilizada consistiu na apresentação inicial dos

participantes; na exposição, pelos oficinairos, sobre os eixos, com uma síntese do documento base. Alguns trouxeram temas/problemas já pré-elencados, em forma de cartaz. Os participantes levantavam os problemas. Muitas vezes os exemplos escritos no cartaz induziram as discussões. Após o levantamento dos problemas, alguns grupos se subdividiram em dois menores, cada um discutiu um tema e ao final voltaram ao grupo para sintetizar as discussões e propostas.

Na oficina do eixo 5, havia de um lado do cartaz as perguntas: A participação popular é contemplada na gestão política desta região? e Há clareza, transparência, publicização das informações que assegurem a participação da sociedade civil nesse processo? Do outro lado lia-se: -Descentralização político -administrativa; - Assegurar a participação da comunidade na formulação e controle dessa política; - Política de promoção: conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. A partir destas perguntas, a oficinaira ia levantando com o grupo os problemas e as razões da existência dos mesmos, anotava e ia compondo o cartaz. Este grupo não se dividiu.

Nos grupos 1 e 2, na primeira etapa foi utilizada a dinâmica do bombeiro para levantar problemas e depois as pessoas também se dividiram em dois grupos menores, cada um em torno de um tema, voltando ao grupo originário para selecionar as duas propostas.

Nos grupos que discutiram os eixos 3 e 4 a oficinaira havia solicitado que os participantes preenchessem um instrumental com duas propostas prioritárias, porém não havia como preencher o formulário apresentado, isso provocou uma discussão entre participantes e oficinairas. Finalmente foi observado que o formulário entregue ao grupo estava errado.

No final após os grupos terem feito as propostas, foi entregue outro instrumental , para avaliação das propostas de 2007. Os grupos deveriam escolher a melhor proposta da última conferência e dizer se ela fora efetivada ou não. Esta análise foi feita nos grupos, não tendo havido um momento comum de conferência com todos os participantes.

De modo geral houve muita participação e interesse, com exceção do grupo 5 em que havia pessoas que monopolizaram a fala. Houve a predominância de mulheres e chamou atenção a presença de adultos mais jovens. Os participantes demonstravam conhecimento dos problemas levantados e envolvimento com a questão da criança e do adolescente. Por mais de uma vez os conferencistas reclamaram a ausência das escolas, movimentos sociais e ONGs.

Os principais desafios e problemas levantados foram: necessidade de divulgação do ECA e de trato formal do ECA nas escolas, atendimento dos postos de saúde/ AMAS, preocupação em criar projetos que trabalhem a questão de uso de drogas e sexualidade, capacitação dos professores, discriminação com jovem em medida sócio educativa e com crianças com dislexia, dificuldade de mobilização das pessoas, desorganização da sociedade civil na cobrança e acompanhamento dos serviços públicos, problemas na estrutura familiar, ausência do poder público, uso de drogas com destaque para o álcool, capacitação dos profissionais da educação, incompetência e desinteresse dos governantes, maus tratos, trabalho infantil, brigas das crianças e adolescentes nas escolas e nas ONGs, conselho tutelar, falta de

participação dos jovens nas escolas, meio virtual, não há linguagem adequada nas informações do poder público. Muitas vezes os problemas e desafios não foram formulados como propostas.

As principais foram: maior divulgação do ECA e trato formal deste nas escolas, melhorar o atendimento nos postos de saúde, criação de projetos que tratem, esclarecida e preventivamente, sobre uso de drogas e sexualidade, capacitação dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes, criação e fortalecimento dos grêmios estudantis e criação de espaços para discussão entre grêmio e representantes do poder público, criação de espaços obrigatórios na subprefeitura para participação nos projetos de garantia de direitos, efetivação da intersetorialidade, criação de políticas públicas voltadas para tratamento, internação e desintoxicação de crianças e adolescentes, fortalecimento da rede de atendimento à criança e ao adolescente e criação da rede onde não existe, união forças com os professores, prestação de contas pela secretaria da educação aos conselhos de direitos e tutelar, aumento do número de vagas para cursos profissionalizantes.

No processo de escolha de delegados os candidatos se indicavam ou eram indicados pelo grupo. Houve dificuldade na escolha, pois as pessoas, em função de motivos vários, não se disponibilizavam.

3 - PLENÁRIA

A coordenadora da comissão convocava os grupos para exporem suas propostas através de cartazes e comentários sobre as discussões havidas. A participação na plenária foi boa, todos tiveram espaço para se manifestar e colocar suas posições.

O grupo que discutiu o eixo 3 se recusou a apresentar suas propostas que eram seis, porque, como já foi dito, o grupo se sentiu desrespeitado, um dos educadores disse que saia da conferência “sentindo-se vazio”.

O grupo do eixo 4 apresentou as propostas e escreveram uma carta de repúdio com a seguinte mensagem: “encontramos grandes dificuldades para preencher os instrumentais, uma vez que eles apresentaram-se confusos, além da má preparação dos responsáveis pelo seu esclarecimento”.

A plenária referendou os delegados eleitos e encerrou os trabalhos.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Melhorar o trabalho educativo dos educadores sociais
- Adolescentes que cumprem medida socioeducativa
- Drogas
- Saúde
- Maus tratos

- Falta de interesse do gestor; falta de credibilidade dos agentes políticos, falta de compromisso nas políticas públicas, falta de acompanhamento e pressão popular
- Dificuldade de mobilização popular por falta de clareza nas informações que as pessoas recebem (linguagem não adequada), descrédito nas instituições políticas, cultura paternalista, falta de espaço na grande mídia, falta de formação política

5 - PROPOSTAS

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Capacitar e sensibilizar os educadores para melhor qualificar o trabalho educacional realizado nas ONGs, escolas da comunidade, implantando primeiramente o estudo do ECA nas escolas municipais e estaduais e nas ONGs

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Melhor inserção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas através de projeto educativo, proposto pelo CMDCA, constando o atendimento nos Postos de Saúde da comunidade de Brasília para grupos de adolescentes, discutindo sobre drogas, sexualidade e outros temas pertinentes como prevenção
- Garantir por meio de políticas públicas cursos de formação acerca das questões de dialogação nas escolas e comunidades, bem como a extensão dos mesmos aos pais (como os cursos de PROED).
- Criação e efetivação de políticas voltadas para o tratamento, internação e desintoxicação de crianças e adolescentes

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Qualificar profissionais que atuem e atendam a questão dos maus tratos de crianças e adolescentes. Fiscalizar e supervisionar esses profissionais bem como o Conselho Tutelar, de modo que consigam comportar e atender plenamente as demandas que lhes são dirigidas
- Garantir que as conferências sejam realizadas no ano anterior ao do Plano Plurianual, conseqüentemente deixando de ser bianuais e passando a ser a cada quatro anos (a curto prazo)
- Criar mecanismos de articulação contínua entre os órgãos públicos (CMDCA e outros) e a sociedade (FRDCAs e outros) para avaliação, fiscalização e implantação do que foi proposto nas Conferências.
- Montar um projeto de parceria entre os fóruns regionais e as Secretarias da Educação (estadual e municipal) para definição e participação da formação de professores no assunto ECA.
- Criar eixos específicos que deverão ser supervisionados e definidos pelos fóruns e que apartir dessas definições, o CONANDA possa filtrar, porém, dentro das realidades regionais
- Garantir que haja sempre devolutivas das conferências para os fóruns e comissões

- Garantir que as Secretarias da Educação (estadual e municipal), no ano das conferências incluam e reservem no calendário curricular da região, em uma de suas escolas, dois dias para a realização das Conferências Regionais Lúdicas e Convencionais.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Criação e fortalecimento de grêmios estudantis, sendo usado espaço para discussão entre os grêmios e entre os grêmios e os representantes do poder público, criando espaços obrigatórios dentro das subprefeituras para participação dos adolescentes nos projetos de garantia de direitos, além da garantia de interlocução entre as Secretarias para efetivação dos DCAs com a participação do Conselho Tutelar

- Incentivar a articulação dos moradores e da comunidade para exercer o papel fiscalizador, formando as pessoas/cidadãos e levando à mobilização.

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Democratizar os meios de comunicação e passar informações sobre os problemas com mais clareza; utilizar os espaços públicos e comunitários.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Natalia Evangelista de Oliveira
Educação	Eliana de Figueiredo Lima
Saúde	Rita de Cássia Diógenes
Subprefeitura	
Conselho Tutelar	Claudia Cristina Lima Humberto Elker Previato Matias
Fórum Municipal DCA	José Ferreira de Magalhães Marcos José do Nascimento Hilda Carolina dos Santos Dulcinéia dos Santos Souza
Adolescente	Luiz Paulo da Silva Ferreira Nascimento Lucas Souza Santos Nere
Suplente	Amanda Barbosa da Silva

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Amanda Barbosa da Silva	Bruna Jéssica Oliveira F
Bruna Gaveno de Brit	Bruno Francisco de Souza
Daniela da Silva Ribeiro	Camila do Nascimento
Gabriele	Cleber de Jesus Gustaldo
Gislaine Dannibali Chagas	Cleison Santos
Jaqueline da Silva Santos	Elias Campos dos Santos
Jessica Karla da Silva	Guilherme Barbosa Peixoto
Jonathan Silva Oliveira	Izabella L. dos Santos
Keyson de Souza	Jean Lucas de Melo Marques
Leonardo Jerônimo	Jéssica Oliveira Silva
Lucas Silva	Natalia da Costa
Lucas Silva Nunes	Raissa Gregório da Silva
Lucas Souza Santos Meres	Rodrigo Cesar da Silva
Renata Grazielli Ferreira	Suelen Luiza Ferreira
Sávio Bruno da Silva Pereira	Tania de Cassia
Wesley Souza Felix	Washington Luiz de Lima

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Lúcia Martins Peixoto	Dulcinéia Dos Santos Souza
Leonardo Filipe Boddi	Ruth Raquel dos Reis Saravalli
Magda dos Santos	
Andréia Teixeira do Santos	
Hilda Carolina dos Santos	
Eliana Maria dos Santos Villarim	

GUAIANASES

INTRODUÇÃO

No dia 11 de Julho de 2009, das 8:00 às 17:00h foi realizado no CEU Jambeiro, à Av. das Flores do Jambeiro, 61, foi realizada a Conferência Lúdica com 239 crianças e adolescentes inscritos.

No mesmo local, no dia 16 de Julho de 2009, das 17:00h às 22:00h foi realizada a Conferência Convencional, com a participação de 130 adultos inscritos.

A subprefeitura de Guaianases, constituída pelos distritos de Lajeado e Guaianases realizou, neste ano, a sua IV Conferência Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Contudo, é a primeira vez que o faz separadamente de Lajeado.

Na Conferência Lúdica o credenciamento foi realizado em um salão anexo ao prédio do anfiteatro do CEU. Cada inscrito recebeu crachá e uma pasta com regimento interno, programação, Eca em quadrinhos e uma folha para avaliação do evento.

Após o café da manhã, todos se dirigiram ao anfiteatro onde teve início a solenidade de abertura, apresentações lúdicas e culturais, composição da mesa, leitura e aprovação do regimento interno.

Seguiram-se as atividades nas oficinas, apresentação de um filme e a plenária para apresentação e aprovação das propostas e dos delegados eleitos nos grupos.

Esta conferência contou com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados, Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco e da Microlins-Guaianases, que distribuiu vários cursos de informática para as crianças e adolescentes que foram sorteados durante o evento.

A Conferência Convencional contou com presença significativa de moradores da região, resultado de um trabalho prévio de convocação pela comissão organizadora.

Na abertura dos trabalhos foi entregue para todos os participantes uma pasta contendo: caneta, regimento interno, cópia das propostas apresentadas na última conferência (2007). – sistematização da IV conferência Lúdica de Guaianases - 2009 e a revista “Descolado” - o ECA em quadrinhos.

A apresentação e animação da conferência ficou a cargo de um representante do Conselho Tutelar de Guaianases. Na abertura houve uma apresentação teatral com internos da Fundação Casa que retratou a trajetória dos meninos pelos caminhos do delito chegando à instituição.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

Após execução do Hino Nacional, dois animadores fantasiados de palhaços, ficaram no palco fazendo brincadeiras envolvendo a platéia. Houve muita participação das crianças e também dos adultos que aceitavam subir ao palco quando chamados pelos animadores. Logo depois, o mestre de cerimônias falou sobre a importância e o significado da conferência e deu início aos trabalhos, pedindo a todos os participantes que não deixassem de responder ao questionário de avaliação para entregar no final do dia.

• Composição da mesa

Foram chamados para compor a mesa:

- Uma criança
- Dois adolescentes
- Representante do subprefeito de Guaianases
- Representante da Coordenadoria Regional de Assistência Social
- Representante da Diretoria Regional de Educação de Guaianases
- Representante do Fórum Regional DCA de Guaianases
- Representante do Conselho Tutelar

Os representantes fizeram uma breve intervenção incentivando os participantes a falar sobre o que precisa ser mudado em todas as áreas para garantir lazer, cultura, saúde e educação. Foi lembrado que o ECA estava completando 19 anos e que os Conselhos Tutelares estão nas regiões para defender os direitos das crianças e dos adolescentes. Foi lembrado também que, cuidar de crianças e adolescentes para que sejam futuros cidadãos que estarão trabalhando na área de saúde, educação, exige muita organização.

• Regimento interno

Feita a leitura do Regimento Interno, que era de uma página 11 artigos 11, escritos em linguagem muito simples, houve apenas um destaque no artigo 3º, sobre os organizadores desta conferência, substituindo Coordenadoria Regional de Assistência Social, por Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

• Apresentação Cultural

Foi anunciada a exibição de um filme antes do início das oficinas, o que não aconteceu naquele horário, por conta de um problema técnico. O filme foi exibido um pouco antes do início da plenária. No início da plenária, uma adolescente interpretou duas canções.

2 - OFICINAS

Foram formados 9 grupos de crianças e de adolescentes cada um com uma cor de crachá. Os oficinairos, que eram da comunidade, foram apresentados no palco e à medida que um grupo era chamado pela cor, todos acompanhavam o respectivo oficinairo para a sala. O número de participantes das oficinas variava de 16 a 24 pessoas, sendo que em quase todos os grupos, havia mais meninas do que meninos.

As oficinas foram realizadas nas salas de aula do CEU, o que tornou a atividade mais confortável porque não havia interferência de ruído. Em todos os grupos, os oficinairos tinham uma folha contendo itens das propostas de 2007, para fazer a conferência, atividade que em algumas salas foi realizada no início da oficina e em outras, no decorrer dos trabalhos.

Em todas as salas havia no chão, o jogo da amarelinha feito com fita crepe. Nas salas das crianças, o jogo foi usado mesmo como atividade lúdica, em que as crianças que sabiam pular a amarelinha queriam participar. Em seguida, a oficina explicava o que teriam que fazer: conferir as propostas de 2007, ver o que está faltando, fazer propostas para 2009 e eleger delegados. Explicava também que delegado é o representante do grupo e que vai falar por todos.

No ato de conferir, as propostas foram divididas para que cada sala conferisse apenas algumas e se dedicasse à discussão das propostas a serem apresentadas neste ano.

Em uma das oficinas dos adolescentes, o desenho da amarelinha serviu para o oficinairo distribuir os participantes colocando-os nas células de diferentes números e assim, aleatoriamente, formar subgrupos para discussão de temas diferentes e elaboração de propostas.

Nos grupos de crianças, a idéia de céu e inferno foi bem usada, facilitando a participação, ao perguntar, por exemplo, que sentimentos lhes lembrava o céu e o inferno. As respostas eram claramente a oposição entre o bem e o mal: Deus, Jesus, Pai, nuvem, sol, coisas boas, de um lado e de outro, morte, diabo, cão, satanás, água fervente, sentimentos ruins. Transpondo isto para outras situações, as crianças distinguiam o que para elas era o céu e o inferno na TV, na saúde, na escola, na família, no trânsito e no transporte público, permitindo identificar o que valorizam e o que detestam. O desenho e a novela se contrapõem ao filme de terror e ao telejornal.

Na escola, gostam da professora e da atividade de educação física mas ter notas baixas é o inferno. Na família, adoram a mãe e o pai, mas detestam as brigas. No transporte público gostam de ter lugar para sentar e detestam ônibus cheio e no trânsito, adoram andar de carro, passear; mas acidentes, poluição, barulho, representam o inferno.

Com base nas discussões foram mencionados os problemas que representam violações de direitos e do conjunto elencado em um dos grupos, “ter família, moradia e trabalho” foi escolhido como prioridade. As propostas surgiam como forma de resolver os problemas apontados.

Nas salas dos adolescentes, depois do ato de conferir, oicineiro lançava uma questão para que os participantes começassem a levantar problemas do dia a dia no bairro. E a cada problema que um apontava outros eram lembrados por associação de idéias e muitas vezes o icineiro interferia lembrando que já existe determinada lei, determinada medida, porém não há fiscalização, controle e cobrança da comunidade.

“Nós temos que nos cobrar antes de cobrar dos outros”, foi uma frase mencionada no grupo, no sentido de que todos sabem criticar mas se acomodam e não tomam nenhuma iniciativa.

Dentre os problemas levantados, estavam os seguintes: pessoas que fumam em estabelecimentos fechados, o que é falta de respeito; som alto na vizinhança (forrós, funk) perturbando o sono dos moradores; trânsito, falta de planejamento da cidade, entre outros.

O grupo se dividiu em 3 para discutir os problemas e apresentar as propostas, colocando-as num cartaz para ser apresentado na plenária.

Em outro grupo, foram discutidas as questões de violência contra a criança, falta de lazer, cultura, creche; falta de segurança e escolas destruídas. A dinâmica de pensar em 10 passos para resolver os problemas apontados, funciona de forma diferente entre grupos de crianças e de adolescentes. Embora todos os grupos saibam apontar os problemas, os adolescentes é que apresentam propostas mais elaboradas, como por exemplo:

- melhorar o atendimento da saúde pública;
- ampliação de hospitais, mais médicos e mais eficientes;
- melhorar o ensino das escolas inclusive a organização;
- ter mais hospitais públicos em bom estado;
- melhorar as políticas públicas em relação às drogas;
- oferecer melhorias aos portadores de deficiências
- mais atenção do poder público para os jovens;
- o povo deve ter voz ativa;
- melhorar a qualidade e organizar os transportes públicos;
- melhorar a segurança nos bairros e nas escolas;
- saneamento básico de qualidade;
- ter mais parques na região e casas de cultura;
- ativar telecentros colocando novos equipamentos;
- ter shopping na região para não ter que ir para shopping que fica muito longe.

Essas propostas apareceram depois das respostas à questão: como está a comunidade, o bairro em que você mora? A resposta é um elenco de faltas. Falta lazer, falta policiamento, falta médico, etc.

As oficinas foram realizadas em dois períodos: antes e depois do almoço, quando os grupos fecharam as propostas e elegeram os respectivos delegados. Nenhuma oficina fez as discussões com base nos eixos temáticos, mas a partir dos problemas levantados pelos grupos.

3 - PLENÁRIA

Antes de iniciar a plenária, foi exibido o filme que estava programado para o período da manhã, antecedendo as oficinas. A Microlins-Guaianases, empresa que ofereceu apoio à realização da Conferência, ofereceu algumas vagas gratuitas para um curso de informática a cerca de 20 crianças e adolescentes que foram sorteadas durante a plenária.

Os grupos das oficinas eram chamados para apresentar as propostas e os delegados eleitos faziam a apresentação. Ao final de cada apresentação, as propostas eram aprovadas pela plenária. Os resultados do ato de conferir realizado nas oficinas não foram divulgados e ficaram registrados nas folhas que estavam com os oficineiros.

As propostas versaram sobre saúde, segurança, educação, violência, combate às drogas e à pedofilia, saneamento básico e as carências na área de lazer, cultura, esporte, trabalho e moradia.

Ao final da apresentação e aprovação das propostas, foi informado que a Comissão Regional faria uma sistematização das propostas dos jovens que seria levada para a conferência dos adultos.

Antes do encerramento da conferência, foi solicitado a todos que depositassem numa urna, as avaliações da conferência.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Lazer nas comunidades, mais parques
- Atendimento com qualidade nos hospitais públicos
- Iluminação e asfalto nos bairros
- Qualidade do ensino, falta de projeto educacional
- Políticas públicas referente a drogas
- Violência contra a criança e o adolescente
- Combate à pedofilia
- Falta de telecentros
- Espaços para a cultura
- Saneamento básico de qualidade
- Transporte público de qualidade e organizado
- Melhorar a política de emprego
- Moradia para população de baixa renda
- Acabar com o preconceito
- Segurança nas ruas
- Reforma das escolas
- Direitos iguais a todos

- O povo ter voz ativa, colaborar e cobrar direitos
- Espaços para esporte, capoeira.
- Shopping no bairro
- Parques e casas de cultura na região

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Construção de praças, calçadas pavimentadas para cadeirantes
- CCAs (Centro para Crianças e Adolescentes), CJ (Centro da Juventude), Centro educacional especializado para crianças especiais; Cursos profissionalizantes para adolescentes.
- Moradia popular com preço acessível de acordo com a renda familiar.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Formação, para entendimento pleno sobre abuso sexual contra criança e adolescente, para que saibam quando estão sendo abusadas. (Formação para todos os adultos, crianças e adolescentes da região)
- Implantação do Programa Ação Família com aumento de recursos para melhor atender as famílias CAPs Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Droga e Centro de Atendimento Psicossocial Infantil

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Capacitação e formação para entendimento pleno do ECA, para diretores, professores, coordenadores pedagógicos, inspetores de aluno, delegados, policiais, médicos, enfermeiros, assistente social, dentista, atendentes e todos os que trabalham direta ou indiretamente com crianças e adolescentes.
- Melhor atendimento dos profissionais da área de saúde.
- Melhor atendimento dos policiais com relação a crianças e adolescentes.

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Mais computadores e acesso à internet nas escolas
- Aumentar o número de telecentros com profissionais capacitados.

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Melhor gestão da verba destinada à criança e ao adolescente e transparência do orçamento regional
- Prestação de contas anuais do subprefeito, com divulgação prévia de local, dia e horário.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A apresentação e animação da conferência ficou a cargo de um representante do Conselho Tutelar de Guaianases, que após o canto do Hino Nacional chamou os representantes para compor a mesa de abertura.

- Composição da mesa

A mesa foi formada pelo Subprefeito de Guaianases, Representante do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente, Representante da Coordenadoria Regional de Assistência Social, Representante da Diretoria Regional de Educação de Guaianases e um vereador representando a Comissão da Criança e do Adolescente do Legislativo Municipal.

- Regimento interno

Não houve alteração na proposta de regimento interno apresentada.

- Apresentação cultural

Houve uma apresentação teatral – Caminho e Descaminho - com o grupo teatral de internos da Fundação Casa, que retratou a trajetória dos meninos pelos caminhos do delito chegando à instituição.

2 - OFICINAS

Tendo ocorrido no período noturno, a Conferência Convencional de Guaianases pode contar com grande número de participantes da comunidade, sendo a maior parte mulheres.

A discussão nas oficinas foi feita por eixos temáticos e cada grupo foi orientado a tirar duas propostas: uma para o Bairro e outra para o município. Vários desafios foram citados e muitas propostas sugeridas pelos participantes.

Na discussão do Eixo I foi lançada a questão: como vamos garantir a efetivação da promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades?

Inicialmente foram colocados os problemas para a efetivação dos direitos nas áreas da educação, saúde e integração das políticas públicas:

- os professores não estão preparados para a dupla tarefa de educar e orientar. A família não tem estrutura. A escola tem que estar mais preparada.
- falta articulação dos gestores das entidades para melhor aproveitamento das ações.

Para a resolução dos problemas foram levantadas propostas:

- Criar uma rede de proteção com profissionais com formação interdisciplinar (assistência social + saúde + educação). Foi citado o exemplo do Jd. Soares onde foi feita parceria entre o Centro de Saúde,

escola e Conselho tutelar. Os médicos vão até as escolas e os dentistas fazem o acompanhamento de perto dos alunos.

- Aumentar o número de conselheiros tutelares e ampliar a atuação do conselho provendo os recursos necessários para o atendimento.
- Implementar o ensino de qualidade com parceria e trabalhos intersetoriais (capacitação, instalações adequadas das escolas, criação ou ampliação das equipes de apoio em sala de aula, redução do número de alunos por sala de aula).
- Criar o Serviço Psicosocial para jovens e adolescentes.

Nos grupos que discutiram os Eixos II e III foram levantados vários problemas pelos participantes:

- Falta de escolas e vagas perto das casas das crianças e adolescentes, falta de estrutura para os abrigos, falta de CRAS para atendimento da população: “tem um CRAS para atender trezentas mil pessoas, tem que ter no mínimo seis, o CRAS é a porta de entrada da para as políticas da assistência social” e ainda, falta de conhecimento do ECA.

As propostas indicaram a necessidade de ampliação e fortalecimento dos CRAS, criação de CCAs, implantação dos CREAS, com divulgação para a população. Foi reforçada também a necessidade de cumprimento de todas as propostas 2007 e das propostas da conferência lúdica de 2009.

Na discussão do Eixo IV foram apontadas como questões importantes a falta de espaço para crianças e adolescentes interagirem, a falta de investimento em cultura, na arte e na educação diferenciada com a participação da comunidade. Foi mencionada também a importância de ouvir o que as crianças têm a dizer: “muitas vezes as crianças falam para os educadores o que está acontecendo dentro de sua casa e eles não dão a mínima importância e com isso acontece coisas piores”.

Nas propostas o grupo não se restringiu ao tema da discussão, mas apresentou um conjunto amplo envolvendo os outros eixos:

- Ampliar e fortalecer o número de CRAS E CJ (centro da juventude) na região de Guaianases;
- Capacitar educadores e professores a respeito da violência doméstica
- Ampliar os cursos profissionalizantes para adolescentes e os CAPS álcool e drogas
- Implementar o ensino de qualidade com parceira
- Criar o serviço psicosocial para adolescentes
- Ampliar o atendimento do Conselho Tutelar;
- Garantir que seja feita a prestação de contas de recursos aplicados pelo Poder Público tanto no nível regional quanto no municipal
- Garantir o cumprimento das propostas das conferências de 2007 e de 2009 pelo poder público
- Ampliar a discussão do tema crianças e adolescentes em outros lugares junto como poder público e ter discussões mais frequentes não só de dois e dois anos, para fortalecer o processo de cidadania.

No grupo V a discussão foi iniciada com o levantamento das carências da região: falta de cursos profissionalizantes, falta de capacitação para os educadores em lidar com problemas relacionados à

violência doméstica contra crianças e adolescentes, falta de educação especial para crianças especiais, falta de creches com horários flexíveis para mães que trabalham.

Em relação às propostas o grupo decidiu enviar apenas uma para a plenária, referente ao orçamento, pois, segundo os participantes o orçamento seria a base para efetivação das propostas encaminhadas, inclusive pelas outras oficinas: Inserir no plano de metas da subprefeitura e na dotação orçamentária os equipamentos sociais, bem como garantir no espaço público que seja feita a prestação de contas dos recursos municipais destinados a estes programas.

3 – PLENÁRIA

Na plenária foram reunidos os grupos das oficinas que foram chamados pelo mestre de cerimônias (Conselheiro tutelar) para a apresentação e votação das propostas. Em seguida foram eleitos os delegados e encerrada a conferência, às 22h30.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de escolas e vagas perto das casas das crianças e adolescentes
- Falta de estrutura para os abrigos
- Falta de CRAS para atendimento da população
- Falta de cursos profissionalizantes
- Falta de capacitação para os educadores em lidar com problemas relacionados à violência doméstica contra crianças e adolescentes
- Falta de educação especial para crianças especiais
- Falta de creches com horários flexíveis para mães que trabalham.
- Falta de conselheiros tutelares
- Necessidade de formação de Rede de proteção com profissionais com formação interdisciplinar e trabalho intersetorial
- Efetivação das propostas das conferências de DCA de 2007 e 2009
- Necessidade de Prestação de contas para a sociedade civil da aplicação dos recursos públicos investidos na área social

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Fortalecimento do Conselho Tutelar com infra-estrutura adequada para melhor atender (Computadores novos em rede com a internet, impressoras, aparelhos de Xerox, aparelhos de fax, telefone sem fio, sede com sala individual, sistema de informação atualizado e completo, funcionários capacitados, 2 carros utilitários, materiais de divulgação do ECA para público diversificado) e capacitação dos conselheiros tutelares em diversas especialidades da garantia de direitos.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Criação de CCAs (Centro para Crianças e Adolescentes), CJ (Centro da Juventude), Centro educacional especializado para crianças especiais, cursos profissionalizantes para adolescentes, Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Droga e Centro de Atendimento Psicossocial Infantil.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Ciclos de encontros mensais entre Conselho Tutelar, Supervisão de Saúde, Diretoria Regional de Educação, Centro de Referência da Assistência Social, Segurança Pública, Vara da Infância e Juventude, Forum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Escolas e entidades de atendimento como agentes participativos para a educação de cidadania.

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Garantir espaço público de prestação de contas com planilhas detalhadas de recursos aplicados e transparência de recursos a serem aplicados.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Eliana Irena do Nascimento Menezes
Educação	Nadir Aparecida Costa
Saúde	Rosemary Apsrecida Tevês Malheiros
Subprefeitura	Décio Yoshikaso Hatakeiama
Conselho Tutelar	Marcelo Nascimento Daniel Moraes Crepaldi
Fórum Municipal DCA	Katiele Cristiane Felipe Edson F. Santana Genauria C. Faria
Suplente	Marivanda Fernandes Silva
Adolescente	Tainara Izidoro Sena Viviane Rodrigues Irva
Suplente	Talita Mauricio da Rocha

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Gustavo Souza Matos Reverson Rafael de Oliveira Estephany Gaspar Vinnicius ndr� de Lima Oliveira Lucas Marcelo Ricardo P. da Silva Stephani Rodrigues Soares Rodrigo Souza Bruna Sevelhana Rodrigues Silva Bruna Alves da Costa Adriani Aparecida Silverio Lucas Donato dos Santos	Pedro Santos Queirz Kethellen Camila Souza Lemos Mirian Andrade Nascimento Erika Maria da Silva Oliveira Vanderlei dos Santos Ferreira Luiza dos Santos Felipe Mantovani Maria Karolayne Izidoro Sena Gislaine Wellen Santos Souza

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTES	
Flavia Cândida dos Santos Andréia Débora Pereira dos Reis Elza Ribeiro de Oliveira Francilene Gomes Fernandes Juscelino Teixeira de Lopes Maria Ribeiro Lopes Elayne Santos de Oliveira Sonia Pereira dos Santos Maria Cypriano Carla Aparecida de Carvalho Marivanda Fernandes Silva Katielle Felipe Moreira Celso de Melo Leite Nadir Aparecida Costa de Godoi	Julio César de Andrade Noemi Nunes do Santos Antonio Tomaz da Silva Olívia Manoela Burgo Eliana Lopes Valneide Maria Ferreira Lima Cleotina Mariano de Paula Genaura Carlos de Faria Regina Fabricio Martins Marcelo Nascimento Daniel Moraes Crepaldi Antonio Rodrigues do Nascimento Marinalda Concei�o Santos Marcio Luis Marques

IPIRANGA

INTRODUÇÃO

A região do Ipiranga realizou a Conferência dos Diretos da Criança e do Adolescente, tanto a lúdica como a convencional, no dia 11 de julho de 2009, das 8 as 17 horas, na Universidade São Marcos à rua Padre Marchetti 235, contando com aproximadamente 350 participantes, sendo aproximadamente 250 crianças e adolescentes e 100 adultos.

Na região há um envolvimento e uma participação bastante grande da sociedade civil em relação às questões dos DCA, principalmente por meio da participação no Fórum regional. A Conferência Regional deste ano foi precedida por uma discussão nos núcleos, com os jovens e os pais, com o objetivo de amadurecer a reflexão sobre os temas da conferência. Existe na região um projeto de constituir comissões em diferentes locais, que comecem a se reunir um ano antes, para preparar das conferências. Os participantes já viriam como delegados dos distritos.

Para esta conferência foi confeccionado um cartaz e camisetas para a comissão organizadora onde foi impresso um desenho de uma criança da região.

No momento do credenciamento os conferencistas receberam pastas com a programação do dia, regimento interno, lápis, papel e caneta.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A Conferência iniciou por volta das 10:30 horas. Este atraso resultou da espera de seis ônibus, que deveriam trazer as crianças e adolescentes, porém parte dos ônibus não foi buscá-las nas escolas. Acrescente-se ainda a chuva contínua que dificultou o deslocamento deles por outro meio. Todos assistiram a um clipe, feito a partir do texto “Os direitos da criança e do adolescente” de Ruth Rocha e em seguida a um trecho de reportagens de dois telejornais, sobre uma criança de oito anos que foi baleada, por policiais militares, dentro da favela de Heliópolis.

- Composição da Mesa

Após a apresentação da reportagem, o mestre de cerimônias chamou os membros da mesa: o subprefeito, uma representante do conselho tutelar, uma adolescente da Escola Visconde de Itauna, um representante do CRECA Ipiranga, um representante da UNAS, a coordenadora do CRAS Ipiranga, uma representante da diretoria regional de educação do Ipiranga e uma representante da comissão regional organizadora da conferência. Cada um deles fez uma pequena fala em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. O Subprefeito começou sua fala agradecendo a Faculdade São Marcos por

ter cedido o espaço e que este fato será o início de futuras parcerias. Ressaltou a importância do evento, agradeceu à comissão organizadora e se dirigiu às crianças e aos adolescentes: “você tem sonhos e hoje terão a oportunidade de começar a realizá-los”. O representante da UNAS foi bastante aplaudido pela plateia. Expressou no palco o modo violento como os policiais entram em Heliópolis, além de exigirem dinheiro dos jovens locais. A adolescente Gabriele fala: “este é o momento para questionar o que está acontecendo hoje para que, no futuro, quando nós formos adultos isto não aconteça”. Foi colocado também que as conferências de DCA deveriam fazer parte do calendário do município e ser prevista no orçamento verba para sua organização e realização.

Em seguida foi executado o Hino nacional.

Dado o adiantado da hora a comissão organizadora decidiu não conferir as propostas da conferência de 2007. A leitura e aprovação do regimento interno e as oficinas só aconteceram na parte da tarde.

Uma banda de rap encerrou os trabalhos do período da manhã .

- Regimento interno.

Após o almoço foi feita a leitura, discussão e aprovação do regimento Interno.

Foram discutidos e alterados os capítulos os capítulos: III VI, VII, VIII e suprimido o capítulo XV. O credenciamento foi prolongado até as 14 horas. As moções poderão ser apresentadas até as 16:00 horas e serão votadas na plenária. A ordem de funcionamento foi invertida; primeiro fizeram a sessão de abertura e depois a leitura do regimento interno.

- Apresentações Culturais

No encerramento da abertura do evento, a banda “Lata na Favela”, composta por adolescentes de Heliópolis, fez uma apresentação com a banda de rap “Avante Coletivo”. As letras falavam sobre o direito das crianças e adolescentes. O coordenador deste projeto cantou algumas músicas, e apontou que em junho de 2009 a Comunidade Heliópolis realizou a “Passeata pela Paz”, mas não foi divulgada pela mídia, apenas a violência é tema da favela para a mídia.

Outros músicos se apresentaram, especialmente cantando ‘rap’. As bandas fizeram o auditório levantar e dançar bastante.

Enquanto aguardava o início da plenária, alguns jovens fizeram apresentações de hip hop no palco, cantando e dançando.

2 - OFICINAS

2.1 - LÚDICA

As oficinas foram organizadas, inicialmente, em oito grupos, conforme programação distribuída no credenciamento, momento em que os participantes faziam a opção pela oficina que gostariam de participar, de acordo com os temas: esporte e lazer; saúde; educação; meio ambiente; minha família, meu bairro e a minha casa; trabalho, emprego e renda; maioridade penal violência e drogas. No entanto, em razão do atraso dos ônibus e das crianças que não conseguiram chegar formaram-se 4 grupos, distribuídos pelos eixos do CONANDA, sendo que um deles ficou responsável pela discussão de dois eixos. As oficinas foram realizadas nas salas de aula cedidas pela faculdade. O número de pessoas por grupo variou de 15 a 33 pessoas, de ambos os sexos, com leve predomínio de meninas. A maior parte era adolescente na faixa de 11 a 15 anos, sendo bem pequeno o número de crianças abaixo de 10 anos. A grande maioria procedia do bairro de Heliópolis, dos CJs, CCAs, CRECAS, escolas municipais, dentre outras instituições. Havia mais de umicineiro por grupo, alguns vindos pela equipe de assessoria de metodologia e outros da própria região, estes tinham um envolvimento grande com as crianças e os movimentos da área e com a temática da conferência.

Três oficinas utilizaram a mesma técnica para aquecimento do grupo, osicineiros introduziram a bexiga como elemento lúdico para atrair e descontraír os participantes. A partir desta aproximação foram formados pares de crianças e cada uma apresentava para os demais o seu par.

O desenvolvimento das oficinas seguiu uma orientação comum:

- grupo define uma situação para discutir o eixo em questão;
- grupo aponta os 5 motivos que contribuem para existência do problema;
- grupo aponta quem pode ajudar a resolver esse problema;
- grupo propõe ações/medidas para serem desenvolvidas em 10 anos.

Algunsicineiros iniciaram as atividades da oficina pela discussão do conteúdo do eixo, através de perguntas e respostas que instigavam a reflexão do grupo, seguindo com a mesma dinâmica até a discussão das propostas. Outros formaram subgrupos e entregaram o instrumental para os participantes responderem, identificando problemas.

Em outro grupo foram feitas várias abordagens do tema peloicineiro apontando o preconceito na família e na comunidade; o direito de brincar e estudar dentro de casa e não ter a casa apenas para dormir; a violência do policial ao invadir as casas; o direito de por e tirar o prefeito, e por final foi mencionado que se criasse um conjunto de ações que garantisse os direitos relativos à moradia, ao lazer, à saúde, à educação (para quem ainda não estudou).

Numa das salas os principais temas abordados pelos adolescentes foram: CRECA e Educação. No caso do CRECA foram apontadas as baixas condições de atendimento do abrigo, a insuficiência de banheiros e de quartos insuficientes para o número de usuários. Outro ponto, abordado por um jovem e

uma jovem, refere-se ao preconceito que existe em relação às crianças do CRECA. Disse a garota afro-descendente, que “a escola pública não aceita criança do CRECA”. Já o jovem comentou que enviou mais de 50 currículos, e não foi chamado por nenhuma das empresas. Acredita, que seja por ser usuário do CRECA, pois sente o preconceito das pessoas.

Um tema recorrente nas oficinas diz respeito à escola, disse uma adolescente: “não entendo o que a professora ensina”. Outro aluno apontou que alguns professores transferem a “chateação” em relação aos alunos indisciplinados para os demais alunos, outros comentaram a falta de preparo dos professores. Referindo-se ao desrespeito dos professores, outro adolescente fala, “violação de direito é quando o meu professor diz que eu não vou ser ninguém, ele está violando o meu direito porque ele não está lá para me julgar” e outro completa, “quando o professor ofende está violando os direitos... se ele me chama de marginal então...” Além disso, os alunos se queixaram da falta da disciplina de inglês desde a 5ª. série, como acontece nas escolas particulares, nas públicas a disciplina é oferecida só a partir da 8ª. série. Acreditam os alunos que devem aprender inglês mais cedo, tanto para a comunicação via internet como para o preparo para o mercado de trabalho. Outro tema abordado em todas as oficinas, de diferentes formas foi o preconceito e a discriminação.

De modo geral, no decorrer das oficinas as crianças e adolescentes participavam quando eram abordados, e em alguns momentos tomavam a iniciativa para se expressarem, mas isto não era freqüente. Numa das salas, as conversas e brincadeiras, foram mais difíceis de ser contornadas pelosicineiros, havendo necessidade de chamar um educador do CRECA para contê-las. Em outra os adolescentes tiveram uma participação mais ativa, se envolvendo nas questões, trazendo problemas e dificuldades vividas no bairro.

As principais propostas foram: mais segurança, ter mais respeito e educação, ter mais formação de professores, ter mais formação de policiais, tirar o preconceito dos professores, ter material escolar para aqueles que não tem recursos, mais conselhos tutelares, mais lazer e esporte, direito de ir e vir, mais recursos para saúde, educação e segurança, usar linguagem mais adequada à criança, melhorar os CRECAS, melhorar as escolas públicas, qualificar os professores, implementar o fórum regional da juventude, abrir escolas nos finais de semana.

Em algumas oficinas, a escolha do delegado teve maior participação, oicineiro colocava os nomes indicados na lousa e então eram votados um a um. Cada grupo elegeu um delegado e um suplente.

2.2 - CONVENCIONAL

As oficinas foram organizadas pelos eixos do CONANDA, formaram-se 5 grupos de 10 a 24 participantes que foram distribuídos em salas separadas, a maioria das pessoas eram mulheres. Os participantes eram na sua maioria professores, participantes de ONGs, e do movimento social, com presença significativa de moradores e representantes de Heliópolis.

As oficinas foram conduzidas por oficinairos da equipe de assessoria de metodologia. Os oficinairos, no geral, utilizaram a mesma metodologia, iniciaram pela leitura e/ou explanação do conteúdo do eixo, abrindo discussão para o levantamento dos problemas e desafios e solução para os próximos anos. O grupo escolheu um relator. Nas discussões se mesclavam os problemas/desafios e propostas. Na leitura dos eixos alguns grupos tiveram dificuldade de entendimento dos mesmos, apontando que “ as palavras deveriam estar mais claras, deveria estar no linguajar do povo, numa linguagem mais popular”. Um participante indicou a necessidade das pessoas se prepararem melhor para participarem das oficinas, pois o tempo de discussão é muito curto e “as pessoas chegam muito cruas”. Nem sempre os participantes se detiveram no tema do grupo. Houve questionamento pelo fato de ter que escolher apenas duas propostas para serem apresentadas na plenária.

Em alguns grupos houve debate mais amplo sobre os temas, as pessoas demonstravam conhecimento e envolvimento com as questões da criança e do adolescente. Em outros a participação foi mais tímida, poucas pessoas se colocaram e não houve aprofundamento nas discussões.

Um dos principais problemas levantados pelo grupo que discutiu o eixo dois foi o fato das crianças ficarem desocupadas em situação de risco. Várias propostas foram levantadas no sentido de abrir espaços nas escolas para o desenvolvimento de atividades várias, de esporte , lazer e cultura, tais, dança, literatura, teatro , Karatê, hip hop, informática e outros de acordo com a faixa etária dos estudantes. Foi indicada também a necessidade da formação de professores, contratação de profissionais nas escolas para aluno e família tais como, outros profissionais das áreas de psicologia , arte educadores, dentre outros.

O tema escola foi discutido em quase todas as oficinas, foi apontado em mais de um grupo a necessidade da escola se abrir à comunidade, aumentando a opção de lazer para crianças e adolescentes através de programação planejada e com oficinairos remunerados. Houve também uma discussão centrada no papel da escola, em “como podemos empoderar as crianças e jovens”. Os participantes destacaram que a escola “não dá conta nem de ensinar a ler escrever e fazer contas de mais”. Referindo-se à sobrecarga de trabalho nas escolas uma pessoa diz: “outras coisas devem sair da escola e ir para a UBS, mas política tem que ser trabalhada lá”.

Outra questão levantada foi sobre a importância do papel dos meios de comunicação para a divulgação dos direitos e de denúncia de situações de violação. Muitas iniciativas populares como a Caminhada da Paz não tem divulgação pela mídia. Foi usado como exemplo de contribuição para “criar cidadania” e divulgar informações importantes para a comunidade a rádio comunitária de Heliópolis: “uma pessoa falando sozinha é só um grito, quando há união se torna um movimento”.

Alguns participantes se referiram a necessidade de capacitar crianças e adolescentes para entender seus direitos e a importância de se ter uma visão política e ampla dos problemas, “pensar local (partir das necessidades concretas) mas agir global”.

Um grupo levantou a preocupação dos CRECAS não matriculem as crianças nas escolas porque é um espaço de passagem.

Foram também levantadas, entre outras as seguintes propostas: as conferências lúdica e convencional devem ser realizadas separadamente; mais projetos sócioeducativos; ampliar o número de conselhos tutelares na região; oficinas de saúde profissionalizante; extinguir a educação a distância; criação de fórum que tenha a participação de professores e diretores das escolas e dirigentes das associações para fortalecer a rede.

Ao final das discussões, cada oficina escolheu um delegado e um suplente.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi coordenada por um membro da Comissão Organizadora do Ipiranga, as propostas foram apresentadas em power point, os delegados e outros participantes das oficinas subiam ao palco para leitura e explicação das propostas de seu grupo.

Como as oficinas não escolheram duas propostas prioritárias por eixo, os seus representantes indicaram na hora quais eram as mais relevantes.

Os adultos votaram nas propostas da convencional e as crianças e adolescentes nas propostas da lúdica. Para votar era necessário levantar o crachá e quem tivesse algum destaque ou dúvida pedia a palavra no microfone. No entanto, poucos foram os pontos de discordância.

Os delegados escolhidos nas oficinas foram apresentados e referendados pela plenária.

No final da plenária foram lidas e aprovadas as quatro moções abaixo:

1- Tema

Descaso e Omissão.

Do órgão competente em relação a criança e adolescente na IV Conferência Lúdica e Convencional Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ipiranga.

Descrição

Os participantes da IV Conferência Lúdica e Convencional Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ipiranga, vem repudiar a quem é de direito (CMDCA) a falta de compromisso, respeito, responsabilidade em relação as crianças e adolescentes que se mobilizaram para participar deste evento com a proposta e reivindicações e não puderam participar, pois as crianças e adolescentes ficaram expostas ao frio, chuva em frente as escolas por um período de três horas, colocam as crianças em situação vexatória e constrangedora, não assumindo os seus compromissos e ferindo o Estatuto da Criança e Adolescente e desmobilizando toda a articulação e mobilização e comprometendo a participação efetiva em políticas públicas e ferindo a credibilidade da comissão regional e todos os envolvidos.

2 - Tema

Alimentação.

Descrição

Os participantes da IV Conferência Lúdica e Convencional Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ipiranga, vem repudiar a forma arcaica de distribuição do almoço.

Ficamos reduzidos a forma como são tratados os dependentes químicos e os alcoólatras nos albergues da prefeitura, pois estes não sentem cheiro, paladar devido a sua situação física e psicológica. Salientamos que os cidadãos e cidadãs que freqüentam estes serviços são mal atendidos com os serviços oferecidos.

E nos aqui estamos reunidos todos lúcidos portanto temos alfato e paladar. Estamos indignados “pois parece que qualquer coisa serve” para nós. Sendo que estamos aqui para construir uma política de atendimento que seja de qualidade, justa e digna para todos.

Sugerimos que nas próximas conferências a licitação para alimentação possa ser realizadas com empresas da própria região de cada sub-prefeitura, fortalecendo o comercio local ou ao menos seja verificada a qualidade da alimentação a ser servida por sanitárias e nutricionistas.

3- Tema

Segurança Publica.

Descrição

Os moradores da comunidade de Heliópolis vem repudiar a ação desrespeitosa, violenta de policiais que entraram na comunidade jogando gás lacrimogêneo, atirando e que resultou em um tiro perdido em uma criança e que o estado tem que garantir a segurança das nossas crianças e de toda a população estruturando e capacitando esta segurança que é preconceituosa e de valores violentos para nossas crianças e adolescentes, que é insensível ao dialogo é irresponsável no lugar de proteger, gerando o medo e insegurança.

4 - Tema

Separação da Conferência Lúdica e Convencional.

Descrição

Sugestão para as próximas conferências:

A – Dividir o publico.

A.1 – Crianças e adolescentes (representantes da região).

A.2 – Adultos.

B – Horário muito extenso com a divisão de publico, o horário poderá ser menos extenso e com certeza melhor aproveitado.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Racismo com os pobres.
- Preconceito na família e comunidade.
- Preconceito de classe social.
- Tratar os pobres como marginais. Não tem escolas suficientes. As escolas não aceitam as crianças e os adolescentes dos abrigos. Não temos as mesmas oportunidades que aqueles que têm dinheiro.
- Educação: professores que faltam muito; salário dos professores.
- Os professores não explicam de forma que os alunos entendam
- Falta estrutura nas escolas
- O governo não cria abrigos suficientes para a demanda.
- Direito de ter lugar para brincar dentro de casa.
- Falta de saúde, falta posto de atendimento médico.
- Cegueira nos olhos dos políticos
- Falta de oportunidades para os jovens. Os adolescentes e jovens precisam ser valorizados. As pessoas que têm dinheiro conseguem emprego e os pobres não.
- Falta lugar para atividades, falta lugar para jogar bola. Falta centro de lazer e cultura na região.
- Escolas fecham no final de semana e as crianças ficam na rua e é perigoso.
- Abuso de autoridade da polícia.
- Quando tem briga (Heliópolis), a polícia não deixa as pessoas passarem.
- Violência doméstica
- Propostas do governo não são cumpridas
- Faltam fóruns regionais para juventude.
- Faltam grêmios escolares com a participação dos alunos e não só de professores e diretores

4.2 - CONVENCIONAL

- Falta de informação sobre os direitos. Falta de divulgação pela mídia de eventos importantes como a Caminhada pela Paz
- Professores não são bem remunerados
- Ausência de locais e alternativas de lazer "A escola é menos atrativa que o meio". As crianças desocupadas estão em risco.
- Há um número excessivo de alunos por sala o que torna impossível a realização de um bom trabalho
- Há pouco investimento na formação de professores
- Conselho Tutelar é insuficiente para atender a região que é muito grande
- Falta de “emponderamento”(?) do ECA
- Escola muito sobrecarregada, não faz seu papel, escolas e ONGs têm que trabalhar juntas.
- Falta de diálogo do poder público

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Colocar pessoas mais responsáveis e competentes para atuar em cargos de tomada de decisões.
- Colocar um representante com visão social
- Garantir tratamento igual para todos. Que os pobres tenham acesso à cultura e ao universo de quem tem dinheiro.
- Conscientizar as pessoas quanto à desigualdade através de palestras e visitas a abrigos etc.
- Plano de educação que fale da desigualdade.
- Atuação do povo junto à manifestação.
- Eleger alguém do povo no governo.
- Acabar com a desigualdade na educação, oferecendo estudo para todos.
- Formar cidadãos para que tenham entendimento de seus direitos
- Garantir o direito da criança ir à escola, tendo uniforme ou não, independente de sua condição financeira.
- Diminuir o número de crianças em sala de aula.
- Melhorar os salários dos professores.
- Curso para os professores saberem transmitir melhor.
- Construir mais escolas e garantir uma melhor estrutura
- Conscientizar melhor as pessoas para saberem votar.
- Mais recursos para saúde, educação e segurança.
- Garantir qualidade de ensino para os pobres.
- Aumentar o número de abrigos de acordo com a demanda.
- Ter direito de moradia com lugar para brincar dentro de casa.
- Ter direito à saúde melhor e construir postos de atendimento médico.
- Mais oportunidades garantindo o acesso dos jovens à formação, emprego, melhores salários etc.
- Que os pobres tenham as mesmas oportunidades que os que têm dinheiro.
- Divulgação dos direitos para as crianças e adolescentes, usando linguagem mais adequada.
- Criação de centros de lazer, esporte e cultura na região. Fechar ruas nos finais de semana para atividades.
- Abrir as escolas nos finais de semana com atividades de esporte, recreação e cultura.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Ter mais segurança.
- Ter direito de ir e vir com segurança

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Conscientizar pais e sociedade que com a violência doméstica os filhos ficam agressivos e em consequência os pais internam os filhos.
 - Garantir que os direitos não fiquem só no papel, que realmente aconteçam.
 - Aumentar a rede de Conselhos Tutelares.

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Implementar Fórum Regional da Juventude.
 - Incentivar a participação dos alunos nos grêmios escolares.

5.2 - CONVENCIONAL

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Melhorar a educação, ampliando os investimentos na área, aumentando as vagas nas escolas e promovendo o desenvolvimento integral do formando. Utilizar os meios de comunicação como fonte educadora. Divulgar informações importantes para a comunidade e utilizar as rádios comunitárias.
 - Aumentar os salários dos professores
 - Aumentar as opções de lazer e ampliar investimentos nesta área, fazer com que as escolas permaneçam abertas nos finais de semana com atividades programadas.
 - Realizar capacitações para que as crianças participem da conferência com apropriação do ECA.

- Eixo II - proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Ter mais segurança.
 - Ter direito de ir e vir com segurança

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Conscientizar pais e sociedade que com a violência doméstica os filhos ficam agressivos e em consequência os pais internam os filhos.
 - Garantir que os direitos não fiquem só no papel, que realmente aconteçam.
 - Aumentar a rede de Conselhos Tutelares.

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Implementar Fórum Regional da Juventude.
 - Incentivar a participação dos alunos nos grêmios escolares.

- Eixo V - Gestão da Política
 - Criar Fórum de formação política
 - Escola atuando na comunidade

- Posto de saúde integrado à escola e na comunidade
- Criar propostas de canais de diálogo mais atrativos entre crianças e adolescentes e poder público

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Gina Maria Pereira Duarte
Educação	Maria Lucia Jabali Vale
Saúde	Lourdes Aparecida O' Urso
Subprefeitura	Gilberto da Silva
Conselho Tutelar	Luciano Rocha dos Santos Maria das Dores Martins Teodoro Eugênio
Fórum Municipal DCA	Solange Agda da Cruz Paula Renato Carlos Libanio
Adolescente	Douglas Mendes

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Alex se Souza Vieira	Talita Cardoso
Lariane Nadine Almeida Sntos	Ricardo Clarim
Leonardo da Silva Antonis	Jennijer Nogueira Figueiredo
Marcos Augusto F.	Edmundo Barbosa da Silva
Branca F Gonzales	Bianca S. de Jesus
Jeferson M , da Silva	Priscila Esteves
David da Silva	Débora Cristina Souza Silva
Bianca Felix	Ramete Silva Nascimento dos Santos

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Caroline de Paula Pint	Cristina Lins de Andrade
Douglas Mendes	Wadja Sdephane Mendes Conceição
Marcos Augusto F	Edmundo Barbosa
José Augusto Oliveira	Celso Ferreira dos Santos

ITAIM PAULISTA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente do Itaim Paulista ocorreu no dia 11 de julho de 2009, no CEU Vila Curuça, à Avenida Marechal Tito, 3.400 e contou com a participação de cerca de 250 crianças e adolescentes. A Convencional foi realizada no dia 15 de julho de 2009, a partir das 8:00h, na Associação Comunitária das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) de Ermelino Matarazzo, à Rua Tristão Chaval, 185-A e contou com a participação de 280 pessoas, das quais cerca de 60 haviam se inscrito pela internet, segundo informação obtida junto a representante da equipe de organização. A maioria dos adultos representava entidades da região, tendo sido liberados do trabalho para participar da Conferência naquela quarta-feira. Segundo alguns participantes, pessoas da comunidade que gostariam de estar lá não puderam por estarem trabalhando.

Os participantes das duas Conferências receberam uma pasta contendo caneta, regimento interno, cópia das propostas da Conferência de 2007 e certificado de participação. Os lanches foram distribuídos e, em uma das salas da associação, manteve-se ao longo de todo o dia a oferta de bebidas e bolos preparados pela organização e pelas mulheres da associação.

Na Conferência lúdica, foi realizado o ato de conferir as propostas de 2007, para confirmar se foram ou não implantadas pelo poder público e se houve algum avanço no atendimento da população local com relação às carências identificadas naquela ocasião. Essa atividade ocupou grande parte do período da manhã.

Na Conferência convencional, ainda pela manhã, foi feita a prestação de contas em relação às propostas de 2007 pela representante da saúde, a qual não poderia ficar até à tarde na Conferência. Os participantes aprovaram, em regime de votação, que os demais itens fossem conferidos junto a representantes do poder público na parte da tarde, dado o adiantado da hora, o que acabou não acontecendo, embora em algumas oficinas os participantes tenham se manifestado em relação à não realização da conferência das propostas de 2007.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

A abertura da Conferência foi feita pelo representante do Fórum da Criança e do Adolescente do Itaim Paulista, após o que foi executado o Hino Nacional.

- Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa representantes da subprefeitura do Itaim Paulista, do Conselho Tutelar, do CMDCA, da Assistência Social, da Coordenadoria da Saúde, do Centro de Referência da Criança do Itaim, Diretor de Ensino da Delegacia Regional de Ensino, do Fórum da Criança e Adolescente e, 2 representantes dos adolescentes. Por solicitação do conselheiro tutelar foi colocada em votação e aprovada a inclusão na composição da mesa do vereador presente representando a Comissão da Criança e Adolescente e Juventude da Câmara Municipal de São Paulo.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido na íntegra e simultaneamente à leitura foi feita a projeção do texto no telão, após o que, foi aprovado em plenária, sem alteração. Apresentações culturais

- Apresentação Cultural

Houve apresentação cultural do CCA Jardim Jaraguá , com a peça teatral ‘Garoto de Rua’ e do Grupo de Capoeira ‘Padre Nildo/D.Angélico’

2 - OFICINAS

Nessa conferência a Comissão Regional dispensou o trabalho dosicineiros da assessoria de metodologia, que foram substituídos por educadores e pessoas que atuam em entidades da região, quase metade ligada ao Movimento de Mulheres do MST da zona leste. Segundo a coordenação da Conferência, são pessoas que conhecem a realidade local e se dispuseram a ajudar a “concretizar os direitos da criança e adolescente”.

Cerca de 250 crianças e adolescentes foram distribuídos segundo faixa etária em 7 oficinas, cada uma com 3icineiros (total de 22). As oficinas não foram organizadas por eixos e as discussões ficaram centradas em temas amplos como educação, saúde, cultura, esportes e lazer, medidas sócio-educativas, violência, crianças desaparecidas, deficiências físicas, crianças em situação de rua, trabalho infantil, pedofilia e segurança escolar.

Nas oficinas, os participantes foram orientados a escolher dois temas, dentre o rol apresentado a eles. Os temas escolhidos foram: 1) saúde e crianças desaparecidas; 2) educação e esportes/lazer; 3) violência e pedofilia; 4) trabalho infantil e crianças em situação de rua; 5) trabalho infantil e deficiência; 6) educação e violência; 7) pedofilia e segurança escolar. Como os temas se repetiram, foram elaboradas propostas muito semelhantes nas várias oficinas e todas concentradas nos eixos I e II. Quando as propostas finais foram apresentadas na plenária, verificou-se que temas relativos aos eixos III, IV e V não haviam sido abordados e ficaram sem propostas.

A dinâmica de trabalho foi semelhante em todas as oficinas: os participantes foram divididos em dois grupos e cada um deveria discutir e fazer propostas para um dos dois temas escolhidos pela oficina, por meio da escrita e de desenhos.

Osicineiros procuravam desencadear a discussão com o questionamento sobre as condições de vida na região, sobre o funcionamento do serviço de saúde, e a educação, o que fazer com crianças que trabalham nas ruas, se as crianças estão satisfeitas com o que o bairro tem de equipamentos de esportes, o que acham dos policiais nas ruas, etc. Em algumas oficinas os participantes anotaram os problemas discutidos e as propostas, mas em muitas, os própriosicineiros faziam as anotações e redigiam as propostas levantadas pelo grupo.

Educação e saúde foram os principais focos de discussão. Foi constatado que a salas de aula têm um excesso de alunos, os professores não têm paciência e algumas vezes não respeitam as crianças. A necessidade de capacitação dos professores foi uma idéia recorrente. Além disso, reclamaram das precárias condições das escolas, dos banheiros, da inexistência de computadores e da alimentação. Com relação à saúde foi recorrente a constatação de falta de UBSs, de AMAs e hospitais, além de remédios. Apontaram ser muito difícil e demorado conseguir vaga para consulta médica e exames ou para tratamento com dentistas.

Na opinião de alguns, um dos problemas elencados foi a falta de fiscalização para o bom atendimento, qualificado e eficaz. Sobre violência, discutiu-se o problema do crescimento do crime de pedofilia; as crianças que trabalham nos faróis e a segurança, abordando dois aspectos: precisa ter mais policiais nas ruas e nas escolas, mas eles têm que ter mais respeito e profissionalismo. Foi discutido também a respeito da falta de equipamentos de esportes, como quadras de futebol, clube, centro cultural, telecentro, pista de skate e biblioteca. De acordo com os participantes, os que existem são poucos e ficam distantes.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi conduzida pelo representante do Forum da Criança e do Adolescente, o qual leu os cartazes com as propostas de cada grupo. Não houve debate sobre o que foi apresentado e as propostas lidas foram aprovadas por unanimidade.

Os delegados foram referendados por aclamação na plenária.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- As pessoas com deficiências físicas não têm instalações adequadas nos equipamentos e nas ruas. Fica difícil ir aos lugares
- Faltam escolas
- O atendimento de saúde é ruim

- Falta meios de cultura, diversão e lazer nos bairros
- Envolvimento das pessoas
- Situação de rua e trabalho infantil
- Pedofilia, violência e segurança escolar
- A pedofilia está tomando grandes proporções atualmente, tanto nas periferias como no centro.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Garantir acessibilidade a portadores de deficiências físicas, tais como elevadores, rampas, instalações adequadas em escolas, cinemas, teatros, praças e vias públicas. Distribuir cadeiras, muletas, óculos, etc. para deficientes.
- Educadores devem ser orientados para não separar os deficientes dos demais alunos.
- Ampliar as escolas com 20 alunos por sala.
- Mais opções de cursos profissionalizantes para os jovens.
- Capacitar os professores para a discussão do ECA.
- Melhorar os banheiros nas escolas e as instalações de todos equipamentos públicos. Reformar a maioria das escolas dos bairros.
- Fácil acesso e menos burocracia para a utilização dos CEUs e equipamentos em geral.
- Instalar e permitir o uso de computadores em todas as escolas da região.
- Melhorar a qualidade do ensino com a capacitação dos professores
- Garantir nos postos de saúde: mais médicos, pediatras, hebiatras e dentistas; higiene, mais respeito pela população, mais competência, profissionalismo e menos demora para o atendimento.
- Construir um hospital na região.
- Ampliar a capacidade de atendimento do CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) da região.
- Criar programa saúde para todos. Garantir fornecimento de remédios nas unidades de saúde além de serviço de ultrasonografia, ortopedia e mais ambulâncias.
- Ampliação do PET
- Ampliação da oferta de empregos na região.
- Criar mais vagas de trabalho para deficientes visuais.
- Melhorar as condições do transporte público.
- Ampliar a iluminação nas ruas, escolas e quadras esportivas.
- Criar bibliotecas no bairro do Jarim Robru e um centro cultural no prédio de blocos abandonado.
- Criar mais espaços para esporte, como praças e colocar atividades nelas. Fazer melhor manutenção das praças existentes.
- Conscientizar a comunidade para reivindicar melhorias nos bairros.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Auxiliar famílias das crianças de rua com cestas básicas. Levar as crianças para instituição pública onde terão garantia de ensino e retornar à casa dos pais nos fins de semana.
- Criar mais CCAs para que crianças e adolescentes não precisem trabalhar.
- Criar um cadastro oficial que fiscalize os faróis onde crianças ficam vendendo/esmolando. Orientar e ajudar as famílias para evitar trabalho infantil..
- Necessidade de mais policiamento para a segurança dos moradores da região. Aumentar a vigilância nas escolas e nos seus arredores por causa do tráfico e uso de drogas.
- Rever a política da Fundação Casa e e criar programas para a recuperação de jovens infratores.
- Adotar medidas para reprimir com mais rigor o infrator que pratica a pedofilia.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A abertura da conferência foi feita por representante do CRAS do Itaim Paulista e, na sequência, foi executado o Hino Nacional. Ao longo do dia, a Conferência foi conduzida pelo representante do Fórum da Criança e do Adolescente, o qual também fez uma breve introdução ao evento.

• Composição da Mesa

Compuseram a mesa, inicialmente, representantes: do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente; do CRAS do Itaim Paulista; da Educação; da Supervisão da Saúde de Vila Curuçã; da Supervisão da Assistência Social; do Fórum da Criança e Adolescente. Conforme foram chegando, também passaram a integrar a mesa representante da Subprefeitura do Itaim Paulista; da Comissão da Criança e do Adolescente do Legislativo Municipal (vereador) e da Defensoria Pública.

Dentre os assuntos abordados nas falas dos integrantes da mesa, o Conselheiro Tutelar salientou a necessidade de formação dos conselheiros para que o ECA seja respeitado, garantido o convívio das crianças com suas famílias, ao invés de tirá-las da guarda dos pais e penalizá-los (para o que a mídia e a imprensa exercem forte pressão), fazendo referência ao tema abordado no teatro encenado anteriormente por crianças. A representante de CRAS do Itaim Paulista enfatizou que as propostas a serem elaboradas deveriam ser passíveis de concretização e, referindo-se ao trabalho infantil, disse entender que as políticas públicas existentes não são suficientes para a realidade de São Paulo. Em suas palavras, “política pública no Brasil não contenta à todos, mas o trabalho técnico pode contentar”. Todos, na saudação, foram unânimes em elogiar a apresentação teatral que havia sido feita pouco antes.

Foi anunciada a presença de representante da Eletropaulo, da OS Santa Marcelina e, somente após a palestra do defensor público, participante (membro da Associação das Mulheres do MST) pediu que a organização chamasse para compor a mesa representante da Subprefeitura, que não havia sido anunciada nem chamada.

- Regimento Interno

A leitura na íntegra do regimento interno foi feita pela representante do CRAS e pelo Conselheiro Tutelar presentes à mesa, tendo sido aprovado em regime de votação com alteração apenas dos horários previstos para as etapas da conferência. Em função do avanço da hora, duas propostas foram postas em votação - fazer almoço de ½ hora ou de 1 hora, para que a Conferência acabasse às 15:30h, ao invés das 15:00h. Os participantes aprovaram o almoço de 1 hora.

O outro destaque foi sobre uma contradição existente no regimento: a redação do Capítulo II- Dos Participantes dizia ‘observadores(as), assim compreendidos aqueles que não se credenciaram’ ao passo que, no Capítulo III – Do Credenciamento, dizia ‘Os observadores (as) e Convidados (as) poderão se credenciar’. No entanto, conforme destacou a participante, na ficha de inscrição não tinha a possibilidade de se cadastrar como observador. O Conselheiro Tutelar esclareceu que não tinha tido nenhum observador e a questão foi encerrada.

- Apresentações Culturais

Logo após a execução do Hino Nacional foi encenada a peça teatral ‘O Tribunal’ por crianças do grupo da Associação Comunitária das Mulheres do MST de Ermelino Matarazzo. A peça trazia no tema questões sobre violência e seguridade dos direitos da criança, a exploração do trabalho infantil pela mãe em função de questões econômicas e os desfechos legais desse processo todo. Na peça, o Conselho Tutelar interveio para que a mãe fosse levada ao tribunal e depois de quase perder a guarda da criança, o juiz determinou que ela ficasse com a guarda, fosse contemplada com benefícios sociais (bolsa de auxílio) e recebesse apoio psicológico.

O tema abordado na peça norteou a fala posterior de integrantes da mesa, bem como do defensor público.

- Palestras

O defensor público do Estado destacou a importância da Conferência e ministrou uma palestra, contextualizando a atuação da defensoria pública - dar assistência jurídica gratuita à população carente, além da defesa processual dos necessitados – e abordando questões referentes ao Plano Decenal, às políticas públicas e ao papel da sociedade. (“Hoje em dia, democracia está associada à liberdade, tolerância e participação da sociedade civil na elaboração de políticas”.) Ele informou o site da defensoria (www.defensoria.sp.gov.br).

Em seguida, falou sobre os cinco eixos temáticos, sugerindo algumas questões para serem discutidas durante a Conferência: Eixo 1 - vagas em creches e no ensino fundamental, qualidade do ensino e,

interrupção do serviço público; Eixo 2 - trabalho infantil; Fundação Casa, a qual distorce a realidade e não faz a inserção de crianças na sociedade; acesso à cultura e ao lazer; Eixo 3 - atos infracionais; Eixo 4- importância da integração de crianças e adolescentes na sociedade, citando cursos profissionalizantes e fomento nas comunidades para que crianças e adolescentes participem de atividades de lazer, esporte, dentre outras; Eixo 5 - sociedade civil deixa de ser observadora para agir como sujeito de mudanças.

Destacou, ainda, que a Defensoria deve lutar pela garantia do direito da família não se destituir e que a palavra chave para a construção da cidadania de crianças e adolescentes é solidariedade. Na sequência, abriu espaço para perguntas. Foram feitas várias perguntas abordando questões como: redução da maioria penal, estigmatização e criminalização dos movimentos sociais, instauração do toque de recolher em algumas comunidades, falta de moradia digna, necessidade de creches noturnas para a região, idade reduzida para a criança estar na creche (crianças entre 4 e 6 anos ficam fora da creche e também não estão na escola), deveres e o acesso diferenciado de quem estuda em escolas públicas e particulares a oportunidades.

Respondendo às perguntas, o defensor disse ser contra a redução da maioria penal como forma de diminuir a criminalidade e que vê solução através de investimentos em uma política social (educação, sistema preventivo de garantias, profissionalização) e não criminal; o contraponto à criminalização dos movimentos sociais é trabalhar com conceito de democracia enquanto liberdade, participação e tolerância; quanto ao toque de recolher, entende ser uma característica de um Estado totalitário, ditatorial, com restrições aos direitos fundamentais e, portanto, perigoso para um Estado democrático de direito; mencionou que a defensoria tem um núcleo de habitação trabalhando com ações de usucapião. Destacou, ainda, que hoje existem duas ações civis públicas na região de São Miguel (acesso universal às vagas e creche no período de férias escolares); que a Constituição tem que ser estudada no ensino médio e que, em relação ao acesso diferenciado a oportunidades por quem estuda em escolas públicas e particulares, considera o Estado omissor, mas que aquela Conferência não supriria toda a omissão.

Esta etapa da Conferência, muito rica nas manifestações e no debate que se travou, estendeu-se até 11:25h, diante do que, a comissão organizadora sugeriu às pessoas que formulassem e enviassem por email mais questões à Defensoria.

Em seguida, a representante da área da Saúde fez o ato de conferir propostas de 2007 e, embora alguns participantes tivessem se manifestado, contestando o que havia sido lido, não houve debate aberto sobre o que foi dito.

2 – OFICINAS

Após o almoço, às 13:00h, foram iniciadas as 5 oficinas em salas separadas, cada uma correspondente a um eixo temático, sendo que a distribuição dos participantes se deu já durante o credenciamento. As oficinas não contaram com a presença de oficineiros e, segundo esclareceu um representante da Comissão Organizadora, essa opção se deu pelo fato dos participantes serem em sua maioria pessoas acostumadas a trabalhar com crianças e adolescentes e, portanto, preparadas para realizarem as discussões. As oficinas tiveram duração de 1 ½ hora.

Representantes da Comissão Organizadora passaram sequencialmente (em uma das salas só passaram após 20 minutos transcorridos de oficina) nas 5 oficinas para explicar que os participantes deveriam escolher um relator e um coordenador dentre eles para conduzir e mediar as discussões e que deveriam sair dois desafios e duas propostas por sala. Para cada sala, informaram o número de delegados, suplentes e observadores que poderia ter, além de passarem uma lista de presença.

No entanto, observou-se que em algumas oficinas os participantes levaram tempo considerável (em uma delas, cerca de ½ hora) para conseguir se organizar e definir o método e a forma como seria conduzida a discussão. Em uma das oficinas, por exemplo, definiram que após a colocação da proposta, todos teriam que emitir opinião para a redação da mesma e, então, fazer a votação. Interessados em falar deveriam levantar a mão e teriam 1 minuto cada. Outro participante ficou em dúvida: “Alguém centraliza o relato ou é para passar um papel e cada um preencher com uma proposta?”

Embora utilizando-se de metodologias próprias, as oficinas, de modo geral, se pautaram na conferência das propostas de 2007 nas suas discussões para formular as propostas de 2009, posto que no material recebido havia uma folha com as propostas de 2007.

Com isso, algumas oficinas tiveram seu término atropelado, pois haviam demorado para iniciar, de fato, as discussões dos respectivos temas.

As pessoas participaram ativamente das discussões. De modo geral, observou-se em cada oficina grupos de pessoas que se destacaram, dando rumo às discussões, mais do que os coordenadores. A pluralidade de participantes tanto em relação à faixa etária, quanto ao gênero, chamou atenção. Havia pessoas de várias idades, e apesar de uma maioria de mulheres, os homens tiveram também participação ativa. As pessoas desenvolveram intensos debates e grande compartilhamento de experiências, principalmente sobre os problemas vividos na região, como por exemplo, o pequeno número de serviços sociais em função da demanda, e a necessidade de se aumentar com qualidade o oferecimento de cursos profissionalizantes na região.

Dentre as questões registradas apontadas pelos participantes nas discussões, destacam-se: desafio de mobilizar a comunidade frente aos problemas da criança e do adolescente, construção de equipamentos de saúde e educação para a região, falta de creches, fiscalização no uso das verbas

públicas destinadas aos serviços para crianças e adolescentes, melhorias nos serviços do conselho tutelar, oferecimento de mais cursos profissionalizantes e a inserção de jovens no mercado de trabalho, inclusão de matéria de cidadania na escola, criação de casa de tratamento/recuperação para crianças e adolescentes usuários e dependentes de drogas, criação de um espaço socioeducativo para crianças de 4 e 5 anos, pois a creche vai até 3 anos.

Os delegados foram eleitos em regime de votação em cada oficina, em algumas com uso do crachá.

3 – PLENÁRIA

Ao final das oficinas, por volta das 14:30h, as pessoas se dirigiram para o mesmo espaço central coberto onde havia sido a abertura, para a realização da plenária.

A plenária foi apressadamente conduzida por um mediador (representante do Forum DCA) que chamava os responsáveis, delegados, suplentes e relatores de cada oficina para apresentar os desafios e as propostas. Os representantes de cada oficina fizeram breves considerações e apresentaram as propostas à plenária, as quais foram votadas (as pessoas levantaram a mão) e aprovadas.

As propostas apresentadas por representantes das oficinas 1 e 3 tiveram que ser novamente redigidas pois o texto lido não estava claro, fazendo com que poucas pessoas votassem. No entanto, o novo texto não foi lido na plenária, tendo sido concluído após o encerramento da Conferência.

De acordo com o coordenador do Forum DCA que conduzia a plenária, haviam sido eleitos nas oficinas 14 delegados (alguns candidatos indicados e outros apresentados voluntariamente) mas, em função da proporção em relação ao total de participantes da Conferência, todos os suplentes se tornaram delegados, sem que tivessem sido previamente consultados sobre isso. Ao final das apresentações, todos os 28 delegados e os 2 observadores foram aclamados com uma salva de palmas.

Em seguida, pouco antes do encerramento da Conferência, um representante da Comissão Organizadora pediu que os moradores da Vila Curuça se reunissem em um canto daquele espaço para criar o Forum DCA de Vila Curuça, eleger delegados e encaminhar um documento com pauta de reuniões ao CONANDA. Explicou que a criação do Forum DCA de Vila Curuça é condição para a criação do Conselho Tutelar de Vila Curuça (tirada como proposta no eixo 3), segundo estabelece o CONANDA, e que aquele seria um ótimo momento para criá-lo. Com isso, a Conferência foi encerrada.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de cursos profissionalizantes.
- Centros de recuperação e abertura de creches.

- Inserir os adolescentes no mercado de trabalho de forma qualificada, capacitando-os para trabalhar no próprio núcleo
- Trabalho infantil
- Mudanças na Fundação Casa (antiga FEBEM)
- Fortalecimento das redes (organizações, fóruns, serviços oferecidos como saúde, educação, trabalho, justiça, cultura, lazer).
- Divulgação nas disciplinas em escolas sobre a Constituição, para que as crianças e os adolescentes tenham melhor conhecimento sobre as leis.
- Inserir os adolescentes no mercado de trabalho de forma qualificada, capacitando-os para trabalhar no próprio núcleo
- O Conselho Tutelar tem que funcionar efetivamente, assumindo suas atribuições
- Cumprimento das propostas de 2007 e 2009

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Que sejam efetuadas e implementadas as propostas da Conferência de 2007.
- Criar hospital público com todas as especialidades, que seja referência para as crianças e os adolescentes.
- Implantação de novos espaços para capacitação de adolescentes do Itaim Paulista e Curuçá (cursos diversificados) com extensão da idade para aperfeiçoamento profissional.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Ampliação dos serviços CCA, CJ e criação de um centro de referência para crianças e adolescentes do Itaim Paulista.
- Diminuição da burocracia e documentação para novos convênios e novas entidades
- Implantação de um centro de referência como o Dom Bosco de Itaquera para o Itaim Paulista.
- Criar um disque denúncia específico para crianças e adolescentes.
- Implantação de uma verba definitiva e não municipalizada para entidades e movimentos sociais.
- Criação de uma metodologia para a prestação de serviço aos adolescentes de 12 a 14 anos, realizada em meio aberto.
- Mudança na metodologia interna da Fundação Casa para que o profissional possa dar melhor acompanhamento para as crianças e adolescentes. Fazer intervenção junto ao Ministério Público para qualificação dentro do órgão e mudanças na metodologia do profissional para dar melhor atendimento para adolescentes.
- Exigir que as escolas acolham os menores infratores após a saída da antiga FEBEM, sem discriminação (se necessário, com intervenção judicial para essa garantia).

- As instituições formais de ensino terão obrigatoriamente de conhecer o serviço em meio aberto (PSC).

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Criação do Conselho Tutelar do Curuçá; capacitação dos Conselheiros; criação de agentes multiplicadores junto às associações e participação da sociedade civil.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Implantação de novos espaços para capacitação de adolescentes do Itaim Paulista e Curuçá (cursos diversificados) com extensão da idade para aperfeiçoamento profissional;

- Criação de um Conselho de Ética para fiscalizar o trabalho do Conselho Tutelar, com a participação da sociedade civil; melhoramento da estrutura, capacitação dos conselheiros tutelares

➤ Eixo V - Gestão da política

- Aumento de verba garantida e carimbada, regulamentada por lei, para assistência social com o direito de participação e fiscalização da verba pela sociedade civil

- Que a sociedade civil consiga fiscalizar e controlar o cumprimento das propostas de 2007 e 2009

- Manter as propostas tiradas em 2007 com as seguintes alterações:

- Criação do Conselho Tutelar de Curuçá, separado de Itaim Paulista.

- Criação de Novos CCA's (Centro da Criança e do Adolescente).

- Criar um programa promovendo a desinternalização dos adolescentes da Fundação Casa, aumentando as medidas sócio-educativas e meio aberto, com aplicação de recursos vindos de qualquer instância como a Municipal, Estadual e Federal.

- a 5ª proposta do eixo I de 2007 diz: “aumentar a verba dos Núcleos socioeducativos principalmente com relação à alimentação”; foi acrescentado aqui, mais verbas também para os recursos humanos destes núcleos;

- a 2ª proposta do eixo 3 de 2007 diz: “Criar um fundo (conselho, fórum) para a divulgação do ECA, nas escolas e comunidade”; foi acrescentado que o ECA seja assumido enquanto disciplina na grade curricular do ensino fundamental e médio;

- a 2ª proposta do eixo 4 de 2007 diz: “Criação dos equipamentos de saúde, conforme proposta já aprovada em 2005, equipar melhor e contratar médicos e demais especialistas para os equipamentos que já existem”; foi acrescentado que seja construída especificamente a UBS Encosta Norte.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Ana Maria Palhau de Lima
Educação	Elisabete dos Santos Pinto Oliveira
Saúde	Maria do Rosário Ramalho Oliveira
Conselho Tutelar	José Joaquim de Abreu Wilson Rossi Evangelista Santos

Fórum Municipal DCA	Anderson Migri da Cunha Anderson Santos Martins Erick Silva dos Santos Rogério Gonçalves dos Santos
Adolescente	Juliana das Neves da Silva Willian das Neves da Silva

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTES	
Luis Carlos Batista Santos Marina Cristina Dionísio Carolina Machado de Aguiar Isabela Monique Santana Kelly Cristina da RochaFerreira Samuel Lucas Evangelista Talia Riseiro Alves Lucas de Oliveira Roger Cunha de Souza	Ian Silva Yasmin Ulisses Cavalieri Cesar Augusto Santos Carmo Miqueas Santana da Silva Fagner da Silva Santana Wesley Santos da Silva Carolina Sampaio da Silva Carla Ferreira de Paula Stephanie Gonçalves Santana Benigno

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTES	
Rosemeire Rodrigues Aldeino M dos Santos Sonia Aparecida Cipriano Helio Dias Bezerra Julio Ferreira Silva Lidia Cabral Sanches Wilsilene Cabral Lidia Ribeiro Silva Sheila R. de Souza Maria de Lurdes Siena Maria do Carmo Oliveira Robson Sales Tiago Silva Santos	Wellington Pagomonha Antonia A. B. Santos Agustela Alexandrino Alexandre Bomolo Moreira Antonio Carlos Anderson Migre da Cunha Claudia Cruz Simião Claudia Francisco Ricardo de Souza Jeanderson Luiz Ferreira Chaves José Vamedo Machado Rogério Pedro Dionísio Solange C. Castro

ITAQUERA

INTRODUÇÃO

No dia 26 de junho de 2009, das 8h às 17h, foram realizadas as Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaquera, no Centro de Formação e Cultura Dom Bosco, situado à Avenida do Contorno, s/nº, contando com a participação de 341 crianças e adolescentes e 109 adultos.

Havia um grande número de crianças e adultos na entrada, formando longas filas diante das mesas de credenciamento, onde cada pessoa recebia uma pasta com material para a programação e escolhia uma oficina temática para participar, de acordo com sua preferência.

Houve atraso na chegada de um grande número de crianças e adolescentes, o que levou a Comissão organizadora a realizar o credenciamento delas depois da abertura, para não retardar ainda mais, o início do evento. Houve também necessidade de determinar as oficinas nas quais participariam, porque havia salas com muito poucos participantes.

À medida que as pessoas se credenciavam, dirigiam-se ao refeitório para o lanche matinal e em seguida eram encaminhadas ao ginásio de esportes onde seria realizada a cerimônia de abertura das conferências, as apresentações culturais e a plenária de encerramento.

O local é amplo e com muitas salas, o que permitiu a realização das oficinas lúdicas em salas separadas. Porém, os adultos ficaram em espaços mais abertos e com muito ruído e o ginásio tinha uma acústica que prejudicava muito o encaminhamento dos trabalhos.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A abertura teve início às 9:45h., e o mestre-de-cerimônias destacou o tema da conferência – Construindo diretrizes da Política e do Plano Decenal – citando seus eixos. Em seguida o hino nacional foi executado pela Fanfarra Dom Bosco composta por jovens da comunidade.

- Composição da mesa

Não houve uma mesa propriamente dita. As autoridades presentes eram chamadas a falar, ficando de pé em um dos lados do ginásio, para não ficarem de costas para uma das platéias do ginásio. O som do ginásio reverberava muito além de haver muita gritaria por parte dos jovens. Tomaram a palavra as seguintes pessoas: Pe. Rosalvino, do Centro de Formação e Cultura Dom Bosco; Supervisora da Assistência Social de Itaquera e os representantes: do Fórum Regional de Itaquera; da Secretaria da Educação; da Comissão Central do CMDCA; do Conselho Tutelar; da Comissão Regional; da

SMADS e da Subprefeitura. Após as breves saudações e pronunciamentos, houve apresentação de fanfarra e danças pelas crianças e jovens da região.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido e como não houve destaques, foi aprovado sem qualquer alteração. Conferência das propostas de 2007: a conferência das propostas de 2007 foi iniciada, mas após alguns momentos, foi sugerida à plenária que a conferência fosse transferida para depois do almoço, considerando que poderia haver uma discussão prévia das mesmas nas oficinas.

Após o almoço, a verificação das propostas 2007 foi iniciada, proposta por proposta. Uma pessoa da Comissão Regional lia a proposta pelo microfone, no ginásio, e perguntava se a plenária achava que a proposta havia sido executada ou não. As pessoas deveriam levantar o crachá caso concordassem com o que ela ia perguntando. Havia muito barulho no ginásio, de crianças gritando, conversando, então, a pessoa tentou melhorar um pouco, pedindo que crianças que estavam de um lado do ginásio passassem para o outro lado, mas mesmo assim as pessoas não conseguiam ouvi-la e a Comissão Regional, a uma certa altura, sugeriu que as propostas de 2007 fossem deixadas de lado e se iniciasse o relato das propostas tiradas nas oficinas. A plenária aprovou a idéia de se iniciar o relato das propostas de 2009 e as propostas de 2007 não foram mais conferidas.

- Apresentação Cultural

Houve apresentações culturais de dança e fanfarra na abertura da conferência e após o almoço, antes da plenária, com apresentações variadas de grupos de crianças e adolescentes da própria instituição que sediava o evento.

2 – OFICINAS

Como havia 109 adultos e 341 crianças e adolescentes para serem distribuídos pelas oficinas, uma pessoa da comissão regional chamava as pessoas por oficina e as encaminhava com os respectivos oficinairos para as salas. Demorou um pouco, mas não teve tumulto. O espaço era grande mas não o suficiente para acomodar em salas, as oficinas convencionais que tiveram de mudar de lugar porque não conseguiam discutir devido ao barulho.

2.1 - LÚDICA

As oficinas haviam sido organizadas por temas que estavam afixados nas portas das salas das oficinas. As crianças e adolescentes eram encaminhados para a sala, cujo tema, afixado na porta, fosse o seu escolhido. O espaço era grande e as salas das oficinas ficaram em duas alas. Inicialmente estavam previstas 11 oficinas, que foram reduzidas a oito. As 11 oficinas previstas eram: 1) Saúde como direito; 2) Cultura e Arte; 3) Esporte e Lazer; 4) Meio ambiente e sustentabilidade; 5) Educação/Profissionalização; 6) Comunicação nos ambientes virtuais; 7) Sexualidade e

desenvolvimento; 8) O adolescente e as medidas socioeducativas; 9) Violência no contexto da família e comunidade; 10) Famílias e resgate de valores e 11) Diversidade como riqueza. Não houve participantes para as oficinas sobre Comunicação nos ambientes virtuais (6), O adolescente e as medidas socioeducativas (8) e Famílias e resgate de valores (10).

Em algumas salas havia apenas adolescentes de 13 a 17 anos (como nas salas onde se discutia Cultura e Arte, Educação e Profissionalização), mas nas demais, havia grupos mistos de crianças e adolescentes. Houve salas com a presença de observadores adultos (educadores) e também com adolescentes com bebê no colo. Pela dificuldade de localizar as salas e pelo atraso na chegada de alguns participantes, houve uma confusão no início das oficinas. O atraso no credenciamento e na divisão de participantes pelas oficinas interferiu nas dinâmicas delas. O grupo iniciava com um número de participantes e esse número ia aumentando, sem que todos participassem juntos de todas as fases do trabalho da oficina.

A metodologia variou bastante de oficina para oficina e os resultados foram também diversos. Alguns adotaram o jogo da amarelinha, outros a metodologia do bombeiro e outros apenas se limitaram à discussão em grupo. O aquecimento era a autoapresentação, sendo que em algumas salas, pedia-se para a pessoa falar uma qualidade sua com a letra inicial do nome. Em uma oficina, após a apresentação dos participantes, fizeram um exercício de relaxamento antes de começar os trabalhos.

Houve oficina em que asicineiras designadas para realizar as atividades tiveram dificuldades para conduzir o grupo ou por inexperiência ou por não conhecer a realidade local e, com isso, a oficina foi conduzida por pessoas da região, como foi o caso da oficina de cultura e arte. Nessa oficina, a metodologia adotada foi a de separar em grupos para discutir o tema e depois fazer uma grande roda para a exposição das idéias e propostas, o que possibilitou um bom debate e levantamento de propostas sobre o tema.

O público das oficinas era composto por aproximadamente 60% de meninas e 40% de meninos. Com relação à faixa etária não foi possível verificar qual a faixa etária estava representada em maior número, mas havia participantes de diversas idades, desde os 9 até os 17 anos. A maioria das crianças e adolescentes era vinculada a alguma instituição ou organização, como a própria Dom Bosco, que se constituiu na maioria dos participantes.

A participação e a intervenção das crianças e adolescentes nas atividades das oficinas variaram bastante. Em algumas, principalmente as crianças pareciam cansadas no início das oficinas e a participação exigia muito estímulo por parte do icineiro; em outras, principalmente em grupos de adolescentes, observou-se que quanto melhor era a qualidade do icineiro (conhecer a realidade local, boa aproximação com jovens e crianças, dinamismo e improvisação, domínio do tema), maior era também o envolvimento e a participação do grupo e, conseqüentemente, a qualidade das discussões e propostas apresentadas, o que infelizmente mostrou ser minoria nas oficinas.

Pelo fato de os temas estarem já definidos, os principais problemas levantados giraram em torno desses temas, mas alguns extrapolaram os limites e discutiram outros assuntos como a redução da maioria penal, democracia, a questão do voto, Estado, governo e governados, desigualdade social, violência, sociedade e outros.

Outro ponto importante levantado foi a falta de equipamentos públicos nos diversos setores, e quando os havia não eram de qualidade. “Quando fui ao hospital, tinha gente no chão, no corredor...” (criança do grupo de saúde); “Faltam médicos no hospital” (adolescente do grupo de saúde).

Nas oficinas foram tirados os delegados, sendo que no grupo de Arte e Cultura, foi considerada a questão de gênero para a eleição dos delegados. Nos outros, foi por interesse do candidato e por votação.

2.2 - CONVENCIONAL

Os grupos da conferência convencional foram constituídos de acordo com o tema escolhido, a saber: grupo 12, Participação da comunidade nos espaços públicos; grupo 13: Orçamento público e controle social e grupo 14: O papel do Estado na garantia de direitos.

Os participantes escolhiam o tema a ser discutido na hora do credenciamento e a comissão regional alocava as pessoas conforme o tema escolhido e o número de pessoas inscritas no grupo. Apesar disso, alguns grupos tinham mais participantes que outros.

Os grupos eram constituídos de mais de 30 pessoas, sendo a maioria de mulheres, mas com participação de homens também. Os grupos não eram constituídos de adultos jovens, mas sim de adultos de faixas etárias variadas. No total 99 adultos participaram nas oficinas. Osicineiros eram da região e mostravam conhecer os problemas da área.

Uma das oficinas permaneceu em um único grupo e as outras duas realizaram discussões em subgrupos, com apresentação de propostas no final para o grupo todo.

Na oficina do tema “ participação da comunidade nos espaços públicos”, oicineiro comentou que havia muitas lideranças comunitárias presentes. Ao iniciar as atividades lançou a pergunta: “A comunidade de Itaquera tem acesso aos espaços públicos? Se tem, é feito um trabalho de qualidade?” As pessoas do grupo foram respondendo quais eram as áreas em que faltavam espaços públicos: educação, segurança, saúde, lazer etc.

A partir desse levantamento houve discussões sobre como deveriam ser tratadas todas essas carências e que todos os setores deveriam estar envolvidos através de uma rede de escolas, famílias, comunidade, governo. Por exemplo, “se não houver uma equipe multidisciplinar para trabalhar a parte pedagógica, se não houver médicos, assistentes sociais, pelo menos um de cada em cada coordenadoria, a escola sozinha não pode resolver. Tem de haver uma equipe multidisciplinar para

atender as famílias”. “Enquanto não houver uma articulação entre Educação e Saúde, não conseguiremos nada.”

Um relator foi anotando as propostas levantadas e ao final fez a leitura das propostas do grupo a serem levadas para a plenária.

Houve razoável participação do grupo, mas o coordenador opinava bastante e havia também algumas pessoas que falavam mais, durante a discussão e apresentação de propostas.

Houve também muita discussão sobre o Conselho Tutelar. Foi discutido o fato de haver muita demanda sobre essa organização que dispõe apenas de cinco pessoas, e também falta de capacitação dos conselheiros tutelares que, após eleitos pela comunidade, ignoram os diversos problemas que nela existem. Há a necessidade de capacitação contínua e de avaliação permanente dos conselheiros. “Eles não deveriam destinar as crianças diretamente aos abrigos, mas, antes, buscar diálogo com os familiares.”

Em relação ao ECA, questionou-se o excesso de direitos para os jovens, sem contrapartida de deveres. O ECA, segundo os participantes, “está criando marginais”. Os professores do grupo disseram que “devido ao excesso de garantias e demandas à escola, funcionários da educação estão se tornando conselheiros”.

No final, nesse grupo, os conselheiros tutelares de Itaquerá e José Bonifácio (antes era apenas um Conselho, mas devido à amplitude da região, o Conselho foi desdobrado em dois, mas com a mesma verba) vieram pedir apoio aos Conselhos Tutelares, contando as condições em que trabalham, com falta de equipamentos como computadores etc.

Para eleger os delegados houve consulta ao grupo sobre o interesse em sair como delegados e as pessoas iam se auto indicando. Depois houve a apresentação das pessoas ao grupo e aprovação das mesmas.

No grupo de “orçamento público e controle social”, os participantes foram divididos em 4 grupos com a presença de um conselheiro titular em cada um. Nos subgrupos foram discutidas as propostas de 2007 referentes ao tema “orçamento público e controle social”. Os participantes dessa oficina eram em grande parte (29 de um total de 36) alunos da Obra Social Dom Bosco que cedeu o lugar para a conferência.

O foco nesse grupo foi também na atuação do Conselho Tutelar, ainda que o tema da oficina fosse outro. Foi também discutido o ECA, orçamentos públicos, participação popular, políticas públicas, prioridades de atendimento aos jovens e políticas de atendimento à drogadição.

O grupo inteiro estava sentado em círculo, sendo que uma conselheira tutelar lia as propostas tiradas na conferência de 2007, comentando sobre o que havia acontecido com aquela proposta.

Uma conselheira falou do Conselho Tutelar, da divisão do conselho em dois conselhos e sobre a precariedade do conselho de José Bonifácio ao qual não havia sido atribuída verba para funcionar. A sala estava repleta, mas todos ouviam atentamente, não se observando conflitos nem polêmicas..

O grupo que discutiu o tema “o papel do Estado na garantia dos direitos” estava inicialmente no auditório com outro grupo, mas devido ao barulho ficaram na entrada do ginásio.

O grupo estava dividido em 4 subgrupos, cada qual recebeu alguns artigos do ECA para discutir o impacto de cada artigo, na realidade local. Um dos subgrupos discutia os serviços de saúde na região. Há serviços de saúde na região? Houve melhorias em relação à saúde? O que se discutia era que os serviços de saúde existiam, mas o atendimento não era bom. As famílias não eram orientadas, não recebiam informações. Se fossem atendidos por um médico, esse passava os remédios e não explicava mais nada. Para que serve o remédio, para que a pessoa estava tomando aquele remédio etc. “Na orientação para gestantes, as licenças não são para as mães mas para as crianças, e isso precisa ser passado para as gestantes”.

Os subgrupos estavam discutindo bastante e apresentaram suas propostas por escrito em painéis no grupo. O fato de terem se subdividido, permitiu uma maior participação de todos na discussão.

Houve discussão acerca da efetividade na região do art. 7º do ECA, que versa principalmente sobre saúde e condições de sobrevivência das crianças e adolescentes. Houve divergências nesse ponto, pois havia no grupo pessoas que defendiam a efetividade do ECA na região, principalmente na garantia dos direitos das crianças. Um membro de abrigo contestou, afirmando “não haver infraestrutura nem atendimento integral das crianças”. Afirmou que não há médicos suficientes e o tempo de espera de atendimento, especialmente de exames de ultra som é enorme. O ECA não é efetivo de acordo com os membros porque suas formas de implementação são “elitistas e fragmentadas”. Houve também divergência notável entre aqueles que defendiam incentivos fiscais para as empresas, a fim de estimulá-las a conceder a licença e os que, por outro lado, defendiam maior fiscalização por parte do Estado, o qual deveria punir violações de direitos básicos das mães.

Outro assunto debatido nesse grupo foi a excessiva burocracia no processo de matrícula nas escolas, o acesso gratuito à internet, manutenção e ampliação do ensino para jovens e adultos e criação de núcleos esportivos.

3 - PLENÁRIA

O ginásio não era um lugar adequado para a plenária, que acabou sendo muito tumultuada. As crianças corriam e se dispersavam enquanto alguém falava ao microfone e ninguém conseguia prestar atenção às propostas levadas pelas oficinas. O som do local também não era claro e definido, dificultando a compreensão do que era anunciado ao microfone.

Logo no início da plenária, as propostas de 2007 foram lidas por uma pessoa. Depois de cada proposta ela perguntava se havia sido executada e os participantes levantavam o crachá para confirmar. Mas como essa forma de conferir estava demorando bastante, a comissão resolveu apenas terminar a leitura das propostas de 2007 para começar a levantar as de 2009.

Os delegados de cada oficina foram chamados a apresentar os resultados e depois de lidas as propostas, entregavam para as pessoas que estavam recolhendo os trabalhos. Ao final de cada apresentação, a plenária referendava as propostas. Não houve votação de propostas por eixo e todas foram aprovadas.

Os delegados de todas as oficinas ficaram no meio da quadra e foram referendados em conjunto pela plenária.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Falta de espaços no bairro com oficinas temáticas de arte e cultura.
- Falta de acesso aos espaços de cultura.
- Qualidade do atendimento da saúde
- Profissionais melhor qualificados
- Diminuir a poluição
- Evitar enchentes
- Cursos profissionalizantes
- Falta de respeito dos alunos para com os professores e funcionários da escola
- Aborto
- Gravidez na adolescência
- Violência na Família
- Violência
- Saúde como direito
- Melhoria da alimentação nas escolas
- Educação e Profissionalização (propostas de 2007 que querem que tenha continuidade)
- Diversidade como riqueza
- Prostituição, DST/AIDS
- Barrar a votação contra a redução da maioria penal
- Instituir equipes multidisciplinares para trabalhar nas escolas (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e outros)
- Melhoria dos espaços das escolas públicas e maior incentivo à arte e cultura
- Respeito a todas as culturas
- Espaços ociosos transformados em área de lazer

- Manutenção dos espaços existentes
- Preservar o meio ambiente
- Diminuir a quantidade de lixo

4.2 - CONVENCIONAL

- Alto índice de gravidez na adolescência
- Falta de serviços de apoio para o atendimento às crianças e adolescentes durante sua infância
- Maior comprometimento dos professores e menos autoritarismo
- Políticas públicas para prevenir os adolescentes quanto à gravidez na adolescência
- Ampliação do número de creches, CCAs, EMEIs, EMEFs, Postos de Saúde, parques e equipamentos de lazer
- Formação continuada aos professores para melhor compreensão das crianças e adolescentes no seu processo de desenvolvimento
- Acabar com o sentimento de impunidade do agressor
- Observância às Leis por todos os órgãos públicos, no sentido de garantir os direitos das crianças e adolescentes
- Efetivar-se a proteção integral às crianças e adolescentes por toda a sociedade
- Ausência dos pais no processo de educação dos seus filhos
- Serviços públicos sucateados: UBS sem médicos, sem as especialidades para atender prontamente a população, sem remédio e demais recursos
- Atendimento é fragmentado e moroso (serviço público)
- Superar as promessas de campanha eleitoral, apenas, quanto ao atendimento à gestante
- Falta fiscalização por parte do Estado
- Incluir crianças e adolescentes na rede pública de serviços, não deixando ninguém de fora
- Enfrentar a problemática do uso descontrolado de álcool e drogas
- Redução da maioria penal
- Melhoria dos espaços escolares e maior incentivo à arte
- Ocupar os espaços vazios nos bairros com oficinas culturais
- Desenvolver trabalho de conscientização de preservação do patrimônio público
- Falta espaços adequados para brincar e praticar esporte
- CDMs sucateados, oferecendo risco aos frequentadores
- Parques e praças abandonadas
- Falta de segurança
- Elaborar o orçamento do governo local de forma participativa e transparente
- Os Conselhos Tutelares carecem de infraestrutura adequada
- Falta escola, creche, EMEIs e UBS

5- PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Ocupar as creches abandonadas para oficinas de arte e cultura
 - Incentivo à cultura nos bairros, valorizando a cultura local e a arte de rua.
 - Aumento e melhoria dos equipamentos de saúde, como hospitais e UBS e contratação de mais médicos.
 - Esportes radicais nas escolas abertas no final de semana
 - Melhoria de alimentação e materiais escolares
 - Espaço de qualificação e reciclagem promovido pelo Poder Público.
 - Criar mais parques e mais praças com árvores
 - Limpar e canalizar os córregos
 - Na profissionalização, ficar liberado o limite de idade, em especial para adultos de mais de 30 anos.
 - Melhorar a qualidade do ensino e colocar mais professores. Estímulo à leitura nas bibliotecas escolares.
 - Oferecer mais cursos de informática nas escolas e também inglês, espanhol
 - Transporte escolar com 50% de desconto para todos os alunos que necessitam tanto na rede pública como particular e, em especial, para alunos de cursos de profissionalização.
 - Construção de mais escolas e cursos profissionalizantes gratuitos.
 - Estagiários nas escolas para integrar as aulas e novos profissionais com direito de promover cursos nos finais de semana
 - Mais acesso ao lazer
 - Mais vagas para o EJA e os SAPN (salas de apoio pedagógico a crianças com necessidades especiais)

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Orientação nas escolas sobre sexualidade
 - Censura nos meios de comunicação
 - Construção de uma conferência com pais e filhos através das escolas, Ongs, Assistência Social, etc.
 - Aproximar pais das escolas, psicólogos, assistentes sociais e orientá-los.
 - Melhorar a segurança do bairro. Maior segurança aos defensores públicos.
 - Trabalho para diminuição do uso de drogas, álcool e fumo
 - Noções básicas de primeiros socorros nas escolas, creches e nos empregos
 - Tratamento da água e do ar
 - Segurança escolar e vistoria de banheiros e cozinha.

- Educação permanente para educadores, principalmente profissionais da rede municipal e estadual de educação, dentro dos períodos em que estão trabalhando, no intuito de promover a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais.
- Implantar fiscalização nas escolas para evitar entrada de armas, bebidas e drogas nas escolas.
- Políticas públicas para gravidez na adolescência: mais creches, postos de saúde, acesso aos serviços
- Maior comprometimento dos professores, menos autoritarismo
- Mais segurança
- Instituir equipes multidisciplinares para trabalhar nas escolas (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e outros)

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Manifestação de repúdio à redução da maioridade penal
- Desenvolver ações junto à mídia que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando a realidade das mesmas.
- Integrar família, escola e Conselho Tutelar para esclarecer os objetivos do C.T. que é parceiro e não inimigo do jovem.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Escola aberta nos finais de semana com educadores e com objetivos claros.
- Melhor ensinamento sobre as diferentes culturas, em especial a cultura afro-brasileira
- Organização da comunidade local
- Organização de Grêmios estudantis
- Conscientizar as crianças a não jogar lixo na rua, por meio de gibis educativos
- Reaproveitamento de materiais recicláveis em atividades pedagógicas.
- Realizar palestras e trabalhos nos espaços escolares sobre temas transversais para reflexão sobre os problemas em busca de soluções e liberar as escolas para espaço de recreação.
- Estabelecer discussão no espaço escolar sobre a importância da cultura da paz.
- Incentivo à maior participação dos alunos nos conselhos das escolas

➤ EIXO V - Gestão da Política

- Melhorar a política de inclusão para que ela tenha sustentabilidade

5.2 - CONVENCIONAL

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Políticas públicas para prevenir os adolescentes quanto à gravidez na adolescência
- Ampliação do número de creches, CCAs, EMEIs, EMEFs, Postos de Saúde, parques e equipamentos de lazer

- Formação continuada aos professores para melhor compreensão das crianças e adolescentes no seu processo de desenvolvimento

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Punições mais severas a quem viola os direitos humanos e agride e cometem violência contra crianças e adolescentes

- Divulgação e apropriação do contido no Estatuto das Crianças e Adolescentes por toda a sociedade

- Ampliação e reestruturação dos órgãos de proteção social integral às crianças e adolescentes

- Trabalho intersetorial com foco na matricialidade familiar, visando o processo de educação e proteção integral às crianças e adolescentes, em todos os espaços de convívio e cidadania, como prioridade absoluta - art. 227 da Constituição Federal

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Equipar as Unidades Básicas de Saúde com médicos e toda a equipe necessária para oferecer um atendimento adequado. Fazer parceria com universidades para organizar o atendimento e melhorar a qualidade dos serviços. Construir novos hospitais e equipá-los adequadamente para oferecer atendimento digno à população, inclusive aos acompanhantes

- Resgatar o serviço público de qualidade, evitando a terceirização que só visa o lucro

- Priorizar o atendimento à gestante, garantindo o pré e o pós-natal

- Mobilizar a população, os usuários e os órgãos públicos para que se assegure uma efetiva fiscalização e monitoramento dos serviços de saúde

- Construir e equipar os equipamentos públicos de acordo com a demanda: CEI, EMEI, EMEF e Escola de Ensino Médio, principalmente no Jd. Novo Horizonte

- Ampliar a política de atendimento com implantação de novos serviços CAPS e melhorar as formas de acesso a esses serviços, bem como oferta de alternativas de tratamento em clínicas ou comunidades terapêuticas

- Fazer manifestação de repúdio contra a votação e aprovação da maioria penal junto ao Congresso Nacional

- Fazer da escola um espaço aberto para discussões e apropriação de diferentes culturas

- Incentivo à cultura popular, cadastrando grupos culturais da periferia e dando estímulos para sua profissionalização

- Valorizar as artes de Rua

- Maior segurança aos defensores públicos

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Implantar política de esporte e lazer nos bairros, oferecendo centros esportivos com programação adequada ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, como futebol, vôlei, basquete, jogos olímpicos, ginástica etc.

- Estabelecer política de parcerias com ONGs através de audiências públicas para concurso de projetos para que possam desenvolver ações de esporte e lazer de forma planejada, com equipes de profissionais preparados e monitorados por técnicos com formação compatível
- Reformar e instalar equipamentos de lazer nas praças e parques nos bairros, principalmente urbanizando áreas degradadas e sem manutenção do poder público
- Estabelecer política de segurança com a polícia militar e GCM monitorando os espaços públicos de convivência de crianças e adolescentes e suas famílias

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Assegurar orçamento próprio para cada Conselho Tutelar
- Os Conselhos Tutelares precisam oferecer um atendimento de qualidade à população/ o CMDCA precisa assegurar formação continuada aos conselheiros tutelares/Estabelecer uma relação de parceria com a escola e as famílias
- A PMSP precisa construir escolas, creches, EMEIs e UBS no Jd. Novo Horizonte

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	René Ribeiro Silva
Educação	Alba Teresinha Camargo Kopezynski
Saúde	Maria Alcina Guedes Monteiro
Subprefeitura	João Bosco da Costa
Conselho Tutelar	Dinorá Maria da Silva Pedro de França Ferreira
Fórum Municipal DCA	José Aparecido de Andrade Débora do Nascimento Adenilson José de Santana
Adolescente	Juliana Dias da Silva

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Boris Romão Antunes	Caique Dos Santos
Marcos Vinicius Nery Pereira	Thiago Venancio Vieira Teixeira
Flavio Machado Viana	Ingrid Cristina Candido B. Dos Santos
Amanda Santos De Oliveira	Renan Marcos Da Silva
Mateus Cesar De Oliveira Brito	Gustavo Pires Ferreira
Luan Luiz Da Conceição	Anderson B Magalhães
Washington V. Nascimento	Antonio Airton Do Amaral Jr.
Fabiola Ferré Batista	Marcos Vinicius Da Silva Alves
Patricia Garcia Rodrigues	Leticia Rodrigues Da Silva
Amanda Dso Santos Garcia	Karolaine Bezerra Da Silva
Daiany Ferraz Cabral	Jamison Iago Alves Da Cruz
Artur Azevedo Alonso	Bruna Victoria Gomes Campos
Leticia Rodrigues	Rodrigo Felipe De Souza
Amanda Dos Santos Garcia	Carlos Mendes B. Junior
Maricheley Gabriela Oliveira Araujo	Thalia Paiva Da Silva
Ulisses José Da Silva Leite	Magda Raquel Y. Laura
Michael Silas Batista Da Silva	Diego Freire Teofilo
Cristiane Alves	Dionísio Dos Santos Dinis Jr.
Davidson Rocha Dos Santos	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Ubirama Da Silva Dino	Ana Lucia Santos
Débora Do Nascimento Rolan	Marcia Sueli N. de Almeida Carvalho
Ademilson José De Santana	Giovanni Perez
Abadia Martins Santos	Zenaide Da Cruz
Gil Da Silva Gonçalves Júnior	Ricardo Cordeiro Do Nascimento
Simone Martins Teles	Fernanda Luiza
Priscila Luiza De Oliveira	Andreia Lima
Felipe Augusto Dos Santos	Fernanda De Moraes Bonfim
Raimunda Canuto	Clebson A. Dos Santos
Ivaldina Ferreira Veloso Félix	Ederson Aparecido De Andrade
Maria Do Socorro Alves	

JABAQUARA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica do Jabaquara ocorreu no dia 11 de julho de 2009, das 9:00h às 16:00h e a Conferência Convencional, no dia 15 de Julho de 2009, das 8:00h às 13:00h., ambas no CEU Caminho do Mar, à Av. Engenheiro Armando Arruda Pereira, 5275. Da primeira, participaram 63 crianças e adolescentes e da segunda, 88 adultos.

A Conferência Lúdica teve início com o cadastramento dos participantes. De acordo com a Comissão Organizadora, de um total de 86 pessoas inscritas pela internet, somente 23 compareceram na Conferência e outras 40 fizeram inscrição no local durante o credenciamento. A presença aquém do esperado pode ter sido em consequência da forte chuva nesse dia e das festas juninas na região, conforme informação de algumas pessoas.

Na Conferência Convencional havia vários participantes dos grupos de terceira idade que frequentam o CEU. Eles estiveram presentes na conferência desde início até o encerramento. As oficinas de atividades para discussão e reflexão em pequenos grupos não se realizaram na conferência convencional, uma vez que os participantes preferiram discutir os eixos temáticos, no próprio auditório em que seria realizada a plenária. Houve, portanto, uma fusão das oficinas com a plenária.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura do evento ocorreu com a fala de um dosicineiros. Não houve composição de mesa nem conferência das propostas de 2007. Na sequência, foi cantado o Hino Nacional e apresentado um vídeo indiano intitulado “Árvore da Vida”. O vídeo tratou do tema mobilização de adultos, a partir da iniciativa de uma criança, para resolverem conjuntamente um problema comum a todos. O vídeo está disponível no Youtube como ‘Atitude Solidária’, segundo informou o oficineiro.

Em seguida, uma representante do IBEPEC fez um breve histórico das Conferências realizadas anteriormente. Mencionou temas como ditadura, democracia e Constituição e, citou o SIPIA (Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente), o SINASA e o disque 100 para denúncias.

A representante do CRAS Jabaquara mencionou o número elevado de crianças e adolescentes na região do Jabaquara, além, de apontar diversas outras questões que caracterizam a região, tais como, a violência, o abandono, crianças fora da escola e ocorrência de enchentes. Chamou a atenção para o fato de 20% da população do Jabaquara ter entre 14 e 24 anos.

O oficinairo que estava conduzindo os trabalhos propôs uma dinâmica para aquecimento das crianças ali presentes denominada playcenter. Por meio dela, as pessoas simulavam sensações iguais às que sentem quando estão num brinquedo do playcenter.

Em seguida, a coordenadora didática do CEU Caminho do Mar fez um panorama histórico do CEU, que foi construído em área, inicialmente, abandonada, e, posteriormente, inserida no Orçamento Participativo para que nela fosse construído o CEU. Apontou alguns problemas que afligem crianças e adolescentes da região, tais como o tráfico, a falta de escolas, crianças estudando longe de casa, violência doméstica, abuso sexual, gravidez precoce e mães que não têm com quem deixar os filhos quando saem para trabalhar. Destacou, ainda, a importância do CEU enquanto espaço de proteção às crianças do Jabaquara, elencando as diferentes atividades e os cursos gratuitos que acontecem naquele espaço. Sugeriu que as crianças discutissem nas oficinas: professores de qualidade, segurança, transporte e moradia. Citou, ainda, o Projeto Unicef que atende 3.500 famílias e, por meio do qual, adolescentes desenvolvem projeto de comunicação, recebendo meio salário mínimo. Por fim, enfatizou a importância de garantir que as propostas a serem elaboradas, durante essa conferência, sejam realizadas até 2011.

Foram exibidas, em um telão, imagens de eventos promovidos pelo CEU Jabaquara: dança, música, teatro, capoeira, palestras, exposições e trabalho com argila, além das atividades de esporte e lazer.

- Regimento Interno

A leitura do Regimento Interno foi feita por uma representante do IBEPEC e por representante da comissão organizadora regional. Fez-se constar no regimento interno, o número de participantes presentes.

- Apresentação Cultural

Houve três apresentações culturais, uma de dança de salão e outra de capoeira, com adolescentes do grupo Céu da Bahia, com mestre Boca. A temática da apresentação foi a história de um guerreiro negro (maculelê), seguida de uma roda de capoeira com a participação de crianças, jovens e mestres.

Um grupo de Axé se apresentou no encerramento da conferência.

2 – OFICINAS

Um oficinairo apresentou e chamou ao palco os demais oficinairos, que, segundo informações obtidas junto à Comissão Regional, eram todos do CEU e haviam recebido treinamento da assessoria de metodologia IBEPEC.

As seis oficinas inicialmente definidas pelos próprios oficinairos foram criadas segundo critério de idade dos participantes, traduzindo os cinco eixos temáticos, a saber: Tema 1 (eixo 2): Violência não,

prevenção (7 a 8 anos); Tema 2 (eixo 4): Participação da criança e do adolescente (9 a 10 anos); Tema 3 (eixo 1): Diferenças na sociedade (11 a 12 anos); Tema 4 (eixo 4): Protagonismo juvenil – grêmios (13 a 14 anos); Tema 5 (eixo 5): Política e adolescentes (acima de 13 anos); Tema 6 (eixo 3): Garantia de direitos (15 a 17 anos).

No entanto, por haver poucas crianças presentes, as oficinas foram reorganizadas em dois grupos por idade: grupo com crianças de 7 a 12 anos e grupo com adolescentes de 13 a 17 anos.

Na oficina composta por adolescentes, eles foram dispostos em cadeiras, em círculo e receberam uma pasta com folha sulfite.

A primeira atividade teve o intuito de promover a integração entre os adolescentes. Aicineira pediu que colocassem a primeira letra do nome na folha sulfite e, em seguida, levantassem a folha para que todos pudessem ver, a fim de que cada um formasse o máximo possível de palavras com 4 letras, dentre as exibidas nas folhas. Para isso, os adolescentes tinham que se deslocar, circular na sala. Todos estavam bastante envolvidos, entretidos e colaborativos entre si. Dentre as palavras formadas estavam: mãe, terra, jaca, cama, dado, casa, cajá, faca, Lapa, jipe.

Na segunda atividade formou-se um círculo no centro da sala com as cadeiras. Aicineira dirigiu-se a um participante, ficou frente a frente, de pé, e disse: “nome (xxx), eu gosto de você porque você tem cabelo”. Com isto, a cadeira da pessoa foi tirada do círculo e todos os participantes que tinham o que ela disse deveriam trocar de lugar no círculo. Quem ficava sem cadeira, escolhia uma pessoa para dizer porque gostava dela, dando continuidade à dinâmica. Ao final da atividade, aicineira deixou 3 pessoas de pé (portanto, foram retiradas do círculo 3 cadeiras), aumentando propositadamente o grau de dificuldade da atividade. Encerraram com palmas.

A terceira atividade teve como temas protagonismo juvenil e políticas públicas. O icineiro perguntou quem tinha alguma idéia do que é ser protagonista e exemplificou com personagens da novela Caminho das Índias (atores principais), conhecidos pela maioria dos adolescentes lá presentes. Propôs, então, que o grupo se dividisse em 2 subgrupos, cada um representando um partido político, para que falassem dos problemas do Jabaquara (exemplificou com iluminação, falta de vaga nas escolas, atendimento adequado na saúde) e de possíveis soluções.

Terminada essa atividade, o icineiro explicou a importância e responsabilidade do delegado na Conferência Municipal.

Na quarta atividade, o tema foi direitos e deveres. Foram mantidos os dois subgrupos, sendo que um deles seria o representante da Revista Época e o outro, da Revista Veja. Os subgrupos discutiram o tema, todos participaram bastante, debatendo e ouvindo as falas uns dos outros. Ao final das discussões, cada grupo narrou sua reportagem, esclarecendo o assunto.

Terminada a atividade, o icineiro pediu que cada grupo escolhesse dois delegados e dois suplentes.

Na oficina realizada com crianças, os participantes foram divididos em três subgrupos: o primeiro sobre “violência não, prevenção”; o segundo sobre “diferenças na sociedade” e o terceiro sobre “participação da criança e do adolescente”. As crianças ficaram bastante atentas, mas participaram pouco da oficina.

No momento da escolha dos candidatos a delegados, as crianças estavam dispostas em círculo e quem queria ser delegado se apresentava e dizia os motivos pelos quais queria ser delegado.

3 – PLENÁRIA

Os grupos de crianças e de adolescentes apresentaram suas propostas no palco.

Em seguida, oicineiro chamou as quatro candidatas a delegadas eleitas no grupo dos adolescentes para que se apresentassem e dissessem por que queriam ser delegadas. Houve uma nova votação dos delegados, pois das quatro, apenas três poderiam ser delegadas, além da delegada eleita no grupo das crianças.

Em seguida, dois conselheiros tutelares do Jabaquara falaram da importância da participação e manifestação das crianças e das preocupações com relação aos direitos e deveres delas. Informaram o novo endereço do Conselho Tutelar (Avenida Engenheiro Jorge Corbusier, 839).

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- As discussões nas oficinas levantaram os seguintes aspectos:
- Redução do lixo e de enchentes nas áreas próximas aos córregos. Em dias de chuva, seriam evitadas novas mortes.
- Baixa qualidade da merenda escolar.
- Melhorar o acesso aos deficientes físicos
- Diminuir o acesso ao uso de drogas pelos jovens, evitar violência e uso de armas pelos cidadãos comuns.
- Melhoria da segurança em geral.
- Oferecer educação de qualidade.
- Melhoria do acesso a locais distantes.
- Espaços de cultura e lazer para crianças e jovens que não existem na região do Jabaquara.
- Melhoria da saúde da população da região.
- Falta de grêmios nas escolas.
- Acabar com o tempo vago dos adolescentes da região.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Ampliação da rede de saneamento básico, melhor utilização dos terrenos baldios e melhoria das moradias; construção de prédios CDHUs/COHABs.
- Melhorar o meio ambiente: não jogar lixo nas ruas, preservar as reservas ambientais com a diminuição do desmatamento e da poluição.
- Melhoria das merendas escolares; melhorar o preparo dos alimentos e a qualidade dos ingredientes
- Melhoria da escola
- Melhoria para o acesso de deficientes no bairro com a construção de rampas nas escolas, nas calçadas, ruas e avenidas e construção de ônibus com instalações adequadas aos portadores de deficiência.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Campanhas de conscientização contra armas, uso de drogas e criação de postos para devolução de armas.
- Construção de bases comunitárias com policiais preparados para abordagem de jovens.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Na área de educação, construção de creches, abrigos e mais opções de atividades extracurriculares, garantindo aos jovens mais tempo na escola e menos tempo na rua.
- Na parte de transportes, aumentar a frota de ônibus em São Paulo e melhoria de atendimento aos idosos.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Construção de equipamentos especializados para atendimento de crianças e adolescentes nas áreas de educação, cultura, saúde e lazer - Centros de Referência de Crianças e Adolescentes/ Centros de Juventude.
- Na parte da saúde: construção de mais um hospital, e contratação de profissionais qualificados.

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Que as escolas incentivem a criação de grêmios estudantis.
- Construção de escolas com cursos profissionalizantes e criar oferta de bolsa de estudo nas faculdades particulares.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A gestora do CEU deu boas vindas a todos, falou da importância da conferência e do protagonismo juvenil e convidou todos a cantarem o Hino Nacional. Foram projetadas imagens de diversas regiões do país com suas interpretações do Hino Nacional. Em seguida, pediu para que fosse apresentado um vídeo sobre o Céu

- Composição da mesa

Não houve formação da mesa, mas algumas pessoas subiram ao palco para falar com a platéia.

Um conselheiro tutelar falou da importância das conferências. Disse que esse CEU foi conquista de uma conferência. Pediu para não colocarem medo nas crianças, pois o Conselho Tutelar é um órgão de defesa das crianças, não é repressor. Ressaltou a necessidade de se fortalecer a rede de instituições para que não seja preciso estar sempre recorrendo ao Ministério Público para defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O chefe de gabinete da subprefeitura contou uma história em que “o pastor diz que o bom sermão tem 10 minutos. Nos 5 primeiros fala-se com Deus. Nos outros 5 minutos fala-se com o povo. Depois disso, só o diabo agüenta”. Narrou, ainda, outra história em que as velas representam a fé, a paz, o amor e a esperança. Disse que mesmo que todas elas sejam apagadas, se a esperança se mantiver acesa, ela reacenderá as outras velas. Disse que não podemos perder a esperança.

A representante da diretoria regional de educação de Santo Amaro falou que o CEU foi conquista de uma conferência e é no CEU que as crianças e adolescentes têm as melhores condições para seu protagonismo. Afirma que no CEU começam as políticas de atendimento de crianças e adolescentes.

- Regimento Interno

O regimento interno foi lido por uma representante do IBEPEC. Foi aprovado por aclamação, sem destaques.

- Apresentação cultural

Um grupo de crianças de, aproximadamente, 4 anos dançou no palco logo após a abertura do evento.

Para fechar, um morador da região, repentista, improvisou alguns versos para a platéia.

- Palestras

Edson Silva, do Instituto São Paulo de Cidadania e Política, apresentou um ppt contextualizando e explicando os 5 eixos temáticos orientadores das diretrizes do Plano Decenal de Direitos da Criança e do Adolescente.

2 E 3 – OFICINAS E PLENÁRIA

Uma representante do IBEPEC leu as propostas que foram aprovadas na Conferência Lúdica do dia 11/07/2009.

Em seguida, colocou em votação duas possibilidades para a realização das oficinas: na primeira, permaneceriam todos juntos no teatro para discutirem os cinco eixos; na segunda, seriam formados cinco grupos para que cada um discutisse um eixo. A primeira opção foi aprovada. Dessa forma, os participantes continuaram as atividades na própria plenária.

Os eixos foram projetados em power point. Aicineira lia cada eixo, explicava quando necessário e coordenava a discussão dos participantes. As propostas eram tiradas imediatamente após a discussão de cada eixo discutido.

De maneira geral, a platéia participava fazendo propostas, discutindo situações ou se posicionando sobre as falas das outras pessoas.

No eixo I, discutiu-se sobre problemas na educação (falta de equipamentos, necessidade de apoio psicológico e reciclagem para os professores, falta de apoio psicológico ao aluno); falta de abrigos e de CRECAS no Jabaquara; dificuldade para cumprir as medidas sócio-educativas, pois só existe um posto de atendimento na região; abandono do adolescente, papel da mídia na sexualidade precoce das crianças e na disseminação de muita informação e pouca formação para jovens e crianças.

No eixo II, falou-se da demora na cobrança da pensão alimentícia (responsabilização dos pais), da falta de participação da comunidade, da dificuldade de identificar casos de abuso sexual de meninos e das poucas denúncias de violência e abuso sexual.

O eixo III suscitou discussões sobre a falta de divulgação do ECA e as propostas de retrocesso dos direitos já conquistados como a redução da maioria penal.

A reflexão sobre a importância dos grêmios, a dificuldade para implantá-los nas escolas, a falta de apoio dos diretores ou imposição para que sejam criados dominou a discussão do eixo IV.

No eixo V, falou-se bastante da substituição de funcionários por grades nas escolas.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Foram levantados e discutidos os seguintes temas:
- Falta de comunicação e preparo das unidades escolares com alunos e pais
- Falta de espaço para a criança e adolescentes
- Falta de infra-estrutura do Conselho Tutelar Jabaquara
- Falta de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente
- Falta de perspectiva e oportunidade de crescimento pessoal, profissional e financeiro

- Capacitar pessoal para atendimento de adequado de crianças e adolescentes
- Falta de infra-estrutura do Conselho Tutelar Jabaquara
- Falta de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente
- Falta de participação dos adolescentes no ambiente escolar
- Transparência e entendimento do orçamento público entre criança e adolescente
- Diminuir o tempo ocioso dos alunos nos corredores das escolas
- Falta de incentivo aos Grêmios Estudantis e desativação de salas multimídia e bibliotecas para criação de salas de aula

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Apoio técnico e psicológico para reciclagem dos profissionais da educação e alunos, visando melhoria da comunicação e de convivência pacífica entre os pares
- Construção/instalação de um Centro de Referência e apoio à criança e ao adolescente (saúde, cultura e lazer)

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Melhorar as condições nas instalações do Conselho Tutelar. Informatização do fluxo de dados entre os diferentes Conselhos
- Inclusão/ criação de calendário escolar mensal para discussão do ECA e de apoio, orientação e participação da família

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Inclusão do ECA na grade curricular do ensino fundamental e criação da semana do ECA
- Criação de cursos técnicos nos CEU Caminho do Mar no durante o período noturno
- Melhorar as condições nas instalações do Conselho Tutelar. Informatização do fluxo de dados entre os outros Conselhos
- Inclusão/ Criação de calendário escolar mensal para discussão do ECA e de apoio, orientações e participação da família

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Incentivo à criação e participação de adolescentes em Grêmios Estudantis nas escolas, pelas Direções da UEs, que deverão fiscalizar e apoiar
- Criação de espaço para participação da criança e do adolescente no Orçamento Público

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Aumento do número de funcionários nas unidades educacionais

- Criar condições para fortalecimento e permanência dos grêmios, uso das salas multimídias e bibliotecas nas escolas

6 - COMISSÃO REGIONAL

Representantes do Poder Público	Sandra Tanabe Maria Claudia da Silva Reis
Conselho Tutelar	José Carlos Antônio Ed Carlos Faustino Guilherme
Fórum Municipal DCA	Fernando Fargerston Alzira Santos Maria Lucia da Silva Maria José Guimarães
Adolescente	Joice Brito da Silva Jessica Magalhães

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Amanda Tella da Silva Tatiane Santos Alves Cinthya Silva Ferraz Maria Rita de Oliveira Ricardo	Lisandra Carvalho Cavalcanti Marcio Henrique Gonzaga Rosa Thais de Almeida Ramos de Oliveira Joice Josy da Silva Cosme Alan P. de Almeida

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Maria Valvolina Costa Nobrega de Lima Vagner Pereira de Souza Hilton Silva dos Santos (Polícia Militar) Ed Carlos Faustino Guilherme (CT) Ana Cristina de Souza Elias Luiz Claudio Galvão Maria Lucia da Silva Teresa Cristina dos Santos Martins José Carlos Antonio (CT) Maria Claudia da Silva Reis Maria José Guimarães	Ruth Helena Vieira Furtado Eliane Cristina Brito Almeida

JAÇANÃ/ TREMEMBÉ

INTRODUÇÃO

Diferentemente da Conferência do ano de 2007, que foi realizada em conjunto com Santana e Vila Maria, as Conferências de 2009 contaram apenas com Jaçanã/ Tremembé. As demais regiões fizeram as suas próprias Conferências.

A Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e Adolescente dessa região foi realizada no dia 15 de julho de 2009, das 8h às 15h50, no CEU Jaçanã, situado à rua Antônio César Neto, 105. De acordo com um representante da Comissão Regional, no dia da conferência, haviam se inscrito on-line 322 crianças, mas devido às férias e também à chuva, estavam presentes 266 crianças.

A Conferência Convencional foi realizada no mesmo local, no dia 16 de julho de 2009, das 8h às 15h. Estavam previstos 300 participantes, mas apenas 102 pessoas compareceram no dia, das quais 78 participaram das oficinas.

No credenciamento, era distribuída uma pasta para cada participante, contendo material pedagógico, o Regimento Interno e as propostas da Conferência de 2007. Após o credenciamento e o lanche da manhã, as pessoas se dirigiam ao anfiteatro, onde foram realizadas a abertura oficial, as apresentações culturais e a plenária final. Na Conferência Lúdica não houve a conferência das propostas de 2007.

As discussões nas oficinas foram realizadas em torno dos eixos temáticos propostos pelo CONANDA.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

- Composição da mesa

No ato de abertura, depois das boas vindas aos participantes, foram chamados para compor a mesa : uma representante das crianças; uma representante dos adolescentes; um representante do Conselho Tutelar Jaçanã/Tremembé; uma representante da Comissão Regional e o chefe de gabinete do subprefeito.

Todos fizeram um pronunciamento, falando brevemente sobre a finalidade e importância da Conferência, sobretudo no aspecto da participação das crianças e adolescentes.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido e aprovado sem destaques. Após a aprovação do Regimento, a coordenadora da Comissão Regional fez uma palestra sobre os objetivos da conferência, destacando

que aquela era a hora das crianças e adolescentes se manifestarem, de terem voz. Em seguida, passou a organizar as crianças para as oficinas.

- Apresentação Cultural

Houve uma apresentação musical (NPPE Jaçanã – CAS Piedade): canção composta pelos jovens na semana do meio ambiente e uma apresentação de street dance (NPPE Tremembé). No início da plenária final, houve a apresentação de um grupo de teatro de mamulengo do EMEF Mal. Rondon.

2 – OFICINAS

Inicialmente as crianças foram divididas por faixa etária: 7 a 10 anos; 11 a 14 anos e 15 a 17 anos. Foram realizadas oito oficinas, distribuídas por eixo. Os eixos IV e V tiveram respectivamente 3 e 2 oficinas e os demais eixos, uma oficina cada.

As crianças e adolescentes foram divididos em grupos de aproximadamente 30 pessoas.

Após essas oficinas terem sido iniciadas, um grupo de crianças que estava ensaiando uma apresentação cultural veio a formar outro grupo, com menor número de participantes.

Notou-se que as meninas estavam em maior número que os meninos, numa proporção de 2/3 para 1/3.

A grande maioria dos participantes era constituída de crianças e adolescentes atendidos por algum serviço da região voltado para essa população.

O espaço para as discussões foram as salas de aula da EMEF, o que comportou bem os grupos.

Segundo a coordenadora da Comissão Regional, osicineiros eram pessoas que trabalham em vários serviços de atendimento a crianças e adolescentes da região.

A metodologia adotada diferiu um pouco em cada grupo. Algunsicineiros leram um texto do documento base - Descritores dos eixos prioritários – no que se referia ao seu eixo, outros não. Estavam previstos doisicineiros por oficina.

De maneira geral, osicineiros estimulavam as crianças e adolescentes a falar sobre os problemas, sobre o que eles desejavam, o que faltava na região para depois tentar representar as propostas em cartolinas. Houve umicineiro que disse que os jovens deveriam formular “quais são as vontades ou necessidades que eles tinham”. Deu como exemplo: “tenho vontade de ter uma pista de skate” ou “tenho necessidade de ter aula de tupi-guarani na escola”. Havia bastante cartolina, papel sulfite, tesouras, papel crepon, massinhas etc. que os participantes poderiam utilizar para expressar seus desejos ou necessidades. Notou-se que algunsicineiros falavam muito, tirando um pouco o espaço das crianças e adolescentes de se colocarem.

Outra técnica usada era pedir que cada criança escrevesse em folhas de papel sulfite os problemas e a solução (proposta) desses problemas.

Após o levantamento dos problemas, os grupos eram divididos em subgrupos para discutir esses problemas. Em grupos grandes, poucas crianças se manifestavam, enquanto em subgrupos havia mais participação. Alguns adolescentes tumultuavam seus grupos com brincadeiras e dificultaram o trabalho dosicineiros.

Dentre os problemas mencionados pelas crianças e adolescentes, destacam-se os seguintes:

- Violência policial (recorrente entre os adolescentes): “Quando a gente está andando de noite, eles param a gente e mandam encostar na parede e levantar os braços. E a gente não estava fazendo nada”. “Se a gente estiver andando na rua é agredido verbalmente. Acho que os policiais estão envolvidos com o tráfico de drogas”.
- Lazer: Falta de local para brincar/ falta de praças e parques
- Saúde: Quando a criança ou adolescente vai a um posto de saúde ou hospital, ela não é atendida logo. Sempre outras pessoas, como os idosos, têm prioridade. Uma participante disse que seria interessante que houvesse uma segmentação para atendimento em saúde por faixa etária.
- Uma criança diz que é necessário colocar faróis em determinado lugar, e uma representante do Fórum Regional diz: “Nós precisamos discutir coisas maiores, que interessam a todas as crianças e não coisas que atendam a necessidade só da pessoa”.
- O problema do lixo também foi bastante levantado. “No bairro tem muita gente que joga lixo e gente que cata coisa no lixo e não tem uma cooperativa de catadores. Deveria haver para gerar renda e, ao mesmo tempo, limpar o lixo”.
- Falta de consciência política

3 - PLENÁRIA

Não houve composição de mesa na plenária final. Um grupo de teatro de mamulengo do EMEF Marechal Rondon apresentou-se e em seguida foi iniciada a apresentação das propostas pelos grupos.

As propostas eram apresentadas por oficina, por eixo, através de cartazes e um grupo fez uma apresentação musical das propostas. A coordenadora da Comissão Regional que conduzia a plenária, submetia as propostas à aprovação da plenária. Até o final das apresentações não houve contestação, nem foi solicitada nenhuma palavra.

Quando todas as propostas haviam sido apresentadas e aprovadas, a coordenadora disse que quem discordasse de alguma coisa poderia tomar a palavra. Um rapaz discordava da implantação de novas bibliotecas; três pessoas pediram a palavra para dizer que eram contra a extinção da cota para entrar em universidades, conforme constara de uma proposta. Todos foram ouvidos, mas os destaques não foram colocados em votação porque as propostas já tinham sido votadas.

Os destaques com discordância em relação às propostas foram os seguintes:

- Não é necessário abrir mais bibliotecas, pois as que temos estão sendo fechadas por falta de usuários.

- Não pode acabar com as cotas como referido no Eixo 2 porque a cada 50 brancos, apenas 2 ou 3 são negros.

- Que não ocorra a eliminação das cotas, pois não é preconceito e sim uma grande ajuda para os estudantes do ensino público (a questão das cotas não é somente para os negros, mas também para os estudantes da escola pública).

Não houve a seleção de duas propostas por eixo. Ao término da apresentação das propostas, houve o referendo dos delegados que haviam sido escolhidos nas oficinas por consulta ou indicação.

4 - DESAFIO/ PROBLEMAS

- Meio ambiente
- Drogas
- Segurança
- Cultura e Lazer
- Moradia
- Educação
- Transporte público
- Tráfico
- Pedofilia
- Saúde
- Violência
- Falta de consciência política

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos das crianças e adolescentes em um contexto de desigualdades

- Melhorar a limpeza dos prédios das escolas que estão com pichação nas paredes
- Implantar coleta seletiva em todas as ruas da região e melhorar as que já existem
- Construir biblioteca pública na região e abrir biblioteca nas escolas com mais livros
- Criar brinquedotecas
- Respeitar o direito de todos à crença e culto religioso, à opinião e expressão, garantindo os princípios de equidade
- Garantir o direito à habitação na região Jaçanã/Tremembé
- Garantir iluminação e asfalto nas ruas dos bairros da região (Jardim Filhos da Terra, Jardim Hebrum, Jaçanã, Fontalis)
- Fazer calçadas de melhor qualidade

- Melhorar o ensino, acabando com a falta de professores e a abertura de cursos de ensino médio e fundamental no período noturno
- Oferecer cursos que priorizem as crianças de baixa renda ou que moram na periferia
- Criação de cursos profissionalizantes gratuitos
- Melhorar a merenda escolar
- Construção de clubes, parques e praças, com brinquedos e com mais policiais nas ruas
- Melhorar o transporte público, em quantidade e qualidade/Mais metrô e aumento da frota de coletivos
- Atendimento em saúde específico por faixa etária (crianças e adolescentes) e melhor atendimento no AMAS
- Instituir o Vai e Volta para todas as séries e para outras escolas
- Garantir o acesso à informática com aulas gratuitas e mais computadores nos telecentros
- Criar cursos profissionalizantes com escolas que possam atender a população de forma adequada
- Oferecer atividades extracurriculares e material didático adequado
- Criar ciclovias e lugares para guardar as bicicletas
- Implantar, em todos os CCAs, cursos profissionalizantes, salas de informática, salas de música, quadras cobertas e que a Prefeitura aumente o convênio
- Criar mais quadras poliesportivas cobertas nas escolas, mais piscinas
- Garantir saneamento básico de boa qualidade
- Melhorar o atendimento de saúde pública com mais hospitais e postos de saúde, mais remédios/Melhorar e agilizar o atendimento nos postos de saúde

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes

- Adotar medidas de combate à violência doméstica e nas escolas/Acabar com as brigas nas escolas
- Construir clínicas de reabilitação para os usuários de drogas na região de Jaçanã e Tremembé
- Que os deficientes tenham um melhor atendimento em todos os lugares e não tenham dificuldade de andar pelas ruas e que como todas as pessoas tenham oportunidade de emprego
- Acabar com o preconceito nas escolas técnicas, acabando com as cotas e dando oportunidade para aqueles que têm capacidade
- Menos violência, menos policiais matando pessoas inocentes
- Mais crianças nas escolas e menos criança nas ruas
- Adotar medidas para diminuir os bares nos bairros
- Nas escolas da região, é necessário e urgente acabar com a violência
- Erradicar o trabalho infantil

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Combater o tráfico de drogas, a pedofilia e o trabalho infantil

- Que as leis sejam cumpridas e que os policiais recebam equipamentos adequados para melhor execução do seu trabalho
- Implantar um maior número de PROCONs nas regiões para que as pessoas tenham um acesso rápido aos seus direitos e fazer a divulgação sobre esses direitos

➤ Eixo IV - Participação das crianças e adolescentes nos espaços de construção da cidadania

- Realizar palestras que informem sobre a natureza e a responsabilidade das pessoas para com os animais
- Construir centros de cultura e de recreação de crianças e adolescentes com atividades para crianças, adolescentes e jovens da região
- Oferecer cursos para implantação de sustentabilidade e geração de renda para jovens e seus pais (por ex., cooperativa de catadores)
- Abrir escolas no fim de semana para acolher crianças, para, além de lazer, aprender sobre a cultura da nossa região
- Implantar curso de Ciência Política como currículo de formação educacional na escola
- Criar praças e áreas de lazer para que as crianças e adolescentes possam brincar quando quiserem e que também possam ter orientação sobre a formação, como palestras, gincanas que incentivem as crianças a procurar o melhor de si.

➤ Eixo V - Gestão da política

- Que os pedágios sejam implantados para a melhoria das estradas
- O dinheiro cobrado nos pedágios espalhados pelas estradas deve ser usado para melhorar as condições das mesmas e deve ser acessível ao bolso de todos
- Utilizar adequadamente as verbas do orçamento para que sejam atendidos os desejos da população de forma correta
- O poder público deve fazer uma maior divulgação sobre a Conferência para aumentar a participação

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Após o credenciamento todos se dirigiram ao auditório do CEU. A primeira atividade foi a execução do hino nacional.

- Composição da mesa

Foram chamados para compor a mesa de abertura: um adolescente; representante do Conselho Tutelar; representante da Comissão Regional da sociedade civil e o Subprefeito.

O subprefeito saudou os participantes e relatou um pouco do trabalho que está sendo feito na subprefeitura, principalmente um trabalho voltado para a construção da paz.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido na íntegra. Ao final da leitura, um representante do Conselho Tutelar e membro da Comissão Central solicitou a inclusão de uma complementação no Art. 14. Esse artigo dizia "Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Comissão Regional de Organização da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Regional Jaçanã Tremembé". Foi solicitada a inclusão, após Jaçanã Tremembé, do seguinte complemento: "[...] serão encaminhados para o referendo da plenária", tendo o destaque sido aprovado. Não houve outras alterações.

- Apresentação Cultural

Logo após a execução do hino nacional houve a apresentação do NPPE do Jaçanã. Houve também a apresentação de street dance com o grupo Big Styles após a aprovação do Regimento Interno.

- Palestra

Palestra de Luciano Santos de Araújo – conselheiro tutelar de Santana e membro da comissão central de organização das conferências de DCA. Sua palestra versou sobre o ECA e os cinco eixos. Disse que na segunda-feira anterior, o ECA havia completado 19 anos. Nesses 19 anos houve avanços, mas, principalmente, desafios. E que esses desafios deveriam ser trabalhados nesta Conferência. Há muito que se fazer ainda. Segundo sua opinião, mexer no ECA, principalmente na maioria penal é perigoso. Fez considerações sobre o que significava a conferência e que não se podia esperar dois anos para conferir. Contou que os anais da Conferência de 2007 estavam na Internet. Disse sobre o Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes nos espaços de construção da cidadania – que CONANDA não está preparado para receber crianças na sua conferência. Não estamos construindo políticas públicas com as crianças e sim para as crianças. O desafio atual é levar o CONANDA a trabalhar com as crianças e não para as crianças.

Sobre o Eixo V – Gestão da política – falou sobre o orçamento para a infância e juventude: O ECA traz o orçamento da criança e do adolescente como prioridade absoluta, mas na realidade o orçamento para esse segmento é mínimo.

O CONANDA preconiza que deveria haver um Conselho Tutelar a cada 200 mil habitantes. Em São Paulo há 37 Conselhos Titulares, mas deveria haver muitos mais

Conferência das Propostas de 2007

Uma representante da Comissão Regional e o palestrante fizeram a leitura das propostas de 2007 para avaliar se elas haviam sido efetivadas ou não. A grande maioria das propostas não foi efetivada. No meio da conferência, um dos participantes sugeriu que se discutisse em grupos, a efetivação ou não

das propostas porque somente ler e dizer sim ou não, não garantia uma boa conferência. A plenária não aprovou a proposta, continuando a conferência a ser avaliada na base da leitura.

2 - OFICINAS

Os participantes foram divididos em grupos de aproximadamente 20 pessoas para compor as oficinas que deveriam discutir os problemas e as propostas por eixo.

Na Conferência Convencional, as salas da EMEF não foram liberadas; os grupos trabalharam em um espaço sem divisões.

Foram realizadas 5 oficinas, uma por eixo. A maioria dos participantes era constituída de mulheres, sendo que grande parte trabalhava em serviços de atendimento a criança e adolescente da região.

Em algumas oficinas foi lido o texto-base (relativo ao eixo correspondente), em outras o oficinairos propunham perguntas como ponto de partida: “O que seria a cidadania?”, “Já que todos trabalhamos em serviços, como a gente pode garantir os direitos em nossos serviços?”.

Todas as oficinas trabalharam em um único grupo com as pessoas sentadas em círculo.

Foram levantados muitos problemas importantes, dentre as quais pode-se citar:

- a questão da discriminação, onde não se aceita a diversidade sexual. Os homossexuais não procuram o serviço médico e não existe como encaminhar esses casos. É necessário conscientizar as pessoas que atendem para não terem preconceitos. Temos que aprender a lidar com a diversidade.
- A política é uma questão que ninguém entende (eixo V). Veja esse grupo... ninguém quer discutir política. “A política deveria chegar de uma maneira mais fácil para as pessoas”.
- Necessidade de criação de mais serviços de atendimento a crianças e adolescentes na região como CRECA, creches, horário integral nas EMEIs etc.

A participação nos grupos, exceto algumas poucas pessoas que não se manifestaram, foi muito boa.

Os delegados foram escolhidos nas oficinas. Foram 7 delegados e 5 suplentes.

3 - PLENÁRIA

Não houve formação de mesa na plenária, sendo a mesma coordenada pela coordenadora da Comissão Regional. Cada grupo subiu ao palco e apresentou suas propostas que foram votadas pela plenária. Houve bastante participação na plenária, sendo que algumas propostas sofreram acréscimo ou alterações. Uma proposta em particular foi motivo de discussão e esclarecimentos, qual seja, “criar um piso salarial para os educadores”. Uma participante da plenária explicou que isso não seria possível, já que a remuneração envolvia aspectos estruturais e de formação dos educadores, tendo a proposta sido modificada para “melhoria da remuneração dos educadores sociais”.

Outra polêmica foi sobre “extinguir a progressão continuada nas escolas”. Após muito debate, uma participante disse que isso não iria melhorar a qualidade da educação e a proposta foi retirada.

Após a aprovação das propostas, houve a apresentação dos delegados e suplentes e seu referendo.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Saúde
- Rede socioassistencial
- Critérios do Programa Ação Família
- Políticas públicas
- Vulnerabilidade social
- Equipe multidisciplinar
- Violência doméstica/Violência sexual
- Diversidade sexual
- Drogadição
- Geração de renda
- Educação
- ECA
- Conselhos Tutelares
- Cultura e esporte
- Deficientes físicos
- Centros de referência
- Orçamento
- Participação de crianças e adolescentes
- Educadores sociais
- Políticas públicas
- Assistência social

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Implantar e ampliar o PSF e efetivar esse trabalho na rede socioassistencial
- Assegurar a multidisciplinaridade dos profissionais da rede socioassistencial e criação de um equipamento para o atendimento de crianças e adolescentes, suprimindo a demanda excessiva dessa região
- Capacitar profissionais e usuários dos serviços da rede socioassistencial

- Fazer a revisão dos critérios para ampliação do Programa Ação Família dentro da região Jaçanã/Tremembé
- Implementar políticas públicas efetivas e equipamentos para garantia dos direitos das crianças e adolescentes
- Investir na mudança dos índices de vulnerabilidade social
- Contratar profissionais das áreas de: Psicologia, Serviço Social e Sociologia para atuar dentro dos serviços que atendem as crianças e adolescentes
- Implementar um equipamento para as vítimas de violência doméstica e sexual na área do Jaçanã/Tremembé
- Capacitar profissionais da rede socioassistencial para o atendimento das diversidades sexuais (LGTBT), bem como criar um Centro de Referência e Apoio
- Implantar equipamento para o atendimento de crianças e adolescentes dependentes químicos
- Efetivar proposta de elaboração e implementação de política municipal para a prevenção e atendimento do uso abusivo de drogas como proposto em 2007
- Criar equipamento para atendimento às famílias e trabalho de geração de renda
- Ampliar o número de vagas dentro da rede escolar
- Estabelecer a interligação de profissionais da rede socioassistencial e escola em busca de um trabalho conjunto com as crianças e adolescentes.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Capacitar profissionais para garantir educação de qualidade
- Criar mais creches e EMEIs com ampliação de equipamento para crianças de 0 a 6 anos, aumentando a carga horária de atendimento nas EMEIs para o período integral
- Fortalecer atividades e serviços de orientação familiar na educação dos filhos
- Ampliar os núcleos de atendimento de crianças e adolescentes – CCAs
- Ampliação do equipamento CEU
- Divulgar e esclarecer para a sociedade civil o conteúdo e o significado do ECA
- Ampliar e qualificar o quadro de profissionais (conselheiros)
- Garantir sigilo das denúncias relacionadas à violência com crianças e adolescentes
- Introduzir programa de visitas periódicas realizadas por assistentes sociais em regiões de vulnerabilidade social
- Implantar o NASF na região Norte 2
- Ampliar o programa de saúde da família (PSF)
- Implantar UBSs nos bairros e ampliar os serviços de especialistas
- Criar centros de integração cultural com cinemas, teatros e áreas esportivas
- Ampliar núcleos de apoio a pessoas com deficiência
- Fazer a divulgação do direito de pleno uso dos serviços para a comunidade

➤ Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Criar um Conselho Tutelar no distrito de Tremembé (responsabilidade: Subprefeitura e CMDCA)
- Investir na formação continuada dos conselheiros tutelares
- Criar e implantar um CAPs em Álcool e Drogas Infanto-Juvenil na região do Jaçanã/Tremembé
- Garantir o atendimento pediátrico e hebiátrico em todas as UBSs
- Criar e implantar um CRECA na região de Jaçanã/Tremembé
- Criar novos espaços de cultura, lazer e esporte com equidade para o usuário
- Garantir a elaboração do Orçamento Criança – OCA pela Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé com a participação da sociedade civil organizada
- Capacitar educadores para a introdução dos temas ECA e Conferência dos direitos
- Criar as Delegacias para Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes na zona Norte e em toda a cidade de São Paulo.
- Contratar hebiatras nos hospitais, postos, AMAS, PSF com efetiva integração nos centros de convivência
- Criar novos abrigos reformulados para crianças e adolescentes

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Realizar reuniões regulares de representantes dos Conselhos Tutelares com crianças e adolescentes representantes dos CCAs, ONGs, instituições de Saúde e de Segurança com o propósito de analisar as condições gerais locais para promoção de melhorias nos setores identificados como necessários
- Implementar cursos técnicos de formação profissionalizante
- Introduzir atividade física no período noturno e alimentação para atividades com jovens e crianças

➤ Eixo V – Gestão da política

- Realizar uma formação e manutenção da formação para educadores sociais em políticas públicas com recursos destinados apenas para esse fim
- Melhorar a remuneração dos educadores sociais
- Fazer parte do currículo das escolas o tema “Cidadania e políticas públicas”
- Trabalhar em cima de uma gestão de políticas públicas participativa de maneira mais simples, com o objetivo de alcançar os usuários
- A Assistência Social deve disponibilizar o acesso aos serviços, promovendo “um intercâmbio social” (troca de experiência de projetos)

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Sidneia Souza da Silva
Educação	Maria Estela Cardoso Martinez
Saúde	Magda Martinez César
Subprefeitura	Eloisa Elena Santiago Santos
Conselho Tutelar	Izilda Aparecida Lopes Lima Anizete Aparecida Barbosa dos Santos
Fórum Municipal DCA	Ângela Nunes de Assis Ismael Rodrigues dos Santos Lailde Dantas dos Santos Teixeira Leila Maria Pereira Lellis Santos
Suplente	Shirley Honorato da Silva Soraia Machado de Souza Aparecido Viana Rodrigues Marli Indalécio
Adolescente	Tatiana Cristina Freitas Leila Duarte Jennifer Aparecida Lima da Conceição

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Ana Carolina Oliveira de Almeida	José Hernandes Bandeira Silva
Juliana da Conceição Souza da Silva	Vitória Oliveira Souza
Ana Luiza Oliveira Orlandim	Vinicius Gabriel do Nascimento
Vitória Francisco Souza Soares	Natanael Silva Farias
Myssyelle Natalia Guedes	Amanda Silva de Moraes
Jessica Helena Ribeiro Domingos	Bárbara França da Silva
Nelson Vicente Borges Neto	Rafael Lima Fernandes
Caroline B. Correa	Itamara Costa Ruiz
Luana Eduardo	Nayara Eduardo Assumpção
Bruno Felipe Fernandes Garcia Soto	Beatriz Bueno Alexandrino
Cristiny Cavalher Oliver	Jessica Acelino Farias
Lilian Basto Ferreira	Maria Sarah Ferreira
Yuri de Jesus Leite	Beatriz Alves de Oliveira
Leonardo Alves Ferreira	Yasmin Paula Luiza de Lima
Eduardo Ribeiro Pedro	Larissa Andrade Santos
Felipe Luiz Caprini da Silva	Caroline Lima Ribeiro da Silva
Luan Gomes da Silva	Aryadne Gomes

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Lilian Borges da Silva Soraia Machado de Souza Elizabeth Reverso Pinto Kanashiro Elenice Baptista Ângela Nunes de Assis Michele Luiz Santana Rosalie Helena Santos	Juliana Reverso Pinto Kanashiro Juli Eliana Maria Januário Batista Aparecido Viana Rodrigues Marialba Santos Pereira Mariana da Silva Santos

LAJEADO

INTRODUÇÃO

No dia 27 de junho de 2009, das 8:00 às 17:00h., no CEU Lajeado, à rua Manuel da Mota Coutinho, foi realizada a Conferência Lúdica do Distrito de Lajeado, sendo esta a primeira a ser realizada separadamente de Guaianases. Inscreveram-se e participaram 147 crianças e adolescentes, além de convidados, observadores, oficineiros e equipe de apoio. O número de crianças e adolescentes ficou abaixo do esperado, tendo em vista a ausência dos alunos das escolas municipais.

A Conferência Convencional foi realizada no mesmo local, no dia 3 de julho de 2009, das 8:00 às 13:00h., com a participação de 81 adultos, sendo a maioria, pessoas que atuam em ONGs ou em órgãos do poder público.

Após o credenciamento e o lanche, os participantes se dirigiram ao anfiteatro do CEU para a solenidade da abertura, leitura e aprovação do regimento interno e para as apresentações culturais programadas, contando com a presença de representantes do poder público, da sociedade civil, além dos representantes das crianças e dos adolescentes.

Na Conferência Convencional, antes da composição da mesa, foi realizado o ato de conferir as propostas de 2007 e foram apresentadas as propostas sistematizadas da conferência lúdica realizada na semana anterior.

No caso da Conferência Lúdica, não houve uma discussão centrada nos eixos temáticos, enquanto na convencional, cada grupo fez as discussões à luz de um desses eixos.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura e a condução do evento até a plenária final ficaram a cargo de um membro da Comissão Regional e do Forum Municipal DCA. Em sua saudação ao público, ressaltou a importância e o significado dessa Conferência Lúdica do Lajeado, incentivando a participação dos jovens, tendo em vista que as propostas elaboradas servirão de subsídio para o Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Composição da mesa

Para o início da solenidade foram convocados para a composição da mesa, o Subprefeito de Guaianases, um representante do legislativo municipal e representantes das crianças e adolescentes na área da cultura, da educação e do CJ.

A solenidade teve início com a execução do hino nacional seguido do pronunciamento do subprefeito, porque ele deveria se retirar mais cedo por conta de outros compromissos. Ele abordou rapidamente as dificuldades que todos enfrentamos e incentivou os jovens a participarem para cobrar e mudar essa realidade. Falou das oportunidades que teve na vida para cursar duas faculdades, mas que não teve possibilidade de estudar na USP. E disse que caberia aos jovens, construir essas oportunidades para todos.

Ao se retirar, foi-lhe solicitado que permanecesse apenas para ouvir a mensagem dos jovens. Estes, que faziam parte da mesa, apresentaram suas reivindicações. Em geral, referiam-se à carência de políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação, cultura, lazer, transporte coletivo e em serviços como os Centros da Juventude, espaço onde se aprende a respeito dos direitos previstos no ECA e sobre cidadania. Ainda foram apontadas falhas na educação como, por exemplo, ter que pagar 2,00 para fazer uma prova de avaliação da escola municipal; falta de professores e de atividades de esporte na escola e o fato de ter mais aula vaga do que aula. Houve críticas também aos discursos bem elaborados das autoridades, mas com promessas que não acontecem.

O vereador também fez uso da palavra com uma saudação aos presentes, principalmente às crianças e adolescentes.

Em seguida, foram anunciadas outras pessoas presentes e um representante do CMDCA foi chamado para fazer uso da palavra. Ele ressaltou o momento da conferência como o único em que crianças e adolescentes podem dizer o que quiserem e o que precisa ser feito para a vida ser melhor para todos em Lajeado, fazendo propostas, apontando caminhos.

Foi anunciada a presença de todos os conselheiros tutelares do Lajeado e foi dada a palavra a uma Conselheira que em sua fala lamentou a ausência das escolas municipais que, apesar do esforço e da insistência do Conselho Tutelar, não liberaram as crianças para participarem. Disse ainda, que as instituições presentes são organizações sociais que trabalham com crianças e adolescentes e as trouxeram para participar da conferência.

- Regimento Interno

Uma adolescente que compunha a mesa de abertura da solenidade foi chamada para fazer a leitura do Regimento. Antes de iniciar a leitura a coordenadora do evento explicou o que vem a ser o regimento interno e informou que durante a leitura os participantes com crachá poderiam pedir destaques para propor, alterar ou emendar qualquer artigo. Não houve nenhum pedido de destaque e o regimento foi aprovado.

- Apresentação Cultural

Houve duas apresentações culturais na abertura do evento: a primeira foi de mímica. As crianças e adolescentes que aceitavam participar subiam no palco e representavam situações cujo objetivo era mostrar, de forma lúdica, exemplos do que são direitos das crianças e adolescentes (brincar, jogar futebol, grafitar) e do que são violações desses direitos (fazer malabarismo, vender em faróis, catar latinhas).

A segunda atividade cultural foi a apresentação de uma versão moderna da quadrilha e que permitia algumas performances individuais, por um grupo de dança da Casa dos Meninos 1.

No encerramento da plenária, um grupo de dança da Comunidade Kolping fez a última apresentação cultural do dia.

2 - OFICINAS

No final da primeira parte da Conferência foram apresentados os 13icineiros. As crianças e adolescentes eram chamadas pelo nome e acompanhavam oicineiro indicado. Formaram-se 9 grupos de 15 a 17 pessoas de ambos os sexos e faixas etárias mistas. Previa-se formar 13 grupos, o que não ocorreu pela ausência das crianças das escolas municipais. Dessa forma, 4 oficinas contaram com a participação de 2icineiros.

As salas de aula do CEU não foram liberadas para as atividades e as oficinas foram realizadas em espaço aberto no primeiro e no segundo piso do prédio onde fica o anfiteatro. Em cada espaço estava desenhado no chão, com fita crepe, o jogo da amarelinha e as cadeiras estavam arrumadas em círculo. Apesar dos grupos estarem relativamente distantes um do outro, havia muito eco e ruídos que prejudicavam um pouco a concentração dos participantes. Algunsicineiros tentavam, com habilidade, garantir o foco da discussão enquanto outros centravam a atenção naqueles que estavam mais atentos à atividade.

As oficinas começavam com a apresentação dos participantes e cadaicineiro adotava a sua estratégia de descontração. Um grupo fez a apresentação com uma música em que cada um dizia o nome em determinado trecho e o nome era repetido pelo grupo em ritmo de rap. Em seguida à atividade de apresentação, osicineiros explicavam o que iriam fazer.

A metodologia adotada, ‘jogo da amarelinha’ era praticada por todos osicineiros e participantes. Primeiramente perguntava-se o que vinha a ser o jogo, o que representava o ‘inferno’ e o ‘céu’, e estes dois passaram a ser considerados ‘problemas’ e ‘soluções’ através do próprio exercício de pular amarelinha. Os ‘problemas’ mencionados pelas crianças e adolescentes eram escritos em uma folha de papel e colocados no ‘inferno’ e as ‘soluções’, no ‘céu’. No final, as ‘soluções’ eram debatidas e, conforme o caso, eram transformadas em ‘propostas’ transcritas em cartolina para serem apresentadas na plenária.

Entre os problemas “infernais” foram apontados: falhas na educação, na saúde, violência nas ruas e na escola, falta de policiamento, drogas, abuso sexual, pedofilia, exploração de menores, prostituição infantil, injustiça, falta de lazer, cultura e esporte, preconceitos, falta de saneamento básico, trabalho infantil, ente outros.

Em uma das oficinas, ao falar sobre injustiça, uma adolescente argumentou: “se a pessoa é de classe média baixa, o juiz condena, mas se é de classe média alta, não acontece nada; isso não é justo!” “Também é injustiça ficar na fila nos hospitais”.

Sobre o saneamento básico, foi feito o seguinte comentário: “a poluição dos rios está matando; tinha que fechar o rio (idéia de canalizar), tirar o mato e reaproveitar a área para fazer um parque.”

Diante dos problemas elencados, algunsicineiros perguntavam ao grupo: “se você fosse o presidente ou o prefeito, diga 10 coisas que faria para resolver esses problemas”.

Como se fosse uma tempestade mental, as respostas se traduziam em propostas: acabaria com o trabalho infantil, com as drogas e com a pedofilia; criaria mais vagas nas escolas, mais faculdades públicas, mais empregos, mais bolsa família, mais centros de recuperação para drogados; criaria novas barreiras nas divisas do país, retirava os policiais corruptos das ruas; prisão perpétua para os que praticam abuso sexual; mais iluminação nas ruas, transporte escolar gratuito e para deficientes; construiria mais casas para tirar as favelas; melhoraria a saúde colocando mais médicos, remédios e mais vagas para consultas. Embora as oficinas não tenham debatido os eixos temáticos, de alguma forma eles foram contemplados nos resultados apresentados.

Havia uma grande riqueza nas discussões e nos argumentos dando a perceber que aquelas crianças sentiam a gravidade dos problemas que apontavam. Muitos grupos referiam-se aos mesmos problemas e com isso, muitas propostas também se repetiam.

De modo geral, no decorrer das oficinas as crianças e jovens participavam quando eram abordados, e em alguns momentos tomavam a iniciativa por si para se expressarem. No entanto, em alguns grupos havia crianças que articulavam e expressavam melhor seus pensamentos e faziam mais uso da palavra, intimidando um pouco os mais retraídos. Em todos os grupos percorridos as crianças se mantinham com certa disciplina e osicineiros exerciam domínio sobre o grupo. Quase todas as crianças e jovens eram freqüentadores de CJs e de ONGs da região.

3 – PLENÁRIA

Enquanto o público aguardava o início da plenária, foi apresentado no auditório slides com fotos, fundo musical, e dados da OIT sobre as condições de miséria e violência de crianças e adolescentes em várias partes do mundo (Honduras, Índia, África, Brasil, entre outros).

A plenária foi conduzida pela Patrícia, uma ex- conselheira tutelar da região e membro da Comissão Regional do DCA do Lajeado, que coordenou os trabalhos no anfiteatro, desde a abertura.

As propostas foram apresentadas em cartazes por grupo/oficina e foram lidas pelos adolescentes. Cada grupo elencou cerca de 10 propostas de forma muito simples, com temas recorrentes, propostas repetidas, mas que traduzem as principais preocupações dessas crianças e jovens do Lajeado.

Todas as propostas lidas foram aprovadas na plenária. Em seguida, foram anunciados e referendados, os 9 delegados titulares e os suplentes que foram eleitos nas respectivas oficinas. Os delegados eleitos foram convidados a comparecer e participar da Conferência Convencional do Lajeado, no dia 3 de julho no mesmo local.

Antes do encerramento da Conferência, as crianças e adolescentes prestaram homenagem, entre outras pessoas, aos educadores das organizações sociais presentes: Casa do Menino 2; Casa do Menino 1; Comunidade Kolping e VIBE.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Educação
- Cultura
- Violência, Trabalho Infantil, Crianças na rua
- Trabalho
- Segurança
- Violência doméstica
- Álcool e Droga

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Criar Núcleo de Apoio à habilitação e reabilitação social para Crianças e adolescentes com deficiência
- Construir áreas de lazer e casa de cultura na região
- Incluir no quadro de pessoal dos postos de saúde, os seguintes profissionais: fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta e neurologista para atendimento de crianças e adolescentes
- Mais emprego para pessoas do bairro; mais emprego para quem não tem capacitação profissional e mais oportunidade na lei do aprendiz. Curso profissionalizante para 14 a 16 anos para entrar no mercado de trabalho.
- Melhorar a qualidade do ensino e a infraestrutura das escolas
- Implantar um clube poliesportivo com a contratação de profissionais capacitados e cursos diversificados: natação, boxe, judô, vôlei, handball e realizar campeonato de artes marciais.

- Criar um CJ com trabalho de inserção produtiva, capacitação profissional e atividade de esporte, cultura, lazer.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Mais policiamento nas ruas e nas escolas, policiais mais preparados para combater a violência e garantir segurança nas escolas em tempo integral

- Criar serviços especializados de prevenção, acompanhamento e atendimento a crianças e adolescentes vítimas do uso de álcool e drogas, de abusos, exploração e violência doméstica

- Casa de Acolhida, de Passagem e CRECA

- CAPS infantil e álcool e drogas

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Assegurar serviços de proteção jurídico-social e apoio psicológico às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de risco.

- Campanha de conscientização do ECA, bem como ampla divulgação para crianças e adolescentes, professores e famílias.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Participação da criança e do adolescente bem como de toda a população na elaboração do orçamento

➤ Eixo V - Gestão da política

- Prestação de contas do orçamento da criança e do adolescente da região.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Logo após a execução do Hino Nacional na abertura do evento, foi realizado o Ato de Conferir as propostas aprovadas em 2007 para a região do Lajeado, porque esta é a primeira vez que Guaianases e Lajeado fazem as conferências separadamente.

- Ato de Conferir

No ato de conferir, Patrícia que coordenava o evento, destacou que colocaria em votação, apenas as 12 propostas referentes a Lajeado. A cada proposta lida, que tinha momentos de esclarecimento por parte dos representantes do governo municipal ali presentes, era feita a pergunta: Existe, ou foi realizado o que a proposta diz, na região do Lajeado? A votação era feita nos seguintes termos: quem vota Não; quem vota Sim; quem vota Em parte. A cada votação com levantamento dos crachás, fazia-se a contagem dos votos.

Essa forma de votação permitiu que algumas propostas fossem consideradas ao mesmo tempo, efetivadas, não efetivadas e efetivadas em parte, porque refletia a visão dos eleitores do que acontece em sua própria comunidade. Assim, considerando a maioria dos votos atribuídos a cada proposta, os resultados em relação às 12 propostas de 2007 foram os seguintes: 6 propostas foram consideradas Não efetivadas, por unanimidade de votos e 4, por maioria de votos; 1 foi considerada efetivada por maioria de votos e 1 foi considerada parcialmente efetivada, por maioria de votos. No cômputo geral, a grande maioria das propostas não foi realizada, o que levou a coordenadora do evento a fazer um apelo para que todos passem a acompanhar e cobrar a execução das propostas de 2009 para que o saldo seja positivo na próxima Conferência.

- Composição da mesa

A mesa teve a seguinte composição: representante do Subprefeito de Guaianases; da Supervisão Técnica de Saúde de Guaianases; Coordenadoria da Assistência Social da Região Leste; representante do Forum Regional do Distrito de Lajeado; representante do Serviço Social de Guaianases; representante do Conselho Tutelar do Lajeado; do Conselho Tutelar de Guaianases; do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG ; representante dos adolescentes e Vereador da CMSP.

- Regimento Interno

Na leitura do Regimento houve destaques no artigo 1º, com a correção do horário de término e no artigo 3º foi solicitada a correção dos nomes dos órgãos cujos representantes participaram da organização da Conferência e a inclusão da Supervisão técnica de Saúde de Guaianases. Foram feitas as seguintes correções: Diretoria Regional de Educação de Guaianases, em substituição a Coordenadoria de educação; Coordenadoria de Assistência Social da Região Leste, em substituição à Coordenadoria de ação social.

Foi solicitada a inclusão de artigo sobre apresentação de moções e que estas sejam lidas na plenária, sem necessidade de assinaturas. Acatadas as propostas, o regimento interno foi aprovado e aplaudido.

- Apresentação Cultural

Antes da composição da mesa, Cacá Lopes, educador que trabalha com crianças e adolescentes com música rimada e toca violão, fez uma apresentação cultural com a participação do auditório. Na plenária de encerramento, houve uma apresentação da adolescente Daiti, da Comunidade Kolping, interpretando uma canção.

2 – OFICINAS

Os participantes foram divididos em 5 grupos. Cada oficina ficou com um dos eixos temáticos para reflexão, discussão e elaboração das propostas. Todos receberam um texto básico para orientação sobre os eixos temáticos, e todos contavam com a participação de um mediador.

Os grupos variavam de 13 a 20 participantes de ambos os sexos, com predominância de mulheres. Em alguns grupos havia a participação de um ou dois delegados adolescentes eleitos na conferência lúdica. A maioria dos adultos era de ONGs ou do poder público e por se tratar de pessoas familiarizadas com a questão da criança e do adolescente em suas atividades, houve bastante participação e discussão. A metodologia adotada foi a discussão em um único grupo, sobre o respectivo tema que lhes cabia.

Em todos os grupos foi lido o texto base sobre os eixos temáticos e depois se fez uma reflexão sobre as propostas de 2007, para avaliar os problemas existentes e as propostas a fazer em relação a cada eixo.

Nas discussões, surgiram críticas à ausência do subprefeito, que mandou um representante, o que não faria se fosse a inauguração de uma obra com a presença da população da comunidade. A ausência foi interpretada como a pouca importância dada aos problemas da criança e do adolescente.

Outras críticas foram feitas também a algumas entidades sociais: “a maioria das ONGs finge que faz alguma coisa pelas crianças e adolescentes. Existe uma grande maquiagem no atendimento das crianças e adolescentes”. “Falta fiscalização dos serviços das ONGs.” “Os fóruns devem ser fortalecidos, porque se fala muito em garantia de direitos, mas não existe um centro cultural, que é um direito.” “Os alunos têm direitos mas não têm direito a voz”. “Para exercer cidadania é necessário ter formação. Quem veio para a conferência lúdica é porque estava numa ONG”. “O poder público com 99% dos recursos mente e finge que faz alguma coisa”.

A administração pública não foi poupada pelos participantes que discutiam a gestão das políticas, principalmente pela falta de prestação de contas dos gastos e da distribuição dos recursos orçamentários. Nesse grupo, os principais problemas e desafios identificados referiam-se à necessidade de descentralização e regionalização do orçamento; necessidade de fiscalizar a verba que é distribuída para cada setor da prefeitura e de jogar mais peso no orçamento para combater a droga e o alcoolismo. No item criança e adolescente quanto é destinado à educação?

Foram escolhidos 8 delegados titulares e 8 suplentes nos grupos a serem referendados na Plenária.

3 - PLENÁRIA

Na plenária, os delegados eleitos nos grupos fizeram a apresentação das propostas por eixo e estas eram submetidas à aprovação dos conferencistas mediante levantamento dos crachás. Houve muita participação e intervenção na plenária, além de vários pedidos de esclarecimento antes da votação.

Uma proposta que era a realização de um seminário para o Fórum discutir a relação das ONGs com o governo, foi retirada e passou a ser apenas indicativa.

Uma moção de repúdio à péssima qualidade da alimentação fornecida que teve salada estragada, mandioca crua, carne moída remexida e marmitex difícil de abrir, foi lida, e aprovada pelos participantes com direito a voto.

Em seguida, os delegados foram referendados e foi explicado o critério de distribuição de vagas para os delegados natos: 2 para representantes do governo, 3 para entidades e 3 para o fórum/sociedade civil.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- O que fazer com os jovens quando saem dos abrigos
- O que é direito, o que deve ser garantido em saúde, educação e assistência social.
- Falta de estrutura das unidades de atendimento da criança e do adolescente com direito violado.
- Necessidade do poder público divulgar melhor seus projetos
- Falta de transparência dos gastos públicos na região.
- No item Criança e Adolescente, quanto é destinado para educação.

5- PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I – Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdade

- Criação de espaço exclusivo para implantação do Fórum Social que reúne o poder público, sociedade civil e Conselho de Garantia de Direitos.
- Implantação de programa efetivo de divulgação e conscientização dos direitos da criança e do adolescente em seus espaços de convivência.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Garantir espaço permanente de discussão sobre os direitos da criança e do adolescente com crianças e adolescentes.
- Garantir espaço de atendimento a família e crianças e adolescentes vítimas da violência, abuso sexual, trabalho infantil, violência física, violência psicológica.
- Implantação do CREAS e CEDECA.

➤ Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Criação de mais um C.T na região de Lajeado com estrutura adequada.
- Garantir estrutura e subsídios para o atual C.T.
- Ampliação da participação do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Lajeado

- Divulgação, pelo poder público, das políticas de atendimento da criança e do adolescente.
 - Bolsas de auxílio para garantir os estudos dos adolescentes nas ONGs
- Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
- Criar uma comissão da Juventude dentro das escolas com o objetivo de discutir com a diretoria a inclusão de formação para a cidadania, na grade curricular.
 - Ampliação dos serviços sociais, CCA e Centro de Capacitação Profissional
 - Promover palestras nas escolas para C/A e famílias, sobre segurança e cidadania.
- Eixo V – Gestão da política
- Transparência na prestação de contas do orçamento regional, democratizando o orçamento destinado a Criança e Adolescente.
 - Criar uma comissão, formada pelo Fórum Regional DCA e o CT do Lajeado para acompanhar as deliberações do orçamento para Criança e Adolescente e a destinação desses recursos.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Francilene Gomes Fernandes
Educação	Nadir Aparecida Costa de Godoi
Saúde	Janete Araújo Edington Santos
Subprefeitura	Décio Yoshikaso Hatakeiama
Conselho Tutelar	Fábio Pereira de Souza Vilma Goiana
Fórum Municipal DCA	Christian Santana Duque Josineide de Oliveira Araújo Patrícia Kelly Ferreira Francisca Aparecida Felix Dailitin Bete Santana Edna
Adolescente	Tamires Andrade Cezar Cleber Souza dos Santos

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Israel A. Rodrigues de Oliveira	Laleska Costa dos Santos
Eliseu Araujo dos Santos	Gabriel de Jesus Castro
Eliane da Silva oliveira	Elias Araujo dos Santos
Nataly Vieira da Silva	Nataniely Barbosa Silva
Aline Oliveira da Silva	Walesson Temoteo da Silva
Thais Aparecida	Aline Barbosa Soares
Gilbson Pereira Marçal de Souza	Wesley Machado Araujo
Fernanda Vieira	Moacyr Alves Souza Neto
Thais Silva Costa	Danilo Moura Silva

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Elias Alves da Silva Nascimento	Nilma Geralda Carvalho
Josineide de Oliveira Araujo	Décio Yoshikaso Hatakeiama
Francisca Aparecida Felim	Maria de Fatima Rodrigues

LAPA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica da subprefeitura da Lapa realizou-se no dia 07 de julho de 2009, das 8h30 às 17h, no Tendam da Lapa, rua Guaicurus, 1100. Participaram 370 crianças e adolescentes. No mesmo local e horário, no dia 08 de julho de 2009, foi realizada a Conferência Convencional, tendo comparecido 80 adultos.

No credenciamento, os participantes receberam pastas com regimento interno, material pedagógico, crachás e propostas da Conferência de 2007.

Na Conferência Lúdica, as crianças recebiam o crachá com uma cor que representava o eixo temático e o grupo com o qual elas deveriam se reunir na hora das oficinas. Não houve a conferência das propostas de 2007.

Após o café da manhã, os participantes foram encaminhados para o teatro onde se realizaram as plenárias.

As oficinas, tanto a lúdica como a convencional, foram realizadas em torno dos cinco eixos temáticos.

Nas oficinas da Conferência Convencional foram conferidas as propostas de 2007, de acordo com a modificação ocorrida no Regimento Interno.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A cerimônia de abertura foi iniciada com uma apresentação de dança por um grupo de jovens que incluía dança do ventre, malabares, dança com fitas e bandeirolas.

Uma representante do CMDCA deu um breve exercício de aquecimento.

• Composição da Mesa

A mesa foi constituída de: - Subprefeita; Representante do DREM da Secretaria da Educação; Representante da Secretaria da Saúde; Representante do juiz da Vara da Infância e Juventude; Representante do CMDCA; Representante do CRAS; 3 adolescentes; um membro-fundador do Fórum DCA de Butantã.

Na abertura, todas as pessoas da mesa fizeram um breve discurso ressaltando a importância da conferência. A subprefeita estabeleceu um diálogo com as crianças sobre o direito à educação, saúde, meio ambiente, entre outros assuntos.

- Regimento Interno

Após os discursos, passou-se à leitura e aprovação do Regimento Interno. No meio da leitura do regimento, um participante solicitou ao mestre de cerimônias que abreviasse a leitura do regimento porque estava demorando muito. O mestre de cerimônias disse que precisava consultar a plenária e se ela aprovasse poderia abreviar a leitura. As crianças votaram a favor da proposta.

A partir daí, o mestre de cerimônias leu rapidamente os pontos principais e a programação do dia, com alteração nos horários (pois a programação estava atrasada e segundo o mestre de cerimônias essa mudança deveria ser enviada ao CMDCA).

Após a leitura do regimento, a professora Marta Pimenta do Fórum DCA de Butantã fez uma exposição sobre os eixos. Explicou o que é direito, tentou dialogar com as crianças e adolescentes, falou sobre a importância da conferência, o motivo de sua realização, explicou o que significam as siglas ECA, CMDCA, o que é ser delegado, sua função, e fez uma explanação sobre os cinco eixos e orientou as crianças e adolescentes a tirarem propostas que garantissem o acesso aos direitos.

- Apresentação Cultural

No início da conferência e no início da plenária foi realizada uma apresentação cultural com dança do ventre, malabares e break com jovens da Associação Rogacionista.

2 - OFICINAS

Os oficinairos eram do IBEPEC, mas havia observadores e voluntários adultos acompanhando os grupos, alguns contavam com dois oficinairos, sendo que um deles fazia o registro.

Inicialmente foram constituídas 10 oficinas, sendo duas por eixo. As crianças e os adolescentes foram divididos segundo uma cor constante do crachá, que indicava o eixo a ser discutido. O número de participantes por oficina variava de 20 a 40.

O espaço para as oficinas não era muito apropriado, pois três grupos ficaram do lado de fora do teatro, sem nenhuma divisória que os pudesse proteger do barulho. Outros sete grupos ficaram em locais cobertos, mas separados por panos e um deles ficou numa espécie de arena com uma iluminação bastante fraca.

Ao final, os participantes desses sete grupos foram reagrupados em seis, totalizando 9 oficinas.

As oficinas do lado de fora do teatro (três) foram reorganizadas por grupo etário: até 12 anos, de 13 a 15 e de 16 a 17 anos.

Um grupo de adolescentes de 12 a 15 anos deveria discutir o eixo “Gestão da política”. Nesse grupo havia 41 participantes (havendo equilíbrio de gênero) e a oficinaira falava muito baixo e não era possível ouvi-la. A oficinaira teve a ajuda de outra (que estava coordenando o grupo de crianças de

até 12 anos) e também de uma pessoa da Comissão Regional que foi explicar o que era a gestão da política. Havia também alguns adultos observando, os quais tentaram também levar algum tipo de discussão com as crianças.

Em outra oficina, de crianças até 12 anos, onde havia 34 participantes, aicineira fez as crianças escreverem um problema em uma folha de papel sulfite, e depois algumas crianças iam andando em círculo mostrando os problemas escritos para o grupo. A seguir, ela agrupou os problemas em dois grandes temas: favela e tráfico. Dividiu o grupo em dois, sendo que cada subgrupo discutiu um dos temas levantados.

Uma terceira era composta de adolescentes entre 16 a 17 anos. O eixo desse grupo era “proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes”. Havia dois icineiros trabalhando com esse grupo, que era constituído de 33 adolescentes. No início um dos icineiros perguntou: “Violação dos direitos da criança e adolescente, isso acontece no Brasil?” Foram levantados 4 temas: trabalho infantil, exploração do “menor” no trabalho, abuso sexual (pedofilia) e desigualdade e preconceito. O grupo foi dividido em 4 subgrupos para discutir esses problemas.

Em outra oficina de adolescentes que discutia o eixo I, os próprios participantes levantavam os problemas e discutiam. Em outra, a icineira tentava organizar e estimular os participantes a falarem, mas não conseguiam canalizar as falas para o eixo, as crianças falavam de outros assuntos e estavam dispersas. Havia grupos onde apenas duas ou três pessoas falavam e o restante ficava calado.

A forma de condução de cada oficina variava de acordo com o icineiro. Em algumas, o icineiro vinha com um roteiro pré-estabelecido, levantando questões (p. ex. sobre educação, habitação, lazer etc.) e permaneciam em um único grupo, enquanto outros se subdividiam em grupos. A divisão por idade também foi feita em algumas oficinas, em outras, ficaram crianças e adolescentes de 7 a 13 anos, portanto, não houve uniformidade na condução e organização dos grupos.

As oficinas foram interrompidas para o almoço que foi seguido de uma apresentação cultural no teatro. A coordenadora deu 20 minutos para que os grupos terminassem o trabalho nas oficinas e retornassem para a plenária.

Muitos problemas foram levantados nas oficinas.

Eixo I: Professores que discriminam alunos, racismo, desigualdade, social, preconceito contra os deficientes, falta de moradia, má qualidade da educação.

Sobre o tema moradia, uma das crianças disse: “O governo poderia acabar com as casas de madeira e construir casa de alvenaria para as pessoas da favela”. Outra fala: “A Prefeitura compra mais equipamentos para ela e faz menos para moradia”. “O governo devia investir mais em melhoramento das favelas, porque não há saneamento básico e as pessoas ficam doentes. Com saneamento, as pessoas não vão ficar doentes”.

Sobre a escola: “A escola é uma bagunça, a Educação não consegue dar uma sala decente, tem muita gente na sala e o professor não pode ensinar bem todo mundo.”

Eixo II: Em um dos grupos foi colocado para discussão o direito e o respeito. Na Saúde, a falta de funcionários, aparelhagem, médicos. Foi também levantado o trabalho infantil/crianças nos faróis. Esses temas foram introduzidos por um professor (adulto voluntário) até que um dos participantes lembrou da falta de lazer. “Se a criança não tiver lazer não terá uma boa escolaridade e também saúde... uma coisa está ligada na outra... Os parques estão quebrados...”. “Lazer é um espaço que a criança tem para se expressar e brincar”. Em outro grupo de discussão do Eixo II foi levantado o problema da pedofilia, da exploração do trabalho das crianças/adolescentes, drogas e tráfico de drogas.

Eixo III: Nesse eixo houve dificuldade daicineira explicar o que iria se discutir. Foi difícil ser clara na proposta do trabalho e na condução da atividade. Daí surgirem propostas vagas sobre o ECA. Direito e dever de estudar.

EIXO IV: Oficineira falou para colocar no papel os problemas e soluções, as crianças colocaram grandes itens como Saúde, alimentação, moradia, transporte e cursos, mas aicineira não foi capaz de levar o grupo a tirar propostas concretas.

EIXO V: Em um dos grupos, aicineira teve dificuldade de conduzir a discussão sobre esse eixo, porque sua proposta não ficava clara. Em outro grupo também a discussão desse eixo praticamente não existiu. Os participantes levantavam vários problemas que os afetavam, mas em grupo algum surgiu uma discussão sobre gestão de políticas. Um pequeno grupo discutiu um pouco a questão das verbas, mas não foi levado como proposta.

As oficinas, de modo geral, acabaram discutindo os problemas sentidos e não especificamente o eixo pré-determinado. O trabalho nessa conferência foi dificultado pelo espaço que não era apropriado para receber tantas crianças.

No grupo de adolescentes, principalmente nos subgrupos, a participação era boa. Havia outros onde a conversa era paralela, as crianças estavam dispersas, conversando, desenhando, rabiscando.

3 - PLENÁRIA

Os grupos eram chamados ao palco e apresentavam as propostas em cartazes e com explicações orais. O barulho era muito grande e poucas crianças prestavam atenção ao que era dito nas apresentações.

A plenária foi muito confusa e barulhenta não permitindo que se seguissem as propostas de forma clara, pois muitas crianças subiam ao palco (não havia um relator, mas um grupo de crianças por oficina realizada) para expor suas ideias e perdeu-se um pouco o controle sobre qual eixo cada grupo estava se referindo.

As propostas eram aprovadas com o levantamento dos crachás.

Os delegados e suplentes foram escolhidos nas oficinas e referendados na plenária.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Inclusão social das pessoas com necessidades especiais
- Saúde
- Educação
- Lazer/Esporte/Cultura
- Moradia
- Discriminação/homofobia/preconceitos
- Discriminação nas escolas pelos professores e colegas
- Trabalho Infantil/crianças no farol
- Abuso sexual, pedofilia
- Cumprimento das leis contra a discriminação
- Toda criança tem direito à educação (ECA) □
- Saúde/Alimentação
- Lazer/Esporte/Cultura
- Tráfico

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Construir rampas nas ruas e adequar acesso de pessoas com necessidades especiais no cinema, teatro e outros locais
- Oferecer mais oportunidade de trabalho para pessoas desabilitadas ou com menos qualificação
- Diminuir as filas de espera para marcar consultas, colocando médicos mais capacitados para dar maior atenção nos atendimentos.
- Garantir equipamentos nos hospitais
- Investir mais na educação, colocando mais um professor em cada turma, garantindo melhor salário e capacitação dos professores
- Reduzir o número de alunos por sala de aula
- Garantir ensino igual para toda a rede escolar e ensino profissionalizante em todas as escolas
- Realizar trabalho para maior envolvimento da família nas escolas.
- Assegurar programas de capacitação e qualificação dos professores que os estimule a ter vontade de ensinar, a procurar estabelecer diálogo com os alunos e a dar aulas mais motivadoras para os alunos interagirem em classe
- Oferecer maior oportunidade de cursos profissionalizantes gratuitos para jovens que procuram o primeiro emprego

- Aproveitar melhor os espaços públicos existentes para lazer e divulgar os espaços existentes para a prática de esportes
- Trazer mais projetos educacionais ao esporte nas escolas nos finais de semana
- Urbanizar as favelas, construir mais casas de alvenaria, não de madeira
- Melhorar o planejamento de equipamentos importantes perto da favela, tais como hospitais, mercados, lugar para esporte etc.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Realizar campanhas publicitárias e palestras nas escolas contra a discriminação e todo tipo de preconceito
- Incluir o ECA na grade curricular
- Para que as crianças não precisem trabalhar, os governos deveriam beneficiar as famílias com o dinheiro arrecadado dos impostos, como por exemplo, o Bolsa Família.
- Construir mais creches e espaços de lazer e educação
- Implantar um modelo de escola que incentive a criança a frequentá-la
- Ter mais acompanhamento do Conselho Tutelar
- Adotar medidas de repressão aos produtores de maconha
- Os pedófilos podem fazer terapia, mas se por ventura praticar novamente devem cumprir pena estabelecida pelo judiciário
- Nas escolas poderia haver programas ou palestras que mencionassem a questão dos abusos sexuais com pais e adolescentes para que os mesmos se conscientizassem sobre a prevenção.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Conhecer e valorizar as leis contra a discriminação
- Criar programas que atendam a comunidade sobre o dever de preservar a natureza, fazendo a coleta seletiva do lixo

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- "Com uma boa alimentação e cuidados com a saúde, podemos desenvolver melhor nossos direitos."
- Criar espaços permanentes para recreação para adolescentes após a aula com transporte grátis
- Melhorar a infraestrutura nas escolas, desde o espaço físico até os profissionais contratados, sempre com a participação da comunidade
- Oferecer curso gratuito nas escolas no período de férias: inglês, informática, artes, administração, espanhol
- Criação de centros de recreação/escola da comunidade
- Diminuir o tráfico de drogas com mais áreas de lazer e reforçar o policiamento nas ruas

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Oferecer merenda para os alunos do período noturno
- Cuidar do meio ambiente plantando mais árvores, não jogando lixo nas ruas e canalizando os córregos.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

- Composição da Mesa

Compuseram a mesa: Subprefeita da Lapa; Representante da Secretaria da Educação; Representante da Secretaria da Saúde; Coordenadora do CRAS; Juiz da Vara da Infância e Juventude; Representante do CMDCA; Representante da sociedade civil.

Uma pessoa da coordenação dos trabalhos, após compor a mesa, saudou os participantes e explicou como ia ser a programação do dia.

Os componentes da mesa fizeram um breve discurso, falando sobre a importância da conferência e da discussão dos direitos das crianças e adolescentes.

A subprefeita destacou a importância das discussões sobre os DCAs, apontou a necessidade de permanente mobilização para encaminhar esses direitos, pois as pessoas não exercem sua cidadania, não cobram seus direitos enquanto contribuintes que são.

A representante da Secretaria da Educação apontou que, na lei, os direitos são iguais, mas, na prática, é muito desigual e indica como grande desafio o encaminhamento da efetivação dos direitos que garanta uma vida digna pra todos.

A representante da Secretaria da Saúde afirmou a importância da conferência para a construção de políticas públicas, apontando que o desafio está em assegurar que as crianças e os adolescentes sejam respeitados na sua dignidade.

O juiz da Vara da Infância e da Juventude, ao se referir às dificuldades do Sistema de Defesa dos Direitos, ressaltou que existe mais uma desorganização dos atores da proteção e defesa da criança, do que a falta de serviços. Destacou a importância do trabalho cooperativo dos atores envolvidos no atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

- Regimento Interno

Após a apresentação cultural, passou-se à leitura e aprovação do regimento interno. Feitos os destaques foram colocados em debate.

Uma das principais discussões foi referente à participação dos adolescentes, não prevista na conferência convencional. Foi proposta a alteração do artigo, abrindo a participação aos adolescentes. Um participante lembrou que na conferência de 2007 já havia esta discussão, mas o CMDCA, na época, não concordou com a alteração. Outro membro da plenária esclareceu que, por se tratar de uma resolução municipal, não seria possível ser alterada na instância regional, sugerindo que a proposta fosse encaminhada para a conferência municipal. Houve a intervenção de um conselheiro tutelar dizendo que o adolescente poderia sim participar, só não poderia sair como delegado. Foi votada e aprovada a alteração do artigo em pauta, facultando a participação aos adolescentes e o repúdio à comissão organizadora regional.

O tempo para discussão do regimento se prolongou demais, foram muitos os destaques, sendo na maioria de um mesmo participante. As discussões ficaram restritas a quatro ou cinco pessoas e se alongaram em torno de uma hora. A maioria da plenária ouvia passivamente, mal levantavam o crachá nos momentos de votação, alguns estavam dispersos, outros demonstravam cansaço. Parte se retirou antes do término da discussão e das votações.

Foram modificados os artigos 1º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 20º.

Destaque para a alteração do artigo 5 do Capítulo III por propor mudança na dinâmica da conferência.

Capítulo III – Artigo 5: Os grupos irão conferir as propostas efetivadas ou não na VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2007, e irão propor em relação a cada eixo orientador da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Apresentação Cultural

Após as considerações iniciais dos integrantes da mesa, houve apresentação artística (dança break) pelo grupo de jovens da Associação Rogacionista.

2 – OFICINAS

Foram organizados cinco grupos por eixos temáticos da conferência. No momento do credenciamento, os participantes escolheram as oficinas que gostariam de participar. Algumas oficinas não conseguiram compor um número mínimo de participantes, então, a comissão organizadora fez um remanejamento de pessoas e algumas reclamaram. O número de participantes por oficina variou de 11 a 20. A maioria eram mulheres, sendo a faixa etária predominante de 25 a 50 anos. As cinco oficinas se realizaram num único salão, o mesmo onde ocorreram a abertura e a plenária. Este espaço não se mostrou adequado para o desenvolvimento das atividades dos grupos, pois havia muito ruído.

Osicineiros eram do IBEPEC, sendo que em alguns grupos havia mais de um oficineiro. O trabalho das oficinas foi dividido em dois momentos. Na primeira parte, que durou aproximadamente 30 minutos, foi feita a avaliação da efetivação das propostas de 2007. Vale destacar que no momento da

discussão do regimento interno, foi aceita a proposta de se proceder somente à avaliação do eixo 3, referente ao financiamento, tendo em vista o entendimento de que os eixos 1 e 2 estavam na esfera da autoridade federal. Para acompanhar esta discussão, os participantes receberam, no momento do credenciamento, uma cópia com as propostas tiradas na conferência de 2007 – Lapa.

No segundo momento, que durou aproximadamente 50 minutos, foi feita a discussão das propostas de 2009 e a escolha dos delegados.

A dinâmica em todas as oficinas foi semelhante. Iniciaram-se pela apresentação dos participantes, cada um dizendo seu nome e de onde era. Osicineiros expuseram uma síntese do conteúdo do eixo, apresentada em cartaz. Em seguida, procedeu-se à conferência das propostas de 2007. Osicineiros distribuíram os instrumentais e solicitaram aos participantes que escolhessem uma proposta relevante e indicassem as razões do porque não foram executadas e também que levantassem propostas para efetivação da mesma, registrando ainda os responsáveis por esta efetivação. As propostas consideradas mais relevantes foram:

- aumento de verba nas pastas de cultura, habitação saúde e educação
- atualizar a planilha de custos para os serviços da assistência social
- efetivação da ação intersecretarial

Um dos grupos avaliou que as 11 propostas contidas no eixo orçamento, não foram efetivadas. Outro concluiu que não havia proposta de maior relevância, mas sim necessidade de publicização e transparência nas informações, além da maior participação popular na elaboração do orçamento.

Quando da discussão das propostas para a conferência municipal de 2009, utilizou-se a dinâmica do bombeiro e preenchimento do instrumental trazido peloicineiro. Algumas oficinas se dividiram em grupos menores. No final das discussões, escolheram um representante para a exposição das conclusões na plenária.

A participação nos grupos ficou restrita a poucas pessoas, a maior parte permaneceu apática e silenciosa. Em uma das oficinas, quando perguntado por que não falavam, explicaram que foram obrigados a ir, “como um dia de trabalho”.

A maioria dos participantes era de ONGs, havia a presença expressiva de educadores e de pessoal dos CCAs. O número de representantes do poder público foi pouco expressivo.

Algumas pessoas tomaram a liderança nas discussões. Umaicineira, em um dos grupos, monopolizou as falas dificultando uma maior participação.

Os principais temas discutidos: desigualdade social, desinteresse do governo em promover políticas públicas para crianças e adolescentes, poucos recursos destinados à área da criança e do adolescente, a população é mal informada, falta articulação e informação entre os atores envolvidos no sistema de defesa e garantia de direitos, descrédito da sociedade em relação às instituições, falta de comunicação entre os agentes das políticas públicas, pais, instituições, comunidade. Na maioria das escolas, falta

iniciativa e interesse da direção em incentivar a participação das crianças e adolescentes através dos grêmios estudantis, conselhos de classe, discussão do projeto pedagógico, há ainda a ausência dos pais nas escolas. Em quatro oficinas foi enfatizada a falta de investimento em políticas de cultura, lazer e esportes. Todas as oficinas apontaram como desafio a efetivação da intersetorialidade. Outra questão de destaque nos grupos foi a falta de acompanhamento e cobrança da sociedade civil no que diz respeito às deliberações das conferências.

Dentre as várias propostas levantadas, algumas podem ser destacadas: incentivo para formação de grêmios nas escolas, criar comissão de pais e adolescentes nos serviços socioeducativos, ocupação de espaços públicos como praças, ruas e outros, muitas vezes ocupados pelo tráfico, com atividades de esportes, cultura e lazer. Construir políticas públicas, de modo intersecretarial, que garanta o direito de ir e vir nos logradouros e espaços comunitários. Aumentar verba para educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Os delegados foram indicados nas oficinas, mas havia poucos candidatos e não atingiu o número suficiente de suplentes. Na maioria das vezes as pessoas se autoindicavam.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi conduzida por Rosely, da comissão organizadora.

Os representantes dos grupos apresentaram, em cartazes, o resultado do ato de conferir de 2007 e as propostas para a conferência municipal de 2009, seguindo a ordem dos eixos de 1 a 5. Ao final da exposição de cada grupo, abriu-se para apresentação, discussão e votação dos destaques. Finalizando, houve a votação das propostas de 2009 e dos resultados da conferência regional-Lapa de 2007.

Houve destaques para todos os eixos, com muito debate, não obstante a participação ter ficado restrita a poucas pessoas.

Ao iniciar o processo de escolha dos delegados, foi anunciado pela mesa o número de pessoas inscritas e credenciadas na conferência e quantos delegados, suplentes e observadores poderiam ser indicados. Os indicados foram referendados pelos participantes. Neste momento a plenária estava esvaziada, havendo 28 pessoas presentes. Alguns candidatos a delegados já haviam se retirado da Conferência, o que não impediu de serem eleitos.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de inclusão nas políticas públicas
- Falta orientação às famílias que são mal informadas pelas secretarias, pelo governo, pelos professores
- Violações de direito DCA: - Uso da criança e do adolescente no tráfico de drogas; trabalho infantil (sobretudo nos faróis); - violência familiar; violência transmitida pela mídia; - violência policial;- violência sexual; violência institucional (principalmente na relação professor – aluno).- Toque de recolher já em vigor em algumas cidades do estado de São Paulo; - Projeto de emenda constitucional sobre a redução da maioria penal e aumento do tempo de privação de liberdade
- Falta de conhecimento, por parte dos executores das políticas públicas, sobre o sistema de garantia de direitos. Fragilidade dos atores envolvidos. Descrédito das instituições
- Falta de articulação intersecretarial e da rede de serviços executoras das políticas públicas. Falta de acompanhamento das ações deliberadas nas conferências
- Participação das famílias nos serviços de atendimento à criança e ao adolescente
- Há por parte do governo e do poder público uma situação de descaso, de muita morosidade para lidar com os problemas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes
- A ação intersecretarial está só no papel, na prática a ação é desconstruída devido à burocratização do sistema , à falta de unidade no discurso e à ação das secretarias, ao descomprometimento de algumas secretarias com as políticas sociais, à falta de cobrança dessa ação intersecretarial, à ausência de um plano municipal único que garanta de fato a efetivação dos DCA
- Falta de segurança nos logradouros públicos e espaços comunitários
- Falta de plano de proteção integral. Falta de um diagnóstico detalhado da situação da criança e do adolescente. Falta de planejamento estratégico das gestões. Falta de plano de ação.Falta de plano de orçamento. Falta de participação popular. Falta de clareza e transparência nas informações sobre gestão.
- Falta de efetivação e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos. Falta de intersetorialidade. Falta de entendimento das atribuições. Falta de atuação prática dos conselhos de direito. Falta de acompanhamento e cobrança das deliberações das conferências.
- Superação da situação atual, caracterizada pela ausência de políticas públicas que impedem a efetivação do que preconiza o ECA em seu Art. 16, sobretudo no que tange ao direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Aumento de verba nas pastas de cultura, educação, saúde, habitação e assistência social
- Conscientização, orientação e informação por meio de internet, televisão, jornais, escolas e núcleos, informando e orientando os usuários para o engajamento dos mesmos para fortalecer a participação da comunidade, de modo que o usuário das políticas públicas sintam-se estimulado a participar e querer mudar algo
- Formação continuada de educadores para que eles possam repassar informações e orientações às crianças e adolescentes para engajamento dos mesmos no sentido de fortalecer os laços familiares
- Trabalho com famílias; garantir que as informações desta conferência sejam repassadas às escolas, famílias e núcleos
- Aumentar o número de equipamentos de lazer, cultura, esporte, educacionais, etc., de acordo com a demanda por território. Mais recursos de lazer e esporte nas comunidades, abrir espaço nas escolas para essas ações.
- Contratação de pessoal, aumento de salário, formação continuada, recursos materiais e infraestrutura para efetivação das políticas públicas
- Projetos e práticas de inclusão social DCA, garantindo efetivação de direitos em diferentes esferas
- Maior investimento nos professores (salários e capacitação), classes com menor número de alunos, mais um professor para cada turma, ensino igual para toda a rede escolar, ensino profissionalizante em todas as escolas, maior cobrança em relação aos funcionários, professores e diretoria, maior envolvimento das famílias nas escolas.
- Aumento na distribuição de verbas para a Assistência Social, transparência na aplicação dos recursos, estruturação do espaço físico; ampliação do quadro de recursos humanos, contemplando os profissionais de saúde. Melhorar o atendimento com um educador para cada 20 educandos, fiscalização continuada (auditorias), capacitação dos profissionais, atendimento da demanda.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Enfrentamento conjunto de violação de direitos de crianças e adolescentes por meio de programas voltados para o atendimento jurídico, social e apoio psicológico para o fortalecimento da família. Ampliação dos serviços de educação social e profissionalização (atuais Centros da Criança e do Adolescente- CCA); fortalecimento do trabalho com famílias, com capacitação para os recursos humanos.
- Constituição de uma comissão no fórum regional da criança e do adolescente, para acompanhamento permanente das deliberações das conferências e troca de informações. Devem participar desta comissão um membro de cada unidade de serviço ou pelo menos os delegados eleitos nas conferências 2009, com realização de reuniões a cada seis meses
- Criar mecanismos para participação mais efetiva das famílias nas unidades de serviço.

- Mobilização dos pais de alunos. Reunião com as direções das escolas para chegar a um acordo.
- Definir e monitorar metas, publicizando as informações
- Redimensionar serviços X demanda X recursos humanos
- O trabalho infantil beneficia os pais desempregados, mais atenção do Conselho Tutelar para esses casos.
- Retorno do Programa Jurídico-Social

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Ocupação dos espaços já existentes nas escolas pelas crianças, adolescentes e famílias, no tocante à vivência política: Conselho Estudantil, Conselho de Classe, Conselho de Escola, Conselho Participativo de Classe, reuniões de pais. Participação na Construção do Projeto Político e Pedagógico nas escolas. Participação das crianças e adolescentes na discussão e construção de políticas para educação. Temos ainda a invisibilidade da infância.
- Implementação de projetos de inclusão social, garantindo-se a efetiva participação de crianças e adolescentes nos planos municipais, respeitadas as especificidades regionais.
- Criação/fortalecimento de mecanismos para a efetiva participação de crianças e adolescentes em todos os programas voltados a esse segmento, dentre os quais, Conselho de Classe, Conselho Participativo, Orçamento Participativo, Reunião de pais, Projeto político-pedagógico, Plano Municipal de Educação, Fóruns para debate dos direitos de crianças e adolescentes, Realização da Conferência Lúdica sob a responsabilidade do CONANDA
- Realizar encontros regionais com conteúdo intersecretarial
- Fortalecimento dos fóruns e das entidades sociais
- Criação de um observatório infanto-juvenil, construído e gestado por eles, com a cara deles para garantir, denunciar, encaminhar, mudar

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Garantia e articulação de uma rede socioassistencial que funcione e seja articulada entre si e que tenha clareza do retorno de suas ações, para tanto ter profissionais qualificados e bem remunerados. Aprovação dos projetos em tramitação, referentes a crianças e adolescentes; estrutura física adequada dos serviços e estruturação do quadro de recursos humanos. Transparência dos recursos aplicados
- Efetivação da ação intersecretarial, com a desburocratização do sistema, com um comprometimento maior de todos os envolvidos com a política pública Construção intersecretarial de políticas públicas a serem desenvolvidas nos logradouros públicos e espaços comunitários, com a participação das crianças e adolescentes nesta construção
- Criar o Plano de Proteção Integral - PPI, cabendo:- deliberar quanto à construção do plano de proteção integral- PPI elencando a normativa de ações necessárias; - construir planejamento estratégico através de diagnóstico regional; -construir plano de ação; - construir plano de orçamento; - construir plano de proteção integral;- priorizar projetos do FUNCAD com base no PPI

- Deliberar quanto à criação da comissão permanente para acompanhamento das conferências e do Plano de Proteção Integral, com a seguinte composição: representantes do CMDCA, do Fórum Municipal DCA, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, da Comissão Extraordinária de Defesa da Criança Adolescente e Jovem da Câmara Municipal; do Ministério Público e do Legislativo
- Construção de Plano Orçamentário
- Mais participação da sociedade civil

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Rosely Aparecida Dalterio
Educação	Luci Ana Santos da Cunha
Saúde	Cristiana Beatrice Casarim Arcieri
Subprefeitura	Ricardo Rodrigues Ribeiro
Conselho Tutelar	Maria de Fátima Mendonça dos Santos Ricardo Santos
Fórum Municipal DCA	Willian Lisboa Liliam Soares dos Santos José Aparecido da Silva Margarida Maria Ruivo
Adolescente	Lincoln Silva de Souza David Oliveira dos Anjos
Suplente	Bruna Mendes Teodoro Gabriela Barbosa Dias

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Amanda Soares Amâncio de Oliveira	Arthur Leonardo Aparecido Santos S.Souza
Thiago Henrique Silva de Melo	William Rocha de Carvalho
Jadson da Silva Coelho	Ingrid Kelly Sena de Lacerda
Rodrigo Gomes dos Santos	Tamires Werneck
Júlia Salazar Matos	Ricardo Evaristo de Carvalho
Paulo André Garrido Oliveira	Larissa dos Santos Paula
João Pedro Fanon	Geane Fani
Douglas Santos Ghedino	Raquel Matias Castellano
Milena Fontes Alencar	João Pedro Zanon
Luanara Letícia Ferraz da Silva	Lucas de Jesus Santos
Rafael de Souza	Jessica Neves Rodrigues da Silva
Claudio Antônio Rodrigues Garcia	Suelen da Silva Lopes Lima
Rafael Bertolotto	Jully Ellen Aguiar Souza
Camila Carvalho Silva	Erica Chimenes Santana
Marcos Vinicius Gomes	Felipe Celes Vieira
Felipe Almeida Cândido da Silva	
Gilberto Amaral Dinis	
Diego Ferreira Martins Silva	
Thaís Pereira Gomes	
Clara Alves de França	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Carlos Nambu	Magda de Paula
Valéria da Silva Reis Ribeiro	Miguel Novelino
José Aparecido da Silva	Célia Alves de Oliveira
Maria Aparecida da Silva	Maria das Dores Pereira
Lilian Soares dos Santos	
Vitória Keiko Vassaler	
Júlio Marques Costa	
Jovelina Magalhães	

M'BOI MIRIM/ JARDIM ÂNGELA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica foi realizada no dia 29 de junho de 2009, das 8:30 às 17:00 horas, no Clube da Turma, situado na Travessa Maestro Massaino, s/n.

A Conferência Convencional foi realizada no dia 15 de julho de 2009, no CEU Guarapiranga, situado na Estrada da Baronesa, 1120. Houve grande atraso para o início da conferência porque os ônibus que deveriam transportar as pessoas até o local não apareceram de modo que não havia quorum para o início das atividades. Por volta das 11:00 hs, haviam chegado algumas pessoas e a Comissão Regional decidiu dar início à conferência. Participaram 252 crianças e adolescentes e 60 adultos, respectivamente.

A Conferência Lúdica também foi iniciada com atraso devido a demora dos ônibus em pegar as crianças e adolescentes para trazer para o local da conferência. O espaço do refeitório e as salas onde se realizaram as oficinas foram adequados às atividades. A acústica da quadra disponibilizada para abertura do evento e plenária dificultou a concentração dos participantes.

A conferência foi precedida de reuniões preparatórias de discussão e divulgação do evento. Foi utilizado também o portal www.conferenciadedireitos.org.br como meio de comunicação informações sobre os temas da conferência, diagnóstico da região e calendário.

Houve o envolvimento de ONGs, educadores, conselheiros e poder público na preparação e no dia da conferência. Observou-se a ausência de representantes da educação e da saúde na Lúdica e na Convencional.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

- Composição da Mesa

A abertura da conferência ficou a cargo do coordenador da comissão regional que saudou os participantes e chamou para compor a mesa o subprefeito de M'Boi Mirim, um representante dos adolescentes, uma representante das crianças, um representante do conselho tutelar. Em seguida foi executado o Hino Nacional. Foi dada a palavra aos membros da mesa que fizeram uma breve fala sobre a importância do dia. O coordenador do evento destacou o sentido da conferência, de estar conferindo se os direitos das crianças e dos adolescentes, contidos no ECA, estavam sendo garantidos.

- Regimento Interno

Após a apresentação de um grupo de dança, o coordenador explicou que o regimento é o conjunto de regras que irá nortear o dia da conferência. Orientou os presentes a se manifestarem em caso de dúvida ou discordância, apresentando propostas de alteração. Foi distribuída cópia do regimento para que todos pudessem acompanhar a leitura, que foi feita por uma representante da comissão regional, indicada pelos participantes. Após o esclarecimento de algumas dúvidas foi colocado em votação e aprovado pelos participantes.

- Apresentação Cultural

Na abertura houve uma apresentação de um grupo de dança. No início foi feita uma dinâmica de aquecimento que consistiu em abraçar uns aos outros desejando um bom dia. No final foi reproduzido um ritual dos índios Guarani, onde todos os participantes foram chamados a cantar juntos a palavra “erotori”, que significa eu sou feliz, acompanhados por gestos repetidos várias vezes.

No encerramento o cantor de hip-hop, Gaspar, do grupo Z’África Brasil, morador da região, cantou várias músicas com temas que diziam respeito a realidade dos menino(as) e do bairro. Algumas crianças cantaram em ritmo de hip-hop e ganharam CDs do grupo.

2 - OFICINAS

Após o almoço os participantes, orientados pelosicineiros, se dirigiram ao local das oficinas. Cada grupo ficou em uma sala de aula.

No momento do credenciamento os adolescentes escolheram as oficinas em que gostariam de participar. As oficinas foram organizadas por eixos, traduzidos em linguagem mais simples para melhor compreensão das crianças e dos adolescentes, ou seja: eixo 1- Posso, não posso ou poderei; eixo 2 - Violência não é meu direito!; eixo 3 - Quem garante meu direito; eixo 4 – Sem participação não teremos solução. Eixo 5 - Política é a gente que faz.

Os participantes foram distribuídos em nove grupos de ambos os sexos: duas turmas no eixo 1; duas turmas no eixo 2; um turma no eixo 3; duas no eixo 4; 1 turma no eixo 5 e uma oficina de crianças de 06 a 10 anos.

O número de pessoas por grupo variou de 15 a 44. A maioria era adolescente na faixa de 13 a 16 anos. Não foi significativa a diferença de sexo, com uma leve predominância de mulheres.

Osicineiros eram da própria região: conselheiros, educadores, participantes de movimentos e militantes da área da criança e do adolescente.

As oficinas iniciaram-se com a apresentação dos participantes, onde cada oficinairo adotou sua dinâmica. Na maioria dos grupos foi explicado o objetivo da conferência lúdica e a importância do dia, onde os participantes estariam refletindo e fazendo suas propostas para melhoria da condição de vida das crianças e adolescentes. Num segundo momento era feita a exposição do conteúdo do eixo da oficina, onde alguns oficinairos destacaram temas que serviram de referência para aprofundar as discussões dos momentos seguintes. A maioria se dividiu em pequenos grupos para aprofundar as reflexões, levantar problemas e propor soluções. Depois retornavam ao grupo maior para apresentação e escolha de duas propostas prioritárias. Os oficinairos utilizaram técnicas e recursos pedagógicos diferenciados para a exposição dos temas e estímulo às discussões: vídeo, site de internet, desenhos, colagens, power point e outros. Em todos os grupos foi disponibilizado material pedagógico para elaboração de cartazes, colagens e registros das propostas.

Na oficina das crianças menores, foi distribuído papel, canetas lápis, canetinhas, para as crianças desenharem o que mais gostavam e o que menos gostavam no bairro.

A maioria dos oficinairos conduziu as discussões e reflexões estabelecendo o diálogo com os grupos através de perguntas e respostas e alguns utilizaram a dinâmica do bombeiro.

De modo geral houve uma boa participação, observou-se que alguns adolescentes detinham maior conhecimento dos temas tratados. Algumas estratégias utilizadas possibilitaram maior envolvimento dos participantes a exemplo da oficina que discutiu o eixo 5, que utilizou um site da internet sobre a “lei seca”. A polêmica suscitada pela questão provocou a participação da maioria do grupo. Já, em outro grupo, o uso do power point, com exposição de slides, depois do almoço, em sala escura, fez com que parte do grupo ficasse dispersa e silenciosa, alguns bocejavam. Nesta mesma oficina, no momento das discussões em subgrupos, a participação foi muito boa, envolvendo todos.

A maior parte das oficinas abordou temas relativos à escola, a falta de professores, brigas nas escolas, falta de segurança nas escolas e droga. Quase todos levantaram questões relativas à falta de lazer, cultura e esportes. Houve destaque para a falta de segurança no bairro, rua sem asfalto e moradia. Foram ressaltados problemas no atendimento de saúde como falta de hospitais, de médicos, de saneamento básico. Temas como violência, pedofilia, drogas, gravidez na adolescência também foram abordados em mais de um grupo. De modo geral não havia separação entre temas, problemas e propostas na discussão.

As principais propostas levantadas foram: educação de qualidade para todos; reforma na educação de modo a garantir a implantação de bibliotecas, esportes diversos, infocentro; mais seguranças nas escolas, palestras e programas sobre meio ambiente, melhora da qualidade nas escolas públicas, transporte gratuito para os estudantes, todos tem direito a escola, retorno da matéria de estudos sociais na grade escolar; divulgação das leis do ECA nas disciplinas escolares; formação de comissão de voluntários em cada colégio para resolução das necessidades através de cartilhas educativas; que seja

feita uma ampla divulgação na internet e nos grêmios escolares com informações sobre direitos da criança e do adolescente.

Praças, pólos culturais; mais espaços de cultura e lazer; curso de patins; quadra de esportes; parquinhos; pista de skate; teatros, aulas de música e dança em locais com banheiros, bebedouros, etc.

Mais assistência na área de saúde, hospitais, postos de saúde, ter atendimento aos finais de semana com médicos competentes, criar clínicas para usuários de entorpecentes; implantar serviço voltado para o atendimento ao adolescente; mais hospitais, mais médicos.

Moradia, mais segurança no bairro, mais funcionários públicos para atender melhor a população.

Tirar o toque de recolher, criar condições para que as crianças tenham um apoio maior para fazer a denúncia de seus agressores, programa de combate a droga.

Mais diálogo das crianças com a família.

Que todas as informações e leis da criança e adolescente sejam entregues em apostilas nas residências; radio nas escolas, criar fóruns de discussão para crianças e adolescentes na internet; ampliar os grêmios nas escolas, fórum da paz, da educação e defesa da vida; solidariedade.

Respeito à criança e ao adolescente, compromisso com o nosso direito.

“Gostaríamos que as nossas propostas não ficassem só no papel, temos direito a isso e muito mais”

Cada oficina elegeu dois delegados, alguns por indicação e outros se auto indicaram.

3 - PLENÁRIA

Após o termino das oficinas os participantes se dirigiram ao ginásio de esporte, do Clube da Turma para o início da plenária. O mediador informou aos participantes que as propostas seriam apresentadas pelos representantes dos grupos e, caso houvesse algum destaque a fazer, a proposta seria colocada em discussão e submetida a votação.

As propostas foram apresentadas, algumas em cartazes e outras em folha de papel, e lidas pelos representantes dos grupos. Como não houve nenhuma manifestação dos participantes, as propostas foram referendadas com uma salva de palmas.

Em seguida os delegados indicados nos grupos, foram apresentados a plenária e eleitos por aclamação.

A plenária foi encerrada com o cantor de hip-hop, Gaspar do grupo Z'África Brasil.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Não existe atendimento específico de saúde para adolescentes em geral e para gravidez de adolescente em particular. Faltam hospitais, postos de saúde, atendimento nos finais de semana e saneamento básico
- Falta professores nas escolas. Tem muita briga nas escolas
- Poucos espaços e atividades de lazer, cultura e recreação
- Falta segurança nas escolas
- Violência. As crianças e os adolescentes não têm informação sobre seus direitos. Pouco conhecimento do ECA. Os professores não falam do ECA e dos direitos das crianças
- Violência. Drogas. Pedofilia. Falta diálogo entre pais e filhos
- Drogas
- As leis não são cumpridas. Falta conhecimento das leis para crianças e adolescentes

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Implantação e melhoramento de um sistema de saúde voltado para o adolescente, que garanta a qualidade e o pronto atendimento
- Reforma efetiva na educação que garanta a implantação de bibliotecas, esportes diversos, infocentro, além de capacitação para educadores e alunos visando uma melhora no relacionamento escolar
- Quadras poliesportivas, praças com recreação, pista de skate, teatro, aula de música e instrumentos e dança, em espaço equipados com banheiros, bebedouro, etc.
- Segurança reforçada com GCM, PM, RONDA ESCOLAR
- Garantir educação de qualidade para todos
- Criação de cursos de formação aplicada pré-universitário com multiplicação dos conhecimentos pelos adolescentes

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Divulgação ampla dos projetos que garantem os DCA, pois assim terão mais informações para reivindicá-los na luta frente a violência contra crianças e adolescentes
- Orientação para os pais e responsáveis para que eles entendam os prejuízos da violência na vida das crianças e dos adolescentes, bem como entendam o que é violência e aprendam a brigar contra ela
- Tirar lei do toque de recolher para as crianças de 7 à 10 anos. Poder ficar na rua até mais tarde
- Criação de clínicas para usuários de entorpecentes

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Rádio nas escolas

- Criar fórum permanente de discussão sobre crianças e adolescentes na internet
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Estimular o movimento de comunicação entre os jovens, utilizando a internet como incentivo a participação. Sem comunicação não tem como participar
- Eixo V - Gestão da Política
 - Que todas as leis da criança e do adolescente sejam entregues em apostilas nas residências e que todas as informações do ECA sejam enviadas aos adolescentes
 - Retorno da matéria Estudos Sociais na grade escolar divulgando as leis DCA
 - Formação de comissão em cada colégio com grupo de voluntários para resolução das necessidades através de cartilhas educativas
 - Criar um Disk 0800 para informações sobre criança e adolescente
 - Que seja feita uma ampla divulgação dos DCA nos sites da internet e nos grêmios escolares

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A conferência teve início por volta das 10:30h, pois havia poucos participantes em razão de não terem sido enviados os ônibus que buscariam os conferencistas nos pontos. Participaram alguns adolescentes que haviam sido eleitos delegados na Conferência Lúdica.

A abertura do evento se deu com a realização de uma dinâmica, que consistia em abraçar uns aos outros dando boas-vindas.

• Composição da mesa

A mesa de abertura foi composta por: 1 representante do Fórum da Criança e do Adolescente de M'Boi Mirim; 1 representante do Conselho Tutelar; 1 representante do CRAS de M'Boi Mirim; 1 representante dos adolescentes; 1 representante da Comissão Regional.

Cada representante fez uma breve fala sobre a trajetória da luta pelos DCA e a importância das Conferências e das reflexões sobre os DCA, além de suas expectativas em relação à Conferência que aconteceria ao longo daquele dia.

Em seguida houve a execução do Hino Nacional, que foi projetado em telão, sendo interpretado em diversos ritmos musicais como capoeira, samba, quadrilha, danças gaúchos, entre outros.

Foi feita então a leitura do regimento interno, que foi projetado em um telão, além de ter sido entregue uma cópia dentro da pasta recebida por todos os participantes. Foram realizadas várias alterações no

regimento e, em decorrência do pequeno número de participantes, os presentes concordaram em diminuir a programação prevista. As alterações realizadas foram: 1) Capítulo I, artigo 2º- a Conferência Convencional do Jd. Ângela realizar-se-á das 8:00h às 15:00h; 2) Capítulo III, artigo 5º- foi acrescentado o inciso 7, afirmando que são também participantes da Conferência Convencional do Jd. Ângela os delegados adolescentes eleitos na Conferência Lúdica do Jd. Ângela; 3) Capítulo III, artigo 5º, parágrafo 1º- têm direito a voz os participantes devidamente cadastrados e voto todos os participantes de acordo com os incisos do Capítulo III, artigo 5º; 4) Capítulo V, artigo 8º- os grupos de trabalho serão formados por 02 (dois) grupos de trabalho de acordo com o número de participantes; 5) Capítulo VI, artigo 16º- as moções devem ser entregues à Comissão até às 14h; 6) Capítulo VIII, artigo 23º- a Comissão Regional Organizadora terá direito a 02 (dois) delegados natos.

- Regimento Interno

O regimento foi aprovado por aclamação, com as alterações propostas. Durante a maior parte do período de abertura os participantes mostraram-se atentos e participativos.

2 - OFICINAS

As oficinas foram organizadas pelos eixos do CONANDA. Como eram poucas pessoas, distribuíram os cinco eixos em três grupos. Um discutiu os eixos 1 e 2, outro discutiu os eixos 3 e 4 e o terceiro discutiu o 4 e 5. Osicineiros eram da própria região. As oficinas iniciaram com a apresentação dos participantes utilizando dinâmicas para que as pessoas se conhecessem e memorizassem os nomes uns dos outros.

Na oficina que trabalhou com os temas relativos aos eixos 1 e 2 oicineiro iniciou ressaltando que a conferência é um espaço para discutir políticas públicas para as crianças e não devemos ter medo das dificuldades para tirar propostas e exigir que sejam implantadas. Lembrou que na conferência de 2003 uma das propostas foi a construção do CEU onde hoje estavam reunidos. Uma participante falou que hoje existem muitas escolas que parecem gaiolas com muitas grades nas janelas. Sugeriu a leitura das propostas aprovadas na conferência lúdica e a discussão sobre elas e, se fosse do interesse, criar novas propostas. A oficina foi dividida em dois grupos menores, cada um com um eixo. A oficina que discutiu os eixos 3 e 4 utilizou a dinâmica do bombeiro, a maioria dos participantes eram adolescentes. Oicineiro pediu que uma pessoa do grupo anotasse as propostas que fossem saindo na discussão.

Na terceira oficina os dois eixos foram tratados na discussão com todo o grupo.

A presença significativa de adolescentes em duas oficinas deu outra dinâmica às discussões. De modo geral houve pouca participação dos adolescentes porém, todos mostravam interesse nas discussões.

Um dos grupos abordou a necessidade de implantação e melhoramento do sistema de saúde, com atendimento rápido; a necessidade da criação de bibliotecas, espaços para esportes e lazer na região. Mas o principal foco da discussão foi o anseio dos moradores do Jardim Angela de ter um centro cultural e uma faculdade pública. Na área da saúde a principal demanda foi a criação de mais postos de saúde e que todos tenham espaços próprios para o atendimento de crianças e adolescentes, pois hoje ficam juntos com os adultos.

Outro foco da discussão foi a preocupação em acabar com a violência na região. Lembraram que o Jardim Angela saiu das estatísticas como a região mais violenta da cidade de São Paulo graças ao trabalho da sociedade organizada, ao movimento das comunidades. Hoje há menos violência, mas é preciso trabalhar com os jovens em conflito com a lei. Uma das participantes expressou sua preocupação com a proposta da conferência lúdica que defende mais policiamento nas ruas e nas escolas, pois todos sabem que isso não é solução. Ela perguntou: “queremos mais repressão ou qualidade do serviço policial?” Todos concordaram que o policiamento é importante mas com respeito. Discutiram também que se houvesse mais equipamentos e serviços para crianças e adolescentes eles não ficariam nas ruas e estariam ocupados com atividades educativas. Concluíram que deveriam reivindicar mais um CEU, pois o que existe no bairro não comporta a demanda. Lembraram que há muito espaço vazio na região para isso. Os principais temas discutidos no outro grupo foram: necessidade de mais esporte, lazer, cultura na região; CCAs e CJs nos bairros; necessidade de maior divulgação dos Fóruns da Criança e do Adolescente; necessidade de maior divulgação dos serviços públicos presentes na região; importância do uso da Internet para articular propostas relacionadas aos DCA; necessidade de fortalecimento dos Conselhos Tutelares; necessidade de formação de grêmios escolares. Ainda foi discutido no grupo dos eixos 4 e 5 questões polêmicas como os projetos de lei da redução da maioria penal e o do toque de recolher. Ressaltaram a falta do que fazer das crianças e adolescentes, o que gera situações de violência. Apontaram a falta de políticas públicas direcionadas para a criança e adolescente, a falta de perspectiva destes, pois a educação é muito ruim. Faltam espaços de lazer e há pouca divulgação das atividades do CEU. Um dos participantes acredita que o fato da criança e do adolescente não poderem trabalhar é ruim “pois empurra eles para o mundo das drogas”, “com o trabalho vem a responsabilidade”, “eu prefiro ver meu filho trabalhando numa carvoaria do que solto pela rua”, Foi colocado que o ECA assegura à criança o direito de brincar e estudar, mas é difícil o acesso a boa educação e a cultura na periferia “ eu tenho 32 anos e nunca fui ao teatro”.

Os delegados foram indicados nas oficinas.

3 - PLENÁRIA

Na Plenária cada oficina apresentou suas propostas. A ordem das apresentações se deu pela sequência dos eixos. Os relatores de cada oficina subiam ao palco e faziam a leitura das propostas. Ao final da

leitura de todas as propostas de cada oficina o coordenador perguntava se alguém queria que houvesse alguma alteração. Quando havia algum destaque era colocado em discussão e votação.

Duas propostas provocaram polêmica na plenária:

“Formação e qualificação de uma equipe voluntária para divulgação do projeto CEU nas escolas, postos policiais, vinhetas nos comerciais, pontos de ônibus, etc.” – nesta proposta o termo “voluntário” foi questionado e ao final votou-se por retirar este termo;

“Auxílio ao jovem no apoio à cultura como matéria extracurricular: criação de uma bolsa auxílio cultural e educacional.” – foi questionado o caráter assistencialista, a proposta foi discutida, votada e foi mantida;

Os delegados indicados nas oficinas foram chamados ao palco. Alguns já haviam se retirado, os participantes optaram por aclamar somente os que estavam presentes.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Estimular a discussão contínua do ECA.
- Os espaços de educação e cultura existentes não comportam a demanda da região.
- Necessidade de equipamentos mais próximos da local de moradia.
- Violência na região diminuiu. Jd. Angela "saiu das estatísticas" de região mais violenta da cidade.
- Necessidade de fortalecer os Fóruns e os Conselhos Tutelares.
- Motivar a participação dos jovens.
- Apoio ao crescimento cultural de crianças e adolescentes.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Centro Preventivo dos Direitos da Criança e do Adolescente para discussões sobre o ECA e para a capacitação de profissionais que atuam junto a essa população jovem no bairro (educadores, professores, profissionais de segurança, entre outros).
- Construção de mais espaços educacionais e culturais na região como um novo CEU, centros culturais e uma faculdade pública.
- Motivar a participação dos jovens.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Como estratégia de combate à violência, investir na capacitação dos profissionais da segurança.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Descentralização e aumento do número de Conselhos Tutelares e de Fóruns dos direitos da criança e do adolescente em toda região da cidade de São Paulo.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Construir programas que levem palestras sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente nas escolas e outros equipamentos públicos, através de cartilhas e apresentações lúdicas, além do uso das ferramentas de divulgação na Internet.

- Construir metodologia na linguagem dos jovens de forma prática, usando teatro, música e gincanas com a participação da comunidade e utilizando todos os espaços disponíveis

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Formação de equipes para divulgação dos projetos do CEU nas escolas, nos postos policiais, em vinhetas de comerciais e em terminais de ônibus.

- Criar Bolsa Auxílio Cultural como apoio e incentivo aos jovens que participarem de atividades culturais, constituindo-se como parte do currículo escolar.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Evelyn Crislaine Pires Pereira Baradel
Educação	Luis Carlos Alves
Saúde	Ivete Ollitta
Subprefeitura	Ana Brasil
Conselho Tutelar	Eduardo Pedro de Carvalho Maria Aparecida Barbosa
Fórum Municipal DCA	Marcio Vidal Marinho Cristiane de Oliveira Barbeiro Maria de Fátima Gomes Rodrigues Paulo Joaquim de Melo Junior
Adolescente	Andréia Cristina Cruz Silva Aline Silva de Souza

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTE
Claudiomar de Souza Silva
Danilsom dos Santos Batista
Dadid Oliveira Camargo
Felipe Gomes Oliveira
Fiana Brenda Barbosa Santos
Gustavo Mota de Farias
Iago dos Santos Fagundes
Juliana Cristina de Aquino
Leon Ferreira de Oliveira
Maryna Araujo da Costa
Nataly da Silva Rosa
Ricardo Vilanova Nascimento
Saulo Vilanova Nascimento
Tamyla Souza Santos
Thais Costa Silva
Thalita do Nascimento Sales
Wallacer Ribeiro
Wellington Rodrigues Araujo

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Dayana Fernandes Bueno (nato)	Angélica Lira dos Santos
Eduardo Pedro de Carvalho (nato CT)	
Flavia Gallucci Leal	
Gesleide dos Santos	
Jacqueline Carolina das Santos	
Luana Borba Alvares	
Maedson do Santos Vieira	
Marcio Vidal Marinho (nato)	
Maria Aparecida Barbosa (nato CT)	
Valquíria Maria Garcez	

M'BOI MIRIM/ JARDIM SÃO LUÍS

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de M'Boi Mirim/Jardim São Luís realizou-se no dia 07/07/09, das 8:00h às 17:00h no CEU Casa Blanca, à Rua João Damaceno, s/n. e contou com a presença de 228 participantes e 56 observadores. No mesmo local e horário, no dia 17/07/2009, foi realizada a Conferência convencional, com a presença de 55 participantes.

No credenciamento, todos receberam pastas com a programação, tendo no verso texto sobre papel dos delegados e calendário de reuniões mensais do fórum, uma cópia do regimento interno, papel, caneta e crachá. No momento do credenciamento, tanto na conferência lúdica como na convencional, os participantes escolheram a oficina de sua preferência.

Durante o café foi passado o vídeo das Conferências passadas.

Na lúdica, não houve o ato de conferir na abertura do evento.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A conferência iniciou-se com um vídeo do Hino Nacional, projetado em telão, interpretado em diversos ritmos musicais regionais como bumba meu boi, capoeira, dança gaúcha, quadrilha e escola de samba. Em seguida, foi realizada uma dinâmica que consistia em abraçar uns aos outros dando boas vindas.

• Composição da mesa

Na abertura solene, foram convocados para compor a mesa, o subprefeito, representantes de órgãos públicos, representantes de instituições da sociedade civil e representantes das crianças e adolescentes.

Cada componente da mesa falou sobre a importância do evento, além de suas expectativas em relação à conferência que aconteceria ao longo daquele dia. O representante dos adolescentes destacou a importância da participação no Fórum DCA, a representante do Fórum DCA Regional afirmou que quem mais precisa tem que construir as saídas para o futuro. “Hoje é o ponto de partida para o processo de mobilização para mudar a história. As propostas tiradas na conferência têm que virar política pública para o Brasil inteiro”, disse ela. O subprefeito falou do significado do evento e da importância de se fazer as discussões sobre os direitos da criança e do adolescente. Salientou, ainda, que a Conferência era um espaço privilegiado para o exercício de cidadania.

- Regimento Interno

A leitura do regimento interno foi feita por um adolescente, acompanhada pelos participantes através da projeção em data show. Uma cópia do regimento constava da pasta recebida por todos os participantes. Os trabalhos foram coordenados por um membro da comissão organizadora, que explicou os objetivos da conferência, a programação do dia e o significado do regimento interno. Orientou os participantes que, caso houvesse alguma discordância, levantassem a mão para apresentar o destaque. Esclareceu o papel dos delegados e como se dá a representação em cada etapa do processo: regional, municipal, estadual e nacional.

Foram apresentados, votados e aprovados dois destaques: alterar de 7 para 6 anos a participação de crianças com direito a voto e facultar a participação dos educadores com direito a voz. Após o esclarecimento do significado de algumas palavras constantes no documento, procedeu-se a votação e aprovação do regimento.

- Apresentação Cultural

Na abertura foi apresentado um ritual dos índios Guarani e todos os participantes da plenária foram chamados a cantar juntos a palavra “erotori”, que significa eu sou feliz, acompanhado por gestos repetidos várias vezes.

Após o diagnóstico, houve uma apresentação do coral do projeto Guri composto por crianças e adolescentes.

No encerramento o cantor de hip-hop, Gaspar, do grupo Z'África Brasil, morador da região, animou os participantes e distribuiu CDs.

Nos intervalos entre as atividades, foram projetados, no telão do auditório, vídeo clipes do cantor Michael Jackson que morrera recentemente.

- Palestra

Foi apresentado um diagnóstico da situação da criança e do adolescente de M'Boi Mirim e do distrito do Jardim São Luis, por uma representante do CMDCA, com dados da pesquisa feita pelo Instituto LIDAS. De forma dialogada, foi construindo o diagnóstico com a participação das crianças, partindo, inicialmente, do mapa do estado, passando pelo município, pela subprefeitura e detendo-se em informações sobre crianças, adolescentes e unidades de serviços do Jardim São Luís. Houve grande envolvimento da plenária nesta atividade.

2 – OFICINAS

As oficinas foram organizadas por eixos, traduzidos em linguagem mais simples para melhor compreensão das crianças e dos adolescentes, ou seja:

eixo 1- Posso, não posso ou poderei;
eixo 2 - Violência não é meu direito!;
eixo 3 - Quem garante meu direito;
eixo 4 – Sem participação não teremos solução;
eixo 5 - Política é a gente que faz.

Após o almoço, os participantes se dirigiram às salas, orientados pelosicineiros.

Os participantes foram distribuídos em oito grupos: duas turmas no eixo 1; duas turmas no eixo 2; 1 turma em cada um dos demais eixos e uma oficina de crianças de 06 a 10 anos.

O número de pessoas por grupo variou de 25 a 34. Na oficina lúdica, participaram 11 crianças. Algumas oficinas tiveram o predomínio de adolescentes de 12 a 14 anos, em outras o predomínio de adolescentes acima de 15 anos. Na conferência, havia poucas crianças de 6 a 10 anos.

Dois salas da EMEF do CEU Casa Blanca foram disponibilizadas para as atividades dos grupos. Algumas oficinas ocuparam o palco e o camarim do teatro, duas oficinas ficaram na sala multiuso e as demais ocuparam outros espaços do CEU.

Osicineiros adotaram dinâmicas diferenciadas para apresentação dos participantes e desenvolvimento das oficinas. Algumas estratégias foram utilizadas em todas elas: explicação sobre o eixo proposto e sobre conteúdos do ECA que se relacionavam com o tema da oficina; divisão em grupos menores para discussão dos problemas e formulação de propostas; retorno das conclusões dos subgrupos ao coletivo da oficina e votação de propostas a serem levadas à plenária.

Em todos os grupos havia materiais para a elaboração de cartazes que possibilitaram aos participantes expressarem, através de desenhos e colagens, os problemas da região e as propostas de solução.

Osicineiros se valeram de estratégias diversificadas para exposição sobre o ECA: vídeo, dramatização e cartaz. Algumas oficinas utilizaram a dramatização para discussão sobre violação de direitos. Em uma delas, aicineira imitou o Datena, em seu programa de TV, dando notícia de uma criança que cometera um assalto e era tratado pelo apresentador como “vagabundo”. Aicineira propôs que contassem a história deste “vagabundo”. As cenas, dramatizadas pelos participantes, iam revelando as várias situações de violação de direitos, desde a gravidez de uma adolescente, o abandono pelo namorado, passando pelas dificuldades no atendimento nos postos de saúde durante o pré-natal, no hospital, no momento do nascimento, na creche que não tem vaga, a criança exposta a riscos enquanto a mãe trabalha, as dificuldades nas escolas e assim até o final da adolescência. Aicineira propunha a cena e os participantes criavam os diálogos de modo espontâneo. Entre uma cena e outra, se realizava o debate, a reflexão sobre as situações de violação de direitos e sobre o que diz o ECA.

A participação nas oficinas variou: alguns participavam ativamente e outros permaneciam mais silenciosos.

De modo geral, nas oficinas, conversaram sobre a violência e abuso de autoridade dos policiais que batem em crianças e adolescentes, violência nas escolas e nas ruas, falta de policiamento e de segurança, pedofilia e gravidez na adolescência. Mencionaram o descaso dos governos com as políticas sociais, indicado por várias faltas: de escola, de creche, de espaços de lazer e cultura, de posto de saúde, de hospitais, de falta de preparo dos profissionais da saúde, de projetos sociais que preparem os jovens para o mercado de trabalho, de educação de qualidade para pobres, de atendimento digno de saúde. A falta de informação e a importância da divulgação de seus direitos para crianças, adolescentes, pais e comunidade também foram destacadas: “na minha rua um menino, criança ainda, fez alguma coisa errada e a polícia veio e bateu nele e derrubou ele (sic), tudo na frente de todo mundo, eu não sabia que isso a polícia não podia fazer, mas agora eu sei”, ou “nem meus pais, nem muitos outros pais sabem que existe (sic) os direitos da criança e do adolescente, por isso eles não sabem que podem defender a gente (sic)”.

O processo de escolha dos delegados foi conduzido pelosicineiros que explicaram o significado e a importância da representação. Perguntaram quem gostaria de se candidatar. Em algumas oficinas, se apresentaram vários candidatos, alguns por auto-indicação e outros indicados pelo grupo. Onde o número de candidatos foi maior que o necessário, houve votação.

3 – PLENÁRIA

Ao término das oficinas, os participantes dirigiram-se ao teatro do CEU para a apresentação das propostas.

A plenária foi conduzida por um membro da comissão organizadora que fez uma breve explicação de como seria o desenvolvimento dos trabalhos. Destacou que as propostas apresentadas pelos grupos seriam colocadas em discussão e caso houvesse alguma manifestação da plenária, poderiam ser alteradas ou melhoradas.

As propostas foram lidas pelos representantes dos grupos. Ao final da leitura de cada oficina o coordenador perguntava se alguém queria propor alguma alteração, não havendo manifestação passava-se para votação. Quando algum participante tinha destaque a fazer, era aberta discussão. Nas questões mais polêmicas, o coordenador encaminhava uma defesa a favor e outra contra e, em seguida, procedia a votação. As propostas mais polêmicas foram: aumentar o número de câmeras nas ruas para aumentar a segurança; mais policiamento nas ruas; direito das crianças ficarem nas ruas até a hora que quisessem.

No final, os delegados foram apresentados e referendados pela plenária.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

As discussões nas oficinas levantaram os seguintes aspectos:

- Muitos adolescentes não conhecem o ECA
- Falta de segurança e policiamento nas escolas
- Que sejam garantidos todos os DCA. Faltam de creches e locais adequados para crianças e adolescentes crescerem e se desenvolverem. As crianças ficam expostas a todo tipo de risco em casa. Falta atendimento digno de saúde. Não há educação de qualidade para pobres por isso há violência
- Falta de informação
- DCA muitas vezes estão sendo violados
- Não aceitamos violência com crianças e adolescentes
- Lugar sem câmera muita pedofilia
- Policiais abusam da autoridade e batem em crianças e adolescentes
- Não há educação de qualidade para pobres, por isso há violência

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Distribuição e divulgação do ECA nas escolas por meio de palestras, cursos e oficinas
- Criar áreas de lazer e espaços de cultura nos bairros. Realizar apresentações culturais em escolas públicas e praças
- Maior comunicação entre pais, alunos e comunidade por meio de conselho escolar
- Inserir policiais no interior das escolas, principalmente no período noturno
- Projetos sociais que preparem o jovem para o mercado de trabalho. Mais investimento neste tipo de projetos para adolescentes de 14 a 18 anos
- Oficinas de leitura, duas vezes por semana, para crianças de creche e escolas primárias
- Possibilitar o acesso de crianças e adolescentes a: - hospital - clube - parque - internet - saúde - lojas - esportes - lazer - ruas limpas e com segurança - creches - escolas - educação de qualidade e casa para pessoas de baixa renda. Garantir o direito de ficar na rua até tarde. Aproveitar a natureza, espaços livres. Paz, amor, um futuro melhor, para as crianças e mais respeito com o próximo
- Criação de um jornal informativo vinculado à internet com um site de notícias sobre a criança e o adolescente
- Que haja outros processos semelhantes à conferência para discutir os DCA

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Não aceitamos violência nas escolas queremos: - mais cultura, mais educação, mais lazer, mais segurança, oportunidades, atendimento socioeducativo
- Colocar câmera nas ruas, mais segurança e mais vigilância em lugares desertos como praças, terrenos baldios, áreas abandonadas e ruas
- Mais policiamento nas ruas, menos violência e maior segurança, com formação de policiais sobre respeito e direitos das crianças e adolescentes
- Mais creches, mais escolas e educação de qualidade. Casa para as pessoas de baixa renda
- Conscientizar as pessoas que cometem violência sobre a importância de ter respeito com o próximo
- Palestras para informar as pessoas sobre violências cometidas

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Denunciar quando os DCA não são cumpridos

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Criação de um conselho regional de adolescentes e jovens para fiscalizar os DCAs, na região. Trabalhar junto com o conselho tutelar. Para cada conselheiro haverá um jovem, que deverá ter uma ajuda de custo prevista nos artigos 60 e 69 do ECA
- Criação de rádios nas escolas, direcionadas aos jovens
- Efetivação do portal de Conferências www.conferenciadedireitos.org.br

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Que a cada dois meses o prefeito vá a subprefeitura ouvir a comunidade

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

Na abertura, foi projetado um filme onde o Hino Nacional era tocado em vários ritmos, por músicos de todas as regiões do país.

- Composição da Mesa

Foram convocados para compor a mesa, representantes do CRAS, do Forum DCA da região, do Conselho Tutelar e das crianças e adolescentes.

Uma das adolescentes convoca todos a “buscar nossos direitos”. Um conselheiro tutelar diz que é o primeiro ano que participa de uma conferência. Lamenta ter pouca gente, mas acredita que vão “trabalhar, passar o que faremos aqui, hoje, para ter o plenário cheio na próxima”. A representante do

CRAS agradece a comissão organizadora e todo mundo que trabalhou informalmente. Finaliza dizendo: “que façamos propostas e que sejam implementadas”. O representante do Fórum DCA da região parabeniza a comissão pela “realização de conferências sem depender de órgãos que não têm representado a gente”. Afirma: “temos que fazer com nossas pernas”.

- Regimento Interno

Alguns destaques foram feitos durante a leitura do regimento interno. No capítulo III, art. 6º, parágrafo 1º ficou registrado que têm direito a voz todos os participantes devidamente cadastrados e a voto, todos os participantes conforme os incisos do artigo 5º. No artigo 5º incluiu-se o item 7: delegados eleitos na conferência lúdica do Jardim São Luiz. Capítulo VIII, artigo 23º ficou registrado que a comissão regional organizadora da VIII Conferência Convencional Regional terá direito a dois delegados sem prejuízo do número de delegados dos participantes da VIII Conferência Convencional Regional.

- Apresentação Cultural

Após a palestra, adolescentes do Centro da Juventude São José fizeram uma apresentação de dança de salão. Alguns deles não poderiam continuar no curso, então se ofereceram para dançar na Conferência como uma forma de homenagear seu professor.

- Palestra

Fátima, do Fórum DCA falou sobre o Distrito do Jardim São Luiz que tem 205 mil habitantes, sendo 85 mil crianças e adolescentes “e aqui, na Conferência, estamos em poucas pessoas. Mas, isto não é motivo para desanimar, temos que fazer mesmo assim. (...) Não é no dia da Conferência que tudo vai acontecer, mas não podemos desconsiderar este dia (...). O que pode ser feito para fortalecer o que nós propomos? (...)”

Afirmou que “temos que avançar para a conferência permanente. De 2 em 2 anos não está funcionando”. A Comissão organizou mais de 20 oficinas em escolas e ongs para divulgar e explicar o que é uma conferência, no entanto, são poucos os presentes.

Falou da importância da concretude das propostas e mostrou no site (www.conferenciadedireitos.org.br) dados sobre a região.

Para finalizar, leu as propostas da Conferência Lúdica do Jardim São Luiz.

2 – OFICINAS

Foram organizadas 5 oficinas temáticas, uma para cada eixo:

Eixo 1 – posso, não posso ou poderei?

Eixo 2 – violência não é meu direito

Eixo 3 – quem garante meu direito?

Eixo 4 – sem participação não teremos solução!!

Eixo 5 – política a gente que faz

A oficina 3 não aconteceu por falta de oficinairo e a oficina 4 foi cancelada porque teve poucas inscrições. As pessoas inscritas nesses dois grupos foram para a oficina 5.

No eixo 1 (posso, não posso ou poderei?), a proposta inicial foi ler e discutir os artigos 5º, 7º, 4º, 3º, 18º e 53º do Eca para, então, pensar e validar o que as crianças e adolescentes já haviam apontado na Conferência Lúdica. Em seguida os participantes foram divididos em dois subgrupos para pensar propostas. Orientação era para que pensassem em propostas concretas. Os dois grupos, coincidentemente, pensaram em priorizar propostas para crianças. Os participantes mais jovens se colocaram em pé de igualdade nas discussões trazendo questões sobre o preconceito racial e social, preocupação em amarrar as propostas para que não chegassem na Conferência Municipal sem a devida atenção, o fortalecimento do sujeito da ação. Também se falou bastante do atendimento aos jovens nos aparelhos de saúde local: se estão sendo atendidos adequadamente, se as crianças de 0 a seis anos estão com seus direitos garantidos.

No eixo 2 (violência não é meu direito), duas oficinairas da Rede Criança e uma conselheira tutelar coordenaram a reflexão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Colaram na parede um cartaz com algumas afirmações sobre o tema. Oficina se dá através da leitura de mitos sobre violência sexual para estimular a discussão com posterior leitura do que acontece na realidade. Pediam para um participante ler uma delas (por exemplo: o abusador é um monstro que pode ser reconhecido na rua) e perguntavam o que a pessoa pensava sobre o que havia lido.

No geral, as pessoas reconheceram as afirmações como mitos e travaram boas discussões sobre o assunto. Disseram que não se pode reconhecer um abusador só olhando para ele. Um adolescente falou de pessoas doentes e que alguns abusadores foram abusados.

As oficinairas esclareceram que os abusadores são prestativos, amados pelas crianças e adolescentes. Explicaram que não se usa mais os termos abusador e abusado. Hoje se fala em ofensores e ofendidos. Afirmaram que 90% das mães sabem que a criança está sendo abusada.

Conselheiras tutelares presentes contaram vários casos atendidos pelo CT. Vários outros participantes também relataram casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A discussão aconteceu em círculo com ampla participação dos presentes. Todos se envolveram na discussão e na elaboração das propostas que tiveram como temas: a violência/abuso sexual de meninos e meninas, a dificuldade dos professores detectarem casos de abuso, os traumas causados pelo abuso tanto em meninos como em meninas, a reprodução da violência por maridos que cresceram vendo a mãe apanhar de seus pais, mau atendimento e despreparo no atendimento aos casos de abuso sexual.

Na oficina sobre o eixo 5, que englobou os inscritos nas oficinas 3 e 4, o oficinairo explicou como se deu o processo de produção da Conferência e do Plano Decenal através de apresentação de slides. Fez

uma exposição sobre a função do Conselho Tutelar e algumas leis. A atuação do CMDCA foi uma questão colocada no grupo. Outro tema muito discutido foi a criação de um meio de comunicação capaz de acompanhar a efetivação das propostas.

O grupo participou ativamente criando propostas e exemplificando casos.

3 – PLENÁRIA

As propostas produzidas nas oficinas foram lidas e aprovadas na plenária.

A medida que as propostas eram apresentadas, se houvesse discordâncias, as pessoas pediam destaque para a questão e sugeriam a mudança no texto de modo que a proposta ficasse clara. Outras vezes, traziam informações mais atuais e precisas sobre o assunto.

Houve polêmica na apresentação de uma proposta do eixo 5 relativa à gratuidade do transporte público para crianças e adolescentes. O argumento contrário falava em assistencialismo e convocava todos a pensarem na origem do problema: baixos salários e desemprego. Esclareceu-se que há projetos de lei do passe livre e passe livre mirim. Um adolescente disse que precisou estender sua cota de passes e depois de muita briga, conseguiu. A proposta foi revista e passou a exigir que os projetos de lei fossem sancionados e implementados.

Outro ponto polêmico foi a proposta de criação de programas de atendimento a casos de abuso sexual, à pessoa abusada e à sua família, visto que há projetos e programas. Depois de alguma discussão, decidiu-se propor a ampliação e a integração dos serviços já existentes.

Os delegados foram eleitos nas oficinas e referendados na plenária.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

Não foram apresentados na plenária.

5 – PROPOSTAS

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Grupo de estudos e monitoramento de políticas públicas regionais, formado pelo poder público e sociedade civil no sentido de garantir e efetivar o artigo 4º do ECA, fomentado pelo fórum regional DCA, a fim de fazer/realizar apontamentos de políticas públicas regionais
- CEI-s de período integral, na faixa etária de 0 a 4 anos
- Equiparação salarial (creches diretas e conveniadas)
- Fornecer formação continuada aos educadores conveniados

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Trabalhar a informação dos direitos e deveres da criança e do adolescente juntamente com sua auto-estima; através da arte e cultura desde a educação infantil
- Ampliação e integração às pessoas vítimas de violência e suas famílias
- Articulação das diversas secretarias pela Comissão Municipal e ainda a implementação e ampliação dos programas existentes

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Criação do Portal de direitos (tendo como referência o Portal www.conferenciadedireitos.org.br) para o acompanhamento da política pública da criança e do adolescente; para o acompanhamento e controle da política e que o mesmo seja garantido pelo CMDCA e pelo Fórum Municipal
- Implantação e sanção do projeto de lei do Passe Livre para crianças e adolescentes
- Garantir no currículo escolar Pré Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, semestrais, para avaliação e acompanhamento das propostas para que elas realmente seja garantidas, esta política deve ser acompanhada pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual.
- Que seja publicado pela prefeitura os resultados das propostas das Conferências, através de mídias de comunicação anualmente

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Evelyn Crislaine Pires Pereira Baradel
Educação	Luis Carlos Alves
Saúde	Ivete Ollitta
Subprefeitura	Ana Brasil
Conselho Tutelar	Eduardo Pedro de Carvalho Maria Aparecida Barbosa
Fórum Municipal DCA	Marcio Vidal Marinho Cristiane de Oliveira Barbeiro Maria de Fátima Gomes Rodrigues Paulo Joaquim de Melo Junior
Adolescente	Andréia Cristina Cruz Silva Aline Silva de Souza

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Natasha Bezerra Silva	Thaís Alves de Souza
Dayanne Ferreira Gomes Moreira	Gabriel Henrique Cardoba da Silva
Lucas de Jesus Lemos	Bruna Pereira de Matos de Souza
Tatiane Soares Sobrinho	Krisna Gonçalves Carneiro
Jonathan Simão Silva Souza	Ana Carolina Paz Silva
Aline Camila Santos da Silva	Henrique Reis de Souza
Diego Elias da Silva	Ana Carolina Ferreira da Silva Malta
Carlos Alberto de Souza	Mayra Farias da Silveira
Lucas Francisco Lopes Catarino	Lucas da Silva Ferreira
Francisco Vinicius Silva da Mata	Abner Ferreira dos Santos
Matheus Danilo de O. Passos	Thalita Medeiros Rodrigues
Nathany Aparecida Martins Silveira	Ramon Costa Nascimento

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Robson Albuquerque Pessoa	Maria de Fátima Gomes Rodrigues
Taís de Jesus Cambui	Fagner Campos Machado
Luana Cunha Bhering	Rodrigo Bering Fabrício
Cleberon da Silva Pereira	Aparecida Paula de Jesus
Nayara Farias da Silva	Silvaldo Alves dos Anjos
Cássio Rodrigues de Souza	Josias Giovan dos Santos

MOOCA

INTRODUÇÃO

As Conferências Regionais Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Mooca aconteceram no dia 26/06/09, das 8:00h às 17:00h. na Universidade São Francisco, à rua Hannemann, 352, e tiveram a participação de 206 crianças e adolescentes e 86 adultos.

Durante o credenciamento, todos receberam lanche e material composto por folhas de sulfite, caneta e as propostas aprovadas em 2007. Uma flautista tocava enquanto as pessoas faziam suas inscrições, lanchavam e se acomodavam no auditório.

Na entrada do salão nobre onde foram realizadas a abertura e a plenária foi montado o painel Deixe a sua marca. Crianças e adolescentes escreveram e desenharam nesse espaço, espontaneamente.

Participou das conferências um grupo de adolescentes e jovens surdos, assessorados por uma professora na tradução das falas até que a tradutora chegasse.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

- Composição da Mesa

Na abertura solene, foram convocados para compor a mesa, representantes de órgãos públicos, do legislativo municipal, de instituições da sociedade civil e das crianças e adolescentes.

O representante da comissão organizadora falou de algumas compreensões equivocadas que as pessoas têm do ECA e apontou a necessidade de que ele seja mais debatido.

O vereador informou sobre dois projetos de lei, de sua autoria, que estão tramitando na câmara municipal: disque denúncia para violência contra crianças e adolescentes e obrigatoriedade do ensino do ECA nas escolas.

O representante do Conselho Tutelar da Mooca contou um pouco de sua história, disse que já foi sem teto e que sua família passou muita necessidade: “era mais fácil ir para a marginalidade, não sei por que eu resolvi ir para o outro lado (...) em 2005 fui chamado para o Conselho Tutelar e, hoje, faço meu segundo mandato (...). O Conselho Tutelar é importante como uma porta para as crianças, como a casa delas...”.

De maneira geral, os outros membros da mesa falaram de seu envolvimento com o ECA, com projetos voltados para crianças e adolescentes e mencionaram a intenção de aperfeiçoar e implantar programas para a população infanto-juvenil.

As duas representantes das crianças e dos adolescentes manifestaram palavras de otimismo e a mais nova desejou: “que hoje seja um grande dia para as crianças e adolescentes”.

Ao término das falas, houve a execução do Hino Nacional.

- Regimento Interno

Um representante da comissão organizadora fez uma breve explicação sobre o que é um regimento, destacou o significado da conferência e procedeu a leitura do mesmo. Destacou o fortalecimento da relação entre governo e sociedade civil como ponto importante no regimento. Ao final da leitura, perguntou se alguém tinha alguma sugestão de alteração. Não houve nenhuma manifestação dos participantes.

- Conferência das Propostas de 2007: um representante da comissão organizadora destacou o significado da conferência como o “ato de conferir os direitos que estão no ECA”, as propostas de 2007 e indicar as propostas para 2009-2011.

Foi formada nova mesa com representantes da assistência social, da saúde, da educação, do conselho tutelar.

A representante da secretaria municipal de educação falou de 5 metas:

- 1) acabar com o terceiro turno diurno;
- 2) toda criança com aprendizado adequado à sua idade;
- 3) toda criança devidamente alfabetizada até o segundo ano do ciclo um;
- 4) ampliar e qualificar o atendimento na educação infantil de 3 a 6 anos;
- 5) valorizar o profissional da educação.

Em relação às propostas de 2007, falou que professores têm duas horas de estudo na escola, respondendo ao pedido de capacitação e qualificação desses profissionais.

A representante do CRAS falou das ações propostas na Conferência de 2007 e realizadas pelo poder público:

- 1) presença social nas ruas;
- 2) acompanhamento de adolescentes e jovens que estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (PSC – prestação de serviços à comunidade);
- 3) encontros com famílias;
- 4) adesão do município ao programa federal Pró Jovem;
- 5) capacitações profissionais para jovens entre 15 e 29 anos, uma realizada junto com a Secretaria do Meio Ambiente para cultivo de plantas, e outra para capacitação nos ramos da hotelaria e administração;
- 6) manutenção de Crecas e Abrigos, e reformulação da rede.

O representante da saúde falou das dificuldades dessa área e citou alguns avanços, como:

- 1) reformas das Unidades Básicas de Saúde (UBS's);
- 2) implantação do AMAS - com aparelhos de raio X, monitor cardíaco e demais exames de urgência - para diminuir as filas dos Prontos Socorros.
- 3) distribuição gratuita de remédios; alguns medicamentos são enviados pelo correio;
- 4) programa 'aprendendo com saúde': equipe composta por fonoaudiólogos, psicólogos, etc circula pelas escolas.

A única proposta de 2007 mencionada foi o treinamento de pediatras para atender adolescentes (médicos hebiatras).

O representante da comissão organizadora falou da parceria de sucesso entre o poder público e a sociedade civil para realizar essa conferência.

Uma pessoa da platéia elogiou o conteúdo das falas, mas pediu que usassem uma linguagem mais adequada para crianças e adolescentes, que se manifestaram apoiando-a. O representante da comissão organizadora pediu, então, que osicineiros ficassem atentos e traduzissem, nas oficinas, o que fora dito no ato de conferir.

Terminadas as falas, uma pessoa da platéia fez um discurso sobre a precariedade da saúde, da habitação, das condições de lazer, da alimentação e da educação em São Paulo. Crianças e adolescentes manifestaram seu apoio efusivamente. Um adolescente pediu a palavra e disse que, na escola onde estuda, estão sem professor de matemática há dois meses. Outra pessoa falou da necessidade de ter alimentação para diabéticos na merenda escolar.

Em resposta, a representante da educação disse que, em relação às faltas dos professores, foram criados módulos de professores para substituir aqueles que faltam, lembrando que, às vezes, o professor substituto não é da área. E perguntou: 'por que será que os professores da rede pública estão faltando tanto? Será que não há um desgaste diário no seu trabalho?' Em relação à reforma das escolas, informou que o assunto pode ser levado para o Conselho Educativo pelo grêmio estudantil. Na Mooca não há falta de vagas de 1ª a 8ª série, mas há falta de vagas em algumas escolas de EMEIS, afirmou. Há o DEMANDA, um serviço dentro da Secretaria Municipal que ajuda a mãe encontrar uma escola para o filho.

A representante da área social disse que estão fazendo um estudo nos abrigos para que sejam melhorados. Esclareceu que as crianças não ficam em albergues, mas em um serviço diferenciado. Lembrou que é difícil cobrar pensão do pai se não se sabe onde ele mora.

O representante da saúde afirmou que o agendamento de consultas está informatizado, mas os agendamentos são muitos e os computadores não ajudam. Quanto à demora para o atendimento, disse que quase não há, pois "os atendimentos são oferecidos no dia seguinte à solicitação dos médicos". Também comentou que há concursos abertos para pediatria, psiquiatria infantil etc, e afirmou que os problemas de atendimento estão com a população adulta e não com a infantil.

- Apresentações culturais

Antes da abertura oficial, algumas crianças subiram ao palco para falar e declamar poesias e um grupo de adolescentes e seu professor fizeram uma apresentação musical muito bem recebida pela platéia.

Depois das oficinas e antes da plenária, um grupo de meninas da organização governamental Nossa Senhora do Bom Parto fez uma apresentação de dança.

Enquanto aguardavam os adultos terminarem suas reflexões, as crianças e os adolescentes, já na plenária, cantavam e dançavam no palco estimulados por uma educadora. No final, um grupo da ONG Nossa Senhora do Bom Parto fez uma apresentação de dança de rua.

2 – OFICINAS

2.1- LÚDICA

As crianças e adolescentes foram divididos em 6 oficinas, por faixa etária. Um grupo foi formado, exclusivamente, por deficientes auditivos. Uma professora da escola onde estudam fazia a tradução das falas. Em cada oficina havia doisicineiros.

De maneira geral, discutiram questões colocadas pelosicineiros. Em algumas oficinas, foram divididos em pequenos grupos para levantarem os principais problemas do bairro e depois, com o grupo todo, pensaram em propostas. As crianças e adolescentes manifestavam suas opiniões através de falas, desenhos ou textos, principalmente.

A participação variava, havia grupos muito participativos e outros que respondiam às solicitações dosicineiros, apenas.

Na maioria das oficinas, foram discutidos os problemas do bairro: escolas mal cuidadas, falta de áreas de lazer, professores mal preparados, baixos salários dos professores, sujeira nas ruas, estudantes que quebram as escolas, drogas, violência policial, corrupção, pedofilia

Um grupo de crianças de 10 a 14 anos elegeu seus delegados, através do voto secreto, depois de ouvirem as propostas dos candidatos.

2.2 - CONVENCIONAL

Os adultos permaneceram no auditório onde foram realizadas as oficinas. Os participantes foram divididos em dois grupos, que se distribuíram espontaneamente, um de cada lado do auditório. Os eixos foram escolhidos pelos próprios grupos. Participaram alguns jovens surdos-mudos, acompanhados de tradutor.

Os participantes eram, na maioria, professores da rede pública e educadores sociais. Participaram também, em menor número, moradores de albergue, famílias das crianças e representantes de ONGs.

As oficinas adotaram a mesma forma de trabalho: apresentação dos participantes e divisão em subgrupos seguida da aplicação da dinâmica do bombeiro. No geral, houve uma boa participação, exceção feita a um subgrupo, onde um dos participantes trazia a todo momento questões de ordem particular, monopolizando as discussões.

Em três subgrupos o tema central foi a educação. Alguns participantes responsabilizaram a aprovação automática pela má qualidade do ensino, outros alegaram que hoje a criança sai da escola pública quase analfabeta e depois não tem como concorrer no mercado de trabalho: “é preciso que o aluno só passe de ano se tiver absorvido o necessário”, e “é preciso discutir com o MEC e alterar a forma de aprovação e acabar com progressão continuada”, afirmou-se. Discutiu-se que as crianças quando saem das EMEIs, que funcionam em período de 4 horas, não têm quem cuide delas, pois os pais trabalham. Apontam a necessidade de funcionarem em período integral. Uma jovem com deficiência auditiva, acompanhada de tradutora, trouxe o tema da inclusão nas escolas de crianças com necessidades especiais, indicando algumas dificuldades que enfrentam, tais como a falta de professores especializados, o ritmo do aprendizado, além do preconceito.

Um participante referiu-se às praças que estão sendo destruídas para construção de prédios e apontou a importância da criação de espaços públicos de lazer e cultura.

Mais de um subgrupo indicou a importância de criação de atendimento especializado de saúde para adolescentes, destacando o atendimento de gestante adolescente, orientação sexual, prevenção de drogas etc. Apontou-se, ainda, a necessidade de criação de centros de tratamento para dependentes químicos. O número de psicólogos existentes nas UBSs não dá conta da demanda, é preciso ampliar o quadro, reivindicavam.

Um dos subgrupos propôs a ampliação do número de CCAs no Belém e no Brás e a criação de serviços de qualificação profissional para os jovens a partir dos 18 anos.

Ressaltou-se que, as resoluções da conferência de 2007 não foram efetivadas, portanto os problemas continuam os mesmos. Outro foco das discussões foi a falta de mecanismos de controle, monitoramento e cobrança dos resultados das conferências, enfatizando a falta de organização, de participação da sociedade civil e a necessidade de rearticular o fórum da região sudeste que não está “vigorando”. No mesmo sentido, destacou-se a necessidade de criação de mecanismos de divulgação de informações, tendo em vista o pouco conhecimento sobre o ECA, a falta de acesso às informações referentes às leis, serviços e direitos da criança e do adolescente.

Outro tema recorrente foi a ausência de informação, de comunicação e de articulação na rede de serviços, envolvendo tanto a rede formal (escolas), como a rede informal (educadores sociais), bem como a falta de articulação entre os setores de educação, saúde e assistência social.

Os moradores de albergues trouxeram para discussão a falta de moradia e de emprego enfrentadas por eles e a necessidade de uma política habitacional que priorize os moradores de albergue, bem como de política de cotas para empregos.

Todas as propostas tiradas nos subgrupos foram apresentadas na plenária.

Cada oficina indicou 4 delegados, sendo dois titulares e dois suplentes, que foram escolhidos nos subgrupos.

3 - PLENÁRIAS

A Plenária, dirigida pelo coordenador da comissão regional, teve início com a apresentação dos resultados do trabalho das crianças e adolescentes. Cada grupo das oficinas lúdicas subiu ao palco para ler suas propostas. Alguns leram um artigo do ECA, também. A maioria das apresentações foi realizada pelos oficineiros, acompanhados pelas crianças e adolescentes.

Não houve debate e nem votação das propostas apresentadas.

Os delegados foram eleitos nas oficinas e apresentados à plenária.

Os delegados adultos indicados nas oficinas fizeram a apresentação dos problemas, desafios e propostas priorizadas pelos subgrupos, não tendo sido organizadas por eixo. Durante as exposições, os representantes reproduziram parte das discussões dos grupos. Houve falas e propostas referentes aos moradores de albergue, tendo em vista a participação de alguns deles nos subgrupos e na plenária. Um tema constante foi a ausência de mobilização popular, de organização, de participação e monitoramento. Outro tema recorrente foi a necessidade da articulação dos serviços através dos profissionais que atuam na rede pública e privada.

Algumas propostas trataram de temas polêmicos que o tempo não permitiu aprofundar. Houve algumas intervenções da platéia em relação a pontos discordantes. O tema mais polêmico foi a educação progressiva: é possível e necessário acabar com ela ou não? Outro ponto polêmico foi a organização da comissão sugerida nas propostas: como formá-la, como ela deve atuar... Sugeriu-se uma comissão formada por 10 pessoas, mas apenas 7 se candidataram; essas pessoas também ficaram responsáveis por entrar em contato com um fórum citado na plenária, seu site é www.expressaosocial.com.br.

As propostas não foram submetidas a aprovação da plenária.

No processo de escolha dos delegados, apresentaram-se 14 candidatos entre titulares e suplentes. A votação foi aberta, os 6 mais votados ficaram como titulares, vindo em seguida, dentro do mesmo critério, 6 suplentes.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- A Comissão Regional optou por integrar os desafios surgidos das discussões das conferências lúdica e convencional.
- Desconhecimento dos direitos individuais e coletivos, porque grande parte da população não os exerce.
- Ignorância no processo de escolha dos membros do Legislativo, ou seja, escolha equivocada de candidatos.
- Não atendimento das necessidades especiais dos educandos, como os Diabetes
- Mau uso dos recursos sociais
- Falta de moradia
- Falta de reclassificação profissional
- Não há vaga para os filhos de moradores em abrigos
- Desconhecimento dos direitos individuais e coletivos, porque grande parte da população não os exerce.
- Não atendimento das necessidades especiais dos educandos, como os Diabetes.
- Mau uso dos recursos sociais
- Existem sistemas e setores formais e informais, porém não há “comunicação”, sendo assim, o problema surge. Sabemos que há como ser solucionado, porém, como não há articulação, a rede de atendimento não funciona e não garante a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.
- Falta de articulação da Rede social, falta Fórum permanente de discussão.
- Ausência de instrumentos atualizados com dados/informações da rede.
- Falta de recursos materiais e financeiros.
- Inexistência de atendimento na Saúde voltado para adolescentes.
- Falta de acompanhamento e prevenção.
- Falta de respaldo familiar e ao adolescente na questão da drogadição.
- Poucas condições do ponto de vista psíquico.
- Difícil inserção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

A Comissão Regional optou por integrar as propostas surgidas nas discussões das conferências lúdica e convencional.

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
- Profissionais especializados em uma só matéria nos casos de 1ª à 4ª series.
- Investimentos em cursos de especialização pedagógica
- Investimento em materiais de qualidade na área de Educação Física
- Mais variedade de esportes nas Escolas

- Mais espaços para aulas diferenciadas, com dinamismo e garantidas na grade curricular
 - Na parte da merenda deveria existir um cardápio de acordo com necessidade de cada aluno (Situações de saúde em particular)
 - Atendimento de primeiros socorros nas escolas
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
- Cursos profissionalizantes para os pais
 - Formação de um grupo de apoio que organize as informações de emprego, cursos, “moradia” para repassar aos moradores de abrigo.
 - Veiculação da Mídia para conscientização da problemática dos moradores de abrigo
 - Interferência das políticas públicas na formulação das leis.
 - Direcionar cotas para pessoas sem moradia, residentes em albergue e casas abrigo.
 - Empresas reservarem vagas para moradores de abrigo
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
- Universalização dos Direitos, propagando seu conhecimento a partir de comissões específicas para cada foco.
 - Formação de Comissões em diferentes grupos
 - Criar mecanismos de acesso à Educação em vários níveis, inclusive no ensino superior
 - Educação com qualidade como direito de todos
 - Manutenção das Escolas especializadas para Crianças e Adolescentes com necessidades físicas especiais.
 - Promover a inclusão de crianças e adolescentes, oferecendo as oportunidades necessárias a partir de mecanismos diferenciados de inclusão.
 - Criar quadros de funcionários capacitados para atender aos alunos (Psicólogos, Assistentes Sociais, Dentistas etc.)
- Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
- Criação de Fórum para deliberação de Projetos
 - Definição de período de seleção de Projetos
 - Melhor direcionamento dos recursos públicos
 - Capacitação profissionalizante para adolescentes com encaminhamento para o primeiro emprego
 - Formação de um Núcleo/Centro de referencia para Crianças e Adolescentes.
 - Estudo do ECA nas Escolas
- Eixo V – Gestão da Política
- Rever a proposta de política educacional onde deverá existir política casada na esfera dos três poderes (Federal, Estadual e Municipal).

- Que a cada troca de Gestão ocorra a continuidade da política educacional em vigor
- Não permitir que a criança seja aprovada sem saber ler e escrever.
- Fórum de discussão dos problemas da região Leste, junto às autoridades competentes
- Aproveitamento dos espaços já existentes. Reforma de prédio na Avenida Celso Garcia para adaptação a um CCA e de Casarão histórico para Centro Cultural
- Formação de uma Comissão para monitorar e cobrar propostas elaboradas.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Nancy Gelse Carli Remori
Educação	Janete Rodrigues Stocco
Saúde	Maria Fátima Rodrigues
Subprefeitura	Rosana Vicente Velucci
Conselho Tutelar	Liane Prado Brandet
Fórum Municipal DCA	Gilson Aurélio dos Reis Patrícia Lafalce Alexandra Marisa Fernandes Ana Paula Pereira da Silva
Adolescente	Elis Cristina Flavio Carlos Eduardo de Souza da Silva
Suplente	Larissa dos Santos Batista

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULAR	SUPLENTE
Arquidônio Júnior	Cândida Fabíola Marques
Jéssica Andréia Assis do Nascimento	Nathalia da Silva Xavier
Isabelle Soletto Montenegro Maciel	Luana Costa Tolosa
Henrique Reti de Andrade	Beatris Silva
Nelsa Sabino Soares	Elis Cristina Flávia
Mário Júnior Torres Chaves	Tamires Araújo da Silva
Débora Máximo Monaco	Thais Oliveira
Catharina Freire Della Maggiori	Elisandra Cristina Flávio
Giovana Casa Grande de Oliveira	Larissa dos Santos Batista

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULAR	SUPLENTE
Flavia Regina Peixoto Aguar Araújo Nancy Gelsi Carli Remori Patrícia de Souza Silva Liane Prado Brandet – C T Elaine da Silva Bezerra Silvana Gravito de Carvalho Sidnei Silva Santos – C T	Patrícia Souza Pinto Ari Roberto Júnior Rutomarlos Jesus de Oliveira Denise Alves da Silva Patrick Monteiro Lopes - PSR Elisângela Cristina Flávio Alessandra Marisa R. Maia Fernandes Santos

PARELHEIROS

INTRODUÇÃO

A Subprefeitura de Parelheiros realizou as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente Lúdica e Convencional em dias e locais diferentes.

A Conferência Lúdica foi realizada no dia 17 de julho de 2009 no CEU Parelheiros, à R. José Pedro de Borba, 20, Jardim Novo Parelheiros, das 8:00 às 17:00h. O credenciamento teve início no horário planejado e à medida que se inscreviam, os participantes se dirigiam para o refeitório para o lanche da manhã. Às 10:00hs a conferência teve início e, tanto a abertura como a plenária foram realizadas no amplo pátio aberto que serviu também como refeitório.

Inscreveram-se na Conferência lúdica 304 pessoas, das quais cerca de 270 eram crianças e adolescentes e os demais eram educadores, oficinairos e acompanhantes.

A Conferência Convencional aconteceu no dia 4 de julho de 2009 na Subprefeitura de Parelheiros, à Avenida Sadamu Inoue, 5.252, das 8:00 às 14:30h, contando com 86 participantes. O credenciamento, a abertura, as oficinas e a plenária ocorreram em um amplo espaço coberto.

De acordo com representante da Comissão Organizadora (assessora técnica do Subprefeito), não tinham sido feitas inscrições online devido à dificuldade de acesso à internet na região; problemas no site e à liberação tardia do site para inscrição, associada a pouca divulgação do evento.

Durante o credenciamento da Conferência convencional, os inscritos foram sendo divididos nas 5 oficinas definidas por eixo temático a critério das pessoas que os credenciavam, sem que tivessem feito a escolha da oficina que gostariam de participar.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura da conferência foi breve tendo sido, inicialmente, cantado o Hino Nacional e em seguida composta a mesa.

- Composição da Mesa

A mesa foi composta por um representante da Comissão Regional, pelo chefe de gabinete do subprefeito e por um representante das crianças e adolescentes.

A representante da Comissão Regional cumprimentou a todos, fez uma explanação do significado da conferência lúdica e observou que eles iriam participar das oficinas com atividades lúdicas, mas que deveriam, também, discutir vários temas sobre os direitos das crianças e adolescentes e fazer propostas

sobre o que precisa ser melhorado para que esses direitos sejam observados. O representante do subprefeito falou da importância da participação das crianças e adolescentes na conferência.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido, não houve destaques e foi aprovado com o levantamento dos crachás.

- Apresentação Cultural

Foi feita uma apresentação artística de dança pelo grupo do Jardim Silveira.

2 - OFICINAS

Ainda na parte da manhã, foram realizadas as oficinas com caráter, de fato, lúdico, contando com grande variedade de atividades adequadas às várias faixas etárias.

Formaram-se 9 oficinas distribuídas conforme o eixo temático e a faixa etária dos participantes, sendo que o número de participantes por oficina era de aproximadamente 30 pessoas. Observou-se que a maioria era formada por meninas.

As crianças de 7 a 10 anos ficaram nas oficinas Contação de Estórias e Origami, ambas responsáveis pelo Eixo I. Os de 11 a 13 anos puderam escolher entre as oficinas de Capoeira, Malabarismo, Teatro e Hip Hop e trataram dos eixos II e III. Adolescentes com idade entre 14 e 17 anos escolheram entre a oficina de Grafite e Sexualidade, que lidaram com os eixos IV e V.

À medida que os grupos se formaram, foram sendo direcionados para as salas de aula preparadas para o desenvolvimento das atividades lúdicas que iriam ocorrer (carteiras afastadas nas oficinas de capoeira, Hip Hop e teatro). A parte da manhã foi inteiramente dedicada, conforme mencionado, às atividades lúdicas. As crianças e os adolescentes estavam motivados e se divertiram muito. A oficina Sexualidade foi conduzida por um médico hebiatra.

Osicineiros do IBEPEC não participaram dessa conferência. Esse papel foi desempenhado por educadores, professoras do CEU, professores de teatro, instrutores de capoeira, de dança, grafiteiros e um médico, todos da região. As dificuldades surgiram após o almoço, quando as crianças e os jovens retornaram às oficinas para discutir os temas relativos aos eixos e levantar propostas. Pôde-se observar que esse trabalho foi muito difícil e confuso para a maior parte dosicineiros, principalmente nas oficinas das crianças menores, pois não haviam recebido qualquer orientação sobre como preencher o instrumental (do IBEPEC) relativo à dinâmica do “incêndio e bombeiro”. Algunsicineiros conseguiram desencadear uma discussão em torno de problemas locais ou de interesse dos participantes e levantaram várias propostas. Outros não conseguiram envolver o grupo para a formulação de propostas. Ademais, o incrível barulho que as oficinas de hip hop e de capoeira faziam dificultou muito as atividades nas outras oficinas, especialmente das crianças menores.

Na oficina Contação de Estórias a professora levou alguns livros infantis e distribuiu bonecos fantoches. Escolheram uma estória e à medida que ela contava ou lia, as crianças representavam seus personagens. Terminada a leitura as crianças foram estimuladas a montar e representar suas próprias estórias. Na oficina de Origami as crianças foram orientadas para montar um painel colorido com uma casa, plantas e animais. Na parte da tarde, essas professoras tentaram utilizar essas atividades para conduzir a discussão em torno de questões da realidade local. Alguns temas discutidos foram: pobreza, a falta de moradia, racismo, abandono de crianças, agressão e preconceito.

Nas oficinas que envolveram os adolescentes de 11 a 13 anos os participantes receberam cartolina, material para desenhar e foram feitos vários cartazes com desenhos e frases alusivas aos problemas que estavam sendo discutidos no grupo. Esses cartazes foram apresentados na plenária. Alguns dos temas abordados foram: a violência que existe atualmente nos bairros; necessidade de respeito aos mais velhos; pedofilia na Internet; falta de equipamentos de esportes, lazer e cultura na região; gravidez de adolescentes e suas implicações; o uso de drogas pelos jovens e a falta de cursos profissionalizantes para os adolescentes da região. Outros aspectos que os participantes de alguns grupos discutiram foram: meninos e meninas em situação de rua; questões familiares, como o trabalho infantil doméstico; as restrições de uso no CEU Parelheiros, pois somente os alunos das escolas municipais podem realizar os cursos e as oficinas; as precárias condições das escolas; a insegurança nas ruas e nas escolas; a violência dos policiais na abordagem de jovens; a falta de informações sobre temas como sexualidade, mercado de trabalho e outros.

Com isso, a participação das crianças e dos adolescentes nas oficinas foi intensa, principalmente no período da manhã, em que as oficinas foram lúdicas, tendo diminuído durante as discussões realizadas à tarde. Não foram observados grupos organizados para a participação na Conferência.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi coordenada pela Comissão Organizadora, a qual conduziu as apresentações e a eleição dos delegados. Cada grupo foi chamado para expor o resumo das discussões, os cartazes que montaram nas oficinas e as propostas. Não houve debate na e ao término de cada apresentação a coordenadora da mesa submetia as propostas à aprovação com o levantamento dos crachás. Todas as propostas foram aprovadas.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Preconceito, classe social e moradia
- Falta de casas para morar.
- A maioria das escolas está superlotada, com mais de 40 alunos por sala o que dificulta aprender.

- As restrições de uso no CEU Parelheiros, onde somente os alunos das escolas municipais podem participar.
- Abandono da criança e adolescente pela família e pelo governo.
- Necessidade de combate ao uso de drogas e à violência.
- Pedofilia na Internet, fácil acesso à rede, falta de instrução e de diálogo em casa, curiosidade e falta de vigilância.
- Violência: álcool, drogas, falta de lazer, narcotráfico, falta de educação, pobreza.
- Falta de informação, exploração e violência sexual.
- Governo e setor privado poderiam promover palestras e eventos para os jovens se informarem sobre sexualidade, primeiro emprego, saúde e outros assuntos.
- Participação dos jovens na escola e na comunidade.
- Abordagem policial sobre os jovens mostra o preconceito racial e social dos policiais e o abuso de poder.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Acesso à educação, cultura e lazer com a criação de CEUs e cursos profissionalizantes.
 - Geração de empregos e salários dignos para as famílias.
 - Fazer valer o direito de todos à moradia.
 - Formação de grupos para discutir o que ocorre no bairro.
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Colocar mais esportes em todas as escolas.
 - Ter policiamento mais atuante por meio de polícia comunitária.
 - Orientação sexual e prevenção da gravidez na adolescência.
 - Profissionalização por meio de cursos ministrados pelo SENAI.
 - Melhoria na saúde e nos transportes públicos.
 - Iluminação nas ruas e nas escolas para a segurança da cidade.
 - Bibliotecas, salas de cultura e acesso à Internet gratuita e cursos públicos.
 - Denunciar situações de pedofilia para a polícia, conversar mais com os pais e tirar dúvidas na escola.
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Impor regras mais rígidas para melhorar as condições de segurança;
 - Aumentar o policiamento nas escolas.
 - Implementar o artigo 178 do ECA relativo as condições atentatórias à dignidade das crianças e adolescentes.

- Abrir o CEU Parelheiros para todos e permitir que alunos das escolas estaduais possam frequentar os cursos e oficinas.
- Garantir facilidade de transportes (Vai e Volta) para os alunos que moram em locais distantes das suas escolas e do CEU.
- Redução do preconceito racial e de classe social por meio de palestras e eventos nas escolas públicas.
- Garantia do respeito entre alunos e professores nas unidades escolares.
- Abrir os espaços existentes na região para eventos culturais.
- Garantir mais informações aos pais e alunos a respeito da importância de participarem de reuniões escolares como os conselhos de classe e outras.
- Mais recursos e ampliação dos equipamentos da comunidade para atividades de esportes, lazer e cultura.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Criar grupos de discussão sobre problemas da escola e incentivar maior participação da comunidade.
- Promover a formação de grêmios escolares, garantir um professor responsável para orientação e maior empenho da direção para trabalhar em conjunto; desenvolver trabalho de conscientização de professores e alunos e promover encontros com outros grêmios de escolas próximas.

➤ Eixo V - Gestão da política

- Formação de grupos de adolescentes na comunidade para discutir o que ocorre no bairro
- Maior infraestrutura e recursos para os equipamentos públicos já existentes na comunidade
- Criar centros de reabilitação para jovens portadores de dependência química
- Criação dos espaços na comunidade que ofereçam atividades de lazer, cultura, esporte e educação;
- Promover mais parcerias entre a sociedade civil, poder público e terceiro setor, objetivando melhorias nos bairros
- Ampliação das escolas para atender melhor as necessidades da comunidade.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A Conferência teve início com a execução do Hino Nacional seguida pela formação da mesa.

- Composição da Mesa

Compuseram a mesa o Subprefeito de Parelheiros, o Chefe de Gabinete do Subprefeito, o Coordenador de Administração e Finanças da Subprefeitura, representante da Assessoria Técnica de Educação e a Assessora Técnica de Saúde.

O Subprefeito destacou em sua fala uma orientação dada pelo Prefeito a todos os subprefeitos para realizarem uma operação articulada entre as subprefeituras e que seja feito um esforço conjunto de todos os poderes para solucionar os problemas relacionados ao tema Criança e Adolescente. Com foco na questão da segurança pública e da violência familiar na região, destacou temas como: famílias que não são bem constituídas; maus-tratos; alcoolismo; uso de drogas; prostituição infantil; questões de saúde.

Em seguida, mencionou ações de longo prazo previstas para serem realizadas pelo poder público na região de Parelheiros, como atualização das escolas e criação de cursos profissionalizantes. Falou sobre a importância das denúncias, das sugestões e reclamações feitas pela comunidade.

- Regimento Interno

A leitura do regimento interno foi feita pela mestre de cerimônia ao microfone, sem a utilização de recursos visuais e sem que os participantes tivessem recebido cópia do regimento para acompanharem a leitura. Observou-se, neste momento, que poucos prestavam atenção, muitos conversavam paralelamente e outros acompanhavam a movimentação do grupo teatral que preparava, ao lado, sua apresentação, considerando-se que todas as atividades da Conferência aconteceram em um único e amplo espaço coberto. O Regimento Interno foi aprovado por aclamação de forma unânime, sem manifestações ou alteração.

- Apresentação Cultural

Houve uma apresentação de dança do grupo de balé afro Ilê, composto por jovens. A dança abordou questões relacionadas à cultura negra, aos orixás, aos navios negreiros.

- Palestras

Após a apresentação cultural, dois membros da organização do evento iniciaram uma espécie de jogral e, andando no meio dos participantes iniciaram um diálogo: “O que é uma conferência? É para conferir; Conferir o que? O que está sendo executado, solicitado; É quando um grupo de pessoas que tem algo em comum se reúne”. Tentaram envolver os participantes perguntando o que as pessoas que estavam ali tinham em comum e as respostas foram: “Trabalham ou se interessam com o tema da criança e do adolescente; moram na mesma região; têm os mesmos objetivos e interesses; discutir e juntar idéias.”

Depois dessa introdução foi explicado às pessoas que as Conferências acontecem de 2 em 2 anos com temas específicos sobre crianças e adolescentes e que naquela conferência seriam abordados 5 eixos temáticos, para os quais deveriam ser elaboradas propostas que, posteriormente, seriam encaminhadas à Conferência Municipal e à Estadual e, em última instância, seriam a base para a Política Nacional.

Em seguida, foi chamada ao microfone uma adolescente que leu alguns trechos do ECA, destacando direitos como respeito, equidade, igualdade, universalidade, justiça social, participação e controle

social, articulação entre poder público e sociedade civil, transparência na gestão do Estado, acrescentando, ao final, esperar que fossem assegurados.

Em seguida uma representante da assessoria de metodologia do IBEPEC fez uma palestra sobre o significado das conferências DCA e dos avanços que foram realizados em termos de garantia dos direitos desde a realização da primeira conferência.

A palestrante iniciou perguntando ao público quem participava da conferência pela primeira, segunda, terceira vez. A grande maioria participava pela primeira vez. Falou do SINASE, do SIPIA, do Disque 100 e, em seguida, explicou o que havia sido tratado nas conferências passadas e o porquê dos temas selecionados, traçando um panorama das 7 conferências já realizadas. Por fim, explicou que deveriam ser elaboradas 10 propostas para a região de Parelheiros, sendo duas por eixo temático e eleitos os delegados nas oficinas.

2 - OFICINAS

A organização das oficinas teve início com uma apresentação visual para explicar a separação dos 5 eixos em cores pré-determinadas. Um dos presentes questionou o fato de não poderem participar dos temas com os quais tinham mais afinidade, ao que a organizadora concordou, mas observou que não seria possível alterar a distribuição já realizada.

As oficinas foram organizadas por eixo e cada uma associada a uma cor: Oficina Preta - Eixo 1; Verde - Eixo 2; Vermelha - Eixo 3; Azul - Eixo 4; Rosa - Eixo 5. Cada uma, conduzida por umicineiro do IBEPEC. Em todas, inicialmente, foi formado um grande círculo para que fosse realizada a apresentação do oficineiro e dos participantes, que deviam falar seu nome e uma qualidade. Em seguida foram subdivididas em pequenos grupos para facilitar as discussões.

Em todos os grupos o oficineiro explicou como iria funcionar a dinâmica do ‘bombeiro’, por meio da qual os incêndios (os problemas) na comunidade deveriam ser identificados, bem como as formas como seriam apagados, apontando quais teriam prioridade em serem apagadas.

Em algumas oficinas o direcionamento dos debates, as anotações dos problemas e das propostas nos cartazes, foram feitos pelo próprio oficineiro, que por vezes, elaborou e sugeriu a redação a partir das falas das pessoas. Em outras, os participantes tiveram mais autonomia para discutir, elaborar e redigir as propostas. Como surgiram várias propostas, alguns oficineiros sugeriram que elas fossem agrupadas, a fim de que todas pudessem ser contempladas. Além dos cartazes, os grupos foram instruídos a preencher o instrumental fornecido pelos oficineiros.

Observou-se em uma oficina que os participantes não conseguiram chegar a um consenso sobre as propostas, em específico com relação ao incentivo fiscal para estimular a atuação da iniciativa privada na prestação de serviços básicos, levando o grupo a elaborar separadamente propostas distintas para a plenária.

De modo geral, as pessoas participaram ativamente e interagiram entre si e com osicineiros, expondo suas idéias e trazendo informações sobre as necessidades da região. Algumas se destacaram nos grupos, emitindo mais opiniões e conduzindo as discussões, enquanto outras, embora caladas, mostravam-se interessadas e acompanhavam atentamente. Houve situações em que as discordâncias acabaram gerando certo embate, como no caso da discussão sobre as parcerias público-privadas. Observou-se a presença de vários funcionários da subprefeitura nas oficinas e não foi constatada a presença de grupos que tivessem se organizado anteriormente para a conferência.

Para a eleição dos delegados algumas pessoas se candidataram voluntariamente, enquanto outras foram indicadas pelo grupo. Houve grupo que não tinha pessoas interessadas em se candidatar, ao que oicineiro interveio fazendo a indicação. Observaram-se casos em que oicineiro estimulou, induziu e endossou a candidatura de algumas pessoas pelo fato das mesmas terem participado ativamente e falado bastante durante a oficina. Em alguns grupos houve votação dos delegados, em outros não, posto que o número de candidatos não excedia o número de vagas. Houve ainda, oficina que não apresentou candidatos.

Dentre as questões discutidas, foram registradas: gravidez na adolescência; falta de saneamento e de serviços básicos; ruas sem asfalto; falta de espaços para cultura e lazer; falta transporte público; desemprego; violência; necessidade de fortalecimento dos Conselhos Tutelares; necessidade de escolas melhores, faculdades e hospitais; falta de voz, participação, interesse e espaço; falta de formação política, motivação e oportunidade; falta de interesse dos pais e de divulgação de eventos como a Conferência; necessidade de mais investimentos em setores fundamentais como saúde, transporte público e segurança; isolamento e distância da região, discriminação do jovem que mora na região e a questão da melhoria da qualidade dos serviços voltados à CAs através da iniciativa privada (ponto este bastante polêmico nas discussões).

3 - PLENÁRIA

A mestre de cerimônia que conduziu a plenária solicitou a um representante da assessoria da metodologia IBEPEC que chamasse os delegados e suplentes à frente, o que foi feito pelos nomes, conforme a oficina. Ao serem nominados os delegados, um participante questionou o fato de não ter podido ser delegado por não morar na região, somente trabalhar. Os delegados foram aclamados na plenária.

A apresentação das propostas por eixo temático foi conduzida pela mestre de cerimônia, em ordem aleatória. Ela própria iniciou a leitura dos dois cartazes elaborados na oficina referente ao eixo temático 4, contendo os desafios e as propostas. No entanto, diante de observação de um conferencista e, também, de colocação de representante do IBEPEC, que a praxe seria os próprios participantes lerem as propostas seguindo a ordem numérica dos eixos, a mestre de cerimônia sugeriu uma votação

quanto a esses aspectos. Por aclamação de poucos que se manifestaram, foi decidida a continuidade das apresentações fora da ordem dos eixos, mas feitas pelos participantes.

Após a leitura e aprovação, por aclamação, das propostas, subiu ao plenário o Conselheiro Tutelar de Parelheiros para divulgar os dias de reuniões dos Conselhos Gestores em relação à saúde (último sábado de cada mês, às 14:00h).

Em seguida, apesar de já terem sido aprovadas, houve manifestação por parte de algumas pessoas, discordando de algumas propostas.

Com relação à proposta de democratizar a informação, um participante interveio dizendo que a subprefeitura tinha que interagir e trabalhar melhor a questão da qualidade e do acesso à informação junto à mídia e que o bairro já dispunha de um jornal. Com relação à proposta de reforço escolar em núcleos, um participante rebateu dizendo que o núcleo era para a criança se divertir.

No momento em que aconteciam as discussões na plenária, as pessoas foram informadas de que o almoço estava sendo servido, o que fez com que a participação diminuísse consideravelmente e as pessoas se dispersassem. A mestre de cerimônia autorizou, então, a inscrição de apenas mais uma pessoa para falar e iniciou a orientação dos procedimentos para que as pessoas ocupassem as mesas para o almoço.

Um participante (professor de história) se manifestou na plenária, discordando de uma das propostas do eixo 5: “Eu discordo da proposta do eixo 5 referente ao incentivo ser destinado às entidades e tirar o poder público de seu posto de governo. Isso não causa mudança nenhuma na sociedade, não vai deixar a criança e o adolescente autônomos. Vamos dialogar com o poder público, de fato, dar incentivo para o povo. Se não der autonomia para o povo, fica sempre tutelando a população”.

Algumas pessoas aplaudiram esta fala e, em seguida, houve defesa da proposta por quem a havia apresentado (gestor de CCA de Marsillac): “A gente não falou em trazer dinheiro para as instituições, mas sim, facilitar que as empresas privadas tenham auxílio na tributação fiscal”, ao que o participante retrucou: “Vai terceirizar o poder público” e, o grupo respondeu “Não, a gente não vai terceirizar o poder público, a gente vai empoderar a região”, recebendo alguns aplausos.

Nesse momento, a mestre de cerimônia interveio, interrompendo de maneira abrupta a discussão, convocando todos para o almoço. Informou que as propostas seriam enviadas para a Conferência Municipal e finalizou a plenária.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Desigualdade: jovens e adolescentes da região estão perdendo espaço
- Descaso: a região é esquecida, abandonada pelo poder público.
- Falta de estrutura e recursos básicos (saúde, educação, cultura, esporte e lazer) que contribuem para a diminuição da violência. Falta de acesso à Internet nos bairros.

- Isolamento: hoje tem apenas duas linhas de ônibus que passam na região.
- Violência na escola (falta de estrutura familiar e drogas).
- Violência doméstica, violência sexual (desinformação dos mecanismos de denúncia) e alcoolismo.
- Violência policial (abuso de autoridade)
- Trabalho infantil (estrutura social, econômica e familiar)
- Diálogo completamente fechado com o poder público.
- Falta de investimento do poder público
- Desinteresse e falta de atuação da comunidade “Embora as pessoas reclamem, estão de braços cruzados e fazem nada (poucos participam de passeatas, de reuniões de bairro para buscar as informações)”.
- Falta de motivação
- Falta de organização
- Falta de estrutura governamental
- Falta de espaço
- Falta de informação; não tem crianças e adolescentes nos fóruns de discussão.
- Falta integração entre CEDECA e Conselho Tutelar, entre órgãos competentes
- Há insuficiência de serviços.
- Problema da superlotação nos serviços da região
- As informações da prefeitura disponíveis e acessadas no site sobre políticas públicas da prefeitura não garantem a democratização.
- Qualificação continuada do funcionário
- Sensibilização da responsabilidade social
- Distanciamento territorial entre entidades e parceiros

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Investimento na educação primária, por meio da criação de ETECs e FATECs na região para que os jovens não precisem se distanciar para ter algum estudo. Criação de Centros culturais e esportivos para tirar os jovens da rua e inibir a violência e o uso de drogas.
- Inclusão digital
- Cursos livres e profissionalizantes gratuitos na região (informática, administração, hotelaria, turismo).
- Criar em cada bairro um Centro de Referência benéfico com caráter socioeducativo e de orientação psicológica e sobre saúde.
- Formação e valorização de profissionais: professores, médicos e outros profissionais dos postos de saúde

- Acesso a transporte, ter mais terminais, mais acessos viários para essa área
 - Formação política da criança e do adolescente através do ECA
 - Fazer com que os planos propostos na área de direitos humanos sejam lidos e efetivados
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
- Promover a profissionalização dos membros da família por meio de capacitações (ex: cooperativas).
 - Criação de delegacias especializadas na proteção da mulher, de crianças e adolescentes com equipes multiprofissionais.
 - Fazer com que o Plano Nacional de propostas de Direitos Humanos seja lido e efetivado, cumprido (para que não fique no papel)
 - Formação política de crianças e adolescentes através do ECA (saber quais são seus direitos para que suas vozes sejam escutadas)
 - Formação permanente dos conselheiros da rede de proteção ligada à saúde e educação.
 - Implementar um plano de enfrentamento da violência sexual e comercial.
 - Criação de centros de referência para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de todos os tipos de violência.
 - Criar áreas de lazer para a realização de atividades culturais e esportivas.
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos
- Garantir nos espaços formais e informais formação política (nos grêmios, espaços de lazer, outros); fomentar a participação ativa de crianças e adolescentes.
 - Criar mecanismos para que todos se envolvam, como por ex. seminários e trocas de experiências entre as entidades, como ocorre nas Conferências Lúdicas.
 - Assistência à família. Na área da saúde, fazer planejamento familiar desde a primeira gestação
 - Integrar a família com a escola
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
- Fazer com que os serviços que existem conversem entre si, possam ser acessados e sejam de qualidade (Conselhos, CRECAs, ONGs, Secretarias – CRAS, SAS, CCAs, Defensorias, esporte e lazer, EJAs e poder judiciário). Quem pode fazer: sociedade civil e o poder público
 - Formação política
 - Capacitação dos envolvidos (pais, conselhos e serviços do entorno) em prol dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, destacando os limites dos jovens
- Eixo V - Gestão da política
- Identificar as regiões desprovidas de serviço voltado às crianças e adolescentes e priorizar conforme a faixa etária
 - Garantir a implementação do serviço nas regiões identificadas

- Capacitar semestralmente os funcionários e os usuários do serviço
- Criação de instrumentos para a democratização da informação necessária para uma gestão participativa da administração local.
- Incentivar instituições privadas a participarem de forma mais efetiva junto ao 3º setor com melhorias na tributação fiscal (abatimento fiscal nos impostos para as parceiras privadas para que possam trabalhar de forma mais efetiva com as entidades sociais; aproximar instituições privadas para regiões desassistidas para fortalecer a região, gerando crescimento e desenvolvimento para a região)
- Aumentar o orçamento dos serviços assistenciais em 20% de toda a verba deste setor.
- Criar fóruns e discussões entre as Conferências

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Adriana Rezende da Silva Telles
Educação	Maria de Fátima Sartori Carli
Saúde	Graciela Freitas Silveira
Subprefeitura	Ketima Carla de Luna Ramos Lorival Kroll da Silva
Conselho Tutelar	Maria da Conceição Borges da Silva Souza Edivaldo Luiz Vicente da Silva
Fórum Municipal DCA	Raimundo Nonato da Silva Sonia da Silva Ferreira Solange Aparecida Dias Nelson Sampaio Peixoto
Adolescente	Nayara Maria de Castro Anderval Souza Pereira

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Júlio César Moises de Carvalho	Thais Santana Moraes
Ismael Valentim Ales	Cassia Aparecida Salustiano
David Robson Ramos dos Santos	Jessica Alves de Farias
Gustavo Henrique Pereira Canguçu Brito	Josiane Dias Machado
Willian Nogueira da Silva	Beatriz Larissa Gonçalves
Jonatham Costa	Daize Oliveira da Silva
Ingrid Silva Souza	Gabriele Ribeiro Araujo
Verônica Silva Soares	Andressa das Dores dos Santos
Bruno Moises de Carvalho	Carolina Lopes Trofino
Mateus Felipe da Silva	Fernanda Mota Verguloso
Lílian Santos Almeida	Mikaela Costa de Oliveira
Hermano da Silva Amorim	Jennifer Barbosa de Almeida
Tiago Francisco	Karolina Franciele Santana Lima
Graziele dos Santos Risso	Joice Ferreira
Elifaz Elton da Silva	Bruno Elias da Silva
Priscila Moura Costa	Kevin Carvalho Rodrigues
Vinicius Alves Sousa	Aline Brito de Oliveira
Israel Valentim Alves	Adria de Melo Jardim
Gabriele Ribeiro Araujo	Rosenildo de Brito Santos
Elvis Theodoro Junior	Leandro Carvalho da Silva
Rebeca Cristine Domingues Chagas	Emerson Ribeiro Marques

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Kátia Aparecida Gomes	Kleise Elaine da Silva
Iralice Francisca Carvalho Teodoro	Alex Vidal Reis
Tatiana Rodrigues	Necy Maria Gonzaga de Aguiar
Ivone Colantonio	Zenilde da Silva Souza
Márcia Cristina Silva Santos	Clayton Resende
Samuel Gabriel	Adriane Semantini
Diogo Alberto Pereira	Cláudia Cristina de Carvalho
Paulo Albano Silva Antunes	Luciana Prado Seconechia
	Evanilda Pacifico Muniz
	Isabela Barbosa Costa
	Agostinha Francisca de Oliveira

PENHA

INTRODUÇÃO

A região da Penha realizou a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, tanto a lúdica como a convencional, no dia 18 de julho de 2009, no CEU Quinta do Sol à Rua Luis Imparato, 654, contando com aproximadamente 680 participantes, sendo 480 crianças e adolescentes e 200 adultos.

O credenciamento foi iniciado às 9 horas e a Mesa de abertura, composta por representantes do poder público, organizações sociais e de crianças e adolescentes, foi formada por volta das 11 horas. Em seguida o regimento interno foi lido e aprovado com pequenas alterações. Após o almoço foram realizadas as oficinas tanto as de crianças e adolescentes como as dos adultos, que foram dirigidas pela equipe de metodologia. Os grupos retornaram à plenária para a apresentação das propostas e para referendar a escolha dos delegados. Durante a conferência foram feitas várias apresentações culturais – vídeo, jogral e apresentações de dança de crianças e adolescentes participantes de projetos sociais da região.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

No credenciamento e inscrição dos participantes foi feita distribuição de pastas contendo material lúdico-educativo (duas revistas em quadrinhos - sobre o ECA e “ser criança” - e um texto sobre drogas), cópia do regimento da Conferência, um informe sobre a programação das atividades e ainda um texto sobre os 19 anos do ECA, seus avanços e dificuldades de implementação.

O total de participantes da conferência foi superior ao esperado (12 ônibus chegaram ao local transportando os participantes) o que provocou alterações na programação e organização estabelecidas previamente. Como o auditório do CEU comportava apenas 400 pessoas, a comissão organizadora solicitou que pelo menos 20 adultos na platéia cedessem seus lugares para as crianças e adolescentes que estavam fora da sala.

• Composição da Mesa

A conferência foi iniciada com atraso. A abertura ocorreu por volta das 11 horas, quando foi composta a mesa da qual participaram: o Sub-prefeito da Penha; 1 vereador e mais 2 representantes de outros dois vereadores e representantes da Supervisão de Saúde, da Supervisão do Centro de Referência da Assistência Social, da Diretoria Regional Educação, do Fórum da CA Regional, do CEU Quinta do Sol, do CMDCA, do Conselho Tutelar, um representante das crianças e um representante dos adolescentes da região.

No seu discurso, a diretora regional de educação destacou 5 metas que considerou fundamentais a serem atingidas em sua área: 1) acabar com o terceiro turno e assegurar 1 hora a mais de aula por dia; 2) ministrar aprendizagem adequada à idade; 3) garantir que toda criança deve estar devidamente alfabetizada até o final do 2º ano do ciclo I; 4) ampliar e qualificar a educação infantil (0 a 3 anos ampliar as vagas); 5) valorizar os profissionais da educação, favorecendo os meios para se capacitarem (pesquisando, estudando).

- Regimento Interno

O regimento foi lido por um adulto e dois representantes das crianças e adolescentes. O público infanto-juvenil acompanhou atentamente a leitura. As alterações feitas referiram-se ao número de delegados eleitos e do horário para inscrição.

O artigo 4º do capítulo IV, § 2º foi modificado para: até o final da leitura do regimento interno. No artigo 5º do Capítulo V foi introduzido o sub- item 1.1- Nos grupos crianças e adolescentes, na proporção de 1 para cada grupo de 20 participantes.

- Apresentação cultural

Inicialmente o Hino Nacional foi acompanhado por um vídeo que apresentava vários grupos de dança regionais - gaúchos, nortistas, nordestinos, cariocas - que cantavam o hino. Foi apresentado também um filme com imagens em movimento e fundo musical, abordando a situação das crianças e adolescentes em meio às guerras, à pobreza, ao desabrigo, à doença, etc.

Houve também a apresentação de vários grupos de crianças e adolescentes:

- um jogral utilizando o texto do ECA, dos alunos da Escola (EMEF) Carlos F. Ferraz.
- uma apresentação de dança de um grupo da Casa de Cultura baseada no vídeo-clip ‘Thriller’ de Michael Jackson, que foi muito aplaudida pelos jovens.
- uma performance de Nelson Triunfo - educador de rua (e bboy) que utiliza a dança (street-dance, rap etc) como meio educativo e artístico-cultural - que trouxe ao palco alguns dos seus alunos, alguns deles do projeto Travessia. O grupo apresentou vários números, finalizando com uma homenagem ao James Brown (inspirador de M.Jackson).

Após a abertura dos trabalhos foi servido o almoço e distribuído às crianças “algodão doce”.

2 – OFICINAS

As oficinas ocorreram após o almoço nas salas do CEU, foram dirigidas pelosicineiros da assessoria de metodologia e tiveram um tempo médio de duração de 30 minutos.

2.1 - LÚDICA

Foi feita uma divisão das crianças e adolescentes em 6 salas, mantendo a separação por eixos temáticos. Nem todos os participantes quiseram ir para as oficinas, alguns permaneceram no pátio. Um grupo se dirigiu ao parquinho do CEU para brincar mas as crianças foram avisadas pelos seguranças que não podiam entrar no local. Em relação aos adolescentes houve grande participação dos que foram para os grupos de discussão, ainda que em algumas salas tenha havido dispersão e agitação, o que dificultou uma discussão mais organizada.

As crianças (com menos de 12 anos) foram agrupadas em uma sala e foi oferecido a elas materiais para desenharem, pintarem, recortarem e colarem e assim expressarem aquilo que faltasse em suas comunidades.

Outra dinâmica utilizada foi a de propor que os adolescentes construíssem a “cidade dos sonhos” em 5 minutos desenhando e descrevendo o que haveria na cidade. A resposta foi: queremos uma cidade melhor, com mais respeito, igualdade entre as classes sociais e as pessoas, mais moradia, mais infraestrutura para as pessoas necessitadas, mais emprego, mais segurança, mais investimentos em todos os setores, melhor qualidade no ensino publico, mais infraestrutura na saúde publica, locais de acesso ao esporte, cultura e lazer, teatros, centros educacionais, ensinos profissionalizantes, (ETEC), cursos de línguas, maior divulgação do ECA e da Lei do Aprendiz, maior inclusão social (libras, acesso melhor para deficientes físicos)

Na discussão do eixo 2 foram levantadas questões relativas à violência e às drogas. Cada participante falava o que achava melhor para resolver esses problemas: acabar com as brigas e drogas na escola; parar de pichar a escola, dar castigo mais severo, não jogar lixo no chão, ter igualdade social e racial, maior cuidado dos policiais porque estão atingindo muitos inocentes, mais respeito dos alunos aos professores, proibir menores de 18 anos de usar piercing no nariz, na boca, no umbigo.

2.2 - CONVENCIONAL

Poucos adultos permaneceram no período da tarde para as oficinas. Inicialmente osicineiros organizaram 5 salas para a discussão, uma correspondente a cada eixo. Os participantes deveriam escolher o tema de preferência. No entanto, foram formados apenas dois grupos: um que discutiu o eixo 2, com 13 participantes e os restantes que foram agrupados em uma única sala (15 pessoas).

Na discussão sobre o eixo 2 aicineira apresentou para o grupo questões polêmicas sobre o ECA para que os participantes discutissem e se posicionassem: 1. Quem já ouviu falar que o ECA diz que é para “passar a mão na cabeça” da criança? 2. Vocês concordam? 3. Quem acha que pra educar tem que bater, puxar orelha, beliscar? 4. Quem concorda que tem que ter o rebaixamento da maioridade penal?

O grupo era composto principalmente por pessoas que não tinham envolvimento com trabalhos institucionais, parentes das crianças que foram para a conferência. Na discussão houve confronto de idéias, polarizadas por uma senhora de terceira idade, que não abria mão de sua opinião: “eu sou de uma geração antiga, agora tudo é diferente,... se ele (jovem) mata, estrupa, mata pai de família tem que pagar por isso” , o que tornou a discussão um pouco tensa. A oficina procurou contextualizar o surgimento do ECA, mostrando que houve uma mudança na concepção de direito e punição e nas ações junto aos infratores “hoje a proposta é trabalhar com o adolescente antes dele infracionar”.

No outro grupo foi feita uma dinâmica de apresentação com barbante que unia os participantes formando uma rede. A pergunta do oficinairo foi: esta rede está sendo sustentada pelo grupo e a rede de garantia de direitos? Como está? Quais são os “buracos”, o que falta? o que precisa mudar? Os participantes da oficina eram na maioria educadores – professores, educadores de CCAs, participantes de movimento de saúde, estagiários da educação. O grupo foi dividido em 3 com o objetivo de formular propostas para garantir a melhoria dos direitos de Crianças e Adolescentes. Os temas principais na discussão se referiram a problemas na esfera familiar e limites da ação governamental junto às crianças e adolescentes. Foi levantada a necessidade de se trabalhar as famílias que apresentam dificuldades de lidar com limites na educação de crianças e adolescentes e aquelas onde se verifica desinteresse e falta de cuidados com os filhos. Com relação à atuação governamental foi mencionada a ausência de políticas públicas “de Estado e não de governo” e o fato do cumprimento da lei ficar na dependência do gestor que está no governo.

3 - PLENÁRIA

Antes de iniciar a plenária um grupo de jovens dançarinos, “School Breakers”, fez uma apresentação. Em seguida foram chamados os representantes das oficinas lúdicas e das convencionais, que expuseram os desafios e propostas e apresentaram cartazes com o resultado das discussões. Não houve debate sobre o conteúdo das propostas.

Parte das crianças e jovens foi deixando a plenária à medida que as apresentações eram feitas para pegar o ônibus que os levaria de volta.

Finalmente foram apresentados os delegados titulares e suplentes escolhidos nas oficinas, que foram referendados na plenária como representantes da região e em seguida foi encerrada a conferência.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1- LÚDICA

- Investimento em saúde
- Saneamento básico
- Discriminação racial e social
- Preconceito
- Falta de áreas de lazer na comunidade
- Falta de investimento em formação de professores

4.2 - CONVENCIONAL

- Falta de moradia, lazer segurança
- Dissolução da família, falta de diálogo, falta de entrosamento com programas que pudessem orientar os jovens
- Falta de trabalho, salário
- Vício de drogas
- Incentivo da mídia ao consumo
- Ausência de políticas públicas de Estado e não de governo e de trabalho intersecretarial

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Construir mais hospitais e colocar mais médicos para ter saúde de qualidade
 - Criar outras empresas como a SABESP para urbanizar onde não tem saneamento
 - Criar áreas de esporte, cultura e lazer na comunidade
 - Professores mais qualificados nas escolas e melhorar a qualidade do ensino.
 - Criar centros educacionais, ensinos profissionalizantes, (ETEC), cursos de línguas.
 - Criar mais vagas nos CCAs.
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Garantir igualdade e liberdade para todos e respeitar os idosos
 - Realizar palestras na escola sobre sexualidade
 - Colocar equipamentos nas escolas e ter mais oficinas para que toda a comunidade possa usar como o CEU

- Deveria ter um lugar onde a sociedade aprendesse a ter mais respeito pelas pessoas porque o preconceito leva ao prejuízo de si próprio
- Ter um lugar (abrigo) onde as crianças e adolescentes de rua tenham uma estruturação para que possam se desenvolver e mostrar para a sociedade que merecem respeito. O lugar poderia ter: cursos profissionalizantes, e oportunidades garantidas para o primeiro emprego.
- Maior divulgação do ECA, Lei do menor aprendiz, escola de inclusão social (libras, acesso melhor p/ deficientes físicos).

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Ampliar os espaços existentes de construção de cidadania e construção de outros espaços (ex. CEU, CCA, onde tem esporte, cultura e lazer)

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Oferecer mais moradia, infraestrutura e qualidade nas estradas e rodovias.

5.2 - CONVENCIONAL

➤ Eixo I - Promoção e universalização de Direitos em um contexto de desigualdades

- Fortalecer a comunicação e o diálogo entre escola e família e comunidade
- Criar espaços adequados de lazer nos bairros
- Criação e divulgação de cursos extracurriculares e cursos de profissionalização
- Colocar em prática o artigo I da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente - mais escolas, mais salas de aulas, mais CAPs, mais leitos nos hospitais

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Fazer com que os pais despertem para as necessidades de atenção, carinho e cuidados com as crianças e os adolescente que resultará em um futuro mais tranquilo para toda a sociedade
- Mais entrosamento entre escolas, igreja, associações para orientar a família em como lidar com as crianças

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Divulgar o ECA, os programas existentes e as possibilidades de encaminhamentos para serviços de uma maneira simples e objetiva, de forma que possam atingir toda a população

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Implementar e criar programas de atendimento como Lei para que continuem a existir independente de momentos políticos partidários
- Existir de fato um trabalho intersetorial no atendimento da criança e adolescente (saúde, educação, meio ambiente)

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Elaine Frigi Garcia de Souza
Educação	Rosana Morelli Feiteiro
Saúde	Rozeana Munhoz Lapa Trancoso
Subprefeitura	Theodora Cristina Messora
Conselho Tutelar	Eliana Maria Feliciano Maria do Céu V. Macedo de Oliveira
Fórum Municipal DCA	Andréa Cristina Gomes Pinto Daniele de Carvalho Galiato Andréia Elias Sebastiana da Silva
Adolescente	Jessiane Mendes dos Santos Eduardo Barbosa de Melo

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTES	
Ana Claudia dos Santos	Kimberly Adarillo Fernandes
Ana Paula Rodrigues Santos	Larissa de Paula Ribeiro
Ana Patrícia A. de Lima	Letícia A. de Lima
Andressa Alves Constante	Lorena Cristina X. Ferreira
Carla Rebeca F. dos Santos.	Luciana Maria Gomes
Cássia Gomes dos Santos	Mayra Gabrielle da Silva
Eduardo Barbosa de Melo	Pamela Costa Mello
Jonatha Henrique Cyrillo	Roberta Caligiura Camargo da Silva
Jordan Rodrigo dos Santos	Rômulo Benedito Cavalcanti Teixeira
José Alex Abrão da Silva	Thais da Silva Solsa
Juliana Moraes Caetano	Wincla Monteiro Salvão
Guilherme Taschetti	Fernado Diniz Venâncio

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTES	
Eliana Maria Feliciano	Marcia Aparecida Euclides Conceição
Elizabete Lemes de Oliveira	Maria de Fátima Cavalcanti Teixeira
Joana Sanches	Maria Irena Cardoso Machado
Loidemyriam Bielecky dos Santos	Ramon Cavalcante Teixeira
Maria do Céu Vara Macedo Oliveira	Rute de Carvalho
Priscila D'Agostinho	

PERUS

INTRODUÇÃO

A região de Perus realizou a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, tanto a lúdica como a convencional, no dia 27 de junho de 2009 das 8:00 horas as 17:00 horas, no CEU de Perus, à Rua Bernardo José de Lorena s/n , contando com 193 participantes , 148 na Lúdica e 45 na Convencional.

Após o credenciamento e o lanche os participantes se dirigiram ao anfiteatro do CEU para solenidade da abertura, leitura e aprovação do regimento interno e para as apresentações culturais programadas.

Foi feita a cobertura da Conferência lúdica e convencional, por dois adolescentes através de fotos e vídeo.

Nas oficinas da Conferência lúdica foi realizado o ato de conferir as propostas de 2007, se elas foram ou não efetivadas e se houve alguma melhoria nas condições de vida da população local.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A abertura foi realizada no teatro do CEU e iniciou-se às 8 horas. O mestre de cerimônia, falou sobre a programação do dia. Não foi constituída formalmente uma mesa de abertura. As autoridades foram anunciadas e chamadas a fazer o uso da palavra: representante do DRE de Pirituba, representante do CMDCA e a coordenadora da assistência social que também representou o subprefeito.

O diretor regional da educação falou sobre a importância de participar, que consiste em “fazer parte”, em contribuir para a construção e ter responsabilidade com seu bairro cidade e país. Destacou também a importância da discussão do ECA. O representante do CMDCA aponta a necessidade da Conferência Regional levantar propostas para serem apresentadas na Conferência Municipal e afirmou que as reuniões do CMDCA estão abertas para participação da sociedade civil incluindo crianças e adolescentes.

A Coordenadora do CRAS, que também representou o subprefeito, falou sobre a origem das conferências na constituição de 1988. Explicou que a conferência é o momento em que se juntam governo e sociedade civil para discutir as diretrizes que vão garantir os DCA. Destaca que as crianças e adolescentes devem expressar o que é importante para suas vidas e o significado da conferência para a comunidade. Apresentou os objetivos da VIII Conferência, os eixos definidos pelo CONANDA e a importância do plano decenal. Explicou também como seriam desenvolvidas as atividades do dia,

destacando-se a conferência das propostas de 2007, a metodologia das oficinas, lúdica e convencional, a escolha dos delegados e sua importância.

Foi executado o Hino Nacional.

- Regimento Interno

O regimento interno foi lido e explicado pela coordenadora do CRAS não tendo sido submetido à votação.

- Apresentação Cultural

Durante a abertura o mestre de cerimônia recitou alguns poemas de cordel e houve também uma apresentação improvisada de “break” e “psy” com a participação de algumas crianças e adolescentes.

2 - OFICINAS

2.1 - LÚDICA

Ao final da abertura, após a apresentação dosicineiros, os participantes eram chamados pela cor, identificadas nos crachás, e acompanhavam osicineiros indicados.

As oficinas ocorreram nas salas de aula do CEU de Perus, iniciaram às 10:30 horas. Formaram-se 6 grupos, organizados por temas e cor. No momento do credenciamento as crianças escolheram as oficinas em função de seus interesses: capoeira, música, teatro, grafite, dança e contação de estória. Osicineiros eram da própria região e já tinham um envolvimento com a comunidade, pelo menos em sua maioria. As discussões nas oficinas não se pautaram pelos eixos do CONANDA. Na estratégia definida pela organização regional, os problemas/desafios e propostas, discutidos e priorizados nos grupos, seriam organizados pela comissão, por eixos, posteriormente. O número de pessoas por grupo variou se 15 a 30, a maioria tinha entre 10 e 15 anos, notaram-se poucos adolescentes na faixa de 16 a 18 anos.

As oficinas se iniciaram com a apresentação dos participantes, onde cadaicineiro adotou sua dinâmica, em um grupo a criança dizia o nome e citava uma qualidade ou defeito que se iniciasse pela primeira letra do seu nome. Em outro grupo o participante dizia o nome, a escola e o que não gostava na sua escola e que gostaria de mudar. Inicialmente osicineiros conferiram com as crianças as propostas tiradas na região em 2007 através de perguntas e respostas, como: diminuiu o trabalho infantil? Está existindo droga? A polícia é competente? O jovem está sendo ouvido? As crianças respondiam sim ou não. Em alguns grupos houve um aprofundamento maior dessas questões e os adolescentes se envolveram mais nas discussões expressando descontentamentos e críticas a respeito das questões apresentadas peloicineiro.

As oficinas utilizaram técnicas dramáticas, representações, criação de paródia, jogos, dança, desenho, para levantamento e debate de problemas/desafios e propostas. De modo geral, após as discussões, o grupo elegia um ou mais temas e preparava a apresentação a ser levada à plenária, onde o grupo inteiro participava. As apresentações reproduziam as discussões dos grupos, mas em grande parte não estavam organizadas enquanto propostas.

A oficina de teatro se subdividiu em três subgrupos, cada um discutiu os problemas, elegeu o mais importante e montou uma cena. Ao final foram apresentadas ao grupo maior: a primeira se referia à falta de respeito entre alunos e professores, a segunda, à falta de segurança e a terceira sobre alcoolismo. O grupo elegeu o tema da escola como o mais importante que foi apresentado através da dramatização de uma cena na sala de aula, reproduzindo as falas do grupo.

A oficina de música utilizou como estratégia de aquecimento a construção coletiva da história do bairro, onde um participante dizia uma frase e o outro continuava: “era uma vez um bairro que tinha muitas pessoas pobres e humildes”, “discriminados”, “os pobres precisavam de comida”, “enchentes”, “tiroteio”, “poluição”...”condições de vida ruim”... Esse grupo reclamou que tinha escolhido a oficina de música e não de contar estória. No final os participantes escolheram fazer a apresentação das discussões em forma de paródia, utilizando a música do hino nacional, criando uma letra que dizia: “as crianças têm direito de estudar, para o nosso futuro melhorar, criança tem direito de brincar, se não tem educação acaba na rua virando ladrão, não tem roupa pra vestir, nenhum cobertor pra se cobrir, toda criança tem direito de ser tratada com amor e com respeito”, expressando alguns problemas e propostas discutidas pelo grupo.

A oficina de dança elegeu como principais problemas a droga, a violência, a poluição, o vandalismo, o preconceito, o desemprego e a corrupção. Esses temas foram tratados através de coreografia a partir de metáforas corporais e cênica.

A participação nas oficinas, com exceção de duas, foi intensa, as crianças e adolescentes se envolveram não só nas representações como dança, música, grafites, mas também em relação ao conteúdo das discussões, traziam as questões do bairro e demonstravam através de suas falas o quanto os problemas levantados afetavam suas vidas. Numa oficina a participação foi monopolizada pelaicineira, que definiu os temas e as propostas, fazia perguntas às crianças que respondiam sim ou não. Em outro grupo oicineiro centrou as atividades no “ensaio” da apresentação, que ele já havia trazido pronta.

Não foram observadas diferenças significativas de participação entre meninos e meninas, no entanto algumas oficinas mostraram maior preferência por um ou outro gênero, como no caso da dança, onde a grande maioria era de meninas, ou no caso do grafite a maioria era de meninos.

A questão da escola foi um tema abordado na maioria das oficinas destacando-se o desrespeito e a discriminação de professores e diretores, um menino falou “tinha uma professora de inglês que humilhava a gente, chamava a gente de favelado, falava que a gente não tinha dinheiro para comprar

um lápis”, outra criança diz se referindo a fala de um professor: “você parece animais, por que você vem para a escola? pra comer? Bando de favelados.” Outros problemas referentes à escola também foram discutidos: violência verbal, dificuldade de conseguir vaga no CEU, o vandalismo dos alunos e a presença da droga nas escolas, “o cheiro dentro da sala de aula é horrível”. Houve muita reclamação dos seguranças do CEU: “aqui no CEU a gente se sente numa prisão” ou, “aqui no CEU é igual fábrica antiga, os guardas são os capatazes”. Abordaram também outros temas entre os quais, violência, o abuso de autoridade da polícia, “a polícia bate em criança”, a violência sexual, a violência na família. Referindo-se ao alcoolismo uma criança diz “... o marido bebe e chega em casa e bate na mulher”, outro “quando cheguei em casa meu pai estava bêbado e eu apanhei só porque cheguei atrasado na escola”.

Os temas, na maioria das vezes, se confundiam com propostas. Enquanto propostas foram também discutidas: realizar oficinas nas escolas fora do horário de aula; criar grêmios nas escolas; praticar dança e lutar pelos direitos e acabar com o alcoolismo.

Os delegados foram escolhidos nas oficinas, na maioria por auto indicação.

2.2 - CONVENCIONAL

Terminada a abertura do evento, os adultos se dirigiram a uma sala de aula do CEU, onde foi realizada a oficina da conferência convencional. Participaram cerca de 35 pessoas, em um único grupo. O trabalho foi coordenado por uma professora da região. Inicialmente foi proposto que cada participante se apresentasse, o que não ocorreu. Havia no grupo professores, educadores de ONGs, pessoas da comunidade. A discussão não se pautou pelos eixos do CONANDA, mas foi iniciada com a pergunta: o que precisa ser melhorado na região? A coordenadora fez exposição sobre os problemas relativos aos serviços públicos de educação, saúde, assistência social e a articulação entre eles. Foram levantados também problemas relacionados às dificuldades enfrentadas pelas famílias na educação dos adolescentes quais sejam, o problema do uso de drogas e a “rebeldia”. Foi mencionado por uma das mães, que faz trabalho voluntário em uma escola, a importância do trabalho integrado de pais, profissionais e professores na abordagem de crianças e adolescentes com problemas de comportamento, oferecendo oportunidades de integração por meio de atividades artísticas e dinâmicas que permitam dar a eles “uma nova chance”. Daí a importância de um conselho forte nas escolas: “quando o aluno dá trabalho e aí leva para o diretor, para o conselho tutelar, vai apenas empurrando o problema para outro”.

Foram feitas críticas ao trabalho meramente assistencial de alguns profissionais da área, que se limitam a distribuir benefícios, enfatizando-se a importância do trabalho de orientação e encaminhamento das famílias.

A discussão ficou restrita a parte do grupo que estabeleceu o diálogo com a coordenadora.

3 - PLENÁRIA

A plenária se iniciou as 14:30 horas, no saguão aberto do CEU, com a exposição das oficinas da Conferência Lúdica, que foram apresentadas pelos participantes dos grupos, através de cenas dramáticas, música, teatro, dança, grafites, capoeira e contação de estória, que simbolizavam o conteúdo do que foi discutido e proposto. Utilizaram também cartazes e falas. Os oficinairos, antecedendo as apresentações explicaram como foi a dinâmica adotada por seu grupo. Em seguida foram apresentadas as propostas da Conferência Convencional em três desenhos que expressavam o pensamento do grupo.

Não houve debate sobre os conteúdos propostos.

Finalmente foram apresentados os delegados titulares e suplentes escolhidos nas oficinas, tendo sido referendados pelos presentes. Em seguida foi encerrada a conferência.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Ampliar os espaços de lazer. Na região só tem o CEU
- Melhorar os equipamentos de saúde
- Ampliar os recursos para o CDM
- Aumentar o número de bibliotecas no bairro
- Ampliar cursos profissionalizantes
- Aumentar o número de médicos nos postos de saúde para diminuir a espera para consulta
- Acabar com falta de respeito dos professores para com os alunos e dos alunos para com os professores
- Ampliar o Programa Escola da Família
- Diminuir a discriminação e preconceitos que os estudantes sofrem dentro das escolas
- Aumentar a segurança dentro das escolas
- Ampliar a participação dos estudantes
- Ter maior orientação por parte das escolas quanto à existência de grêmio estudantil
- Necessidade de um canal para dialogar com as autoridades e políticos para expressar seus pensamentos
- Acabar com o abuso de autoridade nas escolas por parte dos professores e diretores

4.2 - CONVENCIONAL

- Ter um suporte profissional de assistente social dentro das escolas
- Ampliar o número de CRAS na área de abrangência da subprefeitura de Perus

- Vislumbrar uma escola mais humanizada
- Aperfeiçoar a formação dos coordenadores pedagógicos e educadores.
- Melhorar atendimento de saúde
- Qualificar melhor os professores e reduzir a carga horária
- Garantir a permanência dos alunos nas escolas evitando evasões.
- Valorizar os profissionais dos serviços conveniados com a municipalidade
- Agilizar o sistema de matrículas nas escolas, tendo em vista a proximidade de moradia do aluno.
- Garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.
- Trabalhar com famílias na perspectiva de melhorar sua estrutura, frente aos problemas dos jovens e adolescentes.
- Ampliar canais de discussão sobre assistência social
- Vislumbrar uma escola mais humanizada
- Garantir discussões voltadas à criação de políticas públicas voltadas às necessidades da região.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Criação de novos espaços de lazer
 - Implantar novos serviços e maior investimento na aquisição de aparelhos e equipamentos hospitalares
 - Investir em materiais poliesportivos
 - Implantar mais bibliotecas nos distritos de Perus e Anhanguera
 - Implantar cursos profissionalizantes
 - Melhorar os salários e as condições de trabalho dos professores
 - Contratar mais médicos

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Implantar programas e projetos voltados às temáticas como ética e cidadania, direitos e deveres e mediação de conflitos
 - Implantar nas escolas o Programa Escola da Família
 - Capacitar os agentes de ensino para trabalharem com as diferenças
 - Promover ações intersecretariais para criação de políticas públicas voltadas para a segurança escolar

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Possibilitar propostas mais interessantes e significativas para os alunos
 - Implantar grêmios estudantis

- Implantar canais de diálogo da criança e do adolescente com autoridades e políticos como meio de expressão do seus pensamentos
- Criar canais de comunicação entre as autoridades escolares e os alunos

5.2 - CONVENCIONAL

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Contratar profissionais da área, com vistas à realização de trabalho socioassistencial.
 - Implantar novos CRAS na região.
 - Promover canais de diálogos sistemáticos entre a escola, família e comunidade.
 - Investir na formação dos diferentes agentes de ensino de forma sistemática e contínua.
 - Melhorar os equipamentos de saúde, pois são equipamentos carentes na região
 - Investir na qualificação profissional dos professores e adotar políticas de redução para 6 horas.
 - Fomentar mais projetos culturais e criar espaços de lazer.
 - Criar projetos pedagógicos atrativos para que não haja evasões
 - Investir na formação dos profissionais.
 - Ampliar o número de escolas e rever critérios e procedimentos quanto às matrículas.
 - Criar mais vagas para o ensino médio (suplência)
 - Viabilizar políticas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência.
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Ampliar o trabalho com as famílias, fortalecendo vínculos, proporcionando discussões e orientações sobre temas como: drogas, gravidez na adolescência, DST/AIDS
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Criar na região Fóruns locais com a participação da sociedade civil e diferentes secretarias.
 - Promover ações de capacitação para os conselheiros tutelares visando uma melhor compreensão de seu papel
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Investir em uma escola mais participativa com grêmios e conselho escolar
- Eixo V - Gestão da Política
 - Criação de rede local e intersecretarial com diálogo entre as Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Nelly Youssif Miotto
Educação	Rosalina Rocha de Miranda
Saúde	Célia Regina César Rojo
Subprefeitura	Andréa Maria da Silva
Conselho Tutelar	Antônio Campineiro Ferreira Francimar Francisca de Sousa Pereira
Fórum Municipal DCA	
Adolescente	

7 - DELEGADOS PARA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 – CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Luan Nascimento Santos de Barros	Lucas da Silva Pereira
Lucas de Jesus Melo dos Santos	Tâmara da Silva
Mariana Maria da Silva	Emerson Rodrigues de Souza
Thalia Moreira Santos	Luan de Jesus Mello do Santos
Jean Ferreira dos Santos	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Fábio Rogério Neponcemo	Adriana Marquetti
Elizabete Brandão de Matos	
Meime Gabriela Andrade Alves Lacerda	
Regina Martins de Mello	
Antonio Campineiro Ferreira	

PINHEIROS

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica de Pinheiros aconteceu na EMEF Olavo Pezzotti, na Rua Fradique Coutinho, 2200, no dia 03/07/09 e contou com a presença de 270 crianças e adolescentes.

Conforme iam chegando, crianças e adolescentes escolhiam, dentre 10 possibilidades, a oficina da qual gostariam de participar. Não havia um espaço organizado para todos sentarem como uma platéia. Várias pessoas ficaram de pé ou sentadas em mesas. As acomodações eram precárias, o chão estava bem frio, então a maioria preferiu ficar em pé. A abertura e a plenária foram realizadas no refeitório da escola. Estavam todos muito dispersos.

A EMEF Brasil Japão (Rio Pequeno) foi convidada para fazer o registro de imagem da Conferência Lúdica de Pinheiros. Vieram duas professoras e três adolescentes da EDUCOM: o vice-presidente da Rádio da escola, a coordenadora da Rádio e o presidente da Rádio.

Após o almoço, um DJ começou a tocar músicas. Colocou um funk e meninos e meninas começaram a dançar de maneira sensual. Os adultos observavam, até que um adolescente, indignado, se manifestou: “depois falam em combater exploração sexual. Tocar isso numa Conferência?”. Uma das organizadoras da Conferência subiu ao palco e falou com o DJ. Ele trocou a música. Começou um protesto, que logo se desfez. Começaram a dançar street dance.

A Conferência Convencional aconteceu no dia 06 de Julho de 2009 no Centro Juvenil Dom Bosco, à Rua Pio XI, 1380. As atividades estavam previstas para acontecer das 13h às 17h, mas houve atraso de trinta minutos para seu início e término. Participaram dessa conferência 31 adultos e 28 adolescentes, cuja presença maciça em algumas oficinas, trouxe à tona temas muito próximos de seu cotidiano: a situação dos abrigos, o trabalho dos CRECAS, a relação com os pais e com a escola. De maneira complementar, houve, nas oficinas 4 e 5, intensa reflexão sobre a necessidade da região de Pinheiros voltar a se organizar, reativando o Fórum da Criança e do Adolescente. Com esse objetivo, foi marcada uma reunião para o dia 11 de Setembro de 2009, às 18h na subprefeitura de Pinheiros.

Nas duas Conferências não foi feita a leitura do regimento interno e na convencional, não houve apresentação cultural.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

- Composição da mesa

Não houve formação de mesa, a abertura foi informal. Um membro da comissão organizadora deu boas vindas à platéia e chamou algumas pessoas para falar.

A diretora da escola que sediou o evento falou sobre o ECA, perguntando-se se é bom ou ruim ter essa lei. Disse que é bom porque a lei é muito boa e é ruim porque, se foi necessária, a lei não estava sendo cumprida. Afirmou que é muito importante pensar em nossos direitos.

A diretora pedagógica de uma ONG fez a defesa das políticas públicas para crianças e adolescentes.

O supervisor técnico de saúde Lapa/Pinheiros tentou fazer alguns exercícios de respiração com a platéia, mas obteve pouca resposta. Mesmo assim, foi o momento em que as crianças e adolescentes mais prestaram atenção no que acontecia na abertura.

Uma representante do CMDCA deu boas vindas a todos, após as apresentações culturais.

Não houve conferência das propostas aprovadas em 2007.

- Regimento Interno

Não houve leitura do regimento interno.

- Apresentação Cultural

Um grupo de meninas do Abrigo Marly Cury apresentou-se dançando axé e obteve atenção total da platéia. Crianças e adolescentes do Centro da Juventude São Paulo da Cruz encenaram uma peça teatral - “Brincadeira de criança: diga não ao trabalho infantil”.

2- OFICINAS

As oficinas foram oferecidas por profissionais da região e tinham número de vagas limitado. Os temas já estavam prontos e osicineiros convidados, quando veio a proposta da assessoria de metodologia do IBEPEC, contratado pelo CMDCA; por isso eles abriram mão e resolveram manter suas próprias oficinas.

Foram realizadas 10 oficinas temáticas:

Direito de ser ouvido, oferecida pelo Conselho Tutelar

Poligremia, oferecida pelo Colégio Equipe

Sexualidade na pré-adolescência – 7 a 12 anos, oferecida pelo CRECA

Sexualidade na adolescência – 13 a 18 anos, oferecida pela Saúde

Igualdade racial, oferecida por teatrólogo

Inclusão social, oferecida por pessoa da sociedade civil

Álcool e Drogas, oferecida pelo CAPS álcool e drogas

Trabalho Infantil, oferecida por pessoa da sociedade civil

Cultura da Paz, oferecida pela Unidade Básica de Saúde Alto de Pinheiros

O livro como instrumento de inclusão social, oferecida pelo Colégio Equipe

Não houve discussão por eixo. Cada sala possuía um tema específico e as discussões tiveram dinâmicas variadas: houve trabalhos em sub-grupos, falas de oficinairos seguidas de reflexões e perguntas dos participantes, encenações teatrais, expressão através de dobraduras (origami), contação de histórias, leitura em roda. No geral, os oficinairos propunham questões, situações e temas para as crianças e adolescentes discutirem.

Nas oficinas, identificaram quem consideravam excluídos (deficientes físicos, pobres, homossexuais, macumbeiros, crianças e adolescentes) e quais os seus direitos (trabalho, dormir, brincar, lazer, fé, proteção, saúde, lar, alimentação, estudo, família); nomearam as drogas lícitas e ilícitas, seus efeitos e o significado de dependência: “É aquilo que a gente não pode viver sem”, disse uma criança. Ouviram uma palestra sobre a história dos negros no Brasil, fizeram alguns exercícios teatrais e ensaiaram a apresentação de propostas através de uma peça de teatro. Falaram sobre o que pensavam sobre o conselho tutelar: “se você não se comportar vai para o Conselho Tutelar” ou “é a delegacia da educação”. Ficaram surpresos ao ouvirem qual é a função do CT e resolveram propor que ele fosse mais divulgado. Ouviram experiências sobre grêmios e para que servem.

A participação variava de oficina para oficina e entre grupos da mesma oficina. Estratégias como dobraduras, mapas, leituras e brincadeiras despertaram interesse nas crianças e adolescentes. As falas mais longas causavam certa dispersão.

3 - PLENÁRIA

Muitos adolescentes estavam no pátio da escola e não participaram da plenária. Cada representante de oficina subiu ao palco e apresentou as propostas do seu grupo. Não houve votação das propostas, nem debate, pontos polêmicos ou discordantes. As propostas apresentadas foram consideradas definitivas.

Ninguém da platéia prestava atenção na apresentação das propostas. Houve alguma manifestação na apresentação dos delegados: amigos gritavam os nomes dos colegas que estavam no palco.

Um adolescente, ex-aluno da EMEF Olavo Pezzotti, subiu ao palco para cantar um rap que fez para a conferência.

Foram eleitos 13 delegados nas oficinas, mas pelo número de inscritos descobriram que poderiam ter 16 delegados. Perguntaram quem gostaria de ser delegado e várias crianças e adolescentes subiram ao palco.

Duas meninas eleitas nos grupos tinham menos de 12 anos (9 e 11 anos). Havia a informação de que não poderiam ser delegadas. Pouco depois, foram chamadas de volta porque ligaram para o CMDCA e receberam a informação de que poderiam se eleger, sim.

Havia muita gente no palco, então, alguns membros da comissão organizadora reuniram-se com os candidatos para decidir quem seria delegado e quem seria suplente. Pouco depois apresentaram os nomes afirmando que 16 seriam delegados e dois, suplentes.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Direito de ser ouvido nas escolas, na família, na sociedade. E isso não é só direito dos jovens, mas de todos. Direito de se expressar sem ser desrespeitado
- Preconceito
- Excluídos: Deficientes físicos, pobres, homossexuais, macumbeiros, crianças e adolescentes
- Direito ao trabalho, lazer, educação
- Como possibilitar maior acesso aos livros para os alunos de baixa renda?
- Sexualidade, pedofilia
- Diminuir o uso de álcool e drogas
- Promover a paz
- Conselhos Tutelares
- Como transformar a escola a partir de um grêmio

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Professores capacitados para ouvir as crianças e atender necessidades especiais; como um jovem capacitado – às vezes você se sente melhor para contar seus problemas a um jovem
- Acabar com a desigualdade de raças, respeitar a diversidade, aprender mais sobre Quilombos e sobre racismo
- Ter cota nas escolas particulares. Mais rampas e semáforos para cegos e cadeirantes. Mais professores especializados para o público necessitado. Mais bolsas escolares. Mais abrigos, mais livros em braile, ajudar os mais desfavorecidos
- Garantir o direito de estudar, aumentar o número de cursos profissionalizantes gratuitos.
- Mais emprego para os pais
- Mais transporte, mais carteirinhas gratuitas para andar de ônibus e acesso ao lazer
- Não jogar lixo na rua
- Livros novos para escolas; Alunos devem fazer doações de livros para as escolas; Diversidade do acervo; Livros mais novos; Ter mais livros para alunos; Ter momentos específicos para leitura

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, acesso a preservativos, sexo com respeito; sexo seguro, prevenção de gravidez na adolescência, aula de sexualidade na escola, combater a pedofilia
- Mais diálogos com os pais; orientação para os pais
- Mais fiscalização. Mais lazer. Mais atividades físicas. Mais grupos de auto-ajuda. Mais psicólogos. Mais projetos de prevenção. Proibição da venda de álcool. Mais panfletos e propagandas com informações sobre os malefícios do álcool. Mais internação. Mais hospitais e clínicas especializadas. Mais controle da família. Direito a ter lugares dignos para brincar e se divertir. Chegar devagar em um drogado para ele não assustar, não usar drogas
- Acabar com a violência e exploração sexual
- Tirar as crianças da rua
- Amor, paz, união e amizade, compreensão, respeito e felicidade, compreensão, de bem com a vida, acreditar, conversar com quem moramos, ensinar, fazer atividades coletivas, evitar brigas

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Ter um pré-conselho tutelar nas escolas para ter uma melhor comunicação, trabalhando para os jovens. Mais defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Criação de grêmios atuantes na escola
- Informar as crianças e os adolescentes sobre o ECA e sobre o Conselho Tutelar

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

- Composição da mesa

No início da solenidade da abertura, foram chamados para compor a mesa, os representantes do Centro Juvenil Dom Bosco, da Saúde, do CRAS, do Conselho Tutelar e dos adolescentes, que fizeram uso da palavra.

A representante do Centro Juvenil Dom Bosco deu as boas vindas a todos. A assistente social do CRAS falou sobre a necessidade de se garantir o atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias. Falou da proteção social como direito básico e da proteção especial tendo como característica o atendimento de pessoas cujo vínculo familiar foi quebrado. Referiu-se à conferência como um espaço importante de participação pública e convocou todos a reivindicar os direitos das crianças e dos adolescentes. O representante da saúde discorreu sobre o conceito de saúde como sentir-se bem e

sobre a importância de se construir grandes redes de sustentação e apoio. Ressaltou a importância da participação dos jovens nesse processo. O representante dos adolescentes leu um texto contextualizando a conferência. A representante do Conselho Tutelar parabenizou os adolescentes e desejou boa tarde a todos.

- Regimento Interno

Não houve leitura do regimento interno.

- Palestra

Representante do CMDCA fez uma palestra contextualizando a realização das conferências. Em SP, elas começaram por regiões (N, S, L, O, C). Em 2003, aconteceu a primeira conferência por distrito em SP. Ainda há regiões que se reúnem por distrito como Sapopemba e Vila Prudente que, apesar de pertencerem à mesma subprefeitura têm problemas diferentes e realizam conferências independentes. Falou do Código de Menores (1979) e sua Doutrina da Situação Irregular; da Constituição de 1988 que instituiu a democracia participativa e a descentralização; do CRAS que ganhou autonomia com o SUAS, tornando-se política de estado e não, política de governo; do Conselho Tutelar que é autônomo e, finalmente, do ECA (1990) criado a partir do artigo 227 da Constituição, por pressão popular. Afirma que o ECA inovou ao propor a Doutrina da Proteção Integral e seus paradigmas: 1) crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; 2) seres em desenvolvimento; 3) proteção integral; 4) prioridade absoluta. Falou que a conferência reúne governo e sociedade para debater e decidir o que deve ser prioridade nas políticas públicas para crianças e adolescentes.

Lamentou que ainda não tem acontecido a conferência das propostas da conferência anterior e destaca seus objetivos: 1) definir princípios e diretrizes; 2) dar voz e voto aos vários segmentos; 3) discutir e deliberar sobre os conselhos; 4) avaliar e propor instrumentos de participação popular. Afirma que não temos um plano de proteção para crianças na cidade de SP. Ressaltou a importância do protagonismo juvenil

Disse que a grande pergunta das conferências é: “que imagens e sentimentos temos do território em que vivemos?” Falou da importância da mobilização e citou frase de Martin Luther King: “o que mais assusta não é a violência dos poucos e sim o silêncio dos muitos”. Para finalizar, citou Michel Proust: “a verdadeira viagem de descoberta não está em descobrir novas terras, mas, sim, olhar nossa própria terra com outros olhos”. Terminou às 14:45h, muito aplaudido.

Seguiu-se debate em que as principais discussões foram a violência nas escolas e a impossibilidade de os adolescentes que estão nos Crecas estudarem.

Uma pessoa da platéia referiu-se à violência nas escolas. O palestrante falou do descaso com a educação como alimento para a violência. O supervisor escolar da diretoria regional do Butantã falou sobre a violência escolar e o que a imprensa diz a esse respeito. Exemplificou com história de menino

que levou arma para a escola particular, o que foi compreendido como arte, traquinagem. E perguntou: “seria assim se fosse na escola pública?”

Adolescentes criticaram o trabalho do CRECA porque as crianças e adolescentes não freqüentam a escola enquanto estão morando no CRECA. Várias pessoas explicaram que o CRECA faz um abrigo temporário, de curto prazo, o que inviabiliza a matrícula na escola, visto que os documentos de transferência demoram muito para chegar.

O debate é encerrado com representante do CMDCA parabenizando todos, em especial, os adolescentes.

2 - OFICINAS

Antes de iniciarem as oficinas, houve a leitura das propostas aprovadas na Conferência Lúdica de Pinheiros.

Os participantes foram distribuídos pelas 5 oficinas conforme seu interesse pelo eixo a ser tratado. Havia um oficinairo por oficina e em duas delas, a 4 e 5, os participantes sugeriram a escolha de 1 relator, 1 coordenador e uma pessoa para cronometrar a discussão e seu andamento.

Em todas as oficinas, foram lidos os eixos que norteariam as discussões. Após as leituras, houve debate e levantamento de idéias sobre os problemas referentes às questões das crianças e dos adolescentes relacionados ao eixo em pauta. No final das oficinas, foram eleitos os delegados e suplentes para serem ratificados na plenária final.

Os grupos que discutiram os eixos 1, 2 e 3 foram compostos, majoritariamente, por adolescentes. Vários deles já haviam passado por abrigos ou Crecas, assuntos que dominaram as discussões. Falou-se bastante, também, sobre cotas para negros nas universidades (“eu sou contra as cotas porque isso mostra que o negro é inferior”), a necessidade de o ECA integrar a grade curricular das escolas e a responsabilização do Estado pela formação dos pais em relação aos direitos das crianças e adolescentes. Levantaram a necessidade da escola em tempo integral e de os professores serem mais respeitados e receberem melhores salários. Cobraram, ainda, que professores sejam mais atenciosos. Uma garota exemplificou, dizendo que educadores da ONG que freqüenta percebem quando não estão bem, perguntam o que está acontecendo e conversam. Muitas vezes, disse, não conseguem conversar em casa, mas falam com os educadores. As discussões não seguiram uma linha temática ou argumentativa, todos queriam colocar suas opiniões e propostas.

Todos os participantes da oficina 4 e 5 conheciam de alguma maneira a situação da região da subprefeitura de Pinheiros quanto às questões relativas aos adolescentes e às crianças. As duas oficinas destacaram assuntos muito parecidos, específicos da região de Pinheiros, como o trabalho infantil e o alto número de crianças em situação de rua na região; meios que possibilitem maior participação dos adolescentes e crianças nas políticas direcionadas a eles como formação de grêmios nas escolas.

“Como pode se dar subsídio para dar garantia política a criança e ao adolescente?” perguntaram. “Instrumentalizando os professores”, foi a resposta. Discutiu-se, também, a garantia de verba para criação de grêmios, a participação nos conselhos escolares, a retomada do programa, já existente, de Orçamento Participativo Criança e a criação de um fórum de discussão para a região (“... não se tem em Pinheiros um fórum que discuta essa articulação.”). A qualidade da escola pública e a universalização da educação também despertaram o interesse dos participantes dessas oficinas (“... antes a escola pública era para atender quem hoje está nas escolas particulares...”). A falta de articulação entre as secretarias (saúde, educação...) e também entre o município e o estado foi apontada como um problema a ser resolvido.

Nas duas oficinas, fizeram comentários sobre a grande participação das crianças e adolescentes na conferência do Butantã. Era unânime a opinião sobre a importância da pré-conferência.

Em todas as oficinas, a participação foi calorosa e espontânea com exposição de opiniões e experiências de vida.

3 – PLENÁRIA

Um membro da comissão organizadora da conferência coordenou a apresentação das propostas das oficinas na plenária seguindo a ordem por eixo. Cada representante escolhido durante a oficina, não necessariamente o delegado ou suplente, expôs os temas discutidos e as propostas sugeridas que, no geral, foram aprovadas.

Houve polêmica quanto à proposta de ampliação do número de abrigos como colocada pelo grupo de adolescentes. Surgiu a proposta de que se amplie a política básica de proteção às famílias. Seguiu-se intenso debate, até que foi feita uma proposta conciliadora: descentralização da política de atenção especial, de maneira que se aumente o número de abrigos onde for necessário e transformação dos CRECAS em abrigos. Uma pessoa informa que já há uma discussão propondo que os abrigos sejam porta de entrada no sistema para aqueles que estão na rua. A comissão organizadora comprometeu-se a redigir a proposta. Todos concordaram e a plenária foi encerrada.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Foram levantados e discutidos os seguintes temas:
- Qualidade da escola pública e a universalização da educação
- Trabalho infantil e o alto número de crianças em situação de rua na região; meios que possibilitem uma maior participação dos adolescentes e crianças nas políticas direcionadas a eles como formação de grêmios nas escolas. Garantia de verba para criação de grêmios; participação nos conselhos escolares
- Ter conhecimento da verba destinada à região

- Volta do OP criança
- FUNCAD
- Articulação política para criança e adolescente
- Falta de articulação entre as secretarias (saúde, educação...) e também entre o município e o estado
- Priorizar política contra trabalho infantil. Situação de rua e trabalho infantil (políticas integradas)
- Articulação e integração entre as secretarias dos Direitos Humanos e sociedade civil juntos aos grêmios estudantis
- FUMCAD garantir infra-estrutura básica; maior transparência no FUMCAD (controle e transparência)
- Importância da pré-conferência à conferência lúdica

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Fortalecer os vínculos entre professores e alunos, o que não ocorre no mundo de hoje
- Resgatar o indivíduo para a realidade brasileira, contando com a ajuda dos pais e professores
- Acabar com o preconceito contra os adolescentes
- Promover mobilizações para facilitar o acesso dos adolescentes, crianças e portadores de necessidades especiais em diversos lugares
- Lutar para que os adolescentes tenham seus direitos respeitados dentro da escola, usufruindo dos benefícios que a escola oferece
- Lutar pelos direitos em geral e não apenas por aqueles referentes à escola
- Integrar o portador de necessidades especiais na sociedade

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- O estudo do ECA deve fazer parte da grade curricular na escola
- Fornecer informações para professores e alunos sobre o ECA
- Criar novas infra-estruturas e divulgar o CT
- Aumento de capacitação de profissionais na escola
- Não à redução da maioria penal
- Proporcionar trabalhos de inclusão social dentro da Fundação Casa
- Mais escolas em horário integral

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Criar agenda de discussão sobre as conferências nas escolas, ONG, na área de saúde e assistência social

- Criar fóruns descentralizados da criança e do adolescente para o fortalecimento do protagonismo juvenil
- Criação do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente em Pinheiros
- Realizar diagnóstico da região de Pinheiros com responsabilidade do Fórum DCA de Pinheiros
- Criar espaços nas escolas, ONG, Serviço Social, Saúde e preparar um profissional para ser agente multiplicador das tarefas de cidadania, ECA e CMDCA

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Montar comissão para implantar o fórum da criança e do adolescente na região Pinheiros. Fortalecimento da existência do acompanhamento e autonomia dos grêmios e conselhos das escolas pública e particulares. Participação efetiva das crianças e adolescentes no orçamento das escolas pública e particulares. Formação política dos educadores e educandos sob a responsabilidade do CMDCA sobre o funcionamento de uma sociedade democrática

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Conhecimento (divulgar) das políticas e do orçamento público por região (subprefeitura) e geral da cidade de São Paulo
- Volta do orçamento participativo criança (OP criança)
- FUNCAD- maior transparência e controle do uso da verba e dos projetos (avaliação dos resultados)
- Articulação e integração das políticas pública para a criança e adolescente
- Articulação entre as secretarias municipais, sob a coordenação/ articulação da comissão municipal de direitos humanos CMDH
- Priorizar em Pinheiros - políticas integradas para a criança e adolescente em situação de rua e o trabalho infantil
- Retomar e fortalecer o fórum regional dos direitos da a criança e adolescente de Pinheiros, articulado com os grêmios estudantis/ poligremia e com apoio do FUMCAD, para o funcionamento operacional básico (dotação orçamentária)
- Articulação entre diversas esferas administrativa (governos: federal, estadual, e municipal) através dos conselhos de direitos da criança e adolescente: CONANDA, CONDECA e CMDCA

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Benedita Creusa de Andrade dos Santos
Educação	Marcos Luis dos Santos
Saúde	João Bosco Casarim Arcieri
Conselho Tutelar	Carlina Henrique da Silva Janaina Maria Cabral
Fórum Municipal DCA	
Adolescente	Rogéria de Oliveira Santos

Segundo membros da Comissão Organizadora oficial, outras pessoas também participaram ativamente da organização da conferência, são elas: Cacilda (Creca Pinheiros), Cícera (psicóloga do Programa Presença Social nas Ruas), Fidel (ONG Iniciativa Local), Nina (adolescente Colégio Equipe), Robson (estagiário da subprefeitura), Sonia Saba (CRAS Pinheiros), Terezinha (Centro Juvenil Dom Bosco) e Vítor (adolescente Colégio Equipe).

7 –DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Samantha Sarita dos Reis	Marcelo da Silva Paranhos
Raira Lacroix Rosenkay dos Santos	Jéssica Cristina Prado
Jonilson Luis de Souza	Dana Raissa Rocha Martins
Elisa Souza Araújo	Beatriz Souza dos Santos
Andressa da Silva Cantuário	
Tamis dos Santos Costa	
Ana Carolina Souza	
Vitor Ferreira Quarenta	
Agatha Caroline dos Santos	
Filippe Augusto Gomes	
Bárbara Fernanda Santos	
Camile de Oliveira Ricardo	
Jonilson Luis de Souza	
Jhonatas Luis de Souza	

7.2 - -CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Darcy Barbosa Correa Voss	Eduardo Fidel Collado
Alexandra de Paula	Odonel Ferrari Serrano
Renato Bandeira Pereira	

PIRITUBA

INTRODUÇÃO

As Conferências Lúdica e Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirituba, aconteceram no dia 27 de junho de 2009, a partir das 8:00h, na EMEF Professor Gabriel Prestes, à Rua Carlos da Cunha Mattos, nº134.

Durante o credenciamento as pessoas receberam uma pasta contendo folhas de papel sulfite e caneta esferográfica, mas sem cópia do Regimento Interno ou material sobre os eixos temáticos.

Participaram 26 pessoas na Conferência convencional e 173 crianças e adolescentes, conforme observado nas oficinas.

As Conferências (lúdica e convencional) seguiram uma programação única no que se refere ao credenciamento e café da manhã, solenidade de abertura com a execução do Hino Nacional, composição da mesa, apresentação cultural, leitura e aprovação do regimento interno, distribuição dos participantes nas oficinas, pausa para almoço, retorno às atividades nas oficinas.

As oficinas, tanto das crianças e dos adolescentes quanto dos adultos, ocorreram separadamente em salas de aula, tendo sido interrompidas por volta das 13:15h para o almoço. Após uma hora, os participantes retornaram aos respectivos grupos para finalizarem as atividades e formalizarem as propostas a serem apresentadas na plenária.

Com o término das oficinas, as plenárias para apresentação das propostas das Conferências Lúdica e Convencional ocorrem separadamente, tendo a convencional realizado a plenária na própria sala de aula onde havia ocorrido a oficina, enquanto a lúdica fez a plenária no salão coberto onde havia sido feita a abertura do evento. Os participantes não tiveram nenhuma informação prévia sobre a separação das Conferências para realização das plenárias e, enquanto ocorria a plenária da Conferência convencional, as crianças e os adolescentes aguardavam pelos adultos no salão coberto para realizarem juntos a plenária.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Após o credenciamento e o lanche da manhã, foi realizada uma sessão conjunta de abertura de ambas as Conferências em um salão coberto, iniciando-se por volta das 10:10h e seguindo com uma programação única até o momento em que os participantes se dirigiram às oficinas.

Inicialmente foi feita uma explanação e contextualização das Conferências pela Conselheira Tutelar presente, a qual explicou sobre os objetivos das mesmas por meio da leitura de um documento.

- Composição da mesa

Foram chamados para comporem a mesa, os representantes: da subprefeitura (em nome do subprefeito); da Coordenadoria do CRAS de Pirituba; do CMDCA; da Supervisão de Saúde de Pirituba; da Educação (DRE); da Vara da Infância e da Juventude da Lapa; do Conselho Tutelar; da Diretoria Regional de Educação de Pirituba que integrou a mesa mais tarde por estar no momento de composição da mesma na abertura da Conferência de Perus.

Cada membro da mesa fez uma breve fala em torno da importância da conferência, parabenizando os jovens pela presença naquele dia. Uma representante do Conselho Tutelar cantou a música ‘Semente do Amanhã’.

- Regimento Interno

A leitura na íntegra do Regimento Interno (RI) teve início às 11:00h e foi aprovado sem alteração pelos participantes (maioria de crianças e adolescentes, já que poucos adultos participaram da Conferência), sem ter sido colocado em debate ou em votação. Após a leitura do regimento interno todos os participantes, crianças, adolescentes e adultos, se dividiram nas oficinas para darem início às atividades dos grupos.

- Apresentação Cultural

A solenidade de abertura teve seguimento com duas apresentações culturais: a primeira, da Banda Marcel Trovões, formada por integrantes das fanfarras das escolas da região de Cachoeirinha que, entre outras músicas e coreografias, tocou o Hino Nacional e a segunda, uma apresentação de dança de rua realizada pelas crianças e adolescentes do abrigo Bete Saída, os quais foram aplaudidos com entusiasmo.

O encerramento da Conferência lúdica contou com mais uma apresentação da banda.

2 – OFICINAS

2.1 - LÚDICA

Inicialmente, as crianças e os adolescentes haviam sido divididos em oficinas segundo critério de cor (previamente estabelecida), onde cada cor representava um eixo temático. Com isso, durante o cadastramento uma etiqueta com a cor/eixo foi sendo fixada no crachá dos participantes. No entanto, osicineiros ao chegarem com certo atraso, adotaram outro critério para divisão de crianças e adolescentes, reagrupando-os segundo a idade, de modo que todos os 5 eixos temáticos fossem discutidos em cada uma das oficinas. Esta alteração gerou tumulto na organização e no encaminhamento das crianças e adolescentes para as salas.

As crianças e os adolescentes se dirigiram para as salas de aula destinadas à realização de cada uma das 7 oficinas, cujos grupos variaram entre 16 e 35 participantes, tendo sido o menor grupo composto por participantes com idade entre 12 e 17 anos. Estes eram todos integrantes da Fanfarra que havia se apresentado, uma vez que enquanto as oficinas se desenvolviam, estas crianças e adolescentes ainda estavam se credenciando no salão coberto.

Os grupos formados foram: verde (13 a 15 anos); vermelho (16 a 18 anos); grupo 2 (crianças de várias idades); azul (4 a 14 anos); grupo 'fanfarra' (12 a 17 anos); grupo com parte dos integrantes da Fanfarra e outros participantes (12 a 15 anos).

As oficinas contaram, em geral, com oficinairos da assessoria da metodologia do IBEPEC. No entanto, em uma delas o oficinairo não compareceu e acabou sendo substituído, após, transcorridos 1h e 30 minutos. Em outra, a profissional da saúde que havia integrado a mesa de abertura assumiu a condução das atividades da oficina, pois a oficina estava tendo muita dificuldade em fazê-lo. Houve uma oficina, onde as crianças e adolescentes estavam bastante agitadas e alguns participantes da Conferência convencional (educadores) foram chamados para ajudar a controlá-las e conduzir as atividades, fazendo com que os mesmos interrompessem a participação na oficina dos adultos.

Estes obstáculos acarretaram muita improvisação por parte de quem conduziu as oficinas e impactaram negativamente na participação de várias crianças e adolescentes. Em diversas oficinas, foi feita uma contextualização das conferências realizadas e explicação dos 5 eixos norteadores da atual conferência.

A metodologia, as dinâmicas e as técnicas utilizadas nas oficinas foram variadas e, como mencionado, algumas tiveram que ser de improviso. Podia-se observar oficinas em que as crianças e adolescentes permaneceram dispostas em carteiras enfileiradas, e outras, em que foram organizadas em círculo. Algumas subdividiram os participantes em grupos menores com a finalidade de garantir maior participação de todos. Em uma oficina, a discussão dos subgrupos aconteceu por eixo temático.

Dentre as dinâmicas e técnicas adotadas, foram registradas: dinâmica de apresentação (falar o nome e uma qualidade que se inicia com a letra inicial do nome); utilização da metodologia do bombeiro (em uma folha sulfite desenharam um fogo dentro do qual deveriam ser colocados os problemas); elaboração de cartazes.

Em uma das oficinas, após a discussão os participantes se dividiram em dois grupos, cada qual referente a um tema abordado, que no entender deles contemplaria a todos. Os dois temas selecionados foram saúde e discriminação. Para cada um destes temas, deveriam ser formuladas 5 propostas.

A participação foi bastante distinta nas oficinas, tendo-se observado muitas crianças e adolescentes comportados, umas tímidas e receptivas aos educadores, trabalhando bem quando estimuladas, se envolvendo nas discussões e propondo soluções aos problemas. Em alguns grupos, um ou outro jovem se sobressaía na condução da discussão. Em outros grupos (com participantes de idades bem variadas),

as crianças e adolescentes estavam bastante dispersas, interagindo entre si com atividades e brincadeiras paralelas, alheias à temática do grupo, inquietas (algumas saindo inúmeras vezes da sala, correndo, gritando).

De modo geral, observou-se que as crianças e adolescentes ali presentes não haviam recebido preparo sobre a Conferência e seus eixos temáticos.

Dentre os assuntos abordados nas discussões, foram registrados: violência; desigualdade social; vandalismo; problemas entre amigos (brigas) e com professores; resolução de conflitos; política e meio-ambiente; direitos dos jovens; pedofilia na internet; falta de alfabetização; falta de divulgação do ECA; falta de saneamento básico, energia elétrica, lugar para morar, asfalto, ar puro; falta de professor nas escolas; drogas; falta de hospital e de médicos; insegurança; “falta de trabalho por causa da cor; discriminação”; “esse mundo tá assim por causa da falta de interesse, a comunidade não corre atrás das coisas”; “acho que os professores precisam é de mais capacidade para ouvir a gente e não humilhar”; “professores devem prender a atenção dos alunos”

Os candidatos foram eleitos nas oficinas, em algumas, as crianças e os adolescentes indicados pelos participantes foram aclamados no respectivo grupo.

Após o almoço, alguns participantes voltaram para suas salas para treinar a apresentação das propostas; outros ficaram brincando próximos à quadra, sem atividade programada, apenas sendo observados pelos educadores. Uma das Conselheiras tutelares presentes começou a pintar o rosto das crianças menores que adoraram a brincadeira. Todos esperavam pelos adultos.

2.2 - CONVENCIONAL

Foi realizada uma única oficina para discussão dos cinco eixos temáticos, dado o reduzido número de adultos presentes.

A oficina teve início com a apresentação dos 19 participantes sentados em carteiras dispostas em fila, dizendo o nome e a instituição onde atuavam. Aicineira presente fez um histórico resumido das Conferências já realizadas de forma expositiva e uma breve explicação sobre os 5 eixos temáticos da atual Conferência, tendo sido interrompida diversas vezes por representantes da organização do evento e tendo deixado a sala algumas vezes ao longo das explicações e no decorrer da oficina.

Na sequência, os participantes foram subdivididos em três grupos, a fim de que cada subgrupo discutisse os 5 eixos temáticos. Os grupos, organizados cada qual em círculo, levaram certo tempo para entenderem o que deveria ser feito e tiveram certa dificuldade em enquadrar o que discutiam em um dos 5 eixos temáticos, uma vez que não haviam recebido na pasta material sobre os eixos. Com relação a isso, reclamaram inúmeras vezes.

Após 30 minutos decorridos do início das discussões pelos grupos, aicineira entregou e explicou o instrumental que deveria ser preenchido. Os grupos tiveram dificuldade de entendê-lo e de adequar o que estavam discutindo às questões listadas no mesmo, para o que a icineira deu exemplos e idéias de formulação de frases para preenchê-lo. Alguns participantes contestaram o fato de terem que eleger apenas um dos problemas debatidos como prioritário, conforme havia sido orientado pela icineira.

Ao longo das atividades, dois participantes deixaram a oficina a pedido de algumas pessoas que entraram na sala, solicitando ajuda para controlar a bagunça que disseram estar acontecendo em algumas oficinas lúdicas com crianças e adolescentes.

Com relação à participação, algumas pessoas se destacaram e conduziram as discussões nos grupos, perguntando aos que não se manifestavam se estavam entendendo e se concordavam com o que estava sendo dito. Algumas pessoas, embora caladas, estavam bastante atentas às discussões e outras, bastante dispersas, não se envolveram com as discussões. A participação diminuiu consideravelmente, quando a preocupação deixou de ser a discussão dos problemas da região e passou a ser o preenchimento do instrumental.

Dentre as questões abordadas nas discussões dos grupos, foram registradas:

- discriminação e violações pelas quais passam crianças e adolescentes indígenas
- discussão do ECA nas escolas, o qual deveria fazer parte da grade curricular, bem como da necessidade da Conferência estar prevista no calendário escolar, como forma de se debater o ECA com os alunos da rede escolar da cidade
- falta de vagas na educação infantil
- necessidade de se efetivar a responsabilização dos gestores públicos
- abrigos da região e resistência que os mesmos sofrem por parte da comunidade local
- violência institucional e a exclusão social
- questões referentes à própria Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e à necessidade das pessoas se organizarem para reivindicação de direitos

Às 13:15h houve pausa para o almoço e, ao retornarem por volta das 14:15h, as pessoas continuaram a trabalhar por mais uma hora no instrumental. Com a entrada de um grupo de pessoas na sala, o preenchimento dos instrumentais foi concluído e a icineira pediu para que este grupo, constituído por 7 pessoas dentre conselheiras tutelares e membros da Comissão Organizadora do evento, se apresentasse para os participantes. As 5 conselheiras tutelares deram as boas vindas aos participantes e disseram estar à disposição na Avenida Mutinga, nº 1.435.

Em seguida, foi solicitado que cada grupo escolhesse um relator, a fim de que lesse na frente da sala uma única proposta (alguns grupos leram duas), conforme orientação dada pela icineira que, depois das apresentações, recolheu os instrumentais preenchidos. No momento da apresentação das propostas, a fanfarra começou a tocar e, com isso, o barulho externo dificultou o perfeito entendimento das propostas, as quais foram apresentadas por grupo, sem qualquer menção aos eixos temáticos.

Os participantes foram informados, então, de que deveriam eleger dois delegados e dois suplentes. Antes, porém, aicineira deu uma breve explicação do que significava ser delegado e suplente. Os candidatos foram eleitos em regime de votação por todas as pessoas que estavam naquele momento na sala. Em seguida, a icineira anunciou o encerramento da Conferência convencional (por volta das 16:00h) e pediu que todos se dirigissem para o salão coberto a fim de acompanharem a plenária da Conferência lúdica.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA

A plenária demorou para começar, pois todas as crianças e adolescentes aguardavam os adultos. Neste momento, a banda realizou um ensaio e assim que os participantes foram informados de que os adultos já estavam em plenária separada na sala onde havia ocorrido a oficina convencional, foi encaminhado o início da plenária lúdica.

Foi conduzida pela conselheira tutelar que havia feito a abertura da Conferência, convocando os delegados de cada grupo para subirem conjuntamente ao palco e apresentarem as propostas. Com exceção de um grupo que não conseguiu apresentar qualquer proposta, os demais apresentaram duas propostas cada, sem que houvesse debate das mesmas. No momento da plenária, crianças e adolescentes estavam bastante agitados e inquietos, conversando e rindo paralelamente à apresentação das propostas.

3.2 - CONVENCIONAL

A plenária da Conferência Convencional ocorreu de forma contínua às atividades da oficina, conduzida pela própria icineira e na própria sala de aula, sem que seu início tivesse sido formalmente declarado aos participantes, somente seu encerramento. As propostas apresentadas por cada grupo não foram debatidas pelo conjunto dos participantes e não foram colocadas em votação. Os delegados foram eleitos na oficina/plenária.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Poluição (meio ambiente)
- Obesidade, vontade de comer, vontade de não comer (anorexia), vontade de não existir, ansiedade
- Falta de professores nas escolas
- Falta de alfabetização Amizades (má companhias), falta de informação, falta de emprego, pobreza, discriminação por etnia e religião

- Desrespeito a comunidade: ponto de ônibus quebrados e sujos, pichação, lixo nas ruas, brigas nas escolas
- Viciados
- Pedofilia
- Violência
- Vandalismo e ECA mal divulgados Os jovens precisam conhecer a fundo os seus direitos e deveres
- Brigas entre amigos e amigas. Os professores que desrespeitam os alunos por causa de preconceito e rancor e incompetência
- Energia elétrica, muitos gatos na rede elétrica. Água encanada. Condições precárias de saneamento básico
- Ruas não asfaltadas

4.2 - CONVENCIONAL

Crianças e adolescentes indígenas, quando saem de suas comunidades, acabam indo para as ruas, tendo problemas com alcoolismo, sendo violentados, as meninas sofrem abusos fora da aldeia, abalo psicológico. A comunidade não está preparada para assistir estas crianças e adolescentes; crianças e adolescentes vivem acudados nas aldeias por causa de preconceito; os estudos dentro das aldeias vão até a 7ª série e, por isso, se o jovem se mantém na aldeia, não continua a educação; não tem centro esportivo na aldeia; não tem área verde na aldeia

Falta de atitude política; gestor público não tem punição

Área ocupada; acesso a equipamentos públicos; dificuldade de atuação da sociedade civil, pois fica amarrada a procedimentos burocráticos e ações do poder público; a comunidade não entende o uso coletivo de áreas públicas; preconceito

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Diminuição de indústrias poluentes, das queimadas e proibição parcial da venda de produtos tóxicos
- Cuidar da nutrição, fazer exercícios, ter alimentos mais saudáveis, mais esclarecimentos sobre a nutrição, porque isso é questão de saúde pública. Conversar com amigos e familiares
- Professores melhor treinados para trabalhar com os jovens, com melhor conhecimento da matéria
- Propaganda, palestras, influências, reabilitação, realização de programas sociais, reforço policial (A implantação dessas propostas resultará em menos discriminação, mais alfabetização, melhoria para aqueles que moram próximos das "bocas" com reabilitação)

- É preciso conscientizar os jovens de que todas as suas atitudes têm uma consequência, podendo ser boa ou ruim

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Fazer palestras em fundações e centro de reabilitação
- Todo site de relacionamento deve ter alguma ligação com o ECA e cadastro na polícia para facilitar a identificação dos pedófilos. Os responsáveis (pais etc.) bloquearem o computador quando os filhos forem usar
- Mais iluminação nas vias públicas, segurança nas ruas e monitoramento por câmeras. Apreensão de armas. Punição para torcidas de futebol

- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Divulgação do ECA
- Compreensão mútua com sabedoria e diálogo. Se o aluno não quiser fazer a lição levar para a diretoria. Aumentar punição para time e torcidas que brigam na rua. Não magoar os amigos. Punição como serviços comunitários nas escolas

- Eixo V - Gestão da política

- Legalizar água e luz para não faltar mais. Encanar o esgoto. Entregar na Subprefeitura um abaixo assinado com o objetivo de acabar com esses problemas
- Reivindicar na subprefeitura que usem com mais frequência o projeto tapa buracos (responsável por asfaltar nossas ruas)

5.2 - CONVENCIONAL

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Criar um CRAS dentro da aldeia Guarani, no Jaraguá, como referência para crianças e adolescentes indígenas, com profissionais indígenas para atuarem, por terem maior conhecimento dessa realidade e da cultura.

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Acesso da criança e do adolescente à informação; organismos e órgãos competentes têm que ir até escolas, abrigos etc., passar informações e fazer intervenções sistemáticas (cultura, lazer, saúde); serviço de prevenção às violações que podem ocorrer
- ECA deve ser conteúdo obrigatório no ensino fundamental; escola deve ser o veículo principal para disseminar informação e o ECA.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Garantia efetiva dos direitos; criar campos de diálogo, mudar o comportamento; crianças e adolescentes devem participar do planejamento da Conferência

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Elizabete de Góis Pinto
Educação	Eliana Helena Ludovice Moura de Mello
Saúde	Célia Regina César Rojo
Subprefeitura	Maria Aparecida Morbideli Muza
Conselho Tutelar	Tatiana Ferreira Felix Nobre Conceição Aparecida Rosa

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Benedito Banhabe	Rosangela Araujo Almeida
David Fernandes Martins	Francira de Maria Amorim

SANTANA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana foi realizada no dia 24 de junho de 2009, das 8h às 17h30, na CCA Santa Terezinha, Av. Santa Inês, 2229, com a presença de 257 crianças e adolescentes.

Na Conferência Lúdica, as crianças foram agrupadas por faixa etária para a discussão dos problemas e propostas e eram identificadas pela cor do crachá. Nessa Conferência, os temas discutidos eram subtemas dos eixos estabelecidos pelo CONANDA

No mesmo endereço, no dia 25 de junho de 2009, das 10h às 16h40 foi realizada a Conferência Convencional com a presença de 40 participantes. Havia uma predominância de mulheres sobre os homens. Pouco mais de 65% dos participantes era constituída de mulheres. Eram, na maioria, adultos entre 30 a 40 anos, principalmente pessoas que trabalham em organizações sociais e serviços da área.

Em ambas as Conferências houve a execução do hino nacional, mas não houve apresentações culturais.

Após a composição da mesa, seus participantes discorreram brevemente sobre a importância das Conferências.

Na Conferência Lúdica não foi realizada a conferência das propostas de 2007, mas um conselheiro tutelar explicou que a assessoria de metodologia faria a conferência nas oficinas. No entanto, essa conferência não chegou a ser realizada em nenhuma oficina.

Na Conferência Convencional, logo após a aprovação do Regimento Interno, iniciou-se a leitura das propostas de 2007, por eixo, referentes a Santana, Jaçanã/Tremembé e Vila Maria (conferência anterior englobava essas três regiões). Como a lista era longa e englobava também propostas de outras regiões, um dos participantes sugeriu suspender a leitura dessas propostas em plenária para que elas fossem discutidas em grupo. Aceita a proposta, a leitura foi interrompida, mas elas não foram discutidas na oficina.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

Na abertura do evento, houve uma fala do mestre de cerimônia sobre o significado e a importância da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa: representante do CMDCA; do Conselho Tutelar; do CRAS; da Comissão Regional; Subprefeito de Santana/Tucuruvi/Mandaqui

Em seguida, foi executado o hino nacional e os componentes da mesa fizeram uso da palavra reforçando o discurso da abertura, destacando a importância do evento e incentivando as crianças e adolescentes a aproveitarem aquele momento.

A representante do CRAS enfatizou a necessidade das crianças e adolescentes serem os protagonistas da Conferência e usarem aquele espaço para falar o que quiserem e desejou a todos um bom trabalho.

O subprefeito falou sobre a oportunidade que a Conferência oferecia aos jovens de participar e contribuir, apontando todas as coisas que a cidade necessita para melhorar a vida da população e que esse aprendizado de participação iria acompanhá-los ao longo da vida, quando surgirão novas oportunidades de participar. Incentivou as crianças e jovens a colocar todos os problemas, dizendo que cabe aos que estão no poder ouvir essa voz, porque a criança tem a expressão mais pura, mais direta, fala sem censura tudo o que sente e tudo o que pensa. Manifestou também o desejo de transformar as propostas em realidade.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi lido para todos e apenas uma alteração foi proposta no que diz respeito ao número de delegados e suplentes: para cada 15 crianças seria eleito um delegado e 1 suplente e manter o número de representantes dos adultos: a cada 10 adultos seria eleito um delegado e um suplente. Houve votação e aprovação do Regimento Interno.

2 - OFICINAS

As oficinas foram coordenadas pela Assessoria de Metodologia. As crianças e adolescentes foram divididos em grupos por faixa etária e cada grupo possuía uma cor.

Foram constituídos os seguintes grupos, conforme a faixa etária:

7 a 9 anos – 1 grupo de 34 crianças representadas pela cor vermelha;

10 a 13 anos – 3 grupos, representados pela cor amarela;

13 a 17 anos – 3 grupos representados pela cor azul.

O espaço da instituição era grande e tinha salas no térreo e na parte superior onde ficaram os adolescentes. As crianças menores ficaram em um grupo grande no pátio com duasicineiras e as demais ficaram nas salas de baixo. À medida que chamavam um grupo pela cor, era-lhe indicada a sala para a qual deveria se dirigir, acompanhado doicineiro. Houve salas em que faltouicineiro e improvisaram com outro educador.

No grupo de crianças de 7 a 9 anos, elas ficaram sentadas em uma roda grande sob a orientação de duas oficinas, que sentiram muita dificuldade em conduzir as atividades baseadas na dinâmica do bombeiro. A dinâmica foi de pergunta e resposta. Por exemplo, o oficinairo perguntava: “O que vocês vieram fazer aqui?” Respostas: “Brincar”, “Fazer conferência.” “ E o que é fazer conferência?” “É conferir”. “Qual a dificuldade grande no bairro que vocês querem e não conseguem?” As respostas vinham como torpedo, sobre as mais variadas necessidades. As crianças trabalharam com material pedagógico e desenharam as propostas. A participação das crianças foi grande, mas como estavam ao ar livre, conforme o sol foi esquentando, a situação foi ficando muito difícil.

Nos grupos das crianças maiores e adolescentes, cada grupo (de 10 a 13 e 14 a 17anos) tinha um tema para debater e material para escrever, desenhar e anotar as propostas para serem apresentadas na plenária.

As oficinas não trabalharam segundo os 5 eixos definidos pelo CONANDA, mas, segundo temas.

Em todos os grupos foi utilizada a metodologia do bombeiro. Depois de levantados os “incêndios”, ocorriam as discussões, geralmente com as crianças ou adolescentes sentados em círculo. Alguns adolescentes eram mais inquietos e indisciplinados, tendo ocorrido uma discussão entre dois adolescentes muito agressivos que dominavam a discussão.

Quanto à participação das pessoas dos vários grupos, por vezes a discussão ficou polarizada entre o oficinairo e um ou dois jovens. Uma parte mostrava-se indisciplinada, necessitando da interferência do oficinairo, outra parte não queria contribuir nas discussões, havendo dificuldade de encaminhamento dos trabalhos. Outros se mostravam bastante interessados e politizados, participando ativamente.

Nas oficinas, foram citadas questões relacionadas à violência em geral, drogas, preconceitos contra os deficientes e preconceito racial, contra o homossexualismo, falta de espaço para lazer, falta de infraestrutura nos bairros da periferia, dificuldade de ter moradia de melhor qualidade, roubos que levam à morte. Houve também reclamações contra a abordagem da polícia: “A polícia me prendeu. Fui levado algemado (faz gesto). Eles já me bateram”. “As pessoas da classe alta não vão presas, porque têm dinheiro e pagam”. A merenda escolar também foi alvo de críticas e reclamações: baixa qualidade, falta de sabor, falta de higiene e comida estragada.

3 – PLENÁRIA

No início da plenária foi solicitada a atenção dos participantes para uma exposição de fotos, organizada pelos educadores que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua. O mestre de cerimônia ressaltou que essa foi a forma que os educadores encontraram para que essas crianças e adolescentes fossem representadas.

Na plenária, os grupos subiam ao palco, por faixa etária, para apresentar suas propostas. Alguns apresentaram os resultados da discussão em cartazes, outros, liam as propostas que estavam em folhas

ou no caderno. Um grupo de adolescentes que discutiu o preconceito, trouxe como porta voz, uma adolescente que usava uma bengala porque não tinha uma das pernas, mas se movimentava com muita agilidade tanto para caminhar como para subir ao palco e antes da leitura das propostas, falou da discriminação que as pessoas com deficiência sofrem em todo lugar, principalmente no mercado de trabalho.

Foi aberto espaço para moções e um adolescente leu uma moção de protesto, pelo descaso ao dividir os grupos (de 13 a 18 anos) e organizar as salas. Ficaram mudando de sala e isso demorou aproximadamente uma hora, reduzindo o tempo para as discussões na oficina.

A moção foi lida, votada e aprovada, tendo sido entregue à mestre de cerimônias para conferir o número de assinaturas.

As propostas foram lidas rapidamente, não houve discussões e as crianças estavam dispersas.

Todos os delegados e suplentes foram chamados ao palco e referendados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Meninos não respeitam as meninas
- Praça quebrada, ruas esburacadas
- Falta equipamento de saúde, médico e medicamentos
- Alimentação na Escola
- Violência
- Educação
- Preconceito em geral e contra o adolescente
- Falta de segurança nas ruas e nas escolas

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Oficinas de artes; cinemas e teatros gratuitos ou mais acessíveis
- Mais telecentros, bibliotecas
- Brinquedoteca
- Habitação de qualidade para todos
- Mais ONGs e abrigos
- Educação pública de qualidade
- Mais médicos e hospitais (geração de empregos e qualidade no atendimento)
- Mais lugares para lazer e esportes, como quadras poliesportivas, parque aquático
- Os funcionários da Prefeitura devem experimentar as comidas das escolas e observar o preparo

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Mais palestras nas escolas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, Meio Ambiente,
- Drogas
- Trocar os funcionários que preparam a merenda
- Trocar a mercadoria (os fornecedores para que a alimentação tenha mais qualidade)
- Mais policiais nas ruas para melhorar a segurança em locais públicos

➤ Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Ajuda do Governo e da Família
- Que seja respeitado e valorizado o Estatuto da Criança e do Adolescente na escola;
- Os alunos da escola pública têm que ter mais conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Exigir nossos direitos e pensar antes de votar
 - Fazer abaixo-assinados e cartas para os governantes
 - Conversar diretamente com os Políticos e o subprefeito e manifestar-se por meio dos sites
- Escutar as opiniões dos alunos para que a comida tenha mais tempero e seja mais saborosa
- Os alunos das Escolas Públicas têm que ter mais conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente
 - Ir pessoalmente à Subprefeitura e conversar com os políticos (subprefeito etc.)

➤ Eixo V – Gestão da Política

- O Governo pode dar mais verbas para a Escola, para melhorar o aspecto (hoje parece uma prisão) e a infraestrutura e melhorar a qualidade pedagógica
- Criação de um Espaço Comunitário para que as pessoas possam discutir e levar as propostas aos Órgãos Públicos competentes para que essas propostas possam ser concretizadas.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

O dia começou chuvoso e antes de iniciar a conferência, as pessoas da comissão regional e alguns participantes estavam esperando pela chave do salão, onde se realizaria a conferência, que estava em poder do padre que realizava uma missa.

Perto das 10h, a chave foi liberada e foi iniciado o credenciamento. Muitas pessoas se inscreveram na hora. No total, estavam presentes 26 participantes, a Comissão Regional e os oficinairos da assessoria de metodologia. Mais tarde, após o início dos trabalhos chegaram mais pessoas, completando 40.

- Composição da mesa

A mesa foi composta por 3 pessoas: representantes do CMDCA, uma pessoa da Comissão Regional (representante da Secretaria de Educação) e um representante do CRAS.

Houve uma pequena fala dos três representantes da mesa que discorreram sobre a importância da conferência, após a execução do hino nacional.

- Regimento Interno

Ao se iniciar a leitura do Regimento Interno, foram introduzidas algumas alterações por sugestão de um participante do Fórum Estadual.

No Artigo 1º, que trata da realização da conferência, houve uma alteração, pois a conferência estava prevista para acontecer das 8h00 às 17h00, mas foi deliberado que ela terminasse após o almoço pelo fato de haver poucas pessoas.

No Capítulo II, Artigo 5º, onde se lia: “A eleição de delegados e delegadas da VIII Conferência Regional Convencional obedecerá ao seguinte critério: a cada 10 (dez) participantes das oficinas dos eixos temáticos serão indicados 01 (um delegado) e 01 (um) suplente, os quais serão referendados pela plenária geral”, o representante do CMDCA colocou que como a conferência contava com poucas pessoas presentes, devido à chuva, que fosse considerada a possibilidade de se tirar um número máximo de delegados, para não prejudicar a representação de Santana na Conferência Municipal. Justificou que eram esperadas 300 pessoas (tanto que a alimentação pedida viera nesse número) e que haviam comparecido 26 (até aquele momento). A conferência parou por cerca de 40 minutos para que fosse deliberado o número máximo de delegados possíveis e a legalidade de se mudar um critério estabelecido pela CONANDA. Uma comissão deliberou por vários minutos, chegando a um consenso de 15 delegados, e a redação do artigo ficou alterada para:

“A plenária da VIII Conferência Regional Convencional de ST elegerá até 15 delegados e 15 suplentes, conforme justificativa em anexo” (o anexo não foi lido, ficou estabelecido que as justificativas seriam anexadas posteriormente. Mas até o final da conferência esses anexos não haviam sido redigidos).

O inciso I do Artigo 5º foi inicialmente questionado quanto às cotas para oficinairos e integrantes da Comissão Regional. No entanto, com a ampliação do número de delegados que havia sido deliberada anteriormente, essa questão foi superada e o inciso suprimido.

No Artigo 12, inciso I, “Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade para maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e adolescente, promovendo a articulação

entre Fóruns Distritais, Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, Subprefeituras, CMDCA/SP e Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo”, foi acrescentado depois da palavra Municipais, a palavra Estadual.

O inciso IX do Artigo 12, onde se lia: “Fornecer subsídios para o CMDCA participar da elaboração do PPA, da LDO e LOA”, foi substituído para “Deliberar diretrizes para que o CMDCA, mediante articulação, possa encaminhar na elaboração do PPA, da LDO e da LOA”

No Capítulo V, onde se lia: “Das conclusões da VIII Conferência Convencional dos Direitos da Criança e Adolescente de Santana”, substituiu-se a palavra “conclusões” para “deliberações”.

No Artigo 13 – “A Comissão Regional encaminhará para o CMDCA o Relatório Final com as conclusões da VIII Conferência Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana, a lista de participantes e a ficha dos delegados (as) eleitos (as) até o dia 8 de julho de 2009, conforme Resolução do CMDCA”, a palavra “conclusões” foi substituída pela palavra “deliberações”.

2 - OFICINAS

A oficina foi coordenada pelo IBEPEC.

Inicialmente, o grupo foi subdividido em dois. Verificou-se então que um grupo tinha mais participantes do que o outro e todos resolveram juntar-se novamente, justificando que o número de pessoas era pequeno e que facilitaria a votação na plenária porque não haveria propostas divergentes de dois grupos. Todos concordaram.

Foram feitas duas dinâmicas. A primeira, para a apresentação dos participantes foi a do barbante, onde as pessoas formam uma rede representando a rede de atendimento e proteção às crianças e adolescentes.

A segunda dinâmica foi a da “construção da cidade do sonho”. Foram convocados 10 voluntários que foram divididos em 2 grupos. Um grupo podia falar entre si para construir a cidade e o outro não. O grupo que podia se expressar disse que a cidade de sonho dele tinha escola, posto de saúde, lago, polícia, Isso é, tinha tudo a que crianças e adolescentes tinham direito. O outro grupo que não podia conversar entre si disse que construiu uma cidade que é um parque de diversões para as crianças brincarem livremente.

Após essas dinâmicas, o coordenador colocou os eixos temáticos, dando como exemplo prático o Conselho Tutelar como órgão de enfrentamento das violações dos direitos das crianças e afixou folhas de papel na parede para as propostas e sugestões. Uma pessoa levantou a questão de que os eixos levariam a um tratamento setorial dos problemas e que, portanto, as propostas não deveriam ser levantadas por eixo. O grupo concordou.

O coordenador foi solicitando que os participantes encaminhassem as propostas, as quais eram apresentadas e uma oficineira ia anotando nas folhas na sequência em que eram apresentadas. Não houve muita discussão sobre as propostas. O proponente explicava o porquê da proposta para o grupo e elas simplesmente eram registradas.

Como essa parte do levantamento das propostas levou bastante tempo, a Comissão Regional propôs que após esse levantamento houvesse uma pausa para o almoço e depois seria realizada a plenária. A sugestão foi aceita pelo grupo. Mesmo assim, foram apresentadas no início da plenária mais duas propostas.

Inicialmente a participação maior foi de pessoas de organizações como Fórum Estadual, Conselheiros Tutelares, Comissão Central/Regional que se manifestavam mais e dominavam o grupo. Aos poucos algumas poucas pessoas também passaram a se manifestar, mas por se tratar de um grupo grande ficou mais difícil a participação de todos. Houve reclamação por parte de algumas participantes que se queixaram de que não podiam se pronunciar porque estavam participando pela primeira vez em uma conferência e não estavam por dentro dos assuntos levantados, e que deveria ser distribuído previamente para os participantes o material que iria ser discutido.

Os temas/problemas levantados foram a demora na implantação das políticas públicas: já há leis aprovadas para a implantação de vários mecanismos de promoção dos direitos da crianças e adolescentes, mas ficam no papel, não são implantados.

Outro problema levantado é a desarticulação dos vários conselhos, por exemplo, no dia seguinte haveria a Conferência da Assistência Social e os dois conselhos não se reúnem para discutir os problemas da área em conjunto. Neste ano também acontecerá a Conferência de Saúde. Há ainda uma setorização que não possibilita a elaboração de políticas públicas que abranjam na totalidade os direitos das crianças e adolescentes de forma integral.

Outro tema levantado que gerou polêmica foi a necessidade de os conselheiros tutelares terem formação universitária. Esse tema foi o tema controverso da conferência. A justificativa do proponente é a de que ao se exigir nível universitário, a qualidade do atendimento deva melhorar. A justificativa de não se exigir o nível universitário é que em muitos lugares isso acabaria com os Conselhos Tutelares e também que o diploma de nível universitário não é garantia de qualidade no atendimento.

3 - PLENÁRIA

Antes do início da plenária foram incluídas mais duas propostas:

- Criação de CREAS na Região de Santana para o atendimento de crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual;
- Atendimento à mulher, vítima de violência (ou atendimento a toda a família).

Após a inclusão dessas propostas, houve a votação das mesmas para definir quais seriam aprovadas.

Na plenária, o coordenador começou fazendo o levantamento e encaminhamento das propostas para aprovação e uma pessoa da Comissão Regional ia modificando na tela (data show) a redação final até que todos se sentissem contemplados

Houve novamente uma grande discussão a respeito da exigência ou não do nível universitário para os conselheiros tutelares.

Duas das propostas apresentadas não foram aprovadas: a) Reclassificação dos alunos porque vai contra a LDB e a criação de clínica para atender crianças e adolescentes em drogadição (que foi transformada em outra proposta de criação de política pública).

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Problemas de encaminhamento após atendimento nos serviços
- Falta de política pública mais permanente para o atendimento de drogaditos
- Implantação dos mecanismos já previstos em lei e que não são efetivados
- Formação de conselheiros tutelares e funcionamento dos Conselhos Tutelares
- Falta de material informativo para as pessoas que participam pela primeira vez das conferências
- Garantia de participação dos alunos
- Não há articulação entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social e também entre os Conselhos Setoriais

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Criação de casas de acolhida para famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.
- Criação de CREAS para atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência, conforme proposta do SUAS.
- Criação de política pública estatal, conforme Art. 101, inciso V do ECA, que respeite a singularidade de cada caso no enfrentamento do uso e abuso de substâncias psicoativas, contemplando a demanda reprimida em sua totalidade, com matricialidade na família. (Esta proposta é em substituição à criação de clínica para tratamento de drogaditos)

➤ Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Implantação e implementação do SUAS, compreendendo como política pública do Estado, respeitando o caráter deliberativo no Conselho e garantindo nele a participação do usuário.
- Promover a formação permanente e a composição de uma equipe multidisciplinar, conforme Lei Municipal 11.123 e proposta de CONANDA, para a criação em gestão compartilhada da Escola de

Conselheiros, para os profissionais dos Conselhos Tutelares, garantindo o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos.

- Fornecimento de material informativo das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, com linguagem objetiva e de fácil entendimento, distribuídos com antecedência de 30 dias pelo CMDCA para maior e melhor participação da sociedade.

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Efetivar e garantir a implantação dos grêmios nas unidades escolares pelas respectivas Secretarias de Educação e CMDCA (divulgação do ECA), conforme o Artigo 53, inciso IV.

➤ Eixo V – Gestão da política

- Criação de comitês para elaboração de uma política integral, garantidora da totalidade dos direitos socioeconômicos, fundamentado nas deliberações de todas as Conferências, a ser composto por 10% de seus delegados em cada um dos seus níveis de governo, Municípios, Estados e Nação, composta majoritariamente pela sociedade civil. Com responsabilidade dos Conselhos de Direitos, segmentos e fóruns.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Valeria Delghingaro Estevam Zenilda Barbosa Castelo Branco
Educação	Márcia Inês da Cruz
Saúde	Neuza de Andrade Fernandes
Subprefeitura	Paulo Cahim Agnaldo Mario de Assis
Conselho Tutelar	Bernadete Timóteo Andréia Cristiane Monteiro Urquiza
Fórum Municipal DCA	Thais Dias Ferraz José Thiago Rodrigues da Silva Ângela Baron Talita Gomes Lopes
Adolescente	Victória de Souza Ana Beatriz Romera de Moraes

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Gabriela Marinho Carvalho	Ricardo Cinta Netto Junior
Haonê Thinas S. de Oliveira	Thalita Gabriela Arantes Patti
Wanderson Ruan de Barros Oliveira	Paulina S. da Costa
Victoria de Souza Santos	Paulo Roberto A. dos Santos
Larissa Silva Espírito Santo	Beatriz Valadares Bordeiro
Pedro Henrique S. P. Higuchi	Adriana Moreira
Laura Martins Maximo	Yasmin Pereira Lira
Jessica Beatriz Dias de Souza	Ariel Fernando Jatobá Maia
Rubem Luan C. da Silva	Vinicius Pereira Meira
Karoline dos Santos Henrique	Tainá Francine Felisbino
Henrique Fernandes dos Santos	Alef Tiago Barbosa Rosalino
Lucas Lopes O. dos Santos	Bruna Apriele Assunção de Oliveira
Jessica Novaes Siqueira	Jenifer Andrade Xavier

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Vera Lúcia da Silva	Wesley William de Almeida
José Aécio Oliveira de Almeida	Gilson Alves Previtali
Patrícia Santos da Silva	Zilda Aparecida Araújo Moretta
Rosemeire Amorim dos Santos	
Allan Francisco Carvalho	
Ingrid Letz	
Maria de Lourdes do Carmo Pessoa	
José Thiago Rodrigues da Silva	

MOÇÃO

Foram votadas duas moções de repúdio: uma contra a redução da maioria penal e outra ao CMDCA pela forma de organização das conferências regionais.

Nós delegados da VIII Conferência Regional Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região de Santana/Tucuruvi/Mandaqui, repudiamos com toda a veemência a proposta de Emenda Constitucional em tramitação no Senado, uma vez que em nosso entendimento, sem o cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer proposta de redução da maioria penal é

cruel, injusta e demagógica. Considerando que nossos Prezados (?) hoje não cumprem seu papel na sociedade e estão sob o comando de organizações criminosas.

Tal emenda será a oficialização da entrega de nossos adolescentes aos seus já numerosos exércitos. A sociedade está atenta, onde os senadores que votarem provavelmente serão considerados heróis do terceiro milênio e paladinos da ilegalidade, uma vez que entendemos ser essa mudança inconstitucional por tratar-se de cláusula pétrea, por constar do capítulo constitucional dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Repudiamos o CMDCA e o CONANDA por não se aterem às deliberações do CONANDA, o que trouxe vários prejuízos para a região e com isso desarticulando a sociedade civil com as mudanças de datas das Conferências.

SÃO MATEUS

INTRODUÇÃO

A IV Conferência Lúdica Regional de São Mateus, foi realizada no dia 04 de julho de 2009, das 8h00 às 17h00, no Centro Profissional Agostiniano Dona Chantal, à Rua Dona Chantal, 28 – Vila Bela Vista, com a presença de 292 crianças e adolescentes. O credenciamento e a cerimônia de abertura e plenária, contou com a participação de jovens do CEDESP CPA Padre Bello e CEDESP São Paulo Apóstolo.

No ato do credenciamento os participantes recebiam uma pasta contendo Regimento Interno e Certificado de Participação e escolhiam a oficina de acordo com o tema de seu interesse.

A Conferência Convencional foi realizada no dia 18 de julho de 2009, das 8h00 às 17h00, no CEU São Rafael, à Rua Cinira Polônio, 100, com a participação de 90 adultos. Alguns adolescentes estavam ajudando na organização e no credenciamento e indicavam para as pessoas que chegavam para onde elas deveriam se dirigir.

Após o credenciamento e o lanche, os participantes se dirigiram ao auditório onde se daria a solenidade de abertura com a presença de representantes do poder público e de instituições da sociedade civil, as apresentações culturais e a plenária final para deliberação das propostas elaboradas nas oficinas.

Não houve, nas duas conferências, o ato de conferir as propostas de 2007.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

A Conferência teve como mestres de cerimônia, dois jovens do CEDESP, um do São Paulo Apóstolo e outro do CPA Padre Bello, que conduziram todo o evento.

- Composição da Mesa

Foram convidados a participar da mesa: presidente do Forum DCA de São Mateus, representantes do CMDCA, da Coordenadoria de Esportes, da Diretoria Regional de Educação, Vereadora representando a Comissão da Criança e Adolescente da CMSP, representante do Subprefeito, representantes do CRAS, dos Adolescentes, da Supervisão de Saúde, do Conselho Tutelar, Pastoral do Menor da Região Episcopal Belém, representantes da Obra Agostiniana Dona Chantal e da Comissão Central da Conferência DCA.

Após a execução do Hino Nacional, pela Banda da CEI Pingo de Alegria, o presidente do Forum DCA fez o pronunciamento de abertura. Dirigiu um agradecimento a todos, principalmente às crianças e adolescentes, lembrando que as conferências surgiram a partir da criação do ECA, que está completando 19 anos no dia 13 de julho.

Os demais componentes da mesa fizeram uso da palavra, agradecendo e parabenizando a organização desta Conferência, desejando um bom trabalho e estimulando os jovens a aproveitarem o momento para dizer o que pensam e conferir se seus direitos estão sendo respeitados.

- Regimento Interno

Antes da leitura do Regimento Interno, houve uma breve explicação dos procedimentos de destaque. O regimento foi aprovado sem destaques. Em seguida, osicineiros que conduziram as oficinas da tarde, foram apresentados.

- Apresentações Culturais

Um grupo de crianças do CEC - Maria Cursi, fez as apresentações culturais.

2 - OFICINAS

As oficinas foram realizadas por temas contidos nos eixos. As crianças e adolescentes foram organizadas em grupos por faixa etária e por cor. Cada cor representava um tema a ser discutido e alguns desses temas se desdobraram em 2 ou 3 oficinas em função do grande número de participantes. Realizaram-se 10 oficinas de aproximadamente 30 crianças e adolescentes, para discussão dos seguintes temas:

- Profissionalização
- Educação, verde e meio ambiente
- Convivência familiar e comunitária
- Medidas socioeducativas e violência
- Cultura, lazer, saúde e sexualidade

Alguns temas como profissionalização; cultura, lazer, saúde e sexualidade ; medidas socioeducativas e violência, foram os mais concorridos entre os jovens participantes e tiveram que ser desdobradas.

As oficinas contaram com a participação de jovens do Centro para Juventude e Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo Padre Bello.

Os participantes foram distribuídos em dez salas, nas quais osicineiros utilizaram palavras próximas à realidade das crianças e adolescentes para traduzir os temas e permitiram que os participantes escolhessem a dinâmica do “bombeiro” ou uma discussão direta do tema do grupo todo ou em subgrupos. Nesse caso, havia uma pergunta estratégica para dar início à discussão do tema e facilitar o levantamento dos problemas da região. Em alguns grupos, as crianças citavam os problemas

e propostas e osicineiros redigiam. Depois liam para que as crianças pudessem avaliar se correspondiam ao que haviam proposto.

Em uma das oficinas que discutiram Profissionalização, com a participação de adolescentes de 12 a 15 anos, a falta de oportunidade de trabalho, de cursos profissionalizantes e de orientação familiar, foram os principais problemas apontados.

Na oficina que discutiu Convivência Familiar e Comunitária, a violência foi um dos temas levantados, além dos problemas nas escolas como falta de material, má qualidade da merenda e muitas aulas vagas por falta de professores. Propuseam divulgar e ampliar a escola da família e voluntários que sejam da comunidade para gerenciar.

Na oficina de Educação, Verde e Meio Ambiente, foram levantados como pontos principais, a falta de coleta seletiva e de educação ambiental (que poderia ser abordada em disciplinas já existentes); a má qualidade das apostilas, dos professores e dos uniformes: “a escola não é de graça é a gente que paga”. Muitos foram os problemas levantados, alguns com soluções locais e imediatas, como palestras sobre meio ambiente e reciclagem e outros mais complexos, exigindo intervenção do governo.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi iniciada com apresentações de dança das crianças da comunidade. Na sequência, cada grupo das oficinas subiu ao palco para fazer a leitura das propostas que eram digitadas para, ao final, serem projetadas no telão e submetidas à aprovação da plenária. Após o termino da apresentação dos trabalhos das oficinas, uma pessoa da comissão organizadora, leu as propostas projetadas e a cada uma delas pedia para os participantes votarem levantando seus crachás. Com exceção de três propostas, as demais foram aceitas na sua redação original.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Segurança
- Esporte, cultura e lazer
- Saúde e sexualidade
- Educação
- Saúde e meio-ambiente
- Convivência Familiar e comunitária
- Violência e medidas socioeducativas
- Profissionalização

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Melhorar a segurança em cada bairro, oferecendo mais lazer, construção de centros esportivos, e colocando policiamento.
- Melhorar a qualidade dos uniformes deixando-os mais confortáveis e bonitos; cada escola com seu símbolo
- Rever as apostilas e eliminar os erros e os materiais desnecessários.
- Colocar coleta seletiva nas escolas e em outros lugares nos bairros.
- Realizar mais feiras de ciências nas escolas que falem sobre o meio ambiente
- Fazer com que as escolas ensinem reciclagem aos alunos e façam com que eles participem.
- Implantar um sistema de controle nos postos de saúde desde a gestação até a adolescência, com cuidados na alimentação, saúde bucal e prevenção.
- Construir hospitais em lugares onde ainda não existem e aumentar o número de AMAs
- Oferecer à comunidade bibliotecas, computadores, oficinas de arte, cultura e esportes.
- Melhorar a qualidade da alimentação e aumentar o número de funcionários para higiene e limpeza da escola.
- Construir mais espaços culturais para que as pessoas tenham acesso à cultura
- Construir centro de capacitação e ampliação das ONGS Profissionalizantes.
- Construir mais áreas de lazer gratuito para contribuir com a educação e o desenvolvimento e reabrir áreas inutilizadas para utilização em finais de semana
- Adotar medidas de combate ao preconceito de raça, gênero e opção sexual
- Garantir mais professores melhor qualificados na rede pública, com redução do número de alunos por sala de aula e aulas mais dinâmicas.
- Ampliar a rede de atendimento voltado à profissionalização com centros de capacitação mais próximos à realidade de todos
- Criar mais faculdades públicas para que os adolescentes possam construir seu futuro
- Criar ensino médio técnico nas escolas, em período integral, com vale transporte para os alunos, havendo ações afirmativas que priorizem o acesso cultural e profissional da população local

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Reduzir a violência nas ruas à noite, assegurando bases de apoio e mais segurança.
- Criar serviços de atendimento para mulheres que sofreram abusos sexuais
- Capacitar pessoas para reflexões sobre o ECA

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Falar mais sobre meio ambiente na escola e realizar palestras de alunos para a comunidade.

- Construir centros comunitários onde seja possível expor idéias e ter palestras sobre sexualidade, cultura e outros temas

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Reduzir a poluição fazendo com que as empresas contribuam e paguem multa conforme a poluição que produzam.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Inicialmente, o mestre de cerimônias, educador Adriano Rodrigues do Nascimento, fez o discurso de abertura e chamou os integrantes da mesa.

- Composição da mesa

Foram convidados a participar da mesa: o representante da Subprefeitura de São Mateus; o Coordenador do Fórum Regional; representantes do CMDCA; da Diretoria Regional de Educação e Coordenadora do CEU São Rafael; do CRAS; da Supervisão de Saúde; do Coordenador da Supervisão de Cultura; do Conselho Tutelar; dos Educadores e dos delegados Adolescentes.

Após a composição da mesa, foi executado o Hino Nacional.

O representante do Fórum Regional fez uma palestra sobre os DCAs e sobre a Conferência. Resgatou um pouco da história da luta pela garantia dos direitos, mas disse que infelizmente depois de 19 anos do ECA, observa-se ainda crianças e adolescentes nas ruas e a drogadição afeta a meninada. Os demais componentes da mesa falaram sobre a trajetória do ECA e da luta pelos DCAs, da importância da Conferência, desejando bom trabalho.

O representante dos adolescentes leu um poema escrito por ele próprio sobre as dificuldades e conquistas dos direitos da criança e adolescente.

- Regimento Interno

Na leitura do Regimento Interno foram feitos alguns destaques : no artigo 2º da capítulo I, acrescentou-se a palavra Regional após a palavra Conferência; o item b, do Capítulo III, passou a ter a seguinte redação “Poderão ser candidatos a delegados todas as pessoas maiores de 18 anos que efetuarem o credenciamento;” Foi acrescentado no Capítulo IV, o item f, “um representante da SMS”.

- Apresentações Culturais

Apresentação de capoeira por um grupo do CCA Jardim São Francisco/Santo André, composto por crianças e adolescentes.

Após, a apresentação do número de capoeira, foi feita uma exposição do tema da conferência e dos cinco eixos por um representante do Fórum Regional, com o auxílio de data show.

O CONANDA propõe uma reflexão com a sociedade e com o governo sobre a promoção e ampliação da participação, controle social e apoio institucional para a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes.

O desafio é “elaborar propostas de diretrizes da política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente que deverão, posteriormente, balizar a elaboração de um plano decenal da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, disse ele. Afirmou que é preciso formular propostas que possam ser aproveitadas como diretrizes, não bastando dizer o que deve ser feito, mas como deve ser feito. Diretriz é “norma de procedimento, linha reguladora de um caminho, ou uma estrada, de um plano, de um negócio, um procedimento ou de uma política pública”.

“A formulação de uma política nacional é importante para consolidar a perspectiva da integralidade. Trata-se de avançar na perspectiva de uma política pública estatal em um horizonte decenal, somando-se as várias iniciativas para a elaboração de uma política mais integral”.

Na sequência, os oficinairos foram chamados e indicados para conduzir os trabalhos de grupo de acordo com o eixo temático. Todos foram orientados a tirar 3 propostas de cada eixo e, no máximo, 6 por oficina.

A Comissão Regional sugeriu que as propostas contemplassem os seguintes prazos: curto prazo (2 anos), médio prazo (5 anos) e longo prazo (10 anos).

Não houve a conferência das propostas de 2007. O representante do Fórum Regional salientou em sua exposição que seria muito importante que houvesse essa prestação de contas e propôs que a próxima conferência se iniciasse com a prestação de contas das propostas elaboradas na conferência anterior.

2 - OFICINAS

Após o almoço, as pessoas se dirigiram às 5 salas das oficinas, que foram distribuídas por eixo. No grupo do eixo IV ficaram dois oficinairos na sala, mas trabalhando em dois subgrupo, dado o grande número de inscritos para esse tema.

Alguns grupos iniciaram com a leitura das propostas das oficinas lúdicas do dia anterior para conhecer a opinião das crianças e adolescentes sobre os respectivos eixos a serem discutidos e também para estimular a discussão. Como o número de participantes por oficina não era muito grande, a maioria

escolheu permanecer em um único grupo. Em cada sala havia adolescentes ajudando a relatar a oficina.

Na oficina do eixo I, aicineira incentivou as pessoas a falarem, mas como ninguém se manifestava, resolveu começar tirando os delegados. Nesse grupo havia 11 pessoas e, portanto, deveria ser tirado um delegado e um suplente. Depois de algumas informações sobre o que o delegado deveria fazer, uma pessoa se candidatou a suplente e indicou uma colega para ser delegada. A icineira leu as propostas tiradas na oficina lúdica em relação àquele eixo para estimular a discussão. Dessa leitura retiraram três temas: educação, lazer e saúde. As pessoas iam levantando os problemas para pensar nas propostas: falta de ensino profissionalizante que deveria ser introduzido no ensino médio; falta de qualificação dos professores, não no conteúdo, mas na didática, no relacionamento: “A idéia é o aluno ter vontade de estudar e o professor, vontade de ensinar.” Nesse ponto, houve uma discussão entre pais e educadores presentes: “Antigamente havia reprovação, hoje não” (educador). “Mas antes existiam mais jovens fora da escola, hoje, praticamente todos frequentam as aulas” (pai). “Mas o que vale mais a pena? Ter estes alunos na escola sem que eles aprendam nada? (educador). “Mas a repetência jogava só para o jovem a responsabilidade de não ter aprendido. E a responsabilidade do educador?” (pai). O atendimento das EMEIs em tempo integral foi outra reivindicação do grupo.

Questões preocupantes de meio ambiente: para onde encaminhar os materiais recicláveis, como garrafas Pet. Se o governo fizer coleta seletiva, ele deveria se responsabilizar e reduzir os impostos para quem mudasse para garrafas de vidro.

Quanto ao esporte e lazer, disseram que o CDM virou briga política e a comunidade não tem acesso. Eles estão querendo cobrar. O CDM não tem recurso (as entidades é que são responsáveis). Deveria haver mudança no estatuto para ter maior participação do Estado. Deveria ser fixado um determinado percentual do PIB para as políticas sociais.

Na oficina do eixo II os participantes questionaram o fato de não tomarem conhecimento das propostas levantadas na Conferência de 2007, do que foi ou não efetivado e as razões da não efetivação. Na discussão, um dos problemas levantados foi a falta de divulgação do ECA. Um jovem que participava como convidado observou: “Nenhum jovem conhece os seus direitos. Não divulgar o ECA já é uma violação dos direitos do jovem”.

“Falta muita informação para o jovem, para o educador, para o gestor, para a família...”. “Os educadores não estão qualificados para lidar com os jovens” “Tem educador que nem é a favor do ECA!” “O dever da família é educar o filho e não o Estado”, mas é exatamente o inverso que ocorre. “As famílias transferem toda a educação da criança e adolescente para a escola e para os projetos sociais.” “É necessário um atendimento às famílias. Criar cursos para os familiares conhecerem os direitos dos filhos e para capacitação dos educadores”.

Uma assistente social que trabalha na região abordou outro tema: “Falta suporte para mães que têm filhos drogados. Não basta a formação de bons profissionais, o Estado tem que dar suporte para haver

um atendimento adequado”. “O Conselho Tutelar também não dá um suporte necessário”. “Todos estes projetos e ações são muito válidos, mas as famílias acabam transferindo a responsabilidade da educação para esses órgãos”.

Na oficina do eixo III, a oficina leu as propostas da Conferência Lúdica, realizada no dia anterior e perguntou aos integrantes do grupo se preferiam seguir as propostas dos jovens ou levantar novos problemas. Todos preferiram aprofundar mais nos problemas.

Um dos problemas levantados foi o aumento do número de Conselhos Tutelares na região e também uma discussão sobre o seu funcionamento. A preocupação em como divulgar o ECA, também foi colocada nesta oficina. Outro participante disse: “Desde 1999 defendemos o ensino do ECA na grade curricular, mas muitos educadores não querem a divulgação do ECA. A mesma coisa com os grêmios estudantis. Eles não têm interesse em sua criação. Preferem jovens robotizados”. Alguns dizem que “o ECA tem que ser socializado, fazer parte do kit escolar”. Outro participante diz que existe muita dificuldade em se conseguir o ECA para distribuir para os jovens. Até mesmo na Conferência Lúdica houve essa dificuldade.

“Existe uma omissão institucional, omissão dos promotores, dos juízes, prefeitos e conselheiros tutelares em relação aos direitos dos jovens. Temos que arrumar ferramentas para punir a omissão dos responsáveis pela aplicação do ECA. Cabe à comunidade fiscalizar os atores que se omitem, afinal eles são os que menos devem se omitir”. “Como é possível resolver o problema da efetivação das políticas públicas básicas? Como melhorar a gestão pública, se somente 1% do orçamento é destinado à criança e ao adolescente?” Estas foram algumas das manifestações dos participantes.

Na oficina do Eixo IV, a oficina leu e escreveu na lousa as propostas tiradas na conferência lúdica em relação a esse eixo. O grupo foi dividido em dois subgrupos e as propostas foram votadas no grupo maior, decidindo-se quais seriam apresentadas na plenária.

Os temas levantados pelos dois subgrupos foram a necessidade de mais espaços de discussão e de maneira mais constante sobre os DCAs, necessidade de conscientizar, a todo momento, as crianças e adolescentes sobre seus direitos e deveres, entre outras coisas, conforme algumas das manifestações: “Faltam espaços de discussão. Lá no CCA nós fazemos essas discussões sempre, no Bom Parto também. É a nossa prática diária dentro desses serviços que vão fortalecer. Temos que ter estas discussões de modo constante.” “Teve um adolescente que virou delegado na Conferência passada e começou a se engajar, um dia ele esqueceu a carteirinha e a diretora não quis deixar ele entrar na escola. Ele mostrou o ECA para ela e disse que tinha direito de ter aula. A diretora ligou lá no CCA e deu uma bronca, perguntando o que estávamos fazendo com o jovem. Claro que não incentivamos a rebeldia, mas mostra que o jovem se apropriou do ECA.” “É a vivência que gera a prática, e isto está para além da teorização. É ele compreender o texto e compreender que aquilo tem a ver com ele.” “Grêmios, eu acho que é muita responsabilidade para eles; eles não têm maturidade”. “E quando você acha que eles vão ter responsabilidade? É assim que se estimula a responsabilidade.” “Temos que

confiar mais nos adolescentes. Se acontece alguma coisa na escola, por exemplo, se some um livro, já acham que foi o aluno. Temos que confiar mais neles.”

Após, a discussão e levantamento das propostas, foram escolhidos os delegados e aclamados pelos participantes do grupo.

Na oficina do eixo V, oicineiro leu a maioria das propostas dos 5 eixos tiradas na Conferência Lúdica e então, abriu a discussão. Quase ao final da oficina, uma pessoa redigiu as propostas na cartolina, com a ajuda dos outros participantes, para apresentação na plenária.

Alguns temas/problemas foram levantados nas discussões e manifestações dos participantes: “Temos que criar políticas públicas voltadas para o esporte, teatro, dança etc. Políticas no sentido da promoção, porque as crianças teriam mais opção fora da escola na questão da valorização humana”. “O CEDECA fazia um trabalho de promoção/prevenção muito bom na região de São Mateus, porém, o governo cortou e não colocou outro serviço no lugar.” “Veio o NPPE que não é de promoção, mas já trabalha com jovens infratores”.

“Estamos falando de equipamentos, mas como se dá a relação da sociedade com estes equipamentos? E até que ponto estes equipamentos se apropriaram do ECA? Enquanto não houver esse olhar para dentro, de olhar a forma de gerir, nós vamos continuar falidos, e é uma falência institucional e humana.” “Até para exemplificar o que você diz. Tem muita gente que trabalha nesses equipamentos e não entende o que é o ECA, e demonstram diversos preconceitos. O educador tem que entender que ele não é apenas educador dentro do equipamento, ele tem que atuar também na sociedade, discutir políticas públicas, influenciar.” “Acho que, de repente, não precisamos mais criar equipamentos, mas fazê-los funcionar, precisamos pensar nisso em termos de gestão”.

Era significativa a presença de educadores nos grupos. Houve muita participação nas oficinas mas não houve polêmicas. Em algumas, havia participantes que monopolizavam as falas.

3 - PLENÁRIA

A plenária foi bastante esvaziada. Uma das delegadas disse estar desapontada porque as pessoas nem ao menos ficavam até o final da conferência colocando em questão o compromisso delas.

Os grupos foram apresentando suas propostas, através de cartazes. Um dos grupos apresentou suas propostas em datashow. Ao final de cada apresentação, o mestre de cerimônias perguntava se todos concordavam e caso houvesse alguma alteração, a proposta era reformulada na hora.

Houve muita discussão sobre a localização e prioridade dos novos Conselhos Tutelares a serem criados na região (Iguatemi, S. Rafael ou S. Mateus), pois as oficinas fizeram as propostas num horizonte de curto, médio e longo prazo. Não houve divergências quanto às propostas levantadas.

Ao final da plenária foram apresentadas 3 moções de repúdio: “Contra a redução da maioria penal”; “Contra o toque de recolhe”; “Contra o posicionamento do STJ de não punir os adultos que mantiveram relações com menores, usando o argumento de que não foram eles que as iniciaram na vida sexual”.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Lazer
- Educação
- Saúde
- Recursos
- Conselho Tutelar
- Divulgação do ECA
- Divulgação do ECA
- Eleição CMDCA
- Conferências dos DCAs
- Verba pública
- Participação de crianças e adolescentes
- Verba pública
- Garantia de participação
- Ampliação e qualificação da rede de promoção e proteção aos direitos
- Intensificação da divulgação e reflexão sobre o ECA
- Articulação entre as políticas, programas, projetos, Secretarias e órgãos para a garantia dos direitos

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em m contexto de desigualdades
- Construir mais CDMs, assegurar a revitalização, manutenção e fiscalização dos CDMs
- Melhorar a qualidade do ensino, diminuindo o número de alunos por professor e consequentemente aumentando o número de escolas porque precisaria de mais vagas.
- Aumentar o número de professores concursados
- Voltar o ensino médio profissionalizante
- Aumentar o número de hospitais infantis na região
- Vincular o orçamento destinado às políticas sociais, a um percentual do PIB

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

- Criar um Conselho Tutelar para a região do Parque S. Rafael e outro para o distrito de Iguatemi, a curto prazo, e novo CT em São Mateus
- Criar um grupo de apoio específico para divulgação do ECA e dos direitos humanos
- Implantar o CREAS na região de São Mateus e ampliar os serviços da rede (creches, EMEIs, CCAs etc.)

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Divulgar o ECA nas entidades, através de oficinas para formação dos educadores e distribuir o ECA nas escolas
- Introduzir o ECA como matéria específica nas escolas, inclusive para pais e responsáveis.
- Descentralizar a eleição do CMDCA para as subprefeituras da cidade de São Paulo
- Realizar Conferências só para conferir em um ano e no ano seguinte ter um novo encontro para o lançamento de propostas.
- Adotar medidas de garantia dos direitos básicos através de prevenções que seriam apresentados nas escolas e mesmo dentro das entidades
- Ampliar a verba pública para crianças e adolescentes que deixaria de ser de apenas 1%.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Garantir a participação democrática de jovens e crianças em espaços de decisão nas unidades de atendimento socioassistencial, saúde e educação
- Garantir que os jovens ocupem espaços de participação nos fóruns de garantia de direitos.
- A médio prazo, garantir a participação efetiva dos jovens nos conselhos gestores (Educação, Saúde, Segurança etc.)
- Garantir a dotação orçamentária do FUMCAD para a promoção de encontros e oficinas que estimulem o protagonismo de crianças, jovens e adolescentes.
- Realizar audiências públicas para ouvir crianças e adolescentes mobilizados pelo CMDCA.

➤ Eixo V – Gestão da política

- Retomar os serviços que foram extintos na região até que haja substituição específica (CEDECA ou equivalente, Projeto com crianças em situação de rua, convênios para cultura e esporte)
- Pautar a discussão e a capacitação da "gestão de serviços e equipamentos públicos", a partir das diretrizes e princípios do ECA.
- Implementar a lei federal que determina o ECA na grade do ensino fundamental e médio.
- Realizar conferências anualmente.
- Criar órgão articulador de políticas, programas e projetos de garantia dos direitos nos níveis estadual, municipal e regional, a exemplo da Subsecretaria Nacional de Direitos Humanos
- Oficializar a rede de atores do sistema de garantia dos direitos.

- Fortalecer o CMDCA, Conselhos Tutelares e da Comissão da Criança e Adolescente da Câmara Municipal
- Implementar o Sistema Integrado de Atenção à Criança e Adolescente, com diagnóstico vivo e dados do Orçamento Municipal.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Kelly Rodrigues Melatti
Educação	Gean Carlos Silva dos Santos
Saúde	Elisabete Nunes Pereira
Conselho Tutelar	Edna Gonçalves da Silva
	Eugídio Alves Cabral
Fórum Municipal DCA	Danielle Bendazolli
	Rosemeire Santana Modesto
	José Maria de Sousa Bernardino
	Célia de França Bandeira
Adolescente	Gilvan Diego Castagno Vieira
	Filipe Silva Albino

7 – LISTA DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Stefany de Souza	Camila Fernandes
Sande Luiza da Silva Souza	Mayara da Silva
José Edson Cardoso da Silva	Tizuko Thamiris Reis de Jesus
Joyce Jaqueline da Silva Luís	Alexandro Pereira dos Santos
Letícia de Souza Jorge	Tamiris Amanda da Silva
Leliane Cardoso Silva	Caroline Cristina Ramos Moreira
Victo Hugo	Leandro Ribeiro
Daniel Vieira Batista	Kelvin Guilhermino de Oliveira
Daniel Pinheiro da Silva	Weverton da Silva Assunção
Hellen Tainá Ferreira Meira	Kelvin Rodrigues dos Santos
Letícia Burgatti Maringolli Neto	Gabriele da Silva Dutra
Taynan Modesto Rodrigues da Silva	
Mayara Cristina Rodrigues Santos	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Rosemeire Santana Modesto	Ângela Rodrigues dos Santos Gomes
Daniel Frandula	Fábio Rodrigues de Jesus
Alex Levi Casemiro	Nilza Aparecida Rocha
Ikerly Pereira Lima	Lizete Caetano da Silva
Andréia Priscila de S. Veríssimo	Moisés da Silva Rocche
Sílvia da Silva Dias	Carlos B. da Silva
Danilo Scalabrini	Wilson Pordeus Dedis
Juliana Koakutu	Flávia Paes do Amaral
Ivanile Braz	Adriano Rodrigues do Nascimento
Flariston Francisco da Silva	José de Souza Silva

SÃO MIGUEL PAULISTA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica de São Miguel Paulista foi realizada no dia 24 de Junho de 2009, das 10:30 às 16:30h , na ACAS à Rua Craval, 150. A Convencional foi realizada no dia seguinte, 25 de junho de 2009, das 8:00 às 16:00h , no anfiteatro da Subprefeitura à rua D. Ana Flora Pinheiro de Souza, 76. As conferências tiveram um total de 459 participantes, sendo 350 na lúdica e 109 na convencional. Segundo os organizadores havia a previsão de número maior de crianças e adolescentes, mas os ônibus que estavam contratados não apareceram e, sem transporte, muitos não puderam comparecer. A respeito desse episódio foi feita e aprovada na plenária da conferência lúdica uma moção de repúdio “contra o descaso com que foram tratadas as crianças e adolescentes que se inscreveram para participar da Conferência Regional Lúdica dos DCA de São Miguel Paulista”. Cópia dessa moção foi incluída na pasta dos participantes da convencional. Segundo informação da Comissão Organizadora havia a intenção de também incluir nessas pastas cópia dos Anais da Conferência de 2007 para realizar o ato de conferir, mas não foi possível porque o CMDCA não providenciou esse material.

Após o credenciamento os conferencistas tiveram o lanche da manhã e em seguida dirigiram-se aos locais onde seriam realizadas a abertura, a apresentação lúdica e a plenária final de cada uma das conferências.

A assessoria de sistematização acompanhou e registrou todas as etapas das duas conferências, com ênfase nas atividades das oficinas nas quais foram discutidos os desafios, os problemas e as propostas a serem apresentadas na plenária.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

Na abertura oficial da conferência de São Miguel foram chamados para compor a mesa: o representante do subprefeito; da Secretaria Municipal de Saúde; de SMADS; do CMDCA; do Conselho Tutelar; do CCA; da CGM e das crianças e adolescentes.

- Regimento interno

Realizada a leitura do regimento interno, um destaque foi apresentado no Capítulo I, Artigo 2º: o horário previsto “das 8:00 às 16:00h” foi alterado para “das 10:30 às 16:30h”. Essa mudança foi necessária devido aos problemas com os ônibus contratados para o transporte das crianças e adolescentes. Sem outras alterações, o regimento interno foi aprovado por aclamação.

- Apresentação cultural

Apresentação do coral de crianças e adolescentes do Projeto Guri. Apresentação do grupo teatral do CCA Senhora de Fátima e do Núcleo Socioeducativo Padre Tição.

2 – OFICINAS

As oficinas foram organizadas de acordo com a faixa etária. As crianças e adolescentes até 13 anos formaram cinco grupos e foram levados a salas de aula. Os adolescentes acima dessa idade formaram outros cinco grupos que ocuparam o salão onde seria realizada a plenária. Cada oficina contou com doisicineiros da consultoria de metodologia.

Os temas a serem discutidos foram selecionados pela comissão organizadora e colados na porta de cada sala e no salão. Todos são relacionados aos eixos temáticos e entre eles destacam-se: cidadania e saúde; segurança e solidariedade; educação e ética; cultura, esportes e lazer.

Em todas as oficinas as atividades iniciaram com a apresentação dos participantes. Dispostos em roda, cada um devia perguntar ao colega ao lado seu nome, escola onde estuda e o que mais gosta de fazer. Quando terminaram, cada um devia apresentar o colega para toda a sala. Em algumas oficinas foi utilizado outro recurso para a apresentação: uma corda foi jogada e quem pegasse se apresentava e em seguida jogava a corda e assim sucessivamente até o fim.

Em seguida osicineiros falaram sobre os objetivos de estarem ali reunidos e passaram a explicar a dinâmica do bombeiro que iria orientar o trabalho nas oficinas. Foi explicado que os “incêndios” são os problemas ou dificuldades que prejudicam a vida das crianças e adolescentes na região. Eles (participantes) seriam os “bombeiros” que teriam de discutir e propor como eliminar os “incêndios”.

Em algumas oficinas foi distribuído um formulário a ser preenchido no final da discussão, apontando os problemas, os motivos que contribuem para gerar esses problemas, quem deve colaborar para a solução e as ações necessárias para “apagar o incêndio”. Outras oficinas receberam cartolinas, giz de cera, tinta e lápis de cor para que as crianças pudessem desenhar e/ou escrever a respeito dos assuntos debatidos. Os cartazes produzidos nas oficinas seriam apresentados na plenária.

As oficinas que trabalharam com o tema educação e ética apontaram os aspectos que eles consideram mais negativos no funcionamento das escolas da região tais como: faltas dos professores; aulas poucos motivadoras; brigas entre os alunos; prédios estragados e instalações quebradas; a baixa qualidade do lanche; excesso de alunos nas salas de aula. Outros assuntos discutidos foram: a violência e o tráfico de drogas; uso de drogas dentro e fora das escolas; a falta de polícia nas ruas, a falta de consciência das pessoas; corrupção de menores; exploração do trabalho infantil.

Sobre o tema cultura, esporte e lazer foram levantados como principais problemas: a falta de espaços para praticar a dança Hip Hop; falta de biblioteca, de quadras e de parques; as praças que existem são feias e não têm iluminação.

Algumas oficinas discutiram temas relacionados à saúde e apontaram como principais problemas a falta de programas para os dependentes químicos e de atendimento terapêutico para os jovens em conflito com a lei e suas famílias.

3 – PLENÁRIA

Para a apresentação da síntese dos problemas/desafios e das propostas levantadas nas oficinas, os grupos foram chamados de acordo com os temas. Alguns apresentaram seus cartazes e outros leram as conclusões a que chegaram.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de educação das pessoas
- Muitos alunos por sala de aula
- Escolas quebradas
- Poder gritar quando o professor “xinga” o aluno
- Falta polícia na rua
- Drogas nas ruas e nas escolas
- Muita briga entre os colegas na escola
- Lanche melhor
- Praça feia, sem luz
- Tirar documento de graça
- Professores chatos

5 - PROPOSTAS

- Eixo I – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Combater a violência com mais segurança e policiamento nas ruas.
 - Garantir acompanhamento terapêutico para adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.
 - Criar programas de combate à corrupção de menores, à pedofilia e à violência doméstica.
 - Criar mais entidades de atendimento e tratamento de dependentes químicos.
 - Acabar com propaganda enganosa na mídia, referente à saúde, educação e lazer
 - Implantar nas escolas, programas de prevenção ao consumo de drogas
 - Ampliar denúncias contra abusos de crianças e adolescentes
- Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Fazer com que as leis sejam cumpridas

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Poder discutir os problemas do bairro com o governo

➤ Eixo V – Gestão da política

- Participação do governo nas conferências lúdicas

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A abertura foi realizada às 10h00 com uma apresentação cultural e em seguida foi formada a mesa que contou com representantes da Secretaria Municipais de Esportes, da Saúde e de SMADS.

- Regimento Interno

Foi realizada a leitura do Regimento Interno e houve um destaque no Capítulo V, Artigo 8º, inciso II que trata da Abertura Solene da Conferência Regional. Foi esclarecido que a abertura solene ocorreu na Conferência Lúdica, realizada na véspera, ocasião em que estavam presentes o representante do subprefeito e de várias secretarias e órgãos envolvidos na preparação das conferências. Este foi o único destaque e o regimento foi aprovado sem alterações.

- Apresentação Cultural

A apresentação cultural que abriu a conferência foi a encenação de uma pequena peça teatral na qual um repórter relata a vida cotidiana de crianças que trabalham nos faróis vendendo balas para levar algum dinheiro para casa e a prisão da mãe, denunciada pelo Conselho Tutelar. O direito à guarda das crianças é questionado, mas no julgamento a mãe promete não mais permitir que os filhos trabalhem desde que receba ajuda dos órgãos públicos e da sociedade.

- Palestras

A primeira palestra, feita pela pedagoga Leda, representante da Secretaria de Esportes e ex-conselheira tutelar, teve como tema a Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Segundo ela a apresentação teatral feita pelas crianças já expõe a responsabilidade de todos os presentes nas reflexões que se serem feitas nas oficinas. “De forma lúdica esses ‘atores’ conseguiram colocar com competência a problemática que vemos no dia a dia de violação de direitos e como podemos buscar soluções na sociedade e no poder público”. Destacou que o objetivo dessa conferência é pensar e propor soluções para que se possa ampliar a proteção às crianças e suas famílias. Alerta os presentes para a importância dos temas que irão discutir, pois as diretrizes que saírem dessa conferência serão subsídio para a elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser concluída em julho de 2010. Em continuidade a palestrante fez um resumo dos principais aspectos

de cada um dos Eixos definidos pelo CONAMA destacando que eles devem ser analisados à luz dos problemas que a realidade local impõe.

A segunda palestra, realizada pelo defensor público Leonardo Scófalo, teve como objetivo complementar a análise das diretrizes e eixos da política nacional de direitos da criança e adolescente, com o intuito de contribuir para a discussão. Iniciou manifestando seu apoio à moção de repúdio que foi tirada da conferência lúdica. Observou que a defensoria pública, com serviço gratuito à população está previsto na Constituição de 1988, mas só foi criada em 2006. Destacou que políticas públicas que visam a proteção integral da criança estão previstas na Constituição Federal, nas Constituições estaduais e no ECA. Numa visão tradicional somente o legislativo e o executivo eram responsáveis por traçar as políticas públicas, mas hoje essa concepção está mudando e a sociedade civil, cada vez mais, está sendo chamada a participar da construção dessas políticas. A participação nas conferências é um exemplo dessa possibilidade, além dos conselhos de defesa dos direitos que são espaços de interesse da sociedade civil. O ponto primordial da democracia participativa é a participação da população na formulação e na gestão das políticas públicas. Em continuidade, o palestrante abordou aspectos dos Eixos III, IV e V, destacando o papel da Defensoria Pública, em especial a da Regional de São Miguel, no esforço de fazer valer o princípio da proteção integral.

Na última parte de sua apresentação o palestrante respondeu a numerosas perguntas da platéia, todas relativas a situações vivenciadas no dia a dia em uma região periférica da cidade. Nas respostas, ele foi pontuando temas que, em sua opinião, mereciam ser abordados nas oficinas.

2 – OFICINAS

Os participantes da Conferência Convencional foram distribuídos em cinco oficinas por eixo temático. Com 20 participantes cada uma, todas contaram com a orientação de oficinairos da assessoria de metodologia.

As dinâmicas utilizadas variaram. Em alguns grupos o oficinairo seguiu todos os passos da dinâmica do “bombeiro”, na qual o grupo tinha de identificar os principais problemas (incêndios), os motivos que geraram esses problemas e as propostas para solucioná-los. Em outros grupos os participantes tinham de identificar cinco aspectos positivos e cinco negativos a respeito de temas relativos ao eixo com o qual deviam trabalhar. Após a discussão dos temas levantados, elegeram dois para elaborar as propostas. Houve também a oficina em que foram apresentados dados estatísticos de violência contra a criança e o adolescente. Em seguida a oficinaira desenhou uma linha no chão, ficando um lado “a favor” e outro “contra”. As pessoas se deslocavam para um lado, de acordo com a sua concordância ou não com as afirmações feitas pela oficinaira. Essa dinâmica desencadeou a discussão de vários temas entre os quais foram selecionados dois para serem aprofundados e sobre os quais seriam elaboradas as propostas.

No Eixo I, foi debatida a necessidade de levar para dentro das escolas a discussão do ECA para que as crianças “não saiam analfabetas políticas” (palavras de uma participante). Foi questionada a ausência de professores e dos pais na Conferência Convencional, e isso foi atribuído ao fato de que a direção das escolas não está comprometida com a defesa dos direitos. Nesse aspecto, foi levantada a questão da necessidade de mobilizar as pessoas e avançar na organização da sociedade civil em torno de alguns temas como a falta de segurança nas escolas, a necessidade de oferta de vagas escolares conforme a demanda, a criação de creches e escolas mais próximas das casas.

Outro tema que mobilizou os conferencistas foi a necessidade de criar políticas para o atendimento das pessoas que têm deficiências físicas. Também foram discutidas: a necessidade de melhorar a qualidade do ensino por meio da capacitação continuada dos professores e a criação de cursos para a capacitação profissional dos jovens. Nesse sentido foi destacado que os jovens que saem da Fundação Casa também têm de ter acesso a programas de formação profissional para que tenham condições de enfrentar o mercado de trabalho.

No Eixo II a discussão focou principalmente as questões relativas à violência contra a criança e o adolescente; a falta de divulgação do ECA; a insuficiência dos serviços públicos para o atendimento das demandas sociais da comunidade; a necessidade de criar programas para apoiar as famílias utilizando o trabalho de pedagogos, assistentes sociais e psicólogos. A política de concessão de bolsas pelo governo gerou intenso debate entre os que defendiam e os que eram contra. Outros temas discutidos foram: a necessidade de exigir do poder público a prestação de contas das suas ações; incentivar o investimento em políticas públicas; mudar a estrutura da Fundação Casa; construir creches e escolas; melhorar o transporte; melhorar a utilização dos CEUs; capacitação dos funcionários públicos; implantar indústrias na periferia.

A oficina do Eixo III identificou vários desafios e problemas tais como: a falta de políticas públicas, de articulação da sociedade civil (“precisamos agir de baixo para cima”) e de estudos sobre as especificidades de cada região a ser atendida. Dentre as soluções, propuseram: o comprometimento de toda a sociedade; a assistência à família; o provimento de saúde física e mental e a promoção da conscientização da comunidade.

Após essas discussões, o grupo 3 interrompeu seu trabalho em razão do questionamento acerca da não realização do ato de conferir as propostas da Conferência de 2007 e da falta de prestação de contas a respeito de sua efetiva implementação. Nas palavras de um membro desse grupo, “não podemos deixar esse ciclo de falta de transparência continuar!”. Como forma de protesto o grupo decidiu não apresentar suas propostas na plenária final. Seus participantes sugeriram fazer uma moção de repúdio condenando o que eles chamaram de “boicote do CMDCA à Conferência de São Miguel Paulista.”

Na oficina do Eixo IV destacou-se a discussão da discrepância entre as garantias previstas no ECA e a realidade. Na visão do grupo a execução dessa lei é comprometida pela falta de convergência entre as

leis nos níveis federal, estadual e municipal. Destacaram que escolas são precárias, o que impede a diminuição de índices de violência entre crianças e adolescentes. Esse ponto suscitou discussões, pois, para outros membros, “educação começa em casa”. Todos concordaram que a “encruzilhada é que o poder público não é capaz de colocar as leis em prática”, pois “a morosidade é muito grande”. Houve também crítica em relação aos programas assistencialistas, que, segundo os participantes, desestimulam o trabalho. Centros de Educação Infantil (CEI) são importantes, “mas responsabilidade é dos pais”. Para o grupo, o que falta é integração entre assistentes sociais, professores e família. Desse modo, família, escola e sociedade civil devem colaborar para a solução. Cogitou-se também que o problema é que os direitos da criança e adolescente não são conhecidos pela sociedade. Houve discordância nessa questão, pois outros participantes sugeriram que “o problema é que os deveres é que não são conhecidos”. O grupo permaneceu alguns minutos debatendo quem eram os responsáveis pela educação da criança, os pais ou a escola. Quanto ao Conselho Tutelar, afirmaram que não “viam muito a presença do Conselho Tutelar”.

Foram abordados também os problemas que podem advir da ação de ONGs, da família, da comunidade. No caso das ONGs, por exemplo, foi mencionada a falta de capacitação dos profissionais, o excesso de demanda pelo serviço desses órgãos, a corrupção (ONGs são “o filão de ouro”) e a falta de divulgação. Na família, falta diálogo, afeto e estrutura.

No Eixo V foram abordados temas como: a falta de escolas e creches; dificuldade de acesso aos equipamentos públicos; descaso do setor público; falta de soluções e esclarecimentos; falta de articulação entre as secretarias sociais, o que gera demora na execução dos programas e no atendimento das necessidades da população; descumprimento do ECA; a prefeitura não se preocupa em chamar a sociedade civil para o debate das políticas públicas; burocracia dos órgãos públicos e falta de orçamento para as áreas sociais.

3 – PLENÁRIA

Na abertura da plenária houve um questionamento da não realização do ato de conferir as propostas de 2007. Esta falha foi atribuída ao fato de que o CMDCA não entregou cópia dos Anais de 2007 com as propostas aprovadas para São Miguel e as informações necessárias para que a Comissão Regional pudesse organizar essa atividade. Foi lida uma moção de repúdio que será entregue ao CMDCA na Conferência Municipal.

Em seguida teve início a apresentação da síntese dos trabalhos nas oficinas. Os grupos se dirigiram ao palanque do auditório para expor os desafios e as propostas que eram apresentadas em cartazes ou mediante sua leitura. Ao final de cada exposição, plenária fez a provação das propostas.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Precariedade das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.
- Necessidade de garantir atendimento médico especializado para jovens.
- Escolas não respeitam as crianças portadoras de necessidades especiais.
- Falta de divulgação do ECA. A discussão dos direitos das crianças e adolescentes tem de ser levado para dentro das escolas, para que as crianças conheçam seus direitos e não permaneçam como analfabetos políticos.
- Que haja o cumprimento das leis prescritas na Constituição Federal, de modo que saiam do papel.
- Dificuldades dos moradores das áreas periféricas em encontrar emprego na região, tendo de se deslocar para regiões muito distantes.
- Necessidade de melhorar o transporte para possibilitar o deslocamento dos moradores da região.
- Necessidade de uma censura seletiva, pois a mídia está influenciando e prejudicando nossos jovens.
- Nesse sentido, deve-se promover o resgate da cultura e dos valores. Jovens estão muito focados nos bailes punks, nas drogas, na prostituição esquecendo os valores e a cultura.
- Os CÉUS da região estão subutilizados e a comunidade não está tendo acesso às suas atividades.
- Os funcionários dos equipamentos, como escolas e postos de saúde não têm condições de dar um bom atendimento.
- A Fundação Casa hoje funciona como presídios e os jovens em conflito com a lei não recebem tratamento adequado.
- Falta de vagas nas instituições compromete a participação das crianças e adolescentes, porque estando fora, elas não tem acesso às informações.
- Os professores têm medo do ECA, pois, com o estatuto, eles perderam poder.
- Espaço físico inadequado comprometeu a qualidade da Conferência Lúdica em São Miguel. A Comissão organizadora solicitou, mas o poder público não cedeu local apropriado para as atividades, de modo que não houve aproveitamento desejado. As crianças não tiveram as informações necessárias para entender a importância da Conferência.
- Acesso restrito à Conferência em decorrência da falta de divulgação e dificuldades de acessibilidade.
- Falta de tradutor intérprete por sinais, para atender deficientes auditivos presentes na Conferência Lúdica.
- A questão da transparência das ONGs. Qual o papel das ONGs no que se refere à participação das crianças e adolescentes? Hoje há muitas ONGs corruptas, há necessidade de maior transparência para se verificar onde e como está sendo aplicado o dinheiro que recebem.
- Conflito entre as diversas secretarias municipais da área social e a falta de ações articuladas na implantação de políticas sociais.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I – Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Garantia efetiva das medidas socioeducativas dentro e fora do sistema para os jovens que cometeram delito e garantir o acompanhamento psicossocial do adolescente e de sua família.
- Garantir nos postos de saúde a presença de médico especialista em questões da adolescência, que saiba orientar de acordo com a especificidade dessa faixa etária (hebiatras).
- Criar planos de qualificação dos educadores no atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais visando o cumprimento do ECA e promovendo autonomia das crianças e adolescentes e família.
- Resgatar valores culturais.
- Fazer divulgação do ECA nas escolas.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes

- Proteção contra a violação da criança e do adolescente.
- Garantir a aplicação efetiva da Constituição nos aspectos de proteção à criança e adolescente.
- Instalação de indústrias nas áreas periféricas da cidade, visando à ampliação do mercado de trabalho local
- Investimentos em políticas públicas visando garantir os direitos do cidadão e da família.
- Censura na mídia.
- Proibir que menores frequentem bailes punks e criar censura seletiva nos meios de comunicação. Resgate da cultura e dos valores.
- Garantir a completa utilização dos CEUs da região pela comunidade e construir outro CEU.
- Capacitação de funcionários públicos que trabalham nos equipamentos sociais para garantir serviços de qualidade à população local.

➤ Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Garantir o funcionamento das leis.
- Mudar a organização da Fundação Casa e que sejam adotadas medidas socioeducativas efetivas para que seja de fato local de reabilitação. Promover a capacitação profissional dos jovens da Fundação Casa para que estejam em condições de enfrentar o mercado de trabalho e garantir vaga de trabalho.

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Ampliar os recursos previstos no orçamento para a criação de políticas públicas e garantir acesso das crianças e adolescentes.
- Promover a formação dos professores com relação aos direitos das crianças e adolescentes e como eles devem incentivar a participação dos os alunos.

- Espaço adequado para a próxima Conferência Lúdica e incentivo à participação consciente das crianças e adolescentes, com preparação e discussão antecipada dos temas.
- Ampla divulgação das Conferências nos diversos espaços da mídia, dos políticos e da sociedade civil, além de garantir a acessibilidade das crianças e adolescentes ao local.
- Garantir materiais adequados e tradutores de libras para que deficientes auditivos tenham a oportunidade de participar da Conferência.
- Exigir que as ONGs sejam transparentes e prestem conta de suas atividades à comunidade.

➤ Eixo V – Gestão da política

- Criação de uma secretaria única que envolva todos os setores da área social (educação, saúde, cultura, esportes, assistência social).

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Luiza Yoshi Mibe
Educação	Eliana Correa Seara
Saúde	Rosirene Rocha Santos das Neves
Subprefeitura	Luiz Carlos Conceição José Carlos dos Santos
Conselho Tutelar	Eleni Santos da Silva Maria Anjos da Silva
Fórum Municipal DCA	
Adolescente	

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 – CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTE
Andréa Araujo dos Santos	Graziela Duarte Santos
Pedro Henrique Pescata	Debora Cicera Maria da Paixão
Pamela Suellem Soares Silva	Diego Ferreira de Souza
Alicia Caroline Carneiro Torres	Gustavo Viturino de Souza
Larissa Aparecida Reis Cunha	Richard Antunes Jardim
Lucas Salviano	Ana Paula Barbosa dos Santos
David Jona S. Ramalho	Wesley Alexandre Moreira de Andrade
Beatriz de Souza	Larisa Cristina Lisboa Silva
Rosilania da Silva Gomes	Roberto Santos Geraldo
Caroline Keren Melo Mendes Mila	Henrique da Silva Brito
Bruno Eduardo Santana da Silva	Welib Pereira Adorno Junior
Ana Beatriz Martins Conceição	Letícia Souza de Lima
Stefane Bianca Veloso Salviano	
Yanka Reis Brito	
Jhonathan Wender Santos Silva	
Monaice Alves da Silva	
Tayana Andrade Martins	
Beatriz Viturino de Souza	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Ivanilda dos Santos Silva	Iara Lima Rodrigues
Rosirene Rocha Santos das Neves	Roberto Luis Horas
Eva Lopes Siqueira	Marinna Missaco Yamamoto Pimentel
Denice Fernandes Marinho	Maria Aparecida dos Santos
Rita de Cássia Araujo	Rosana Maria Nogueira O.A.Passo
Ivonete da Silva	Vilmon Costa Prates
Mirian Carla Barbosa	João Cordeiro
Adielle Chaves Alexandre	
Tiago Migri da Cunha	
Edna Aparecida Ferreira Oliveira	
Gemal Yeman Amede	
Berenice de Moura Silva	
Neuza Avelino da Silva Melo	

SAPOPEMBA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica de Sapopemba foi realizada no dia 6 de julho de 2009, das 8:30 às 17:00h., no CEU Rosa da China, à rua Clara Petrela, s/nº, e a Conferência Convencional foi realizada no dia 15 de julho de 2009, no CEU Sapopemba, à rua Manuel Quirino de Mattos, s/nº, das 8:30 às 17:00h. Essas foram as primeiras a serem realizadas separadamente de Vila Prudente e contaram, respectivamente, com a participação de 220 crianças e adolescentes e 75 adultos. Estes eram em sua maioria professores, educadores e pessoas que atuam em organizações sociais.

Nas duas conferências os participantes receberam, ao se cadastrarem, pasta com folhas de sulfite, caneta e Manual de Convivência. Na convencional receberam também, um exemplar do ECA.

Na conferência lúdica foi realizado o ato de conferir as propostas de 2007, se elas foram implantadas e se houve algum avanço no atendimento da população local com relação às carências identificadas na naquela ocasião.

A discussão nas oficinas lúdicas abordou uma variedade de temas relacionados às condições de vida na região e não diretamente os eixos temáticos, mas na conferência convencional cada grupo teve um dos eixos como foco de discussão.

Antes do término da Conferência Convencional a coordenadora da comissão organizadora regional montou um grupo para levar as propostas feitas nesta conferência ao subprefeito de Vila Prudente/Sapopemba.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A Conferência foi aberta com o Hino Nacional apresentado em ritmo de samba, capoeira, sertanejo e outras variedades musicais brasileiras.

- Composição da mesa

A mesa foi composta pelas seguintes pessoas: Subprefeito de Vila Prudente/Sapopemba; representante do Fórum DCA de Sapopemba; do CMDCA; de SMADS e CRAS de Vila Prudente/Sapopemba; da Diretoria Regional de Educação; da Supervisão Escolar e dois representantes das crianças e adolescentes.

A representante das crianças, que também representa o Projeto Cultural da Associação União da Juta, leu um texto escrito por ela intitulado: “O que não tem no meu bairro”, fazendo uma interpretação do

art.1º do ECA. Abordou vários aspectos da vida de crianças que moram em um bairro da periferia de São Paulo, destacando a insuficiência de serviços e equipamentos básicos. Ela concluiu sua apresentação cantando uma música que, segundo ela, seria de sua autoria, abordando a mesma temática.

O representante dos adolescentes e membro do CEDECA, falou sobre a dura realidade do seu bairro face à falta de segurança, de moradia digna, de cultura e lazer. Ao relatar a agressividade dos policiais contra jovens na comunidade a platéia se manifestou aplaudindo com entusiasmo.

A fala do subprefeito destacou a importância dessa Conferência DCA 2009 porque as propostas serão encaminhadas à Conferência Municipal e serão subsídio para a elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser concluída em julho de 2010. Destacou que o governo local está consciente dos problemas enfrentados da região e sugeriu como proposta, que seja criada uma comissão de crianças e adolescentes para identificar os problemas e demandas locais, que deverão ser levadas até ele na Subprefeitura.

- Regimento Interno

A leitura do regimento interno e do cronograma do dia foi realizada por duas meninas de 10 e 12 anos. Esta última fez as anotações dos seguintes destaques vindos da platéia:

- alunos das Escolas Municipais de Ensino Médio (EMEF) propõem uma cota de delegados para a escola pública. Houve discussão com manifestações favoráveis e contrárias à proposta. Foi observado por um participante que não existem meios de determinar esse tipo de cota e que a eleição para delegado se garante na prática, com a maior participação desses alunos. Deu o exemplo da Conferência de São Mateus na qual 10 dos 18 delegados, eram de EMEFs. Foi sugerido que os alunos presentes na Conferência de Sapopemba se candidatem a delegados, de modo a garantir a representatividade, mas que a escolha seria feita nas oficinas seguida da aprovação na plenária. A proposta não foi incluída no regimento interno.

-alteração do dia e horário do credenciamento - Cap. I – art. 4º - inciso II - de modo a garantir direito a voz e voto a todas as crianças e adolescentes que fizeram a inscrição tardia. Foi aprovada, por aclamação, a alteração da data limite de cadastramento, do dia 03/07/09 para o dia 06/07/09 até as 12:00 hs. Em seguida o regimento foi aprovado com o levantamento dos crachás.

- Apresentação Cultural

Foram apresentados dois vídeos de alunos/as da EMEF Paulo Duarte e do Projeto Guri Santa Marcelina, tratando de questões sociais pertinentes aos temas da Conferência. O primeiro, “Trabalho e Lixo”, relata aspectos da vida de jovens que trabalham num lixão da cidade de Resende-RJ e não frequentam a escola. O segundo, “Prostituição Infantil” trata de problemas relativos à prostituição de jovens no Brasil. No final da apresentação membros do grupo subiram ao palco e leram o artigo 4º do

ECA. Nas palavras de um dos jovens “para estas crianças, o ECA não existe, [...] O Governo e a sociedade devem se preocupar com estas questões e não com coisas fúteis que dizem respeito somente a eles.”

A Abertura foi finalizada com uma apresentação de dança da Ação Família Sinhá com a música do Skank – “Pacato Cidadão”. No encerramento da conferência houve a apresentação de um grupo de alunos da Fanfarra da EMEF Visconde de Taunay.

2 – OFICINAS

Para a realização das oficinas as crianças e adolescentes foram organizados em 06 grupos, de acordo com a faixa etária. Foi formado 1 grupo com crianças de 6 a 9 anos e outro com jovens de 16 a 18 anos. Os participantes de 10 anos a 15 anos foram organizados em 4 grupos, conforme ordem alfabética. Além da discussão dos temas e formulação de propostas, cada oficina devia escolher os delegados e os suplentes. Em todas as oficinas havia mais candidatos do que vagas, de modo que foi realizado um processo de eleição por aclamação.

Os grupos dirigiram-se às salas do CEU, acompanhados pelosicineiros da assessoria de metodologia.

A dinâmica utilizada variou conforme o grupo. Para as crianças até 9 anos, formaram-se dois subgrupos que receberam cartolinas, material para desenho e pintura que eles podiam utilizar para escrever ou desenhar o que achavam “mais feio” na questão da desigualdade ou quais eram as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças hoje. A participação das crianças mais velhas foi maior, mas a maioria opinava quando estimulada pelosicineiros. Todas as crianças participaram da confecção, colagem e pintura dos painéis que seriam apresentados na plenária, porém foram asicineiras que escreveram as propostas com base no que as crianças discutiam. Conduzidas pelaicineira, muitas crianças apontaram como problemas o preconceito, a prostituição, jogar lixo na rua, crianças que não sabem ler e escrever, racismo. Num dos cartazes foi escrito o seguinte: “desigualdade são muitas coisas, por exemplo, gente que não tem oportunidade de trabalho e pessoas que não tem roupas e outras tem, que não tem casa e outras tem, desigualdade é pessoas que são pobres e outras ricas.”

Em algumas oficinas foi utilizada a dinâmica do bombeiro, e um dos “incêndios” a ser apagado era a violência. Osicineiros conduziram uma discussão inicial, com a identificação de problemas relacionados ao tema principal, tais como a violência sexual, o uso de drogas e o trabalho infantil. Cada subgrupo escolheu um relator que deveria escrever nas cartolinas as conclusões e as propostas. Muitos fizeram cartazes com desenhos.

Em outras oficinas foi adotada dinâmica que consistiu em apresentar uma série de temas e incentivar a participação por meio de perguntas provocativas cujas respostas encadeavam novas perguntas e depois de algum tempo nesse debate, foram apresentados os problemas a serem discutidos: O que mais

prejudica a formação da cidadania? Quais direitos não são assegurados? Os participantes, divididos em subgrupos, deveriam escolher os assuntos a partir de uma vasta lista escrita na lousa.

Os temas mais debatidos foram as carências do bairro, tais como: falta equipamentos de cultura, esporte e lazer, vagas nas escolas, nas creches e nas escolas infantis. Outros temas foram o desemprego, o precário atendimento de saúde, o trabalho dos professores que nem sempre é bom e a dificuldade das crianças se expressarem. Foram também levantadas questões relativas a melhoria na educação, alimentação, saúde, lazer e transporte escolar. Muitos participantes apontaram a necessidade de mais segurança nas escolas e nas ruas; mais respeito dos policiais quando abordam os jovens; menos preconceito.

Na oficina de 16 a 18 anos, havia grande número de jovens em liberdade assistida (LA) que tiveram participação ativa nas discussões, questionando a todo momento a fala das oficinas, colocando suas posições e mostrando que estavam articulados. A dinâmica utilizada foi a de construir “A cidade de seus sonhos”, segundo a qual deviam discutir o que seria a cidade ideal e em seguida, comparar com a cidade na qual vivem.

Sobre a questão de que deviam tirar propostas para o Plano Decenal, alguns participantes expressaram seu ceticismo: “Propostas para que, se não vai melhorar nada!”, ou “Anos atrás tem aqui meninos que participaram e não viram mudança nenhuma.” Nessa oficina os principais temas discutidos foram: falta de espaços de convivência, equipamentos de lazer, bibliotecas, telecentros, quadras de futebol, áreas verdes. Outros temas foram levantados tais como a situação das pessoas que têm deficiências e a necessidade de acessos adequados; recapeamento e iluminação das ruas do bairro; os problemas de moradia e a necessidade de construir equipamentos de saúde e atendimento de qualidade.

3 – PLENÁRIA

Ao término das oficinas, os grupos voltaram para o teatro do CEU Rosa da China para a plenária, que foi conduzida pelo mestre de cerimônia. Os delegados e suplentes foram chamados ao palco para se apresentarem, falando seu nome, onde moram e a escola onde estudam ou a organização de que fazem parte. Em seguida os delegados leram e explicaram as propostas de seu grupo. Numa das turmas, foi o oficinairo que fez a apresentação das propostas.

Uma educadora foi chamada ao palco para falar sobre a importância dos delegados e seu papel na Conferência Municipal onde deverão participar da elaboração das propostas que serão encaminhadas para a Conferência Estadual.

O público permaneceu atento em boa parte da plenária, porém, no momento da apresentação de todos os delegados e na votação dos observadores, muitos participantes conversavam paralelamente, e pareciam impacientes. Não houve polêmica nem discussão das propostas na plenária. O público participou basicamente nas votações e aplaudindo os representantes.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

As discussões nas oficinas levantaram os seguintes aspectos:

- Falta de vagas nas escolas, principalmente em creches e pré-escolas. Foi ressaltada a necessidade desses equipamentos inclusive para que as mães possam trabalhar e que a educação deve melhorar de qualidade.
- Falta de cursos técnicos profissionalizantes para jovens na região.
- Necessidade de respeitar as pessoas que tem deficiências físicas, que não têm acesso a equipamentos e instalações adequadas.
- Desemprego na população negra.
- As dificuldades dos jovens que não sabem como se expressar melhor.
- Precariedade dos equipamentos e dos serviços de saúde na região, onde faltam vagas para consultas, exames clínicos, médicos para o atendimento diário, além da baixa qualidade dos profissionais dos postos, que não respeitam as pessoas.
- Inexistência de atendimento odontológico no bairro.
- A escassez de equipamentos de esportes, lazer e cultura e a precária manutenção do que existe. Necessidade de equipamentos acessíveis e próximos dos locais de moradia.
- Problemas das mulheres que se prostituem.
- Falta de segurança da comunidade e brigas entre grupos de jovens dentro e fora da escola.
- Falta de iluminação nas ruas cria insegurança para os moradores.
- Necessidade de combater as desigualdades sociais, pois elas geram preconceito.
- Não basta que as crianças e adolescentes tenham um exemplar do ECA, pois isso não garante seus direitos. Todos devem ter oportunidade de conhecer melhor essa lei.
- Preconceito da sociedade contra negros, pobres e deficientes físicos, e a falta de consciência das pessoas sobre suas condições de vida.
- Falta de orientação sexual dos jovens; os problemas das jovens que ficam grávidas e dos consumidores de drogas.
- Falta de locais como UBS e escolas que discutam com profissionais questões como drogas e orientação sobre gravidez na adolescência.
- Pouco envolvimento dos políticos em atender as necessidades da região, como a falta de vagas nas escolas e outros equipamentos sociais, principalmente nas creches e pré-escolas.
- Reduzidos investimentos em educação, cultura, esportes e lazer.
- “Nós temos que nos reunir e se tornar um só, ou seja, todos nós temos os mesmos direitos.”

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Criar mais escolas, creches e pré-escolas próximas aos locais de moradia e garantir educação de melhor qualidade com capacitação dos professores.
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para os jovens com a criação de Escolas Técnicas Estaduais.
- Promover programas nas escolas e na comunidade que eduquem os jovens para que aprendam a se expressar melhor.
- Construção de hospitais e mais postos de saúde, bem equipados e com bons profissionais que saibam atender as pessoas. Criar serviço público odontológico nos bairros.
- Acabar com a prostituição infantil e dar oportunidade de emprego para as mulheres.
- Promover a consciência de que todos têm os mesmos direitos.

➤ Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Promover o respeito às pessoas com deficiência, construir centros públicos de tratamento, fornecer cadeira de rodas grátis e transporte público adequado e de fácil acesso.
- Aumentar o patrulhamento pela polícia, com a presença de Ronda Escolar dentro e fora da escola, além de instalação de circuito interno de câmaras de vigilância nas escolas.
- Instalar mais iluminação nas ruas.

➤ Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Promover a divulgação do ECA em linguagem acessível e metodologia lúdica para que através desses recursos seja alcançada a conscientização como fruto da comunicação. Essa divulgação deve incluir palestras, folhetos e conferências institucionais a cada ano, tendo como tema principal o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Promover palestras e desenvolver trabalho de conscientização das pessoas para acabar com preconceitos contra os pobres, negros e deficientes físicos, mostrando que todos têm os mesmos direitos.
- Criar cursos de orientação sexual e conscientização para prevenir o consumo de drogas pelos jovens.

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Instalação de quadras poli esportivas, cinemas, bibliotecas, CDMs e CEUs equipados com material de qualidade e com profissionais qualificados.
- Grupos de orientação para adolescentes nas escolas, UBSs e outros locais de atendimento à população, com profissionais que falem a respeito de problemas junto às famílias.
- Urgência na implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- Investir mais dinheiro em equipamentos sociais e ter mais respeito e convicção para mudar as condições na região.

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

A Conferência foi aberta com o Hino Nacional apresentado em ritmo de samba, capoeira, sertanejo e outras variedades musicais brasileiras.

- Composição da mesa

Foram chamados para compor a mesa os seguintes representantes: do Subprefeito de Vila Prudente e Sapopemba; da Comissão Regional de Sapopemba; da Coordenadoria de Educação de São Matheus; da Coordenadoria da Assistência Social da região sudeste; do Conselho Tutelar de Sapopemba; do CRAS regional de Vila Prudente; da Criança (Associação União da Juta) e do Adolescente.

O representante do subprefeito destacou a importância dessa Conferência para as crianças e adolescentes de Sapopemba e reiterou a proposta feita pelo subprefeito na Conferência Lúdica, para a formação de uma comissão para ir até a subprefeitura discutir os problemas levantados na Conferência. Em suas palavras, “Somos parceiros de vocês.”

O representante da Comissão Regional de Sapopemba afirmou ser muito oportuna a realização desta conferência na semana em que se celebra o 19º aniversário do ECA. Questionou o público se o ECA estava sendo cumprido, levantou a questão da redução da maioridade penal e pediu para os delegados eleitos defenderem de fato a criança e o adolescente na Conferência Municipal.

O representante do Conselho Tutelar disse que deve ser feita a conferência das contas públicas e verificadas as propostas da Conferência anterior, o que foi ou não cumprido. Ressaltou dois pontos levantados na Conferência de 2007: a questão da saúde mental na região e a questão da melhoria na Educação. Convocou o público a participar da campanha contra a redução da idade penal e finalizou o discurso dizendo: “Hoje também devemos refletir sobre o que foi feito pelo ECA.”

A Supervisora do Centro de Referência da Assistência social da Vila Prudente, em seu discurso, lembrou a importância histórica de Sapopemba na luta pelas questões dos jovens. Informou os participantes que haverá, dentro em breve, um Centro de Ação Psicossocial (CAPS) em Sapopemba.

O demais componentes da mesa tomaram a palavra e ao término foi realizada a apresentação de vídeo institucional sobre a história do CEU Sapopemba, com imagens de festas realizadas em suas dependências bem como dos cursos disponíveis no local (capoeira, karatê, ginástica, teatro), além de fotos de funcionários, administradores e do prefeito da cidade de São Paulo.

- Regimento Interno

Uma adolescente fez a leitura do Regimento Interno da Conferência. O público foi indagado se havia algum destaque e somente um participante perguntou o que fazer para ser delegado. A questão foi explicada e o regimento aprovado com o levantamento dos crachás.

- Apresentação cultural

Apresentação do grupo musical da Oficina de cavaco e percussão do CEDECA Sapopemba. Para finalizar a abertura da conferência houve a apresentação de dança de grupo do CIEJA Sapopemba, seguida pela declamação de uma poesia. No encerramento da Conferência Convencional foi apresentada a Dança “Flash Dance” do CCA João Paulo II.

- Palestras

Foram realizadas palestras que abordaram os principais temas que seriam discutidos nas oficinas.

Uma advogada do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba(CDHS) fez uma análise sobre o processo das Conferências, ressaltando a importância da participação da comunidade através de seus representantes, o papel da democracia representativa e da democracia participativa e que “a Conferência é um meio que possibilita a participação da comunidade.” Explicou ainda que as 64 conferências das subprefeituras municipais se fundirão na conferência Municipal e posteriormente na Conferência Estadual e Federal.

Em continuidade, outra advogada do CDHS fez uma análise sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, falou sobre os avanços do ECA mas ressaltou que ainda há muito a fazer para continuar avançando.

Um membro do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente de São Mateus fez uma reflexão sobre o plano decenal e os 5 eixos temáticos no contexto de Sapopemba. Afirmou que trabalha com jovens desde 1990, que já foi conselheiro tutelar e que queria contribuir para o trabalho nas oficinas.

Com auxílio de “data show” destacou a importância da Conferência como oportunidade de reunião de pessoas para discutir fatos relevantes a todos, em especial para a criança e adolescente. Expôs o tema da Conferência e seus objetivos, lembrando que o CONANDA propõe uma reflexão entre a sociedade e o governo, com o objetivo de promover a participação, o controle social e o apoio à comunidade. Questionou quem, dentre os participantes, havia lido o texto base divulgado pelo CONANDA e informou o site da Internet em que ele está disponível.

Sugeriu que seja realizado o mapeamento das propostas e políticas para crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. Questionou se existe um diagnóstico sobre a situação da criança e do adolescente na região. “Porque não ter diagnósticos interligados entre Secretarias Municipais? Hoje em dia a tecnologia permite!”

Iniciou apresentação dos 5 eixos temáticos da Conferência. Explicou o que era o Eixo 1 e disse: “Não devemos nos conformar com, por exemplo, 90% das crianças estarem na escola de ensino fundamental. E os 10% que estão fora?”

Na explicação do Eixo 2 citou o trabalho infantil doméstico e agrícola; tráfico de drogas; pedofilia; tráfico de pessoas; exploração e violência sexual e a conscientização das famílias.

Quanto ao Eixo 3 destacou a necessidade de articulação do poder público nos níveis federal, estadual e municipal para a garantia de direitos da criança e do adolescente. Mostrou também dados do CONANDA, segundo os quais : 92% dos municípios brasileiros têm Conselhos Municipais dos direitos da criança e do adolescente; 88% dos municípios têm Conselhos Tutelares; existem dezenas de núcleos especializados em infância e juventude das defensorias públicas; centenas de Centros Operacionais dos promotores de justiça da Infância e Juventude; somente 3% das comarcas brasileiras possuem Varas da Infância e Juventude. O palestrante destacou a necessidade do fortalecimento do sistema de garantia de direitos e a expansão dos núcleos especializados em infância e juventude nas Defensorias Públicas.

Em relação ao Eixo 4 disse que deve ser criado mecanismos de escuta e participação das crianças e adolescentes, como comitês consultivos, plenárias e audiências públicas, possibilitando a participação efetiva de jovens no processo de políticas públicas.

Finalmente, no eixo 5 destacou que deve haver uma nova concepção de Estado que assegure a participação da comunidade na formulação e controle das políticas públicas. Acrescentou que o desafio é o aprimoramento do pacto federativo entre a União, os Estados e os Municípios.

Finalizou a palestra questionando as propostas da conferência de 2007. Informou quais foram os 3 eixos e questionou: “ Quais foram as propostas? O que foi aprovado na Conferência Municipal? O que foi implementado na região ou na cidade?”

2 - OFICINAS

Os participantes foram organizados em 5 oficinas, cada uma responsável pela discussão de um eixo, contando com a orientação de um oficinairo. Os grupos ocuparam as salas do CEU e houve participação efetiva da maioria nas discussões e na elaboração das propostas, sendo que nas oficinas em que havia mais de 20 participantes, formaram-se subgrupos. Em várias oficinas foi constatada a presença de integrantes do projeto “Ação Família”, que desenvolve trabalho social junto à população de Sapopemba. Eles descreveram o método, as dificuldades e a importância de seu trabalho com crianças e adolescentes da comunidade.

Em vários grupos a discussão teve como foco temas ou problemas abordados pelos palestrantes na abertura da Conferência. Um desses temas foi a antecipação da maioridade penal. Alguns alegavam que se o adolescente é responsável para votar com 16 anos, deve também responder por seus atos,

enquanto outros argumentavam que “não adianta colocar na cadeia, vamos jogar adolescentes no meio de assassinos?” “Se não colocarmos estes adolescentes em outro local eles não vão se desenvolver”. “Estes meninos têm condições dignas de vida?” “É o seqüestro da infância”. Relacionado a esse tema foi levantada a necessidade do desenvolvimento de um programa que trate da reintegração dos jovens que cometeram pequenos delitos, defendendo a Justiça Restaurativa. Foi discutida também a falta de cursos profissionalizantes para os jovens. “É necessário ter cursos profissionalizantes mas que seja com dignidade, não é porque é periferia que tem que ser de qualquer jeito. Os cursos têm que ter qualidade”. Outro aspecto é o atendimento das EMEIs onde “as crianças permanecem [...] apenas 3:45 hs, depois disto, não tem com quem ficar e ficam na rua.”

Outros problemas levantados nas discussões foram: a falta de vagas nas creches, a necessidade de criar CCAs com mais educadores e psicólogos; que o ensino seja de boa qualidade e que as escolas tenham acesso à tecnologia; a região não tem postos de saúde e UBSs; falta um mapeamento (no sentido de diagnóstico) da juventude em Sapopemba além da necessidade de incentivar a mobilização dos jovens. Nesse aspecto uma participante afirmou “lembrem que a sociedade civil e as ONGs têm papel importante no trabalho com os jovens”. Outros concordaram com essa opinião, mas querem mais atitude do Estado. A existência de um único Conselho Tutelar foi considerada insuficiente para atender a região.

A falta de comunicação entre os setores públicos e a necessidade de criação de um banco de dados municipal também foram abordados, pois “o acesso ao banco de dados da região nos garante ter dados concretos, para sairmos do achismo” e assim “fica melhor para encontrar os problemas e buscar as soluções”.

3 – PLENÁRIA

A plenária foi aberta com a apresentação cultural de dança do CCA João Paulo II.

O mestre de cerimônias chamou ao palco os representantes de cada grupo para a apresentação das propostas levantadas nas oficinas. As propostas foram lidas, mas não houve discussão e nem a aprovação formal das mesmas pelo público. Em seguida foi feita a apresentação dos delegados e os suplentes escolhidos nas oficinas e finalmente houve a eleição dos observadores, uma vez que tal procedimento não havia sido feito nas oficinas. Foi colocado em votação o fato de um oficineiro ter sido indicado para o cargo, mas o público aprovou todos os observadores indicados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

Foram levantados e discutidos os seguintes temas:

- Direito à profissionalização
- Efetivação dos direitos da criança e do adolescente

- Falta de formação, falta de opção de atividades para as crianças e adolescentes, fazendo com que fiquem na rua
- As crianças têm muito tempo vago após o horário de aula
- Falta atuação integrada entre os órgãos
- Falta participação da comunidade na construção do orçamento
- Necessidade de educação de qualidade dentro e fora da escola
- Escolas não têm acesso à tecnologia
- Não tem UBSs na região
- Somente um Conselho Tutelar é pouco
- Muitos problemas de moradia – várias casas em áreas de risco
- Falta de creches
- Falta de mapeamento do jovem de Sapopemba
- Falta de mobilização dos jovens.

5 – PROPOSTAS

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Acesso à profissionalização com a ampliação de vagas em Centros de Juventude, centros profissionalizantes, cursos técnicos, SENAI e outros, visando não só a profissionalização, mas a inserção do jovem no mercado de trabalho, a partir de um mapeamento do perfil dos adolescentes da região do Sapopemba.
 - Fortalecer a Rede Social com a integração dos Fóruns, Sociedade Civil e Organizações Sociais.
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Trabalhar com as famílias e ampliar as redes de proteção para crianças e adolescentes, para que haja suporte na sua formação
 - Implantar cursos profissionalizantes na região, com recursos e estrutura suficientes para que as entidades tenham condição de mantê-los
- Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantias de direitos
 - Realizar diagnósticos da situação da criança e do adolescente, para promover a transparência efetiva das ações realizadas pelos atores do sistema de garantia de direitos
 - Promover a atuação integrada e articulada de todos os atores do sistema de garantia de direitos
- Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
 - Realizar Orçamento Participativo “Criança”
 - Garantir no calendário escolar a participação nas conferências DCA

- Construir e reformar espaços de lazer na região
- Criar centros de aperfeiçoamento para professores e educadores
- Criar centros de profissionalização para adolescentes
- Criar condições para a participação da criança e do adolescente no planejamento pedagógico das ações/atividades em que estão envolvidos
- Participação da criança e do adolescente no planejamento das ações/atividades das instituições
- Implementar a discussão do ECA na grade escolar
- Construir cartilha informativa sobre o poder do grêmio estudantil
- Investir em Redes de Organizações que trabalham com crianças e adolescentes
- Criar “canais” de acompanhamento das conferências nos serviços, dando continuidade às discussões das conferências
- Criar grêmios estudantis

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Ampliar e fortalecer o plano de convivência familiar e comunitária através de programas de atendimento às famílias, aumentando os equipamentos de atendimento a crianças e adolescentes e ampliando as equipes multidisciplinares.
- Aumentar os equipamentos específicos relacionados à saúde da criança e do adolescente com atendimento psicossocial, jurídico, social, ambulatorial, espaço de reabilitação para portadores de deficiência física e CAPS.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Cristiane Grilanda Pereira
Educação	Caroline Regiane Sanches
Saúde	
Subprefeitura	Jose Aparecido Campos da Silva
Conselho Tutelar	Maria Lisabete Santiago Carlos Alberto Napolitano
Fórum Municipal DCA	Maria Doralina Mancini José Elder Ângelo Bruno José Maria Santos Greco
Adolescente	Sergio Santos Junior Monalisa Santos

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTE
Pamela Vitória de Mendonça Ferreira	Laís Pessoa de Lacerda
Gabriel Barreto Rosa	Renato Oliveira Alves de Castro
Maria Raquel Montel dos Santos	Laiane Alves da Silva
Mariana Aparecida de Oliveira Passos	Suelen Cristina Maurício
Lucas Celestino Barros	Henrique Andreino Amâncio Lima
Gabriela Batista dos Santos	Guilherme Henrique Fessel Rodrigues
Ericles Nunes da Silva	Jéssica Rafaela dos Santos Silva
Sidney Silva de Moura	Monise Oliveira Leandro Vitor
Jayanna Karolayne Carvalho Araújo	Samuel Feitosa Vanique
Mariana Pedrosa Ferreira	Bruna Mingues
Amanda Roberta Pereira Fávaro	Andressa Rodrigues Silva
Beatriz Santos Gregório	Bianca Rodrigues de Jesus
Brian Costa C. Silva	Wesley Henrique Queiróz
Bruna de Paula	Augusto César de Sousa Silva
Guilherme André Marcelino	Guilherme da Silva Fernandes
Juliana do Nascimento	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE
Sidnei Ferreira da Silva	Adriana Tiburcio da Silva
Digima das Neves	Carlos Augusto Affonso
Maria Doralina Mancini	Jacqueline Silva
Ivonete Soares dos Santos	Ana Claudia Vasconcelos da Silva
Tatiane Aparecida Silva Cardoso	Fabiana Tiburcio da Silva
Marcos Peres da Silva	Fabiana Line Pinheiro
Matias Vieira	Maria de Jesus Campos Sousa
Renato da Conceição Gomes	Rosangela da Costa Silva
Verônica Vieira Soares dos Santos	Tatiane Francisco Ramos

SÉ

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e Adolescente da Regional Sé ocorreu no dia 25 de junho de 2009, das 8h às 16h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Celso Leite, à Rua Humaitá, 480, na Bela Vista. Estiveram presentes 320 crianças e adolescentes.

O refeitório da escola, onde foi realizada a abertura, as apresentações culturais e a plenária, era um espaço relativamente pequeno para comportar tantas pessoas, o que dificultou um pouco o andamento dos trabalhos. Além disso, quase todas as crianças estavam preenchendo a ficha de inscrição no local, porque houve problemas com o site da prefeitura para inscrições on line. Por outro lado, as oficinas foram realizadas nas salas de aula, o que permitiu a acomodação de todas as oficinas e um bom aproveitamento das atividades.

A Conferência Convencional ocorreu no dia 02 de julho de 2009, das 8h às 16h. no Colégio e Faculdade Claretiano, à Rua Martim Francisco, 636, em Santa Cecília, contando com a presença de 82 adultos. O espaço físico da Conferência Convencional foi adequado aos trabalhos desenvolvidos.

Em ambos os dias choveu bastante, o que pode ter ocasionado uma baixa no número previsto de participantes, além dos problemas com o link do site da Prefeitura e da mudança das datas das conferências pelo CMDCA.

Um fato lamentável ocorrido na Conferência Lúdica foi a ausência de uma intérprete Libras para alunas da Escola Helen Keller que, depois de um protesto se retiraram, dada a impossibilidade delas participarem.

Segundo a Comissão Regional, houve grande participação das escolas municipais, mas não das estaduais. A grande maioria das crianças e adolescentes presentes era frequentadora dos serviços vinculados ao CRAS da Sé, ou seja, dos CCAs, Centros para a Juventude, Núcleos de Proteção Especial, abrigos ou CRECA.

Tanto na Conferência Lúdica quanto na Convencional, as oficinas foram realizadas de acordo com os 5 eixos definidos pelo CONANDA

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 – ABERTURA

Anunciada a abertura oficial do evento, o mestre de cerimônias falou sobre a importância da conferência e chamou os integrantes da mesa.

- Composição da Mesa

Compuseram a mesa as seguintes pessoas: representantes das crianças e dos adolescentes; Diretora, anfitriã da EMEF; representante da subprefeitura; da Diretoria Regional da Educação; Diretora de Programas Especiais; representante do Centro de Referência de Assistência Social; do Conselho Tutelar e do CMDCA.

Cada integrante da mesa falou brevemente sobre o seu papel e suas expectativas com relação à Conferência. As representantes das crianças, falaram sobre o significado da Conferência Lúdica e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em seguida foi executado o Hino Nacional.

- Regimento Interno

O Regimento Interno foi projetado em telão, ao mesmo tempo em que foi lido, não havendo qualquer alteração.

- Apresentação Cultural

A Conferência teve início com a apresentação de um número musical de violão do Grupo da Achiropita. Em seguida, foram chamados ao palco osicineiros e a “comissão de alunos”. Outro grupo de crianças de 3 a 4 anos foi chamado para apresentação no palco.

2- OFICINAS

Foram realizadas 9 oficinas, organizadas segundo os eixos temáticos, com crianças e adolescentes de diversas faixas etárias.

A técnica usada, na maioria das oficinas, foi o debate sobre o eixo, estimulado peloicineiro através de perguntas. Ao final da discussão as crianças fizeram desenhos sobre os temas sugeridos.

A condução dos trabalhos pelosicineiros variou bastante: discussão em grupo ou subgrupos; palestra sobre o eixo; apresentação de propostas para as crianças e adolescentes discutirem; encenação teatral para discutir preconceito contra homossexuais; criação de um telejornal com reivindicações, câmera, repórter e apresentador; criação de música com percussão corporal.

Na oficina que trabalhou o preconceito contra homossexuais, houve muita dificuldade para conseguir dois meninos que fizessem uma representação teatral, contudo, o debate suscitado levou à formulação de uma proposta de respeito às diferenças.

Na oficina que trabalhou o telejornal, as crianças e os adolescentes foram incentivados peloicineiro a sair pelo corredor simulando as manifestações para que o repórter intervenha, criando a cena do jornal que foi depois apresentada em plenária.

Na oficina de música, os participantes criaram uma música sobre os direitos das crianças, com percussão corporal.

As questões eram recorrentes em quase todas as salas: desigualdade, preconceito de raça, de classe, homossexualidade, direitos e deveres das crianças e adolescentes. Dentre os problemas levantados nas diversas oficinas, foram destacados:

- preconceito de cor nas escolas, preconceito de raça e contra homossexuais,
- as crianças e adolescentes devem participar das discussões sobre política e democracia
- políticas públicas: a escola é um elemento importante para mudar o mundo

Os delegados foram eleitos nas oficinas por consulta ou auto indicação.

3 - PLENÁRIA

Os grupos, por eixo, foram apresentando as propostas elaboradas nas oficinas. Cada grupo subia ao palco e mostrava o trabalho desenvolvido ou lia as propostas que eram submetidas à aprovação da plenária. O coordenador pedia que levantassem o crachá, os que aprovavam as propostas.

Talvez o único ponto que causou estranheza tenha sido no momento em que uma adolescente disse: “Tenho 15 anos e quero reivindicar contra o preconceito contra os homossexuais porque nós lésbicas sofremos muitos preconceitos”. Os adolescentes riram e gritaram muito, havendo necessidade de interferência do mestre de cerimônia.

No final da plenária, os delegados foram apresentados e referendados. Foram eleitos 19 delegados e houve uma sugestão de que se incluíssem também as cinco meninas da escola Helen Keller como delegadas, além dos 19 eleitos, para que essa discussão dos deficientes auditivos fosse levada à Conferência Municipal.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Professores na escola, porque eles faltam muito
- Faltam vagas nas escolas
- Falta de serviços de esporte com outras modalidades
- Acesso à saúde de qualidade
- Cuidar da nossa cidade, tem muita coisa que é destruída por vandalismo. Poluição ambiental
- Falta de acesso à cultura
- Preconceito de gênero, étnico-racial e diversidade sexual
- Uso de drogas, violência e falta de segurança
- Falta de moradia (sou do CRECA)
- Trabalho infantil: “grande parte desse mal é causado pelo desemprego”
- Violência doméstica e sexual
- Fundação Casa, e atendimento em saúde

- Direitos e deveres da criança e do adolescente: “ter mais lar e família, a criança não pode ficar na rua; não pode trabalhar na rua, mas deve ir pra escola e ter uma boa qualidade de ensino; ‘criança não deve usar droga e precisa de cuidado’, “criança não trabalha criança vai pra escola”
- Falta de escolas para pessoas com deficiência
- Discriminação no atendimento em função de gênero, raça e diversidade sexual
- Não respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes
- Pedofilia
- Família e comunidade
- “Falta de professores e materiais para a escola, falta de higiene, saúde e qualidade de trabalho para os pais que são desempregados e viram camelôs.”
- Comunicação e expressão
- Gestão política democrática. Importância de crianças e jovens participarem da elaboração do plano decenal porque sabemos o que queremos
- Direito à educação

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Ampliar e qualificar o quadro de professores das escolas para reduzir o absenteísmo e dar melhor atendimento ao educando. Diminuir o número de professores eventuais, criando formas para sua permanência e efetivação nas escolas
- Criar mais vagas nas escolas
- Aumentar a oferta de serviços de esporte na cidade (futebol, atletismo e outras modalidades) e criação de Centros Esportivos
- Humanizar os serviços de saúde com mais hospitais, mais médicos, qualificando esse serviço e os funcionários do SUS, para melhor atendimento da população
- Medidas de preservação do meio ambiente e limpeza da cidade. (Não polua a cidade)
- Passeios culturais aos museus, divulgação da agenda cultural. Ao menos uma vez por bimestre, levar a passeios em museus como o da Língua Portuguesa
- Criar condições para superação dos preconceitos no âmbito de gênero, raça e orientação sexual. Respeitar a diversidade sexual e apresentação de projetos de educação sexual
- Criar formas para redução de todas as manifestações de violência e de consumo de drogas.
- Ampliação da frota de carros da polícia em São Paulo e garantir mais segurança nas escolas, nas ruas, nos metrô, nas filas e nos bancos
- Mais moradias; investir em programas de habitação

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- O governo tem que criar políticas públicas de acesso ao emprego; programas do governo que dê renda aos jovens para garantir estudo e ingressar depois no mercado de trabalho. Como já ocorre no programa Aprendiz Legal. Denunciar trabalho infantil
- Novas oportunidades de emprego para famílias de baixa renda e criação de programas de geração de renda para os familiares das crianças e adolescentes inseridos na rede de ensino
- Que os Conselheiros se aproximem mais dos moradores do bairro para que as denúncias sejam feitas e, conseqüentemente, haja redução da violência doméstica
- Qualificação contínua para os funcionários da Fundação Casa, para que haja melhoria no tratamento dos internos, porque o abrigo deveria ser como um lar, sem tantas regras
- Criação de escolas em tempo integral que funcione como centro de referência e que ofereça, também, atividades de cultura, esporte, lazer, cursos profissionalizantes complementares à educação formal, e possam encaminhar as crianças e os adolescentes para os programas sociais. Ampliar o programa escola da família (esportes nos finais de semana nas escolas)
- Aumentar o número de escolas com acessibilidade às pessoas com deficiência física, visual, e auditiva (surdos-mudos)

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos

- Igualdade social no acesso aos serviços públicos. Mais moradias, mais vagas nas escolas, saúde de qualidade, acesso à cultura
- Acompanhar e fiscalizar a implantação do ECA. Maior e melhor formação dos profissionais da Fundação Casa, professores das escolas e educadores dos equipamentos sociais
- Proporcionar condições para a proteção integral da criança e do adolescente através das políticas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia, segurança pública
- Políticas públicas/ Direitos Humanos. Participação e controle social: CMDCA e Conselhos de direitos, COMAS, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho de Habitação
- Fazer denúncias contra violência doméstica e sexual. Não à pedofilia

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Direito de conviver em família, na comunidade e de ter acesso aos espaços sociais e políticos da sociedade
- Exigimos: psicólogos e pedagogos nas escolas, respeito socioeconômico; cursos profissionalizantes; estrutura física, ampliar a infraestrutura e os recursos pedagógicos das escolas; material de higiene e merenda de qualidade, salsicha, não.
- Abrir a escola como centro de convívio e participação que ofereça além da educação formal, atividades culturais, esportivas e de lazer integradas na comunidade local, resgatando a cultura africana e indígena
- Construção de espaços de discussão nas escolas. Acesso aos veículos de comunicação (jornais, revistas, rádio, TV)

- Liberdade e valorização da expressão da criança e do adolescente. Criação de jornais da juventude que divulguem os acontecimentos da comunidade, eventos culturais gratuitos e cursos profissionalizantes

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Melhoria e mais limpeza da cidade e atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Mais lazer e menos violência na cidade. Criança não trabalha, criança dá trabalho. Governo deve tirar as pessoas das ruas e dar atendimento em rede pública de saúde
- Mais profissionais de qualidade. Criação de jornais na comunidade feitos por jovens com informações sobre todos os recursos. Ter parcerias com lojas, indústria, comércio para que os jovens tenham direito ao trabalho

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação de um grupo de violonistas do CCA de Achiropita, o grupo Notas de Ouro, que tocou músicas típicas de vários países.

- Composição da mesa

A mesa foi composta por: Diretora de Programas Especiais da Diretoria Regional de Educação de Ipiranga; Conselheira Tutelar; Coordenadora de Assistência Social da Regional Centro-Oeste; Representante do Fórum Municipal; Representante da Secretaria de Saúde da Região da Sé.

A apresentadora da Conferência (conselheira tutelar) explicou o intuito do encontro. “Este evento vem cumprir e efetivar os direitos já discutidos na Conferência Lúdica. Vamos conferir as propostas de 2007 e criar novas propostas para serem levadas à Conferência Municipal.” Ela disse que para o Plano Decenal é necessário que se faça a construção de uma política de Estado efetivada na prática, e não depender de cada governo. Citou os eixos a serem trabalhados, fazendo uma breve explanação sobre cada um.

Todos os componentes da mesa discursaram. O representante do Fórum Municipal reclamou dos trabalhos dos técnicos do governo porque eles têm dificuldade de atender as demandas da sociedade civil. Propôs que as propostas tiradas na Conferência fossem encaminhadas, além do CMDCA, para outros órgãos como Defensoria Pública, Ministério Público etc. As representantes da Saúde e da Assistência Social reforçaram a necessidade de uma ação intersecretarial. Conforme a coordenadora da Assistência Social, “O desafio é a integração das secretarias na construção de uma política pública para Crianças e Adolescentes”

- Regimento Interno

Após a execução do hino nacional, procedeu-se à leitura e aprovação do Regimento Interno. Já na leitura do regimento, algumas pessoas foram solicitando destaques.

Alterações no Regimento Interno

No título do documento e na redação do Capítulo 1 foi acrescentada a palavra “convencional”, para qualificar a conferência.

No inciso XI, do Capítulo 2, foram sugeridos acréscimos de adendos, incorporando na redação “Encaminhar as resoluções das Conferências Lúdica e Convencional... e também para o Ministério Público, Defensoria Pública e à Comissão Extraordinária e Permanente da Criança, Adolescente e Juventude da Câmara Municipal, tanto quanto para o Conselho Tutelar para que se dê cumprimento ao Art. 136, inciso IX do ECA”.

No Art. 4º do Capítulo III, foi acrescentada a palavra “convencional”, logo após a palavra Regional. Nesse mesmo artigo, foi criado o inciso VIII – Universitários

No Art. 7º, Capítulo V, foi prolongado o prazo de credenciamento até às 12h00, com a aprovação da plenária.

O § 5º, do Art. 10º foi incluído o seguinte parêntesis: (titulares e suplentes), logo após a palavra Organização. No momento da discussão desse artigo, foram apresentados os membros da Comissão Regional, composta de representantes titulares e suplentes do poder público e sociedade civil para que fosse deliberada em plenária a inclusão desse parêntesis.

Artigo 14 do Capítulo IX: Foi acrescentado, nesse artigo, o seguinte adendo: ” que serão encaminhados para a aprovação da plenária”.

O regimento foi lido e aprovado (após as alterações realizadas nos itens acima referidos).

- Palestra

Foi proferida uma palestra sobre os eixos por Max Dante (integrante da Comissão Central da Organização das Conferências) que discorreu sobre o histórico da luta pelos direitos das crianças, tendo colocado que é um movimento que flui e reflui várias vezes e fez uma rápida explanação sobre os eixos da conferência convencional de 2009.

Ato de conferir 2007: na Conferência de 2007 haviam sido trabalhados três eixos. A plenária foi dividida em 3 grupos, por eixo, para realizar a conferência. Após os grupos examinarem as propostas da última conferência, houve uma junção de todos os grupos a aprovação dos resultados.

Durante a conferência do eixo 1 de 2007, houve um acalorado debate entre a representante da Educação na Comissão Regional e a plenária no que diz respeito à proposta de “Municipalizar as seguintes medidas socioeducativas:

- a) Reimplantação do serviço de proteção jurídico-psicossocial;
- b) A liberdade assistida deve ser um espaço de acolhimento e confiança;
- c) Profissionalização e inserção efetiva e atividades sócio-pedagógicas.

O problema foi que os itens a) e b) foram avaliados como efetivados e a representante da Educação opinou que se isso era verdade, a primeira proposta do eixo 1 que fala sobre a “criação de escolas em período integral, com estrutura adequada ao seu funcionamento” também deveria ser avaliada como tendo sido efetivada e não como constou, ou seja, não efetivada. Segundo ela, houve a implantação de algumas unidades em tempo integral e, portanto, deveria ser avaliada como parcialmente efetivada. No final, prevaleceu a opinião da plenária, de não efetivação da proposta 1 do eixo 1.

Na realidade, quase a totalidade absoluta das propostas de 2007 não foram efetivadas.

2 - OFICINAS

As oficinas foram realizadas com cinco grupos, cada qual discutindo um dos eixos definidos pelo CONANDA.

Em um dos grupos, aicineira fez a apresentação do eixo a ser discutido, mas pelo fato do grupo ser relativamente pequeno, não houve necessidade de subdivisão. Isso também ocorreu em outras oficinas. Uma vez que os participantes já haviam passado por momentos de aquecimento nas discussões sobre a conferência das propostas de 2007, os grupos partiram imediatamente para o levantamento de desafios e propostas.

Não houve dinâmicas nem apresentações das pessoas participantes. Percebeu-se em um grupo que muitas pessoas ali presentes já se conheciam. Foram tirados um relator e uma outra pessoa para apresentar as propostas em plenária.

Como costuma acontecer, percebeu-se nos grupos que algumas pessoas falam mais, e geralmente monopolizam a discussão, enquanto as demais escutam e poucas se manifestam, acabando por concordar com as propostas apresentadas.

A seguir, alguns temas ou problemas levantados nas oficinas:

Eixo 1: – Esse grupo optou por discutir Educação: classes superlotadas, melhoria na qualidade do ensino para crianças até 6 anos; discussão do ECA nas escolas.

Eixo 2: – Discuti-se que há um plano municipal de enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual que terá de ser publicado pelo gabinete do prefeito; o problema do atendimento e acompanhamento das vítimas de agressões; ampliação do número dos profissionais de saúde; criação de políticas para o problema de drogas.

Eixo 3: – CMDCA, Conselhos Tutelares, articulação entre as políticas públicas setoriais. Uma das participantes: “[...] é preciso resgatar o papel do CMDCA e dos conselhos dos direitos, porque eles

não estão funcionando, se estivessem trabalhando corretamente, faríamos conferências em cima dos balanços, não do que achamos ou criando centenas de propostas...”.

Eixo 4: – CMDCA, garantia de discussão dos direitos com as crianças e adolescentes.

Eixo 5: – gestão intersetorial, transparência da gestão, crianças e adolescentes de rua, continuidade das políticas nas mudanças de governo.

Ao final das oficinas foram escolhidos os delegados por consulta ou por auto indicação.

3 – PLENÁRIA

Os relatores dos grupos foram enunciando as propostas levantadas, explicando a razão da apresentação de cada proposta. Não houve eleição de duas propostas por eixo. Todas foram incorporadas e aprovadas.

Houve boa participação de uma parte da plenária, enquanto outra parte permanecia em silêncio.

Na plenária, os candidatos se apresentaram e foram referendados.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Diminuir o número de alunos por sala de aula
- Diminuir a terceirização dos serviços de educação
- Melhorar a qualidade do ensino das crianças até seis anos para que elas passem para os demais ciclos mais bem preparadas, garantindo a melhoria da aprendizagem até o ensino médio.
- Melhorar e expandir o ensino fundamental para os adolescentes
- Necessidade de uma equipe multidisciplinar na escola
- Divulgação do ECA
- Violência sexual, uso de drogas
- Saúde
- Rever o projeto político-pedagógico nas escolas públicas
- Resgatar e fortalecer o CMDCA
- Fortalecer os Conselhos Tutelares
- Melhorar a articulação entre as políticas públicas setoriais destinadas às crianças
- Trabalho com as crianças e adolescentes e suas famílias
- Preparação das conferências dos direitos das crianças e adolescentes
- Garantia de participação
- Implantar gestão intersetorial e compartilhada com a sociedade civil
- Garantir a continuidade das políticas públicas em atendimento aos DCAs.
- Dar transparência à gestão pública dos recursos
- Incluir as crianças e adolescentes em situação de rua nas políticas públicas

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Aumentar o número de escolas, diminuindo o número de alunos por sala
 - Os serviços de educação municipalizados não devem ser terceirizados
 - Aumentar o número de CEIs e creches. Garantir as escolas infantis em período integral.
 - Melhorar e expandir o ensino fundamental para os adolescentes (Adolescentes que estão defasados com relação à série que deveriam estar cursando)
 - Contratar uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicólogo, psicopedagogo que não estejam dedicados à parte burocrática nas escolas, garantindo um trabalho multidisciplinar nas escolas
 - Contratação de um hebiatra nas escolas, incluindo-o em programas de saúde e educação
 - Garantir um levantamento sobre o ECA, antes da conferência para se ter uma base do que as crianças pensam sobre a redução da maioridade penal, ensino infantil etc. Fazer discussão na escola e trazer informações. Que se faça uma enquete sobre o ECA com os alunos.
 - Incluir no currículo do ensino fundamental a discussão sobre os direitos das Crianças e Adolescentes.

- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos das crianças e adolescentes
 - Publicação (responsável Gabinete do Prefeito) e efetivação (Gabinete do Prefeito e demais atores do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes) do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual da Criança e Adolescente (plano, segundo a autora da proposta, já elaborado e esperando publicação) com destinação de recurso em orçamento.
 - Tornar efetiva a não criminalização de crianças e adolescentes.
 - Garantir o atendimento e o acompanhamento da criança e do adolescente vítima de violência e seus agressores.
 - Ampliação e formação contínua dos profissionais da saúde para o atendimento da criança e do adolescente.
 - Criar uma política de atendimento efetiva para a criança e o adolescente com uso abusivo de substâncias psicoativas
 - Criação de EMEI na região da Bela Vista
 - Ampliação da carga horária – integral – para as escolas.

- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - Criação de mecanismos que possibilitem a efetiva deliberação do CMDCA, no que tange às políticas voltadas para as crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.

- Integração efetiva entre o CMDCA e os Conselhos Setoriais como o COMAS, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal da Saúde, dentre outros.
- Criação de plenária mensal de Conselhos de Direitos e Conselhos Setoriais.
- Consolidar mecanismos de controle social, a partir de: a) Acesso aos dados sistematizados sobre manutenção e expansão de equipamentos sociais, tais como escolas, CEIs, serviços socioassistenciais, dentre outros; b) Acompanhamento da execução do orçamento para crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.
- Criação de veículos de comunicação (ex. jornal/boletim) do CMDCA, visando divulgação de informações sobre problemas, dificuldades, avanços e desafios em cada área de atendimento da criança e adolescente, com prioridade para EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, ESPORTE, LAZER e CULTURA.
- Seminários promovidos pelo CMDCA sobre orçamento para crianças e adolescentes no Município de São Paulo.
- Ampliar o número de Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo. Formação de conselheiros tutelares para sua melhor qualificação.
- Criação de mecanismos articuladores entre as Secretarias para traçar plano de ação integral e integrado (ex. constituir GT na Secretaria Municipal do Governo); Criação do serviço intersecretarial na municipalidade que seja a "porta de entrada" para a captação e encaminhamento das necessidades e reivindicações das crianças e adolescentes em São Paulo.
- Criar programas de formação de crianças e adolescentes e famílias nas escolas e serviços de assistência social sobre o ECA e sua aplicação. Criação de programas de atendimento às famílias que promovam a garantia dos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição.
- Adoção de metodologia nas conferências que propicie maior participação e aprofundamento nos debates de proposições. Estabelecer prazo , de no mínimo um ano, para a preparação das conferências.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania

- Que o CMDCA garanta a estrutura necessária (transporte especial, intérpretes libras, material em braille, alimentação de qualidade...) nas conferências
- Espaço de discussão prévia/preparatória para as conferências (como inclusão no conteúdo pedagógico das escolas e plano de ação dos serviços de atenção à criança e adolescente)
- Participação nos espaços de controle e efetivação das políticas públicas (como Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Comissão de Enfrentamento da Violência Sexual, Comissão Extraordinária e Permanente da Câmara Municipal).

➤ Eixo V - Gestão da Política

- Criar um pacto entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Habitação, Abastecimento e Trabalho para colaboração na formulação e execução de programas e políticas em atendimento ao DCA.
- Criar GTs regionais (compostos com técnicos das Secretarias acima, mais agentes comunitários, usuários dos serviços, organizações sociais, Conselhos Tutelares, universidades e jovens protagonistas) para aproximação dos técnicos e demais agentes, elaboração e execução de programas e políticas em atendimento ao DCA
- Que os GTs regionais discutam casos-desafios como estratégia para elaborar e executar ações compartilhadas
- Criar um Conselho Municipal com representantes do Executivo, da Sociedade Civil, Igrejas, Universidades, Empresas e Conselhos Tutelares que possa ajudar na formulação de políticas públicas e, principalmente, no controle de sua execução e continuidade num plano de trabalho decenal. (Proposta a ser aprimorada na Conferência Municipal.)
- Retomar o Orçamento Participativo e o Orçamento Criança. Proporcionar formação à sociedade civil para entender como funcionam os orçamentos públicos e poder exercer o controle efetivo dos mesmos. Respeitar o que preconiza o ECA sobre a destinação do FUMCAD e não usar o fundo para gastos que devem estar previstos nos orçamentos das Secretarias.
- Formulação e implantação de uma política de atendimento a esse público (criança de rua) com caráter intersetorial e intermunicipal. Que a implantação e execução dessa política sejam controladas pelos três poderes e pela sociedade civil.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Elinéia Meira Martins
Educação	Elizabeth Iglecias
Saúde	Maria de Fátima de Souza
Subprefeitura	Jurema Lima dos Reis
Conselho Tutelar	Regina Pereira de Andrade
Fórum Municipal DCA	Alexandra Alves dos Santos Joaquim Pereira dos Santos Neto Maurício Aparecido Muller da Silva Valéria da Silva Reis Ribeiro
Suplente	Ângela Assis Giane Cássia Decêncio Coelho Rafael Martins dos Santos Regina do Nascimento
Adolescente	David Martins de Sena Maiti Matos Prestes

7 - DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Igor Carneiro dos Santos	Paulo Ricardo Romário de Jesus
Carol Regina Rodrigues dos Santos	Aniete Santos Araguão
Yvan Aparecido dos Santos	Jonatan Aparecida da Silva Santos
Jonatas da Silva Brandão	Rafael Azczepkauski
Amanda Sayuri Cardoso Yoshii	Andressa Maria dos Santos
Vinícius Honório de Moura	Luís Carlos Moreira
Bárbara Peixoto Câmara	Luciana Aparecida de Freitas
Yan Cruz Oliveira	Márcia Rodrigues Santos
Paula Cristina Dias da Rosa	William Santos
Carlos Manoel dos Santos Filho	Karolyn Camilla Gonçalves de Oliveira
João Paulo Paiva dos Santos	Larissa Regina Mendes da Silva
Matheus Henrique L. Almeida	Renan Felipe dos Santos
Stacy Gendre Soreano Lopes	Paula Isabele Scobosa da Silva
Camila Caroline Teixeira de Almeida	Valeska Laryssa Souza
Flávia Renata Barbosa Franco	Marcelo Ferreira de Souza
Daniela Rosa Garcia	Patrícia Maria Mesquita Salamanca
Ana Lauza Vilegatti	Pedro Lucas Oliveira Silva
Marione Cecília da Silva	Milena Silva Barbosa de Jesus
Wellington Braga Parente	Rafael Tiago dos Santos

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Simone Nazaré Moreira	Glória Maria Motta Lara
Elinéia Meira Martins	Eliane Silva
Regina Pereira de Andrade	Jorge Artur C. Floriani
Artur Lauande Mucci	Lidiane Santos Rodrigues
Rafael Martins	Simone Alves Nabarrete
Lourival Nonato dos Santos	Lia Deborah Sztulman
Ana Livia Adriano	Juliana Santos Souza
Mariana Aparecida do Nascimento	Kátia Maria Chaves Prado
Lucimara Martins de Azevedo	

SANTO AMARO

INTRODUÇÃO

No dia 16 de julho de 2009 realizaram-se a Conferência Lúdica e a Convencional dos Direitos da Criança e Adolescente de Santo Amaro no espaço da Companhia Paidéia, localizada na Rua Darwin, 153, com início às 8:00h.

Participaram da conferência lúdica 152 crianças e adolescentes e da convencional, 28 adultos. Estes, em sua maioria, eram educadores em entidades sociais, professores, pedagogos e psicólogos. Observou-se também a presença de 12 representantes do poder público. Durante o credenciamento as pessoas já recebiam os crachás com as respectivas cores das oficinas das quais participariam. Segundo informações da comissão organizadora não foram realizadas inscrições pela internet e a Subprefeitura de Santo Amaro foi ausente ao longo da organização do evento, não tendo concedido qualquer apoio para a realização do mesmo.

As Conferências (lúdica e convencional) seguiram a mesma programação, do credenciamento até a divisão dos participantes nas oficinas. Após o almoço, os participantes retornaram aos grupos para finalizarem as atividades. As plenárias ocorreram no mesmo espaço, uma na sequência da outra, com todos os presentes em ambas.

De acordo com representantes da organização, foi realizado um trabalho de preparação com os oficinairos da assessoria de metodologia IBEPEC na semana que antecedeu a Conferência e as crianças e adolescentes, vindos das escolas e organizações sociais, também fizeram discussão prévia dos eixos temáticos.

As oficinas lúdicas ocorreram em espaços variados da Companhia Paidéia (palcos de dois anfiteatros e numa área vazia onde foram colocadas cadeiras) e, também, em duas salas de aula da escola que fica em frente à Companhia, do outro lado da rua. A única oficina realizada pelos adultos ocorreu em espaço da Companhia, localizado em frente ao balcão de credenciamento, onde estavam dispostas mesas e cadeiras.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

Após o credenciamento e o lanche da manhã uma representante da Comissão Organizadora deu início (por volta das 9:45h) à sessão conjunta de abertura das Conferências destacando ser aquele um espaço de participação, no qual estaria garantido o avanço no respeito e implantação dos direitos da criança e do adolescente.

O local destinado à cerimônia de abertura não comportou todos os presentes e muitos permaneceram de pé. As falas feitas no centro do palco foram, por vezes, difíceis de serem entendidas, dada a não utilização de microfone.

- Composição da Mesa

Não houve composição de mesa. A organizadora que conduziu a abertura informou e agradeceu a presença de membro do Conselho Tutelar; de representante do CMDCA; da coordenadora da Secretaria Municipal de Educação; de supervisora do CRAS Santo Amaro e de supervisora de SMADS. Não houve representação da Subprefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde.

Em seguida, a representante do CMDCA explicou a finalidade desse conselho destacando seu papel de transformar em ações, decretos e projetos o que a Conferência deliberar.

A coordenadora da Educação salientou a importância da participação das pessoas, dizendo que todos podem e devem participar da elaboração de uma política mais justa para a criança e o adolescente.

Após as falas realizadas, os participantes cantaram o Hino Nacional.

- Regimento Interno

Houve atraso para que cópias do Regimento Interno chegassem, tendo sido levadas à Conferência por membro da assessoria da metodologia IBEPEC. Foi lido pelo Conselheiro Tutelar sem o auxílio de recursos visuais ou sonoro, o que dificultou a compreensão de seus artigos. Após a leitura, não houve consulta para a aprovação ou alteração do regimento.

- Apresentação Cultural

O grupo de capoeira do Projeto 'São Paulo é uma Escola', formado por crianças e adolescentes, abriu as Conferências com uma apresentação de roda de capoeira.

Ao final da abertura foi explicada a divisão das oficinas lúdicas e da convencional, associando-as a cores. Os grupos foram chamados ao palco para se formarem e encaminhados para suas respectivas oficinas.

2 – OFICINAS

2.1 - LÚDICA

As oficinas lúdicas ocorreram por faixa etária associada a um eixo temático, tendo o grupo verde sido subdividido na última hora, em dois grupos, uma vez que estava faltando uma oficina para um dos eixos temáticos.

- i) Azul (entre 8 e 10 anos) – eixo4
- ii) Laranja (entre 11 e 13 anos) – eixo3

- iii) Verde a (entre 13 e 14 anos) – eixo 2
- iv) Verde b (entre 13 e 14 anos) – eixo 1
- iv) Amarelo (entre 15 e 18 anos) – eixo 5

O tamanho dessas oficinas foi muito desigual, variando entre 17 e cerca de 50 participantes. Todas contaram com a presença de 1 ou 2 oficinairos sendo que em uma havia também uma oficinaira indicada pela comissão organizadora.

As atividades foram interrompidas para o almoço, após o que, todos retornaram para as salas para completarem a elaboração das propostas.

Em todas as oficinas foi realizada uma primeira atividade de apresentação dos participantes, que deviam falar seu nome, instituição que representa e o que gosta de fazer. Em seguida as oficinas mais numerosas foram subdivididas e as dinâmicas utilizadas para conduzir a discussão variaram. Em algumas foi utilizada a do “bombeiro” que consistia em identificar os incêndios (problemas) e definir as formas de apagá-los. Os resultados das discussões foram registrados em um formulário fornecido pela assessoria de metodologia. Em outras, os oficinairos faziam perguntas e observações provocativas sobre questões da realidade local. As respostas conduziam a outras perguntas, desencadeando uma discussão na qual se confrontava o que tem na região e o que gostariam que tivesse. As principais idéias deviam ser anotadas por um dos membros do grupo. Em várias oficinas foram elaborados desenhos coletivos em cartolinas sobre os temas discutidos; alguns cartazes com frases alusivas a problemas levantados pelo grupo, poemas e composição de rap.

Observou-se o envolvimento das crianças e adolescentes com empolgação nas atividades e discussões realizadas, tendo, de modo geral, ocorrido boa interação entre eles. Notou-se certa timidez por parte de alguns participantes, que aos poucos foram se soltando e interagiram mais. Em alguns grupos os temas abordados foram introduzidos pela própria oficinaira, enquanto em outros, surgiram das colocações dos participantes, ainda que sob estímulo e condução da oficinaira.

Em um dos grupos de adolescentes, os meninos e as meninas não se entenderam e se dividiram para realizar as tarefas: enquanto as meninas escreviam os meninos desenhavam e faziam cartazes. Houve certa dispersão por conta disso. Na sequência, representante do CMDCA, que circulava entre as oficinas, travou um debate com um dos grupos de adolescentes questionando os motivos que entendiam contribuir para a existência do problema apontado. Esta interferência externa alterou a dinâmica de discussão dos participantes. Neste caso, a situação escolhida pelo grupo havia sido ‘lutar pela sociedade onde os políticos não dominem’ e os pontos polêmicos deste debate giraram em torno da ‘falta de interesse, de compromisso e de preocupação dos políticos, além da falta de conhecimento dos próprios direitos pelas crianças e adolescentes’, conforme haviam redigido no instrumental.

Dentre as questões abordadas nas discussões foram registradas: desigualdade social; uso de drogas; pedofilia; violência policial e familiar; tráfico (“É um absurdo a polícia ser o bandido, a polícia mata inocente, ajuda o tráfico”); prostituição; abuso sexual; preconceito social; fome; trabalho infantil (“Se

minha mãe pedisse para eu trabalhar, para ajudar nas despesas de casa, eu não iria. Tenho que aproveitar minha infância e estudar para sair da favela e não criar meus filhos lá”); influência musical em relação à violência; falta de saneamento básico; falta de respeito e discriminação de quem mora nas favelas; falta de espaços para o lazer e esporte diversificado nas escolas; de atividades dirigidas e qualificadas nas escolas; necessidade de mais escolas e de postos de saúde; falta de oportunidade profissional e de compromisso dos políticos.

Algumas soluções apontadas para os problemas foram: com relação aos políticos, os jovens devem buscar seus espaços para fazer valer a sua voz; obrigar os políticos a cumprirem o que prometem; que as necessidades sejam ditadas pelos cidadãos; conscientizar a população a pesquisar sobre a vida dos políticos; aumentar a divulgação do problema; promover maior comunicação entre político e sociedade; promover inclusão social, fazendo mais programas sociais; ter certeza de que cada escolha vai influenciar e levar a sociedade para outro caminho. Com relação à violência, realizar mais campanhas; aumentar a segurança; promover medidas preventivas; acesso à informação pelos jovens e adultos; promover mais lazer para jovens e adultos; realização de trabalhos comunitários; criação de oportunidades para os jovens; realização de cursos e palestras; projetos culturais.

Os delegados foram eleitos por votação nas oficinas e referendados na plenária com uma salva de palmas.

2.2 - CONVENCIONAL

Houve apenas uma oficina convencional (cor vermelha), na qual os participantes, reunidos no espaço do refeitório e contando com o apoio de umaicineira da assessoria de metodologia, discutiram os 5 eixos temáticos.

Na discussão do Eixo I todos trabalharam em conjunto sob a coordenação daicineira e, uma vez concluída, foram divididos em 4 grupos identificados por uma cor - azul, amarelo, verde e laranja - e pelo eixo que deviam discutir: do II ao V, respectivamente.

Aicineira colou nas paredes, próximas a cada grupo, um cartaz de papel pardo com um resumo dos principais aspectos de cada eixo conforme documento do CONAMA “Descritores dos Eixos Prioritários”. Os grupos foram orientados a ler e refletir sobre as questões colocadas tendo como perspectiva a realidade de Santo Amaro. O trabalho inicial de cada grupo foi identificar cinco problemas relativos ao eixo com que estava trabalhando e a seguir escolher dois que consideravam prioritários para serem enfrentados. Nesse momento, cada grupo se dividiu em dois subgrupos, cada um responsável por um dos temas selecionados.

À medida que a discussão avançava os participantes iam preenchendo uma ficha (instrumental elaborado pela assessoria de metodologia) na qual deveriam apontar os principais motivos que

contribuem para a existência do problema, quem poderia colaborar para resolvê-lo e formular algumas propostas visando sua solução.

Os principais temas discutidos foram: reinserção dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas; falta de integração entre os órgãos públicos e a conseqüente desarticulação entre políticas sociais; falta de estrutura dos equipamentos sociais para atender a demanda; a Defensoria Pública na região de Santo Amaro; as dificuldades de mobilização dos jovens para participarem de movimentos pela defesa de diretos; tráfico de drogas; abuso sexual; falta de participação da comunidade na definição de políticas públicas; a necessidade de ampliar a descentralização política e administrativa.

Concluído o trabalho de elaborar as propostas, os participantes fizeram a escolha dos três delegados e suplentes.

3 – PLENÁRIA

3.1 - LÚDICA

A plenária da Conferência lúdica foi a primeira a ser realizada, tendo sido conduzida por membro da Comissão Regional e contando com a presença de todos participantes. Os grupos foram chamados, pela ordem dos eixos, ao centro do palco para colocarem suas propostas, as quais foram apresentadas por meio de cartazes, rap, poema, ou ainda, em formato de notícia de jornal. Ao final da apresentação de cada grupo, a organizadora perguntava se todos concordavam com o que havia sido dito. Em algumas situações, houve debate entre expositores e os participantes que estavam na plenária.

Durante a plenária havia muito barulho e a falta de microfone impossibilitou a compreensão de várias propostas apresentadas. Alguns adolescentes atrapalharam as apresentações com brincadeiras e comentários impertinentes, sem qualquer interferência por parte dos organizadores.

Em uma das apresentações surgiu um ponto polêmico em torno dos parques equipados para jovens. Um participante indagou de onde iriam tirar a verba para tantos parques e se nas escolas já não há quadras. Outro participante interveio, dizendo que esse dinheiro é tirado do bolso de todos (“a gente paga imposto, uma bala que você compra você tá pagando imposto, daí entra o direito de nossa cobrança”).

Duas crianças pediram licença para fazer uma breve encenação no palco, após o término da leitura das propostas. A peça foi sobre a branca de neve e as falas, sobre a madrasta que tenta envenená-la, sendo presa no final.

A organizadora leu os nomes dos delegados e suplentes e pediu uma salva de palmas. Com isso, a plenária da Conferência lúdica foi finalizada.

3.2 - CONVENCIONAL

A plenária da Conferência convencional ocorreu depois de encerrada a plenária da lúdica, tendo sido conduzida pela representante de SAS de Santo Amaro. Além dos adultos, as crianças e adolescentes permaneceram no teatro, já bem menos agitados e inquietos e, apesar da falta de microfone, pôde-se compreender melhor o que estava sendo apresentado por cada um dos representantes dos grupos (um apresentador criticou a falta do microfone enquanto logística adequada para a realização de uma Conferência daquela natureza, reclamando que estava tendo que gritar para se fazer entender).

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - LÚDICA

- Violência: prostituição, drogas, violência sexual, verbal, física Influência do que se escuta nas músicas.
- Desigualdade
- Córregos abertos
- Enchentes
- Necessidades financeiras e sociais
- Condições hospitalares
- Trabalho infantil: Associação entre trabalho infantil e a miséria, muito comum crianças trabalharem para sustentar o vício de alguns membros da família (vender balas; fazer arte de circo; prostituição)
- Priorizar os estudos em relação à diversão
- A escola tem que ter tudo para que os alunos não passem o dia dentro de uma sala
- Manipulação da televisão e influência na vida das pessoas
- Alunos, muitas vezes, destroem o patrimônio físico da escola
- Na favela existem outras escolhas que não o crime
- Segregação na favela
- Faltam condições para brincar e sonhar
- Violência policial na favela
- Falta escola na favela
- Ocorrem muitas mortes na favela
- O que a escola pode fazer pelo adolescente? Várias escolas não têm o grêmio, principal instrumento dos adolescentes para poderem realizar suas reivindicações na escola.
- Abuso sexual de crianças por adultos, que por exemplo oferecem balas e pequenos presentes com intenções pedófilas. O abuso sexual está ligado ao consumo de drogas e ao alcoolismo.
- Muita gente fica brigando, fazendo intriga, muita gente que não tem ninguém de amigo; muita aula vaga; professor fica só numa atividade; adolescentes ficam jogando handball, voleiball, mas não aprendem nada.

- Cartaz e fala: “Parque público sem higiene, estão sujos e inapropriados para brincar; com brinquedo quebrado; lazer inapropriado para idades dos adolescentes, insuficiente; o parque tem que ajudar as pessoas a se divertirem (a diversão que o adolescente quer e não a que os outros querem para ele); violência nos parques”
- Escola e lazer: muitas escolas não têm jogos, nada de brinquedos.
- A reduzida participação dos alunos nos grêmios estudantis.
- Abuso sexual na família
- Criança violentada sofre transtorno psicológico, traumas e medos
- O jovem não tem voz hoje em dia
- Falta de confiança entre pais e filhos
- Falta de recursos para escolas públicas diminui o interesse e o desempenho escolar
- Falta de cuidado dos pais em relação aos filhos
- Insegurança e violência
- Violência policial
- Aulas vagas
- O jovem quer se expressar, estudar e ter uma condição melhor; quer que todo mundo os escute mais

4.2 - CONVENCIONAL

- Reinserção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas políticas públicas (jovens que cometeram ato infracional e encontram-se em liberdade assistida ou com prestação de serviços à comunidade). Esses adolescentes são estigmatizados e muitas vezes não encontram vagas nas escolas e não são aceitos nos diversos espaços da comunidade.
- Falta de integração das secretarias e das políticas de educação, assistência social e saúde.
- Tráfico de drogas. Consumo de drogas tem forte poder de atração sobre os jovens que vivem em famílias desestruturadas.
- Abuso sexual. Falta de pudor e de valores que fazem meninas e meninos exporem seu corpo por meio das roupas do dia-a-dia.
- Pedofilia.
- Falta de estrutura física e material para atender a demanda nos equipamentos. Falta de verba para o funcionamento adequado porque o poder público não administra adequadamente os recursos financeiros.
- Falta de verba para o funcionamento efetivo dos equipamentos, em decorrência da má administração dos recursos financeiros.
- Acomodação e falta de iniciativa dos profissionais dos equipamentos sociais.
- Falta de interdisciplinaridade entre as áreas de atuação profissional nos serviços públicos.
- Necessidade de mais unidades de defensoria pública em Santo Amaro, dada a dimensão da região.

- Dificuldade de mobilização para o exercício do protagonismo juvenil, em decorrência da falta de incentivos; do esvaziamento das práticas coletivas e da ausência de associações comunitárias e grêmios escolares.
- Falta de participação da comunidade nas políticas públicas.
- Inexistência de políticas de conscientização social e ausência de discussão com a comunidade na escolha dos projetos que a beneficiem.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - Não se deve tirar o funk, mas sim as letras que não são apropriadas a menores de idade
 - Na favela: melhorar o esgoto, a água encanada e o saneamento básico.
 - Esclarecer os Direitos da Criança e do Adolescente. Deixar claro que estudar e brincar são direitos da criança.
 - Estudar e aprender, todos queremos melhorar e crescer
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Divulgar e esclarecer sobre os direitos das crianças e adolescentes na escola (a maioria não conhece, não sabe que existe).
 - Divulgação do ECA e punição para os crimes de pedofilia.
- Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos
 - A escola deve favorecer:
 - Privacidade, mais amigos, muita computação, banheiro mais limpo, merenda melhor, os adolescentes podem ajudar a melhorar a escola não pichando os banheiros, não quebrando as carteiras da escola.
 - Professores poderiam usar mais vídeos educativos; professores de Educação Física deveriam dar mais tipos de esporte, como ginástica olímpica, natação e tênis.
 - Parques apropriados para todas as idades (não é exatamente brinquedo, mas parque que ajude o adolescente a se divertir, como ter uma quadra de futebol, de basquete, de vôlei e uma pista de skate. Parques legais para adolescentes e um pouco mais de proteção para adolescentes e crianças (para que não se machuquem)
 - Esporte - Podia ter ginástica olímpica; natação; tênis; salão de jogos
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
 - Participar e melhorar os grêmios estudantis e as atividades de lazer dentro e fora das escolas.

- Incentivo de professores e diretores para melhorar a participação em grêmios.

➤ Eixo V - Gestão da política

- Melhorar a estrutura da educação na escola; a Secretaria de Educação deveria manter as verbas e os materiais
- Tratamento psicológico para as crianças e adolescentes que sofrem violência
- Melhoria da relação de mútua confiança entre pais e filhos
- Que a justiça seja feita para as pessoas que violentam crianças e adolescentes
- Serviço de saúde adequado para possibilitar a recuperação de CAs com problemas de saúde causados pela violência
- Protestar contra a não destinação e aplicação de verba para educação
- Ampliar a participação de CA para melhorar o mundo, por exemplo, através da Conferência

5.2 - CONVENCIONAL

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Conscientização da população para eliminar o preconceito e estigmatização contra jovens que se encontram cumprindo medidas socioeducativas.
- Promover a divulgação do ECA nas escolas.
- Promover trabalho em conjunto, onde cada Secretaria cumpra sua função específica dentro de um projeto único.
- Capacitação dos profissionais das Secretarias para que possam trabalhar em articulação.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Criar oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida das famílias em áreas menos favorecidas.
- Aumentar as ações educativas que tratem das questões relacionadas ao tráfico e suas consequências. Criar formas de debates com propostas para minimizar o envolvimento dos jovens com as drogas.
- Melhorar a qualidade do serviço dos policiais por meio de programas de capacitação.
- Aplicação de um plano municipal de enfrentamento ao tráfico de drogas e da violência sexual, sob responsabilidade do Poder Público e com participação da sociedade, com foco na família.
- Oferecer mais núcleos de esporte, cultura e lazer com atividades que mantenham os jovens ocupados.
- Inibir a exibição de propagandas apelativas que incitam o consumo desenfreado.
- Revisão do planejamento escolar com relação à orientação no desenvolvimento da sexualidade dos jovens e promover a capacitação dos profissionais da escola no trato desse tema.
- Criar programas de recuperação consciente para os pedófilos.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Conscientização e mobilização da sociedade através de ações socioeducativas, tendo por finalidade o fortalecimento do protagonismo.
- Abrir espaço para a sociedade expor suas críticas, idéias e sugestões.
- Qualificação profissional através de cursos e palestras.
- Divulgação dos trabalhos realizados para conhecimento dos diversos segmentos da população.
- Promover a articulação dos setores públicos.
- Criar defensorias públicas com a participação de profissionais representantes das comunidades.
- Capacitação de representantes civis para o acompanhamento das atividades das políticas públicas.
- Fazer com que as crianças e adolescentes tenham o poder de voz.
- Divulgação das leis com finalidade de informar a sociedade.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Incentivo da participação juvenil no sentido de fazer valer o sistema de garantias das crianças e adolescentes.
- Promover o funcionamento efetivo da rede de Conselhos Tutelares e demais instituições que constituem espaços de participação juvenil.

➤ Eixo V - Gestão da política

- Retomada do Fórum Regional visando seu fortalecimento com poderes deliberativos a respeito dos projetos de desenvolvimento local.
- Criar vínculos de comunicação do Fórum Regional com a comunidade e divulgar suas atividades.
- Viabilizar locais e horários acessíveis de funcionamento do Fórum Regional para tornar possível a participação da comunidade.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Suzana Helena Latorre de Oliveira
Educação	Graça Aparecida Calzolari Valverde Dias
Subprefeitura	Patrizia Braga
Conselho Tutelar	Karina Gimenes
	Dalva Oliveira Batista da Silva

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Dayanne Fernandes de Oliveira Luciana Bispo Maciel Ana Carolina dos Santos Lohanne Cristina Silva Santos Jorge Aguiar Nunes Igor F. Souza Gomes	Thaina Oliveira da Silva Vanessa de Jesus Araujo Gabriel Wanklin Rodrigues da Silva Jackson Guilherme de Souza Brenda Ferreira da Silva

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Rogério da Silva Costa Eduardo dos Santos Pais Luciana Alves dos Santos	Caio Willian de Souza Rogério Azevedo dos Santos Kely Cristina dos Santos

VILA MARIA

INTRODUÇÃO

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente Lúdica e Convencional de Vila Maria foram realizadas no auditório da UNIBAN, à Avenida Maria Cândida, 1813, das 8:00 às 17:00h., mas em dias diferentes. A Lúdica aconteceu no dia 25 de junho e a Convencional, no dia 26 de junho de 2009. As conferências contaram com cerca de 114 participantes na lúdica e 36, na convencional, sendo que na lúdica haviam se inscrito cerca de 280 pessoas, das quais 169 on-line.

Segundo informações da Comissão Organizadora, a possibilidade de inscrições on-line se encerrou dois dias antes do evento, levando a um acúmulo de inscrições durante o credenciamento da Conferência lúdica.

Nas duas conferências, as oficinas foram realizadas em salas de aula da Universidade e conduzidas por oficinairos da assessoria de metodologia IBEPEC.

Na Conferência lúdica, o credenciamento se iniciou às 9:00h com o preenchimento de uma ficha com os dados contidos no formulário on-line. No entanto, dado o atraso dos ônibus, a organização passou a utilizar somente a lista de presença oficial. Diante disto, representante da diretoria regional da educação informou que as fichas de inscrição seriam, então, preenchidas nas escolas e encaminhadas ao CMDCA.

A Comissão Organizadora delimitou para a Conferência lúdica um número de participantes, estabelecendo que cada escola municipal deveria encaminhar 10 alunos e os serviços de assistência social, um total de 50 adolescentes. As crianças e os adolescentes foram escolhidos pelos professores/diretores/coordenadores das escolas e das ONGs, porém, não foram obtidas informações sobre os critérios para tal seleção.

As crianças e os adolescentes eram, na maioria, das escolas municipais e dos Centros da Criança e do Adolescente – CCA. Participaram, também, alguns professores da rede municipal, educadores de serviços sócioeducativos e representantes de organizações sociais. Duas adolescentes das escolas municipais fizeram a cobertura da conferência com fotos e vídeo.

O credenciamento da Conferência convencional teve início com 1 ½ hora de atraso e, ainda assim, a Conferência foi encerrada às 15:00h, duas horas antes do previsto.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura teve início com atraso de quase duas horas, sem contar com parte significativa de crianças e adolescentes que estavam nos 8 ônibus atrasados. A solenidade de abertura ocorreu por volta das 10:30h com a fala da representante da Educação que saudou os presentes, ressaltando a importância da participação das crianças e dos adolescentes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Situou o objetivo da conferência e enfatizou a questão dos direitos, das responsabilidades e da necessidade das crianças e adolescentes “brigarem” por um futuro melhor. Repudiou o atraso do início da programação, ato este de desrespeito às crianças e aos adolescentes inscritos na conferência.

Um dos organizadores disse não ter sido realizada nenhuma atividade programada pela comissão para preparar os adolescentes para a conferência. Reclamou também da prorrogação da conferência pelo CMDCA, pois já estava tudo organizado e tiveram que começar tudo de novo.

- Composição da Mesa

Um membro da comissão organizadora deu início aos trabalhos convidando para compor a mesa os representantes dos adolescentes, representante do subprefeito, da Coordenadoria Regional de Saúde, da Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, a supervisora do CRAS da Vila Maria/ Vila Guilherme, Conselheiro Tutelar e representante do CMDCA.

Após a execução do Hino Nacional foi dada a palavra ao representante da subprefeitura que destacou a importância do dia para que as crianças apresentassem suas idéias aos governantes, salientando a necessidade de investimento em educação. O representante do CMDCA, enfatizou em sua fala o significado do dia para conferir o que havia sido feito e planejar o futuro, apontando, ainda, que a política pública está em constante construção e vários são os desafios a serem enfrentados. O representante dos adolescentes destacou o grande potencial das crianças e dos adolescentes para “a partir de hoje e sempre melhorar o dia a dia”.

- Regimento Interno

O representante da zona norte no CMDCA explicou que o Regimento Interno era a lei da conferência e que era igual para todas. Em seguida, realizou a explicação dos capítulos, a qual foi acompanhada pelos participantes através de projeção em data show. O Regimento não foi aberto para discussão e nem submetido a votação.

- Apresentações Culturais

Houve duas apresentações culturais na abertura da conferência: um coral do Centro de Promoção Social Cônego Luiz Biasi cantando duas músicas regionais e, uma apresentação do Grupo de Dança do

Centro para Crianças e Adolescentes da ACM da Vila Maria. As duas apresentações foram muito aplaudidas pelos participantes.

Estavam previstas outras três apresentações culturais no período da tarde, antes do início da plenária, que acabaram sendo canceladas pela organização devido ao atraso na programação do dia.

2 - OFICINAS

Ao final da solenidade de abertura osicineiros foram apresentados à plenária. Os participantes foram chamados a acompanhá-los, por tema. Durante o credenciamento os adolescentes receberam os crachás aonde já vinha anotado o tema da oficina que deveriam participar.

Previa-se a realização de 8 oficinas, organizadas por temas: cidadania, saúde, educação, ética, segurança, solidariedade, respeito e justiça. No dia da conferência, tendo em vista o número insuficiente deicineiros, o número de oficinas foi reduzido para 4, sendo que cada uma abrangeu 2 temas. Excedido o número de participantes, foi aberta mais uma oficina, coordenada por um representante do CMDCA.

A faixa etária predominante foi de adolescentes entre 12 e 16 anos, tendo sido bem reduzida a presença de crianças de 6 a 11 anos. O número de participantes por oficina variou de 16 a 44, havendo uma distribuição equilibrada de faixa etária e sexo. O auditório, as salas de aula e a lanchonete disponibilizados para a conferência foram adequados às atividades desenvolvidas.

As oficinas se iniciaram com a apresentação dos participantes organizados em círculo, algumas através de apresentação em duplas. Após uma breve explicação do tema a ser abordado, foi aplicada a dinâmica do bombeiro, onde cada participante deveria apresentar qual o “incêndio” que mais atrapalha a sua vida no bairro, levantar causas, soluções e responsáveis.

Quatro oficinas trabalharam com subgrupos. Ao final, todos os subgrupos fizeram um desenho em cartolina expressando os assuntos debatidos para encaminhamento à plenária, utilizando alguns materiais pedagógicos à disposição nas salas. Os temas eram abstratos e a maioria dos grupos teve dificuldade de concretizar propostas. A oficina de Cidadania e Saúde trabalhou com o grupo inteiro, problematizando as questões que eram levantadas e aprofundando a reflexão.

Houve dificuldade por parte dosicineiros em controlar o tempo e, em decorrência, não houve retorno do resultado dos subgrupos para o conjunto dos participantes da oficina, com exceção de uma. Os subgrupos apresentaram suas conclusões direto na plenária, não tendo havido discussão e escolha das propostas prioritárias.

Poucos adolescentes participaram ativamente da dinâmica do bombeiro. Ao responderem às questões propostas nos instrumentais, a maioria permanecia alheia, havia conversas paralelas, interagem pouco entre si e menos ainda com osicineiros. Nos subgrupos, em geral, as meninas tinham mais

iniciativa, tentando responder às perguntas dos instrumentais. Foi pequena a participação dos oficinairos na condução dessas discussões.

Quase a totalidade dos adolescentes presentes participava pela primeira vez de uma conferência.

O problema com os ônibus, também interferiu no desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, tendo em vista que, conforme os ônibus chegavam, os adolescentes eram distribuídos nas oficinas já em andamento. Depois de instalados, foram chamados para tomar lanche provocando nova dispersão. Em alguns casos a tarefa do subgrupo chegou a parar e não foi mais retomada. Em apenas uma oficina houve debate geral, com o envolvimento de boa parte dos participantes e a oficinaira estimulava a discussão repetindo sempre que aquela era a hora para falar tudo.

O tema cidadania e saúde e a condução da oficina contribuíram para envolvimento maior do grupo. A falta de cidadania trouxe à tona questões como preconceito, racismo, vandalismo, agressão, discriminação e criminalidade. Alguns temas polarizaram as discussões, de um lado o mau atendimento nos serviços públicos de saúde e a falta de respeito dos médicos para com os munícipes nos hospitais e de outro lado preconceito de classe/raça versus oportunidades iguais para todos. Esta oficina contou com a participação de adultos que contribuíram no aprofundamento das polêmicas surgidas.

Os temas recorrentes foram: o preconceito, a falta de respeito, a violência, a falta de segurança, a necessidade de união entre as pessoas e o mau atendimento dos hospitais.

Cada oficina escolheu dois delegados e dois suplentes para a conferência municipal, tendo sido referendados pelo grupo. Alguns foram indicados e outros se auto-indicaram.

Numa das oficinas havia mais interessados do que o número necessário, diante do que, antes da votação os candidatos se apresentaram dizendo por que queriam ser delegados e como iriam trabalhar. O oficinairo alertou que os candidatos deveriam ter disponibilidade e responsabilidade e que depois de eleito não dava para voltar atrás, o que levou alguns a desistirem. Procedeu-se a votação um a um. Os participantes da oficina estavam bastante envolvidos.

3 - PLENÁRIA

Após o almoço os participantes se dirigiram ao auditório da UNIBAN para apresentação dos resultados das oficinas. A plenária foi coordenada por uma representante da comissão organizadora. Os oficinairos foram chamados para conduzir a apresentação das propostas. Os conteúdos foram apresentados em cartazes, ora só com desenho, ora com palavras ou frases, descreviam o significado dos desenhos e reproduziam um pouco do que havia sido a discussão nos grupos.

Os cartazes não se configuravam necessariamente como proposta, porém expressavam o cotidiano, os medos, as preocupações e os sonhos desses adolescentes. No geral todos os adolescentes dos subgrupos participaram da apresentação.

Durante a exposição da primeira oficina o grupo deu a palavra à representante da entidade Centro Social Leão XIII, que em nome de todos os CCAs da região fez uma explanação durante 25 minutos sobre os direitos da criança e do adolescente, tendo como base o ECA. Em sua fala destacou a necessidade do acesso às políticas públicas de qualidade e apontou as deficiências existentes no bairro. Após o término da fala, o subgrupo de educação, passou a palavra a uma fonoaudióloga, que no seu depoimento defendeu a necessidade de políticas públicas para os deficientes físicos.

No final das apresentações, os estudantes da diretoria de dois grêmios estudantis fizeram o uso da palavra chamando os adolescentes a participarem dos grêmios escolares. O primeiro enfatizou a importância das relações entre as pessoas “se estamos juntos podemos fazer muitas coisas, mudar o mundo, o universo”, falou sobre o trabalho que é realizado no grêmio, destacou a importância da participação no dia a dia. A segunda estudante, também de direção de grêmio, reforçou a importância dos adolescentes acreditarem em si mesmos e não desanimarem diante das dificuldades, “se a gente não consegue hoje passar por um grêmio dentro da nossa escola e lutar, lá fora a gente vai ser pisado”.

Não houve discussão dos conteúdos apresentados e as propostas não foram votadas. Havia muita dispersão e barulho na plenária.

O processo de votação dos delegados foi conduzido pela equipe de metodologia do IBEPEC, que procedeu a apresentação dos adolescentes titulares e suplentes indicados nas oficinas que, então, foram referendados por aclamação.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta lazer para as crianças e adolescentes, quando saem da escola ficam na rua sem ter o que fazer, ou fazendo coisa errada
- Falta policiamento nas escolas
- Ter a polícia como exemplo e não como inimiga
- Muito professor sem dedicação, faltam e não ensinam nada
- Não é só na escola que se aprende, é preciso de ajuda dos pais em casa
- Ninguém tem respeito por ninguém. Falta de ética das pessoas: violência, desrespeito, ganância, inveja, corrupção na política, negligência
- Falta ética em todo lugar: crianças abandonadas pela família, motorista dirige bêbado, juiz de futebol ladrão, aquecimento global
- Falta de espaços culturais de lazer e recreação nos bairros da zona norte, não tem cinema, não tem shopping etc.

- A saúde pública não é boa. Existe um descaso com serviços de saúde na cidade de São Paulo, falta bom atendimento, falta remédio barato
- Falta respeito dos médicos nos hospitais quando atendem a população, eles não tem postura de cidadãos
- Falta infra-estrutura que facilite o acesso dos deficientes físicos. Eles se sentem excluídos por falta de adaptação das escolas e dificuldades no bairro
- Falta de segurança é você estar num lugar e saber que pode tomar um tiro ou acontecer qualquer outra coisa. Não é só bandido que traz insegurança
- Alunos moram em bairros distantes do curso profissionalizante da zona norte
- Falta emprego para o jovem, não adianta fazer curso e depois não ter emprego
- A discriminação não é só racial, de religião, mas também o desrespeito às diferenças individuais
- Preconceito racial nas escolas, nas ruas, etc.
- Falta segurança no bairro, muita gente sai para trabalhar, estudar e não volta por causa da violência
- Não é só o bandido que traz insegurança, a gente também pode cometer atos que trazem consequências graves quando saímos fazendo zueira
- Nenhum político é preso
- Falta solidariedade, as pessoas são egoístas
- Violência
- Falta participação dos jovens nos grêmios para ajudar a mudar as coisas: diminuir o preconceito

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades

- Ter mais CCA – Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente
- Professores qualificados, competentes e dedicados. Alunos mais educados
- Ter mais computadores nas escolas
- Educação e orientação para os pais
- Mudança de comportamento da sociedade no sentido de um maior respeito, mais colaboração de uns com os outros, maior união, um comportamento mais amigável e solidariedade para alcançar direitos
- Preservar o meio ambiente, respeitar deficientes e respeitar todas as pessoas independente de cor ou religião, etc.
- Analisar a postura dos candidatos: vereador, prefeito, governantes pois é o futuro do nosso país que está em jogo
- Criar espaços de cultura e lazer, principalmente nos bairros mais distantes
- Fazer hospitais perto dos bairros, melhorar os serviços nos hospitais já existentes e aumentar o número de médicos
- Ter rede de esgoto nas ruas

- É preciso que os médicos atendam a população com mais respeito
 - Mobilização das pessoas para conseguir mais infraestrutura urbana que permita a inclusão dos deficientes
 - Queremos estar num lugar com a consciência leve, poder ficar tranquilo que não vai acontecer nada
 - Transporte direto e gratuito para os alunos dos cursos profissionalizantes
 - Mais oportunidades de emprego para os jovens na zona norte e melhores salários
 - É preciso respeitar os direitos dos outros e combater os preconceitos
 - O que pode mudar alguma coisa, como o preconceito, o racismo, o bairro, uma lei de trânsito, a cultura, é a relação, a interação entre as pessoas, o que somos como seres humanos
 - Necessidade da conscientização do jovem
 - Justiça para todos
 - Ajudar os deficientes nas ruas, ceder lugar para os velhos, pessoas menos egoístas
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
- Combater o abuso sexual das crianças
 - Acabar com o trabalho infantil
 - Combater a violência na família, na escola e nas ruas
 - Mais ajuda da APM, do governo, dos servidores públicos, da comunidade para colocar policiamento nas escolas
 - Prender os traficantes, ensinar reciclagem para todos, educação dos pais, respeitar todas as pessoas independente de religião
 - Apoio dos pais, da escola, do governo, da comunidade, da polícia, para ter segurança nas escolas, nos bairros e ônibus
 - Mais câmeras nas ruas para evitar assaltos
- Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania
- Mais participação dos alunos nos grêmios das escolas

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

A Conferência foi oficialmente aberta, de improviso, pelo representante do CRAS pois, segundo informações fornecidas pela Comissão Organizadora, a mestre de cerimônia havia comunicado no dia anterior que não estaria presente e não houve preparo de outra pessoa para substituí-la.

- Composição da Mesa

Não houve composição da mesa. O representante do CRAS, que acabou conduzindo a abertura, comunicou a presença de alguns representantes do poder público, a saber: de CRAS; da Coordenadoria da Saúde; dois Conselheiros Tutelares e do CMDCA.

- Regimento Interno

A leitura do regimento interno, feita pelo representante do CRAS, teve início por volta das 10:00h. Foi aprovado sem alteração, em regime de votação.

- Apresentações Culturais

Foi realizada apresentação de um vídeo no telão, com imagens sobre crianças e adolescentes no Brasil. No encerramento, as pessoas assistiram a um vídeo no qual o Hino Nacional foi cantado em diferentes ritmos de diferentes regiões do Brasil.

2 – OFICINAS

Foram realizadas 3 oficinas por tema, nas quais as pessoas foram distribuídas no momento do credenciamento e cujos temas foram definidos pelos oficinairos da assessoria de metodologia IBEPEC, a saber: Cidadania e Saúde; Ética e Educação; Gestão de Políticas Públicas.

Cada oficina contou com a presença de um oficinairo. Durante a realização das atividades nos grupos, o material pedagógico (cartolinas, caneta, durex) chegou com atraso, o que fez com que não fosse utilizado em algumas oficinas.

Observou-se nas oficinas, de modo geral, a distribuição dos participantes em um círculo inicial para que todos se apresentassem. Em seguida, em duas oficinas foram constituídos grupos menores e na terceira, as pessoas permaneceram no círculo que se abriu em direção à lousa, a qual foi utilizada para registrar pontos da discussão e colagem de papéis, além da utilização de cartolina para registro.

As discussões tiveram início, estimuladas por questões colocadas pelos oficinairos em relação ao tema da oficina, sendo que nas três foi utilizada a dinâmica do bombeiro, cuja orientação dada pelos oficinairos foi: “há na região vários incêndios acontecendo que estão prejudicando a vida dos moradores do local. Vocês deverão apontar alguns desses incêndios”. Após os participantes elencarem os ‘incêndios’, elegeram aqueles que entendiam ser prioritários para aprofundamento das discussões e preenchimento de instrumental fornecido pelo oficinairo. Em seguida, as pessoas fizeram sugestões de propostas para resolução dos problemas em dez dias, seguindo o instrumental.

Não se observou a presença de grupos que tivessem se organizado anteriormente para a conferência. As pessoas se envolveram nas discussões e algumas se destacaram no direcionamento do debate, embora todos estivessem bastante atentos e interessados. Na oficina de Gestão de Políticas Públicas a

maioria participou ativamente, dando opiniões, argumentando e registrando os pontos. Nas outras duas oficinas, em vários momentos da discussão o tema resvalou em vários exemplos pessoais abrangendo questões do conjunto da sociedade e não centrou o foco na criança e no adolescente.

Dentre os assuntos tratados nas oficinas, registrou-se: trabalho infantil doméstico; crianças e adolescentes envolvidos com tráfico de drogas; pedofilia; exploração e violência sexual, violência policial e estrutura familiar; saúde (dificuldade de atendimento para filhos deficientes, descaso com o cidadão); falta de mobilização da comunidade; educação (tempo que os filhos passam nas escolas); participação popular na política; o papel da família, o perfil da família estruturada. Um participante colocou que “A ausência da mãe faz as crianças mudarem de comportamento porque a instituição familiar está falida”, ao que os demais discordaram “Ela não está falida, está sofrendo uma profunda transformação. Hoje há vários tipos de família”.

Na oficina Gestão de Políticas Públicas, ao tratarem da questão do respeito pelas crianças e adolescentes no cotidiano, as pessoas apontaram como grande desrespeito às crianças e adolescentes, a desorganização da Conferência lúdica da região, realizada no dia anterior. Ressaltaram, ainda, a necessidade de preparar as crianças e os adolescentes com antecedência para a Conferência e não, 2 dias antes, além de estimular a participação das organizações no processo.

Na oficina Ética e Educação, oicineiro introduziu a questão “como lidar com o homossexualismo e com a questão da adoção por casal de homossexuais”, ao que um participante fez a seguinte observação: “temos que tomar cuidado com o preconceito”.

Para delegados, alguns candidatos foram indicados pelo grupo e outros, voluntariamente se candidataram, tendo sido aclamados nas oficinas.

3 – PLENÁRIA

A plenária foi conduzida de modo improvisado (segundo o próprio representante do CRAS que a coordenou, em substituição à mestre de cerimônia), com a apresentação sequencial das propostas por grupo, ou seja, por tema.

Cada grupo subiu ao palco com todos os seus integrantes e, concentrando a fala em uma ou duas pessoas, apresentou os problemas (nem todos apresentaram) e as propostas elaboradas. Em alguns casos, seguravam os cartazes que haviam preparado, ilustrando o que falavam e, em outros, faziam a leitura na íntegra dos mesmos. Um dos grupos não se utilizou de cartazes. Durante as apresentações dos grupos, as pessoas criticaram a ausência do poder público, o fato de terem tido pouco tempo para aprofundar as discussões dado o atraso no início das atividades e a presença de poucas pessoas na Conferência. O grupo ‘Ética e Educação’ questionou a falta de ética na Conferência, destacando, além destes, a desorganização, a não conferência da realização das propostas de 2007 e a frustração com que os participantes retornariam às suas entidades. Um integrante do grupo propôs, na hora, que as

peessoas fizessem por escrito uma carta, exigindo respostas do poder público e esclarecimento sobre a realização do que já havia sido proposto anteriormente, ao que o representante do CRAS que conduzia a plenária indagou se aquela era uma proposta do grupo ou somente da pessoa que estava apresentando. A resposta foi de que era do grupo.

O representante do CRAS esclareceu que dali sairiam propostas que seriam encaminhadas pelos delegados eleitos para a Conferência Municipal.

Com relação à cobrança feita por integrante do grupo sobre a presença do poder público na Conferência, o representante do CRAS disse que não caberia à pessoa cobrar, posto que ela havia se manifestado em primeira pessoa e não no plural, mas sim, aos delegados eleitos, ao que um participante na plenária retrucou: ‘Vocês têm todo o direito de cobrar isso aqui, além da cobrança que o delegado deverá fazer na Conferência Municipal; temos que cobrar aqui para que a próxima Conferência esteja organizada e com a presença de representantes do poder público’. À isso, o representante do CRAS respondeu: “ela tem sim o direito de reivindicar, mas reivindica muito pouco, ela deve exercer 10% da cidadania dela”; “existem outros espaços, que não somente nesta Conferência”; “ela tem a oportunidade de reivindicar em outros momentos também”; “eu não estou falando pra que ela não fale agora ou cale a boca, estou dizendo que o que ela está falando tem que ser ouvido por mais pessoas, na Municipal e não na regional”.

Em seguida, outro integrante do grupo no palco questionou qual outro espaço existe em nível regional para tratar de questões referentes a crianças e adolescentes, ao que o representante do CRAS respondeu ser o Fórum DCA da região, do qual as organizações não participam quando chamadas e concluiu: “não gastem suas energias com reivindicações regionais porque este Forum é para levar propostas para o Municipal”.

Os delegados e suplentes foram chamados ao palco para se apresentarem e, em seguida, foram referendados um a um, com levantamento de crachá pela plenária. Ao final, o representante do CRAS encerrou a Conferência com um agradecimento às organizações presentes, além de dar alguns informes.

4 - DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Má qualidade do atendimento nos serviços de saúde por médicos e funcionários que atendem o público. O mau atendimento é um descumprimento da cidadania
- Falta respeito aos idosos, crianças deficientes, acesso das crianças e adolescentes à escola, moradia digna e ao lazer
- Falta de discussão sobre as diferentes estruturas da família hoje (só pai, só mãe, casal homossexual) e a influência disso na sociedade; falta de estrutura familiar sólida e de alguém que comece a trabalhar as famílias; perda do papel de educador da família, que repassa a responsabilidade para a sociedade, para as entidades e para o poder público (o ECA diz que primeiro é a família)

- Falta de apoio de profissionais como psicólogos, assistentes sociais do CRAS às ONGs para realizarem trabalho com as famílias (não conseguem chegar no pai e na mãe, ou no cuidador dessa criança). Quando existe o apoio do CRAS, ele é insuficiente ou inadequado para atender os problemas que as entidades enfrentam. A maioria das crianças e adolescentes apresenta problemas de aproveitamento escolar, há conflitos e as mães não comparecem na escola quando chamadas.
- Ausência de mobilização popular diante da terceirização da saúde (questão das OSs que estão administrando a saúde na região); população não tem se organizado para reivindicar melhores serviços médicos
- Falta de instrumentos e incentivos que proporcionem a participação popular na gestão de políticas. Razões pelas quais a população não participa: precarização da educação formal e popular; individualização (sociedade torna as pessoas cada vez mais individualistas); perda dos valores humanos; endurecimento da realidade (quando a questão social se agrava ocorre um embrutecimento das pessoas marginalizadas); apropriação pelo privado do que é público; cultura da pós-modernidade (cidadão não de direitos, mas cidadão consumidor)
- A população não tem acesso à informação nem conhecimento de questões administrativas e, por esta razão, não cobra o poder público
- O Estado não tem garantido, muitas vezes, o cumprimento das leis (existe divergência entre lei e execução da lei). O poder público, enquanto instituição governamental, dificulta a realização das ações. As diferentes Secretarias não falam a mesma linguagem (falta comunicação e entendimento entre elas). Falta engajamento dos funcionários, as Secretarias não atendem adequadamente o usuário. Falta contato da população com o poder público e há dificuldade de acesso/diálogo junto à subprefeitura para reivindicar um direito. As secretarias só ouvem a população quando é feito grande estardalhaço.

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

- Eixo I - Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
 - O poder público deveria melhorar o atendimento médico.
 - Capacitação dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes
 - Garantir o direito de toda criança e do adolescente à escola, à moradia digna e ao lazer
 - Fortalecimento de ações que visem a inclusão social da pessoa com deficiência
 - Maior preocupação e investimento com saneamento básico
- Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Conscientização dos pais em relação à educação de seus filhos, pois esta interfere no relacionamento escolar; e na sociedade em geral. Resgatar a família, fazendo com que as mães e os pais estejam mais presentes na educação dos filhos, acompanhando seu desenvolvimento

- Maior participação da sociedade, dos pais, da comunidade, para lutar pelos direitos das crianças e adolescentes.
- Projetos que efetivamente restaurem jovens moradores de ruas e para que sejam incluídos à sociedade.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Fóruns Regionais para verificar a situação da infância e juventude, provocadas por adolescentes, famílias e instituições

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Divulgar para a população o resultado das conferências. Mobilizar a sociedade no sentido de cobrar a execução das políticas públicas e sejam cidadãos de direito
- Articulação das ONGs e população local para construir propostas para melhorar o atendimento médico na região
- Construir novas formas de diálogo entre a sociedade civil e o poder público, divulgando as conferências e ampliando a mobilização para participação de todos os atores envolvidos
- Fazer com que a participação popular seja efetiva. Para que isto ocorra é necessário criar Fóruns, revitalizar os que já existem; fazer com que poder público participe deles para que não elabore uma política pública em gabinete; garantir a participação da população e dos trabalhadores que se identifiquem com a causa. As políticas públicas têm que ser construídas pela população que deve se apropriar da gestão. Para isto é necessário iniciar o processo nas escolas, nas organizações, incentivando a participação popular para que os sujeitos se sintam integrados ao processo e não sejam somente ouvintes
- Garantir acesso da criança e do adolescente à informação.

➤ Eixo V - Gestão da política

- Articulação da rede socioassistencial (saúde, educação, assistência social). Os órgãos competentes têm que ir até escolas, abrigos etc., passar informações e fazer intervenções sistemáticas (cultura, lazer, saúde); serviço de prevenção às violações que podem ocorrer
- Maior empenho e comprometimento da sociedade, de forma geral, para cobrar o poder público a efetivação das políticas de atendimento à infância e juventude
- Elaboração de projetos sociais que visem participação popular, profissionais de ONGs.

6 - COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Wilson Carlos Simões de Oliveira
Educação	Shirley Aparecida Diniz Toro
Saúde	Maria Aparecida Aponte Tiengo
Subprefeitura	Ailton Rodrigues de Oliveira

Conselho Tutelar	Tiago César Gnecco Priscila Theodoro
Fórum Municipal DCA	Marileide Maria da Conceição Dirce Daine da Cunha Vanessa da Silva da Cruz Sandra Petrassi Cardoso
Adolescente	Felipe Luiz Vieira dos Santos Myrian Silva Santos

7 - LISTA DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES E SUPLENTE	
Guilherme Augusto Oliveira	Wesley Nicolas Alvez
Paloma Nascimento	Thais Helena Almeida
Janaína Aparecida Carvalho Santos	Tatiana Custódio de Alencar
Miguel Henrique Demétrio Pereira	Noemi Teixeira de Jesus
Letícia Mariana Bitencourt Amaral	Estefânia Sousa Silva
Paloma Correa Rosalem	Carolina Silva Aguiar
Ana Lúcia Santos de Melo	Caíque de Souza do Nascimento
João Vitor Silva de Souza	Rodrigo Alves Sodré
Wesley Leandro Moreira	Aparecida Sena Martins

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES E SUPLENTE
Enio Francisco Rosa
Daniela Silva de Sales
Antônio Galvão Neto
Vivian Silva de Oliveira
Cristiana Aparecida Ferreira Dessunti Martins
Ednei Nunes Gervasio
Priscila Theodoro
Tiago Cezar Gnecco

VILA MARIANA

INTRODUÇÃO

A Conferência Lúdica de Vila Mariana foi realizada no dia 1 de julho de 2009, no Clube Mane Garrincha, da Secretaria de Esportes, à rua Pedro de Toledo 1651 e a Convencional no dia 7 de julho de 2009, no prédio da Diretoria Regional de Educação do Ipiranga, R. Leandro Dupret, 525. A Conferência Lúdica contou a participação de aproximadamente 350 crianças e adolescentes, procedentes principalmente de projetos sociais da região e a Convencional com 50 adultos educadores de organizações sociais e técnicos de órgãos públicos.

A conferência lúdica foi aberta no ginásio de esportes com todos os participantes. Havia um grupo significativo de crianças, cerca de 80 na faixa dos 6 aos 9 anos. Participaram também vários jovens em situação de rua procedentes de abrigos, crechas e do Projeto Quixote. Para as oficinas os participantes foram separados por faixas etárias. Na parte da tarde ocorreu a plenária no ginásio e foram feitas várias apresentações culturais com grupos de dança e capoeira. A conferência terminou com o convite aos participantes para integrar a apresentação do grupo de Street Dance que se apresentava.

Na abertura da Conferência Convencional foi proferida uma palestra por um membro do Fórum Regional que retomou os temas da conferência de 2007 e discorreu sobre a conferência atual, seu marco conceitual e os eixos propostos pelo CONANDA, procurando exemplificá-los com dados da realidade local. As oficinas tiveram como tema os eixos. Na plenária as conclusões dos grupos foram apresentadas e discutidas pelos participantes. Em seguida houve eleição dos delegados indicados pelos grupos das oficinas.

CONFERÊNCIA LÚDICA

1 - ABERTURA

A abertura da Conferência ocorreu às 10:00hs, no ginásio de esportes após a chegada dos grupos de crianças e adolescentes, que foram se distribuindo pelas arquibancadas. O Hino Nacional foi cantado por todos abrindo os trabalhos do dia. Logo em seguida a mestre de cerimônias nomeou as instituições presentes – Projetos Sociais, Institutos, Escolas municipais (3), Escola estadual (1), CRECAS e Abrigos – e fez algumas considerações sobre o significado da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente: “quem participa tem seus direitos garantidos, vamos analisar e avaliar o que está sendo garantido e propor o que falta”.

- Composição da Mesa

A mesa foi composta por representante do Subprefeito da Vila Mariana, da 16ª Delegacia de polícia (o próprio delegado), da Diretoria Regional de Educação do Ipiranga, da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria de Esportes e um jovem e uma jovem, representantes das crianças e adolescentes.

A fala de abertura de todos os componentes da mesa girou em torno agradecimentos à presença e da importância do espaço de participação das crianças e adolescentes para refletir e manifestar suas opiniões sobre seus direitos.

Após os discursos foi apresentado um vídeo O Menestrel, que tratava de questões alusivas à condição humana, declamadas frente a uma orquestra.

- Regimento Interno

O regimento interno não foi lido na íntegra, apenas foram apontados os temas a serem discutidos e a programação do dia com seus objetivos.

A Abertura foi finalizada com as instruções para as oficinas que ocorreram antes do almoço.

2 – OFICINAS

Para a realização das oficinas os participantes foram divididos por faixa etária: 6 a 9 anos, 10 a 11 anos, 12 a 13 anos, 14 a 15 anos e 16 a 17 anos. Os grupos com número grande de participantes se subdividiram totalizando oito oficinas, sendo cinco de crianças, que se dirigiram para salas próximas e três de adolescentes que permaneceram em grupos no ginásio de esportes.

Foi utilizada a dinâmica do bombeiro, que buscava identificar os “incêndios” (problemas) e as possíveis soluções, tomando como tema os eixos do CONANDA. Os oficinairos da assessoria de metodologia contaram com a colaboração dos educadores que acompanhavam os participantes na conferência.

O grupo de crianças de 6 a 9 anos era muito grande (80 participantes) e foram divididos em dois, sendo que um deles ocupou a entrada do centro esportivo, numa área externa coberta e o outro ficou em uma sala. Em um dos grupos foi lançada uma pergunta: “O que vocês acham que está faltando nas escolas?” Foram distribuídas cartolinas, material para desenho e pintura para que as crianças escrevessem ou desenhassem respondendo à questão colocada. No outro grupo utilizou-se a técnica do teatro criando-se uma espécie de tribuna onde uma criança subia em uma cadeira e estabelecia um diálogo com a platéia.

As crianças diziam: Eu quero, eu quero, eu quero!

Os educadores respondiam: O que, o que, o que???

As crianças respondiam: Protesto, protesto, protesto!! A partir daí expunham suas reivindicações, entre outras: piscina; lugar para brincar; eu queria que na minha rua tivesse quadra e parquinho; tem um campo enorme de mato na minha rua, devia cortar e fazer um lugar de diversão; na minha rua tem bar na calçada e as crianças perdem o espaço pra brincar; eu queria capoeira todos os dias e aprender novas coisas; eu queria esportes nas escolas; segurança nas ruas.

As crianças da faixa etária de 10 e 11 anos também foram divididas em 2 grupos e a pergunta básica foi: o que vocês acham que é violência contra a criança? As respostas foram: agressões pelos pais; pedofilia na internet; fazer a criança trabalhar e apanhar; abandonar a criança quando a mãe não quer mais; um dos piores problemas é quando as crianças são abandonadas. Isso não afeta só o corpo, magoa a gente; as coisas que a gente faz errado, a gente vê nossos pais fazerem.

Nestes grupos as crianças desenharam, usaram massinha e colagem com palitos para expressar os problemas e propostas.

De uma forma geral as crianças participaram ativamente das oficinas, ainda que tenha havido dispersão em alguns grupos. Cabe observar que havia muitas crianças em espaços restritos, o que dificultava a coordenação das atividades.

Os grupos de adolescentes tiveram como tema: Trabalho e prostituição infantil e uso de drogas, direito a medidas socioeducativas e convivência comunitária; direito à saúde e à educação. Foi distribuído nos grupos giz de cera, caneta hidrográfica, massa de modelar e cartolinas, para que os participantes expressassem por meio de desenhos e pinturas os problemas e propostas.

Havia entre os participantes vários adolescentes de Abrigo e outros que já tinham passado pela Fundação Casa. Alguns se mostravam céticos em a relação à efetividade da conferência e possibilidade de realização das propostas: “o que adianta falar, a gente sabe que não vai adiantar nada”. Outro adolescente que vive em abrigo escreveu um texto em que expressava a maneira como se sentia: “quando eu era mais novo eu era um menino, agora que eu cresci minha vida virou um inferno. Eu estou aqui de obrigação. Quando cheguei todo mundo ficou olhando eu como se fosse um paty. O ano passado eu fiz 15 anos e a minha vida pensei que ia mudar, eu ir para casa da minha família, sair com amigos, com namorada, mas nem isto”

Nas discussões sobre prostituição/drogas/trabalho infantil os adolescentes levantaram como problemas a facilidade para conseguir drogas pela ineficácia da fiscalização, a sedução do tráfico para adolescentes em uma situação de falta de emprego e o abandono de filhos pelos pais que precisam trabalhar. Em relação à prostituição, um grupo se referiu às meninas da seguinte forma: “muitas meninas entram na carreira de prostituição por falta de ajuda dos familiares e quando entram é difícil de sair porque aí já estão machucadas e pegam doença”.

Com relação à saúde e à educação foram abordados vários problemas: a falta de respeito e a violência no ambiente escolar, – “às vezes os professores ficam com raiva e descontam em quem não tem culpa.

Os professores têm que ser respeitados, mas têm que respeitar também”- a falta interesse dos alunos que não têm motivação dos profissionais; a falta de escuta da opinião dos alunos por parte da escola e a falta de espaço para comunicação dos alunos (jornal e grêmio estudantis). Foram levantados ainda problemas referentes à necessidade de se ter professores melhor preparados e de cursos profissionalizantes e idiomas gratuitos. Especificamente em relação aos Crecas e abrigos foi colocada a necessidade da criação de um efetivo projeto educacional. “Tem criança que mora no abrigo há mais de 5 anos. No abrigo deve ficar um certo tempo, lugar de criança é na família”

Em relação ao direito à saúde foram levantados problemas relacionados ao atendimento precário aos usuários nos postos de saúde pública, a falta de médicos especialistas nos hospitais, a ausência de atendimentos específicos para problemas de uso abusivo de álcool e drogas.

Nas oficinas houve participação ativa dos adolescentes, especialmente dos que haviam feito pré conferências e estavam melhor preparados para as discussões.

3 – PLENÁRIA

Após o almoço os participantes retornaram ao ginásio de esportes para a plenária.

Inicialmente foram feitas apresentações culturais: uma roda de capoeira, uma dança de maculelê e um rap, por grupos de adolescentes de projetos sociais da região.

Em seguida um membro da comissão organizadora convidou os representantes dos grupos para sentarem-se a frente. Foi montado ali uma espécie de palanque onde subia cada representante quando apresentava as conclusões das oficinas e os cartazes que o grupo tinha produzido. A cada exposição o mestre de cerimônias retomava e sintetizava as propostas para a platéia, que aprovava por aclamação.

Cabe observar que os problemas de acústica do ginásio dificultaram o entendimento do que os representantes diziam.

Alguns grupos já tinham indicado os delegados e suplentes nas oficinas, outros não. Por esta razão o mestre de cerimônias consultou a plenária sobre quem gostaria de ser delegado e alguns se apresentaram. Os delegados foram votados/aceitos por aclamação. A mesma estratégia foi usada para eleição dos suplentes.

Após o encerramento da plenária foi feita uma apresentação cultural de Street Dance por crianças e adolescentes do Projeto Quixote. Terminada a apresentação, a platéia foi convidada a participar e várias crianças e adolescentes passaram a integrar o grupo de dança.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Com relação aos portadores de deficiência, faltam professores especializados e rampas nas escolas
- Desigualdade social

- Mau atendimento aos usuários nos postos de saúde; falta de médicos especialistas nos postos e hospitais, falta de remédios, erro de médicos
 - Poluição
 - Falta de vagas em escolas e falta de transporte para levar para escola e passeios
 - Falta de cursos profissionalizantes e idiomas gratuitos
 - Professores mal preparados, falta atendimento de qualidade no sistema público
 - Falta de respeito no ambiente escolar, falta de compromisso com as crianças e adolescentes
 - Faltam atividades culturais e de lazer para as crianças e adolescentes
- Há facilidade para conseguir drogas porque não há fiscalização eficaz;
- Os pais abandonam os filhos para poder trabalhar;
 - Falta emprego e o tráfico convida;
 - Os jovens sem vontade de estudar ficam na rua
 - Adolescentes nas ruas se viciando
 - Abuso sexual, drogas, violência contra a criança pelos pais e outras pessoas
 - Falta de orientação dos pais. Vícios dos pais em substâncias químicas
 - Crianças e jovens trabalhando nas ruas
 - Pedofilia e prostituição (“criança sofre assédio sexual na própria casa”)
 - Aborto, gravidez na adolescência: falta de informação, de cuidados, de apoio dos pais e parentes, de atenção; medo das consequências, insegurança
 - Exploração infantil por falta de recursos da família e orientação dos pais, falta de punição ao explorador, confusão do papel do aprendiz
 - Falta projeto educacional no CRECA
 - “... no abrigo não se vive como se fosse com a família... todos falam em respeito, mas eu nunca vi respeito...”
 - Abrigo
 - Falta interesse dos alunos que não têm motivação dos profissionais;
 - Escola não tem verba, ninguém colabora;
 - Não se escuta a opinião dos alunos, pois alguns não têm bom comportamento;
 - Planos são iniciados e não se dá sequência
 - Falta de envolvimento dos alunos
 - Falta de comunicação e integração entre professor e aluno
 - Falta de jornal na escola: “a gente fala com os professores, mas não tem apoio...”
 - Os locais de atendimento dos serviços públicos são distantes, faltam vagas em creche, cursos profissionalizantes, atividades culturais e de lazer

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Criação de acessibilidade em todas as escolas e qualificação dos professores para portadores de deficiência
- Distribuição do dinheiro para que todo mundo tenha os direitos garantidos
- Solicitar ajuda do governo para destinar mais verbas para a saúde e sensibilizar os médicos para o atendimento da população. A população deve fiscalizar o atendimento
- Ter mais coleta de lixo e mais áreas verdes
- Governo e escolas fazerem parcerias para aumentar a verba para a educação
- Mais cursos profissionalizantes e cursos extracurriculares, escola de idiomas
- Fazer reciclagem de professores
- Políticos e professores, escola e família deveriam acompanhar e trabalhar os problemas das crianças e adolescentes
- Mais áreas de lazer nas escolas para que as crianças possam se divertir

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Melhores condições de vida para crianças e adolescentes para que não se envolvam com as drogas
- Tratamento gratuito para uso de drogas
- Ficar mais tempo na escola e não na rua. Ter mais lazer que é direito também. Orientação dos pais.
- Fazer campanhas, passeatas e cartazes contra a violência. A mídia também deve ajudar a informar e orientar os pais e alunos.
- Programas para ajudar as pessoas com problemas de dependência química (atendimento na saúde)
- Mais escolas gratuitas para a criança não precisar trabalhar na rua, mais áreas de lazer nas escolas e em outros lugares. A prefeitura dar moradia para os pais desabrigados.
- Lei e fiscalização para que as crianças e adolescentes não trabalhem
- Pais terem mais informações e melhores condições para dar aos filhos e oportunidade de trabalho para todos
- Promover palestras sobre sexualidade e incentivar o apoio dos pais e parentes aos adolescentes
- Conscientizar os adolescentes sobre sexo seguro, pílula do dia seguinte, uso de camisinha e anticoncepcionais
- Realizar campanhas de prevenção na Saúde – UBS/hospitais e atender a saúde preventiva dos adolescentes
- Fiscalização do Ministério do Trabalho do trabalho infantil
- Garantir vaga na escola para os frequentadores do CRECA
- Aproximação das famílias com as crianças abrigadas
- Direito a ter abrigo, ao respeito e a ter família

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Professores devem incentivar os alunos;
- Pais precisam estar mais informados do que ocorre na escola;
- Secretaria da Educação e Prefeitura devem encaminhar verba
- Criar grêmios nas escolas
- Ter jornal nas escolas realizado pelos alunos, com o incentivo e apoio dos professores
- A coordenação e direção deverão fornecer os meios para a realização

➤ Eixo V – Gestão da Política

- A população paga imposto e deve ter os serviços funcionando

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

1 – ABERTURA

O credenciamento ocorreu normalmente, registrando ao final 50 participantes.

A Conferência teve início às 10:00h. Foi aberta com o Hino Nacional e em seguida, foi composta a mesa para a abertura oficial.

- Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa: representante do Subprefeito; de crianças e de adolescentes; do Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Conselho Tutelar de Vila Mariana; da Secretaria Municipal de Educação; da Secretaria Municipal de Assistência Social Região Sudeste.

Após breve discurso dos membros da mesa, foi apresentado um vídeo: “O menestrel” no qual Moacir Reis lê um texto de Shakespeare.

Em continuidade foi realizada uma palestra organizada por Edson Silva, membro do Fórum Regional de DCA e da Comissão Regional das Conferências DCA de 2009 – Vila Mariana, que fez uma breve síntese dos temas abordados na última conferência – 2007 destacando o Orçamento Criança voltado para a defesa dos direitos humanos. A seguir passou a analisar o tema da atual Conferência, o marco conceitual com a definição de diretrizes, ações e atividades conforme definidos pelo CONANDA. Analisou cada um dos princípios da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos DCA procurando sempre aproximá-los das questões da realidade local.

Abordou também os cinco eixos orientadores destacando, em cada um, os principais aspectos envolvidos e os temas pertinentes que poderiam ser trabalhados nas oficinas. Para concluir explicou como seria organizado o trabalho de discussão dos eixos nas oficinas na parte da tarde, lembrando que

cada uma teria um oficinairo/a para conduzir a discussão e que o grupo deveria elaborar duas propostas e escolher os delegados e suplentes.

- Regimento Interno

Foram apresentados dois destaques: no art. 3º, alínea a, onde ficou decidido que seria escolhido um delegado a cada 10 participantes, ao invés de 15; no art. 7º parágrafo 2º - foi incluído que 20% das vagas de delegados serão preenchidas por representantes do Poder Público. Ao final da leitura, foi feita a discussão e aprovação dos destaques e finalmente, a aclamação do regimento interno.

2 – OFICINAS

As oficinas foram realizadas no auditório. Foram formados cinco grupos de discussão, tendo cada um deles como tema um dos eixos. Em todas as oficinas foi adotada a dinâmica do “bombeiro” e a escolha de “incêndios”, ou seja, problemas ou desafios que afetam a observância dos Direitos da Criança e do Adolescente, e as ações necessárias para resolvê-los.

As oficinas eram formadas por vários educadores sociais que refletiram sobre algumas questões. Um dos problemas mencionados foi a situação das crianças em abrigos, decorrente das desigualdades econômicas e da desagregação familiar. Foi levantada a necessidade de oferta de programas de treinamento e capacitação para os pais desempregados, acompanhados de programas de geração de renda para evitar que as crianças sejam encaminhadas a abrigos e, por outro lado, a necessidade de prover melhores condições de atendimento nos abrigos.

Outra questão levantada foi a dificuldade de trabalhar com os alunos que têm deficiências e que estão matriculados nas escolas públicas comuns. Trata-se de uma falsa inclusão, uma vez que estas crianças não estão sendo adequadamente atendidas. O grupo concluiu pela necessidade de se trabalhar com professores capacitados, além de complementação de trabalho psicopedagógico, com assistentes sociais e psicólogos.

Outro “incêndio” apontado foi a ausência do Estado, principalmente em relação às políticas públicas para crianças e adolescentes, o que favorece a expansão do tráfico de drogas, que muitas vezes chega até a criança pelos pais, além dos amigos.

O trabalho infantil também foi abordado como uma situação de risco social, fruto da exposição de famílias à extrema pobreza, com laços enfraquecidos e situações de violência simbólica ou explícita. Foi mencionada a ausência de programas de capacitação para o trabalho para adultos e jovens adultos e a ausência ou interrupção de políticas públicas para jovens na área do trabalho.

Com relação à participação de crianças e adolescentes as oficinas apontaram a necessidade de estimular o protagonismo infanto-juvenil, destacando que a escola é o local privilegiado para isso. Uma dificuldade é que existem poucas instâncias para a participação além da falta de estímulo. Para

resolver esse problema foi colocada a necessidade de se mudar a visão “adulto centrada” da condição da criança e ter mais instituições governamentais e não governamentais voltadas a essa questão, criando espaços de cidadania e participação em todos os níveis escolares. “Não adianta entregar o ECA para as crianças se elas não forem preparadas. Os grêmios estudantis são espaços importantes de participação, mas precisam ser mais bem organizados”.

Outra questão apresentada foi a necessidade de preparação das crianças para participarem da próxima conferência lúdica. “O que adianta realizar uma conferência como a que realizamos, se a criança/adolescente não tem uma base suficiente para compreender essa estrutura?”

Com relação à gestão pública as discussões concentraram-se nos temas: aumento dos recursos da assistência social dos atuais 3% para 6%, articulação intersetorial para garantia da gestão da política, jogo político com a descentralização e centralização de ações, necessidade de que a sociedade civil pressione e fiscalize o poder público na implantação e monitoramento das políticas sociais, necessidade de legislação que favoreça o fortalecimento da gestão pública, importância da cultura do diálogo, com abertura do processo de gestão.

3 - PLENÁRIA

A mesa da plenária foi coordenada por representante da comissão regional.

Cada grupo apresentou a síntese dos problemas levantados na oficina: os “incêndios”, ou seja, os problemas/desafios e as propostas de ações para enfrentá-los. Em vários momentos houve a participação da platéia, para criticar ou defender aspectos das propostas ou ainda para complementá-las com novas observações.

Com relação à eleição dos delegados, como o número de candidatos era maior do que o de vagas, foi realizada a eleição. Os menos votados ficaram como suplentes. Um dos delegados foi eleito para representar o Poder Público.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falsa inclusão de alunos portadores de deficiências que frequentam escolas comuns
- Necessidade de inclusão de alunos com deficiências que frequentam escolas
- Necessidade de pensar a sociedade de forma integrada e que os problemas sociais sejam resolvidos envolvendo a multidisciplinaridade e integração das políticas públicas.
- Necessidade de que a escola ofereça serviço de melhor qualidade.
- Problemas de qualidade de vida.
- Trabalho infantil é uma situação de risco social. Ocorre em decorrência de famílias expostas a situações complexas, de extrema pobreza, enfraquecimento das relações familiares, relações truncadas

pela violência simbólica ou explícita; baixa escolaridade dos pais; ausência ou interrupção de políticas públicas para crianças e adolescentes

- Problemas de qualidade de vida.
- Situação de vulnerabilidade social de famílias de baixa renda.
- Ausência do Estado com relação a políticas públicas para crianças e adolescentes, favorece a expansão do tráfico de drogas que muitas vezes chega à criança/adolescente através dos pais.
- Trabalho infantil e violência contra crianças.
- Ausência/descontinuidade de programas de capacitação de adultos e jovens adultos. Programas de geração de renda.
- Necessidade de preparar as crianças/adolescentes para participarem da conferência lúdica
- Aprimorar as metodologias alternativas de resolução de conflitos em escolas, espaços sócio-educativos. Que a violência possa ser trabalhada nas escolas.
- Fortalecimento dos espaços legítimos (reconhecidos pela sociedade civil) de controle e efetivação de políticas públicas.
- Fortalecimento dos conselhos tutelares e conselhos de direitos – implantação do SIPIA
- Reduzida participação de crianças e adolescentes em espaços de cidadania.
- Confinamento cultural dos jovens em suas residências.
- Necessidade de criação de espaços de participação a partir da escola, visando desenvolver o protagonismo gradualmente e de modo consistente desde a pré-escola.
- Dificuldade para apropriação dos espaços físicos
- Baixa participação de crianças e adolescentes
- Ausência de políticas integradas entre os setores educação, saúde, assistência social e ausência de políticas de cultura, esportes e lazer. Não há cultura de diálogo entre as secretarias responsáveis pelo atendimento da criança e adolescente. Para resolver esse problema devem colaborar o prefeito, os secretários, e as instâncias subordinadas, que devem propiciar a articulação em todos os níveis até o local.
- O orçamento da Assistência Social para o desenvolvimento de políticas de atendimento é muito reduzido face às demandas da sociedade. As situações de vulnerabilidade vem aumentando e os recursos da Assistência Social são reduzidos face às demandas crescentes (3% do Orçamento). O que dificulta é a cultura de que a Assistência Social é um favor e não um direito. Necessidade de ao menos duplicar os atuais percentuais de participação da Educação (30%), Saúde (17%) e Assistência Social (3%) no total dos recursos orçamentários do Município.

5 – PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

➤ Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades

- Inclusão efetiva de alunos com deficiência física e mental no ambiente escolar, com a qualificação de profissionais e adoção de metodologias adequadas, bem como garantir a existência de material pedagógico e instalações físicas adequadas.
- Promover uma escola de melhor qualidade com professores especializados, estrutura adequada e equipe multidisciplinar.
- Pensar a sociedade de forma integrada e que os problemas sociais têm de ser resolvidos envolvendo multidisciplinariedade e integração de políticas públicas.

➤ Eixo II - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes

- Ações que fortaleçam a família e possibilitem o resgate de suas competências.
- Fortalecimento do trabalho em rede entre governo, família e terceiro setor, (parcerias e articulações).
- Formação de agentes multiplicadores na comunidade.
- Capacitação e sensibilização de professores e educadores para trabalhar com crianças consideradas difíceis e suas famílias.
- Capacitação para questões de saúde – sexualidade, qualidade de vida, prevenção no uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

➤ Eixo III - Fortalecimento do sistema de garantia dos direitos

- Aprimorar a metodologia e alternativas de resolução de conflitos que acontecem nas escolas e nos espaços sócio-educativos.
- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e do Conselho de Direitos.
- Garantir prioridade para a implantação efetiva do SIPIA, como sistema de indicadores para a elaboração de diagnósticos visando subsidiar a formulação de políticas públicas.
- Fortalecimento dos espaços legítimos (reconhecidos pela sociedade civil) de controle da efetivação de políticas públicas.

➤ Eixo IV - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania

- Implementar o protagonismo infanto-juvenil em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio)
- Implementar e implantar campanhas de divulgação por meio da Internet, jornais infantis e juvenis, criação de blogs, veículos de comunicação, que promovam a utilização de espaços de cidadania e convivência para crianças e adolescentes.
- Promover instancia de participação em situações e locais que crianças e adolescentes frequentam (escolas, grupos, clubes, etc)

➤ Eixo V – Gestão da Política

- Promoção de Fiscalização do orçamento e dos gastos públicos pela sociedade civil
- Mediação do prefeito com os secretários para criar na gestão local da intersetorialidade na execução das políticas voltadas à criança e adolescente.
- Reformulação na Lei Orçamentária que inclua a ampliação de recursos para os setores sociais e que estabeleça um mínimo mais elevado do que o atual para a Assistência Social.
- Promoção de gestão conjunta e co-responsável de supervisões e chefias locais.

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Laura da Costa Boucinhas
Educação	Mara Neide Zago
Saúde	Elizabeth Akemi Nakagawa
Subprefeitura	Emilio ivo ulrich
Conselho Tutelar	Flavia de Almeida Dias Kátia Virginia de Souza
Fórum Municipal DCA	Edson G. P. O. Silva Gilcerene Rodrigues Sampaio Débora Ester Veríssimo Camargo Maria Solange Rabelo
Adolescente	Alan Garcia Borgatta Ingrid dos Santos Alves

7 – LISTA DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Amanda A Antonio	Joice Carolina de Paula
Bruna Gabrielly P Santos	Mirelle Arruda Sampaio
Fernanda Alves Ferreira	Igor Belarmino da Silva
Gabriela Carvalho Marçal	Gabriella Carvalho Marçal
Gabriela Clien	Joice Bispo dos Santos
Gisele Gomes	Bille Gomes Marinho
Igor de Paula Silva	Ingrid da Silva Belarmino
Ivanea A Gonçalves	Kave Felipe Silveira
Julia S J Botta	Carlos Eduardo Sena dos Santos
Kauê Felipe Silva Silveira	Ketlyn Santos Souza
Kethelyn Blatriz	Michelle Cristina Sabino
Luiz Henrique B Alves	Gideão Cavalcanti dos Santos
Mariane Lima	Ariane dos Santos Salves
Nathalia Cereveluk da Costa	Natalia Santos Barão
Nicole Caroline Muller Melo	Vitor Molinari Taverna
Patrícia Oliveira Cequino	Marianne Oliveira Gomes da Silva
Thaila Ferreira da Silva	Philip Rerreira de Oliveira
Washington J S da Silva	

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Claudinei José	Aline Jardim Vasconcelos
Cleuma Maria dos Santos	Carolina Macedo das Neves
Edson G B Oliveira da Silva	Mara Cristina Nunes
Laura da Costa Boucinhas	Roberta Freitas Lemos
Luis Eduardo Rodrigues Novaes	

VILA PRUDENTE

INTRODUÇÃO

No dia 23 de junho de 2009 teve início em Vila Prudente, a série de conferências dos DCA na cidade de São Paulo. Nesse dia, à rua do Oratório 172, foram realizadas as duas conferências, com abertura às 10h. Esta é a primeira conferência só de Vila Prudente, pois até então era realizada juntamente com Sapopemba.

Houve uma limitação no número de participantes em função do espaço. Assim, o critério foi de 5 crianças e 1 adulto por escola e de 5 crianças e 2 adultos por organização social. Participaram 116 pessoas, sendo 80 crianças e adolescentes e 36 adultos. A maior parte dos adultos era composta de assistentes sociais, psicólogo(a)s, pedagogo(a)s do poder público.

No credenciamento todos receberam uma pasta contendo o regimento interno e cópia das propostas aprovadas em 2007, que deveriam ser conferidas no início dos trabalhos nas oficinas. Após o credenciamento e o lanche, os participantes se dirigiram ao auditório da sede da subprefeitura para a solenidade da abertura, leitura e aprovação do regimento interno e para as apresentações culturais programadas.

Na Conferência Lúdica, não houve o ato de conferir as propostas de 2007, apesar de estar previsto na programação e, além disso, as discussões nas oficinas não foram centradas nos eixos temáticos. No entanto, os temas discutidos e as propostas levantadas dizem respeito aos eixos temáticos I e II. Temas relativos aos demais eixos não foram discutidos pelas crianças e adolescentes. Na Convencional foi realizado o ato de conferir 2007 e cada grupo fez as discussões à luz de um dos eixos temáticos.

CONFERÊNCIAS LÚDICA E CONVENCIONAL

1 - ABERTURA

- Composição da mesa

Para o ato solene foram chamados para compor a mesa o Subprefeito de Vila Prudente, representantes do CMDCA, do Fórum DCA, das secretarias municipais de Educação e da Saúde, do Conselho Tutelar de Vila Prudente, do CRAS, um vereador representando o prefeito e um jovem, representante das crianças e adolescentes.

O representante do Conselho Tutelar observou a ausência de representantes das escolas estaduais bem como de alguns vereadores ou seus representantes.

Na abertura, foi destacada a importância das Conferências DCA 2009, porque as propostas elaboradas serão encaminhadas como subsídio para a elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da

Criança e do Adolescente a ser concluída em julho de 2010. Em seguida a solenidade teve início com a execução do hino nacional. Todos os integrantes da mesa fizeram breve uso da palavra. O subprefeito observou que Vila Prudente deveria sair na vanguarda para a elaboração de propostas visando novas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes e conclamou os presentes a exporem suas idéias nas discussões daquele dia.

- Regimento Interno

Um adolescente fez a leitura do regimento interno, que sofreu apenas uma alteração, no artigo que se referia à proporção de pessoas por delegado. Ficou constando que a proporção de delegados seria de 1 para cada 15 crianças e adolescentes e 1 para cada 10 adultos. Aprovado o regimento, teve início a divisão dos grupos entre as oficinas lúdicas e convencionais. Os grupos da lúdica foram para o refeitório e os adultos permaneceram no auditório.

- Apresentação Cultural

Em seguida houve uma apresentação cultural com um grupo de dança do CCA Zumbi dos Palmares. Foram feitas mais duas apresentações de danças antes do encerramento da plenária

2 - OFICINAS

2.1 - LÚDICA

Os participantes da oficina lúdica formaram uma roda e, orientados pelasicineiras, iniciaram uma dinâmica pela qual cada um devia perguntar ao colega do lado seu nome, a escola onde estuda e a coisa que mais gosta de fazer. Após dez minutos, cada um fez a apresentação do colega para toda roda. Essa atividade ocupou os primeiros 30 minutos da oficina.

Em seguida aicineira tentou fazer uma apresentação dos objetivos de estarem ali reunidos e passou a explicar a “dinâmica do bombeiro” que iria orientar o trabalho naquela oficina. Explicou que os incêndios são os problemas ou dificuldades que prejudicam a vida das crianças e adolescentes na região. Os participantes seriam os bombeiros que teriam de discutir e propor como eliminar os “incêndios”. Todos receberam um formulário a ser preenchido ao final da discussão, apontando os problemas, os motivos que contribuem para gerar esses problemas, quem deve colaborar para a solução e as ações necessárias para “apagar o incêndio”.

Formaram-se cinco grupos de acordo com a faixa etária. As crianças menores de 12 anos ficaram reunidas em um único grupo e os adolescentes acima de 14 anos em outro. Os demais se dividiram em três grupos. Cada grupo recebeu folhas de cartolina e pincéis para fazer cartazes a serem apresentados na plenária com as idéias e propostas. O grupo das crianças menores recebeu outros materiais para desenho, pintura, recorte e cola.

Os grupos foram orientados a escolher dois “bombeiros”, um chefe e um subchefe para fazer as anotações e representar o grupo na apresentação das propostas na plenária. Essa atividade criou certa tensão nos grupos e até completarem a escolha, passaram-se mais de 15 minutos.

As oficinas apresentaram uma lista de temas/assuntos para que cada grupo escolhesse um ou mais “incêndios” sobre os quais iriam trabalhar. As crianças e adolescentes tiveram níveis variados de participação nas discussões. As crianças menores tiveram certa dificuldade de entender o que deviam fazer e exigiram a orientação mais direta da oficinaira, que ia preenchendo o formulário, à medida que a discussão ia se desenvolvendo. Os adolescentes tiveram participação mais expressiva, relataram situações vividas por eles na região e foram responsáveis pela formulação da maior parte das propostas.

Os principais temas discutidos nos grupos foram: a baixa qualidade da educação pública; a desigualdade social; falta de locais e equipamentos para esportes; a inexistência de parques; o uso de drogas no bairro e na escola; a falta de respeito entre as pessoas na escola; falta de emprego; o transporte público lotado; falta de iluminação nas ruas, violência na região, pedofilia. Este último tema gerou polêmica, porque alguns disseram que deveria ser criada pena de morte para os pedófilos. Outra questão discutida foi o abandono de crianças e adolescentes pela família, a falta de atenção para com suas necessidades e que a prefeitura e a sociedade deviam cuidar melhor do seu desenvolvimento. A falta de segurança nas ruas, principalmente à noite e a forma como os policiais abordam os jovens foram outras questões levantadas.

Concluídos os trabalhos, as oficinas recolheram os cartazes e os formulários preenchidos e passaram à escolha dos delegados, que despertou grande interesse entre os adolescentes. Devido ao grande número de candidatos foi feita a escolha dos mais votados. Foram eleitos 5 delegados e 5 suplentes.

2.2 - CONVENCIONAL

Na Convencional houve uma oficina, com três atividades. Na primeira e na terceira, foram constituídos seis grupos de discussão, compostos, cada um, por seis pessoas.

Antes de iniciar o trabalho, as oficinas pediram a todos os participantes da Convencional, cujos assentos estavam dispersos na sala, que se aglomerassem em uma das metades da sala, para que houvesse maior coesão nas discussões. A seguir, elas pediram que os convencionais se apresentassem, dizendo o nome, a profissão, a instituição em que atuam e as principais qualidades. Isso levou certo tempo, mas todos participaram. Grande parte destacou a persistência como sua principal qualidade.

• Atividade 1

Na atividade 1, discutiu-se a implementação das propostas aprovadas na Conferência anterior, realizada em 2007. Os participantes foram divididos em 6 grupos, os quais debateram, cada qual, uma

proposta. O primeiro grupo discutiu a proposta 1; o segundo grupo, a proposta 2; o terceiro, a proposta 3; e assim sucessivamente. As propostas 7 e 8 não foram discutidas nessa atividade. Foram distribuídos roteiros de debate a cada grupo, os quais abordavam aspectos como: a realização ou não da proposta, os principais entraves, os meios para realizá-la e os prazos para sua implementação.

As propostas de 2007 são:

- Ampliar recursos da região para saúde, esporte, lazer, meio-ambiente, educação
- Criar serviços para dependentes químicos e seus familiares
- Promover debates, palestras, pesquisas sobre crianças e jovens
- Criar centros profissionalizantes na região
- Preparar escolas para evitar preconceitos contra jovens em cumprimento de medida socioeducativa
- Fazer estudos para modificação do currículo de ensino voltado para o mercado de trabalho
- Eliminar ficha de antecedentes via internet, que prejudique a inserção no mercado de trabalho
- Preparar os policiais para lidar com os jovens nas ruas.

Grupo 1 - após discussão concluiu que a proposta 1 não foi realizada. Debatendo-a, identificou como entraves à realização: falta de comprometimento “dos políticos” em relação à sociedade; falta de centros de referência, onde os jovens, muitas vezes ociosos, pudessem “ocupar seu tempo”; falta de profissionais da saúde; d) falta de investimentos.

Na discussão houve divergência acerca da introdução do curso de orientação sexual nas escolas. A conclusão do debate foi que falta orientação familiar, já que, nas escolas, os professores não estão aptos a conduzir esse tipo de discussão (segundo os participantes, os professores “não dão conta” e a escola deve apenas instruir os alunos, pois “educação é berço”). O Conselho Tutelar também foi citado, quando uma das participantes afirmou que ele “não resolve nada”. Os jovens, segundo uma professora participante, não contam seus antecedentes, pois, em caso de passagem pela polícia, são discriminados.

Como propostas, o grupo decidiu, enfatizar: melhoria da formação profissional; novas estratégias de atuação de todos os profissionais da educação, e não apenas dos professores; fim de programas assistencialistas (nas discussões acerca desse ponto, houve divergências dentro do grupo); elaboração de um estatuto de preveja direitos aos professores; amparo a setores que extrapolam a escola, como lazer, cultura e família.

Cogitou-se, na discussão de propostas, sugerir que todos os cidadãos ficassem, no mínimo, 1 ano frequentando as escolas, pois “quem está de fora não sabe de nada”. Por isso, “projetos nas escolas não funcionam”. Além disso, concordaram que “progressão continuada é um crime” (referindo-se ao sistema de aprovação automática nas escolas públicas). Houve, no transcorrer das discussões, menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual sofreu severas críticas, por conceder direitos aos estudantes, não estabelecendo, de acordo com os debatedores, os deveres dos jovens. “O ECA é um crime!”

Grupo 2 - Proposta 2 de 2007 não foi realizada, por falta de investimento, de orientação familiar, de capacitação, além da falta de articulação entre os movimentos sociais. As propostas: revisão de aspectos de proteção e de segurança do jovem; criação de centros de reabilitação; mais investimentos em educação básica.

Grupo 3 - Proposta 3 não foi realizada, porque faltam conhecimento e comunicação além da estrutura “engessada” da burocracia; falta de vontade política dos funcionários do Estado; falta de conhecimento da lei; cultura familiar. Os responsáveis são as Divisões Regionais de Ensino, Subprefeitura, o poder público. Propostas de solução: políticas públicas; melhor formação de profissionais a respeito do ECA; presença de assistência social e psicológica nas escolas; reduzir burocracia; incentivar grêmios estudantis; trabalhar em rede; reuniões de avaliação.

Grupo 4 - Proposta 4 não foi realizada por falta de articulação, de debates e de ações da sociedade civil organizada; de prioridade no orçamento além de falta de formação básica do ensino. Responsáveis: sociedade civil, governo local, fóruns dos direitos da criança e do adolescente. Solução: criação de centros profissionalizantes; encaminhamento de propostas ao Orçamento Participativo; constituição de serviços de assistências no Parque São Lucas e na Vila Prudente.

Grupo 5 - A proposta 5 não foi realizada porque há necessidade de preparar as escolas para alcançar seus objetivos. Não houve curso de capacitação para os educadores assim como não houve o acompanhamento à família com adolescente em situação de dependência química. Não houve orientação às famílias.

Quem deve colaborar, na visão desse grupo: comunidade e família; assistência social e conselho tutelar junto da escola; polícia e o sistema municipal de educação.

Medidas que devem ser adotadas: capacitação para os educadores; parceria com a saúde; profissionais de saúde nas escolas; base comunitária nas escolas; trabalho em rede; áreas de lazer para crianças e adolescentes.

Grupo 6 - A proposta 6 não foi resolvida porque a rede municipal de ensino é muito grande e é uma questão de política pública. O ciclo 1 do ensino fundamental caminha de uma forma mais eficiente que o ciclo 2. O professor está preparado para o conteúdo e para dar uma aula expositiva, mas não está preparado para transmitir o conteúdo. Hoje o professor tem que trabalhar em várias escolas para sobreviver e não tem tempo para preparar suas atividades. Com toda essa carga, tem resistência às novas pedagogias.

Quem deve colaborar: profissionais da educação (todos); comunidade integrada a essa rede de proteção à criança e ao adolescente. Propostas: cursos intensivos de formação de professores (1 vez por ano); família dentro da escola (90% dos pais estão presos); integração entre os centros; maior formação psicológica e necessidade de discutir valores.

Para finalizar a atividade 1, cada grupo selecionou um representante para expor as conclusões dos debates realizados.

- Atividade 2

A atividade 2 contou com a participação de cada convencional separadamente. Eles foram orientados a escrever e, em seguida, ler o que mais atrapalha a vida das crianças e dos adolescentes. As respostas foram as seguintes:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Falta de limite
- Discriminação
- Família, falta de amor e de saber o que é família
- Falta de desafio e de sonhar
- Falta de diálogo, de amor, carinho
- Falta de estrutura familiar, sem noção de valores, não conhecer afeto
- Profissionais que dizem que o ECA atrapalha
- Falta de ouvir mais a criança
- Falta de amor, orientação, carinho no lar
- Falta de orientação em como lidar com a droga, a violência, etc
- Falta de punição porque o ECA só vê direitos
- Mídia bombardeando com violência e erotismo
- Ambiente familiar
- Sistema social está doente porque mexe com a família
- Estrutura existente: política, sociedade não educa
- Autoritarismo hipócrita
- Adultos que só defendem medidas punitivas e não medidas educativas
- Falta de orientação da sociedade
- Falta de distribuição das riquezas
- Droga, arma dentro da escola.
- Hipocrisia de quem trabalha na escola e fora. Se a escola não resolver, o governo não resolver, a sociedade não resolver, a polícia vai resolver?
- Maus exemplos dos adultos e convivência com adultos frustrados.

- Atividade 3 - Apresentação dos trabalhos dos grupos

Na atividade 3, houve, novamente, a divisão dos participantes em 6 grupos, compostos por 6 membros, em combinação distinta da anterior. Cada grupo discutiu um tema: o grupo 1 discutiu o tema falta de apoio da família; o grupo 2, preconceito; o grupo 3, violência; o grupo 4, educação; o grupo 5, drogas; e o grupo 6, falta de atenção da comunidade. Os grupos tiveram de identificar os responsáveis pelos problemas, quem deve colaborar para sua solução e quais os meios disponíveis para solucioná-los.

Grupo 1 – Discutiui a falta de apoio da família

Falaram da reprodução do ciclo de violência, a separação dos pais e a desagregação familiar como causas. Devem colaborar: família, escola, meios de comunicação, comunidade, ONGs, poder público, instituições sociais. Deve haver um fortalecimento do apoio público com a criação de centros culturais intergeracionais (convivência de várias gerações).

Grupo 2 – Preconceito

Causas que levam à discriminação: diferenças econômicas, étnicas, religiosas. A escola, a família, a igreja, veículos sociais devem colaborar para acabar com o preconceito. Deve haver orientação na família e para a família; orientação religiosa, pedagógica, social e veiculação pela mídia.

Grupo 3 – Violência

Fatores que contribuem são: a desestruturação da família, a fome, drogas e o incentivo ao consumismo. A família e os órgãos públicos devem colaborar para redução da violência. Deve haver maior investimento na educação; formação e informação para a comunidade e investimento na saúde.

Grupo 4 – Educação

Há uma crítica à forma de aprovação automática, propondo-se repensar o ciclo de educação (o aluno pode ser aprovado por 4 anos, mas no final são reprovados se não tiverem condição). Necessidade de parceria com a família. O que pode colaborar para melhorar a educação: o poder público, a sociedade, família, espaços para lazer, educador especializado. Propuseram: troca de experiência entre profissionais; políticas públicas sérias, não eleitoreiras; responsabilizar os profissionais de educação.

Grupo 5 - Drogas

Motivos que contribuem para o problema de consumo de drogas: influência negativa da mídia em geral; falta de políticas públicas de combate às drogas e não responsabilização do Estado. Maior presença do Estado também constitui solução do problema, já que sua ausência acarreta o avanço de outros poderes, como de traficantes e de Igrejas evangélicas, em áreas não amparadas pelo poder público (no que se refere às Igrejas evangélicas, houve divergências: “Mas não é só evangélica, não!”). Os principais problemas levantados foram o Poder Judiciário, que está “engessado” (“não tem juízes em conferências como esta!”) e a falta de mobilização da sociedade civil, que, atualmente, é menos engajada que na década de 1980 (“a década de 80 não volta mais”). Em relação à família, concluiu-se que falta de diálogo não é problema, já que, antigamente, a repressão dos pais era pior. Propostas para solução do problema: criação de centros de referência públicos para cuidar dessa temática; segurança pública contra o narcotráfico; ampliação do quadro de profissionais; interação dos órgãos públicos com grupos de NA (Narcóticos Anônimos).

Grupo 6 – Falta de atenção da sociedade

Motivos que contribuem são: a desestruturação da família e uma estrutura social que não comporta a mudança da escola. As Conferências devem ser com a participação de toda a sociedade.

Depois da apresentação dos grupos, houve a escolha dos delegados por auto-indicação. Foram referendados pela plenária de adultos, 4 delegados e 1 suplente. Foi escolhido um membro de cada grupo para a apresentação da síntese dos problemas e as propostas levantadas nas discussões.

3 - PLENÁRIA

Concluídas as atividades nas oficinas, crianças/adolescentes e adultos juntaram-se novamente no auditório para a realização da plenária.

Os delegados e suplentes escolhidos nas oficinas foram apresentados e aclamados pelos presentes. Não foi realizada a apresentação das propostas elaboradas nas oficinas.

Foram realizadas duas apresentações culturais e a após, as conferências foram encerradas.

4 – DESAFIOS/ PROBLEMAS

4.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

- Educação é um direito básico, mas não é praticado em toda sua extensão. Escolas municipais acabaram com o turno do meio, mas também com as vagas.
- Faltam recursos físicos e materiais nas escolas e os professores não têm preparo para dar aula.
- Falta de acessibilidade das crianças e adolescentes aos sistemas de saúde, educação, cultura, esportes e assistência social.
- Falta de investimentos em políticas sociais de educação, saúde, esportes, cultura e assistência social.
- Os motivos da violência são: o uso de drogas, o tráfico, a falta de respeito e a ignorância.
- Perigo do uso de drogas nas escolas
- Policiais são violentos e corruptos.

4.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

- Autoritarismo dos pais; reprodução da violência ao longo das gerações; desagregação da família
- Progressão continuada
- Falta de motivação e de qualificação do professor
- Preconceito de ordem econômica, cultural, étnica e religiosa
- Consumo de drogas e suas conseqüências
- Preparar escolas para receber alunos em vias de ressocialização e eliminar preconceitos em relação aos egressos em medidas socioeducativas
- Rever aspectos de proteção e segurança dos jovens
- Melhorar a formação dos profissionais do ECA
- O Conselho Tutelar deve estar presente nas escolas
- Violência veiculada pela mídia; violência na família

5 - PROPOSTAS POR EIXO TEMÁTICO

5.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Criação de mais vagas nas escolas em número adequado para atender a demanda e garantir escolas perto do local de moradia.
 - Melhorar a organização das escolas e promover a capacitação dos professores.
 - Garantir a efetiva implementação das políticas sociais de atendimento às necessidades das crianças e adolescentes.
 - Ampliar os investimentos nos setores sociais. Estimular as parcerias de redes para ampliar os programas sociais.
 - Construção de anfiteatros, campos de futebol, quadras de vôlei e outros espaços para a prática de esportes, atividades de cultura e lazer nas escolas e nos bairros.
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Criar uma fiscalização mais rígida nas escolas.
 - Ampliar a conscientização da população quanto aos perigos do uso de drogas pelos jovens.
 - Combater a corrupção na polícia.

5.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

- Eixo I - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades
 - Investir em setores além da escola, criando centros culturais para toda a família, propiciando lazer e cultura
 - Novas metodologias de ensino com conteúdos que visem a integrar o estudante à sociedade
 - Fazer estudo para modificação dos currículos do ensino para que os mesmos preparem seus alunos para a realidade do mercado de trabalho e melhorar a formação do professor
 - Criar centros profissionalizantes
- Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes
 - Assegurar orientação religiosa, assistência social e campanhas igualitárias veiculadas pela mídia
 - Integrar psicólogos e assistentes sociais à vida escolar, fazer parcerias com a saúde
 - Criar centros de reabilitação
 - Debater o problema das drogas no currículo escolar
 - Integrar comunidade e família com a escola
- Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantias de direitos
 - Preparar escolas para receber alunos em vias de ressocialização e eliminar preconceitos em relação aos egressos em medidas socioeducativas

- Rever aspectos de proteção e segurança dos jovens
 - Melhorar a formação dos profissionais do ECA
 - O Conselho Tutelar deve estar presente nas escolas
- Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania
- Incentivar a formação de grêmios estudantis
- Eixo V – Gestão da Política
- Mais investimento do Estado e dos órgãos públicos em educação, centros profissionalizantes e saúde.
 - Encaminhar propostas de orçamento participativo

6 – COMISSÃO REGIONAL

Assistência Social	Cristiane Grilanda Pereira
Educação	Margareth Hemzo
Saúde	
Subprefeitura	José Aparecido Campos da Silva
Conselho Tutelar	
Fórum Municipal DCA	Marlene Alves de Souza Brait Elaine Fátima Ferreira da Silva Adriana Gonçalves Santos de Moraes
Adolescente	

7 – DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL

7.1 - CONFERÊNCIA LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES
Amanda Couto Duarte dos Santos	Alessandra Santos da Silva
Bruna Rodrigues de Souza	Dickson de Souza Dantas
David Feitosa Lima	Humberto Ferrari Xavier
Lorrane Lage Ferreira	Jefferson Luiz Silva
Vitor Almeida dos Santos	Ynaiá da Silva

7.2 - CONFERÊNCIA CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTES
Alessandra Gouveia dos Santos	Solange aparecida de Andrade Rosa
Elci Pereira Lima	
José Hamilton Alves de Oliveira	
Roberto Antonio de Melo	

SEGUNDA PARTE: CONFERÊNCIA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

A Conferência Municipal ocorrida no Anhembi foi organizada em um amplo espaço onde foram montadas 20 tendas para as oficinas e uma grande tenda para o auditório onde foram realizadas as solenidades de abertura, a plenária de encerramento e todas as apresentações culturais. Às equipes da organização do evento, da assessoria de metodologia e da assessoria de sistematização, também foi destinada uma tenda específica. Em cada tenda para as oficinas havia um computador e uma impressora à disposição dos conferencistas.

A recepção foi organizada por regiões, de tal forma que as delegações ao chegar, já se dirigiam ao balcão certo para assinar a lista de presença e receber a pasta com o material, o crachá e os vales para as refeições do dia.

Além dos 944 participantes das Conferências, entre adultos e jovens, estiveram presentes 9 conselheiros de direitos, 40 conselheiros tutelares, 1 representante da Defensoria Pública, 10 representantes do Forum DCA, 10 representantes de órgãos estaduais ou municipais de política de atendimento de criança e adolescente e 3 parlamentares.

A Conferência Lúdica aconteceu no dia 29 de julho e apesar do atraso provocado pela ocorrência de forte chuva e a ausência de algumas delegações, o evento transcorreu de forma a cumprir toda a programação prevista, com muitas apresentações culturais antes mesmo da abertura e em vários momentos do dia. Depois da abertura solene com a presença de autoridades do poder público e da sociedade civil, foi lida a minuta do Regimento Interno. Foram feitos alguns destaques que depois de discutidos, votados e aprovados, foram incorporados ao Regimento que consta no relatório da Conferência Lúdica. Foram organizados os grupos por oficina e foram distribuídas as propostas das conferências regionais sistematizadas por eixo, para discussão e escolha de duas para apresentação em plenária e encaminhamento ao CONDECA. A eleição dos delegados e suplentes foi feita por região.

A Conferência Convencional foi realizada nos dois dias subsequentes. No primeiro, depois da solenidade de abertura e apresentações culturais, grande parte do tempo foi utilizado para aprovação do Regimento Interno, quando houve intenso debate em torno de alguns destaques apresentados. Todas as mudanças ou inclusões debatidas e aprovadas foram incorporadas no Regimento que consta neste documento.

Na parte da tarde, com atraso, os grupos se reuniram por região para realizar o Ato de Conferir as propostas de 2007, tendo-se decidido que seriam apresentadas na plenária do dia seguinte.

O segundo dia teve início com palestras sobre cada um dos eixos temáticos e em seguida os grupos se dirigiram às oficinas onde receberam as propostas das conferências regionais sistematizadas por eixo, para discussão e escolha de duas para apresentação na plenária e encaminhamento para o CONDECA. A escolha dos delegados se deu por região e para isso os grupos se reuniram para eleger dois titulares e dois suplentes. As moções apresentadas e o produto do ato de conferir do dia anterior, não foram apresentados para aprovação da plenária, mas estão transcritos neste documento.

1.1 – ABERTURA DA VI CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (29/07/2009)

No dia 29 de julho de 2009 foi realizada a VI Conferência Lúdica Municipal dos DCA 2009, com abertura da solenidade prevista para as 9:00h. Em função da chuva, houve atraso no credenciamento e em toda a programação prevista para o dia; contudo, a programação foi inteiramente cumprida.

A solenidade de abertura foi conduzida por Eduardo Pedro de Carvalho, conselheiro tutelar do M'Boi Mirim, Jardim Ângela e teve início às 10:45h., com a presença de autoridades ou respectivos representantes do poder público e da sociedade civil.

• Composição da Mesa

Foram chamados para compor a mesa, Lucas dos Santos, representante das crianças; Philip, representante dos adolescentes; Elaine Aparecida Macena Batista Ramos, presidente do CMDCA; Luciano Araujo, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Carolina M. Groba, da Comissão Central da Conferência DCA; Lourival Nonato dos Santos, do Forum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ricardo Montoro, Secretário Municipal de Participação e Parceria, também representando o Prefeito; Paulo Sérgio, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Participação e Parceria; Diego Vale, da Defensoria Pública; Eliseu Soares representante de Netinho de Paula, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da CMSP; Cleia Rodrigues Lemos, representante do Secretário Municipal de Saúde; Andréia Correa Lupo, representante do Secretário Municipal do Trabalho.

• Pronunciamentos dos Componentes da Mesa

A palavra de abertura foi dada a Lucas dos Santos. Disse estar representando as crianças que há 19 anos atrás tinham seus direitos violados e que a partir de 1990, com o ECA, esses direitos foram reconhecidos.

Philip falou em seguida, questionando a ausência do Prefeito de São Paulo e dos titulares de outros órgãos da administração municipal. Destacou a necessidade de se dar mais atenção às escolas e elogiou a apresentação cultural que havia sido feita, ressaltando, porém, que a conferência não era uma festa e que todos estavam ali para se concentrar em “conferir, verificar e melhorar”. Finalizou pedindo desculpas por utilizar muitas gírias ao falar, pois as pessoas poderiam considerá-las agressivas por não estarem acostumadas. Justificou sua maneira de falar dizendo que não estudou em escola erudita, é da periferia e estudou em escola pública.

Elaine Batista Ramos mencionou o processo da Conferência, lembrando que foram realizadas 68 conferências nas regiões e que aquele dia era dedicado a verificar como está a situação da criança e do

adolescente na cidade de São Paulo. Lembrou que o desafio maior deste ano é apontar as diretrizes para a construção da política do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Luciano Araujo destacou a importância da conferência lúdica e lamentou que o CONANDA ainda não reconhece crianças na conferência nacional. Fala da necessidade de todos terem clareza do próprio papel na conferência e lança a questão: como conferir direitos, construir de fato, com crianças e adolescentes e não para elas. Mencionou o objetivo do Conselho Tutelar de motivar sempre a participação dos jovens e ressaltou a importância dos grêmios estudantis. Finalizou dizendo: queremos garantir o presente para se ter o futuro.

Carolina Groba parabenizou as comissões regionais e as crianças e adolescentes presentes, lembrando que nesse dia serão eleitos os delegados para a Conferência Estadual. Agradeceu a todos que ajudaram na organização das Conferências.

Lourival dos Santos ressaltou a importância de ter a participação de crianças e que o Estado acolha essa participação, para que se tenha crianças como delegados e não só adolescentes. Que se recolha delas tudo que têm a oferecer, respeitando essas crianças. Diego Vale fala da importância da democracia participativa e diz que Philip trouxe uma mensagem para correrem atrás do prejuízo que não é de 19 anos, mas de muitos anos. E lança as questões: Será que todos os órgãos, todas as pessoas que deveriam estar atendendo, estão atendendo vocês? Será que todos os órgãos/setores, estão efetivamente defendendo vocês? Esse correr atrás do prejuízo faz pensar: até que ponto nossa família, nossa sociedade estará contribuindo? Até que ponto o trabalho escravo, o toque de recolher estão defendendo os direitos da criança e do adolescente? Até que ponto nossos senadores e deputados estão contribuindo ao reduzir a maioria penal? Tão bom seria se o tão sonhado dia fosse todos os dias e a gente tivesse a humildade de saber ouvir vocês. Finalizou dizendo ser esta uma reflexão que trouxe a todos os presentes.

Cleia Monteiro Lopes, falou do significado das conferências que formulam propostas porque estas atenderão necessidades reais das crianças em todos os aspectos numa cidade como S.P que é um constante desafio. Destacou a atuação da coordenadoria de saúde no sentido de reduzir os coeficientes de mortalidade infantil, as ações com a SME de prevenção e promoção de saúde para reduzir a gestação precoce e a violência com homicídio de jovens. Citou também programas específicos de capacitação de famílias para primeiros socorros e lembrou que neste momento todos podem trabalhar em conjunto para melhorar as condições das crianças e adolescentes.

Eliseu Soares destaca uma correção que faz ao adolescente Philip, dizendo que ele não deve nunca pedir desculpa às autoridades, mas estas sim, devem pedir desculpas pelo fato de não estarem respeitando os direitos de crianças e adolescentes. Fala da questão da escola pública e que ao terminarem o segundo grau, os alunos dessas escolas não têm acesso à universidade pública. Por isso, é o poder público que tem que pedir desculpas. Questionou também o projeto de redução da maioria penal aprovado naquela data pela Comissão de Justiça do Senado, o qual entende que no

futuro irá acirrar a criminalização associada à pobreza e às questões de raça - “Reduzir a maioria penal é colocar os filhos dos pretos e dos pobres da periferia na cadeia.”

Andrea Correia parabeniza o evento e as apresentações culturais e apela à consciência dos participantes porque tudo que fizerem hoje vai se refletir no futuro. Pede que lutem com dignidade, através do diálogo e consenso e deseja que desfrutem ao máximo essa conferência.

Ricardo Montoro inicia seu pronunciamento dirigindo abraço especial à presidente do CMDCA que está deixando o cargo depois de uma gestão profícua. Cumprimenta todos da mesa e diz que está representando o Prefeito Gilberto Kassab, com muito orgulho. E afirma que vai levar a todos os secretários municipais, os resultados dessa conferência. Prossegue dizendo: vocês têm voz! Triste os tempos da ditadura em que ninguém tinha liberdade. A coisa mais importante é a participação de vocês. Quem pode tudo é a sociedade e são vocês que têm que dar as diretrizes. Para o poder público, a sociedade tem que participar. E é o que vocês estão fazendo aqui. O governo tem feito muito em relação à criança e ao adolescente no combate às drogas, na saúde, na educação. O prefeito foi a 110 AMAS para inaugurar. Quero completar minhas palavras. Estamos praticando a democracia. Esse é o fruto da democracia. Tínhamos 5 a 10 convênios financiados pelo FUMCAD e hoje assinamos o de nº 450, atendendo a mais de 500 mil crianças e adolescentes na cidade de SP. Estamos exercendo o direito de participação, da democracia.

- Apresentações Culturais

Foram realizadas duas apresentações culturais do Grupo Batuque Arte – CEU Alvarenga, de Cidade Ademar, tendo sido uma durante a abertura da Conferência e outra após a fala dos integrantes da mesa. O grupo cantou a música “O Canto da Cidade” – Daniela Mercuri, fez apresentação de RAP com dança e percussão e, para finalizar, cantou “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso. Na segunda apresentação foi cantado o hino do grupo e música de Tim Maia.

Foi realizada uma apresentação de maculelê, samba de roda e capoeira pela Organização AMAR Capoeira - Associação Capoeira Beija-Flor, e uma apresentação de dança pela Sociedade Benfeitora Jaguaré Grupo de Dança.

Ao término da leitura e aprovação do Regimento Interno o público foi informado que, em razão do atraso na programação, as apresentações culturais previstas seriam feitas na plenária final. Após a conclusão das atividades das oficinas, foi realizada uma apresentação cultural pelo Instituto Rogacionista Grupo de Percussão Meninos Batuqueiros.

- Aprovação do Regimento Interno

A leitura do Regimento Interno – RI - teve início por volta das 12:00h, tendo sido interrompida para realização de uma apresentação cultural. Face às várias discordâncias e aos pontos polêmicos surgidos, foi feita pausa para o almoço, sendo retomada a discussão no início da tarde.

Além de algumas alterações feitas no momento da leitura do Regimento devido a erros de digitação, foram feitos vários destaques, tendo sido alguns aprovados em regime de votação, por meio de contraste visual e de contagem de votos. Todos os destaques aprovados foram incorporados no Regimento Interno que constitui parte destes Anais.

1.2 - REGIMENTO INTERNO DA VI CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I – Da realização e da Coordenação da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

Artigo 1º. A VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, resumidamente denominada VI Conferência Lúdica, será realizada no dia 29 de Julho de 2009, das 8h00min às 17h30min, no Pavilhão Oeste do Anhembi: Avenida Olavo Fontoura, nº1209 – São Paulo – SP.

Artigo 2º. O tema da VI Conferência Lúdica da Cidade de São Paulo é “Construir Diretrizes da Política e do Plano Decenal”.

Artigo 3º. São organizadores da VI Conferência Lúdica, a Comissão Central de Organização do CMDCA que deverá garantir:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, bem como o da Plenária soberana;
- II. A infra-estrutura para a realização plena da VI Conferência Lúdica.

Artigo 4º. São participantes da VI Conferência Lúdica:

- I. Crianças de 07 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 á 17 anos 11 meses e 29 dias, que participaram e foram eleitos como delegados (as) nas Conferências Lúdicas Regionais;
- II. A Comissão Central de Organização do CMDCA;
- III. Convidadas (os) pela Comissão Central Organizadora do CMDCA: Prefeito, Secretárias (os) Municipais, Subprefeitos (as), Juízas (es) das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras (es) da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegados de Polícia, Guarda Civil Metropolitana, Parlamentares, Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais e Imprensa.

CAPÍTULO II – Da Conferência, Deliberações e Moções

Artigo 5º. A VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo CMDCA São Paulo, é um espaço de construção e deliberação das diretrizes da política pública para a infância e adolescência, observando o tema da conferência.

Artigo 6º. A VI Conferência terá como órgão deliberativo e soberano sua Plenária, que decidirá por casos de mudança deste Regimento Interno, das diretrizes adotadas como propostas pelos grupos

temáticos e/ou oficinas, moções e casos que a Comissão Central decidir como decisão autônoma da Plenária Final.

Artigo 7º. As moções apresentadas á Comissão Central de Organização deverão ser subscritas por no mínimo 30 participantes da VI Conferência Lúdica para serem submetidas á deliberação da Plenária Final.

CAPÍTULO III – Das(os) Delegadas(os)

Artigo 8º. O critério para escolha de delegadas (os) que as Conferências Regionais terão para a VI Conferência Lúdica Municipal, seguirá a seguinte normativa.

1. 34 delegadas (os) adolescentes de acordo com o número de Conferências Regionais realizadas;
2. 02 vagas para delegadas (os) crianças;

CAPÍTULO IV – Da Escolha dos Delgados para a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 9º. As (os) delegadas (os) da VI Conferência Lúdica Municipal elegerão 34 delegadas (os) por meio de mini-plenárias regionais, para a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1º§ - Terão que ser eleitas (os) suplentes em número igual as (aos) delegadas (os).

2º§ - As (os) delegadas (os) eleitas (os) na VI Conferência Lúdica Municipal para a IV Conferência Lúdica Estadual poderão participar da VIII Conferência Municipal Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente com direito a voz.

CAPÍTULO V – Do Credenciamento

Artigo 10 - O credenciamento das (os) delegadas (os) deverá ser realizado até as 11h00min do dia 29 de julho de 2009.

Parágrafo Único. As(os) observadores e as(os) convidadas(os) poderão se credenciar durante todo o período de realização da VI Conferência Lúdica Municipal.

CAPÍTULO VI – Dos Objetivos

Artigo 11. É objetivo geral: deliberar sobre a construção da diretriz da política e do plano decenal de defesa aos direitos da criança e do adolescente, bem como emitir parecer, depois de conferir, sobre as

medidas tomadas pela Prefeitura Municipal diante do que foi deliberado na V Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 12 - São objetivos específicos:

- I. Fortalecer a relação entre Governo e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e adolescente.
- II. Definir eixos e estratégias que promovam a devida execução do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema desta conferência;
- III. Promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.

CAPÍTULO VII – Da Programação

Artigo 13. A VI Conferência Lúdica terá a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO - 29 de julho de 2009 (quarta-feira)

08:00 – Recepção, credenciamento e entrega de pastas

08:30 – Café da Manhã

09:00 – Solenidade de Abertura – Composição de Mesa:

Representante do Prefeito – Ricardo Montoro

Criança e Adolescente – Lucas e Philip

CMDCA – Elaine Aparecida Macena Batista Ramos

Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares – Luciano Araújo

Comissão Central da Conferência DCA - Carolina M. Groba

Representante da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da CMSP – Eliseu Soares

Forum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Lourival Nonato dos Santos

Secretaria Municipal de Participação e Parceria – Ricardo Montoro

Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Cleia Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal do Trabalho – Andrea Correia

Defensoria Pública – Diego do Vale

09:45 – Apresentação Cultural – CEU Alvarenga Grupo Batuque Arte

10:00 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno

10:30 – Apresentação sobre as Conferências DCA's

11:00 - Apresentação Cultural – Organização AMAR Capoeira

11:30 – Oficinas por Eixos – Temáticos

12:30 – Almoço

13:30 – Apresentação Cultural – Sociedade Benfeitora Jaguaré Grupo de Dança
14:00 – Oficinas por Eixos – Temáticos
15:00 – Mini-Plenárias por conferências realizadas para eleição dos Delegados para IV Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
15:30 – Apresentação das propostas feitas nas oficinas por Eixos-Temáticos
16:30 – Apresentação dos Delegados eleitos nas Mini-Plenárias para a IV Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
17:00 – Apresentação Cultural – Instituto Rogacionista Grupo de Percussão Meninos Batuqueiros.
Encerramento e entrega de Certificado.

CAPÍTULO VIII – Das Conclusões da VI Conferência Lúdica Municipal

Artigo 14. O CMDCA/SP encaminhará para o CONDECA/SP o relatório Final com as conclusões da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, a lista de participantes e a ficha das (os) delegadas (os) eleitas (os), dentro do prazo previsto em sua deliberação.

As

moções tiradas na VI Conferência Lúdica que tiverem 30 assinaturas dos delegados serão encaminhadas para aprovação da plenária final.

CAPÍTULO IX – Das Disposições Finais

Artigo 15. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização das Conferências, que tomará as devidas alterações em acordo com a Plenária da VIII Conferência Municipal.

1.3 - DESAFIOS E PROPOSTAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE 2009 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO – CONFERÊNCIAS LÚDICAS

EIXO I – PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Os direitos previstos no ECA não são totalmente respeitados
- Há muita desigualdade de condições para as crianças e os adolescentes se desenvolverem
- A qualidade de ensino, o acesso aos bens e serviços socioculturais e as oportunidades de profissionalização, não são iguais para todos
- Com relação às pessoas com deficiência física, falta infra-estrutura adequada nas escolas, nas ruas, no transporte coletivo e demais edificações, além de professores especializados, o que faz com que se sintam excluídas
- As escolas não aceitam as crianças e os adolescentes dos abrigos. Há muito preconceito de classe social. As pessoas tratam os pobres como marginais
- Acesso aos CEUs pela comunidade
- O compromisso das escolas com a alimentação dos alunos
- O direito ao acesso à escola
- Indo além dos currículos escolares
- A escola e a divulgação do ECA
- Recursos materiais na escola
- Falta de cursos técnicos profissionalizantes e de idiomas para jovens que sejam gratuitos
- Falta de orientação profissional para os adolescentes e de oportunidades de trabalho.
- Desemprego e falta de oferta de trabalho para a população de baixa renda, levando ao trabalho e prostituição infantil
- Necessidade de ampliar os investimentos na saúde
- Precariedade e superlotação dos serviços de saúde, com a falta de vagas para consultas, exames clínicos, médicos e profissionais capacitado. Faltam ambulâncias
- Atendimento a pessoas com deficiências
- Faltam medicamentos gratuitos à população
- Acesso a informações de interesse dos jovens
- Escassez de equipamentos de esportes, lazer e cultura e a precária manutenção dos que existem, reduz a possibilidade de acesso de crianças e adolescentes a teatros, cinemas, bibliotecas, centros desportivos e casas de cultura
- Agressões ao Meio Ambiente: poluição das cidades e dos rios, desmatamento, lixo na rua, córregos abertos, enchentes

- Transporte público e escolar precário e insuficiente
- Falta de moradia e habitações precárias
- Falta de saneamento básico, iluminação pública e asfalto nos bairros de periferia

PROPOSTAS

- Direitos da Criança e do Adolescente
 - Garantir direitos e tratamento igual para todos, fazendo com que o ECA seja respeitado, divulgando os direitos para as crianças e adolescentes, com uma linguagem mais adequada
 - Construir um mundo sem racismo, com mais respeito ao próximo, sem desigualdade, onde todos tenham os mesmos direitos e oportunidades
 - Formar cidadãos que tenham entendimento e consciência de seus direitos
- Direitos das Pessoas com Deficiências
 - Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência física, tais como elevadores, rampas, instalações adequadas em escolas, cinemas, teatros, praças e vias públicas, de modo a garantir a inclusão social dessas pessoas
 - Criar Núcleo de Apoio à habilitação e reabilitação social para crianças e adolescentes com deficiência e criar mais vagas de trabalho para deficientes visuais
 - Criar cota e mais bolsas nas escolas particulares e colocar mais professores especializados para atender pessoas com deficiência
 - Adotar medidas de combate ao preconceito de classe social, raça, gênero e opção sexual para que as crianças e os adolescentes aprendam a ter respeito à diversidade
- Direito à Educação
 - Permissão para a utilização dos CEUs, não apenas por alunos das escolas municipais, mas também pelos alunos da Rede Estadual
 - Oferecer alimentos mais saudáveis e saborosos, levando em conta o atendimento do cardápio de alunos especiais e, para isso, aumentar o número de funcionários desse serviço
 - Construir mais escolas e CEUs de forma a atender a totalidade da demanda em cada localidade
 - Reduzir o número de alunos por sala de aula
 - Oferecer, na escola, cursos e atividades complementares como telecentros, apoio pedagógico e orientação profissional
 - Criar e manter funcionando, centros para crianças e adolescentes onde deverão ser desenvolvidas atividades culturais, esportivas, de lazer e profissionalizantes complementares ao currículo escolar
 - Reforçar a implementação do Eca nas escolas por meio de palestras, cursos e oficinas
 - Incluir o ECA no currículo escolar

- Garantir, além do espaço físico nas escolas, os elementos materiais necessários ao ensino e a aprendizagem, a saber: biblioteca, laboratórios de ciências e informática, recursos áudio visuais, materiais de educação física e uniforme, além de materiais para alunos com deficiência
 - Melhorar os salários e as condições de trabalho de professores e dos outros profissionais atuantes nas escolas
 - A Secretaria de Educação tem de oferecer condições para uma capacitação continuada dos professores. Essa capacitação iria além dos estudos atualizados em cada disciplina, tratando de conhecer mais sobre crianças e adolescentes de forma a ganhar o respeito e a adesão ao trabalho por parte desses alunos
 - Incluir nas escolas quadros de funcionários especializados tais como Psicólogos, Assistentes Sociais e Dentistas
- Direito à Profissionalização e Acesso ao Mercado de Trabalho
 - Fornecer aos jovens orientações e incentivos oferecendo oportunidades de acesso à formação profissional, emprego e melhores salários
 - Ampliar a rede de atendimento voltada à profissionalização, aumentando a oferta de cursos gratuitos profissionalizantes e de idiomas para os jovens com mais vagas e opções
 - Criar Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) que garantam formação profissional de qualidade aos jovens
 - Garantir o acesso à informática com aulas gratuitas e mais computadores nos telecentros
 - Criar mais empregos para quem não tem capacitação profissional e mais oportunidades na lei do aprendiz
 - Investir no desenvolvimento do comércio e da indústria para gerar mais empregos e renda para as famílias
- Direito à Saúde
 - Construir hospitais bem equipados, com atendimento em várias especialidades e com corpo médico capacitado
 - Construir novas UBSs e AMAS além de ampliar as existentes visando aumentar as vagas para consultas e exames clínicos, de modo a reduzir a espera no atendimento. Ampliar a rede de ambulâncias
 - Melhorar o atendimento básico com a capacitação dos médicos e demais profissionais de saúde
 - Incluir na rede básica de saúde o atendimento por neurologistas e hebiatras, além de profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos e fisioterapeutas. Criar atendimento especializado a pessoas com deficiências. Ampliar a capacidade de atendimento nas unidades de CAPS (Centro de Atendimento Psicosocial)
 - Ampliar a distribuição de medicamentos gratuitos

- Realizar campanhas informativas nas unidades de saúde e nas escolas sobre doenças que devem ser combatidas na adolescência como obesidade, bulimia, anorexia e desnutrição. Desenvolver programas de informação sobre o tema da sexualidade na adolescência
- Direito à Cultura, Esporte e Lazer
 - Construir centros poliesportivos; praças com equipamentos públicos, e outros espaços para a prática de esportes, atividades de cultura e lazer e um centro que complemente o que se aprende na escola com espaço para cinema, teatro e dança e música
 - Abrir a escola à comunidade durante os finais de semana e divulgar os espaços existentes de cultura, esporte e lazer. Aumentar profissionais nas quadras esportivas aos sábados e domingos para dar orientação e segurança
 - Criar mais bibliotecas e telecentros com equipamentos novos
- Meio Ambiente e Infraestrutura Urbana
 - Incentivar a coleta seletiva nos bairros; despoluir rios e drenar córregos para melhorar o ecossistema. Não jogar lixo nas ruas, manter as praças e parques limpos, saudáveis e com mais segurança. Preservar as reservas ambientais e realizar campanhas de conscientização contra desmatamento. Diminuir as indústrias poluentes e as queimadas
 - Criar programas de educação ambiental nas escolas. Fazer com que as escolas ensinem reciclagem aos alunos e realizem feiras de ciências
 - Melhorar as condições do transporte público em quantidade e qualidade, aumentando a frota de ônibus e baixando as tarifas
 - Providenciar transporte escolar para todos os alunos que necessitam tanto na rede pública como particular e em especial para alunos de cursos de profissionalização. Instituir o Vai e Volta para todas as séries
 - Investir em programas de habitação, melhorando as moradias e garantindo habitação de qualidade para todos
 - Ampliar a rede de saneamento básico, melhorar a sinalização, a condição das ruas e calçadas, o asfaltamento e a iluminação pública dos bairros da periferia. Urbanizar as favelas.

EIXO II – PROTEÇÃO E DEFESA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Violência. As crianças e os adolescentes não têm informação sobre seus direitos. Pouco conhecimento do ECA. Os professores não falam do ECA e dos direitos das crianças
- Policiais abusam da autoridade e batem em crianças e adolescentes

- Falta de segurança da comunidade e brigas entre grupos de jovens dentro e fora da escola
- Quando tem briga na região a polícia não deixa as pessoas passarem
- Poucos policiais nas ruas, mal preparados , mal equipados e mal remunerados, além de policiais corruptos
- Prevenção no uso de drogas e álcool
- Apoio a crianças e adolescentes com problemas de drogadição
- Combate ao uso de drogas
- Aborto, gravidez na adolescência: falta de informação, de cuidados, de apoio dos pais e parentes, de atenção; medo das conseqüências, insegurança
- A pedofilia está tomando grandes proporções atualmente, tanto nas periferias como no centro
- Exploração infantil por falta de recursos da família e orientação dos pais e falta de punição ao explorador
- Moradores de rua/albergues/abrigos

PROPOSTAS

- Ações de proteção às vítimas de violência
 - Criar ouvidorias para criança e adolescente (agilidade e sigilo)
 - Implantar fóruns e varas da família
 - Agilizar o atendimento aos casos de violência contra crianças e adolescentes com assistência policial e jurídica mais efetiva para as vítimas de violência
 - Dar maior subsídio e ampliar as ONGs que atuam na proteção de vitima de violência, com atendimento especializado às famílias
 - Tornar efetiva a não criminalização de crianças e adolescentes - Contra a redução da Maioridade Penal
 - Criar programas com serviços especializados no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica e sexual e suas famílias, com profissionais especializados, tais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, pediatras e hebiatras
 - Campanha de combate à violência contra a mulher
 - Acompanhamento psicológico das mulheres e filhos que sofreram maus tratos e violência
 - Reforçar meios de denúncia a todo tipo de violência
- Informação e divulgação sobre os DCA
 - Divulgação ampla dos projetos que garantem os DCA, pois assim a sociedade civil terá mais informações para reivindicá-los
 - Maior divulgação na mídia do disque denúncia para casos de violência doméstica contra a criança, abuso sexual e pedofilia

- Segurança

- Mais policiamento nas ruas, menos violência e maior segurança, com formação de policiais sobre respeito e direitos das crianças e adolescentes
- Ter uma ronda escolar mais presente e policiais mais preparados para abordar os jovens e garantir a segurança
- Ter direito de ir e vir com segurança
- Ter policiamento mais atuante por meio de polícia comunitária. Mais iluminação nas vias públicas, segurança nas ruas e monitoramento por câmeras para reduzir a violência nas ruas à noite. Combater a corrupção na polícia
- Promover ações intersecretariais para criação de políticas públicas voltadas para a segurança escolar
- Tirar lei do toque de recolher para as crianças para poder ficar na rua até mais tarde

- Família e comunidade

- Aproximar os pais dos profissionais das escolas – professores, psicólogos e assistentes sociais, fornecendo orientação para que eles entendam os prejuízos da violência na vida das crianças e dos adolescentes
- Conscientização dos pais em relação a educação de seus filhos, pois esta interfere no relacionamento escolar; e na sociedade em geral. Resgatar a família, fazendo com que as mães e os pais estejam mais presentes na educação dos filhos, acompanhando seu desenvolvimento
- Implantar nas escolas o Programa Escola da Família
- Estabelecer nas escolas públicas projetos de mediação de conflitos (nos quais os problemas da escola são solucionados a partir de pequenos grupos de diálogo, com a colaboração de um mediador)

- Crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais

- Garantir aos que cometeram atos infracionais condições de julgamento legítimo, justo e digno, garantindo oportunidade de defesa
- Rever a política da Fundação Casa e criar programas para a recuperação de jovens infratores. Incentivar o ensino da arte (teatro, música, desenho, dança, etc) favorecendo a apresentação de espetáculos com estes adolescentes em suas comunidades, objetivando diminuir o preconceito e favorecer sua reinserção social
- Qualificação contínua dos funcionários da Fundação Casa, para que haja melhoria no tratamento dos internos
- Garantir acompanhamento terapêutico para adolescentes em conflito com a lei e suas famílias

- Crianças vítimas do uso de drogas e álcool
 - Criar serviços especializados de prevenção, acompanhamento e atendimento a crianças e adolescentes vítimas do uso de álcool e drogas, de abusos, exploração e violência doméstica
 - Implantar nas escolas, programas de prevenção ao consumo de drogas e dar palestras para a comunidade conscientizando dos perigos do uso de drogas pelos jovens
 - Fornecer melhores condições de vida para crianças e adolescentes para que não se envolvam com as drogas
 - Oferecer apoio psicológico e clínicas públicas para pessoas com problema de drogadição. Fazer parceria com AMAS para tratamento de drogaditos
 - Aumentar os CAPs infantis e álcool e drogas
 - Reforçar o policiamento para combater o avanço das drogas na comunidade

- Sexualidade
 - Realizar mais palestras nas escolas sobre prevenção sexual, pelo serviço específico de saúde (CTA), em linguagem acessível aos jovens, com textos simples
 - Realizar campanhas de prevenção na Saúde UBS/hospitais e atender a saúde preventiva dos adolescentes: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, acesso a preservativos, sexo com respeito; sexo seguro, prevenção de gravidez na adolescência
 - Políticas públicas para gravidez na adolescência: mais creches, postos de saúde, acesso aos serviços

- Abuso sexual e pedofilia
 - Controlar a internet e punir severamente os pedófilos
 - Adotar medidas para reprimir com mais rigor o infrator que pratica a pedofilia
 - Denunciar situações de pedofilia para a polícia, conversar mais com os pais e tirar dúvidas na escola
 - Criar em vários espaços uma “caixa do desabafo” onde as crianças possam denunciar que estão sofrendo abuso

- Trabalho Infantil
 - Oferecer oportunidades de geração de renda e emprego às famílias de baixa renda das crianças e adolescentes inseridas na rede de ensino para que elas não precisem trabalhar nas ruas
 - Criação de políticas públicas de acesso ao emprego para jovens: programas que forneçam renda para garantir o estudo e posteriormente ingresso no mercado de trabalho
 - Mais escolas gratuitas e CCAs para a criança não precisar trabalhar na rua, mais áreas de lazer nas escolas e em outros lugares. A prefeitura dar moradia para os pais desabrigados
 - Fiscalização para que as crianças e adolescentes não trabalhem. Denunciar o trabalho infantil

- População de rua e de abrigo
- Direito a ter abrigo, ao respeito e a ter família. Criar mais abrigos para as crianças promovendo a articulação da comunidade e organizações para a construção destes serviços
- Conscientizar a sociedade da problemática dos moradores de abrigo por meio da mídia
- Garantir vaga na escola para os frequentadores do CRECA
- Aproximação das famílias com as crianças abrigadas

EIXO III – FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Necessidade de fortalecimento dos Fóruns de Direitos e dos Conselhos Tutelares
- Número de Conselhos Tutelares é insuficiente para atender regiões populosas
- Articulação dos Conselhos Tutelares com a escola e a comunidade
- Serviços públicos de proteção jurídica à comunidade
- Agressividade e violência doméstica
- Necessidade de combater o tráfico de drogas e o consumo pelos jovens
- O papel do ECA no fortalecimento do sistema de garantias de direitos

PROPOSTAS

- Ampliar o número de Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares por região com instalações, recursos técnicos, financeiros e adequados ao atendimento à população local
- Ampliar a divulgação do trabalho realizado pelos Conselhos Tutelares, principalmente nas escolas, garantindo que crianças, adolescentes e suas famílias utilizem o CT como órgão de defesa de seus direitos
- Conselho Tutelar deve visitar as escolas e dar palestras para os pais sobre os direitos das crianças e adolescentes
- Conscientizar a população para que acione o Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção, sempre que houver casos de exploração e violência contra crianças e adolescentes
- Conscientizar pais e sociedade que com a agressão domiciliar os filhos ficam agressivos
- Fornecer apoio jurídico nas comunidades com a implantação de Vara da Família e Núcleos Especializados em Infância e Adolescência das Defensorias Públicas nas diversas regiões da cidade e que eles contem com pessoal técnico qualificado
- Exigir funcionamento efetivo dos órgãos de defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes como o CMDCA, COMAS, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho de Habitação

- Melhorar as políticas públicas de combate ao tráfico de drogas, ao trabalho e prostituição infantil e à pedofilia
- Assegurar serviços de proteção jurídico-social e apoio psicológico às crianças, jovens e famílias em situação de risco
- Implantar projetos de sensibilização de professores, educadores, profissionais de saúde e da assistência social sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sua importância e função na garantia de direitos e deveres
- Implementar o Art. 178 do ECA que fala sobre os atentados à dignidade das crianças e adolescentes

EIXO IV – PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- São poucos os espaços legítimos de participação de crianças e adolescentes como os fóruns regionais para a juventude e grêmios escolares com a participação dos alunos e não só de professores e diretores
- Faltam meios para informação, como textos, cartazes, encontros, palestras, manifestações artísticas não desgastantes
- Falta participação e envolvimento dos alunos nos grêmios para ajudar a mudar as coisas: diminuir o preconceito
- Falta de comunicação e integração entre professor e aluno. Falta de jornal na escola: “a gente fala com os professores, mas não tem apoio...”
- Não basta que as crianças e adolescentes tenham um exemplar do ECA, pois isso não garante seus direitos. Todos devem ter oportunidade de conhecer melhor essa lei.
- Acabar com o abuso de autoridade nas escolas por parte dos professores e diretores
- Existem sistemas e setores formais e informais, porém não há “comunicação”. Sendo assim, o problema surge. Sabemos que há como ser solucionado, porém, como não há articulação, a rede de atendimento não funciona e não garante a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes

PROPOSTAS

- Espaços de Participação
 - Garantir que os adolescentes participem da gestão da casa de cultura; garantir a participação dos alunos no planejamento das aulas em todas as escolas; criação de mais casas de cultura para atender a demanda

- Criar grupos de discussão sobre problemas da escola, com um professor responsável para orientar o grêmio. Maior participação da comunidade na escola, maior empenho da direção para trabalhar com o grêmio
 - Criar programas governamentais de incentivo à organização de Grêmios nas esferas municipal e estadual com apoio do governo federal e fiscalização para garantia deste direito
 - Criar programas municipais e estaduais incentivando a utilização de escolas nos finais de semana de modo a reafirmá-las como espaços políticos e promover a participação e formação política dos estudantes
 - Criar um canal direto de diálogo e reivindicação entre Uniões Regionais de Grêmios estudantis e as prefeituras municipais, assim, os estudantes serão prioridade e participarão da gestão das políticas públicas de educação
 - Ampliar os espaços existentes de construção de cidadania e construção de outros espaços (ex. CEU, CCA, onde tem esporte, cultura e lazer)
 - Realizar palestras e trabalhos nos espaços escolares sobre temas transversais para reflexão sobre os problemas em busca de soluções e liberar as escolas para espaço de recreação
 - Estabelecer discussão no espaço escolar sobre a importância da cultura da paz.
 - Criar praças e áreas de lazer para que as crianças e adolescentes possam brincar quando quiserem e que também possam ter orientação sobre a formação, como palestras, gincanas que incentivem as crianças a procurar o melhor de si
 - Construir centros comunitários onde seja possível expor idéias e ter palestras sobre sexualidade, cultura e outros temas
 - Abrir a escola como centro de convívio e participação que ofereça além da educação formal, atividades culturais, esportivas e de lazer integradas na comunidade local, resgatando a cultura africana e indígena
 - Implementar o artigo 16 do ECA, acrescentando o direito de livre acesso dos alunos da rede estadual a participarem de todas as ações e oficinas do CEU.
- Protagonismo
 - Participação da criança e do adolescente bem como de toda a população na elaboração do orçamento
 - Inserção da Conferência Dos Direitos da Criança e do Adolescente no calendário escolar, em âmbito Municipal, Estadual e Nacional, de modo a garantir a participação de alunos e professores
 - Incentivar a participação dos alunos nos conselhos das escolas
 - Fortalecimento dos grêmios nas escolas e participação de crianças e adolescentes nos Foruns Regionais
 - Garantir o direito de conviver em família, na comunidade e de ter acesso aos espaços sociais e políticos da sociedade

- Criação de um conselho regional de adolescentes e jovens para fiscalizar os DCA. Trabalhar junto com o conselho tutelar. Para cada conselheiro haverá um jovem, que deverá ter uma ajuda de custo prevista nos artigos 60 e 69 do ECA

- Informação e Comunicação

- Informar as crianças e os adolescentes sobre o ECA e sobre o Conselho Tutelar
- Os alunos das Escolas Públicas têm que ter mais conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente
- Assegurar mais informações sobre a política pública e a política privada
- Criar canais de comunicação entre as autoridades escolares e os alunos
- Estimular o movimento de comunicação entre os jovens, utilizando a internet como incentivo a participação. Sem comunicação não tem como participar
- Liberdade e valorização da expressão da criança e do adolescente. Criação de jornais da juventude que divulguem os acontecimentos da comunidade, eventos culturais gratuitos e cursos profissionalizantes
- Acesso aos veículos de comunicação (jornais, revistas, rádio, tv). Ter jornal nas escolas realizado pelos alunos, com o incentivo e apoio dos professores. A coordenação e direção deverão fornecer os meios para a realização
- Criação de rádios nas escolas, direcionadas aos jovens

- Profissionalização

- Oferecer cursos para implantação de sustentabilidade e geração de renda para jovens e seus pais (p. ex. cooperativa de catadores)
- Implantar curso de Ciência Política como currículo de formação educacional na escola
- Oferecer curso gratuito nas escolas no período de férias: inglês, informática, artes, administração, espanhol
- Capacitação profissional para adolescentes com encaminhamento para o primeiro emprego

EIXO V – GESTÃO DA POLÍTICA

DESAFIOS/PROBLEMAS

- Fortalecer compromisso dos governos com infância e adolescência
- Os locais de atendimento dos serviços públicos são distantes, faltam vagas em creche, cursos profissionalizantes, atividades culturais e de lazer .Muita ociosidade de adolescentes da região
- Gestão política democrática. Importância de crianças e jovens participarem da elaboração do plano decenal porque sabem o que querem

- Pouca informação sobre o ECA, para conhecer os direitos e poder exercê-los. A sociedade diz que investe na criança e no adolescente, mas não investe nada. É preciso haver mais interesse dos adolescentes
- Falta de envolvimento dos políticos em atender as necessidades da região, como a falta de vagas nas escolas e outros equipamentos sociais, principalmente nas creches e pré-escolas
- Fomentar a participação da comunidade nas decisões que envolvem todo cidadão
- Transparência nas informações sobre gastos públicos
- As leis não são cumpridas. Falta conhecimento das leis para crianças e adolescentes.
- Falta de articulação da Rede social, falta Fórum permanente de discussão, ausência de instrumentos atualizados com dados/informações da rede, falta de recursos materiais e financeiros, inexistência de atendimento na Saúde, voltado para adolescentes, falta de acompanhamento e prevenção
- Ausência de instrumentos atualizados com dados/informações da rede. Inexistência de atendimento na Saúde, voltado para adolescentes
- Falta de acompanhamento e prevenção, falta de respaldo familiar e ao adolescente na questão da drogadição, poucas condições do ponto de vista psíquico, difícil inserção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas

PROPOSTAS

- Orçamento
 - Destinar os recursos do orçamento à construção de mais hospitais, C.C.A., C.J e ao atendimento de todos os direitos da criança e do adolescente
 - Garantir a participação de crianças e adolescentes e de toda a população na elaboração do orçamento
- Políticas públicas
 - Adotar medidas e programas de atendimento às pessoas que estão nas ruas oferecendo-lhes assistência na rede pública de saúde
 - Garantir a ampliação das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes e promover a articulação dos diversos setores envolvidos
 - Assegurar a cada troca de Gestão, a continuidade da política educacional em vigor.
 - Não permitir que a criança seja aprovada sem saber ler e escrever
 - Priorizar a Educação, Saúde e a Informação
 - Assegurar cotas para dar oportunidade para quem não tem acesso e condições
- Gestão Pública
 - Investir na educação, saúde, informação, na melhoria do meio ambiente e infra estrutura urbana
 - Diminuir os impostos para melhorar a renda das famílias

- A Secretaria de Educação deve manter as verbas e os materiais da educação para melhorar a estrutura na escola. O Governo pode dar mais verbas para melhorar o aspecto da escola (hoje parece uma prisão) e a infraestrutura, investindo também para melhorar a qualidade do ensino
 - Investir no tratamento psicológico para as crianças e adolescentes que sofrem violência, abuso sexual. Serviço de saúde adequado para possibilitar a recuperação de crianças e adolescentes com problemas de saúde causados pela violência
 - Garantir maior infraestrutura para os equipamentos públicos já existentes na comunidade e criação de centro de reabilitação para jovens com dependência química
 - Investir em escolas com cursos profissionalizantes e criar oferta de bolsa de estudo nas faculdades particulares
 - Exigir maior presença do governo nas regiões para ouvir a população
 - Investir na melhoria e mais limpeza da cidade e no atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Mais lazer e menos violência na cidade. Criança não trabalha, criança dá trabalho. Governo deve tirar as pessoas das ruas e dar atendimento em rede pública de saúde
- Controle e Fiscalização
 - A população paga impostos e por isso, pode exigir que seus direitos de acesso aos serviços públicos e programas de governo sejam garantidos
 - Exercer o controle e a fiscalização de todos os serviços prestados à população
 - Utilizar adequadamente as verbas do orçamento, para que sejam atendidos os desejos da população de forma correta
 - Prestação de contas do orçamento da criança e do adolescente da região e formação de uma Comissão para monitorar e cobrar propostas elaborada.
- Comunicação e informação
 - Usar a ferramenta SIPIA (Sistema Nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos preconizados no estatuto da Criança e do Adolescente) - implantá-la e estruturá-la nos diversos Conselhos Tutelares e outros órgãos e secretarias do Sistema de Garantia de Direitos como Banco de Dados e Política garantidora do cumprimento dos Direitos
 - Divulgar e protestar contra a não destinação e aplicação de verba para educação
 - Criar um Disk 0800 para informações sobre criança e adolescente
 - Ter mais palestras e programas de televisão sobre direitos da criança e do adolescente para que possamos conhecer melhor e exercê-los
 - Investir na divulgação dos direitos da criança e do adolescente em todos os meios de comunicação, garantindo ampla divulgação para conhecimento de toda a população
 - Divulgar o programa de moradia em todos os segmentos de maneira a concretizar o direito do cidadão

1.4 - PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL POR EIXO TEMÁTICO – CONFERÊNCIA LÚDICA

EIXO I – PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

- Destinar verbas para a construção de mais escolas, para a compra de materiais e para propiciar qualificação continuada dos professores. Garantir serviços de apoio e formação contínua aos professores e demais profissionais que trabalham com crianças e adolescentes com deficiências. Criar um órgão de fiscalização efetiva, composto pelo poder público e pela sociedade civil, para garantir o direito à acessibilidade da criança e do adolescente com deficiências em seus espaços de convivência social.
- Construir mais hospitais, bem equipados e com profissionais capacitados em várias especialidades. Assegurar o atendimento por faixa etária na área da saúde: criança (até 12 anos); jovem (13 a 17 anos); adulto (18 a 60 anos) e idoso (mais de 60 anos) e aumentar palestras nas escolas e nas regiões de São Paulo sobre sexualidade, bulimia, anorexia e obesidade na infância e adolescência.
- Construir espaços públicos para atividades culturais, esportivas e de lazer nos bairros, como teatros, museus e bibliotecas, além de praças, parques, pistas de skate e quadras poliesportivas, pois o esporte e a cultura são partes fundamentais da criança e do adolescente. Garantir também a construção, reforma e manutenção das áreas de esporte e lazer das escolas públicas, garantindo a qualidade desses equipamentos.
- Ampliar a rede de atendimento voltada à profissionalização dos jovens, aumentando a oferta de vagas e a divulgação de cursos gratuitos (profissionalizantes e de idiomas) oferecendo esses cursos também nas escolas, nos períodos de férias e finais de semana, com garantia de transporte gratuito e encaminhamento ao mercado de trabalho após os cursos. Aumentar as oportunidades e opções na Lei do Aprendiz, com supervisão sobre as empresas para que elas cumpram o papel de empregar os jovens de acordo com o ECA. Dar incentivo à população de baixa renda para que tenha acesso a cursos técnicos, cursos vocacionais e a palestras em associações.
- Investir em programas de habitação, melhorando as moradias e garantindo habitação de qualidade para todos. Ampliar a rede de saneamento básico para todos os bairros, melhorar as condições das ruas, das calçadas, o asfaltamento, a sinalização e a iluminação pública dos bairros de periferia e urbanizar as favelas.
- Incentivar a coleta seletiva nos bairros; despoluir rios e drenar córregos para melhorar o ecossistema. Não jogar lixo nas ruas, manter as praças e parques limpos, saudáveis e com mais segurança. Preservar as reservas ambientais e realizar campanhas de conscientização contra o desmatamento. Diminuir as indústrias poluentes e as queimadas.

EIXO II - PROTEÇÃO E DEFESA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Implementar o Plano Nacional de enfrentamento à violência, ao tráfico de drogas, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes sob responsabilidade do poder público e com participação da sociedade, com foco na família, com atividades em UBSs, abrigos, escolas, e outras instituições.
- Criar serviços especializados de prevenção, acompanhamento e atendimento a crianças e adolescentes vítimas do uso de álcool e drogas, de abuso, exploração e violência, com tratamento psicológico para crianças e adolescentes violentados, contando com a participação dos pais e criar casas que possam acolher adolescentes que cometeram infração.
- Garantir aos que cometeram infrações, condições de julgamento legítimo, justo e digno, com oportunidade de defesa. Promover a qualificação contínua dos profissionais da Fundação Casa, para que haja melhoria no tratamento dos internos.
- Promover palestras nas escolas, sobre uso de álcool e drogas, abuso, exploração e violência e desenvolver projetos de mediação de conflitos entre filhos, pais e escolas, com a colaboração de um mediador que contribua para solucionar os problemas por meio do diálogo.
- Conscientizar a sociedade da problemática dos moradores de abrigo, por meio da mídia, de forma a garantir que eles não sejam discriminados nem impedidos de matricular os filhos na escola, pelo fato de morar em abrigo e não ter a comprovação de endereço que é exigida pela escola.

EIXO III - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

- Conscientizar a população sobre o trabalho realizado pelos Conselhos Tutelares através de ampla divulgação nas escolas e nas comunidades, realizada por pequenas comissões compostas de jovens, membros da sociedade civil e dos Conselhos Tutelares.
- Ampliar o número de Fóruns de Direitos e de Conselhos Tutelares, garantindo melhores condições para o seu funcionamento, com mais recursos técnicos e financeiros por região, para que a população possa ser mais bem atendida e para que seja garantido o atendimento da demanda das comunidades.
- Providenciar formação e capacitação contínua aos conselheiros tutelares visando melhorar a qualidade do atendimento prestado e a visão que a população tem a respeito dos Conselhos Tutelares.
- Ampliar número de Conselhos Tutelares por região, com instalações, recursos técnicos e financeiros adequados ao atendimento à população local e para que os conselheiros possam realizar visitas às escolas, dar palestras para a população, implementando, assim, projetos de sensibilização para profissionais da área da educação, da saúde e da assistência social, sobre o ECA.

EIXO IV - PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

- Incluir na rede de ensino aulas que desenvolvam o conhecimento dos alunos quanto à cultura nacional e garantir que as escolas promovam, fora do horário curricular, atividades e palestras socioeducativas e culturais. Propiciar aos alunos, a possibilidade de fazer jornais informativos, com o apoio das autoridades escolares, com o objetivo de divulgar o ECA de forma dinâmica e intuitiva. Garantir também que seja respeitada a visão dos jovens sobre as questões dos direitos da criança e do adolescente de uma forma diferenciada, utilizando rádio, televisão, internet e teatro.
- Criação de programas governamentais nas esferas estadual e municipal, com apoio federal, para incentivo à criação de grêmios estudantis e informação dos estudantes acerca desse direito, de modo a criar multiplicadores desse processo nas próprias escolas. Implementar fiscalização por parte do governo e da sociedade civil (por exemplo, os Conselhos Tutelares) para a garantia do direito de organização dos estudantes nas escolas e criação de canal direto de diálogo e reivindicação entre uniões regionais de grêmios e as prefeituras municipais.
- Participação dos estudantes na gestão das políticas públicas de educação e no planejamento das atividades em suas escolas, abrindo caminho para mais eventos culturais e de discussão política. Abrir as escolas para a comunidade tanto em dias letivos quanto aos finais de semana, estimulando a parceria dos grêmios estudantis com as casas de cultura de seus bairros. Garantir no calendário escolar espaços para realização de conferências e debates livres dos estudantes, com a participação dos adolescentes em todas as etapas desde a elaboração, mobilização e realização das ações.
- Criar comitê assessor formado por adolescentes e crianças para participar do CMDCA e atuar na definição das políticas destinadas a essa população na cidade de São Paulo, criando uma rede de participação nas regiões da cidade, sendo de responsabilidade do CMDCA e do Conselho de Direitos dar suporte técnico e financiar as ações da rede.

EIXO V - GESTÃO DA POLÍTICA

- Aumentar recursos orçamentários destinados às políticas e programas de atendimento a crianças e adolescentes, visando a oferta de mais vagas nas creches, nas escolas e nos abrigos; mais cursos profissionalizantes e mais oportunidades de trabalho como aprendiz remunerado.
- Garantir que a distribuição dos recursos orçamentários voltados às políticas sociais para crianças e adolescentes seja feita de forma igualitária para as regiões mais carentes.

- Garantir maior fiscalização e controle sobre as verbas públicas destinadas à criança e ao adolescente, por meio da divulgação de informações em sites, na televisão e em outros meios de comunicação, sobre como esses recursos são distribuídos e gastos.
- Possibilitar o acesso às informações sobre a execução orçamentária em todos os níveis de governo, de modo que a população possa ficar informada sobre tudo o que ocorre com o dinheiro público, em especial daquele destinado às crianças e adolescentes.

2.1 - ABERTURA DA VIII CONFERÊNCIA CONVENCIONAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (30/07/2009)

A Conferência Municipal Convencional teve início no dia 30, com a solenidade de abertura, apresentações culturais, aprovação do regimento interno e o ato de conferir as propostas de 2007, e encerrou no dia 31 de julho, com a aprovação das propostas por eixo temático na plenária final. Nesse dia também foram escolhidos, por região, os delegados para a Conferência Estadual. O evento ocorreu no mesmo local da Conferência Lúdica, com a participação de 398 delegados adultos. Participaram também, os adolescentes eleitos delegados no dia anterior.

A solenidade de abertura foi conduzida por Eduardo Pedro de Carvalho e contou com a presença de autoridades do poder público e da sociedade civil na composição da mesa, além de um representante dos adolescentes.

- **Composição da Mesa**

Foram chamados para compor a mesa: Fabrício, representante das crianças e dos adolescentes; Elaine Aparecida Macena Batista Ramos, presidente do CMDCA; Regina Andrade, representante da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Carolina Mendonça Groba, da Comissão Central da Conferência DCA; Netinho de Paula, Presidente da Comissão Extraordinária da Criança, do Adolescente e da Juventude da CMSP; Lourival Nonato dos Santos, do Forum Municipal DCA; Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, representando o Prefeito e o Secretário Municipal de Participação e Parceria; Floriano Pessaro, vereador; Zilá Daijo, representando a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Diego do Vale, da Defensoria Pública.

Composta a mesa, foi executado o Hino Nacional.

- **Pronunciamentos dos Componentes da Mesa**

Fabrício fez uso da palavra lembrando o que ouviu no dia anterior: conferência é lugar para conferir, propor e construir. Lugar onde a gente deve rever as nossas posições, nossas vaidades e anseios pessoais e nos submetemos a um processo coletivo em que todos contribuem igualmente. Enfatizou que todos têm condição de construir uma cidade melhor e que a cidade de São Paulo não necessita apenas do governo, porque o governo tem defeitos. Lembrou que o poder público deve trabalhar em parceria com a sociedade, e não deve olhar para a sociedade só em tempos de eleição, mas no dia a dia. O poder público em São Paulo, do seu ponto de vista, tem mais falhas do que acertos e é preciso que todos apontem as falhas do poder público e também as soluções, para não fazermos a crítica pela crítica.

Elaine retomou as palavras de Fabrício e disse que depois das conferências regionais, era o momento de representar a cidade de São Paulo como um todo e conferir propostas e propor diretrizes para a

construção do Plano Decenal. Cabe ao CMDCA o desafio de subsidiar a construção do tão sonhado Plano de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, a partir das propostas desta conferência. Finaliza agradecendo especialmente a Comissão Central e as Comissões Regionais da Conferência DCA e aos conselheiros tutelares, não só os que participaram da organização dos eventos mas também dos que permaneceram na sede do Conselho Tutelar prestando atendimento. Agradeceu a todas as crianças e adolescentes afirmando que que essa juventude tem um potencial que ainda não se consegue aproveitar.

Regina Andrade fala do avanço democrático a partir da Constituição de 1988 que em seu artigo 227 define a criança como prioridade absoluta passando a ser reconhecida, a partir do ECA, como uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, enquanto sujeito de direitos civis, humanos e sociais. Contudo, ao completar 19 anos de ECA, chama a atenção para algumas questões que acontecem hoje no país, como o toque de recolher em algumas cidades, crianças e adolescentes em situação de rua. São situações que não queremos, mas é preciso pensar de que forma esse trabalho deve ser realizado para resgatar a dignidade dessas crianças. Pede uma reflexão sobre projetos de lei em tramitação no Senado, sobre o aumento do tempo de internação do adolescente infrator e finaliza lembrando o que a mídia tem trazido à tona frequentemente, que é a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Lourival lembra que a Constituição de 1988 está completando 21 anos e discorre sobre as questões que estão acontecendo e que podem ser um risco à democracia. Menciona a contratação de coronéis nas subprefeituras, assim como as questões do poder judiciário em relação ao toque de recolher e à presença de pessoas com 21 anos ainda na FEBEM, considerando tratar-se de perigoso precedente no Estado de direito da infância e da adolescência. Lembra ainda, que o Estado de São Paulo é campeão de detenções no Brasil. Fala da importância do Plano Municipal de Educação e para a necessidade de tratarmos essas questões como temas tão importantes quanto o Plano Diretor da Cidade.

Carol parabeniza todas as Comissões Regionais que estiveram trabalhando juntas nesses 3 meses de conferências, as crianças e adolescentes e os membros dos Conselhos Tutelares.

Diego do Vale afirma que a situação de defesa das crianças e adolescentes no município e no Estado de São Paulo não é das melhores. Do ano passado para este, dobrou o número de adolescentes internados por causa do tráfico de drogas. Levanta uma questão: até que ponto esse tráfico se envolve de ilícito ou de trabalho infantil- juvenil? Disse que isso não é colocado no âmbito do Ministério Público e as preocupações se voltam à defesa dos que têm histórico de violação de direitos humanos e esse discurso vai desaparecendo com o posicionamento que se vê. Crianças pobres que são destituídas das famílias e quando chega à justiça, a decisão de destituição já vem pronta. Até que ponto nossos órgãos estão estruturados para a defesa de crianças e adolescentes? Esse é um grande desafio quando sabemos que em apenas 23 municípios de São Paulo existe Defensoria Pública e temos o dever constitucional de defender a criança e o adolescente.

Zilá, falando em nome de Alda Marco Antonio, traz o reconhecimento da participação das crianças e adolescentes que estiveram na conferência lúdica, referindo-se ao pronunciamento de Lucas, de Philip e de outros adolescentes. Refere-se também ao reconhecimento à participação dos profissionais da Assistência Social em todas as conferências para que esse evento acontecesse com essa grandeza. Diz ainda que a criança tem que ser encaminhada para participar.

Floriano inicia seu pronunciamento chamando atenção para o auditório que não está lotado, o que reflete que a nossa sociedade ainda não conseguiu priorizar a criança e o adolescente. Parabenizou o Conselho Tutelar e os demais representantes. Manifestou o desejo de que estivessem presentes todos os fóruns; da assistência social, educação, cultura, saúde porque embora já tenha sido pior, ainda não estamos satisfeitos. Falou da importância do momento para fazer planos e estabelecer metas para o Executivo e para o Legislativo porque não adiante ter leis que não são cumpridas. Nesse sentido elogiou o trabalho de Netinho na presidência da Comissão da Criança e do Adolescente da CMSP, que solicitou ao que compõem essa comissão, um trabalho de consolidação da legislação referente a crianças e adolescentes.

Netinho de Paula explica que entrou na política por estar indignado com o que via à sua volta e afirma não ter condição de falar em nome de uma juventude de classe média, mas fala em nome de crianças de periferia onde nasceu. Diz que é preciso entender como funciona o Estado e que a prefeitura funciona como o cérebro e a Câmara como o coração. É importante que informações e denúncias cheguem organizadas à Comissão Extraordinária da Criança, Adolescente e da Juventude, porque a causa é a criança. Refere-se a uma divergência que presenciou, no final do primeiro semestre, entre coordenador de CRECA e o Conselho Tutelar, e disse que é isso que os que têm cérebro, querem, ou seja, que fiquem se acertando lá embaixo, e enquanto isso nossas leis são violadas. Esta Conferência tem que unir forças em torno dessas questões para que cheguem de forma organizada. Finaliza dizendo que todo ano, o judiciário, a promotoria, os secretários, os vereadores, saem falando bonito nas conferências e tudo parece estar bem, mas nada acontece em torno da população. Mas espera que essa conferência cumpra um papel em prol de crianças e adolescentes e reafirma que a CMSP e ele enquanto presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, vai acatar as propostas e queimar o cérebro para fazer com que se efetivem.

Paulo Sérgio traz o abraço de Ricardo Montoro e o compromisso, em nome de Kassab, de cada vez mais exercer aquilo que não é nenhum favor, mas o de permitir que todo exercício da sociedade civil organizada se realize através de diversas formas. Apesar das grandes dificuldades e complexidade nesta cidade e de divergências entre sociedade civil e poder público, existem alguns assuntos que devem ficar acima dos partidos e abaixo dos palanques. A criança e o adolescente é um desses assuntos. Concordou com a afirmação de Netinho de que falta ao poder público receber as demandas de forma organizada, mas que este governo municipal não deixou de fazer nenhuma conferência e que as subprefeituras, com ou sem coronel, tiveram um papel importante para tudo acontecer. Finalizou

dizendo que o governo municipal reafirma o compromisso de tornar políticas públicas, as propostas desta conferência.

Elaine pediu a palavra para dizer que será fruto desta conferência, um documento chamado Anais da VIII Conferência DCA e que há um compromisso do CMDCA de realizar um evento para entrega desses Anais ao Executivo e ao Legislativo e o compromisso do Conselho, de acompanhar essas propostas.

- Apresentação Cultural

Antes da abertura oficial do evento houve uma apresentação de hip hop por parte de uma adolescente do Educandário Dom Duarte. Depois de desfeita a mesa, o Grupo de Dança Meninos e Meninas do Belem da Unidade do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto fez uma apresentação de dança. No período da tarde, o Grupo de Mães Novo Amanhecer apresentou uma dança indiana.

No dia 31, na parte da manhã, apresentou-se o Grupo Musical Afro Mix, do CCA Carmo Bela Vista e no período da tarde, o Grupo Cleusa Alvarinho apresentou a dança Triller.

- Aprovação do Regimento Interno

Para o encaminhamento da leitura e aprovação do regimento interno, foi composta uma mesa com os seguintes membros: Fernando Antonio dos Santos Jr., da Comissão Central da Conferência DCA; Maximiliano Dante, membro do CMDCA e Luciano Araujo, do Conselho Tutelar. Antes da leitura foi explicado o procedimento de apresentação de destaques, debate e votação dos destaques.

O processo foi muito longo e todas as propostas aprovadas pelo plenário foram incorporadas na versão constante deste documento.

2.2 - REGIMENTO INTERNO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I – Da realização e da Coordenação da VIII

Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

Artigo 1º. A VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, resumidamente de VIII Conferência, será realizada no dia 30 e 31 de Julho de 2009, das 8h00min às 17h30min, no Pavilhão Oeste do Anhembi: Avenida Olavo Fontoura, nº1209 – São Paulo – SP.

Artigo 2º. O tema da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente da Cidade de São Paulo é “Construir Diretrizes da Política e do Plano Decenal”.

Artigo 3º. São organizadores da VIII Conferência Municipal, a Comissão Central de Organização do CMDCA que deverá garantir:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos, bem como o da Plenária soberana;
- II. A infraestrutura para a realização plena da VIII Conferência Municipal.

Artigo 4º. São participantes da VIII Conferência:

- I. Adultos a partir dos 18 anos de idade, eleitos delegados pelas Conferências Regionais Convencionais;
- II. A Comissão Central de Organização do CMDCA;
- III. Convidadas (os) pela Comissão Central Organizadora do CMDCA: Prefeito, Secretárias (os) Municipais, Subprefeitos (as), Juízas (es) das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras (es) e da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegados de Polícia, Guarda Civil metropolitana, Parlamentares, Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais e Imprensa.
- IV. Crianças e adolescentes eleitos delegados e suplentes na VI Conferência Lúdica Municipal, com direito a voz e voto em todas as questões, bem como observadores e convidados, com direito a voz.

CAPÍTULO II – Da Conferência, Deliberações e Moções

Artigo 5º. A VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo CMDCA São Paulo, é um espaço de construção e deliberação das diretrizes da política pública para a infância e adolescência, observando o tema da conferência. Sendo que sua participação será ampla a todos os adolescentes da cidade.

Artigo 6º. A VIII Conferência terá como órgão deliberativo e soberano sua Plenária, que decidirá por casos de mudança deste Regimento Interno, das diretrizes adotadas como propostas pelos grupos temáticos e/ou oficinas e moções.

Artigo 7º. As moções apresentadas à Comissão Central de Organização deverão ser subscritas por no mínimo 30 delegados da VIII Conferência municipal para ser entregue até as 14 horas do dia da Plenária Final à mesa ou à comissão organizadora.

CAPÍTULO III – Das(os) Delegadas(os)

Artigo 8º. O critério para escolha de delegadas (os) que as Conferências Regionais terão para a VIII Conferência Municipal, seguirá a seguinte normativa.

68 Delegadas (os) adultos, sendo 02 por Conferência Regional realizada;

04 Conselheiros de Direitos do CMDCA

09 Conselheiros Tutelares da Cidade de São Paulo

04 Representantes do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Delegação de São Paulo levará 5 observadores, sendo 1 por zona: norte, sul, leste, oeste e centro.

CAPÍTULO IV – Da Escolha dos Delegados para a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigo 9º. As (os) delegadas (os) da VIII Conferência Municipal elegerão 68 delegadas (os) por meio de mini-plenárias regionais, para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Terão que ser eleitas (os) suplentes em número igual as (aos) delegadas (os).

CAPÍTULO V – Do Credenciamento

Artigo 10. O credenciamento das (os) delegadas (os) deverá ser realizado até as 11h:00min do dia 30 de julho de 2009.

Parágrafo Único – As (os) observadores e as (os) convidadas (os) poderão se credenciar durante todo o período de realização da VIII Conferência.

CAPÍTULO VI – Dos Objetivos

Artigo 11. É objetivo geral: deliberar sobre a construção da diretriz da política e do plano decenal de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Bem como emitir parecer, depois de conferir, sobre as medidas tomadas pela Prefeitura Municipal diante do que foi deliberado na VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 12. São objetivos específicos:

- Fortalecer a relação entre a Prefeitura Municipal e Governo do Estado e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e adolescente.
- Definir eixos e estratégias que promovam a devida execução do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema desta conferência;
- Promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.
- Que se garanta a distribuição dos Anais de 2009 para cada participante da conferência lúdica e da convencional.

CAPÍTULO VII – Da Programação

Artigo 13. A VI Conferência Municipal terá a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO

30 de julho de 2009 (quinta-feira)

08:00 – Recepção, credenciamento e entrega de pastas.

08:30 – Café da Manhã

09:00 – Solenidade de Abertura – Composição de Mesa:

Representando o Prefeito – Paulo Sérgio

Representando as Crianças e Adolescentes – Fabrício

CMDCA – Elaine Aparecida Macena Batista Ramos

Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares – Regina Andrade

Comissão Central da Conferência DCA's – Carolina M. Groba

Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da CMSP
– vereador Netinho de Paula

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Lourival Nonato dos Santos

Representando a Secretaria Municipal de Participação e Parceria – Paulo Sérgio

Representando a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- Zilá Daijo

Defensoria Pública – Diego Vale

Vereador Floriano Pessaro

10:30 – Apresentação Cultural – Espaço de Convivência – Unidade do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto – Grupo de dança Meninos e Meninas do Belém

11:00 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno

12:00 – Almoço

13:30 – Oficinas para Conferência dos Anais 2007

15:00 – Apresentação Cultural – Grupo de mães novo amanhecer – Dança Indiana

15:30 – Apresentação das Resoluções das Conferências realizadas, para referendo da plenária.

17:00 - Encerramento

31 de julho de 2009 (sexta-feira)

8:00 – Café da Manhã

8:30 – Apresentação Cultural – CCA Carmo Bela Vista – Grupo Musical AfroMix

09:00 - Explicação dos Eixos – Temáticos

Eixo I – Promoção universalização de direitos em um contexto de desigualdades; José Resende.

Eixo II – Proteção e defesa no enfrentamento das Violações de direitos humanos de crianças e adolescentes; Irandi Pereira

Eixo III – Fortalecimento do sistema de garantia de direitos; Cláudio Hortêncio

Eixo IV – Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção de cidadania; Luana Bhering – Casa dos Meninos

Eixo V – Gestão da política; Fábio Silvestre

11:30 – Oficinas por Eixos Temáticos

13:00 – Almoço

14:00 - Mini – Plenárias por Conferência realizada para escolha dos Delegados

14:30 – Encontro dos segmentos para escolha de delegados para a Conferência Estadual

15:00 – Apresentação das propostas escolhidas nas Oficinas, para referendo da plenária

16:30 – Apresentação Cultural – Grupo Cleusa Alvarinho - Triller

16:45 – Apresentação e referendo dos Delegados eleitos para a VIII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

17:00 – Encerramento da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente entrega de Certificado

CAPÍTULO VIII – Das Conclusões da VIII Conferência Municipal

Artigo 14. O CMDCA/SP encaminhará para o CONDECA/SP o relatório Final com as conclusões da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, a lista de participantes e a ficha das (os) delegadas (os) eleitas (os), dentro do prazo previsto em sua deliberação.

As moções tiradas na VIII Conferência Municipal que tiverem 30 assinaturas de delegados serão encaminhadas para aprovação da plenária final.

CAPÍTULO IX – Das Disposições Finais

Artigo 15. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização das Conferências, que tomará as devidas alterações em acordo com a Plenária da VIII Conferência Municipal.

2.3 - ATO DE CONFERIR AS PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA DE 2007

De acordo com a programação da Conferência Municipal do dia 30 de julho, após aprovação do regimento interno, a primeira atividade era a realização das “Oficinas por Eixos Temáticos para Conferência dos Anais de 2007”. Os delegados foram orientados a se dirigirem às oficinas de sua respectiva subprefeitura para realizarem a conferência das propostas que foram ou não efetivadas.

O material disponível para essas oficinas era um caderno contendo desafios e propostas elaborados em 2007 nas conferências - lúdica e convencional - de cada região e não uma sistematização das propostas de 2007 para o conjunto do Município de São Paulo.

Em função disso, a atividade foi bastante prejudicada, somando-se ao fato de que o tempo destinado ao trabalho das oficinas foi considerado insuficiente. Nesse dia, não houve retorno à plenária para apresentação dos resultados dos grupos, tendo-se decidido pela apresentação na plenária de encerramento.

➤ OFICINAS

As oficinas foram organizadas por região, tendo havido algumas junções de grupo como Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes; Pinheiros e Butantã; São Miguel e Itaim Paulista; M’Boi Jardim Ângela e Jardim São Luis; Sapopemba e Vila Prudente.

Para orientar e facilitar o trabalho, a Comissão Organizadora distribuiu um instrumental com quatro perguntas para que os delegados discutissem e respondessem:

1. Quais foram os desafios para efetivação da proposta?
2. Quais propostas foram efetivadas?
3. Quais propostas não foram efetivadas?
4. Quem não efetivou?

No entanto, nem todos os grupos de trabalho responderam a essas questões e os resultados foram apresentados de modo bastante diversificado: alguns muito sintetizados e outros muito detalhados. Para efeito de registro são transcritas apenas as propostas efetivadas total ou parcialmente em cada região, de acordo com os resultados das respectivas oficinas, para não se reproduzir o rol de propostas de 2007 não efetivadas e que constituem a grande maioria.

Muitas regiões não conferiram as respectivas propostas de 2007 e cada uma elaborou um texto explicitando as razões dessa decisão. Todos esses textos estão reproduzidos na íntegra.

➤ PROPOSTAS DE 2007 EFETIVADAS POR REGIÃO

- ARICANDUVA

- Atendimento socioeducativo em meio aberto, implementação do NPPF.
- Criação de novos CCA's.
- Reconstrução de espaços de lazer como na região do parque Santo Eduardo.
- Construção das AMAS, ampliação de 3 novas creches.
- Levantamento das famílias da região que necessitam de inclusão nos programas sociais feito pelo UPAF.
- Criação da metodologia de pesquisa, observatório social.

- PENHA

- Propor punições mais severas para aqueles que maltratam crianças e adolescentes e o trabalho escravo infantil.

- PIRITUBA

- Maior oferta de transporte público, unidades de saúde, escolas técnicas e Telecentros.

- IPIRANGA

- Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.
- Programa de atendimento à família (PAF) foi implantado na região do Ipiranga.
- Foram criados dois CAPS na região, sendo um infantil e outro álcool e drogas adulto.

- JABAQUARA

- Redução de classes com 50 alunos
- Implementação de espaços nas escolas com atividades diversas
- Eleição do conselho tutelar com urna eletrônica mas sem a votação no local de origem
- Participação da comunidade no Conselho de Escola.

- ITAQUERA

- Criação de um CEU
- Criação de um CAP'S em Itaquera, o que não é suficiente para atender as demandas da região.

- CAMPO LIMPO

- Processo de municipalização do atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto.
- Que se propicie a efetiva participação da Secretaria de Assistência Social (SAS) nos esclarecimentos processuais de informação pública e junto as instituições que trabalham com medidas socioeducativas.
- Criação e divulgação de novos Centros de Atendimento Ambulatoriais.
- Que haja a inclusão das especialidades médicas de oftalmologistas, odontologia e também de psicologia em todas as UBS's.
- Que se amplie os serviços à família: Criação de conselhos tutelares e entidades voltadas a atividades com as famílias e responsáveis diretos por crianças e adolescentes.
- Equiparação das CEI's conveniadas com as diretas: salário, benefícios, jornada de trabalho, capacitação e projeto pedagógico.
- Que se promova a criação de um conselho gestor do orçamento, por região, com o chamado orçamento participativo.

- MOOCA

- Escola em tempo integral (porém não atende a demanda).
- Criação do fórum com a participação do CRAS, Conselho Tutelar, Saúde, ONGs.
- Uniformes, merenda e material escola.

Conclusão: Enfatizamos que o processo de conferir foi realizado através da realidade percebida/vivenciada pelos membros do grupo. Reiteramos que antes das conferências (regionais e municipais) o poder público, materializado através de suas Secretarias apresente um documento oficial, descrevendo quais ações foram realizadas para cumprir as propostas deliberadas pela última conferência. Assim seria possível, pautados em dados concretos, CONFERIR e exercer o controle social.

- SÃO MATEUS

- Foi municipalizado, porém não houve um empenho em ampliar MSE em meio aberto.
- Houve descentralização DA Virada Cultural, é possível perceber avanços.
- Alguns sinais de melhoria nos CDMs. Há fiscalização, mas faltam também oficinairos.
- Houve algumas iniciativas isoladas e sem continuidade e há ainda o fechamento do único projeto que atendia as crianças em situação de rua, "Da rua pra vida cidadã".
- Houve aumento de técnicos e de APS (agente de proteção social) para ampliação e melhoria nos CRAF's da região.
- Avançou a criação de clube escolas nos espaços internos dos CDM's.

- ERMELINO MATARAZZO

- Distribuição de preservativos nas escolas.

Propostas efetivadas parcialmente:

- Trabalho de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas.
- Acompanhamento nas unidades de saúde, das mães e das filhas grávidas.
- Reforma nas escolas.
- Que as escolas sejam abertas para a comunidade.
- Trabalho nas escolas, de conscientização mais focada na limpeza urbana (ex: não jogar lixo no chão, nos rios para evitar enchentes).
- A natureza deve ser tratada com respeito, é importante que criemos mecanismos para a proteção. Criar leis contra a poluição, pois esta destrói a natureza e nosso organismo.

- VILA MARIA/ VILA GUILHERME

- A inclusão de matérias sobre os direitos da infância e juventude nos exames da OAB.
- Houve apenas a tentativa de implementação de núcleos de orientação e apoio sócio familiar através de alguns convênios para o atendimento de medidas sócio-educativas.
- Houve a iniciativa da criação de um Fórum Regional de Defesa das Crianças e Adolescentes, porém, não teve continuidade. A comunidade e os trabalhadores da área da saúde e defesa de direitos da criança e do adolescente, assim como o Conselho Tutelar estão se mobilizando para uma nova proposta de organização deste Fórum.
- Quanto ao SIPIA, houve algumas capacitações para os Conselhos Tutelares, porém, apesar de existir recursos destinados (mão de obra já foi contratada em 2007, 2008, 2009) para a implementação do Sistema, este ainda não está efetivado, impossibilitando assim, que o real objetivo desse Sistema seja alcançado.

- CASA VERDE/ LIMÃO/ CACHOEIRINHA

- Foi criado e ampliado o atendimento no Centro de Juventude Rute Cardoso.
- Funcionamento e ampliação dos telecentros (Jardim das Graças e Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida)
- Cursos profissionalizantes em entidades do bairro. (por exemplo: cabeleireiro, padeiro, web designer, costureira).
- Capacitação oferecida aos educadores através de parcerias ou pela gestão do Núcleo Sócio-Educativo.
- Criação dos AMAS locais e ampliação de atendimento com especialidades nas UBS's. Estão acontecendo reuniões para melhor integrar a comunidade e os serviços.
- Ampliação do atendimento domiciliar dos agentes de saúde.

- Atividades desenvolvidas pelo Programa Ação Família junto às comunidades.
- São realizados cursos de capacitação profissional, cidadania e meio ambiente através de trabalhos de parceria com empresas como a SABESP e o SEBRAE.
- Oficina para adultos em áreas de artesanato e geração de renda.

- FREGUESIA DO Ó/ BRASILÂNDIA

- Criação do CEU Jd. Paulistano e ampliação do Oswaldo Brandão – Criança Esperança.
- Aconteceu recentemente a 1ª Conferência regional de segurança pública, com participação da sociedade civil e os comandos das polícias com o intuito de revitalização dos CONSEG's para a cultura da paz.
- Houve esforços para criação de mais vagas nas escolas, sem discriminação do local de moradia; porém, longe do ideal.
- Foi parcialmente efetivada a continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, visando a formação continuada dos atores do sistema de garantia de direitos. Há esforços para efetivação.
- Há iniciativas isoladas na parte da educação quanto a elaborar e implementar a formação continuada sobre educação e direitos humanos a todos os profissionais que atuam com a família, criança e adolescente e os respectivos públicos.
- Houve um esforço para a criação, mas não a legitimação dos grêmios.
- Foi concluída a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto no município de São Paulo.
- Houve avanços quanto ao maior atendimento das crianças e dos adolescentes, a fim de garantir o convívio familiar comunitário.

- SANTO AMARO

- Há trabalhos com família mas é insuficiente para atender a demanda.
- Implantação do programa ação Família.
- Implantação do SUS
- Implantação de albergue familiar e feminino.

➤ RESULTADOS DAS OFICINAS APRESENTADOS EM OUTRO FORMATO

- CIDADE ADEMAR

- Nenhuma proposta dos 4 eixos foi efetivada.

Observação: a Cidade Ademar tem aproximadamente 620 mil habitantes e não existe programa suficiente para atender a demanda na saúde, educação, cultura, por falta de políticas públicas.

- M'BOI (JARDIM ÂNGELA E JARDIM SÃO LUIS)

- Avaliação Geral

A nossa região pelo contexto histórico conseguiu avanços pela mobilização da população, mas falta empenho e organização do poder público para execução das políticas públicas. O avanço concreto foi a criação de 3 NPPE.

Há dificuldade de toda rede de atendimento no cumprimento da medida sócio-educativa. Mesmo atendendo a todos os públicos, há necessidade de criar o CAPS Juventude (com medidas voltadas para a juventude). Não sabemos, precisamente, se houve aumento em NSE.

No que se refere ao eixo 2- Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção, não houve avanço na região do Jardim São Luis e no Jardim Ângela, falta divulgação dos poucos serviços que existem.

Houve pequenos avanços na área da cultura e na área digital. Houve melhorias parciais na distribuição de material didático nas escolas, mas necessita melhorar a qualidade.

Houve avanço para o conselho tutelar nos telefones de plantão.

- SAPOPEMBA/ VILA PRUDENTE

Nós, delegados representantes da região de SAPOPEMBA/ VILA PRUDENTE, declaramos que não tivemos condições efetivas de realizar o ato de conferir a política pública em nossa região. Isso porque houve falta de uma metodologia adequada, assim como a falta do diagnóstico da situação da criança e do adolescente e dos equipamentos existentes na região de Sapopemba/ Vila Prudente.

Enfim, a metodologia adotada impossibilitou de realizar o ato mais importante de uma conferência e acabamos por não conferir nada.

- VILA MARIANA

Considerando o modo proposto para o ato de conferir, o pouco tempo disponibilizado, a falta de informações exatas e concretas e ainda a divisão em grupos regionais para avaliação municipal, o grupo de delegados da VILA MARIANA se manifesta quanto à impossibilidade da realização do ato de conferir com a responsabilidade necessária para exercer o controle da efetivação dos direitos que objetiva o fornecimento de subsídios que sejam referência para a construção e efetivação de uma política que, de fato, garanta os direitos humanos das crianças e adolescentes.

- LAPA

Os delegados titulares e suplentes da região da LAPA, reunidos na Tenda 8, deliberam que:

1. O grupo se nega a discutir e a conferir os Anais de 2007 (Documento Base para a discussão), por considerar que o conteúdo referente à regional da Lapa (contido no referido Texto-Base/CMDCA) está confuso, com dados de 2005 e 2007 misturados, confundindo a análise coletiva. O texto-base contextualiza apenas as situações/propostas regionais (o que não nos interessa, por estarmos reunidos para uma CONFERÊNCIA MUNICIPAL!), desfocando do objetivo do nosso encontro de hoje: conferir a realidade de execução de propostas da última conferência/2007, no município de São Paulo!
2. O grupo sente-se desrespeitado pela falta de assessoria à dinâmica dos grupos desta tarde (30/07/2009), da ausência de organização (desde ontem) e do descumprimento da programação, além do DESCASO NO TRATAMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRORIDADE DAS CONFERÊNCIAS!
3. O grupo recusa-se à atividade proposta pela Mesa para esta tarde, diante da indiferença em atender à solicitação do nosso delegado titular, Carlos Nambu, quanto à DINÂMICA que ocorreria nos sub-grupos (nas tendas). A solicitação foi feita duas vezes e nenhuma foi atendida!
4. Decorrente de tudo isso, o coletivo da Lapa dissolve a atividade proposta assumindo seus atos, coletivamente, abaixo-assinando.

- PARELHEIROS

A delegada desta VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009), representante da região de PARELHEIROS, diante do material para conferir as propostas de 2007, sente a necessidade de maiores informações e subsídios para esta. Sendo assim não há possibilidade de um ato de conferir com qualidade pelos motivos:

- a) Necessidade de documentos relacionados ao investimento que dispões de informações específicas da região, impossibilitando uma análise mais profunda das políticas;
- b) Ausência de indicadores quantitativos e qualitativos das implementações das propostas e eficiência das mesmas para o cumprimento da política e garantia de direitos.

Sendo assim, pela necessidade de um conjunto de dados não disponíveis sinto-me impossibilitada do ato de conferir com qualidade respeitando as especificidades da região nos propostas 2007. Por esta razão proponho que possamos criar uma nova forma de conferir que disponibilize de recursos técnicos para este momento, tais como: plano de metas para a implementação das políticas propostas e criação de parâmetros de eficiência das deliberações das regionais efetivadas.

- CAPELA DO SOCORRO

Nós, delegados desta VIII Conferência Convencional Municipal da Criança e do Adolescente (2009), representantes da região da CAPELA DO SOCORRO, diante da necessidade do conjunto de dados para avaliação e análise das informações constantes dos Anais da VII Conferência Convencional da Criança e do Adolescente da mesma região, apresentamos os motivos pelos quais fomos impossibilitados de realizar o ato de conferir, conforme segue.

É notória a necessidade de se adotar parâmetros quantitativos e qualitativos de implementação e para posterior análise sobre a eficácia das políticas públicas. Os parâmetros, por sua vez, devem compor Planos de operacionalização da normativa, no caso, referente aos direitos de crianças e adolescentes.

Cumprе salientar a responsabilidade da Municipalidade disponibilizar balanços de metas para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo com informações referentes às particularidades de cada região.

É possível fazer um ato de conferir, a rigor, genérico, de informações como, por exemplo, as relacionadas aos equipamentos escolares (Eixo Orçamento), no entanto, são inexistentes os documentos oficiais que possibilitam a análise da efetivação dessas deliberações regionais.

Sendo assim, resolvemos pelo não exercício da conferência das propostas de 2007 exclusivamente pela ausência de base documental técnica para tal atividade. Por essa razão aproveitamos a oportunidade para reivindicar outro modelo de conferência, dentro do qual ensejamos algumas ações, nos termos da normativa constitucional e infra-constitucional que assegura o processo democrático com participação popular:

- a) Realização de Audiências Públicas com os atores do Sistema de garantia de Direitos responsáveis pela implementação da Política;
- b) Elaboração de Balanço Municipal pelo Poder Executivo que, inclusive, apresente, com clareza de leitura, planilha orçamentária exclusiva e indireta de investimento público nos setores da infância e juventude;
- c) Análise da implementação das Resoluções do CMDCA;
- d) Elaboração do Plano de Proteção Integral.

- SÃO MIGUEL/ ITAIM PAULISTA

A delegação de SÃO MIGUEL e ITAIM PAULISTA da VIII Conferência Convencional Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após a leitura dos anais de 2007, conferiu que nenhuma das propostas foi executada e, o que nos deixa ainda mais indignados, é que detectamos retrocessos, alguns citados abaixo:

- redução da verba para alimentação nos CCA's;
- redução da maioria penal;

- falta de hebiatras nos hospitais;
- falta de creches para a demanda das regiões;
- falta de articulação entre as secretarias municipais e, um incentivo por parte destas, quanto à participação das escolas e creches da rede pública nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- falta de divulgação do ECA;
- falta dos anais da conferência anterior para exercermos o ato de conferir;
- descaso das secretarias municipais em relação às verbas que vêm do Governo federal, pois sabemos que tem voltado verba mesmo havendo famílias em situação de risco e exclusão social;
- falta de transporte para algumas delegações participarem da própria Conferência, além da péssima qualidade da alimentação para os delegados;
- falta de urbanização e regularização fundiária das favelas, pois é onde está concentrada a maior parte de crianças e adolescentes em situação de risco, drogadição e vulnerabilidade social e juvenil.

Assim, queremos esclarecer ao Poder Público e aos representantes deste, que queremos ser parceiros e não massa de manobra de pessoas que foram eleitas com o nosso voto para defender os nossos direitos, priorizando a criança e o adolescente, entendendo que eles são prioridade hoje, não amanhã!

E, a esta Plenária, queremos fazer nossas as palavras cantadas por Geraldo Vandré: “Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

- GUAIANASES, LAJEADO E CIDADE TIRADENTES

Diante das questões seguintes: *Quais foram os desafios para efetivação da proposta? Quais propostas foram efetivadas? Quais propostas que não foram efetivadas?*

As regiões de GUAIANASES, LAJEADO e CIDADE TIRADENTES, ao conferirem as propostas doas anais de 2007, observaram que algumas políticas foram fortalecidas de forma insuficiente, destacando que na região de Guaianases, não foram criadas e tampouco fortalecidas, tratando as demais propostas com descaso e feridno atos de conferir e propor.

Sendo assim, nos atentamos a apontar o que entendemos como causas e responsáveis pela não efetivação:

- O desrespeito pelo poder público em executar o deliberado pelos anais das conferências, tendo como conivente o CMDCA que é o órgão que tem como uma das atribuições, garantir a efetivação das políticas de atendimento a crianças e adolescentes do município de São Paulo.

- BUTANTÃ/ PINHEIROS

Observamos que grande parte do avanço que houve em algumas propostas se deve a iniciativas localizadas e individuais e não de políticas públicas. Quanto às ações do Executivo:

Em PINHEIROS, constatou-se que poucas propostas foram iniciadas e quase nenhuma teve continuidade. Citamos:

- a) Integração SAS/Cultura/Subprefeitura de Pinheiros para recuperar crianças em situação de rua, desenvolveram oficinas de arte-educação nas ruas, porém foram encerradas após 18 meses.
- b) Na saúde não possui o programa “Saúde da Família” em regiões vulneráveis, sendo que tem na Vila Madalena, onde o projeto não é bem recebido.
- c) O fim do abrigo - Harmonia e Arte - levou vários jovens de volta às ruas interrompendo seu processo de inclusão.

Os delegados de Pinheiros não receberam previamente, o material dos anais de 2007 para uma análise profunda deixando a imprescindibilidade do Fórum do ECA Pinheiros para articular as diretrizes da conferência, pondo-as em prática.

- No Butantã:

A única proposta com efetivação visível foi a de criação de mais espaços de cursos profissionalizantes. Existem duas escolas técnicas em construção e mais três previstas. Constatou-se que há projetos culturais nas instituições de reabilitação e internação, porém, não se tem acesso à avaliação dos resultados e da qualidade.

Ressaltamos a deficiência organizativa que levou à disponibilização de pouco tempo e material para conferirmos todas as propostas regionais de 2007. Não tivemos nem sequer acesso a um documento com as propostas municipais elaboradas em 2007, apenas as regionais.

- SANTANA

A cultura conservadora, autoritária e centralizadora ainda constitui-se em grande obstáculo ao avanço da democracia participativa nas suas diversas instâncias. Os espaços de deliberação não são respeitados, muitas vezes, tampouco reconhecidos. Outros são deliberadamente manipulados, através da sonegação de informação/ formação que possibilitaria a apropriação da população desses espaços.

As políticas não foram implementadas e a intersectorialidade praticamente não existe, salvo ações pontuais e pessoais. A visão das políticas públicas fragmentadas impede a perspectiva da integralidade. A ausência de prazos e de definição de responsáveis contribui para um baixo índice de efetivação das propostas, dificultando assim, o controle social. Da mesma maneira a ausência de um diagnóstico amplo e profundo, com dados fidedignos, passíveis de serem atualizados periodicamente.

É facilmente constatado total descaso do Poder Público (Municipal e Estadual) e mesmo dos Conselhos de Direito no cumprimento das propostas aprovadas neste Eixo. Precisamos urgentemente, criar mecanismos adicionais que garantam o monitoramento da efetivação dessas deliberações, bem como sanções aos responsáveis pelo não cumprimento.

- SÉ

• Pauta:

- Avaliar a efetivação das propostas apontadas na Conferência Regional 2007;
- Verificar os desafios colocados à efetivação das propostas defendidas na Conferência Regional 2007.

• Discussão:

- Considerando que as conferências constituem-se como espaços de aprofundamento e exercício da democracia e buscam assegurar o diálogo transparente e qualificado entre Estado/Sociedade Civil;
- Considerando que Conferir não é apenas um vocábulo apropriado pela rotina da conferência e, sim, uma atitude necessária e indispensável à construção e efetivação de direitos sociais de proteção à infância e juventude;
- Considerando que os espaços das Conferências regionais constituem-se como lócus privilegiado de reflexão e sistematização de desafios e conquistas das políticas sociais no âmbito regional;
- Considerando que as conferências municipais devem se constituir como espaço de análise totalizante da situação da infância e da juventude no município de São Paulo;
- Considerando que os produtos das conferências devem ser socializados com a sociedade civil de forma ampla e irrestrita, apontamos algumas questões prioritárias:
 - 1) Frente à ausência de um balanço claro e completo da situação da criança e do adolescente na região centro, é necessário construir um diagnóstico desta situação a partir de uma metodologia participativa e inter-setorial;
 - 2) É necessário potencializar o controle social e aprofundar a democracia participativa, fortalecendo a sociedade civil para exigir do Estado prestação de contas, balanços, construção de indicadores, mecanismos de avaliação, espaços de reflexão coletiva acerca da efetivação das políticas públicas, de forma inter-setorial e interdisciplinar;
 - 3) Ampliação no fluxo de informações; implementação do SIPIA, com transparência nas informações, fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos; necessidade da sociedade civil de fortalecer os Fóruns Municipais e Regionais e os demais espaços de organização, luta e deliberação;
 - 4) O CMDCA precisa rever sua dinâmica e funcionamento, constituindo-se como espaço real de produção de diagnósticos e políticas públicas para crianças e adolescentes;
 - 5) Nossa prática aponta para a necessidade da garantia de uma política de educação inclusiva, potencializadora das capacidades das crianças e dos adolescentes; que seja norteada pelos direitos humanos, no sentido de rever o papel e significado social da escola, o projeto político pedagógico e a efetivação de uma educação de qualidade e universal, bem como a ampliação da oferta na área de Educação. Garantir a presença da Educação no CMDCA.

2.4 – PALESTRAS SOBRE OS EIXOS TEMÁTICOS

EIXO I – PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

José Resende Filho⁵

Quando a Comissão Central me chamou para falar sobre a promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades, eu comecei a pensar na minha trajetória, imaginando que, na verdade, eu represento bem a discussão desse eixo. Por que aqui sou nada mais nada menos do que um representante afro-descendente, nordestino, que viveu tanto na periferia de São Paulo, quanto na cidade de São Paulo. Tive a oportunidade de fazer a primeira série no Grupo Escolar Engenheiro Mário Sales Souto em Carapicuíba e convivi parte da minha infância e adolescência no centro da cidade de S. Paulo, exatamente na Pça. Carlos Gomes. Estudei nas escolas agrupadas da Bela Vista e fiquei dois anos, durante o regime militar, na Casa do Pequeno Trabalhador, modelo de núcleo socioeducativo e que ainda existe com outro nome embaixo do Viaduto 9 de Julho, que era dirigida pelo tenente João Nogueira.

Então, quando me chamaram para falar, primeiro eu queria defender esse eixo como primordial na elaboração das diretrizes. Por quê? Porque promover e universalizar os direitos das crianças e adolescentes, no meu entendimento, deve perpassar todas as políticas públicas de garantia, promoção e defesa dos direitos. Portanto, este eixo, no meu entendimento, é determinante no sistema de garantia de direitos. Agora, eu gostaria primeiro de espelhar um pouco da minha experiência de trabalho na área social com crianças e adolescentes na periferia de São Paulo.

Eu queria convidar os educadores sociais para fazer uma pequena viagem entre o centro da cidade e a periferia, pensando um pouco na minha experiência numa área de manancial – Pantanal, Itaim Paulista, onde fiquei três anos coordenando uma organização social e um ano e meio como supervisor de Assistência Social da Cidade Tiradentes. Então, eu convidei todos os educadores sociais presentes, delegados, para pensar nessa trajetória entre o centro e a periferia e observar que precisamos pensar em soluções para reduzir as desigualdades de condições que afetam os direitos das crianças e adolescentes. Por que eu estou dizendo isso? Basta pegarmos o trem no Brás e irmos até Itaim Paulista e descermos em cada estação daquela via férrea, que vamos observar a ausência do Estado se acentuando a cada estação. Portanto, crianças e adolescentes, quanto mais afastados estiverem do centro, menos acesso às políticas públicas, e a Irandi trouxe essa reflexão aqui. Quanto mais afastados, vemos menos condições de acesso. Eu queria lembrar, por exemplo, que essa desigualdade de condições perpassa todos os níveis, não só a garantia de direitos das crianças e adolescentes, mas

⁵ José Resende Filho é Psicólogo e Mestre em Serviço Social

inclusive a distribuição de renda, a distribuição do dinheiro para as políticas públicas. Quero lembrar, por exemplo, que como supervisor de assistência social da Cidade Tiradentes, um território de 290 mil habitantes, um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social tinha na época um recurso de R\$ 3.000,00 mensais para atender toda a população. Um território que concentra a maior população de pobres e que tinha somente 5 organizações sociais (não sei se mudou de lá para cá) atendendo a política de assistência à criança e adolescente.

Então, eu gostaria de lembrar que nestas áreas, para além das dificuldades de acesso de crianças e adolescentes aos direitos preconizados há 19 anos, o Estado coloca várias justificativas para a ausência de políticas públicas que atendam as necessidades, bem lembradas aqui pela Irandi, necessidades básicas de crianças e adolescentes, que vão desde a área de manancial cortando a possibilidade de instalação de serviços, até a regularização de terrenos ou como no caso da Cidade Tiradentes, regularização de imóveis para a instalação de programas de atenção às crianças e adolescentes.

Gostaria muito que a gente prestasse bastante atenção neste desenho da cidade de São Paulo, nas condições de transporte, de saúde, de educação, de habitação, em todas essas políticas públicas básicas, como elas vão se alterando, e as meninas aqui falaram coisas que me chamaram bastante a atenção acerca disso, e se escasseando na medida em que você se afasta. Basta olhar a linha de metrô que passa pela Paulista, a qualidade das obras de arte e olhar a linha de metrô da Leste. Basta olharmos para isso e perceber a própria lógica desta sociedade, dos nossos governantes, esses governantes que colocamos no poder, a lógica desse Estado é segregatória ainda, é uma lógica na qual as crianças e adolescentes não têm as mesmas condições de acessibilidade, as mesmas condições de acesso aos direitos.

Essa é uma reflexão que não podemos deixar de fazer e isso todos os educadores aqui presentes sabem disso, convivem com isso, sentem isso na pele e infelizmente ainda não conseguimos trazer para o debate. Porque este Estado desqualifica tanto as regiões periféricas, nas quais está concentrada a maior população de crianças e adolescentes, mas também onde estão emergindo muitas possibilidades de inserção, sobretudo culturais. Essa é uma questão que eu gostaria de pensar sobre este eixo.

É fundamental que a gente discuta, quando pensar na formulação de diretrizes, e é importante lembrar a importância desta 8ª Conferência, que não só definirá as diretrizes para a política nacional, mas também como lembrado por Irandi e certamente por quem falou antes de mim, para o Plano Decenal. É fundamental que a gente pense o acesso ao direito, sobretudo numa perspectiva de redução das desigualdades, de distribuição de riqueza, inclusive.

Ora, gostaria de lembrar 3 aspectos que podemos considerar dentro do cenário que acabei de dizer, da ausência do Estado na medida em que a gente vai indo para a periferia. Tem um aspecto econômico, sem dúvida nenhuma, que perpassa essa política, que vem da história da nossa colonização. Tem aspectos políticos importantíssimos que passam a ser percebidos e que só se acentuam mais no período eleitoral, que são os guetos eleitorais, que dependendo do governo, o investimento vai ou não vai.

Podemos citar alguns aqui, mas para não causar constrangimentos, eu prefiro não falar. Questões culturais também acentuam essas dificuldades de acesso das crianças e adolescentes aos direitos fundamentais e acentuam as inúmeras violações de direitos observados, sobretudo na periferia, e nas comunidades rurais, também. Vou citar um exemplo dessa perspectiva da dificuldade no aspecto cultural. Num pequeno município bastante próximo de São Paulo, município dormitório, na década de 90, eu ouvi no âmbito da discussão da defesa de direitos já, parceiros dizerem sobre a dificuldade de garantir os direitos das meninas, em determinadas áreas rurais, porque culturalmente os pais daquelas meninas, entendiam que elas tinham que ter relações sexuais primeiro com eles, para depois eles passarem para o cidadão com quem ela iria casar. Ora, isso parece coisa do século passado e a gente vivia isso, vivemos em algumas regiões atualmente.

Então é fundamental que a gente considere, na construção dessas diretrizes e pensando nesse 1º eixo de promoção e universalização de direitos nesse cenário de desigualdades, a diversidade cultural. Que a gente legitime e assegure a expressão da diversidade. Que a gente fomente a formação de sujeitos políticos, principalmente nesses territórios esquecidos pelo Estado, sujeitos políticos crianças e adolescentes para que eles se envolvam efetivamente na construção, na elaboração e na execução de políticas públicas para eles voltadas. E eu não vejo nenhuma dificuldade, desde que haja comprometimento político, com a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Vou dizer para vocês que na Cidade Tiradentes, durante o período que estivemos lá, uma das formas que encontramos e iniciamos, não sei se a experiência foi avante, foi trazer crianças e adolescentes e todos os usuários das políticas públicas sociais, não só crianças e adolescentes, para o interior do CRAS para discutir o controle social para ter acesso às contas, para ter acesso aos recursos, para entender as metodologias, para entender o porque nós, agentes das políticas públicas, temos que pensar o que é melhor para eles, o que é mais adequado, o que é mais usual. Temos sim, sem dúvida nenhuma, que construir metas, construir a fé, construir possibilidades para crianças e adolescentes e seus familiares, sobretudo porque , temos hoje como determinação da política a centralidade na família. Temos de trazê-los para a discussão das políticas públicas, torná-los efetivos sujeitos políticos nessa trajetória, nesse caminho. Por quê? Nós vivemos reclamando que a idade para o tráfico está cada vez mais tenra. Muitos noticiários falam de crianças de 9 e 10 anos já envolvidas no mundo do tráfico, já envolvidas na criminalidade. Ora, se nós podemos ter hoje, no nosso cenário político, crianças e adolescentes envolvidos no narcotráfico, envolvidos na criminalidade, por que não podemos tê-los discutindo políticas públicas, discutindo aquilo que é do interesse deles? Onde está a materialização do que tanto nós pregamos, desde todas as Conferências, mas sobretudo da Conferência de 2007, que pensou 3 eixos fundamentais para a política? Onde está o protagonismo do menino? Onde está o protagonismo infantil? Onde está a efetiva participação de crianças e adolescentes nos conselhos deliberativos das organizações sociais, nos conselhos deliberativos das comissões, nas comissões de enfrentamento das violações, nas Comissões Municipais, nos Planos de Convivência Nacional Comunitária e Familiar? Onde estão as crianças, adolescentes e familiares? Não estamos percebendo

ainda um avanço nesse sentido. Para que a gente rompa efetivamente ou pelo menos diminua esse acesso aos direitos em desigualdade de condições entre crianças e adolescentes no país inteiro, uma das estratégias dentre as várias, que eu defendo é a efetiva participação, determinando, pesquisando, construindo, inclusive metodologias, pensamentos, idéias sobre políticas, programas e serviços de atenção, de proteção e de defesa da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Defendo a transferência de renda para jovens, defendo sim a transferência de renda pesada, articulada, publicizada. Não podemos ficar discutindo com jovens quando completam 18 anos no abrigo, o destino deles. Temos que pensar que esses jovens, desde que entram para o abrigo, tem que ter uma perspectiva de desabrigado, tem que ter uma perspectiva de caminho, seja para a família, seja para a autonomia. Não podemos prescindir, para reduzir desigualdades, de uma questão crucial que é a das diretrizes para o Plano Decenal, que é a transferência de renda para os jovens através de bolsas, através de todos esses recursos destinados de fundo a fundo, de co-financiamento de criança e adolescente. Como fazer chegar mais próximo da criança e do adolescente? Precisamos enxugar os recursos da parte superior para passar os recursos para a parte inferior. Para quê? Para não insistirmos em cursos semi-profissionalizantes inócuos, pré-profissionalizantes inócuos e investir em cursos de tecnologia de ponta, investir em efetivas condições de acesso ao mercado, acesso aos bens de consumo. Não podemos negar que essa é uma sociedade capitalista. A televisão traz para dentro das casas das crianças e dos adolescentes todos os bens de consumo disponíveis no mercado. E, oras, o modo de acessar, o modo de garantir direito é garantir que essas crianças e adolescentes tenham efetivo acesso.

Devemos trazer essas crianças e adolescentes para falar dos seus desejos, dos seus sentimentos, para falar do que eles querem. Construir políticas, projetos, programas para eles e dar espaço para dizerem o que eles querem, o que eles pensam, mas sem hipocrisia, distribuindo renda efetivamente, transferindo renda para criança e adolescente e infelizmente alguns programas da década de 90 tinham essa perspectiva, tinham tudo para apresentar um caminho, para definir e apresentar uma luz no fim do túnel, mas foram interrompidos. Hoje a PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem essa perspectiva, mas ainda assim muito pequena, de pouca extensão. Temos que parar para pensar em política para crianças e adolescentes trazendo essas crianças, adolescentes e familiares para essa discussão.

Portanto, essas diretrizes passando para o Plano Nacional devem, sem dúvida nenhuma, recuperar os planos todos. Esta Conferência deveria recuperar não só os planos todos, que a Irandi trouxe para cá, mas recuperar o que nós pensamos, o que foi tratado em 2007, o que conseguimos, o que alcançamos e ousarmos com políticas criativas que transcendam o confinamento. Ou lembrando uma questão importante na área do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, podemos dizer que houve avanço? Podemos talvez dizer que houve um avanço com a descentralização, mas podemos dizer que refletimos seriamente sobre a política do confinamento? Tenho dúvidas. Por que temos que ver tantas unidades de internação e porque as medidas de meio aberto têm tão pouco entendimento? Por que temos que ter tantas construções de abrigo, enquanto políticas para a família, políticas de

famílias guardiãs, famílias acolhedoras esbarram no problema às vezes burocrático? Por que não pensamos efetivamente em romper com essa lógica do confinamento? E construir uma participação política da criança e adolescente nessas políticas com seus familiares. Ora, o Plano Nacional de Convivência Familiar, o SINASA e todos os outros planos municipais deles emanados já nos mostraram o caminho a seguir. Não podemos pensar em planos muito extensos. Temos que pensar em planos que assegurem princípios e garantam direitos, mas que apontem de verdade como é que nós podemos materializá-los na prática.

Não podemos ficar 19 anos, evoluindo sim, sem dúvida, mas evoluindo tão pouco em um cenário de tantos recursos, em um cenário de tantas cabeças, em um cenário de tantos intelectuais, em um cenário de tantas crianças e adolescentes que vivem seus direitos violados cotidianamente. Basta passearmos por meia hora pelo centro da cidade de São Paulo, à noite, para ver um cenário como a Cracolândia que tem lá umas 300 pessoas, e que o Estado ainda não encontrou uma solução para aquele caso.

Só recuperando aqui o que a Irandi disse sobre a política do governo e a política do Estado, nada, nada mudará se não pensarmos em uma política de Estado. Em políticas não de governo, mas de Estado e que a promoção de direitos sejam universalizados já, não serem discutidos, não serem levados só para a mesa de debates, mas que sejam materializados lá na periferia, nos Pantanais da vida, lá nas ocupações onde moram crianças e adolescentes que tomam água com açúcar porque o Leva-leite não dá conta da família inteira. Lá onde as crianças e adolescentes não têm acesso à cultura, a não ser as instalações dos CEUs que levam bastantes atividades, mas ainda não suprem as necessidades de esporte, cultura e lazer das comunidades da periferia.

Quando é que vamos efetivamente tornar as crianças, adolescentes e familiares sujeitos políticos dos seus destinos? Quando é que vamos começar a torná-los agentes políticos, sujeitos de sua história? Quando pararmos, dando exemplos à teoria, dando exemplos aos discursos, acreditando nas alternativas que eles encontram hoje para a saída da exclusão, às quais, muitas vezes, nós técnicos iluminados, não reconhecemos.

Quando é que vamos parar de imaginar que uma criança que trabalha como aviãozinho do narcotráfico e arrecada um determinado recurso vai deixar de fazer aquilo para fazer desenho em cartolina?

Quando é que nós vamos acreditar que essas crianças só sairão da Cracolândia quando elas tiverem comida, quando elas tiverem educação, tiverem saúde, quando elas tiverem esporte, habitação de qualidade?

Então, não preciso repetir o que a colega falou atrás. Só gostaria de lembrar que isso é um desafio da militância. É um desafio de todos os educadores sociais aqui presentes. É o desafio de todos nós que atravessamos a política, atravessamos a doutrina da situação irregular e alcançamos a doutrina da proteção integral. Afinal, que proteção integral é a que nós asseguramos para as crianças e adolescentes? A diversidade de crianças é o que nós temos de melhor em nosso país, quais foram as condições que nós construímos para que pelo menos o acesso aos direitos de crianças e adolescentes,

conforme preconiza o ECA, o acesso ao direito seja efetivamente em condições iguais? Esse, no meu entendimento, é o principal desafio desta Conferência que tem a responsabilidade de apontar políticas para crianças e adolescentes até 2020. Isso não é uma brincadeira, isso é algo extremamente sério. A responsabilidade da 8ª. Conferência é uma responsabilidade que vai levar o Estatuto ao seu 30º ano, e seria muito bom se nós começássemos a avaliar. Quantos de nós ainda chegaremos lá e quantas crianças nesse percurso de 1990 até hoje já morreram, já perderam a vida, porque as nossas políticas básicas não as alcançaram?

Nesse sentido, defendo que o Eixo 1, de promoção e universalização dos direitos da criança e adolescente, seja tratado na perspectiva da redução efetiva da desigualdade de condições de acesso aos direitos, olhando sempre consciente, sempre com muita coragem, para territórios como Cidade Tiradentes, Pantanal do Itaim, como todas as margens de mananciais que estão ocupadas com crianças e adolescentes que não têm sequer o leite para tomar de manhã, que não têm sequer o arroz e o feijão.

Nós não podemos esquecer que esse país é o país que tem a maior concentração de riquezas do mundo. É um país onde a riqueza está nas mãos de pouquíssimas pessoas, pouquíssimas famílias e isso não está sendo discutido com seriedade.

Então, vamos brigar para que haja a conferência de renda, vamos brigar para a redução da desigualdade, mas vamos brigar no campo não da guerra, mas no campo da paz. Vamos brigar pelas crianças e adolescentes e para isso temos que trazê-los à baila, temos que parabenizar as crianças e adolescentes aqui presentes, trazer para escutá-los, trazer para construirmos juntos, reconhecer o conhecimento das crianças e adolescentes, reconhecer os direitos de crianças e adolescentes na sua diversidade, na sua singularidade, na sua cultura, no seu grupo familiar, no seu grupo comunitário.

É essa a defesa que gostaria de fazer para todos os companheiros aqui presentes, que eu sei que são militantes, lutadores pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, porque senão aqui não estariam certamente.

EIXO II – PROTEÇÃO E DEFESA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Irandi Pereira⁶

Este eixo, Proteção e Defesa no Enfrentamento das Violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, tem a ver com a nossa vida e com a trajetória da humanidade. Eu pediria licença, para fazer uma volta ao nosso passado recente e observar como nós construímos esses direitos que hoje vivenciamos, mesmo que sejam direitos que ainda estão ali como uma luz no fim do túnel.

Considero importante fazer uma volta a essa trajetória da humanidade, pois, do contrário, falamos de direitos, violência e violações, achando que tudo começou ontem, essa grande questão da violação de direitos, e eu faço uma distinção entre violação e violência. Mas, para que possamos fazer esse recuo na história é importante que se verifique essa nova realidade social e porque esse eixo é considerado fundante quando se defende criança e adolescente no Brasil, principalmente a partir do século XX, ou seja, a partir das liberdades democráticas. É importante dizer que quando se pensa nesse eixo da violência e violação de Direitos Humanos de crianças e adolescentes não podemos achar que tudo acontece a partir de 1988 nem que tudo acontece a partir do ECA. Nós temos que compreender que a história dos direitos de crianças e adolescentes sofre altos e baixos, como é a dinâmica da realidade social. Assim, desde a década de 70 no Brasil, estamos construindo nossas formas de trabalhar, de viver esse Estado brasileiro.

Para se partir da realidade de hoje, só queria alertá-los de que, quando fazemos aquele desenho da doutrina de proteção integral em que colocamos o eixo da promoção, da defesa e do controle e efetivação, é necessário dizer o que entendemos por concretização desses direitos.

Podemos dizer que a Constituição de 1988 e o ECA são marcos normativos que, se não são os melhores, são os que a sociedade vem acordando, porque na verdade, as legislações são grandes acordos. A publicação, a promulgação dessas legislações são grandes acordos que a sociedade brasileira acaba fazendo junto ao Estado, ou de forma mais concreta, junto aos governos.

Então, o que nós definimos - e aqui vou pegar a contribuição do Conselho Regional de Psicologia - como eixo estratégico da promoção? A política de atendimento de direitos. E se é uma política de atendimento de direitos, é uma política que não é nem assistencialista, nem tutelar e nem uma política de atendimento apenas focalizada, setorial. Logo, é uma política com P maiúsculo em que crianças e adolescentes não devem ser atendidos pelo Estado brasileiro, pelos governos brasileiros como se fosse

⁶ Professora Irandi Pereira é Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, docente do Mestrado na UNIBAN, ex-conselheira do CONANDA.

um favor. Não! Se é um direito, é condição 'sine qua non'. E temos que avançar na perspectiva desses direitos. Não estou trazendo nada de novo. Estou lendo o que nós já escrevemos desde 1988/90.

Se eu tenho direito aos direitos universais da pessoa humana, na mesma linha de raciocínio, eu também preciso ter, como uma política de direito, a promoção e a proteção de crianças e adolescentes que estiverem em situação mais difícil que os demais. Isto se configura na parte 1 e na parte 2 do ECA, porque se no Brasil tivéssemos os direitos fundamentais da pessoa humana colocados em prática, não precisaríamos nem ter o ECA.

Quando se pensa em promoção, na doutrina da proteção integral e nos direitos fundamentais da pessoa humana, é preciso entender a gestão da política de direitos. Para que ela tenha esse caráter de integralidade da proteção e da promoção, com caráter universal e inter setorial, todos os sistemas devem estar interligados, imbricados, implicados para que os Direitos Humanos da criança sejam respeitados no cotidiano da vida social. E poderíamos acrescentar, o que naquela época, o Estado já dizia, que só teremos essa política de promoção, a partir de práticas interdisciplinares, porque não podemos pensar em políticas de direitos da criança e do adolescente, pensando na figura só do médico, da enfermeira, do psiquiatra ou do assistente social; é também do historiador, do sociólogo, do antropólogo, do filósofo, do advogado, é da dona Maria que entende muito das práticas de convivência familiar e comunitária.

Sobre as práticas interdisciplinares não estamos falando aqui 'de duplas', nem estamos falando de práticas multisetoriais. Estamos falando de práticas multidisciplinares que têm essa idéia de ligação, da implicação, da relação porque o ser humano, pela própria trajetória de vida, e pela própria vida que temos hoje numa sociedade cada vez mais complexa, não pode ser pensado do ponto de vista de um único ramo do conhecimento.

E ainda, nesse bloco da promoção - e eu achei interessante aqui na fala dos colegas que me antecederam - temos que falar menos de políticas governamentais, temos que falar de políticas públicas, porque falamos da gestão de política de direitos da criança e do adolescente. Estamos falando de políticas públicas e menos da marca daquele que está no poder porque este sofre a influência desse próprio poder e de vários partidos para não dizer, de várias agremiações. Porque se partido fosse bom, talvez já não tivesse esse nome, quer dizer, já nasce despedaçado. Além disso, sabemos que temos aí os oligopólios, os monopólios, as grandes agremiações financeiras, que interferem radicalmente no Estado brasileiro, entendendo que interferem radicalmente nas políticas governamentais. Assim, numa conferência como esta, como pensar somente em políticas governamentais? Políticas governamentais seriam, simplesmente, a execução das políticas públicas. Como executo uma política pública de Direitos Humanos de crianças e adolescentes se crianças e adolescentes continuam morando e vivendo nas ruas. Se adolescentes em conflito com a lei continuam ainda subjugados a esse estado de atenção que temos no país, de modo geral. Ao pensar em políticas públicas se pensa na idéia de público, em que todos somos responsáveis; evidentemente uns mais e

outros menos, mas quem está no poder é que tem a obrigação de gestar o Estado, o mais democrático, portanto o mais respeitador de direitos. E nós, por outro lado deveríamos, enquanto cidadãos, exigir mesmo. Exigir de que modo? Não é cada ONG, cada movimento, cada segmento exigir aquilo que é melhor para o seu espaço. Não! O espaço tem que ser democrático e plural. Tenho que brigar enquanto ONG, Fundação, ou Movimento Social, pela especificidade da minha ação, pela riqueza, pela delicadeza, pela criatividade, pela inovação das práticas de Direitos Humanos a favor da criança e do adolescente. Isso sim, e não ficar fazendo a ação de governos. Eu nem diria de Estado, mas a ação de governos na implementação de políticas públicas, porque o discurso no projeto é de políticas públicas, mas na prática é de política governamental.

Quando participamos de uma conferência desta natureza, temos que pensar grande, botar o nosso pé hoje, no presente, aqui onde estamos, no Anhembi, na cidade mais rica e com a maior população do país e, portanto, tem muito mais densidade, tem o centro, o coração do poder numa cidade como esta. É a partir daí que devemos pensar que queremos sim, uma prática de Direitos Humanos que respeite a história da humanidade nesta luta por direitos porque estamos em pleno século XXI, já com os chamados direitos de quarta geração.

É importante ter o pé no presente, o olhar crítico no passado e o olhar inovador, criativo e diria até beligerante de futuro. Não é mais possível admitirmos qualquer coisa pobre para a população pobre. Há que ter uma inversão. Se criança e adolescente são prioridade absoluta na legislação brasileira, eles têm que ser prioridade absoluta no cotidiano da nossa existência. Senão, vamos passar para o outro século dizendo: fizemos, tivemos tantos avanços nos direitos para criança e adolescente no discurso, na legislação, nas pessoas, mas não tivemos mudanças de fundo, mudanças estruturais. E nesta linha de raciocínio não é possível que no Brasil, a gente ainda tenha que conviver com crianças abandonadas, crianças abrigadas, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sem conhecimento dessa realidade. Quando digo conhecimento dessa realidade, não é conhecimento numérico, mas é conhecimento do que o Estado brasileiro concretamente faz, para resolver essa situação. Não temos um número grande de criança e adolescente em situação de rua, então é possível resolver essa situação. Não temos uma porcentagem altíssima, inclusive em relação a países mais desenvolvidos, de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. E porque não resolvemos essa questão também?

Eu, particularmente, como militante dos direitos, tenho muita reserva quanto à construção do plano decenal da política de direitos da criança e do adolescente uma vez que é sabido que não temos um diagnóstico da situação de crianças e adolescentes. Como eu posso partir para um plano decenal se eu não tenho isso claro. Por outro lado, falar em planos decenais é muito importante, é fundamental e acho que o plano decenal tem que ser construído a partir deste processo de conferência.

Vocês sabem, eu já fui do CONANDA, da primeira gestão do Conselho Nacional que é de 92/94. O Conselho foi criado em 1991 e eu já estava lá. Passamos 6 meses no CONANDA querendo entender

onde estavam as crianças e os adolescentes, nas chamadas políticas públicas. Já estamos na 8ª conferência dos DCA no Brasil. Antes disso, já tivemos uma conferência do CONANDA que não teve caráter deliberativo, porque era aquela primeira gestão em que nós estávamos, entre 93 e 94. Fizemos uma conferência, sim e ficamos estarecidos em pensar que não sabíamos o que era de criança e adolescente em determinadas áreas da política. Na área da educação, na área da saúde, tínhamos até um pouco mais de certeza. Estou dizendo um pouco mais, porque tinham outras ações que essas políticas faziam que não necessariamente, eram nem de uma nem de outra. Então eu pergunto: se estamos na 8ª Conferência, o que seria mais prudente e o que mais respeitaria este princípio, nem vou dizer diretriz, porque diretriz é caminho. Vou dizer princípio da participação popular nos destinos da política pública para a infância e adolescência.

O que deveria ser feito? Vamos recuperar as oito conferências que já fizemos. Eu participo de todas as conferências municipais e estaduais. Eu vou, e não é só para falar, é também para participar, eu vou às conferências para ajudar os grupos nos debates, nas discussões.

O que eu faria hoje? Não se fala tanto em produção de conhecimento? Os recursos do fundo dos direitos da criança e do adolescente não são para produção do conhecimento, entendendo também como produção do conhecimento, a sistematização de práticas, sistematização de teorias, construção de teorias novas? E também, na produção do conhecimento tem um item fundamental que é a produção da informação, mas a produção da informação que seja precisa, clara, que seja entendida pela militância e pelos profissionais da área de criança e adolescente. Logo, tem que ser uma informação que tenha essa idéia de intersectorialidade, da transversalidade e das práticas interdisciplinares, porque é muito comum, ao procurar uma informação, ficar na dependência das pessoas, da formação, do status que elas têm, para estarem dirigindo aquela informação. Às vezes você pega um documento para formular uma política e dependendo de quem faz, ou tende para a saúde, ou tende para assistência. Se é uma política para criança e adolescente nessa perspectiva da intersectorialidade, da transversalidade e portanto da interdisciplinaridade, tenho que pensar diferente disso. Estou dizendo isso, mas não sou defensora de grandes diagnósticos, desse diagnóstico livro, em que se fica durante 5 anos buscando dados, pesquisando, repensando e quando termina, a realidade já é outra.

Esses diagnósticos sobre situação de criança e adolescente podem ser construídos a partir dos conselhos municipais da criança, dos conselhos estaduais, a partir de tudo que já foi discutido, analisado, proposto nas conferências e a partir, também, do Conselho Tutelar, um bom lugar para dados. Acho que nós temos que construir esses diagnósticos participativos e não esses diagnósticos de empresas de diagnósticos. Tudo bem que fui defensora da implantação do SIPIA, que é um sistema integrado de informação.

Mas eu quero chamar a atenção de vocês para uma reflexão. Como pensar para fazer uma política de promoção. Já está definido também, até pelo conteúdo do ECA: satisfação das necessidades básicas. O

que é satisfação? São os direitos fundamentais da pessoa humana e por necessidades entendemos direitos. Agnes Heller dizia: “as necessidades são tão necessárias, tão necessárias, que elas se tornam direitos”. Não vamos ficar com essa briga de que necessidade é diferente de direito. Temos compreensão de que estamos falando de necessidade enquanto direito.

Nós falamos sempre em dados de violência. Fazemos denúncia, estudamos e produzimos material sobre violências, mas tudo particularizado, setorial, focalizado. Contudo, não falamos de violação. Fala-se de violações, nos documentos. Hoje eu vi 5 vezes a palavra violação nos documentos de diretrizes para a conferência. No entanto, o que temos de concreto, de resposta às violações institucionais. Fala-se da participação, só que na hora que eu vou pedir essa participação, de que forma ela se dá? Sempre é uma participação que parece muito mais tutelada do que a real participação popular. Essa participação popular, não é desorganizada como as pessoas pensam, não é essa participação popular de geração espontânea. É uma participação em que corações e mentes estão preocupados com os Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Vejo que há uma distância muito grande entre a nossa luta contra a violência e a nossa luta contra a violação. É como se eu falasse de violência pensando que fosse violação.

Eu não participo de nenhum debate que coloca o tema assim: adolescência e violência; adolescente e violência; escola e violência, ou adolescente, escola e violência ou ainda adolescente, escola e violência escolar. Eu não participo de debates dessa natureza porque eu quero reconhecer as violações. As violações, por exemplo, de não ter ensino público de qualidade, saúde pública de qualidade e para todos. No nosso caso aqui, para crianças e adolescentes, não ter transporte público de qualidade nem em quantidade. Portanto hoje, a minha fala de promoção de defesa de Direitos Humanos é na linha da violação. Nós temos experiência de lutar contra a violência. Quantas passeatas, quantos atos públicos, quantas campanhas nós já fizemos? Vocês se lembram que quando aprovamos o ECA em 1990, nós elegemos a questão do trabalho infantil como uma das grandes violações de Direitos Humanos de criança e adolescente? Nem vou dizer do trabalho infantil, gosto de dizer, do trabalho precoce, porque adolescente tem que estudar, antes de trabalhar.

Quando entramos nessa luta contra o trabalho infantil, nós aqui em São Paulo éramos chamados de loucos, baderneiros, de gente que não sabia o que estava fazendo e que estava lutando contra a democracia. Se houve uma marcha global contra o trabalho de criança, foi por causa da luta da militância, não de governos. Quando nós partimos para essa luta, enfrentamos um problema gravíssimo: como as famílias serão sustentadas sem o trabalho precoce? Logo, o benefício do bolsa escola não é dádiva de governo nenhum. Eles incorporaram a nossa perspectiva de dizer o seguinte: a sociedade civil tem clareza de que a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes na área do trabalho precoce vai esbarrar num problema gravíssimo, de violação estrutural. É o problema de desemprego, subemprego e práticas ilícitas de trabalho. E para fazer frente a isso e ganhar corações e mentes no Brasil, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista da intencionalidade, fizemos o cálculo de quanto uma criança ganhava por mês trabalhando e o que poderia ser feito frente a essa

situação. Tanto que, se hoje há um programa que é nacional, defendo que ele continue até que essas práticas de trabalho infantil sejam erradicadas. Isso que foi absorvido pelo Estado brasileiro é fruto da militância política a favor de direitos humanos de crianças e adolescentes. Quando se fala de avanços, só se fala de avanços do governo, como se os governos nos representassem. Os avanços são nossos, da militância.

Quando fui organizar esta palestra, fiz um levantamento de quantos planos de enfrentamento da situação de violência nós temos. Nós já fizemos todos esses planos. A revisão deles é necessária? É. Inclusive acho que eles deveriam ser muito mais enxutos. Esses planos são de enfrentamento de uma situação específica, mas como temos medo de que alguma coisa não seja incluída, eles ficam tão abrangentes, que acabam não sendo operacionais. Se temos tantos planos, vamos sistematizar melhor. Eu sempre acho o seguinte: quando eu tenho mais do que 3 coisas para fazer, não vou fazer nenhuma. Mas se eu tenho 3 grandes prioridades em cada plano, tenho certeza que todos nós vamos reconhecê-las e vamos batalhar por essas prioridades, exercendo sim, esse ganho que tivemos na luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, pela radicalização da democracia, entendendo o Estado democrático de direito.

Por uma questão de vício de origem, pela minha idade, pela minha militância, eu sou contra esse excesso de fóruns que vamos criando: já temos um fórum nacional DCA, temos um fórum estadual DCA, temos fórum municipal DCA. Para que ficar criando outros fóruns? É neste lugar que vamos ter, sim, as condições dos fóruns. Nós trabalhávamos no regime de comissões. Mas vão se criando tantas, que se cria um polvo com muitos tentáculos, com reuniões todos os dias da semana, nos três períodos e não sobra horário para o trabalho.

O que falta para falar fica para outra oportunidade.

EIXO III - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Cláudio Hortêncio Costa⁷

O Estado Democrático de Direito, traz consigo ferramentas e instrumentos que viabilizam o acesso com sucesso às instâncias e estruturas democráticas, quando Democratizadas.

Por muito tempo a gente lia muitos documentos que se referiam ao sistema de garantia de direitos e em passado muito próximo, falar sobre o Sistema de Garantias de Direitos era falar de um lugar “desconhecido”, e ainda hoje é possível perceber a referência que se faz a esse Sistema resumido no Poder Judiciário e Ministério Público. No entanto, neste momento, é possível visualizar o Sistema de Garantias de Direitos como uma realidade, porque o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou a Resolução 113 para decodificar esse Sistema. Ele é apresentado de forma didática e de fácil domínio público, sendo este um dos principais objetivos, tendo como perspectiva o Estado Democrático.

Esta discussão não é cabível tendo como concepção o Estado totalitário; neste sentido, a avaliação de seu impacto se dará na medida em que o “Estado Democrático” é construído/viabilizado a partir de suas próprias instâncias de “poder” – aí nasce e se mantém a garantia do direito, o acesso à política de atenção, especialmente quando falamos de direitos das crianças e dos adolescentes.

Concebida a resolução, podemos entendê-la, salvo várias interpretações, como um *componente normativo*, ainda que o Sistema de Garantias se apresente como uma ferramenta estratégica para alcançar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, não somente a partir da perspectiva de norma, que veremos no decorrer deste artigo.

Podemos e devemos reforçar que o Sistema de Garantias de Direitos é uma “chave” interpretativa do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, não ignorando a hermenêutica jurídica, mas sim, trazendo estas compreensões para o campo democrático participativo, entendendo este como garantia Constitucional.

O Sistema de Garantias de Direitos, pela sua própria definição, pode ser interpretado como um instrumento estratégico.

Conceitua a Resolução 113: O Sistema de Garantias de Direitos é a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil.

⁷ Claudio Hortêncio Costa é advogado, mestre em Direito das Relações Sociais, Faculdade de Direito PUC/SP, Professor do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Bandeirante de São Paulo.

O Sistema está construído a partir de 3 (três) eixos estratégicos: *Promoção, Defesa e Controle da Efetivação* para o alcance da política referente à infância e juventude em todas as suas dimensões, identificando os atores que se articularão para a efetivação dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes. Não há uma hierarquização entre os eixos, caso contrário fugiria a proposta de articulação e integração.

O Eixo da Promoção define o papel de todos os órgãos do sistema e é o mais complicado porque depende da vontade dos gestores. Refere-se à oferta de serviços ou seja, o desenho das políticas de alcance da população infanto juvenil: política de atendimento aos direitos; política de promoção e proteção dos direitos; caráter transversal e intersetorial; políticas públicas, medidas de proteção; medidas sócio educativas.

Ao sugerir que o sistema é uma “chave interpretativa” do Estatuto da Criança e do Adolescente, no tocante à articulação dos três eixos, a própria resolução menciona *Estado, Família e Sociedade*, como os atores deste eixo, responsáveis estrategicamente pela efetivação/dinamização deste Sistema, a partir da satisfação das necessidades básicas; participação popular; descentralização política e administrativa; controle social e institucional.

Na biografia dos que estão em Liberdade Assistida há muitos momentos de negação de direitos. Quando falamos da Promoção de direitos, estamos nos referindo à política pensada para a juventude. Tudo que o município tem pensado de 1990 para cá, de ação política para a juventude. Há muito tempo atrás, discutíamos cultura e um representante do CMDCA dizia: ‘você quer coisa melhor do que os eventos da paz no Ibirapuera?’ E perguntávamos: quem tem acesso a esse local?.

Promoção dos direitos fundamentais é voltar para o Estado democrático de direito e botar o pé na porta, empurrar com o peito porque fortalecer o sistema de garantia de direitos é escancarar todos os espaços democráticos.

Direitos humanos são conquistados todos os dias porque nunca são dados, conforme disse Hanna Arendt.

No eixo da Defesa, estão compreendidos todos os mecanismos normativos de acesso “com sucesso”⁸ ao sistema de justiça; recursos às instâncias públicas e mecanismos de proteção legal; garantia da impositividade e da exigibilidade de direitos. Enquanto direito da juventude, a resolução fala em defesa de direitos. Quando a criança vai para o CRECA pensa-se na reconstituição de caminhos. Mas em algum momento da vida dessa criança, algum direito lhe foi negado. Defesa de direito é tanto para a filha da Xuxa quanto para a filha do Marcola, sem distinção de raça, cor, religião etc.

⁸ Wanderlino Nogueira Neto, Procurador de Justiça aposentado – Bahia, in Tese sobre *Proteção Jurídico Social*, Assembléia da Associação Nacional dos Centros de Defesa, 1999 – São Paulo

Todos nós devemos concorrer para que esse eixo Defesa de direitos, seja cumprido. O ECA propõe que a atividade esteja ligada a uma política (chega de projetinho) necessária à defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Mister incluir aqui a compreensão também trazida pelo nobre Procurador: Wanderlino Nogueira Neto, quando afirma a efetividade como: *real produção dos efeitos pretendidos, transcendendo ao jurídico* e eficácia como *aptidão formal de produzir efeitos jurídicos*⁹, sempre sob a ótica da proteção integral.

Estas observações tornam-se de extrema relevância quando compreendemos o direito da infância e juventude como *Direito Insurgente*¹⁰.

A referida Resolução indica como principais atores, responsáveis pela articulação deste eixo: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas, Segurança Pública, Conselhos Tutelares, Ouvidorias, Entidades Sociais de Defesa de Direitos indicado no artigo 87, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Observa-se aqui um grande avanço, além da desconstrução da perspectiva menorista, temos hoje, os Conselhos Federais de Psicologia, Serviço Social, dentre outros atores, inclusive presentes no eixo do Controle, que têm se preocupado em pautar suas atividades de reflexão na compreensão do sujeito de direitos, criança e adolescente e tem transversalizado as reflexões de proteção aos direitos fundamentais desta população – resumindo: a pauta dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes tem tomado grandes proporções, ainda que esta construção pareça incipiente, diante das situações apresentadas na conjuntura atual, mas o debate tem avançado, resguardados alguns posicionamentos extremamente centrados *ainda* na concepção menorista, desconstruída pelo paradigma da proteção integral.

O terceiro eixo, Controle da Efetivação de Direitos refere-se ao controle das Ações de Promoção e Defesa de Direitos e aos atores indicados como responsáveis: Conselho de Direitos; Conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas e os Órgãos de Controle interno e externo, definidos nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal de 1988.

Este eixo é parecido com o controle social. Todos podemos fazer monitoramento, controle de ações, inclusive controle do Orçamento Participativo. Sem dinheiro não podemos fazer nada, mas somente o dinheiro não faz nada. Controle da efetivação é ficar de olho no que o governo municipal está fazendo. Isto nos remete a outro patamar de discussão. Os projetos patrocinados pelos Fundos têm consonância com o que a cidade precisa? Temos que reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos. Temos que tirar a criança e o adolescente da perspectiva de mendicância. Ainda não conseguimos efetivar esse controle na prática.

⁹ Idem ;

¹⁰ Eliana Augusta de Carvalho Athayde, Diretora Executiva da Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, Rio de Janeiro, in Revista número 1 Anecd: *Construindo a Proteção Integral*, 1988 – Associação Nacional Dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quando da instauração do Estado Democrático de Direito, entendido a partir da Constituição Federal de 1988 observa-se que, na medida em que se constroem direitos, como por exemplo: Código de Defesa do Consumidor, Lei de Tortura, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, dentre outros, propõe-se ao mesmo tempo, ou no mesmo sentido, um reordenamento institucional. Podemos entender, a grosso modo, que será necessário visitar/revisitar/construir/reconstruir instituições, núcleos de poder, em suas concepções, para observar se os mesmos acompanham a proposta reordenativa ou se adaptam a realidades novas apresentadas, para que o acesso aos direitos ultrapasse o entendimento da Norma, caso a mesma traga em seu escopo questões não atinentes aos princípios de liberdades individuais ou coletivas, elencados exhaustivamente pela Carta Constitucional de 1988, marco Normativo do Estado Democrático de Direito.

Importante incluir nesta reflexão, uma atenção àquelas situações identificadas como vulnerabilidade pela condição de pobreza. Neste sentido, quando falamos da universalização dos direitos e da compreensão dos mesmos, tira-se da esfera da assistência/clientelista, já definido pela LOAS a partir de seu reordenamento. Ou seja, não se fala aqui de política para pobres, mas sim, de uma política que alcance, inclusive o cidadão pobre, mas em uma perspectiva bem definida de defesa de direitos em que todas as ações, incluindo a articulação dos sistemas (SGD/SUAS/SUS), devem estar centradas no paradigma da proteção integral, prioridade absoluta em reconhecimento do sujeito de direitos.

A Resolução aponta as possibilidades e a compreensão jurídica deve avançar. Foi assim com as assinaturas do Protocolo de Palermo, sobre o crime transnacional, que alterou significativamente o Código Penal neste tema, dentre outras convenções e Tratados em que o Brasil é signatário.

A teoria da norma jurídica e a teoria do ordenamento jurídico formam uma completa teoria de direito¹¹.

Neste sentido, devemos compreender o Sistema de Garantias de Direitos a partir de seu próprio conceito, observando a articulação dos três eixos apresentados pelo Sistema onde a *compreensão* de um eixo passa objetivamente pela *efetivação* de outro e vice versa.

No que tange ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantias foi pensado logo após o seu surgimento. O anonimato se dá pela dinâmica deste aprendizado, ou seja, muitas reflexões produzidas por organismos da sociedade civil têm pouca divulgação, o que obsta uma democratização do conhecimento de forma “midiática”, uma vez que fica sob o domínio de alguns. Ainda carecemos de formas de comunicação mais eficazes entre os diversos atores da sociedade, atores estes que compõem o Sistema, ora discutido.

Ainda que pese o avanço do “mundo virtual”, este não dará conta de tudo – mobilizemo-nos.

¹¹ Norberto Bobbio, in Teoria Geral do Direito, Debate, 1996.

EIXO IV – PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.

Luana Cunha Bhering e Tais de Jesus Cambui¹²

Participação

A Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem ao cidadão criança e adolescente a possibilidade de participar diretamente das decisões importantes de sua comunidade, cidade, estado e país.

Participamos?

Como?

Antes de responder essas perguntas devemos saber que Toda participação é um ato político!

Como referência para esse entendimento o texto: “O Analfabeto Político” de Bertolt Brecht:

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe o custo de vida, os preços do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais”.

Espaços de Construção da Cidadania

Construindo a Cidadania...

Para Construímos a cidadania e gerar política pública é necessário:

1. Conhecer a realidade local - www.criancaeadolescente2007.com.br/modulo
2. Ações do Poder Público para a região (Plano de Metas da Cidade de São Paulo link para as metas da subprefeitura de M’Boi Mirim)- <http://www.lidas.org.br/documentos/lidas/ej/metas2012mboi.htm>
3. Criar mecanismos de participação - www.conferenciadedireitos.org.br
4. Conferência Permanente - www.conferenciadedireitos.org.br/forum.php

¹² Casa dos Meninos

Dois anos depois de atuar na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no programa de implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em Brasília, confesso meu enorme prazer em estar de volta às terras paulistas e ainda mais ser convidado para um evento desta importância para a Cidade de São Paulo.

Ao cumprimentar meus grandes companheiros desta mesa (Irândi Pereira, Cláudio Hortêncio e a Luana, representando aqui os adolescentes), tomo a liberdade de dirigir-me as crianças e adolescentes presentes para falar de um eixo pouco discutido e entendido na sociedade como um todo: a gestão da política! Para isso, prefiro fazer uma fala mais organizada, (a) contextualizando a 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente¹⁴ a realizar-se na capital federal em dezembro deste ano, (b) apontar os diversos planos existentes e (c) discutir a gestão da política com seus principais avanços e desafios.

Nunca é de mais lembrar que estamos comemorando, este ano, os 21 anos da proclamação do Estado de direito com a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, pela participação e apelo popular. São os mesmos 21 anos daquela ditadura que o Brasil viveu. É hora de um balanço, pois temos aqui uma geração que conheceu os 21 anos do regime militar e outra que só conhece o regime democrático.

Comemoramos também os 20 anos da Convenção sobre os direitos da criança (CDC)¹⁵, fonte inspiradora para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁶, em 1990, isto é, já são passados 19 anos que vivemos sob o paradigma da Proteção Integral, superando a antiga Doutrina da “Situação Irregular”, mesmo sabendo que ela ainda habita em muitos de nós (sociedade), e é facilmente percebida durante os ataques de recrudescimento ao ECA (redução da maioridade penal e aumento do prazo de internação) ou as restrições dos direitos individuais (“toque de recolher” em muitas cidades).

¹³ Fábio Silvestre da Silva é psicólogo, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia do Esporte pelo Instituto Sedes Sapientiae. Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2007-2010) e militante dos direitos humanos de criança e adolescente. E-mail: psilvestre@uol.com.br.

¹⁴ Informações disponíveis em:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda/Principal.2009-03-26.0445

¹⁵ O texto da CDC foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

¹⁶ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990.

Vivemos um ano ímpar e, certamente, entrará para história, a ser comemorada como outras datas que já me referi. Ímpar por ser um ano de Conferência. Mas não é uma Conferência qualquer, seu lema é “Construindo diretrizes da política Nacional e do plano decenal. Para o Conanda”¹⁷

“A 8ª Conferência tem o desafio de elaborar propostas de diretrizes da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que deverão, posteriormente, balizar a elaboração de um Plano Decenal da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente”

Desta maneira, consolida um objetivo que anseiam todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos¹⁸ que é poder “Analisar e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas à elaboração do Plano Decenal”, fomentado pelo Conanda, principalmente por nos propiciar a discussão dos subsídios, princípios e diretrizes, para cumprir bem esta tarefa. Por este motivo, é necessário garantir a consolidação dos Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes neste Plano Decenal. Sugiro, ainda, nesta aproximação inicial, que se leve em consideração todas as deliberações de todas as conferências já realizadas neste país.

O Brasil, desde a promulgação da CF, adotou um modelo sistêmico nas suas políticas em diversas áreas e tendo as legislações infra-constitucionais (ECA - Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990; SUS - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; LOAS - Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.) como os marcos regulatórios de referência normativa para esse plano, assim como as normativas internacionais das quais o Brasil é signatário (Convenção sobre os direitos da criança; Regras mínimas para a administração da justiça da infância e da juventude, Diretrizes de Riad, Regras mínimas para a proteção dos jovens privados de liberdade; Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança nos anos 90, entre outras).

Bom, lembrados os marcos legais, o seu desdobramento são detalhados no que conhecemos como marcos regulatórios, como, por exemplos: Plano Nacional de Enfrentamento a Exploração Sexual; Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente; o Plano Presidente Amigo da Criança; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; e mais recentemente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo com seu irmão gêmeos, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Vimos ainda a entrega, realizada neste mês, do III Plano Nacional dos Direitos Humanos, que foi amplamente discutido à época da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

¹⁷ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

¹⁸ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Resolução nº 113](#) de 19 de abril de 2006 - Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É preciso destacar que no país temos uma forte inclinação para discutir a proteção especial, tanto a preconizada pelo ECA, como a que foi estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social, aprovado em novembro de 2004. Isto acontece motivado pelas diversas violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes por esse Brasil afora, a exemplo da violência doméstica, sexual, exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, abrigo, medidas socioeducativas, entre outras. Ou seja, 19 anos depois da implementação do ECA, muitas crianças e adolescentes ainda não foram protegidos e tão pouco tratados à luz da proteção integral.

Foram escolhidas as seguintes diretrizes para organizar a 8ª Conferência: Promoção e universalização dos direitos em um contexto de desigualdades; Proteção e defesa no enfrentamento das violações dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente; Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direito; Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania; e, o meu tema, a Gestão da política.

Em todas as diretrizes estabelecidas não é demais recordar, ainda que não aprofundemos, neste momento, nos princípios que devem regê-las tal qual publicada pelo Conanda¹⁹:

“O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Esta política adota como princípio que as crianças e os adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos da história, de direitos humanos e de cidadania. Isso implica no seu reconhecimento como sujeitos, que têm condições e devem participar de decisões sobre sua vida e na recusa de concebê-los portadores de necessidades e apenas objetos de intervenção por parte da família, da comunidade, e do Estado.

O respeito aos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes assegurados nas Normas Nacionais e Internacionais existentes. O status “minoritário” da criança e do adolescente em relação ao adulto circunscreve seus direitos como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. As políticas traçadas devem ser um meio de viabilizar o cumprimento dos direitos assegurados nas leis, normas e tratados dos quais o Brasil é signatário.

A igualdade e respeito à diversidade. Mulheres, homens, crianças e adolescentes são iguais em seus direitos. As crianças e adolescentes, pela condição peculiar de desenvolvimento, possuem direitos adicionais relacionados à sua proteção integral. Apoiadas nesse princípio, as políticas de Estado devem, necessariamente, se propor a superar as desigualdades de gênero, étnico-raciais, de orientação sexual, deficiência, inserção social, de situação econômica e regionais.

A universalidade dos direitos e das políticas. O princípio da universalidade deve garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais e traduzir-se em políticas permanentes nas três esferas de governos. Deve, ainda, contrário à tradição de formular políticas para apenas um dos vários segmentos da

¹⁹ Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda/Principal.2009-03-26.0445

infância, garantir que todos os direitos sejam extensivos para todas crianças e todos adolescentes do país.

A equidade e justiça social. *Visando a garantir o acesso igualitário aos direitos e políticas universais em um contexto de profundas desigualdades sociais, o Estado deve desenvolver programas e ações específicas voltadas a grupos sociais historicamente discriminados. O foco nos desiguais para se alcançar justiça social significa um reconhecimento dos direitos específicos dos diferentes grupos de crianças e adolescentes.*

A garantia de prioridade absoluta. *É a primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência no atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas e na destinação dos recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude*

A descentralização político-administrativa e a municipalização. *Reafirma o princípio constitucional da configuração federada do país, em que o município é a unidade descentralizada e autônoma de construção e implantação de políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente. O processo de descentralização pressupõe a distribuição clara de competências, papéis, atribuições e responsabilidades entre as três esferas de Governo (União, estados e municípios); a forma justa na repartição e transferências da arrecadação tributária para assegurar a autonomia, e a melhoria da receita municipal.*

Em observância ao pacto federativo, o financiamento da política de promoção, proteção e defesa dos direitos de criança e adolescente deve se dar forma compartilhada pelas três esferas de governo garantindo o seu co-financiamento.

A participação e controle social. *Incorporada na normativa nacional pela Constituição de 1988, a participação da comunidade na formulação de políticas públicas inaugura uma concepção de estado amplo do qual a sociedade civil organizada também é parte integrante. A participação da sociedade civil nos conselhos de direitos vem se tornando importante instrumento de controle social e garantia de transparência dos atos do poder público.*

Articulação das várias esferas de poder e entre governo e sociedade civil. *A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam que a formulação e implantação da política ocorram de forma articulada entre o governo e a sociedade civil nas três esferas de estado, respeitando as especificidades das competências de cada uma das partes. Essa articulação pressupõe, ainda, a integração com os poderes legislativo e judiciário.*

A articulação, integração e intersetorialidade das políticas, programas e serviços. *O ECA estabelece como linhas de ação dessa política a articulação e a hierarquização das políticas públicas e serviços para o cumprimento dos direitos como políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social em caráter supletivo para aqueles que deles necessitem; prestação de serviços tais*

como os de prevenção e atendimento a crianças violentadas; serviço de localização de crianças desaparecidas; e proteção jurídico-social de defesa dos direitos das crianças e adolescentes (artigo 87). Essa articulação e hierarquização pressupõem, necessariamente, a intersetorialidade das políticas.

A transparência da Gestão do Estado. *A Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser pautada no respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência na gestão e controle social.”(Conanda, 2009)²⁰*

- Aprimoramento do Pacto Federativo

Para que entendam, o Pacto Federativo é a repartição de competências entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. No dicionário, a palavra federação é definida como “um Estado composto por entidades territoriais autônomas, geralmente conhecidas como ‘estados’. Possuem um conjunto de competências ou prerrogativas garantidas pela constituição”. Sabemos que com a atual distribuição de competências, a grande queixa é de que os grandes debates ficam concentrados nos Estados (a exemplo de São Paulo que influencia nas decisões nacionais) com projeção política maior conseguem exercer maior influência sobre as ações do Governo Federal. Vale lembrar que a União compete dar as diretrizes gerais a serem implementadas, mas não deveria nunca ser sem consultar os estados e municípios.

Hoje, depois destes dois anos trabalhando no Governo Federal, sei bem o quanto a União concentra amplos poderes. As decisões mais importantes são tomadas em Brasília. Portanto, aqueles Estados que têm uma projeção política e econômica mais forte fazem a diferença e os Estados menores ficam esquecidos, sempre.

Neste sentido é muito importante aprimorar e refazer o pacto federativo, redistribuindo as competências em geral. É necessário, urgentemente, fazer uma reformulação do sistema tributário, para dar uma sustentação financeira aos Estados, pois não adianta ter autonomia e possibilidade de legislar sobre determinadas matérias se não existe a receita para realizar a missão constitucionalmente atribuída ao Estado.

Claro que defendo ainda que enquanto a reforma não vem, os Estados e Municípios devem se valer da criatividade para encontrar espaços no âmbito de suas competências remanescentes e interpretar melhor o que é de interesse regional. O mais importante neste cenário de construção daquelas políticas públicas que tanto desejamos é a garantia da sua continuidade, pois estamos vendo em todos os níveis o quanto a descontinuidade das políticas têm trazido prejuízos sérios as criança e adolescentes em todo território nacional.

²⁰ Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/temas-prioritarios/8a-conferencia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>

- Intersetorialidade como Novo Desafio

Uma das questões principais nesta matéria é a dicotomia que se observa na gestão das políticas sociais e, conseqüentemente, na gestão dos serviços públicos que, a meu ver, só pode ser superada através de uma ação integrada. Apesar dos problemas sociais manifestarem-se setorialmente, sua solução está na dependência da ação de mais de uma política. É no âmbito da cidade, como o espaço onde a população tem acesso aos serviços, onde seus problemas se manifestam, que a articulação das políticas sociais se viabiliza, dando maior eficácia a sua gestão. Para se viabilizar é preciso uma interação que pode ser construída através de um processo dinâmico entre os sujeitos, mediada por novos paradigmas, que devem informar a mudança das instituições sociais e de suas práticas.

A intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social. É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade.

Quero dizer, mais simplesmente, que temos que avançar na lógica apenas de acesso aos direitos já consagrados. Se uma criança ou adolescente tem direito a educação seu acesso tem que ser favorecido e pronto. Mas devemos querer muito mais, por exemplo, no sistema socioeducativo ou no abrigo temos que cobrar qual será a ação com metas físico-financeiras para consolidar a política de atendimento que a Saúde, a Educação, o Esporte, a Assistência Social, entre outros, vão destinar como fortalecimento da política para estes setores. Além disso, quando as bandeiras políticas partidária do Estado e da União não são da mesma cor, temos dificuldade de uma gestão intersectorial.

Neste sentido é que precisamos entender que a intersectorialidade é um conceito que engloba as dimensões das políticas sociais e sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infraestrutura, ambiente, que também determinam a sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais, isto é, constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Para que as palavras ditas aqui tornem-se uma realidade é fundamental que as pessoas aprenderem a ser cidadãos, a terem consciência de seus direitos, mas, fundamentalmente serem capazes de lidar com o direito dos outros, no caso especial que nos reúne, com os direitos humanos de crianças e adolescentes.

- Avanços e Desafios

Apono como pequenos avanços, algumas ações, no âmbito de onde olhei até pouquíssimo tempo, a elaboração de programas multi-setoriais com ampla participação de vários setores e sua garantia no orçamento através do Plano PluriAnual (PPA); planejamento integrado de ações com a nítida percepção da importância da sinergia de investimentos; a criação das Comissões intersectoriais que juntam diversos setores para acompanhar uma política em especial (no governo federal são 4 as

comissões: Erradicação do Trabalho Infantil, Combate à exploração sexual. Implementação do Sinase e implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária) e a descentralização que, felizmente não têm sido apenas um processo de transferência de atribuições e competências que ocorre no âmbito do Estado, entre os três níveis de governo e entre as suas organizações, pelo contrário, tem buscado a sinergia necessária para tomada de decisão e operacionalização das políticas.

Como principais desafios elencam os seguintes:

- Elaboração de diagnóstico sobre a situação da infância no Brasil. Ainda não existe um diagnóstico com o melhor retrato da situação brasileira e sem isso, não se teremos a melhor política;
- Previsão, ampliação e execução dos recursos a investir nas políticas destinadas a criança e ao adolescente, conhecida como Orçamento Criança. É preciso ter claro o quanto o artigo 4º do Eca está sendo garantido. Para os próximos anos, quanto do Produto Interno Bruto (PIB) está destinado à Criança e ao adolescente (não só para educação que vergonhosamente recebeu um veto do Fernando Henrique Cardoso que vinculava 7% do PIB para Educação e foi mantido pelo Lula). Temos que lembrar que os pactos internacionais colocam o direito econômico como Direito Humano, assim temos que aprender mais nesta área. Temos uma possibilidade real de pensar nos recursos do pré-sal. A 8ª Conferência tem que pautar os governos sobre a destinação deste dinheiro. Para onde ele vai?
- Controle na execução plena do orçamento. Sempre nos preocupamos com a elaboração da peça orçamentária, mas temos andado muito pouco no acompanhamento da sua execução orçamentária, tarefa que deve ocupar a sociedade civil organizada.
- Transparência nos programas e procedimentos administrativos. Ainda caminhamos pouco no sentido do controle e da transparência das ações administrativas.
- Mecanismo de controle das políticas. Não temos diagnósticos nem mecanismos de monitoramento em políticas públicas em geral, em especial, para crianças e adolescentes.
- Investimento, com formação continuada, nos atores do sistema de garantia dos direitos. Hoje para ser policial o indivíduo fica pelo menos 18 meses na academia antes de ir à ruas. Para ser educador e trabalhar com crianças e adolescente vimos várias vezes a pessoa ser contratada num dia e no outro estar atuando diretamente com crianças e adolescentes. Isto é uma distorção.
- Gestão da informação. Dados relativos à infância e adolescência no Brasil. O SIPIA ainda não é uma realidade no país. É segmentado e não é nacional. qualificação dos atores do SDG e aprimoramento dos sistemas de informação.
- Promover o fortalecimento, integração, articulação e intersetorialidade das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente.

Por fim, temos vistos várias práticas que atentam contra a implementação do ECA. Um bom exemplo é a fragilização do controle da efetividade das políticas. Em São Paulo, as ONGs estão cada vez mais como prestadoras de serviço do que numa relação, desejável, de parcerias. O poder público e as próprias ONGs tornam-se reféns, uma da outra, o que fragiliza a qualidade e o controle social que deve ser exercido pela sociedade. É preciso pensar no desafio de um controle social efetivo.

São muitas as conquistas, é verdade! O ECA, infelizmente ainda pouco conhecido, pode ser considerado como um dos filhos diletos da gravidez democrática no país, na medida em que a concepção, a gestação e o parto ocorreram em meio à formulação da Constituição Cidadã. Como a paternidade e a maternidade são discutíveis, neste caso, é preciso dizer que a mobilização social, a luta pela redemocratização e a forte aliança social fecundaram o ECA, hoje com 19 anos.

Naquela ocasião conseguimos reunir mais de um milhão de assinaturas em torno da garantia dos direitos da criança e do adolescente, hoje penamos para barrar o recrudescimento e os diversos ataques a essa legislação.

São muitos os desafios como já coloquei, mas essa 8ª Conferência nos devolve o espírito esperançoso de fazer parte da história que mudará a vida dos seus principais portadores. Essa é a aposta e o Plano Decenal para uma política nacional dos direitos da criança e do adolescente nos faz esse convite.

Muito obrigado!

2.5 - DESAFIOS E PROPOSTAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE 2009 SISTEMATIZADAS POR EIXO TEMÁTICO – CONFERÊNCIAS CONVENCIONAIS

EIXO I – PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Falta de conhecimento por parte da população, dos programas e projetos para crianças e adolescentes
- Falta de integração das secretarias e das políticas de educação, assistência social e saúde
- Falta de divulgação do ECA. A discussão dos direitos das crianças e adolescentes tem de ser levado para dentro das escolas, para que as crianças conheçam seus direitos e não permaneçam como analfabetos políticos
- Estimular a discussão contínua do ECA
- A necessidade de acompanhamento da implantação das propostas aprovadas nas Conferências de 2007 e 2009
- Com relação às pessoas com deficiência física, falta infra-estrutura adequada nas escolas, nas ruas, no transporte coletivo e demais edificações, além de professores especializados, o que faz com que se sintam excluídas
- As escolas não aceitam as crianças e os adolescentes dos abrigos. Há muito preconceito de classe social. As pessoas tratam os pobres como marginais
- O direito ao acesso à escola
- A condição dos professores e demais profissionais de ensino
- Os elementos de base para a realização dos direitos da criança e do adolescente
- Relações entre escola, comunidade e família
- Falsa inclusão de alunos portadores de deficiências que frequentam escolas comuns
- O compromisso das escolas com a alimentação dos alunos
- A escola e a divulgação do ECA
- Falta de cursos técnicos profissionalizantes para jovens que sejam gratuitos
- Falta de orientação profissional para os adolescentes e de oportunidades de trabalho
- Dificuldade de inserção no mercado de trabalho de jovens e suas famílias
- Ampliar os investimentos na saúde
- Precariedade e superlotação dos serviços de saúde, com a falta de vagas para consultas, exames clínicos, médicos e profissionais capacitado. Faltam ambulâncias
- Atendimento a pessoas com deficiências
- Faltam medicamentos gratuitos à população
- Acesso a informações de interesse dos jovens

- Mecanismos já previstos em lei sobre atendimento da rede socio assistencial não são efetivados
- Serviços sócio assistenciais são insuficientes para atender a demanda de crianças e adolescentes e suas famílias em áreas de vulnerabilidade social
- Agressões ao Meio Ambiente: poluição das cidades e dos rios, desmatamento, lixo na rua, córregos abertos, enchentes
- Transporte público precário e insuficiente
- Falta e insuficiência de saneamento básico
- Ausência de locais e alternativas de lazer, cultura, esportes
- Falta de espaços para crianças e adolescentes

PROPOSTAS

- Direitos da Criança e do Adolescente
 - Fazer ampla divulgação dos programas e serviços destinados à criança e ao adolescente
 - Garantir a acessibilidade da população no uso dos equipamentos públicos
 - Formação dos profissionais que atuam na rede de proteção com um enfoque interdisciplinar para garantir um bom atendimento ao público
 - Promover a articulação entre as ações das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, onde cada uma cumpra sua função específica dentro de um projeto único
 - Construir uma agenda com reuniões periódicas e audiências públicas com vistas a verificar e acompanhar o cumprimento das resoluções das Conferências de 2007 e 2009
 - Criar um Centro Preventivo dos Direitos da Criança e do Adolescente para discussões sobre o ECA e para a capacitação de profissionais que atuam junto a população jovem nos bairros (educadores, professores, profissionais de segurança, entre outros)
 - Compor grupo formado pelo poder público e sociedade civil, para o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas regionais, no sentido de garantir e efetivar o artigo 4º do ECA
 - Promover a divulgação do ECA nas escolas
- Direitos das Pessoas com Deficiências
 - Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência física, tais como elevadores, rampas, instalações adequadas em escolas, cinemas, teatros, praças e vias públicas, de modo a garantir a inclusão social dessas pessoas
 - Criar Núcleo de Apoio à habilitação e reabilitação social para crianças e adolescentes com deficiência e criar mais vagas de trabalho para deficientes visuais
 - Criar cota e mais bolsas nas escolas particulares e colocar mais professores especializados para atender pessoas com deficiência

- Adotar medidas de combate ao preconceito de classe social, raça, gênero e opção sexual para que as crianças e os adolescentes aprendam a ter respeito à diversidade

- Direito à Educação

- Construir mais escolas e CEUs de forma a atender a totalidade da demanda em cada região da cidade. Reduzir o número de alunos por sala de aula e ampliar as vagas para o Ensino Médio
- Investir na formação dos professores de forma sistemática e contínua e criar melhores condições de trabalho para diminuir a rotatividade dos professores
- Criar nas escolas equipes multidisciplinares com assistente social, psicólogo e pedagogo
- Aumentar o número de professores especializados e concursados e com melhores salários
- Reformulação do ensino de 1ª a 4ª séries, com a introdução de professores especializados em uma só matéria, como ocorre nas séries seguintes
- A capacitação dos professores e outros agentes deve ter como objetivos melhorar os seguintes aspectos do trabalho com os alunos : conhecimento do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes e dos direitos desse grupo social; aspectos do mercado de trabalho; a realidade brasileira; os alunos com necessidades especiais; trabalhar com jovens que cumprem medidas socioeducativas; as novas metodologias de ensino-aprendizagem; qualificar o trabalho realizado pelas ONGs; utilizar os meios de comunicação como fonte educadora
- Os serviços de educação não devem ser terceirizados
- Ampliar a jornada escolar para período integral nas escolas onde houver uma demanda por parte da comunidade
- Assegurar vagas escolares em lugares de fácil acesso aos alunos, ou transporte público para os que necessitem se deslocar (programa Vai e Volta)
- Aumentar o número de CEIs e EMEIs. Garantir as escolas infantis em período integral. Criar escolas técnicas como as ETEs e FATEC
- Oferecer alimentos mais saudáveis e saborosos, levando em conta o atendimento do cardápio de alunos especiais e, para isso, aumentar o número de funcionários desse serviço
- Investimentos na área de Educação Física
- Fortalecer a comunicação e promover diálogos sistemáticos entre a escola, comunidade e família
- Abrir a escola à comunidade durante os fins de semana com atividades lúdicas
- Desenvolver campanhas de conscientização contra o vandalismo nas escolas
- Criar e fortalecer parcerias entre escolas e CCAs com a participação da comunidade e das famílias
- Investir em programas e incentivos para inclusão da criança e do adolescente com deficiências que freqüentam escolas comuns, o que requer qualificação dos profissionais, metodologias, material pedagógico e instalações físicas adequadas

- **Direito à Profissionalização e Acesso ao Mercado de Trabalho**

- Fornecer aos jovens orientação e incentivos oferecendo oportunidades de acesso à formação profissional, emprego e melhores salários
- Ampliar a rede de atendimento voltada à profissionalização, aumentando a oferta de cursos gratuitos profissionalizantes para os jovens com mais vagas e opções como informática, administração, hotelaria, turismo
- Aumentar a divulgação dos cursos de profissionalização
- Garantir aos adolescentes acesso a profissionalização com a ampliação de vagas em Centros da Juventude, cursos profissionalizantes, cursos técnicos, SENAI's, e outros visando não só a profissionalização, mas a inserção do jovem no mercado de trabalho
- Estabelecer igualdade entre ONGs (profissionalizante) e ETECs (empregos e transportes) visto que as ETECs tem uma série de vantagens
- Criação de projetos que ajudem a população na geração de renda e trabalho, desenvolvidos pela Subprefeitura em parceria com entidades sociais e privadas

- **Direito à Saúde**

- Construir novos hospitais e melhorar a infra-estrutura hospitalar existente com equipamentos mais modernos, médicos especialistas e outros profissionais. Criar hospital público de referência para crianças e adolescentes
- Construir novas UBSs e AMAS além de ampliar as existentes visando aumentar as vagas para consultas e exames clínicos, de modo a reduzir a espera no atendimento. Ampliar a rede de ambulâncias
- Formar adequadamente os profissionais de saúde de modo que possam atender melhor a população
- Incluir na rede básica de saúde o atendimento por neurologistas e hebiatras, além de profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos e fisioterapeutas. Criar atendimento especializado a pessoas com deficiências. Ampliar a capacidade de atendimento nas unidades de CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial)
- Melhorar a higiene hospitalar
- Ampliar a os programas de distribuição de medicamentos gratuitos
- Aumentar a rede de ambulâncias
- Tornar mais rápida a realização de exames em laboratórios
- Implantar CAPES para saúde mental
- Implantar o PSF (Programa Saúde da Família) e efetivar esse trabalho na rede sócio-assistencial
- Capacitar profissionais da rede sócio-assistencial para atendimento das diversidades sexuais bem como os dos centros de referência e apoio
- Ampliar o número de hospitais e médicos especializados no atendimento a crianças e adolescentes

- Fornecer informações por meio de campanhas sobre doenças a se combater na adolescência, tais como obesidade, bulimia, anorexia e desnutrição
 - Implantar atendimento de crianças e adolescentes com dependência química.
 - Criar nos postos de saúde e hospitais o médico especialista em questões da adolescência (hebiatras)
 - Maior capacitação dos profissionais médicos em questões de sexualidade, gravidez na adolescência e prevenção no uso de drogas
- Direito à Cultura, Esporte e Lazer
 - Aumentar as opções de lazer e ampliar investimentos nesta área, fazer com que as escolas permaneçam abertas nos finais de semana com atividades programadas
 - Criar áreas de lazer, cultura e esporte, com implantação de centros culturais, Casas de Cultura, parque aquáticos, clubes-escola que atendam a demanda
 - Construir mais CDMs, assegurando sua revitalização, manutenção e fiscalização
 - Resgate e aproveitamento dos espaços públicos (escolas, bibliotecas, etc) e terrenos baldios para a implementação, acompanhamento e incentivo de atividades culturais e esportivas
 - Fazer ampla divulgação de oportunidades e espaços de lazer
- Meio Ambiente e Infraestrutura Urbana
 - Incentivar a coleta seletiva nos bairros. Despoluir córregos, não jogar lixo nas ruas, manter as praças e parques limpos, saudáveis e com mais segurança. Preservar as reservas ambientais e realizar campanhas de conscientização contra desmatamento. Diminuir as indústrias poluentes e as queimadas
 - Melhorar a segurança no trânsito e nas ruas, ampliar o acesso ao transporte coletivo, criando mais terminais e linhas que atinjam bairros periféricos
 - Realizar melhorias e ampliar a rede de saneamento básico
- Assistência
 - Garantia do acesso das crianças e adolescentes aos Serviços de Proteção Social em territórios de Alta Vulnerabilidade Social
 - Fortalecer a participação da comunidade e das famílias nos projetos e nas políticas públicas
 - Assegurar a multidisciplinaridade dos profissionais da rede socioassistencial e criação de um equipamento para o atendimento de crianças e adolescentes, suprimindo a demanda excessiva da região
 - Capacitar profissionais e usuários dos serviços da rede socioassistencial
 - Contratar profissionais das áreas de: Psicologia, Serviço Social e Sociologia para atuar dentro dos serviços para crianças e adolescentes
 - Criar CRAS dentro de aldeia indígena com profissionais indígenas para atuarem, por terem maior conhecimento dessa realidade e da cultura

EIXO II – PROTEÇÃO E DEFESA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Necessidade de agilizar o atendimento aos casos de violência contra crianças e adolescentes com assistência policial e jurídica mais efetiva
- Atendimento insuficiente das vítimas de violência
- Atuação dos Profissionais de Segurança em desacordo com DCA
- Dificuldade dos Conselhos tutelares atenderem a demanda
- Falta de conhecimento dos DCA
- Melhorar atendimento a adolescentes que cometeram atos infracionais
- Adolescentes que cumprem medida socioeducativa
- Prevenção no uso de drogas e álcool
- Apoio a crianças e adolescentes com problemas de drogadição
- Trabalho Infantil
- Sexualidade
- Abuso sexual e pedofilia
- Moradores de rua/albergue/abrigos

PROPOSTAS

- Ações de Proteção às Vítimas de Violência
 - Implementar Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, ao Tráfico de drogas, Abuso e Exploração Sexual da Criança e Adolescente sob responsabilidade do Poder Público e com participação da sociedade, com foco na família
 - Tornar efetiva a não criminalização de crianças e adolescentes - Contra a redução da Maioridade Penal
 - Criar ouvidorias para criança e adolescente (agilidade e sigilo)
 - Implantar vara especializada na proteção da criança e do adolescente vítimas de violência
 - Criar delegacias especializadas na proteção de crianças e adolescentes e mulheres vítimas de violência com equipes multiprofissionais
 - Punir mais severamente quem viola os direitos humanos, agride e comete violência contra crianças e adolescentes
 - Garantir o atendimento e o acompanhamento da criança e do adolescente vítima de violência e seus agressores
 - Criar programas com serviços especializados no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica e sexual e suas famílias, com profissionais especializados, tais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, pediatras e hebiatras

- Dar maior subsídio e ampliar as ONGs que atuam na proteção de vítima de violência, com atendimento especializado às famílias
 - Formar os profissionais das unidades de saúde e da educação para que eles possam identificar, denunciar e notificar os órgãos competentes sobre situações de violências e abusos sofridos por crianças e adolescentes
 - Criar casas de acolhida para famílias em situação de risco e vulnerabilidade, vítimas da violência doméstica e social
 - Investir na capacitação dos profissionais da segurança tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Humanos
 - Criar mais Conselhos Tutelares para garantir o atendimento da demanda, com destinação de recursos para o funcionamento efetivo. Garantir formação permanente dos conselheiros. Melhorar as instalações dos Conselhos Tutelares. Garantir acesso dos diferentes Conselhos aos dados informatizados
- Informação e divulgação sobre os DCA
 - Divulgar e esclarecer para a sociedade civil o conteúdo e significado do ECA
 - Inclusão/ criação de calendário escolar mensal para discussão do ECA, fornecendo informações para professores e alunos
 - Promover campanhas de esclarecimento público acerca da pedofilia, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e as formas de exposição delas à violência, utilizando como meio de propagação principal a mídia
 - Inibir a exibição na mídia de propagandas apelativas que incitam o consumo desenfreado
- Ações preventivas para o combate das violações de direitos
 - Ampliar e reestruturar os órgãos de proteção social integral às crianças e adolescentes
 - Realizar trabalho intersetorial com foco na família, visando o processo de educação e proteção integral às crianças e adolescentes, em todos os espaços de convívio e cidadania, como prioridade absoluta - art. 227 da Constituição Federal
 - Criar CREAS, CRECAs e CEDECAs para atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de risco e vulnerabilidade
 - Criar oportunidades de trabalho para melhorar a qualidade de vida das famílias em áreas menos favorecidas
 - Introduzir programa de visitas periódicas a famílias realizadas por assistentes sociais em regiões de vulnerabilidade social
 - Oferecer mais núcleos de esporte, cultura e lazer, oficinas culturais nas escolas nos fins de semana, trabalhando a auto estima de crianças e jovens, para mantê-las longe da marginalidade
 - Garantir a completa utilização dos CEUs da pela comunidade e construir novos CEUs

- Ampliar a carga horária (período integral) nas escolas e os projetos sócio educativos destinados a crianças e adolescentes
- Crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais
 - Garantir aos que cometeram atos infracionais condições de julgamento legítimo, justo e digno, garantindo oportunidade de defesa
 - Rever a política da Fundação Casa e criar programas para a recuperação de jovens infratores. Incentivar o ensino da arte (teatro, música, desenho, dança, etc) favorecendo a apresentação de espetáculos com estes adolescentes em suas comunidades, objetivando diminuir o preconceito e favorecer sua reinserção social
 - Qualificação contínua dos funcionários da Fundação Casa, para que haja melhoria no tratamento dos internos
 - Criação de metodologia para a prestação de serviço aos adolescentes de 12 a 14 anos, realizada em meio aberto. Exigir que as escolas acolham os menores infratores após a saída da Fundação Casa sem discriminação (se necessário, com intervenção judicial para essa garantia)
 - As instituições formais de ensino terão obrigatoriamente que conhecer o serviço em meio aberto (PSC)
 - Garantir acompanhamento terapêutico para adolescentes em conflito com a lei e suas famílias
- Família e comunidade
 - Conscientizar os pais em relação a educação de seus filhos, pois esta interfere no relacionamento escolar e na sociedade em geral. Resgatar a família, fazendo com que as mães e os pais estejam mais presentes na educação dos filhos, acompanhando seu desenvolvimento
 - Ampliar o trabalho com as famílias, fortalecendo vínculos, proporcionando discussões e orientações sobre temas como drogas, gravidez na adolescência, DST/AIDS
 - Implantar nas escolas o Programa Escola da Família
 - Estabelecer nas escolas públicas projetos de mediação de conflitos (nos quais os problemas da escola são solucionados a partir de pequenos grupos de diálogo, com a colaboração de um mediador)
 - Criação de centro de referência da família com verba do FUMCAD
- Crianças vítimas do uso de drogas e álcool, trabalho infantil e abuso sexual
 - Aumentar as ações educativas que tratem das questões relacionadas ao tráfico e suas conseqüências. Criar, por meio de debates, propostas para minimizar o envolvimento dos jovens com as drogas
 - Debater o problema das drogas no currículo escolar
 - Fornecer melhores condições de vida para crianças e adolescentes para que não se envolvam com as drogas

- Criar política pública, conforme Art. 101, inciso V do ECA, que respeite a singularidade de cada caso no enfrentamento do uso e abuso de substâncias psicoativas contemplando a demanda reprimida em sua totalidade
 - Criação de mais CAPSs
 - Criação e efetivação de políticas voltadas para o tratamento, internação e desintoxicação de crianças e adolescentes com dependência química, em unidade especializadas
 - Erradicar o trabalho infantil nas suas diferentes formas
 - Capacitação e acompanhamento para a formação profissional e geração de renda para adultos de famílias onde ocorre trabalho infantil
 - Rever o planejamento escolar no que se refere à orientação para o desenvolvimento da sexualidade dos jovens e promover a capacitação dos profissionais da escola no trato desse tema
 - Política de prevenção e atenção a jovens gestantes
 - Sensibilização da criança, família e educadores para a questão do abuso sexual e da pedofilia
- População de rua e de abrigo
 - Veiculação na Mídia para conscientização da problemática dos moradores de abrigo
 - Direcionar cotas para pessoas sem moradia, residentes em albergue e casas abrigo
 - Incluir no planejamento do orçamento verbas destinadas a programas para crianças e adolescentes no momento da saída dos abrigos

EIXO III – FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Faltam Conselhos Tutelares em todas as regiões da cidade
- Fortalecimento dos Fóruns de Direitos, dos Conselhos Tutelares e demais órgãos do sistema de garantia de direitos
- Articulação entre órgãos de defesa e garantia de direitos com a escola e a comunidade
- Falta de informação sobre o papel dos Fóruns e Conselhos de defesa de direitos
- Falta de conhecimento do ECA, por parte das crianças e adolescentes, famílias e escolas
- Participação da comunidade na discussão dos temas e preparação das Conferências dos Direitos da Criança e Adolescente

PROPOSTAS

- Ampliar a rede de Conselhos Tutelares em todas as regiões da cidade e promover a capacitação dos conselheiros

- Ampliar e divulgar o trabalho realizado pelos Conselhos Tutelares, principalmente nas escolas, garantindo que crianças, adolescentes e suas famílias utilizem o CT como órgão de defesa e seus direitos
- Organizar, através do Fórum de Direitos e dos Conselhos Tutelares em parceria com escolas e ONGs, comissões locais para promoção de debates sobre os desafios da universalização dos direitos de crianças e adolescentes
- Formar equipe multidisciplinar, conforme Lei Municipal 11.123, para atuar junto aos Conselhos Tutelares visando o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos.
- Criar mecanismos de controle social a partir do: -acesso aos dados sistematizados sobre a rede de equipamentos e serviços sociais existente na cidade (CEIs, EMEIs, escolas de ensino fundamental e médio, unidades e programas de saúde, cultura, esportes e lazer, e outros); - acompanhamento da execução orçamentária que envolva o atendimento de crianças e adolescentes
- Fornecer apoio jurídico nas comunidades com a implantação de Vara da Família e Núcleos Especializados em Infância e Adolescência das Defensorias Públicas nas diversas regiões da cidade e que eles contem com pessoal técnico qualificado
- Garantir que os Fóruns regionais e os Conselhos Tutelares participem da definição dos eixos das futuras Conferências de Direitos das Crianças e Adolescentes
- Criar mecanismos de articulação contínua entre os órgãos públicos (CMDCA e outros) e a comunidade para que seja possível o acompanhamento, avaliação e fiscalização das propostas aprovadas na Conferência Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes
- Desenvolver parceria entre os fóruns regionais e as Secretarias de Educação (estadual e municipal) para definição de programa de formação dos professores com relação ao ECA

EIXO IV – PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

DESAFIOS/ PROBLEMAS

- Necessidade de criação de espaços de participação a partir da pré- escola. Atualmente o protagonismo infantil é admitido a partir dos 10 anos de idade, quando a criança está na 5ª série
- Dificuldade de mobilização para o exercício do protagonismo juvenil, em decorrência da falta de incentivos; do esvaziamento das práticas coletivas e da ausência de associações comunitárias e grêmios escolares
- Pouca participação das crianças e adolescentes nos espaços de cidadania; confinamento cultural de jovens em suas residências; dificuldade de apropriação dos espaços públicos

PROPOSTAS

• Espaços de Participação

- Regularizar, efetivar e fortalecer o Fórum da Criança e do Adolescente e o Forum Regional
- Criar programas governamentais de incentivo à organização de Grêmios nas esferas municipal e estadual com apoio do governo federal e fiscalização para garantia deste direito
- Criar um canal direto de diálogo e reivindicação entre Uniões Regionais de Grêmios estudantis e as prefeituras municipais, assim, os estudantes serão prioridade e participarão da gestão das políticas públicas de educação
- Criar programas governamentais municipais e estaduais incentivando a utilização de escolas nos finais de semana de modo a reafirmá-las como espaços políticos e promover a participação e formação política dos estudantes
- Garantia efetiva dos direitos; criar campos de diálogo, mudar o comportamento; crianças e adolescentes devem participar do planejamento da Conferência

• Protagonismo

- Implementar o protagonismo infanto-juvenil em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio)
- Criar uma comissão da Juventude dentro das escolas com o objetivo de discutir com a diretoria a inclusão de formação para a cidadania, na grade curricular
- Incluir no calendário anual das escolas, a realização de Conferências Lúdicas e Convencionais
- Garantir a formação política de crianças e adolescentes em espaços de educação formal e não formal, onde adolescentes e jovens sejam conscientizados de seus direitos
- Criar espaços obrigatórios dentro das subprefeituras para participação dos adolescentes nos projetos de garantia de direitos, além da garantia de interlocução entre as Secretarias para efetivação dos DCAs com a participação do Conselho Tutelar
- Incentivo à participação de adolescentes em Grêmios Estudantis nas escolas, pelas Direções da UEs, que deverão fiscalizar e apoiar

• Informação

- Promover a divulgação (Internet, escolas, jornais murais, etc) dos espaços de discussão, eventos de lazer e outros de interesse infanto-juvenil
- Criação de um observatório infanto-juvenil construído e gestado por eles, para garantir direitos, denunciar e encaminhar problemas e contribuir para que haja mudanças

• Orçamento

- Criação de espaço para participação da criança e do adolescente no Orçamento Público
- Realizar orçamento participativo “criança”

- Criar condições para que os adolescentes sejam mais participantes nas escolhas dos métodos de ensino das escolas
- Garantir a dotação orçamentária do FUMCAD para a promoção de encontros e oficinas que estimulem o protagonismo de crianças, jovens e adolescentes

EIXO V – GESTÃO DA POLÍTICA

DESAFIOS/PROBLEMAS

- Falta de recursos para serviços e programas de Assistência Social. As situações de vulnerabilidade vêm aumentando e os recursos da Assistência Social são reduzidos face a demandas crescentes (3% do Orçamento). O que dificulta é a cultura de que a Assistência Social é um favor e não um direito. Necessidade de ao menos duplicar os atuais percentuais de participação da Educação (30%), Saúde (17%) e Assistência Social (3%) no total dos recursos orçamentários do Município
- Cumprir as propostas de 2007 e 2009
- Falta de políticas voltadas às crianças e adolescentes em situação de rua e falta de articulação entre as Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social e também entre os Conselhos Setoriais
- Falta de articulação da Rede social, falta Fórum permanente de discussão, ausência de instrumentos atualizados com dados/informações da rede
- Falta de transparência à gestão pública dos recursos e pouca informação sobre a verba destinada a cada região
- O que o poder público propõe não chega às bases, nem sempre o que se faz é o que as comunidades precisam porque falta diálogo entre poder público e lideranças comunitárias
- Dificuldade de mobilização popular por falta de clareza nas informações que as pessoas recebem (linguagem não adequada), descrédito nas instituições políticas, cultura paternalista, falta de espaço na grande mídia, falta de formação política
- O Estado não tem garantido, muitas vezes, o cumprimento das leis (existe divergência entre lei e execução da lei). O poder público, enquanto instituição governamental, dificulta a realização das ações. As diferentes Secretarias não falam a mesma linguagem (falta comunicação e entendimento entre elas). Falta engajamento dos funcionários, as Secretarias não atendem adequadamente o usuário. Falta contato da população com o poder público e há dificuldade de acesso/diálogo junto à subprefeitura para reivindicar um direito. As secretarias só ouvem a população quando é feito grande estardalhaço
- Conflito entre as diversas secretarias municipais da área social e a falta de ações articuladas na implantação de políticas sociais

- Há por parte do governo e do poder público, situação de descaso, de muita morosidade para lidar com os problemas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Falta um plano municipal único que garanta a efetivação dos DCA

PROPOSTAS

- Controle e Fiscalização
 - Maior empenho e comprometimento da sociedade, de forma geral, para cobrar do poder público, a efetivação das políticas de atendimento à infância e juventude, bem como a transparência na distribuição de verbas e o controle social do uso desses recursos
 - Incentivar a existência e criação de conselhos gestores, garantindo assim maior controle social nos órgãos públicos. Formação de uma Comissão para monitorar e cobrar propostas elaboradas
 - Cobrar maior transparência e controle do uso da verba do FUMCAD e avaliar os resultados dos projetos
 - Acompanhar e avaliar a implementação do SUS
 - Criar o Portal de direitos para acompanhamento e controle da política pública da criança e do adolescente e que seja garantido pelo CMDCA e Forum Municipal
- Gestão Pública
 - Tornar mais efetivo o atendimento das políticas de atenção básica, criando uma secretaria única que envolva todos os setores da área social (educação, saúde, cultura, esportes, assistência social)
 - Criar junto à Subprefeitura, na agenda do subprefeito um dia para encontro com as escolas públicas. Criar propostas de canais de diálogo mais atrativos entre crianças e adolescentes e poder público
 - Oferecer condições para o funcionamento dos Conselhos Tutelares para que possam prestar um atendimento de qualidade. O CMDCA precisa assegurar formação continuada aos conselheiros tutelares. Estabelecer uma relação de parceria com a escola e as famílias
 - Incentivar a gestão compartilhada garantindo a autonomia das ONGs sem ingerência por parte dos gestores públicos
 - Garantir, além da democratização, estrutura descentralizada e regionalizada das secretarias
 - Garantir estrutura física e quadro de recursos humanos adequado aos serviços na educação, saúde e nas unidades de atendimento de crianças e adolescentes com direito violado
 - Retomar os serviços que foram extintos na região até que haja substituição específica (CEDECA ou equivalente, Projeto com crianças em situação de rua, convênios para cultura e esporte)
 - Criar órgão articulador de políticas, programas e projetos de garantia dos direitos, nos níveis estadual, municipal e regional, a exemplo da Subsecretaria Nacional de Direitos Humanos
- Comunicação e informação

- Usar a ferramenta SIPIA (Sistema Nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos preconizados no estatuto da Criança e do Adolescente) , implantá-la e estruturá-la nos diversos Conselhos Tutelares e outros órgãos e secretarias do Sistema de Garantia de Direitos como Banco de Dados e Política garantidora do cumprimento dos Direitos
 - Democratizar os meios de comunicação e passar informações sobre os problemas com mais clareza; utilizar os espaços públicos e comunitários
- Orçamento e destinação de verbas
 - Implementar o Sistema Integrado de Atenção à Criança e Adolescente, com diagnóstico vivo e dados do Orçamento Municipal. Realizar audiências públicas para fiscalizar o orçamento na área da criança e do adolescente
 - Inserir no plano de metas da subprefeitura e na dotação orçamentária os equipamentos sociais, bem como garantir que seja feita a prestação de contas
 - Transparência na prestação de contas do orçamento regional, democratizando o orçamento destinado a criança e ao adolescente. Criar uma comissão responsável, formada pelo Forum Regional DCA e o CT para acompanhar as deliberações do orçamento para criança e adolescente e a destinação desses recursos
 - Assegurar orçamento próprio para cada Conselho Tutelar
 - Retomar o Orçamento Participativo e o Orçamento Criança. Proporcionar formação à sociedade civil sobre o orçamento público para que a população possa exercer o controle efetivo dos gastos realizados
 - Respeitar o que preconiza o ECA sobre a destinação do FUMCAD e não usar o fundo para gastos que devem estar previstos nos orçamentos das Secretarias
 - Maior investimento dos órgãos públicos em educação, centros profissionalizantes e saúde
 - Investir na ampliação dos núcleos, NPPEs, CCAs e CJs e na construção de CEDECAs, Casas de abrigo e unidades de saúde mental
 - Destinar recursos para aumentar os equipamentos específicos relacionados à saúde da Criança e Adolescente com serviços de atendimento psicossocial, jurídico, social, ambulatorial, espaço de reabilitação para pessoas com deficiência física e CAPS
 - Participação
 - Retomada do Forum Regional visando seu fortalecimento com poderes deliberativos a respeito dos projetos de desenvolvimento local
 - Criar um Conselho Municipal com representantes do Executivo, da Sociedade Civil, Igrejas, Universidades, Empresas e Conselhos Tutelares, que possa ajudar na formulação de políticas públicas e, principalmente, no controle de sua execução e continuidade num plano de trabalho decenal.(proposta inacabada, a ser aprimorada na Conferência Municipal)

- Criar organismos com responsabilidade e compromisso, para capacitar os líderes comunitários de forma que a comunidade passe a confiar neles. Trabalhar a via comunitária que é também importante
- Políticas Públicas
 - Criar políticas públicas de planejamento familiar e de promoção da inclusão social.
 - Implementar a lei federal que determina o ECA na grade do ensino fundamental e médio, e incluir no currículo o tema "Cidadania e políticas públicas"
 - Criar Bolsa Auxílio Cultural como apoio e incentivo aos jovens para participarem de atividades culturais, constituindo-se como parte do currículo escolar
 - Implantar o projeto de lei do Passe Livre para crianças e adolescentes
 - Garantir no currículo escolar Pré Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, semestrais, para avaliação e acompanhamento das propostas para que elas realmente sejam garantidas, devendo ser acompanhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente e pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual
 - Assegurar a continuidade das políticas públicas em vigor mesmo com a mudança de governo, principalmente na política educacional. Não permitir que a criança seja aprovada sem saber ler e escrever
 - Criar comitês para elaboração de uma política integral, garantidora da totalidade dos direitos socioeconômicos, fundamentado nas deliberações de todas as Conferências. Esse comitê deve ser composto por 10% de seus delegados em cada um dos níveis de governo, Municípios, Estado e Nação, composta majoritariamente pela sociedade civil. Com responsabilidade dos Conselhos de Direitos, segmentos e fóruns
 - Formular e implantar uma política de atendimento a criança de rua, com caráter intersetorial e intermunicipal. Que a implantação e execução dessa política sejam controladas pelos três poderes e pela sociedade civil

2.6 - PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL POR EIXO TEMÁTICO – CONFERÊNCIA MUNICIPAL

EIXO I – PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

- Ampliar o orçamento destinado à cultura, esporte e lazer, de 0,5 para 5% e destinar 1% para execução de projetos que visam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente em regiões de alta vulnerabilidade social. Criar áreas de lazer, cultura e esporte com implantação de centros culturais, casas de cultura, parques aquáticos, clubes-escolas e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos já existentes no município.
- Garantir a qualidade da Educação construindo novas escolas para reduzir o número de alunos por sala de aula e assegurar vagas para toda demanda. Instituir equipes multidisciplinares nas escolas (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos) garantindo a capacitação continuada de professores e demais agentes educacionais, no que se refere ao conhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes e do seu processo de desenvolvimento. Ampliar o conhecimento dos educadores sobre o mercado de trabalho, a realidade brasileira, alunos com necessidades especiais, trabalho com jovens que cumprem medidas sócio-educativas, novas metodologias de ensino e aprendizagem e utilização dos meios de comunicação como fonte educadora. Tudo de acordo com os artigos 4º, 7º e 54 do ECA.
- Fortalecimento e implementação efetiva do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando em todos os níveis de atenção, trabalhadores com capacitação permanente na atenção à saúde da criança e do adolescente. Ampliação dos serviços de prevenção e promoção da saúde da criança e do adolescente na atenção básica (UBS e PSF) e no atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência física e mental e a dependentes químicos. Criação de mais centros de referência da saúde da criança e do adolescente e ampliação do quadro de profissionais especializados em criança e adolescente, através de concursos públicos; maior valorização dos trabalhadores da saúde a fim de garantir a qualidade no atendimento. Efetivação da educação em saúde entendendo saúde não apenas como combate a doença, mas como lazer, educação, habitação, transporte, saneamento básico, cultura, esporte, alimentação, entre outros, que garantam cidadania plena à criança e ao adolescente em sua dignidade humana, conforme preconiza o SUS.
- Implementação de Políticas Públicas nas regiões de moradia de crianças e adolescentes com as mais diversas deficiências, visando garantir sua inclusão social, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação e assegurar a capacitação dos profissionais da rede pública para atendê-los.

- Promover e articular as ações entre todas as secretarias para garantir o sistema de direitos da criança e do adolescente. Capacitar profissionais da rede sócio assistencial para atendimento das diversidades sexuais, bem como criar centros de referência e de apoio.

EIXO II - PROTEÇÃO E DEFESA NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Publicar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à violência , ao tráfico de drogas, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sob responsabilidade do Poder Público e com participação da sociedade, tendo como foco o fortalecimento da família, através da articulação de políticas públicas e trabalho intersecretarial, com a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente preconizada pelo ECA.
- Rever a política da Fundação Casa por meio da criação do Plano Estadual de Atendimento Sócioeducativo, conforme diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE), contemplando os seguintes tópicos: renovação e ampliação dos recursos humanos; capacitação profissional continuada; reformulação de estrutura física e revisão do sistema.
- Criar um centro psicossocial especializado em cada subprefeitura para acompanhamento e atendimento terapêutico especializado em crianças, adolescentes e famílias em situação de alta e altíssima vulnerabilidade social, com uma equipe multiprofissional de no mínimo: 1 coordenador, 2 psiquiatras, 4 psicólogos, 4 psicopedagogos, 4 assistentes sociais, 4 enfermeiros, 4 educadores sociais.
- Efetivação e ampliação de políticas públicas de caráter preventivo já existentes, de desintoxicação (clínica ou comunidade terapêutica) e centros de apoio psicossocial por bairro, com profissionais capacitados, em consonância com o artigo 101, inciso V e VI do ECA.
- Inserir no planejamento escolar o tema orientação sexual em salas de aula, e fazer campanhas de conscientização da população quanto à forma de fazer denúncia, com o intuito de garantir a redução do numero de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.
- Efetivar políticas públicas voltadas para as famílias em situação de risco social, com garantia dos direitos fundamentais; capacitação e acompanhamento para a formação profissional com garantia de renda para os adultos e inserção no mercado de trabalho formal. Abertura de espaço público, com profissionais capacitados (mediador de conflitos, psicólogos) e aptos a trabalhar com as famílias as questões de políticas públicas e o ECA. Esses profissionais podem ser bolsistas ou estagiários que participam do programa Escola da Família e de serviços voluntários.
- Garantir o atendimento de crianças e adolescentes de/em situação de rua através da ampliação e revisão dos CRECAs, implantando um em cada subprefeitura (existem 17 na cidade de São Paulo e são insuficientes para atender a demanda), além de melhorar o atendimento nos abrigos, visando a

preparação dos adolescentes para a inserção no mercado de trabalho, para a vida independente e para a saída da instituição.

EIXO III - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

- Efetivar e consolidar mecanismos de controle da efetivação de direitos da criança e do adolescente através de: dados sistematizados sobre equipamentos, programas, todo e qualquer serviço público relacionado à criança e ao adolescente; elaboração de Balanço Municipal pelo Poder Executivo que, inclusive, apresente com clareza, planilhas orçamentárias sobre gastos e investimento público exclusivo e indireto nos setores de criança e adolescente; criação de protocolos de exigibilidade da implementação das Resoluções do CMDCA e eventuais responsabilizações; realização de Audiências Públicas com atores do Sistema de Garantia de Direitos e responsáveis pela implementação da política e pelo seu monitoramento; implementação de um Sistema de Informação que retrate as garantias e violações de direito no âmbito regional e disponibilização dos dados.
- Que o fórum regional da criança e do adolescente tenha condições de promover na região, a capacitação de todos os atores que desenvolvem o trabalho com a criança e o adolescente, sobre o sistema de garantia de direitos (educação, saúde, segurança, esporte, assistência social, conselho tutelar, cultura e outros), com programa de formação contínua a respeito do ECA.
- Fortalecer, ampliar e capacitar os Conselhos Tutelares, divulgando o trabalho nas escolas, ONGs e Fóruns Locais, formando equipes multidisciplinares conforme lei 11.123, visando a consolidação do sistema de garantia de direitos.
- Criar mais Conselhos Tutelares para o atendimento da demanda, com destinação de recursos para o seu funcionamento efetivo e formação permanente dos Conselheiros. Garantir, aos diferentes Conselhos, o acesso aos dados informatizados.

EIXO IV - PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

- Apoiando a proposta feita na conferência lúdica, de criar programas governamentais que incentivem a organização de grêmios estudantis, propomos que simultaneamente haja eleição direta da direção escolar (ensino fundamental e médio) e que o candidato apresente, durante as eleições, um plano de trabalho em que conste: planejamento das aulas com enfoque em educação em Direitos Humanos; plano de estímulo e apoio à criação de grêmios estudantis; plano de fomento à organização popular; participação dos estudantes, inclusive do grêmio, no planejamento pedagógico escolar. O plano deve ter ligação direta com a dinâmica da região em que a escola está inserida, e deve ser submetido à votação e ao questionamento da comunidade local. Após a eleição, o plano será monitorado e avaliado

por todos os estudantes e toda a comunidade, bem como pela rede de serviços que atendem diretamente crianças e adolescentes.

- Orçamento Participativo Criança e Adolescente – “OP Criança” com o objetivo de promover a participação da criança, do adolescente e dos gestores na elaboração e fiscalização do orçamento municipal destinado às políticas públicas de proteção e defesa da criança e do adolescente. O processo deve se dar em duas fases, sendo a primeira de encontros preparatórios nas subprefeituras para capacitação das crianças, adolescentes, gestores, profissionais e sociedade civil em geral, de forma lúdica e pedagógica, a fim de destacar o funcionamento do orçamento; e a segunda, de audiências públicas nas subprefeituras e uma audiência pública municipal para discussão da peça orçamentária com poder de inclusão e alteração de recursos. A primeira fase deve ser no período de abril a agosto de cada ano e a segunda, de setembro a novembro de cada ano.
- Implementar conferências DCA permanentes, ocorrendo anualmente nas escolas, em todos os níveis de ensino (fundamental e médio), com inclusão no calendário escolar para avaliação e acompanhamento das propostas tiradas nas conferências lúdicas e convencionais DCA, com a participação dos Fóruns Regionais e demais atores do sistema de garantia de direitos.

EIXO V - GESTÃO DA POLÍTICA

- Implementar o Sistema Integrado de Atenção à Criança e Adolescente a partir do SIPIA, através da Resolução 13/1999 do CONDECA em sua reedição, com realização de audiências públicas nas regiões como base de uma política de proteção integral que incorpore as deliberações das Conferências, criando comitês de monitoramento e avaliação compostos majoritariamente pela sociedade civil, inclusive com a participação das crianças e adolescentes através de seus fóruns, com audiências públicas semestrais de prestação de contas, garantindo a efetivação da articulação inter-setorial - prazo de 45 dias.
- Elaborar legislação nos níveis de governo municipal, estadual e federal, que defina sanções políticas e administrativas aos gestores que não cumprirem as deliberações dos Conselhos de Direitos e das Conferências de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
- Criação de Plano Decenal de Proteção Integral nos níveis municipal, estadual e nacional como base para o Orçamento Criança (PPA, LDO, LOA), considerando o diagnóstico com Sistema Integrado de Informações, dados do SIPIA e deliberações das Conferências.
- Monitoramento e controle da implementação das deliberações das Conferências, através da criação de Comissões Regionais e Central (paritárias), compostas pelo CMDCA, Conselhos Tutelares, Fórum DCA, poder público, crianças e adolescentes e outros atores do sistema de garantia de direitos, com previsão de realização de pré-conferências no ano que antecede a Conferência oficial.

3 – DELEGADOS ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

3.1 – LÚDICA

TITULARES	SUPLENTES	REGIÃO
<i>Elisangela Aureliano de Oliveira</i>	Wallace Feitosa Silva	Aricanduva
Gisele Fernandes Albuquerque	Tais Jesus Silva	Butantã
		Campo Limpo
Aldrim Leôncio da Silva	Axel Ariel Tamayo	Capela do Socorro
Ketlen do Nascimento Campos	Luiz Garbosa Neto	Casa Verde
Leandro Henrique de Lima	Danilo Freitas Mendes	Cidade Ademar
Jéssica Souza Bento	Gabriel Elias Santos	Cidade Tiradentes
Fabrcio Lima da Paz	Paulo Henrique Souza de Paula	Ermelino Matarazzo
Suelen Luzia Ferreira	Amanda Barbosa da Silva	Freguesia do Ó
Adriani Aparecida Silvério	Bruna Sevilhano	Guaianases
Bianca Feliz Gonçalves	Débora Cristina Souza da Silva	Ipiranga
Caroline Sampaio da Silva	Stephanie G. Santana Benigno	Itaim Paulista
Boris Ramos Antunes	Mateus César de O Brito	Itaquera
Amanda Teila da Silva	Lisandra carvalho Cavalcanti	Jabaquara
Missyele Natalia Guedes	Caroline Lima Ribeiro da Silva	Jaçanã
Natali V. da Silva	Eliane da S. Oliveira	Lajeado
Luanara L. F. da Silva	João Pedro Zanon	Lapa
Fiama Brenda Barbosa S.	Ricardo Vilanova Nascimento	Jardim Ângela
Nayara Farias da Silveira	Diego Elias da Silva	Jardim São Luiz
Mario Junior Torrez Chavez	Elis Cristina Flavio	Mooca
Vinicius Alves Souza	Caroline Santos	Parelheiros
Luciana Maria Gomes	Andressa Alves Constanti	Penha
Francimar Souza	Fabio Rogério Nepomuceno	Perus
Íris Dias Oliveira	Fellippe Augusto Gomes	Pinheiros
Lucas dos Santos Gomes	Arthur Victor do Carmo	Pirituba
Pedro Henrique S. de Paula Higuchi	Ariel Fernando Jatobá Maia	Santana
Ana Carolina dos Santos	Brenda Ferreira da Silva	Santo Amaro
Felipe Soares Vidal	Gabriel de Castro	São Mateus
Caroline Keren Melo Mendez Mila	Pedro Henrique Peixoto	São Miguel
Matheus Henrique	Rafael Tiago dos Santos	Sé
Amanda Roberta P Favaro	Brian Costa e Silva	Sapopemba
João Vitor Silva de Souza	Wesley Nicolas Alvez	Vila Maria
Bruna Gabrielly P. dos Santos	Alan Garcia Borgatta	Vila Mariana
Bruna Rodrigues da Silva	Raquel Teodoro Oittica	Vila Prudente

3.1 – CONVENCIONAL

TITULARES	SUPLENTE	REGIÃO
<i>Sandra Rosa Silva Carvalho</i>	Renato da Silva	Aricanduva
Juliana da Silva Santos		
Luis Alberto Silva Santos	Ana Carmo de Souza	Butantã
Keila Mendes de Souza	Geciane Fco Rodrigues Barros	
Edilene Silva de Jesus	Marcelo Louverde M. Silva	Campo Limpo
André Luiz de Souza	Claudia Barbosa Santiago	
Carlos Alberto da Silva	Antonio Carlos H. Ramalho	Capela do Socorro
João Neres	Elânia Lima Silveira	
Maria Lúcia Correia de Paula		Casa Verde
Shirlei de O. Noel Santos		
Mauricy Marini Horikawa	Geraldo Henrique	Cidade Ademar
Lucinete Alves de Lima Santos	Mônica D. Paiva Silva	
Flávio Andrade dos Santos	Luciene Ribeiro Soares	Cidade Tiradentes
Valéria Paganelle	Thaysa Cristina de Almeida	
Geisa Mauricio F. da Silveira	Maria José Firmino B. Santos	Ermelino Matarazzo
Adriana Barros Poveda		
Andréa Teixeira dos Santos	Ruth Raquel dos Reis Sovalli	Freguesia do Ó
Hilda Carolina dos Santos	Magada dos Santos	
Katiele C. Felipe	Ireldo Alves da Silva	Guaianases
Celso de Melo Leite	Genauria Carlos de Faria	
Renato Carlos Líbano	Juliano Pereira Trindade	Ipiranga
Luciano Rocha dos Santos	Celso Ferreira dos Santos	
Anderson Migri da Cunha	Robson Salles	Itaim Paulista
Erick Silva dos Santos	Lídia Ribeiro Silva	
Ubimara da Silva Ding	Abadia H. Santos	Itaquera
Tharcisio Duarte R. Armazan	Débora do Nascimento	
Ana Cristina de Souza Elias	José Carlos Antônio	Jabaquara
Maria Lucia da Silva	Eliane Cristina Brito Almeida	
Thais de Sá Rodrigues Leite	Aparecido Viana Rodrigues	Jaçanã
Soraia Machado de Souza	Juliana Kamashiro	
Christian Santana Duque	Décio Yoshikaio Hatakeima	Lajeado
Josineide de Oliveira Araujo	Francisca Aparecida Felix	
Julio César Marques Costa	Maria de Fátima Mendonça	Lapa
Vitória Keiko Vassoler	Valéria da Silva Reis Ribeiro	
Marcio Vidal Marinho	Jaqueline Carolina dos Santos	Jardim Ângela
Gisleide dos Santos	Valquiria Maria Garcez Carvalho	
Paulo Joaquim de Melo Junior	Maria José Martins	Jardim São Luis
Tais de Jesus Cambuí	Maria Aparecida Barbosa Santo	

TITULARES	SUPLENTE	REGIÃO
Elaine da Silva Bezerra	Rutomarlos Jesus de Oiveira	Mooca
Liane Prado Brandet	Denize Alves da Silva Ribeiro	
Samuel Gabriel	Tiago Alberto Moreira	Parelheiros
Ana Paula Welsch	Kátia Aparecida Gomes	
Eliana Maria Feliciano	Loidemyriam Bielecky dos Santos	Penha
Maria do Céu Vara Macedo Oliveira		
Carlina Henrique da Silva	Cacilda Santana Modesto	Pinheiros
Max Muratório de Macedo		
Gilson Aureliano dos Reis	Euripedes Gonçalo da Silva	Pirituba
José Aparecido da Silva	Aida Kazue Matsumoto	
Maria de Lourdes do Carmo Pessoa	Alan Francisco Carvalho	Santana
Vera Lucia da Silva	José Thiago Rodrigues da Silva	
Luciana Alves dos Santos	Aline Olimpio Flavio	Santo Amaro
Rogério da Silva Costa	Sueli Anízio dos Santos	
Flariston F. da Silva	Andréia Priscila S. Veríssimo Faria	São Mateus
Danilo Scalabrni	Nilza Aparecida Rocha	
Ivonete da Silva	Berenice de Moura Silva	São Miguel
Neuza Avelino da Silva Melo	Edna Aparecida Ferreira de Oliveira	
Maria Doralina Mancini	Marcos Peres da Silva	Sapopemba
Matias Vieira	Ivonete Soares dos Santos	
Elinéa Meira Martins	Kátia Maria Chaves Prado	Sé
Rafael Martins	Lucimara Martins de Azevedo	
Enio Francisco Rosa	Priscila Theodoro	Vila Maria
	Antônio Galvão Neto	
Flavia de Almeida Dias	Luiz Eduardo Rodrigues Novaes	Vila Mariana
Edson G. P. O. Silva	Roberta Freitas Lemos	
José Hamilton Alves de Oliveira	Adriana Tiburcio da Silva	Vila Prudente
Renato da Conceição Gomes	André Ferreira da Silva	

4 - MOÇÕES APRESENTADAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

No decorrer da Conferência Municipal foram encaminhadas à mesa, um total de 44 moções, classificadas de acordo com a especificação no título do documento. São 8 moções de apoio, 3 de aplauso, 27 de repúdio, 2 de reivindicação e 4 de indicação. Todas atendem a exigência de ter, no mínimo, 30 assinaturas de delegados, cujo número está registrado no título de cada moção.

Nº 1 - MOÇÃO DE APOIO (69 ASSINATURAS)

Nós delegados da VIII Conferência Municipal DCA reunidos na cidade de São Paulo, no Anhembi, em 30 e 31 de julho de 2009, vimos através da presente moção, reiterar a solicitação ao CMDCA para a criação de um novo Conselho Tutelar para atendimento da região do Ipiranga.

Considerando que nas Conferências Regional e Municipal anteriores já foram levantadas estas demandas ainda não atendidas.

Considerando as atribuições do CMDCA previstas na legislação municipal.

Considerando as deliberações do CONANDA que norteiam as decisões dos CMDCA municipais, prevendo a criação de um Conselho Tutelar na proporção de um Conselho para cada duzentos mil habitantes.

Nº 2 - MOÇÃO DE APOIO (62 ASSINATURAS)

Nós participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2009, apoiamos o projeto de Resolução Nº 11 de 2007, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que cria a Comissão Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente.

O presente projeto pretende criar a Comissão Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente, com competência para opinar sobre proposições e assuntos que digam respeito à defesa da criança e do adolescente, entre outras atribuições.

Apesar da vasta legislação, o quadro de descaso e ofensa para com os direitos da criança e do adolescente tem sido constantemente denunciado pelos órgãos de comunicação e testemunhado por qualquer um que transite pelos semáforos das grandes cidades.

Sabe-se ainda que, lamentavelmente, no Brasil, há crianças e adolescentes que trabalham em lixões, comércio ambulante, lavouras de cana-de-açúcar, pedreiras, serviços de olaria e cerâmica, oficinas mecânicas, na pesca e avicultura, além daqueles que, vítimas da marginalização, estão a serviço do tráfico de entorpecentes, da exploração sexual, dos conflitos armados e outras atividades ilícitas.

É dever de qualquer país que almeja um desenvolvimento digno e coerente garantir a prevenção e a erradicação de qualquer forma de trabalho infantil, bem como a proteção dos direitos do trabalhador adolescente conforme a lei.

A Constituição Federal reza que cabe ao poder público, bem como à família, assegurar à criança e ao adolescente, entre outros direitos, o direito à saúde, à educação, à dignidade e à liberdade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

Nº 3 - MOÇÃO DE APOIO (30 ASSINATURAS)

Nós, delegados e moradores do distrito do Grajaú, solicitamos o apoio das (os) delegadas (os) presentes nesta VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a criação de uma nova subprefeitura no distrito do Grajaú com orçamento próprio e que não prejudique ou diminua o orçamento atual de qualquer outra subprefeitura.

A região do Grajaú possui hoje, um alto índice populacional e de vulnerabilidade social, é notória a necessidade da criação desse equipamento, pois a subprefeitura da Capela do Socorro não comporta as necessidades dos três distritos (Socorro, Cidade Dutra e Grajaú) que conta com mais de 700 mil habitantes.

Nº 4 - MOÇÃO DE APOIO (34 ASSINATURAS)

Nós, delegados e moradores do distrito de Parelheiros, solicitamos o apoio dos delegados e observadores presentes nessa VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetivação da proposta de campanha política da última eleição que foi a construção de um hospital na região de Parelheiros, onde equipamentos ligados a saúde não comportam a demanda e não há especialistas desta área, tendo a população que se locomover por uma distância grande para acessar as especialidades, sendo esta locomoção técnica defasada e ineficiente para a população desta região.

Nº 5 - MOÇÃO DE APOIO (33 ASSINATURAS)

Nós, delegados e moradores do distrito de Parelheiros, solicitamos o apoio dos delegados presentes nessa VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente para a extensão da linha de trem Osasco-Grajaú, sendo que há uma linha desativada que passa por toda a região de Parelheiros.

A região hoje sofre com um transporte precário e de baixa quantidade, já que o total da demanda de usuários é bem maior, sendo assim os jovens da região perdem oportunidades tanto de trabalho quanto de cursos profissionalizantes importantes para capacitação e para a melhoria da qualidade de vida dos jovens já que residem em uma área do extremo sul de São Paulo e de difícil acesso.

Nº 6 - MOÇÃO DE APOIO (101 ASSINATURAS)

Esta moção visa solicitar apoio ao Poder Público Executivo Municipal para adequação de infraestrutura e estrutura dos 37 Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo para que os conselheiros tutelares efetivem o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e promovam com excelência a defesa dos direitos como preconiza o ECA.

Nós, delegados da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, abaixo assinamos.

Nº 7 - MOÇÃO DE APOIO (38 ASSINATURAS)

Nós, delegados e moradores do distrito de Parelheiros, solicitamos o apoio dos delegados e observadores presentes nessa VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a criação de mais um Conselho Tutelar na região de Parelheiros.

A região apresenta hoje um alto grau de vulnerabilidade social e alto índice de homicídios na juventude, haja vista que o 1º semestre de 2008 foi o maior índice de homicídios na cidade de São Paulo e também um alto índice de gravidez na adolescência.

Nº 8 - MOÇÃO DE APOIO (30 ASSINATURAS)

Nós, delegados e moradores do distrito de Grajaú, solicitamos o apoio dos delegados e observadores presentes nessa VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a criação de mais um Conselho Tutelar na região do Grajaú.

A região do Grajaú apresenta hoje um alto grau de vulnerabilidade social e é extremamente extensa e populosa (mais de 400 mil habitantes) e deve haver um Conselho Tutelar para cada 200 mil habitantes.

Nº 9 - MOÇÃO DE APLAUSO (31 ASSINATURAS)

Nós adolescentes da VI Conferência Lúdica Municipal da cidade de São Paulo, aplaudimos os organizadores da Conferência por ter garantido a realização da Conferência, mesmo com todos os problemas que a prefeitura causou.

Sem mais, subscrevemos.

Nº 10 - MOÇÃO DE APLAUSO (31 ASSINATURAS)

Nós, delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, aplaudimos a atuação do CMDCA/SP, da Comissão Central Organizadora e das Comissões Regionais, que mesmo com todos os problemas que a PMSP causou está sendo realizada esta Conferência de forma representativa.

Sabemos que tivemos muita dificuldade, mas acima de tudo, acreditamos que poderemos fazer muito mais, pois para defender apenas uma causa estamos e sempre estaremos unidos e firmados no pacto da defesa da criança e do adolescente no Brasil.

Temos divergências, porém temos um sonho: “A construção de um mundo melhor, para e com as nossas crianças e adolescentes.”

Sem mais, subscrevemos.

Nº 11 - MOÇÃO DE APLAUSO (30 ASSINATURAS)

Nós, delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, aplaudimos a sociedade civil que participou de maneira efetiva em todo processo, desde as Regionais até a Municipal, dando um exemplo de cidadania.

Sem mais subscrevemos.

Nº 12 - MOÇÃO DE REPÚDIO (84 ASSINATURAS)

Nós delegados, participantes, observadores e sociedade civil, repudiamos as ausências das secretarias da educação, cultura, esporte e lazer, nesta conferência que deliberará sobre o plano decenal de políticas públicas para garantia de direitos e acesso aos bens de formação da cidadania plena.

Reivindicamos que esta moção seja entregue aos respectivos secretários para cumprimento do plano decenal e participação efetiva nas próximas conferências, assim como justificar a razão do descaso a este exercício de democracia, aos delegados.

Nº 13 - MOÇÃO DE REPÚDIO (64 ASSINATURAS)

Moção de repúdio a alteração da empresa de alimentação (almoço) do dia 30/7/2009.

Obs.: Na qualidade de delegada (os) representantes da criança e do adolescente, observamos a queda na qualidade de alimentação.

Nº 14 – MOÇÃO DE REPÚDIO (35 ASSINATURAS)

Nós delegados da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não merecemos estar aqui para ficar ouvindo propaganda política, usando as dificuldades de nossas crianças, juventude e em nome dos usuários em geral. E sim que se façam propostas políticas para a criança, adolescentes e os usuários.

Nº 15 - MOÇÃO DE REPÚDIO (32 ASSINATURAS)

Nós, delegados participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, legítimos representantes das Regiões Administrativas do Município de São Paulo, repudiamos o descaso com a população infantil e adolescente por parte do poder executivo, especialmente na figura do Sr. prefeito Gilberto Kassab, devido à insuficiente oferta do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS infantil para atender a demanda da cidade de São Paulo, o que demonstra um evidente descaso com as crianças e adolescentes, desrespeitando preceito constitucional que determina, no art.227, a prioridade absoluta aos menores de 18 anos na elaboração e execução das políticas públicas.

Nº 16 - MOÇÃO DE REPÚDIO (42 ASSINATURAS.)

Nós, delegados participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estamos indignados quanto à forma de implementação do CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social), previsto no município de São Paulo que, segundo o prefeito Kassab, serão 16 (dezesesseis) até o final de dezembro de 2009. Por enquanto foram implantados 2 (dois), um na região da Sé e outro na região de Sapopemba e Vila Prudente, que apesar dessa pouca efetivação, ainda assim, esses dois CREAS estão sem condições adequadas de infraestrutura para seu funcionamento, não conseguindo assim cumprir com a sua importante atribuição prevista no SUAS.

Nº 17 - MOÇÃO DE REPÚDIO (31 ASSINATURAS)

Nós, delegados participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, repudiamos a atitude da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, por tratarem de forma desrespeitosa as Conferências Regionais e Municipais, não dando a oportunidade de uma organização melhor de infraestrutura, tais como alteração de datas em cima da hora e transporte.

Sem mais, subscrevemos;

Nº 18 - MOÇÃO DE REPÚDIO (34 ASSINATURAS)

Nós, delegados representantes da Região de Sapopemba, participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, com apoio de todos delegados e participantes desta Conferência, repudiamos o descaso com a Região por parte do Poder Executivo Municipal, pois apesar de possuir um índice populacional com mais de 300 mil habitantes não há, ainda, iniciativa deste município no sentido de pensar políticas públicas que atendam as especificidades da localidade, não havendo uma SUBPREFEITURA na Região, a fim de promover a descentralização administrativa e facilitar a interlocução da sociedade civil com o poder público municipal.

Nº 19 - MOÇÃO DE REPÚDIO (33 ASSINATURAS)

Nós, delegados representantes da Região de Sapopemba, participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, com apoio de todos delegados e participantes desta Conferência, repudiamos o descaso com a Região por parte do Poder Executivo Municipal, que apesar da longa e intensa mobilização local, responsável pela conquista do terreno, até o presente momento não foi realizado, ainda, a obra de construção do Posto de Saúde para atender a população da Região do Pró-Morar, cuja população tem dificuldades para fazer valer seu direito à saúde visto que se localizam em lugar intermediário, que não tem cobertura no atendimento.

Nº 20 - MOÇÃO DE REPÚDIO (32 ASSINATURAS)

Nós, da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente viemos, por meio desta, repudiar a comissão central e o CMDCA pela falta de organização com o transporte para os delegados, pois delegações vieram de ônibus de linha porque o ônibus fretado pelo CMDCA não foi buscá-los nas subprefeituras conforme o combinado.

Nº 21 - MOÇÃO DE REPÚDIO (32 ASSINATURAS)

A VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi uma decepção e um desrespeito aos presentes. Nós nos sentimos totalmente negligenciados em diversos aspectos:

Tivemos apenas um dia para discussão e nenhum dos anais das conferências anteriores, não podendo conferir o que foi feito e deixado de fazer.

O atraso dos ônibus que trariam crianças e adolescentes, e a ausência desse recurso em algumas regiões. A prefeitura e o CMDCA que organizam a conferência têm a obrigação de possibilitar a mobilidade dos conferencistas.

O excesso de apresentações culturais que tomaram o tempo de muitas discussões e a falta de respeito da mesa, que ignorou os pedidos de jovens que vieram participar das discussões para adiar as apresentações para o fim da plenária, alegando que os grupos de apresentação haviam sido convidados.

A forma como a mesa prosseguiu com a aprovação do regimento interno, pois além de em alguns momentos ignorar esclarecimentos, foi bastante difusa e desorganizada, gerando dúvidas e falta de entendimento quanto ao que estava sendo votado, conduzindo processos de votação com legitimidade altamente questionável.

Algumas salas que foram disponibilizadas para as oficinas permaneceram sem luz durante toda a discussão.

Devido à série de atraso do cronograma as discussões ficaram com um tempo bastante reduzido, e em algumas oficinas dinâmicas foram realizadas diminuindo ainda mais o tempo de debate. Quando alguns jovens se manifestaram, pedindo cancelamento da dinâmica, foram mais uma vez ignorados.

Essas são só algumas reclamações que consideramos principais, pois negam o objetivo de estarmos aqui reunidos. A conferência lúdica foi mais uma vez tratada como algo inferior à convencional, e as crianças, adolescentes e jovens, considerados seres incapazes de lutar pelos seus próprios direitos.

Nº 22 - MOÇÃO DE REPÚDIO (30 ASSINATURAS)

Os delegados da região Sé repudiam a desorganização em relação ao transporte designado para atender a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009.

O motivo do repúdio se deve a: atrasos, falta de ônibus, falta de comunicação com o CMDCA, em especial ao grupo AFROMIX/CCA Carmo.

Nº 23 - MOÇÃO DE REPÚDIO (44 ASSINATURAS)

Nós delegados das regiões de São Miguel Paulista e Itaim Paulista, após a leitura dos anais de 2007 e exercício do ato de conferir, declaramos que nenhuma das propostas foi executada até a presente data e, o que muito nos indigna, ainda houve um retrocesso referente à verba de alimentação, redução da maioria penal, AMA, UBS, postos de saúde, especialidades médicas para crianças e adolescentes e habitação.

Sabemos que a dificuldade encontrada foi o descaso do Poder Público, infringindo as leis que garantem a prioridade da criança e do adolescente.

Reiteramos ainda, o nosso repúdio ao descaso nas conferências Regionais e Municipais Lúdicas e Convencionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois o nosso ato de conferir foi prejudicado

pela falta dos anais de 2007, péssima alimentação e falta de acesso aos transportes de algumas delegações.

Nº 24 - MOÇÃO DE REPÚDIO (32 ASSINATURAS)

Conhecemos e afirmamos a legitimidade dos delegados presentes na VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e de forma alguma colocamos em dúvida a sua importância e capacidade. Temos firmeza ao afirmar que nos sentiremos extremamente bem representados por esses. Porém, nós como observadores nos sentimos negligenciados na decisão tomada na plenária de proibir que moções assinadas por observadores possam ser encaminhadas para a plenária.

Independentemente da condição de participantes sem direito a voto, somos participantes do processo de conferência e temos críticas e reivindicações que não podem ser ignoradas. A conferência, como símbolo da democracia, não pode permitir que pessoas sejam inibidas, ou que percam seu direito de opinar. A partir do momento que a plenária nega a legitimidade das assinaturas dos observadores, nega a sua legitimidade na conferência e se torna contraditória aos princípios a partir dos quais o ECA foi elaborado.

Nº 25 - MOÇÃO DE REPÚDIO (30 ASSINATURAS)

Nós adolescentes da VI Conferência Lúdica Municipal da cidade de São Paulo, repudiamos a Secretaria Municipal de Participação e Parceria que não providenciou de modo igualitário o transporte para as regiões.

Sem mais subscrevemos.

Nº 26 - MOÇÃO DE REPÚDIO (51 ASSINATURAS)

Dentro da nossa sociedade a punição é sempre para onde encaminhamos um cidadão que comete um crime. Quando vemos algum ato inconstitucional, costumamos cobrar os deveres antes de garantir os direitos primordiais do cidadão. Vemos que o aumento no número de prisões, não acompanha a construção de escolas e espaços de lazer. Essa contradição é prejudicial para toda a sociedade, mas interfere sobretudo, na criança e adolescente, que estão em processo de formação e necessitam de cuidados especiais.

A reclusão do adolescente e da criança não funciona como instrumento de reeducação ou forma de retomar os direitos que a ele foram negligenciados. Estamos diante de punições que ferem os próprios direitos humanos; o princípio de reter um indivíduo está associado a fornecer meios de reintegrá-lo à sociedade.

Vemos uma carência no sistema penitenciário do Brasil, tanto no que se refere ao seu funcionamento, quanto na sua proposta. Desta forma, não vemos como um adolescente ou criança, que passa por um momento de desenvolvimento, privado de seus direitos pode de alguma forma ser colocado nesse tipo de instituição.

Nós como delegados, observadores e participantes, de uma conferência de direitos e deveres da criança e do adolescente, devemos manifestar nosso repúdio a redução da maioridade penal, que fere os princípios do ECA e coloca o jovem como indivíduo sem possibilidade de ser reiterado pela sociedade.

Nº 27 - MOÇÃO DE REPÚDIO (69 ASSINATURAS)

As conferências deveriam defender uma maior participação das crianças e adolescentes nas políticas públicas já que são voltadas para eles. Mas como falar em protagonismo juvenil e participação política se adolescentes e crianças são mal representados nas próprias conferências?

Enquanto são eleitos 34 delegados adolescentes e somente duas crianças para a Conferência Lúdica Estadual, saem da Conferência Convencional Municipal, rumo à estadual, nada menos do que 85 delegados adultos. O número de representantes adultos é maior do que o dobro de representantes adolescentes, e mais de 42 vezes maior do que o número de representantes das crianças. Oitenta e cinco adultos escolhidos por outros adultos, representam mais as crianças e adolescentes do que as próprias crianças e adolescentes?

Não bastasse isso, os adolescentes eram visivelmente bem mais numerosos na Conferência Lúdica do que os adultos na Conferência Convencional, uma conferência esvaziada na qual os observadores adolescentes foram impedidos até mesmo de assinar moções. Essa conferência esvaziada tem, no entanto, dois dias a mais do que a Conferência Lúdica. Devido ao pouco tempo que têm, os adolescentes e crianças não podem conferir as políticas públicas a partir dos anais de 2007, só os adultos conferem.

As crianças e adolescentes não aprovam em sua plenária a paridade entre o número de delegados adultos e o de adolescentes por medo de que o CONDECA e o CMDCA não respeitassem sua decisão e não pagassem pela estadia e transporte de todos os delegados, como já aconteceu. Enquanto tivermos medo, formos oprimidos por decisões de órgãos que não nos representam propriamente e não tivermos total apoio da prefeitura de São Paulo e do CMDCA às nossas decisões e propostas as conferências não serão instrumentos reais de democracia ou de participação política juvenil.

Acreditamos que as Conferências, Lúdica e Convencional poderiam ocorrer ao mesmo tempo com grupos de discussão separados, mas plenária conjunta, o que estenderia e igualaria o tempo de ambas, além de proporcionar grande troca de experiências. Reivindicamos a maior participação de

adolescentes na organização das conferências e a paridade entre o número de delegados adultos e adolescentes eleitos para as conferências estaduais.

Nº 28 - MOÇÃO DE REPÚDIO (38 ASSINATURAS)

Nós, crianças e adolescentes, concluímos como falta de respeito a queda de energia elétrica nas tendas de debate, o que foi prejudicial para o desenvolvimento da atividade.

A estrutura não foi favorável devido à sonoridade encontrada no ambiente.

Nº 29 - MOÇÃO DE REPÚDIO (48 ASSINATURAS)

Nós delegados da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo manifestamos indignação pela terminologia adotada pelos membros da mesa e pelo regimento interno. Ninguém explicou o que era moção.

Nº 30 - MOÇÃO DE REPÚDIO (43 ASSINATURAS)

Nós, da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, viemos por meio desta repudiar o toque de recolher para crianças e adolescentes, aderido por várias cidades do interior de São Paulo, pois é inconstitucional, fere o direito de ir e vir. O toque de recolher não passa de uma punição para crianças e adolescentes, quando na verdade, quem deveria ser punido são os responsáveis que permitem que essas crianças e adolescentes estejam na rua.

Nº 31 - MOÇÃO DE REPÚDIO (58 ASSINATURAS)

Nós delegados participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, repudiamos o Senado Federal assim como a sua Comissão de Constituição e Justiça, por aprovar a redução da maioria penal, apesar da evidente inconstitucionalidade, por modificar cláusula pétrea, assim considerada a norma do art. 228 da Constituição Federal. Repudiamos, ainda, a articulação política realizada, por parlamentares de todo Brasil, inclusive de São Paulo, para promover a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de possibilitar o aumento do tempo de internação de adolescentes para que se permita legalmente exceder a duração de 3(três) anos.

Nº 32 - MOÇÃO DE REPÚDIO (36 ASSINATURAS)

Nós participantes da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, repudiamos o “Toque de Recolher”, medida adotada por algumas cidades do Estado de

São Paulo, que priva o direito de ir e vir do cidadão adolescente, com a falsa impressão de diminuir a violência, ferindo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do adolescente, usurpando o poder familiar, constringendo os adolescentes quando são obrigados a serem transportados em viaturas e expostos na grande mídia como exemplo aos demais adolescentes.

Que ao completar 19 anos, o ECA possa ser referência mundial na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, que o direito seja a pauta do debate nacional e não fatos lamentáveis como o “TOQUE DE RECOLHER”, ou a REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.

Nº 33 - MOÇÃO DE REPÚDIO (31 ASSINATURAS)

Nós delegados da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, repudiamos a falta de organização da Comissão organizadora dessa conferência referente ao regime de votação entregando os crachás na mesa. Entendemos que assim tumultuou o processo e perdemos muito tempo, atrasando o processo de discussão dos eixos temáticos.

Nº 34 - MOÇÃO DE REPÚDIO (31 ASSINATURAS)

Nós, delegados participantes da VIII Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, nos manifestamos contra a TOTAL FALTA DE METODOLOGIA para a realização do Ato de CONFERIR a política pública existente no município de São Paulo. A total falta de facilitador dos trabalhos nas oficinas, a ausência de sistematização de dados a fim de informar-nos, legítimos representantes da sociedade civil, sobre a realidade da política existente hoje e assim podê-la comparar com a situação do município em 2007, quando da aprovação das propostas constantes dos anais da última Conferência, além do que se reservou pouco tempo para esta tão importante discussão, o que, por fim, demonstra a falta de empenho de dinheiro público para a METODOLOGIA contratada pelo CMDCA de São Paulo, que, embora entendemos ser fundamental para bons resultados nesse processo de Conferências, demonstrou encontrar-se em plano secundário de prioridade quando da idealização desta VIII Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo.

Nº 35 - MOÇÃO DE REPÚDIO (48 ASSINATURAS)

Nós delegados da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, repudiamos a ausência do prefeito Gilberto Kassab, pois seria muito importante que ele ouvisse todas as opiniões e sugestões.

Nº 36 - MOÇÃO DE REPÚDIO (33 ASSINATURAS)

Nós delegados da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, repudiamos a falta de organização da comissão central relativo ao atraso da comida e ao descaso com a criança e o adolescente e a falta de material, etc.

Nº 37 - MOÇÃO DE REPÚDIO (129 ASSINATURAS)

Consta no Regimento Interno da VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no capítulo VI – dos objetivos, Artº 11:

“É objetivo geral, deliberar sobre a construção da diretriz da política e do plano decenal de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Bem como, emitir parecer, depois de conferir, sobre as medidas tomadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo diante do que foi deliberado na VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Dada a definição que se tem do ato de conferir, vimos através desta moção demonstrar o nosso repúdio ao descaso com que as crianças e os adolescentes da Cidade de São Paulo foram tratados, pois não lhes foram entregues os anais da Conferência de 2007 para que pudessem, como está escrito no próprio Regimento Interno, “conferir, sobre as medidas tomadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo diante do que foi deliberado na VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Pedimos que as devidas providências sejam tomadas para que nas próximas conferências tenham os anais da conferência anterior, assim, as crianças e adolescentes poderão exercer o ato de conferir.

Nº 38 - MOÇÃO DE REPÚDIO (68 ASSINATURAS)

Moção de repúdio à Comissão Central da VI Conferência Lúdica Municipal e VIII Conferência Municipal de Direitos da Criança e do adolescente e ao CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, face às absurdas ações abaixo relatadas:

Irresponsabilidade com relação à disponibilização de ônibus para o transporte de crianças, adolescentes e adultos, para a participação em ambas as conferências;

Incompetência na condução das mesas de deliberação e aprovação dos Regimentos Internos – na Conferência Lúdica, o mediador não se reportou ao seu papel, conduzindo as discussões a partir de “em minha opinião”, o que induzia os participantes, bem como desconsiderou diretrizes como o tema das Conferências no que se refere ao Plano Decenal e a faixa etária relativas aos adolescentes, arredondando 17 anos, 11 meses e 29 dias para 18 anos, em total contradição com a lei 8069 – ECA.

Na VIII Conferência, a mesa perdeu, possibilitando discussões pelo decorrer do dia todo, em prejuízo das discussões principais, que são o Conferir e Propor.

Incoerência no que é dito e nas ações, onde se percebe que a fala de militância na defesa dos direitos da criança e do adolescente, são esquecidas quando da realização da mais importante ocasião de participação popular, que são as Conferências e quando o total desinteresse dos organizadores provoca a distribuição das pastas vazias, sem qualquer subsídio para as discussões - nem os anais das Conferências de 2007, sequer a sistematização das propostas elaboradas nas Conferências Regionais, impossibilitando qualquer avaliação de execução, bem como o referendo das proposituras de 2009.

Insensibilidade na escolha do local da realização das Conferências, escolhendo espaço insalubre, em flagrante desrespeito aos participantes, expondo-os ao frio e à umidade.

Menosprezo em relação às crianças, adolescentes e adultos quanto ao fornecimento do almoço, servido em embalagens deformadas, com parte dos alimentos de difícil identificação, bem como quantidade de arroz excessiva, que dispensados pelos participantes, eram jogados nos latões de lixo, caracterizando o pouco comprometimento com o dinheiro público.

Restam-nos duas reflexões: Que Comissão Central é essa? Que Conselho é esse?

Nº 39 - MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO (87 ASSINATURAS)

Nós, os delegados desta VIII Conferência Convencional Municipal da Criança e do Adolescente (2009), diante do necessário conjunto de dados para avaliação e análise das informações constantes dos Anais da VII Conferência Convencional da Criança e do Adolescente da mesma região, manifestamos o repúdio frente à impossibilidade de realizar o ato de conferir, conforme segue.

É notória a necessidade de se adotar parâmetros quantitativos e qualitativos de implementação e para posterior análise sobre a eficácia das políticas públicas. Os parâmetros, por sua vez, devem compor planos de operacionalização da normativa, no caso, referente aos direitos de crianças e adolescentes.

Cumpramos salientar a responsabilidade de a Municipalidade disponibilizar balanços de Metas para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo com informações referentes às particularidades de cada região.

É possível fazer um ato de conferir, a rigor, genérico, de informações como, por exemplo, as relacionadas aos equipamentos escolares (Eixo Orçamento), no entanto, são inexistentes os documentos oficiais que possibilitam a análise da efetivação dessas deliberações regionais.

Sendo assim, manifestamos a necessidade de outro modelo de conferência, dentro do qual ensejamos algumas ações, nos termos da normativa constitucional e infra-constitucional que assegura o processo democrático com participação popular e reivindicamos:

Realização de Audiências Públicas com os atores do Sistema de garantia de Direitos responsáveis pela implementação da Política;

Elaboração de Balanço Municipal pelo Poder Executivo que, inclusive, apresente, com clareza de leitura, planilha orçamentária exclusiva e indireta de investimento público nos setores da infância e juventude;

Análise da implementação das Resoluções do CMDCA;

Elaboração do Plano de Proteção Integral.

Nº 40 - MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO (31 ASSINATURAS)

Considerando os inúmeros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que ocorrem na cidade de São Paulo;

Considerando a falta de políticas públicas para o enfrentamento do fenômeno;

Considerando que a construção do Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes por comissão mista, sociedade civil e governo, foi concluída no segundo semestre de 2008;

Considerando que o Plano já foi aprovado pelo CMDCA;

Considerando que só após sua publicação o Plano será transformado em política pública,

Reivindicamos a imediata publicação do referido Plano para que seja a política pública municipal de enfrentamento à violência sexual, inclusive com destinação de recursos para efetivação das ações propostas nos diferentes eixos.

Nº 41 - MOÇÃO DE INDICAÇÃO (31 ASSINATURAS)

Nós delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, indicamos ao CMDCA/SP que seja realizada a escolha de dois adolescentes (um menino e uma menina) no II Encontro Lúdico Municipal, para efetivamente acompanhar os trabalhos do CMDCA/SP como representantes de crianças e adolescentes na mesa do CMDCA/SP.

Sua atuação será com direito a voz, pois o voto consiste na perda da inviolabilidade penal que gozam as crianças e adolescentes. Dessa forma não alimentando o discurso e a forma de quem quer reduzir a maioria penal. **RETIFICAMOS:** Somos absolutamente contra tirar o direito de sorrir de nossas crianças e adolescentes, portanto, somos contra redução da maioria penal.

A presença desses dois adolescentes no Conselho de Direitos será subsidiada financeiramente pelo Programa Bolsa Trabalho em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho.

Sem mais subscrevemos.

Nº 42 - MOÇÃO DE INDICAÇÃO (30 ASSINATURAS)

Nós delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, indicamos ao CMDCA/SP que a Secretaria responsável pela infraestrutura das Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes garanta com data de seis meses de antecedência toda a parte burocrática (licitações, pregões e concessões) para que as Conferências Regionais possam ser melhor preparadas, para maior mobilização e conscientização da Comunidade.

Sem mais subscrevemos.

Nº 43 - MOÇÃO DE INDICAÇÃO (30 ASSINATURAS)

Nós delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, indicamos ao FMDCA/SP que construa diretrizes de política com os Fóruns Regionais e com o CMDCA/SP para que auxilie e oriente de forma descentralizada a militância da área da Infância e Juventude de São Paulo.

Sem mais subscrevemos.

Nº 44 - MOÇÃO DE INDICAÇÃO (31 ASSINATURAS)

Nós delegados (as) da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo, indicamos ao CMDCA/SP que seja realizado o II Encontro Lúdico Municipal, no ano de 2010, a fim de reunir os delegados (as) adolescentes e outros para acompanhar a implementação das propostas aprovadas na VI Conferência Lúdica Municipal, para a preparação do II Encontro Lúdico Estadual e outros encaminhamentos necessários.

Sem mais subscrevemos.

ANEXO

Tabela 1

Número de participantes das conferências regionais e municipal por grupo etário e região

REGIÃO	CONFERÊNCIAS REGIONAIS			CONFERÊNCIA MUNICIPAL		
	Crianças e Adolescentes	Adultos	TOTAL	Crianças e Adolescentes	Adultos	TOTAL
Aricanduva	266	59	325	6	4	10
Butantã	319	97	416	28	8	36
Campo Limpo	380	73	453	0	5	5
Capela do Socorro	389	63	452	17	32	49
Casa Verde	190	35	225	4	3	7
Cidade Ademar	358	110	468	22	14	36
Cidade Tiradentes	320	170	490	46	21	67
Ermelino Matarazzo	240	20	260	16	7	23
Fó/Brasilândia	240	60	300	54	13	67
Guaianases	239	130	369	13	17	30
Ipiranga	250	100	350	13	14	27
Itaim Paulista	250	280	530	21	23	44
Itaquera	341	109	450	20	14	34
Jabaquara (*)	63	88	151	5	6	11
Jaçanã	266	102	368	16	13	29
Lajeado	147	81	228	4	8	12
Lapa	370	80	450	22	16	38
M'Boi Jd Angela	252	60	312	12	9	21
M'Boi São Luis	228	55	283	14	6	20
Mooca	206	86	292	13	26	39
Parelheiros	304	86	390	17	10	27
Penha	480	200	680	6	5	11
Perus	148	45	193	5	3	8
Pinheiros	270	31	301	9	4	13
Pirituba	173	26	199	4	3	7
Santana	257	40	297	20	14	34
São Mateus	292	90	382	18	16	34
São Miguel	350	109	459	31	14	45
Sapopemba	220	75	295	16	15	31
Sé	320	82	402	38	18	56
Sto. Amaro	152	28	180	6	7	13
Vila Maria	114	36	150	20	18	38
Vila Mariana	350	50	400	4	6	10
Vila Prudente	80	36	116	4	6	10
TOTAL	8824	2792	11616	544	398	942

Tabela 2

Distribuição dos participantes das conferências regionais e municipal por grupos etários

GRUPO ETÁRIO	CONFERÊNCIAS REGIONAIS	CONFERÊNCIA MUNICIPAL
Crianças e Adolescentes	8824 76,0%	522 56,8%
Adultos	2792 24,0%	398 43,2%
TOTAL	11616 100,0%	920 100,0%

➤ PERFIL DOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Tabela 3

Distribuição dos participantes da conferência municipal por sexo

SEXO	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ADULTOS	TOTAL
Masculino	156 47,4%	105 33,9%	261 40,8%
Feminino	173 52,6%	205 66,1%	378 59,2%
TOTAL	329 100,0%	310 100,0%	639 100,0%